

ANA MARIA SOARES DE OLIVEIRA

**REORDENAMENTO TERRITORIAL E PRODUTIVO DO
AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO BRASIL E OS
DESDOBRAMENTOS PARA O TRABALHO**

TESE DE DOUTORADO

**PRESIDENTE PRUDENTE
2009**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

ANA MARIA SOARES DE OLIVEIRA

**REORDENAMENTO TERRITORIAL E PRODUTIVO DO
AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO BRASIL E OS
DESDOBRAMENTOS PARA O TRABALHO**

**Tese de Doutorado
Apresentada junto ao
Programa de Pós-Graduação
em Geografia, com apoio Fapesp.**

Orientador: Antonio Thomaz Júnior

**PRESIDENTE PRUDENTE
2009**

Oliveira, Ana Maria Soares de.
O45r Reordenamento Territorial e Produtivo do Agronegócio Canavieiro no Brasil e os Desdobramentos Para o Trabalho / Ana Maria Soares de Oliveira. - Presidente Prudente : [s.n], 2009
571 f.

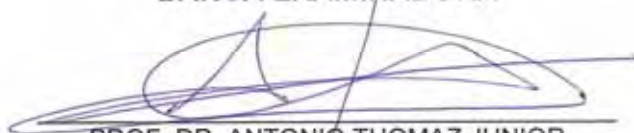
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Antonio Thomaz Júnior
Banca: Marcelo Rodrigues Mendonça, Luis Antonio Barone, Maria Aparecida de Moraes Silva, Carlos Eduardo de Freitas Vian
Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Trabalho. 3. Capital. 4. Agronegócio Canavieiro. I. Autor. II. Título. III. Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.


CDD(18.ed.) 910

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente. claudia@fct.unesp.br

BANCA EXAMINADORA



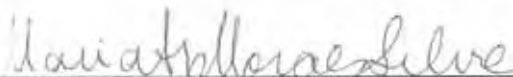
PROF. DR. ANTONIO THOMAZ JUNIOR
(Orientador - UNESP/FCT)



PROF. DR. MARCELO RODRIGUES MENDONÇA
(UFG)



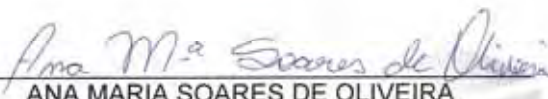
PROF. DR. LUIS ANTONIO BARONE
(UNESP/FCT)



PROFA. DRA. MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA
(UFSCAR)



PROF. DR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS VIAN
(USP)



ANA MARIA SOARES DE OLIVEIRA

Presidente Prudente (SP), 05 de novembro de 2009.

RESULTADO: APROVADO

AGRADECIMENTOS

A realização dessa tese é além de uma conquista pessoal e profissional, o resultado das inquietações e do desejo de compreender o mundo do trabalho sob a perspectiva geográfica. Inquietações compartilhadas com os colegas cegeteanos ao longo de dez anos de Jornadas, reuniões de conteúdo teórico e “gastroetílicas”.

No processo de desenvolvimento dessa pesquisa contamos com a colaboração de inúmeras pessoas, instituições, representantes do poder público, empresas agroindustriais canavieiras, sindicatos (de trabalhadores e patronais), movimentos sociais, trabalhadores, amigos, familiares, professores, colegas de profissão.

A todos que nas diversas porções do território nacional (AL, PB, PE, MG, MS, SP, PR, RJ, GO) contribuíram para a realização da pesquisa empírica e, portanto, para a compreensão da dimensão geográfica do processo expansionista do capital agroindustrial canavieiro e conseqüente efetivação dessa tese, minha gratidão e apreço. Dentre todos agradeço:

Ao Governo do Estado de São Paulo, que através da Secretaria da Educação me favoreceu inicialmente com uma Bolsa de Estudo (BolsaMestrado/Doutorado) e, posteriormente com concessão de afastamentos para a realização da pesquisa empírica e elaboração da tese, com auxílio de Bolsa da FAPESP.

A FAPESP, pela concessão da Bolsa de Doutorado que permitiu a viabilização dessa pesquisa nas diversas frentes de expansão

canavieira.

Aos companheiros da CPT de Alagoas (Lílian), Paraíba (Ir. Marlene, e Severino) e Pernambuco (Plácido, Pe. Tiago e Galego).

Aos companheiros do MST de Paraíba (Elielar e Raquel) Pernambuco (Alexandre), do Pontal do Paranapanema (Cidinha, Bio, entre outros).

A todos os representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Sindicatos dos Empregados Rurais Assalariados, Federações dos Trabalhadores na Agricultura, Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Fabricação de Açúcar e Alcool e Sindicatos da Indústria da Fabricação de Açúcar e Alcool, entrevistados nos locais visitados.

Ao representante da FUNTRAB (Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul), Sr. Cícero Ávila de Lima.

Aos representantes das Associações de fornecedores de cana-de-açúcar: Sr. Jorge Luiz Dias, Gerente Administrativo Financeiro da ASFORAMA, no município de Iturama/MG; Sr. Márcio Fróis, Gerente Operacional da AFC, no município de Goiatuba/GO; Sra. Daniela, Assessora de Imprensa da ASFLUCAM, no município de Campos dos Goitacazes/RJ.

Às empresas agroindustriais canavieiras que permitiram as visitas e entrevistas com seus representantes, ou que forneceram informações por outras vias.

A todas as trabalhadoras e trabalhadores assalariados nas lavouras de cana-de-açúcar e nas unidades fabris, trabalhadores

assalariados envolvidos com a construção/montagem das novas unidades processadoras e trabalhadores da terra (camponeses assentados).

Aos representantes do poder público dos estados e municípios canavieiros que me receberam, especialmente o Dr. Wilson R. Gonçalves, da SEPROTUR – Campo Grande/MS; Dr. Avelar de Moraes Macedo, Secretário da Indústria e Comércio de Rio Verde/GO; Sr. Oscar Ferreira Gomes, Prefeito do município de Bom Jesus/GO; Sr. Adão Rocha, Secretário de Comunicação do município de Montividiu/GO; Sr. João Humberto, Secretário da Agricultura do município de Quirinópolis/GO; de especialmente no estado de São Paulo e Goiás.

Aos representantes do Ministério Público do Trabalho, Dr. Fábio Lopes Fernandes (Uberlândia/MG), Dr. Samuel (Goiânia/GO); Dra. Renata (Presidente Prudente/SP)

Ao professor Maucir Pauletti (UCBD/MS), Coordenador da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul.

Aos representantes da Pastoral do Migrante, no município de Guariba/SP: Pe. Antonio Garcia Peres e Ir. Inês, pelas entrevistas e pela acolhida.

Aos professores da banca de qualificação que muito contribuíram para a continuidade da pesquisa empírica, reflexões e fechamento da tese: Prof. Dr. Luis Antonio Barone e Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol.

Aos amigos e membros do Ceget, companheiros de tantas jornadas: Marcelo D. Carvalho, Terezinha Brumatti Carvalho, Jorge Montenegro Gómez, Marcelo Rodrigues Mendonça, que sempre me incentivaram.

Aos amigos Maria Franco Garcia e Edvaldo Lima pelas contribuições e pela acolhida na Paraíba.

Aos amigos e cegeteãos Claudemir Mazuchelli, José Roberto N. Azevedo e Maria Joseli Barreto, pela companhia e parceria nas pesquisas de campo.

Às amigas e companheiras do Ceget, Fernanda Ikuta e Sônia Maria Ribeiro, meu agradecimento especial pelas valiosas contribuições nas leituras, pelo carinho, pela força e palavras de incentivo nas horas em que o fechamento da tese parecia não ter fim.

Às funcionárias da FCT/Unesp, as desenhistas Maria e, especialmente à Flora H. Sato, pela paciência e empenho na confecção da representação cartográfica (figuras e mapas).

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/Unesp, especialmente à Márcia, pela tolerância e compreensão diante dos tropeços associados à finalização da tese.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

“Amigo é coisa para se guardar do lado esquerdo do peito...”.
(Milton Nascimento)

Nessa trajetória tive a felicidade de contar com pessoas que demonstraram o quão importante é ter amigos. Por isso meu agradecimento especial vai para o Prof. Dr. Antonio Cezar Leal, Coordenador do Programa de Pós-graduação da FCT/Unesp, e para o Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior, meu orientador e professor do Curso de Graduação, Pós-graduação da FCT/Unesp e coordenador do CEGET (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho).

Ambos, meus professores desde a graduação, me fizeram sentir, pelo exemplo de dedicação, de profissionalismo e de engajamento político, a importância e o prazer de se fazer pesquisa.

Muito mais que professor, coordenador do Programa e orientador, Antonio Cezar Leal e Antonio Thomaz Júnior foram, e são, dois grandes amigos que me estenderam a mão nos momentos que fraquejei diante das adversidades que a vida impõe a qualquer ser humano, e me ajudaram a levantar e continuar a empreitada da vida, do trabalho, da tese.

Cezar, obrigada pelo carinho, pela força e pela tolerância em relação aos tropeços.

Thomaz, obrigada pela amizade, pela força e pela paciência,

quando nem eu já sentia. Obrigada pelo esforço das leituras nas muitas madrugadas, e pela compreensão diante das incoerências e limitações teóricas de quem tem consciência de que avançou nesses dez anos Ceget, mas que ainda tem muito para aprender e compreender acerca do mundo do trabalho e dos trabalhadores.

DEDICATÓRIA

Este é um momento especial e único de nosso trabalho, em que podemos escapar ao caráter eminentemente teórico-conceitual e a rigidez científica que a construção de uma tese exige, para nos permitir falar de quem têm grande importância em nossa vida e que nos apóia incondicionalmente, que é a nossa família. Ela é a base de nossa existência, de nossa formação e até das escolhas que fazemos, seja de forma planejada ou por força das circunstâncias. Por essas e tantas outras razões eu dedico este trabalho a minha família.

Hélio (marido – *in memoriam*),

Meus sonhos se tornaram realidade por sua causa...

Por isso dedico este trabalho a você, que tombou antes de me ver concluí-lo...pelo amor, pelo incentivo e pelo orgulho que sentia de mim.

Jônatas (filho),

Meu maior tesouro...por me motivar a continuar vivendo, construindo, sonhando...

Geane (sobrinha),

Meu porto seguro nos momentos mais difíceis...pela força, por segurar na minha mão e me fazer acreditar na superação...

Joaquina e Gonçalo (meus pais),

Camponeses autênticos, meu maior exemplo de identidade e amor a terra...razão da minha existência...pelo amor e apoio incondicional...

Paulo (irmão),

Petista sonhador, inquieto e questionador das misérias da humanidade, com quem compartilho idéias e angústias...pelo incentivo...

Durval (irmão),

Carinhoso e solidário...pelo apoio, pela presença, abraços e flores que reconfortaram o coração e a mente...

Bené (irmão), Salinho (irmão), Diva (irmã) e Maria (irmã)

Batalhadores e companheiros de grandes momentos de nossa existência...que apesar da distância estão sempre na torcida...

Aos trabalhadores e trabalhadoras expropriados, assalariados, explorados e destituídos de direitos, que buscam na luta e no retorno a terra resgatarem a identidade e a dignidade.

*Eu chamo de bravo aquele que ultrapassou
seus desejos, e não aquele que venceu seus
inimigos;
pois a mais dura das vitórias é a vitória
sobre si mesmo.*

*ARISTÓTELES (escritor e filósofo, GRE,
384-322aC)*

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	18
LISTA DE TABELAS	19
LISTA DE FOTOS	20
LISTA DE FIGURAS	23
LISTA DE GRÁFICOS	24
LISTA DE MAPAS	25
LISTA DE SIGLAS	26
RESUMO	28
ABSTRACT	29
APRESENTAÇÃO	30
INTRODUÇÃO	41
CAPÍTULO I: O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL: O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO EM QUESTÃO	50
1.1 O Processo de Modernização da Agricultura Capitalista no Brasil e os Reflexos no Agronegócio Canavieiro.....	58
1.1.1 A modernização da agroindústria canavieira e as inovações técnicas.....	66
1.2 O Processo de Reestruturação Produtiva do Capital Agroindustrial Canavieiro	77
1.3 A “Nova” Dinâmica Territorial do Capital Agroindustrial Canavieiro no Brasil: Estratégias de Expansão	92
1.3.1 A atual crise do sistema metabólico do capital no contexto mundial.....	121
1.4 Os Reflexos da Crise Atual do Sistema Metabólico do Capital Sobre a Dinâmica do Capital Agroindustrial Canavieiro: Expansão, Endividamento e os Desdobramentos Para o Trabalho	127
1.4.1 Os efeitos da instabilidade financeira do capital agroindustrial canavieiro sobre o trabalho.....	136
1.5 As Estratégias Adotadas Internamente pelo Capital Agroindustrial Canavieiro e a Diferenciação Inter-empresas	139
1.5.1 A adoção de referenciais ambientais como estratégia mercadológica: as	

certificações	147
1.5.2 O papel da co-geração de energia no Projeto Bioenergético	156

CAPÍTULO II: A DINÂMICA TERRITORIAL DE EXPANSÃO DO NEGÓCIO-AGRO-SUCRO-ENERGÉTICO NO BRASIL CONSUBSTANCIADA NAS AÇÕES DO ESTADO “PARCEIRO”166

2.1 A Dinâmica Territorial do Negócio-agro-sucro-energético no Nordeste: em Destaque os Estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco	174
2.1.1 Fatores que influenciaram o movimento do capital agro industrial canavieiro do Nordeste e do Centro-Sul.....	176
2.1.2 Perspectivas de expansão canavieira em escala intra-regional e os desdobramentos socioespaciais.....	182
2.2 A Territorialização da Produção no Universo Investigado	193
2.3 A Dinâmica Territorial do Negócio-agro-sucro-energético nas Principais Frentes de Expansão no Centro-Sul	204
2.3.1 A dinâmica territorial e produtiva no Estado de Mato Grosso do Sul.....	205
2.3.2 A territorialização do agronegócio canavieiro e a desterritorialização das comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul. Alguns apontamentos	219
2.4 A Dinâmica Territorial e Produtiva no Estado de Minas Gerais: Influência dos Grupos Nordestinos.....	221
2.4.1 A territorialização da produção canavieira no Triângulo Mineiro: o universo visitado.....	228
2.5 A Dinâmica Territorial e Produtiva do Negócio-agro-sucro-energético no Estado do Paraná	235
2.6 Dinâmica Territorial e Produtiva do Negócio-agro-sucro-energético no Estado de São Paulo: O Destaque para Oeste Paulista.....	243
2.6.1 A territorialização da produção no Oeste do estado de São Paulo: o universo investigado no Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista.....	247
2.7 A Territorialização do Negócio-agro-sucro-energético no Estado de Goiás: Dinâmica Produtiva e Desdobramentos na Maior Fronteira em Expansão.....	256
2.7.1 A dinâmica territorial e produtiva das empresas agroindustriais canavieiras visitadas no estado de Goiás	265
2.8 Territorialização da Produção e Comparativo de Safra nas Principais Regiões Produtoras de Cana-de-açúcar	277

CAPÍTULO III: OS (RE)ARRANJOS DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO E OS DESDOBRAMENTOS ESPACIAIS 283

3.1	O Projeto Expansionista do Capital Agroindustrial Canavieiro: Arranjos e Formatações no Campo	285
3.2	Os Arranjos Espaciais do Capital Agroindustrial Canavieiro e a Produção de Alimentos.....	300
3.3	As Tramas Espaciais pelo Capital Agroindustrial Canavieiro: e o Discurso do “Desenvolvimento” Local-Regional	316
3.3.1	A dinâmica espacial do capital agroindustrial canavieiro e os desdobramentos ambientais	325
3.4	A Atuação do Estado como Agente Produtor X Regulador da Dinâmica Espacial...347	
3.5	A Produção de Etanol X Produção de Alimentos e as Relações Internacionais de Poder.....	359
3.6	Cenários e Tendências Atuais: Desaceleração, Disputas Internacionais	363
3.6.1	O projeto agroenergético brasileiro e as medidas político-estratégicas	368

CAPÍTULO IV: A DINÂMICA GEOGRÁFICA DO TRABALHO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DA EXPANSÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO 374

4.1	Desterritorialização e Precariedade do Trabalho Frente à Dinâmica do Agronegócio Canavieiro no Brasil: O Trabalhador indígena e o Migrante.....	392
4.1.1	Desterritorialização e precariedade no cotidiano do trabalhador migrante: a moradia em questão 409	
4.2	As Estratégias de Controle do Capital Agroindustrial Canavieiro Sobre o Trabalho: Mecanismos de Superexploração.....	430
4.3	A Mecanização do Corte de Cana-de-açúcar e os Rebatimentos para o Trabalho.....	459

CAPÍTULO V: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO: REPRESENTAÇÃO E LUTA DE CLASSES 473

5.1	Movimento Sindical e Luta de Classes no Contexto da Reestruturação Produtiva do Capital: Alguns Apontamentos	477
5.2	Desafios e Perspectivas para as Entidades de Classe dos Trabalhadores Rurais: Uma Reflexão a Partir do Universo Investigado.....	489
5.2.1	A Relação Capital-Trabalho e a Gestão Diferenciada de Ambos no Território	502
5.3	Relação Capital-Trabalho: Resistência e Luta Pela Terra na Terra da Cana	517
5.3.1	Há Outro Caminho Possível?.....	534

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....544

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	550
ANEXOS	582
Anexo 1 -	583
Anexo 2 -	584
Anexo 3 -	586
Anexo 4 -	588
Anexo 5 -	589
Anexo 6 -	590
Anexo 7 -	591
Anexo 8 -	595
Anexo 9 -	597

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Custo Unitário por área e Produção para a Colheita Manual com queima e mecanizada sem queima de cana-de-açúcar	76
Quadro 2 – Participação do Capital Estrangeiro no Agronegócio Canavieiro do Brasil – 2007/2008	106
Quadro 3 - Grupos Alagoanos com Investimentos em Minas Gerais, na Década de 1990.....	222
Quadro 4 – Unidades Agroindustriais Canavieiras implantadas, em Implantação e Projetos no Estado do Paraná	235
Quadro 5 - Expansão da área plantada com cana-de-açúcar nos principais estados produtores do Centro-Sul – 2007 a 2009	260
Quadro 6 - Produção de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool no Brasil – Safra 2008/2009 ...	281
Quadro 7 - Áreas Prioritárias Quanto ao Estado de Conservação e Uso da Biodiversidade, Ameaçadas pelo Cultivo da Cana-de-açúcar	335
Quadro 8 - Pólos Sindicais Regionais dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás	504

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estimativa de empregos na agroindústria canavieira do estado de SP	89
Tabela 2 – Produção de Cana Moída por Empresa Visitada – Nordeste - 2006	203
Tabela 3 – Unidades Novas Implantadas e em Implantação no Estado de Mato Grosso do Sul	207
Tabela 4 - Evolução da Produção de Cana-de-açúcar em Minas Gerais e a Participação dos Grupos Alagoanos no Total do Estado (Mil Toneladas)	223
Tabela 5 - Os novos investimentos no Triângulo Mineiro: participação dos grupos paulistas e nordestinos e outros	224
Tabela 6 - Comparativa de Safra do Oeste Paulista	245
Tabela 7 Unidades Produtoras de Cana-de-açúcar já Instaladas e Novas, na 10ª RA de Presidente Prudente (Nova Alta Paulista e Pontal do Paranapanema).....	247
Tabela 8 - Unidades Agroindustriais Canavieiras Novas Instaladas, em Implantação e Projetos, no Estado de Goiás	261
Tabela 9 - Produção de Cana Moída, Açúcar e Álcool nos Principais Estados Produtores do Centro-Sul – 2005 a 2008.....	277
Tabela 10 Cana-de-açúcar produzida nas safras 2005/2006 e 2006/2007 – própria e de fornecedores, nos principais estados produtores do Centro-Sul.....	293
Tabela 11 - Média de Preços de Contratos de Arrendamentos em Diversas Regiões Canavieiras do Estado de São Paulo (2007).....	297
Tabela 12 - Área plantada com cana-de-açúcar, por município do Pontal do Paranapanema - dados LUPA 95/96 - 07/08	301
Tabela 13 - Lavouras substituídas pela expansão canavieira na safra 2007-2008 (em hectares) - no Brasil	303
Tabela 14 – Casos de trabalho análogo ao trabalho escravo no Brasil, por atividade – 2008.....	408

LISTA DE FOTOS

Foto 1 e 2 - Variedades RB monitoradas em área de desmatamento de canaviais da Usina Aurora (em fase de implantação), no município de Anaurilândia/MS.....	69
Foto 3 – Terras da Usina Trapiche/Sirinhaém/PE	72
Foto 4 – Carregamento feito pela colheitadeira diretamente no caminhão Julieta	74
Foto 5 – Carregamento com rastelo rotativo.....	74
Foto 6 – Sistema de Gestão Ambiental. Usina Coruripe/AL.....	153
Foto 7 – Sistema de Gestão Integrada. Usina Coruripe/MG	153
Foto 8 – Agrovila Esperança Usina Utinga Leão/AL	168
Foto 9 – Agrovila Aliança Usina Aliança/PE.....	168
Foto 10 – Irrigação por Aspersão - Usina Agroval (Santa Rita)/PB	178
Foto 11 – Irrigação com Pinos - Usina Santa Clotilde/Rio Largo/AL	178
Foto 12 – Placa de Anúncio da Futura Usina Itaguassu. Grupo Itamarati - Bataguassu/MS208	
Foto 13 – Sistema de Captação de Águas Residuais	232
Foto 14 – Vista do Rio Grande.....	232
Foto 15 – Difusor para Moagem	233
Foto 16 – Caldeira Automatizada.....	233
Foto 17 – Cosan – Unidade Jataí/GO - Programa Produzir.....	258
Foto 18 – Queimada de cana: poluição e perigo quando próxima às rodovias.....	328
Foto 19 – Queimada de cana: poluição e perigo quando próxima às rodovias.....	328
Foto 20 – Lavoura de Cana/GO – Sem APP.....	332
Foto 21 – Lavoura de Cana/MG – Com Vestígio de APP	332
Foto 22 – Reservatório de Vinhaça	338

Foto 23 – Canal de Escoamento de Vinhaça	338
Foto 24 – Erosão em Canavial da Destilaria Alcídia o Pontal do Paranapanema/SP	339
Fotos 25 – Pastagem com Remanescente de Árvores Nativas ao lado de uma a Área de Cana-de-açúcar	339
Foto 26 - Vista Parcial da Usina Catende/PE Localizada às Margens do Rio, no qual Lança seus Efluentes	341
Foto 27 – Alojamento da Usina Trapiche – Quarto com Beliche	412
Foto 28 – Alojamento da Usina Trapiche - Cozinha	412
Foto 29 – Alojamento Principal	413
Foto 30 – Casas Separadas.....	413
Foto 31 – Alojamento da Energética Santa Helena/MS	413
Foto 32 – Fachada de Bar Disfarça Moradias – Guariba/SP	416
Foto 33 – Alojamento da Usina Monte Alegre/PB.....	417
Foto 34 – Casa Alugada por Trabalhadores – Usina Delta/MG.....	417
Foto 35 – Casa Alugada por Trabalhadores Migrantes Alagoanos – Usina Vale do Paranaíba/MG.....	417
Foto 36 – Cômodos de Alvenaria – Delta/MG	422
Foto 37 – Esgoto à Céu Aberto – Delta/MG.....	422
Foto 38 – Aglomerado de Cômodos Individuais Alugados Para Trabalhadores Migrantes – Palmares Paulista/SP	423
Foto 39 – Alojamento em Deodópolis/MS	425
Foto 40 – Trabalhador Sertanejo – Usina Santa Clotilde/AL	433
Foto 41 – Trabalhadores Maranhenses Retornando ao Alojamento Após um Dia de Trabalho – Rio Brilhante/MS	443
Foto 42 – Moto-táxi Onde Trabalhadores Migrantes Trabalham durante a Entressafra – Timbiras/MA	451
Foto 43 – Cana em Montes – Usina Santa Teresa/PE	469

Foto 44 – Cana em Leiras- Usina Pindorama/AL.....	469
Foto 45 – Vista Parcial do Assentamento Flor do Bosque - Messias/AL.....	532

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Representação Espacial (Aproximada) das Principais Áreas Canavieiras Estudadas	34
Figura 02 – Movimento Espacial do Capital Agroindustrial Canavieiro no Brasil.....	94
Figura 03 – Territorialização das Empresas Agroindustriais Canavieiras no Pontal do Paranapanema e na Nova Alta Paulista.....	303
Figura 04 – Deslocamento Intra e Inter-regional dos Trabalhadores para o Trabalho nas Empresas Agroindustriais Canavieiras no Brasil	383

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cronograma para eliminação da queima na colheita da cana em áreas não mecanizáveis.....	88
Gráfico 2 – Cronograma para eliminação da queima na colheita da cana em áreas mecanizáveis.....	88
Gráfico 3 – Produção de Cana Moída no Estado de Mato Grosso do Sul – 2005 a 2008...214	
Gráfico 4 – Produção de Açúcar no Estado de Mato Grosso do Sul – 2005 a 2008	214
Gráfico 5 – Produção de Álcool no Estado de Mato Grosso do Sul – 2005 a 2008	215
Gráfico 6 – Produção de Cana Moída no Estado de Minas Gerais – 2005 a 2008.....	227
Gráfico 7 – Produção de Açúcar no Estado de Minas Gerais – 2005 a 2008.....	227
Gráfico 8 – Produção de Álcool no Estado de Minas Gerais – 2005 a 2008	228
Gráfico 9 – Produção de Cana Moída no Estado do Paraná – 2005 a 2008	238
Gráfico 10 – Produção de Álcool no Estado do Paraná – 2005 a 2008	239
Gráfico 11 – Produção de Cana Moída no Estado de Goiás – 2005 a 2008.....	263
Gráfico 12 – Produção de Açúcar no Estado de Goiás – 2005 a 2008	264
Gráfico 13 – Produção de Álcool no Estado de Goiás – 2005 a 2008.....	264

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Territorialização das Empresas Agroindustriais Canavieiras no Brasil.....	173
Mapa 2 – Territorialização das Empresas Agroindustriais Canavieiras e Sindicatos, Federações de Trabalhadores/Empregados Rurais e Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Fabricação de Açúcar e Álcool/Sindicatos da Indústria da Fabricação de Açúcar e Álcool/Sindicato Patronal Rural Visitados por Estados/Municípios	198

LISTA DE SIGLAS

ANP – Agência Nacional de Petróleo
APP – Áreas de Preservação Permanente
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBAA – Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool
CETESB – Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
FAEG – Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETAEG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FETAESP – Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo
FETAPE – Federação dos Trabalhadores Agricultura do Estado de Pernambuco
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNTRAB – Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul
HPA – Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços
IEA – Instituto de Economia Agrícola
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto de Pesquisas espaciais
ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LAPIG – Laboratório de Processamento de Imagens e GeoProcessamento
LUPA – Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MSTTR – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPT – Ministério Público do Trabalho
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE* - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool
PRODECER – Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PRODUZIR – Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPROTUR – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário da Produção da Indústria do Comércio e do Turismo
SER – Sindicato dos Empregados Rurais
SINDAÇÚCAR – Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco
SINDAL – Sindicato do Alcool do Estado de Mato Grosso do Sul
SINFAEG – Sindicato dos Fabricantes de Alcool no Estado de Goiás
SNCR - Sistema Nacional Crédito Rural
SPM - Serviço Pastoral do Migrante
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
UDOP – União dos Produtores de Bioenergia
UDR – União Democrática Ruralista
UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar
UPA – Unidade de Produção Agropecuária
WWF – World Wide Fund for Nature

Resumo

A conjuntura política e econômica favorável ao mercado de etanol, e o forte movimento do agronegócio canavieiro em diferentes frentes de expansão no território nacional, apresentados, sobretudo a partir dos anos 2004, desafiou-nos a apreender e compreender as (re)configurações geográficas e espaciais, tanto no âmbito do capital como do trabalho. Um novo desenho está sendo gestado no campo, pois com a expansão do cultivo de cana-de-açúcar e implantação de novas unidades processadoras, terras onde antes se desenvolvia a pecuária e outras culturas agrícolas estão sendo destinadas ao cultivo de cana, especialmente por meio de arrendamentos. Este setor produtivo, que tem sido historicamente beneficiado com políticas agrícolas, vantagens creditícias e programas estatais, conta na atual fase mais uma vez com o Estado, o qual tem se revelado um forte aliado e arregimentador desse processo expansionista. Alianças entre usineiros, latifundiários e o poder público estão sendo costuradas com o intuito de legitimar terras irregulares em poder de grileiros, bem como de desmobilizar os movimentos sociais comprometidos com a luta pela terra, pela Reforma Agrária, pela garantia da soberania alimentar, pela preservação do meio ambiente e, portanto, pela construção de um modelo alternativo àquele pautado no agronegócio. As três instâncias governamentais do país estão apoiando esse processo de expansão, pautadas no discurso de que o mesmo proporcionará aumento do número de empregos e renda, promovendo assim o desenvolvimento nas diversas escalas. Todavia, coloca-se em evidência a preocupação quanto às condições em que estes empregos estão sendo gerados e/ou mantidos, o acirramento da superexploração e da precarização das condições de trabalho, sobretudo dos trabalhadores migrantes ligados ao corte de cana; bem como a fragilização das entidades de representação dos trabalhadores diante desse contexto.

Palavras-chave: Trabalho, capital, agronegócio, cana-de-açúcar

Abstract

The political and economic circumstances favorable to the ethanol market, and the strong movement of the sugar cane agribusiness in different fronts of growth in the national territory, provided, particularly from the years 2004, challenged us to learn and understand the (re) configuration and geographical space both in the capital and labor. A new design is being conceived in the field, because with the expansion of the cultivation of cane sugar and deployment of new processing plants, where land is developed before the livestock and other agricultural crops are being used to grow sugar cane, especially through leases. This productive sector, which has historically benefited from agricultural policies, benefits credit and government programs, says the current stage once again with the state, which has proved a strong ally and arregimenter this expansion process. Alliances between mill owners, landowners and the public are being studied in order to legitimize illegal land held by landowners, and to demobilize social movements committed to the struggle for land, for land reform, ensuring the food sovereignty, the preservation of environment and therefore the construction of an alternative model to that ruled in agribusiness. The three government agencies in the country are supporting this expansion process, guided by the discourse that provide the same increase in the number of jobs and income, thus promoting the development in different scales. However, there is evident concern about the conditions under which these jobs are being generated and / or maintained, the intensification of exploitation and impoverishment of working conditions, especially those related to workers cutting sugar cane, and the weakening entities representing the employees on this context.

Key-words: Labor, capital, agribusiness, cane sugar.

APRESENTAÇÃO

O capital necessita estabelecer-se em toda parte,
explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

(Marx & Engels, 1982, p. 97).

A preocupação em apreender e compreender a relação capital x trabalho no âmbito do setor canavieiro teve início ainda na graduação. Desde então, nos sentimos interessados e estimulados pela temática agrária e do trabalho. Interesse que foi se aprimorando ao longo de nossa trajetória acadêmica, e que resultou na efetivação de pesquisas sobre a temática em diferentes escalas geográficas. Na graduação, por meio da monografia de bacharelado procuramos apreender como se dá a relação capital x trabalho no âmbito de uma das empresas do setor canavieiro, a Usina Nova América, no município de Tarumã/SP. Durante o mestrado a pesquisa focou os (re)arranjos do capital agroindustrial canavieiro e os desafios do ponto de vista do trabalho, no estado de São Paulo, considerando o contexto de reestruturação produtiva do capital e de inserção da mecanização do corte de cana-de-açúcar. A pesquisa de mestrado nos deu subsídio para apreendermos uma série de questões; apontou estratégias e tendências que começavam a se “desenhar” no âmbito do setor, as quais puderam ser melhor desvendadas durante o desenvolvimento da tese de doutorado.

Assim posto, a tese de doutoramento se pautou na apreensão das novas territorialidades e estratégias utilizadas pelo capital agroindustrial canavieiro; na apreensão e discussão dos rearranjos e redefinições técnico-produtivas e organizacionais desencadeadas no âmbito do agronegócio canavieiro no Brasil, tendo como eixo principal da reflexão a relação capital x trabalho; bem como dos mecanismos de exploração e controle do trabalho e do papel estratégico do Estado na consolidação do “modelo de agronegócio”, particularmente do agronegócio canavieiro.

Para isso, consideramos uma série de aspectos os quais julgamos relevantes, a saber: o processo de expansão das áreas de cultivo da cana-de-açúcar, frente à perspectiva de aumento do consumo do álcool no mercado externo e interno, bem como do açúcar e dos subprodutos; o processo de fusão e/ou aquisição de empresas, fortalecendo empresas e grupos, seguidos do processo de concentração e centralização de capitais.

Atentamos ainda para os efeitos do que se consolidam no âmbito do processo de reestruturação produtiva do setor a partir dos anos 1990, tais como a diferenciação inter-empresas via mecanização, os novos referenciais tecnológicos e ambientais e as novas formas de gestão e controle do processo de produção e de trabalho; somados ao processo de desregulamentação do setor, alavancado desde o início da década de 1990; a falência de grupos e fechamento de empresas; ao deslocamento de empresas e de capitais do Nordeste e à implantação de novas unidades no Centro-Sul do país.

A justificativa em atentarmos para esses elementos se dá no fato de que os mesmos expressam a dinâmica do processo de acumulação e de reprodução do capital, sendo fundamentais para a compreensão das transformações territoriais e sociais decorrentes da modernização capitalista.

Durante a investigação empírica e a reflexão teórica procuramos manter o foco, sobretudo para os desdobramentos desse processo de reordenamento desencadeados no âmbito do trabalho, a saber: as formas de arregimentação e de controle do trabalho, a precarização das condições de trabalho, moradia e alimentação dos trabalhadores, a superexploração da força de trabalho, o enfraquecimento do movimento sindical; e a mobilidade territorial dos trabalhadores acompanhando o movimento do capital.

Partimos também da tese de que capital agroindustrial produz um discurso, que por sua vez está respaldado nas ações e no discurso do Estado, de que essa atividade produtiva, a qual consideramos historicamente concentradora de terra e de capital, e exploradora da força humana que trabalha, está implementando a geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico e social.

Nesse contexto fez-se importante pensar também nas perspectivas, ou na falta delas, para o conjunto dos trabalhadores e, de modo particular, para

aqueles que estão envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária à margem das políticas públicas e apreendidos como travagens no processo de reprodução do capital.

Nesse sentido, vale destacar a título de exemplo, o caso do Pontal do Paranapanema, na região Oeste do estado de São Paulo, onde o movimento de luta pela terra tem sido latente ao longo das últimas décadas. Nessa porção do estado, de modo particular, o discurso e o ideário dessa nova territorialização pautada na expansão do cultivo de cana-de-açúcar, apresentam-se também como uma forma de “regularizar” o território ilegal e ilegítimo das terras griladas; cooptando e incorporando os trabalhadores assentados de origem na luta pela terra e nas políticas públicas de assentamentos ao circuito do capital, expressando, assim, o substrato social do fundamentalismo econômico do agronegócio.

O desenvolvimento dessa tese se pautou desde o princípio em apreender a proporção que o discurso desenvolvimentista do agronegócio canavieiro respaldado pelo Estado “parceiro” adquiriu no contexto de expansão, e ter a dimensão do conteúdo dos formatos adquiridos pelo capital, especialmente quando se manifestam por meio das ações dos empresários em diversificar produtos e ampliar os nichos de mercado, num evidente “golpe ecológico”.

Procuramos compreender também as diferenças existentes no âmbito organizativo dos trabalhadores nas regiões estudadas, atentando para a forma como suas entidades de representação, sindicatos, associações, bem como as instâncias de apoio como CPT (Comissão Pastoral da Terra), ONG's (Organizações Não Governamentais), Movimentos Sociais, vêm atuando no embate com o capital e na defesa dos direitos dos trabalhadores, nesse contexto de reestruturação produtiva do capital agroindustrial canavieiro.

Apreender como trabalhadores são atingidos com a adoção dos referenciais tecnológicos e ambientais pelas agroindústrias canavieiras nas diferentes regiões estudadas também foi um dos objetivos dessa tese.

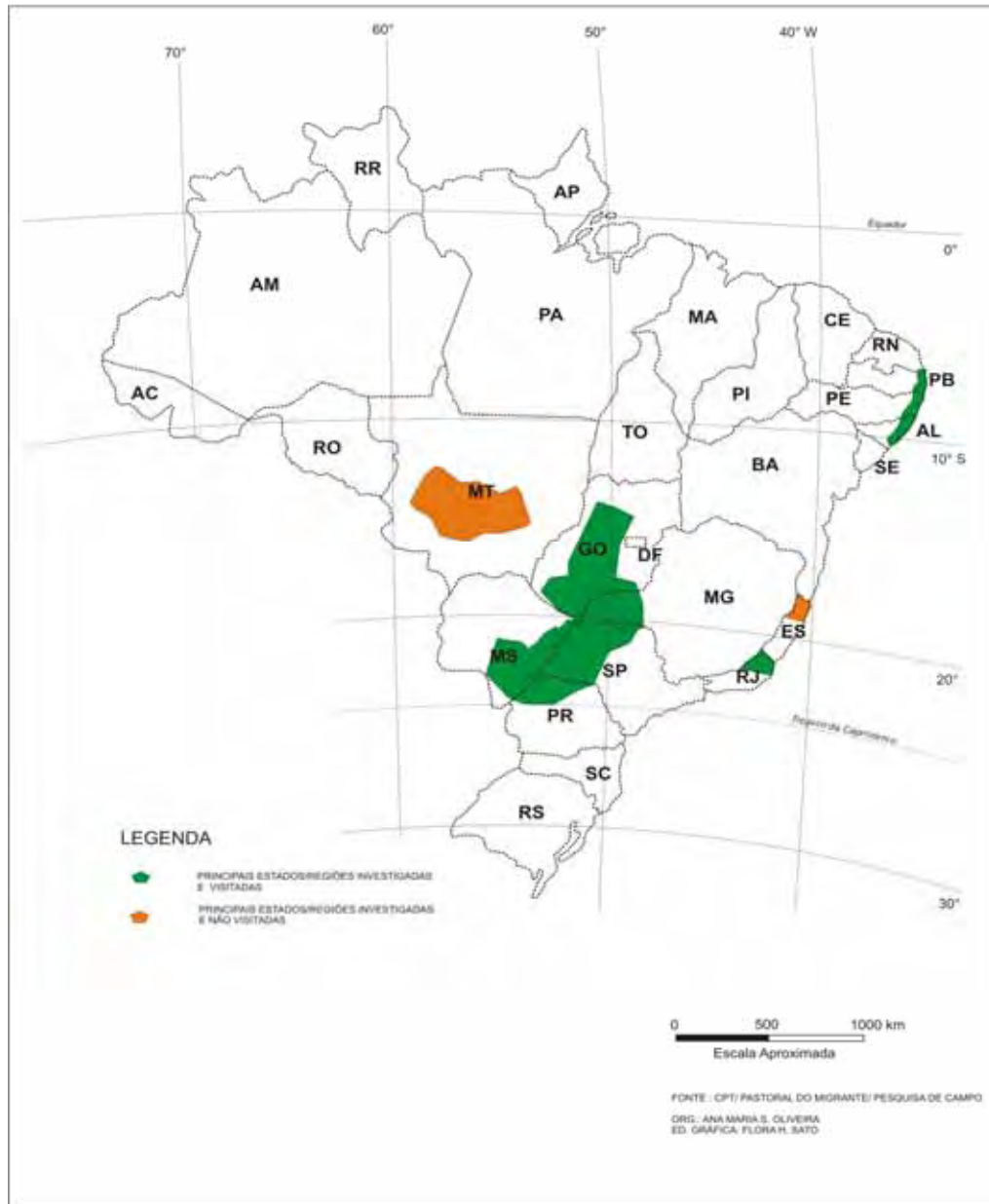
Enfim, os principais objetivos que nortearam a pesquisa empírica e a formulação dessa tese, sintetizam-se na realização de uma leitura geográfica do “jogo de forças” que envolve capital, trabalho e Estado, que na sua contradição revela a materialidade fenomênica do agronegócio canavieiro e do movimento de

luta pela terra, bem como a disputa pelo mesmo território, entre trabalhadores e capital/latifundiário na busca de novas territorialidades.

Faz-se importante destacar, no entanto, que nossa pretensão neste trabalho, não é esgotar a discussão que envolve a temática posta, mas evidenciar que está ocorrendo um processo de reordenamento territorial e produtivo. E que este está pautado num conjunto de mediações políticas, estratégicas e econômicas adotadas pelo capital agroindustrial canavieiro e consubstanciadas pelo Estado, com sérios desdobramentos do ponto de vista do trabalho, do uso da terra e da segurança alimentar, que desafiam o movimento sindical e os movimentos sociais.

No projeto inicial, optamos por um recorte territorial que priorizasse a Zona da Mata de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, e o Oeste e Noroeste do estado de São Paulo, com destaque para o Pontal do Paranapanema. Porém, diante do cenário que se desenhou para o setor a partir de 2005, com a divulgação de inúmeros projetos de novas unidades agroindustriais canavieiras em várias frentes de expansão em outros estados do Centro-Sul; decidimos investigar também os estados de Minas Gerais (Triângulo Mineiro), Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro (Norte Fluminense), Norte/Noroeste do Paraná, Goiás, Norte do Espírito Santo e Mato Grosso (Figura 1), pois acreditamos ser de fundamental importância tê-los como parâmetro para compreender a dimensão do processo de reordenamento territorial do capital agroindustrial canavieiro e, portanto, de mudança da Geografia no campo.

FIGURA 1 - Representação Espacial (Aproximada) das Principais Áreas Canaveiras Estudadas



A dinâmica do processo, a quantidade e complexidade dos aspectos que se revelaram no decorrer da pesquisa empírica, bem como a abrangência da área em estudo foram fatores que pesaram no desenvolvimento e conclusão do trabalho como um todo. Diante da amplitude do universo a ser investigado empiricamente no âmbito das unidades agroindustriais canavieiras, decidimos optar pela amostragem, considerando uma margem entre 5% e 10% do total de empresas em cada estado visitado. Para a investigação empírica das empresas do Nordeste adotamos os seguintes critérios: primeiro, as empresas pertencentes aos grupos que estão investindo em novas unidades no Centro-Sul. Segundo, empresas com investimentos em tecnologia (mecanização, irrigação, co-geração, certificação/ISOS). Terceiro, as empresas envolvidas em conflitos com trabalhadores na luta pela terra. E quarto, as empresas falidas ou em processo de falência.

Para as empresas dos estados do Centro-Sul, seguimos praticamente os mesmos critérios. Levamos em consideração, sobretudo os grupos/empresas que estão investindo em fusões e/ou aquisições, implantação de novas unidades processadoras; grupos empresas com abertura de capitais e fusões com capital estrangeiro; grupos/empresas com investimentos em tecnologia (mecanização, irrigação, co-geração, certificação/ISOS), independente do porte (pequena, média ou grande).

A justificativa nesse último caso se dá no fato de que se escolhêssemos somente grupos e/ou empresas mais capitalizadas, com maior aporte tecnológico; correríamos o risco de apreendermos apenas parte do processo, pois o reordenamento territorial e produtivo ocorre tanto no âmbito dos grandes grupos e empresas agroindustriais canavieiras, como também das pequenas e médias, porém com ritmos e estratégias diferenciadas.

Já no caso das entidades de representação dos trabalhadores (sindicatos, MST, CPT) e do capital, não conseguimos seguir o mesmo critério de amostragem por estado, pois nem sempre conseguíamos cumprir a agenda/roteiro de visitas conforme as condições pré-estabelecidas. Desse modo, em alguns estados conseguimos contactar mais sindicatos do que outros. Da mesma forma as entrevistas com os trabalhadores (no corte de cana, na planta fabril, na construção de unidades, nos assentamentos etc.), elas ocorreram de

acordo com a facilidade ou não de encontrá-los durante as pesquisas de campo. Assim, em alguns estados entrevistamos, filmamos muitos trabalhadores, em outros nem tanto. Contudo é necessário ressaltar que o fator “quantidade amostral”, não prejudicou a compreensão das questões as quais nos propusemos apreender.

Ressaltamos, no entanto, que infelizmente não tivemos fôlego para estendermos a pesquisa de campo até o norte do Espírito Santo e Mato Grosso. Mas acreditamos que, apesar de julgarmos importante para nosso trabalho as inserções a campo nas referidas áreas, a decisão de não efetuá-las não compromete a argumentação estrutural da tese, visto que procuramos cumprir os objetivos propostos no projeto inicial de pesquisa; dando prioridade às principais frentes de expansão canavieira (São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Paraná), e o Rio de Janeiro como um caso típico da retomada da atividade.

Nas etapas da pesquisa de campo que envolveu especialmente os referidos estados do Centro-Sul, por considerá-los as principais frentes de expansão recente do agronegócio canavieiro, procuramos apreender com mais afinco as estratégias do capital, o papel do Estado, a postura dos sindicatos e os desdobramentos para os trabalhadores.

Do ponto de vista teórico vale destacar que o aprendizado obtido ao longo de nossa trajetória na Pós-Graduação, as pesquisas anteriores e, de modo particular, o debate teórico que conseguimos desenvolver e ampliar ao longo dos dez anos do CEGeT, nos tem permitido apreender as expressões territoriais do trabalho, e os significados da sua configuração na sociedade de classes.

O esforço no sentido de efetuar uma “leitura” geográfica das formações e metamorfoses que o mundo do trabalho apresenta tem nos permitido, portanto, identificar os conteúdos, os sentidos e as contradições que emanam da dominação exercida pelos segmentos hegemônicos (capitalistas, latifundiários, Estado); bem como as lutas de resistência emancipatória e a busca de alternativas frente às condições de trabalho e os modelos impostos pelo sistema metabólico do capital.

Diríamos ainda, que a construção de o referencial teórico que nos deu embasamento para apreender e debater o trabalho nessa perspectiva geográfica,

é algo que vem sendo construído gradualmente no âmbito do CEGeT e da interlocução com outros grupos de pesquisa que também discutem a temática do trabalho. Porém, ainda nos deparamos com certas limitações no tocante à apreensão da dimensão dos vários sentidos e da complexidade que a temática do trabalho apresenta.

O suporte teórico-metodológico que qualifica o debate geográfico acerca da magnitude da fragmentação da práxis social do trabalho, das mediações que conduzem ao dialético movimento de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização da classe trabalhadora, fruto das contradições inerentes à complexa trama que envolve capital e trabalho, tem sido buscado no materialismo histórico e dialético. Suporte este obtido em Marx e em vários autores marxistas da nossa contemporaneidade, que discutem a temática do trabalho, seja na Geografia ou em outras áreas como a Sociologia e a Economia, por exemplo.

Estamos certos de que o trabalho é uma categoria fundamental para a compreensão da história da humanidade, tendo este papel central na teoria social. Como afirma Moreira (2008, p. 57) o trabalho é uma *“relação metabólica, uma troca de forças entre o homem e a natureza que se faz entre homens num lugar da superfície terrestre e num momento do tempo”*. Por isso, consideramos como um grande desafio poder refletir e discutir acerca das metamorfoses do mundo do trabalho no âmbito da luta de classes; assim como dos rearranjos espaciais materializados territorialmente sob múltiplas determinações, e que atingem duramente as entidades de representação dos trabalhadores.

Partindo desse pressuposto, buscamos embasamento para nossas reflexões em autores como Ricardo Antunes, (1997; 2001; 2004; 2004a), que discute as metamorfoses, a dialética e os sentidos do trabalho. Giovanni Alves (2000), que trata da precarização no mundo do trabalho frente às mudanças implementadas pelo processo de reestruturação do capital. Alain Bihr (1999) e Eric J. Hobsbawm (1987), que discutem o mundo do trabalho na perspectiva do movimento operário/sindical. Istvan Mészáros (2002; 2007), que aborda a supressão do antagonismo do sistema metabólico do capital. Marildo Menegat (2006), que aborda a situação de barbárie no mundo do trabalho e o auge da sociedade burguesa, o caráter destrutivo do capital que se sobrepõe às antigas

formas de exploração recriando-as em outras bases, e trazendo para o debate a emergência da necessidade de superação dessa ordem burguesa “fetichista” como condição para a sobrevivência da própria humanidade. Luciano Vasapollo (2005; 2007) que destaca, sob a ótica marxista, as mudanças estruturais do capitalismo e os reflexos no mundo do trabalho, a flexibilização e precarização do trabalho que transforma o trabalhador num “novo sujeito de classe”. Sadi Dal Rosso (2008), que discute a intensificação do trabalho na sociedade contemporânea. Ruy Moreira (2006; 2008), que discute os paradigmas, categorias e conceitos básicos da Geografia (trabalho, relação homem-meio, espaço, território, etc.); Rogério Haesbaert (2004; 2006), que traz para o debate a discussão acerca dos conceitos de território, territorialidade e do movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do trabalho e do capital sob a perspectiva da modernidade e mundialização do capital. Estes são, pois, alguns dos autores com os quais nos identificamos e nos pautamos para compreender a realidade do trabalho no contexto atual e, de modo especial no âmbito do capital agroindustrial canavieiro.

Referenciamos-nos também em autores como Adolfo Sánchez Vasquez (2007), que efetua a abordagem teórica de conceitos fundamentais como “práxis social” e consciência de classe; e Pierre Bourdieu (2007), Teuna VanDijk (2008) e Michel Foucault (2008) que discutem “discurso e poder”.

Além destes e de tantos outros autores não citados aqui, os trabalhos resultantes de pesquisas realizadas por pesquisadores no âmbito do CEGeT, incluindo as discussões efetuadas pelo orientador, Antonio Thomaz Júnior (várias obras), e pelos pesquisadores Marcelo Rodrigues Mendonça (2004) e Jorge Montenegro Gómez (2006) tiveram peso significativo na constituição de nosso referencial teórico.

Entretanto, faz-se importante destacar que não adotamos uma postura ortodoxa na composição dessa tese, nos pautando somente em leituras e reflexões de autores clássicos e marxistas, pois a temática e o objeto de pesquisa pressupõe uma postura capaz de captar as complexas tramas de relações, e assim buscar subsídios para nossas reflexões em diversas fontes. Aprender, compreender e analisar a complexa trama que envolve capital e trabalho no âmbito do agronegócio canavieiro no Brasil exigiu este trânsito por diversas áreas

do conhecimento e obras para, assim, podermos nos munir de elementos que nos permitissem efetuar a leitura geográfica a qual nos propomos acerca da temática em apreço.

Considerando que a lógica do capital é produzir e reproduzir um conjunto de mediações que se materializam socioespacialmente no território, e que, portanto, as mudanças implementadas pelo capital agroindustrial canavieiro, com desdobramentos para o trabalho, expressam-se territorialmente de forma desigual e contraditória, elegemos as categorias geográficas de espaço e território como centrais em nossa análise.

O conjunto de leituras efetuadas, a densa investigação empírica e os levantamentos que realizamos junto às fontes secundárias (jornais, revistas, *sites*, entre outras), deram o suporte necessário para a compreensão e reflexão acerca da temática em estudo, e permitiram a composição dessa tese em cinco capítulos, como segue.

No Capítulo I abordamos o processo de reestruturação do capital em nível mundial e no âmbito do setor canavieiro; o novo desenho territorial do agronegócio canavieiro no Brasil, destacando a conjuntura nacional e internacional que tem motivado o desencadeamento da expansão do cultivo da cana-de-açúcar e a implantação de novas unidades processadoras; a participação do capital estrangeiro, as estratégias adotadas pelo conjunto dos grupos e empresas agroindustriais canavieiras.

Já no Capítulo II destacamos além dos fatores que têm atraído o capital agroindustrial canavieiro para novas frentes de expansão, as ações do Estado dando sustentação a esse processo expansionista e apresentamos ainda dados comparativos entre os estados investigados, que refletem esse novo ordenamento territorial e produtivo do setor.

Abordamos no Capítulo III, os (re)arranjos do capital agroindustrial canavieiro, os desdobramentos do ponto de vista do uso e exploração da terra, a disputa inter-capital e os reflexos na produção de alimentos.

Os desdobramentos desse processo no âmbito do trabalho são abordados no Capítulo IV, no qual destacamos questões como a precariedade e a superexploração dos trabalhadores inseridos no corte de cana; as condições de trabalho, moradia e alimentação a que estão submetidos, sobretudo os

trabalhadores migrantes.

Já no Capítulo V, procuramos apreender as ações e as fragilidades das entidades de representação e apoio aos trabalhadores, diante do processo de reestruturação produtiva do capital, da flexibilização da produção e do trabalho, do avanço tecnológico e conseqüente aumento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo; enfim, das mutações sofridas pelo trabalho.

Pautamos-nos, sobretudo na apreensão dos desafios postos para as diferentes expressões da classe trabalhadora, para os sindicatos e movimentos sociais, nesse contexto, no sentido da (re)construção da práxis social, compreendendo a luta pela terra e pela Reforma Agrária como a possibilidade de construção de uma sociedade mais justa e igualitária e, para além do modelo constituído sob a lógica do capital.

É importante destacar, que além do vasto levantamento bibliográfico e empírico, nos esforçamos em mapear o fenômeno estudado não somente do ponto de vista teórico-conceitual, mas também na perspectiva cartográfica, haja vista o mesmo apresentar uma materialidade territorial que expressa a dimensão da configuração espacial do processo.

INTRODUÇÃO

*Sem sombra de dúvida,
a vontade do capitalista consiste em encher os bolsos, o mais que possa.
E o que temos a fazer não é divagar acerca da sua vontade,
mas investigar o seu poder, os limites desse poder e o caráter desses limites.*
(Karl Marx)

Apreender o processo de reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos do mesmo para o trabalho requer que lancemos um olhar sobre as mudanças implementadas, sobretudo a partir dos anos 1990. Faz-se necessário atentar para a crise estrutural do capitalismo, para o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, somado ao advento do neoliberalismo no cenário internacional e nacional.

A emergência de um novo modelo de desenvolvimento pautado no padrão toyotista e na produção flexível produziu uma nova dinâmica de recomposição de classes, e se materializou no território através da reestruturação do capital, recriando assim as contradições e o conflito entre capital e trabalho.

Esse cenário favoreceu não só a flexibilização da produção, mas também a flexibilização do mercado de trabalho, dos “*modelos de consumo*”; o desenvolvimento da microeletrônica, da automação, dos programas de qualidade total, da mecanização e de novas formas de gestão e controle do processo de produção e de trabalho, determinando mudanças no processo desigual de desenvolvimento do capitalismo entre os vários setores e regiões geográficas¹.

Essas mudanças implementadas no contexto de mundialização do capital são decorrentes da própria crise do sistema capitalista, que busca na reestruturação produtiva e, portanto nas formas flexíveis de produção e de trabalho “*um modo para recuperar a taxa de lucro com o aumento da produtividade do trabalho e a criação de novos mercados*”. (VASAPOLLO, 2007, p. 42).

¹ Cf. VASAPOLLO, 2007.

Para Menegat (2006, p.33), ao contrário do que afirmava Max em sua época, a crise e a barbárie instauradas no estágio atual de desenvolvimento do capitalismo já não podem ser explicadas somente pela destruição das forças produtivas. Hoje “*as crises adquirem outras formas de manifestações e ameaças*”, como, por exemplo, os vários tipos de violência, a destruição da natureza e a exclusão de milhões de trabalhadores do mercado de trabalho.

Mediante tal contexto tivemos o aumento da competitividade, o crescimento do capital constante em detrimento do capital variável, fazendo com que a contradição que nutre a redução da taxa de lucro se recompusesse em escala crescente, impulsionando assim o processo de mundialização do capital. Contudo, a massa de capital não remunerada suficientemente nos processos produtivos acabaram atraídos pela especulação financeira. Constitui-se, então, um processo de financeirização em escala mundial, no qual o capital passou a valorizar-se cada vez mais sem passar pela esfera da produção de mercadorias². Nesse contexto, o capitalismo se revela “*parasitário*” e “*rentista*” (ALVES, 2000, p. 63) e, o capital atinge sua forma mais fetichizada, pois o dinheiro passa a produzir mais dinheiro e o valor a se valorizar por si só (MARX, 1988).

Com efeito, esse processo de reestruturação do capital produtivo e de intensos investimentos em inovação tecnológica tem desencadeado um conjunto de desdobramentos também na seara do trabalho. O desenvolvimento de formas flexíveis de trabalho³; o incremento da produtividade do trabalho e um correspondente aumento do desemprego; o acirramento da heterogeneização e da precarização, somado ao descumprimento das leis trabalhistas e a fragilização das organizações sindicais, são alguns exemplos.

Para Antunes (1997) o mundo do trabalho se metamorfoseou, ganhando nova feição agora caracterizada pelo trabalho parcial, precário,

² Iremos retomar este assunto em outro momento do texto, mas vale registrar de antemão que acreditamos ser este um aspecto que contribuiu sobremaneira para o desencadeamento da mais recente crise mundial do capitalismo.

³ Por flexibilização do trabalho depreende-se, entres outros aspectos: Liberdade por parte da empresa para demitir trabalhadores sem estar sujeita as penalidades da lei, caso haja redução na produção e nas vendas; Redução ou ampliação da jornada de trabalho, dependendo das circunstâncias; Liberdade por parte da empresa para alterar as características da jornada de trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial etc.); Faculdade para reduzir salários para solucionar negociações ou participar de concorrência; Liberdade para terceirizar serviços/atividades; Possibilidade de efetuar contratos temporários. (VASAPOLLO, 2007, p. 100)

temporário, subcontratado, terceirizado, *part-time*, etc. Já para Vasapollo (2005, p.18) o trabalho nesse contexto é considerado “atípico”, haja vista o “forte conteúdo de precariedade” que adquiriu.

Vê-se, pois, que esse novo cenário provocou mudanças tanto no âmbito do capital como do trabalho; desconstruindo a unidade espacial das linhas de produção, “*simplificando-as e espalhando-as por diferentes e longínquos territórios*”, reduzindo assim a possibilidade de controle dos trabalhadores sobre o processo de produção; ao passo que o controle exercido pelos capitalistas sobre os trabalhadores assumiu novos contornos, tornando-se “*mais sutis*”, porém mais “*duros, mais “pesados” e menos perceptíveis*. Além disso, as greves perderam seu peso diante da ameaça do desemprego que paira sobre os trabalhadores, somada a dificuldade de organização da *experiência coletiva no mundo do trabalho*” (MENEGAT, 2006, p. 90-91).

À ameaça (e a existência de fato) de desemprego, a flexibilização do trabalho (que atinge duramente conquistas históricas do movimento sindical), soma-se a fragmentação, a heterogeneização e a complexificação da classe trabalhadora, dificultando a organização sindical e, conseqüentemente a prática grevista. Mediante tal situação surge o “*sindicalismo de participação*”, ou “*sindicalismo de empresa*”⁴, colocando em questionamento a “*raiz*” do sindicalismo tradicional (ANTUNES, 1997, p. 64-65).

Os sindicatos constituídos em outra realidade produtiva, ou seja, do binômio fordismo-keynesianismo e do Estado interventor, mediante a realidade do mundo do trabalho que se funda com o modelo de produção flexível (de base toyotista) e a vigência de um Estado com postura neoliberal (desregulamentador e, portanto, menos interventor), apresentam dificuldade para aglutinar forças em torno de questões mais amplas. Pressionados pela conjuntura econômica e política desfavorável passaram a atuar na defensiva, limitando suas ações à “conquista” de direitos elementares (direito ao emprego, por exemplo). Com isso criou-se certo distanciamento entre o trabalho e suas entidades de representação.

Esse recuo do sindicalismo, que nos países de capitalismo central já ocorria desde os anos 1970, no Brasil ganhou evidência, de forma tardia, nos

⁴ Sindicatos retraídos, menos combativos e, portanto mais susceptíveis aos ditames do capital.

anos 1990⁵. Alves (2000, p. 191) destaca que a crise político-ideológica do sindicalismo teve como pano de fundo a “*derrota política da classe operária*”, expressa na candidatura/derrota de Luís Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições da viragem dos anos 1990. Somou-se a isso as medidas de cunho neoliberal implementadas na economia nacional pelo então eleito presidente Fernando Collor de Mello, as quais atingiram duramente o mundo do trabalho. Neste contexto, o ímpeto classista dos sindicatos mais combativos recuou, fazendo com que a resistência dos trabalhadores adquirisse uma “*feição de cariz neocorporativista*”. Desse modo, os sindicatos passaram a atuar na defensiva. (ALVES, 2000, p. 191).

O autor destaca ainda que o desenvolvimento dessa crise político-ideológica das estratégias de classe, não foi somente um resultante do processo de reestruturação produtiva do capital, ela foi também um condicionante. Trata-se, pois, de uma relação dialética, tendo em vista que a crise do sindicalismo criou as condições “*subjetivas*” para o fortalecimento da hegemonia do capital na produção. (ALVES, 2000, p.189)

Sem a pretensão de nos alongar nesta discussão, pois retomaremos em outro momento do texto, o que é importante destacar aqui é que esse processo de reestruturação produtiva do capital geral atingiu também o capital agroindustrial canavieiro personificado no agronegócio. Fundamentado na moderna forma de produzir o mesmo se desenvolveu com farto suporte creditício, sobretudo durante o período de vigência do Proálcool (Programa Nacional do Álcool), mantendo, até finais dos anos 1980, a disputa intercapital e a implementação de mudanças tecnológicas e organizacionais amparadas em subsídios estatais.

Com a desregulamentação e a conseqüente redução da intervenção do Estado, o agronegócio canavieiro viu-se diante da possibilidade de potencializar a formulação de estratégias autônomas. Esse novo cenário fez emergir no início dos anos 1990 uma crise no âmbito do setor (atingindo especialmente as empresas com maior volume de dívidas, levando muitas delas ao processo falimentar). Desse modo, acredita-se que as inovações tecnológicas e

⁵ Ver também SILVA, 2001.

organizacionais adotadas a partir de então por este segmento produtivo foram instigadas tanto pelo cenário de reestruturação da economia mundial, como pelas mudanças econômicas e políticas em curso no cenário nacional⁶.

O incremento tecnológico no âmbito das empresas do setor canavieiro, conduziu ao aumento da produtividade tanto da matéria-prima como dos sistemas de colheita, carregamento e transporte, bem como a consolidação de ações vinculadas às formas de gestão e controle do processo de produção ligadas, diretamente, aos novos referenciais tecnológicos e ambientais, tais como a automação microeletrônica, a mecanização do corte de cana-de-açúcar, a certificação ambiental, os sistemas de controle de qualidade (ISOs), sequestro de carbono etc., desencadeando assim um processo de diferenciação inter-empresas.

As mudanças implementadas pelo capital agroindustrial canavieiro impactaram profundamente o mundo do trabalho. Os reflexos se fizeram sentir do ponto de vista da redução do emprego, por conta da mecanização da lavoura (sobretudo no corte de cana) e da automação microeletrônica adotada na planta fabril. Soma-se a isto o acirramento da precarização e superexploração do trabalho, que se expressa nas formas de arregimentação e controle da força de trabalho (especialmente dos trabalhadores migrantes), na crescente terceirização da mão-de-obra, no descumprimento das leis trabalhistas, na captura da subjetividade operária, via implementação dos sistemas de gestão e controle do processo de produção e de trabalho, etc.

Nesse contexto de reestruturação produtiva do capital agroindustrial canavieiro é importante destacar também que várias empresas ou grupos tradicionalmente envolvidos no agronegócio, aderiram ao processo de fusão e/ou aquisição de novas empresas e a associação com capitais externos, visando com isso a sobrevivência (especialmente os menos capitalizados) e/ou garantir a acumulação de capital, acirrando assim o já histórico processo de concentração e centralização de capitais no âmbito desse segmento produtivo.

Os grupos e/ou empresas do setor que saíram fortalecidos nesse

⁶ A exemplo da mecanização do corte, a qual foi adotada como mecanismo de auto-sustentação e de coerção frente ao movimento dos trabalhadores ligados ao corte manual da cana-de-açúcar, acionado em função do elevado grau de exploração do trabalho e descumprimento das leis trabalhistas, somado às

processo têm se valido do apoio estatal e do reforço dado pela mídia para defender o discurso do agronegócio. A defesa consiste no fato desse setor apontar-se como um dos segmentos produtivos mais importantes no âmbito da agropecuária paulista e brasileira, ao envolver na cadeia produtiva um conjunto de atores sociais e de atividades laborativas que movimentam grande volume de negócios, gerando empregos e divisas para o país com vantagens comparativas para os empresários.

Porém, não podemos deixar de atentar para o fato de que os investimentos públicos diretos e em infra-estrutura, no Brasil, estão direcionados para segmentos específicos do aparelho produtivo, totalmente vinculados às tecnologias de ponta, às atividades mecanizadas, em todas as etapas do processo de trabalho, poupadoras de força de trabalho⁷ e voltadas para a exportação. Portanto, é em nome da defendida eficácia e vocação agroexportadora atribuída ao agronegócio canavieiro que este tem sido um dos grandes beneficiados, tanto com recursos como com apoio estatal, a exemplo do que vem ocorrendo atualmente quanto à expansão da plantação/produção de cana-de-açúcar.

A conjuntura política e econômica favorável ao mercado de etanol a partir de 2005, desencadeou um forte movimento do agronegócio canavieiro em diferentes frentes de expansão no território nacional, fazendo emergir novas (re)configurações geográficas e espaciais, tanto no âmbito do capital como do trabalho, tendo como grande aliado o Estado.

Essa é a lógica do sistema metabólico do capital, que na busca da acumulação evidencia seu caráter expansionista e incorporador, diluindo fronteiras e desestabilizando as relações e as formas de organização espacial anteriormente construída, ao mesmo tempo em que cria outras relações para viabilizar a hegemonia do novo segmento produtivo.

Movido pela lógica da acumulação, o capital destrói, cria e recria espaços numa dinâmica marcada por avanços e retrocessos, que refletem o ambiente competitivo e contraditório próprio da natureza do sistema. (OLIVEIRA, 2006, p. 70)

⁷ exigências da legislação ambiental que prevê a redução gradual da queima da cana.
Cf. THOMAZ JR., 2002.

Essa lógica explica a mobilidade territorial desencadeada pelo capital agroindustrial canavieiro em direção a vários estados do Centro-Sul (Sudeste e Centro-Oeste), a qual tem sido expressiva, sobretudo para os estados de Minas Gerais (com forte presença de usineiros nordestinos), São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, norte/noroeste do Paraná, norte Fluminense e Mato Grosso.

Essa mobilidade para novas áreas em expansão é justificada pelos empresários agroindustriais canavieiros por meio de uma série de fatores como, por exemplo, a disponibilidade de grandes extensões de terras, atrativas do ponto de vista do preço, da fertilidade e baixa declividade; acesso à água (seja por meio de fontes superficiais, de rios, canais e represas, como é mais utilizada, ou aos aquíferos), mercado consumidor abundante; logística favorável e maior possibilidade de exploração da mão-de-obra, entre outros (conforme destacaremos no capítulo I), haja vista ser *“imperativo para o capital mover-se em direção às áreas que permitam a máxima exploração do capital e do trabalho”*. (OLIVEIRA, 2006, p. 72)

Vale ressaltar que no estado de São Paulo esta expansão está ocorrendo com mais intensidade na porção oeste, com destaque para as Regiões Administrativas (RA's) de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

No Pontal do Paranapanema esta expansão expressa um destacado jogo político, que envolve diversos atores como capitalistas, latifundiários, Estado e assentados, em torno da regularização do território ilegal e ilegítimo das terras griladas ou com pendências jurídicas, que constituem o latifúndio nesta porção do estado. Acreditamos, pois, que tal aliança tem ocorrido, sobretudo para conter as lutas em favor da efetivação da Reforma Agrária, colocando em evidência a preocupação estratégica de classe, do capital, diante da instabilidade social e do desafio do exercício do controle territorial e de classe sobre o trabalho.

Os rearranjos e as formatações desencadeadas pelo agronegócio canavieiro nos últimos anos, decorrem das estratégias adotadas por essa personificação do capital. O processo de reestruturação produtiva, as fusões, as aquisições de empresas e/ou ações de empresas por vários grupos do setor, são exemplos significativos para apreendermos tal processo na atualidade.

Nesse contexto, a conjuntura política e econômica voltada para a

abertura do mercado de etanol contribui igualmente para a emergência de novas (re)configurações geográficas e espaciais, não apenas no âmbito do capital, mas também na esfera do trabalho, tendo como grande aliado o Estado.

Esse movimento do capital na seara canavieira vem expressando, portanto, uma nova territorialidade⁸ ou, por que não dizer, um novo ordenamento territorial desse segmento da agroindústria e das áreas plantadas com cana-de-açúcar; bem como de outros segmentos produtivos (agricultura e pecuária, por exemplo) alterando assim a Geografia do campo, tendo em vista que sua dinâmica expansionista está focada no processo de valorização capitalista do espaço e, por conseguinte na valorização do próprio capital, produzindo assim formas e conteúdos espaciais desiguais.

Temos, pois, neste contexto, as atenções voltadas para a apreensão da realidade social construída sob os novos fundamentos táticos e estratégicos do capital, cujos desdobramentos se fazem sentir no processo social como um todo e, de modo particular na esfera organizativa do trabalho.

É preciso um somatório de esforços no sentido de compreender as diferentes facetas do processo de reprodução ampliada do capital canavieiro, as alianças e estratégias que este utiliza para implementar o avanço da agricultura tecnificada e empresarial, que referencia o agronegócio como modelo de desenvolvimento regional, relegando ao segundo plano a agricultura camponesa e familiar.

O desafio está em reconhecer e compreender as marcas territoriais do capital e do trabalho, as contradições, os conteúdos e o sentido da dominação exercida pelos segmentos hegemônicos (capitalistas, latifundiários e Estado) nesse jogo em que as estratégias e as alianças são costuradas, muitas vezes, no sentido de enfraquecer o embate capital x trabalho e as lutas de resistência emancipatória viabilizadas através dos movimentos sociais, a exemplo da luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Desse modo, fez-se necessário aprofundar a investigação e reflexão

⁸ A territorialidade é apreendida aqui como vinculada às relações de poder, como um recurso que pode ser estrategicamente manipulado e modificado, conforme o grupo social e seus interesses num dado contexto histórico e geográfico. Cf. SACK, apud HAESBAERT, 2004, p.87. Desse modo, a territorialidade antes constituída nesses lugares pela pecuária e por outros cultivos, devido ao poder dos grandes empresários canavieiros, vem sendo substituída por uma nova territorialidade, a dos grandes canaviais e unidades

acerca do processo de territorialização do capital agroindustrial canavieiro, dando ênfase às estratégias que os diferentes grupos e empresas têm adotado, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista trabalhista e ambiental.

processadoras.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL: O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO EM QUESTÃO

“o processo vital do capital consiste apenas em mover-se como valor que se expande continuamente”.
(CLEAVER, 1981, p. 355)

Partindo do pressuposto de que o processo de reestruturação produtiva do capital e, de modo particular do capital agroindustrial canavieiro, tem produzido um conjunto de mudanças no mundo do trabalho, as quais também se expressam do ponto de vista espacial, procuraremos neste capítulo não somente descrever a distribuição fenomênica do agronegócio canavieiro nas diversas porções do território nacional as quais visitamos, mas também identificar as mediações que têm conduzido ao atual estágio de desenvolvimento tecnológico e produtivo.

Antes, ressaltamos que o agronegócio é por nós apreendido não somente como um termo usado para definir um modelo de desenvolvimento econômico agroindustrial, mas também como um modelo que possui uma carga ideológica⁹ muito forte no sentido de maquiagem a imagem da agricultura capitalista, historicamente exploradora do trabalho do homem e concentradora de terra, renda e capital¹⁰, à medida que se apresenta como gerador de empregos e

⁹ Compreendemos que o termo ideologia faz referência “à consciência” de um determinado grupo ou classe social, que pode ser “explicitamente elaborada ou não em um sistema ideológico, que subjaz às práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo”, de modo que seus interesses se materializem. Tanto a ideologia quanto as práticas ideológicas que dela se derivam são adquiridas, constituídas, exercidas ou veiculadas por várias instituições, a exemplo do Estado e dos meios de comunicação. (DIJK, 2008, p. 47-48) Nós acrescentaríamos ainda nesse contexto a classe dominante, detentora dos meios de produção, que uma vez aliada ao Estado e a mídia, utiliza-se dessa ferramenta em seu discurso para fortalecer seu poder e garantir sua hegemonia.

¹⁰ Faz-se interessante chamar atenção para esses três elementos fundamentais no processo de produção da agricultura capitalista: terra, renda e capital, especialmente no que se refere à diferenciação existente entre ambos. O capital seria o trabalho acumulado pelo capitalista, materializado nos meios de produção e, produto do trabalho assalariado. Enquanto a terra não é produto do trabalho assalariado, pois é um bem natural que não pode ser reproduzido. Desse modo, tendo em vista que a terra não é materialização do trabalho humano, ela não tem valor, não podendo assim ser confundida com o capital. No entanto, como o capital monopoliza os meios de produção, como ele se apropria do trabalho também pode se apropriar da

proporcionador de desenvolvimento social e econômico das áreas nas quais se territorializa.

O Brasil apresenta um dos índices de concentração de terra mais elevados do mundo. *“Aqui estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou”* (OLIVEIRA, 2003, p. 07). Segundo o autor, as 27 maiores propriedades existentes no país representam juntas uma superfície igual à ocupada pelo Estado de São Paulo. Algumas delas chegam a ter superfície maior que a de um estado brasileiro, como é o caso, por exemplo, da fazenda Jari S/A. Com extensão maior que a do estado de Sergipe, a mesma ocupa parte da área do estado do Pará e do Amapá.

Dados do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) referentes ao ano de 2003, apresentam a existência de 4.238.421 imóveis rurais, no Brasil, ocupando uma área de 420.345.382 hectares. Apesar dos dados não serem atuais eles servem para exemplificar a concentração de terra que estamos discutindo. Tomando como referência os números mais extremos, cabe destacar que enquanto 1.338.711 propriedades rurais com menos de 10 mil hectares ocupam uma área de apenas 7.616.113 hectares, 69.123 imóveis com 1.000 hectares ou mais ocupam uma área equivalente a 183.564.299 hectares.

Em termos porcentuais vale dizer, que enquanto as propriedades com menos de 10 hectares representam quantitativamente 31,6% do total, ocupando somente 1,8% da área, as propriedades com 1.000 hectares ou mais representam apenas 1,6% em termos quantitativos e ocupam uma área 43,6% maior.

Diríamos em acréscimo, que o agronegócio e, de modo particular o agronegócio canavieiro, se traveste do discurso de que é um modelo produtivo por excelência, para evidenciar a relevância produtivista da agricultura capitalista e enfatizar o aumento da produção, da geração de empregos, de riquezas e de novas tecnologias, tentando assim mascarar o que traz na sua essência, que é o

terra, embora esta seja um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. No contexto de subordinação da agricultura ao capital, que tudo transforma em mercadoria, a terra adquire preço, podendo ser comprada, vendida ou arrendada, gerando, portanto, renda. A apropriação da terra pelo capitalista permite que o trabalho agrícola seja subordinado ao capital, fazendo com que assim, a terra pareça capital, mas não faz dela efetivamente capital. O que equivale dizer que enquanto o capital produz lucro, o trabalho produz salário, e a terra produz renda, que é gerada no momento em que o capitalista paga ao proprietário o direito de utilização da sua terra. (MARTINS, 1995, p. 159-165)

seu caráter concentrador (de terras e de capital)¹¹, expropriatório (da pequena agricultura camponesa e da natureza), excludente e exploratório (da força humana que trabalha).

O termo agronegócio foi difundido nos Estados Unidos nos anos 1950, mas enquanto modelo já existia desde o século XIX. Sua origem está no antigo sistema de *plantation*, que tinha como base grandes propriedades destinadas à produção para exportação. Passou por muitas modificações ao longo do tempo, mas a sua característica básica que é a exploração da terra e do homem, não se perdeu, ao contrário, se intensificou travestida com novas roupagens.

No caso brasileiro, a integração dos segmentos modernos da agropecuária às indústrias fornecedoras de equipamentos, máquinas e insumos, foi um passo importante para o desenvolvimento do modelo que hoje encabeça o discurso e a prática do agronegócio. Diríamos em outras palavras, que foi pressuposto para a formação do conceito de agronegócio, o qual implica na ideia de interdependência e de entrelaçamento dos vários elos que constituem uma cadeia produtiva. Segundo WELCH (2005, p.01) o agronegócio tal qual vivenciamos hoje é uma versão do modelo norte-americano denominado *agribusiness*. Desse modo, apesar da incorporação recente da palavra ao nosso vocabulário - começou a se difundir no Brasil na década de 1990 - o agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento não é novo.

Tal modelo de produção, e aí se inclui o agronegócio canavieiro, tem sido defendido como se fosse a “salvação da lavoura” para o Estado comprometido com as políticas anti-populares do Banco Mundial e do FMI, e escravas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Para a política macroeconômica do governo Lula é importante manter o peso das exportações e sustentar o superávit primário, partindo-se da argumentação de que o agronegócio é a solução para o desenvolvimento do país e para o aumento da participação no comércio exterior.

¹¹ Com base em dados do INCRA, SAFATLE & PARDINI (2004, p. 03) destacam que 74% das propriedades no Brasil ocupam 50 milhões de hectares de terras, o correspondente a 12% das terras agricultáveis do País, enquanto 183 milhões de hectares são ocupados por apenas 1,7% das propriedades, que respondem por 43% das terras agricultáveis. O CADERNO DE FORMAÇÃO da CPT, N. 02/2006, também destaca segundo dados do INCRA, que 70% das propriedades rurais acima de 2.000 hectares são improdutivas no Brasil, correspondendo a 120 milhões de hectares. Dos 600 milhões de hectares cultiváveis, 250 milhões são áreas presumivelmente devolutas, pertencem a União, mas estão em poder

Neves (2004)¹², defende a importância do desenvolvimento do agronegócio para o Brasil e aponta como desafio o que nós chamamos de estratégia empresarial, em parceria com o Estado, ou seja, aumentar a participação do agronegócio brasileiro no mercado externo, crescendo em *commodities* e removendo grandes produtores mundiais. Segundo o autor, “*A luta deve ser por acesso a mercados, algo que vem sendo feito pelo governo e pela iniciativa privada, de maneira articulada [...] o protecionismo que nos atrapalha não cairá facilmente, mas não será eterno*”. Para nós é muito clara a postura do autor em defesa dessa parceria entre Estado e agronegociantes, quando afirma que “*Estado e setor privado devem operar juntos nesta agenda [...]*”.

Segundo dados do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), o agronegócio é responsável por 34% do PIB, por 36% do total de exportações e por 37% dos empregos gerados no País. Apesar da crise internacional deflagrada no segundo semestre de 2008, o saldo da balança comercial do agronegócio em fevereiro de 2009 foi superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. No segundo mês de 2008 as exportações totalizaram R\$ 7,75 bilhões, ao passo que no mesmo período de 2009 as vendas externas somaram R\$ 8,44 bilhões, um montante 8,9% superior ao mesmo período de 2008. Com isso o agronegócio registrou um superávit de R\$ 6,84 bilhões¹³.

O discurso predominante tenta convencer todos de que o agronegócio é o modelo ideal para o desenvolvimento do país, pois além de gerar emprego e renda é responsável pela maior parte da produção e das exportações brasileiras; é moderno, eficiente e competitivo, além de ser uma atividade próspera e rentável. “*O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país*”¹⁴.

A mídia também reforça a importância do agronegócio, pois ao divulgar os resultados das safras anuais credita-os a este modelo. O discurso freqüente

dos grileiros.

¹² Marcos Fava Neves é professor de Marketing e Estratégia no curso de Administração da USP/Ribeirão Preto. O mesmo escreveu uma matéria no Jornal O Estado de São Paulo – A Década do Agronegócio, no qual defende o fortalecimento deste setor, bem como a participação/apoio do Estado nesse processo.

¹³ Dados fornecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em 11 de março de 2009. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=28788>

¹⁴ Extraído do texto: **Agronegócio Brasileiro: Uma Oportunidade de Investimentos**. MAPA –

nas matérias sobre esse segmento produtivo, que são veiculadas na mídia televisiva, na mídia impressa ou em *sites* especializados, é sempre de valorização desse modelo. *“Agronegócio brasileiro é responsável por cerca de 1/3 de tudo que é produzido no país, o agronegócio é o setor mais importante da economia brasileira”*¹⁵.

Estrategicamente o agronegócio se apropria dos resultados da agropecuária, como se o mérito da produção neste país fosse só seu, relegando à agricultura camponesa, que é responsável por grande parte da produção de alimentos básicos, o segundo plano.

É importante dizer nesse sentido, que as lavouras temporárias (nas quais se inclui as de produção de alimentos básicos) apresentam maior volume de produção entre as pequenas e médias propriedades do que entre as grandes¹⁶.

Assim, cabe destacar a título de exemplo, que os maiores volumes de produção de lavouras como mandioca (91,9%), feijão (78,5%), milho (54,4%), batata inglesa (74,0% 1ª safra, 76,7% 2ª safra) tomate (76,4%), arroz (38,4%), trigo (60,6%) e mesmo a soja (34,4%) ocorrem nas pequenas e médias propriedades. No caso da soja e do arroz são as médias propriedades as responsáveis pelos maiores volumes de produção respondendo, respectivamente por 43,7% e 42,7%. A exceção entre as lavouras temporárias é a cana-de-açúcar, cujo volume de produção é maior entre as médias (47,1%) e grandes (33,1%) propriedades (OLIVEIRA, 2003, p. 08).

Outros cultivares, que se enquadram nas lavouras permanentes, como o mamão, a laranja, o café e a banana, por exemplo, também são produzidos majoritariamente nas pequenas propriedades. Assim, estas respondem por 60,1% da produção de mamão, 51,0% de laranja, 70,4% de café e 85,4% de banana.

Todavia, são as lavouras cujos produtos são mais voltados para exportação que se beneficiam com as políticas agrícolas e com a maior parte dos créditos agrícolas. Nesse sentido Guanziroli destaca que,

08/02/2007. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33,968707&_d...

¹⁵ Portal do Agronegócio – Disponível em: <http://www.gestaodoagronegocio.com.br/>

¹⁶ Consideram-se aqui como pequenas propriedades aquelas com menos de 200 hectares, as médias de 200

As culturas de exportação – como é o caso da soja, da laranja e da cana-de-açúcar, por exemplo – receberam um impulso muito maior, em razão das políticas agrícolas que as beneficiavam mais diretamente; em detrimento das culturas voltadas ao mercado interno, como o arroz, mandioca e milho (2006, p. 09).

O autor ressalta ainda que o desenvolvimento do agronegócio no Brasil – no qual a soja teve um papel preponderante – decorre de estratégias desencadeadas a partir dos anos 1970, entre as quais se destaca o avanço tecnológico promovido pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); bem como a abertura de fronteiras agrícolas nas áreas de Cerrado via programas de colonização, somado as mudanças implementadas no âmbito das políticas agrícolas.

A agricultura capitalista agroexportadora tem sido historicamente beneficiada com créditos e financiamentos estatais, especialmente o agronegócio canavieiro, que durante a vigência do Proálcool contou com grande volume de créditos subsidiados pelo Estado. Hoje, mediante alegação de ser este a mola propulsora do desenvolvimento do País, seus defensores reivindicam maiores volumes de crédito. Segundo Gonçalves; Martin; Souza (2007)¹⁷

O crédito rural consiste num dos alicerces sobre o qual se ergue o edifício de um agronegócio competitivo. Corroer esse alicerce é destruir o enorme edifício econômico representado pelo agronegócio, que representa 41,2% da riqueza brasileira e 37,2% da paulista, medidas pelo Produto Interno Bruto (PIB).

Apesar de o governo federal disponibilizar uma linha de crédito especial para a agricultura familiar (o Pronaf) e com recursos crescentes, ainda não são todos os agricultores que se beneficiam. Grande parte deles não tem acesso ao crédito, ou por não receberem orientações técnicas ou por estarem inadimplentes junto aos bancos. Mesmo assim, segundo dados da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar produz 67% do feijão que consumimos 58% da carne suína, 54% do leite e 49% do milho¹⁸.

a 2.000 hectares e as grandes com mais de 2.000 hectares.

¹⁷ Cf. **FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO**: um crédito ao futuro. Disponível em: http://sebraema.com.br/agroneg/pages/pageartigo/financ_agro.htm

¹⁸ Idem. SAFATLE & PARDINI (p.04). In: CARTA CAPITAL, SET./2004. Disponível em:

BURBACH; FLYNN (1982) destacam que o modelo de desenvolvimento agroindustrial introduzido nos países da América Latina está longe de ser uma solução, pelo contrário, agrava ainda mais o problema da fome, pois tal modelo tem como consequência à modernização da agricultura e a exacerbação das desigualdades sociais. Muitos têm sido os pequenos agricultores privados de seus meios de produção. Muitos também têm sido aqueles que foram expulsos de suas terras e forçados a proletarização ou a engrossarem as fileiras dos movimentos de luta pela terra.

É preciso atentar ainda para um aspecto que julgamos relevante nesse contexto. Ao contrário do que pregam os defensores do agronegócio de que essa moderna forma de produzir no campo brasileiro, com forte aparato tecnológico, produção em grande escala e com vastos investimentos em mecanização é geradora de emprego e renda, contraditoriamente ela tem sido responsável pela redução do número de empregos no campo.

Na década de 1990, a introdução de novas tecnologias voltadas para a mecanização da colheita e pós-colheita foi fortemente estimulada pelas diretrizes da política econômica vigente no período. Entre os fatores que contribuíram para isso cabe destacar o câmbio sobrevalorizado (1994-1998) e os financiamentos com juros baixos disponibilizados pelo Finame Agrícola, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e até mesmo pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A esses fatores somam-se os bons preços obtidos por alguns *commodities* (café, açúcar, soja e milho) no mercado e as grandes safras de grãos. Com isso criou-se, a partir de 1995, um cenário favorável não só para a renovação da frota, mas também para a aquisição de novas máquinas, como tratores, colhedoras, novos implementos, etc¹⁹.

Diante desse cenário não podemos desconsiderar que um dos desdobramentos do processo de modernização, mecanização e fortalecimento do agronegócio tem sido a substituição do trabalho “vivo” pelo trabalho “morto”, ou seja, a substituição da força de trabalho do homem pela máquina. Um estudo

http://cartacapital.terra.com.br/site/capa_secoes.php?id_secao=7
¹⁹ Ver BALSADI et al (2002:03)

realizado por pesquisadores²⁰ do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), destaca que:

O impacto das novas colhedoras sobre o nível de demanda de mão-de-obra agrícola é muito significativo: na cultura do algodão, uma colhedora substitui o trabalho de 80 a 150 pessoas; no café, uma colhedora automotriz pode eliminar o trabalho de até 160 pessoas; na cana-de-açúcar, uma colhedora elimina o trabalho de 100 a 120 pessoas; da mesma forma, na cultura do feijão, uma colhedora pode substituir o trabalho de 100 a 120 pessoas (Sensor Rural Seade, 2001).

Em regiões onde o agronegócio da soja e do algodão, por exemplo, vem se tornando altamente mecanizado, o aumento do desemprego no campo tem sido significativo, especialmente em estados como Goiás e Mato Grosso, no Centro-Oeste. Só em 2004, 3.905 famílias perderam seus empregos em fazendas monocultoras do estado de Goiás e passaram a engrossar as fileiras do MST. De abril a setembro de 2004, o número de famílias acampadas no estado de Goiás saltou de 6.560 para 10.465. O que significa um aumento de 59,53%²¹.

Com a expansão da atividade canavieira para essas áreas de cerrado criaram-se novas oportunidades de emprego no campo (atraindo, sobretudo muitos trabalhadores migrantes de outros estados), mesmo que o trabalho seja executado sob condições muito precárias. Sabe-se, no entanto, que boa parte desses empregos gerados pela expansão das lavouras de cana-de-açúcar, hoje já está em declínio e caminha para a extinção em decorrência do uso da máquina colheitadeira no corte de cana.

Diante das evidências deduz-se, que o processo de transformação tecnológica ao qual a agricultura brasileira foi submetida, incorporando crescentemente insumos industriais modernos e máquinas ao processo produtivo, só atendeu exclusivamente aos interesses do capital que visa aumentar a produtividade do trabalho, reduzir os custos de produção e apropriar-se da mais-valia.

Portanto é preciso atentar para o fato de que mesmo tendo ocorrido

²⁰ Cf. BALSADI et al (2002).

²¹ Cf. ORNAGHI. In: Agência Folha, em Acreúna/GO, 12 de set./2004.

transformações profundas do ponto de vista tecnológico, no âmbito desse modelo, não houve qualquer modificação na estrutura agrária. O que houve na verdade, foi a conservação e agravamento da concentração de terra. No caso específico da atividade canavieira a concentração fundiária é histórica, mas nos últimos anos esse processo tem se intensificado por meio de aquisição de pequenas e médias propriedades, de fusão de empresas e/ou grupos e também na forma de arrendamentos.

Ao alavancar o discurso do agronegócio e apontar como um dos segmentos produtivos mais importantes no âmbito da agropecuária paulista e brasileira, o setor canavieiro envolve na cadeia produtiva um conjunto de atores sociais e de atividades laborativas que movimentam grande volume de negócios, gerando divisas para o país e vantagens comparativas para os empresários.

As informações divulgadas pela mídia, pelos órgãos governamentais e pelas entidades privadas propagam a expansão do agronegócio canavieiro, mas nós questionamos a que preço, e em quais condições este modelo vem se fortalecendo; quais os fatores que têm conduzido ao fortalecimento e a expansão desse segmento produtivo. Veremos que são vários, mas o processo de modernização da agricultura brasileira, especialmente a partir dos anos 1950/60 e o processo de reestruturação produtiva do capital em escala mundial e nacional, que ganhou força nos anos 1980/90, têm papel preponderante, por isso a avaliação que nos propusemos efetuar aqui.

1.1 – O Processo de Modernização da Agricultura Capitalista no Brasil e os reflexos no Agronegócio Canavieiro

Antes de enfocarmos a reestruturação produtiva do capital agroindustrial canavieiro mais especificamente, cabe destacar, mesmo que de forma sucinta o processo de modernização da agricultura brasileira e, de modo particular, do agronegócio canavieiro.

Sem a pretensão de atentar muito para o contexto histórico que o

antecedeu, cabe destacar que o surgimento do complexo cafeeiro²² paulista (especialmente na primeira metade do século XX), possibilitou o desenvolvimento do mercado de trabalho, bem como a constituição de um mercado consumidor nacional. A partir de então, a agricultura brasileira passou a apresentar uma dinâmica produtiva voltada para o mercado interno, muito embora as transformações de sua base técnica ainda permanecessem atreladas ao mercado externo, ou seja, a sua modernização ainda dependia da importação de máquinas e insumos.

Contudo, a conjuntura econômica internacional apresentada no período pós-Segunda Guerra Mundial favoreceu a territorialização de empresas estrangeiras nos países da periferia do sistema capitalista, contribuindo assim para o processo de industrialização, a exemplo do Brasil nos anos 1950/60. No campo, a influência do paradigma da Revolução Verde, incentivou a produção voltada para a exportação e alterou as relações sociais de produção, consubstanciando-se na modernização conservadora da agricultura.

A internalização de indústrias produtoras de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura (D_1) modificou qualitativamente o processo de modernização da agricultura. Com a implantação da indústria de base (siderúrgica, petroquímica etc.) as empresas produtoras de insumos, máquinas e equipamentos também se instalaram no país, internalizando a produção e, conseqüentemente, aumentando a capacidade de modernização da agricultura. Essa modernização criou condições para que emergisse, a partir de 1965, o processo de industrialização da agricultura brasileira.

A integração técnica intersetorial de três elementos considerados básicos: a indústria produtora de máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura; a agricultura modernizada; e as unidades processadoras, constituíram a partir dos anos 1970 os chamados Complexos Agroindustriais²³.

Nesse contexto, o setor industrial à montante da produção agrícola passou a impor o desenvolvimento tecnológico da agricultura, ao forçar a

²² Os complexos rurais caracterizavam-se pela produção, geralmente, de um produto de valor comercial, cujo destino era o mercado externo, bem como pela sua incipiente divisão do trabalho, internalizando nas fazendas a produção dos bens intermediários e dos meios de produção (insumos, máquinas e equipamentos), assentada em bases “artesanais”. (GAZIANO DA SILVA, 1996, p. 07).

²³ Conceituação encontrada em Kageyama (1987) e Graziano da Silva (1996).

utilização de novas técnicas, sob a justificativa de que a produção e o consumo de tecnologias mais modernas ofereciam maiores possibilidades de acumulação de capital. Nesse sentido, *“se a compra de um trator é bom para a agricultura, é muito melhor para a indústria de tratores”* (GRAZIANO NETO, 1985, p.42).

A influência da indústria também foi perceptível à jusante da produção agrícola, pois, com a “necessidade” de padronizar a matéria-prima, obter maiores ganhos de produtividade e garantir o controle do processo de trabalho, os produtores passaram a adotar novas técnicas, sistema de cultivos e novas formas de gestão do processo de trabalho.

No âmbito da agroindústria canavieira essa influência da indústria à montante e à jusante pode ser verificada por meio da elevação do grau de integração agroindustrial, do fortalecimento da unificação orgânica entre a lavoura e a unidade processadora.

Thomaz Júnior reforça esta afirmação ao dizer que,

É em torno dos objetivos industriais que se promovem as mudanças técnico-organizacionais na lavoura canavieira. Tais mudanças se dão em sincronia com as decisões globais da unidade processadora que, por sua vez, também têm que se adaptar às mudanças ocorridas na parte agrícola (1996, p.142).

Nesse estágio mais avançado do processo de modernização da agricultura brasileira, a produção agrícola passou a ser, portanto, o elo de uma cadeia, que tem à montante a indústria de insumos, máquinas e equipamentos e à jusante a agroindústria processadora.

Vale frisar que quando ocorreu o processo de desarticulação do complexo rural e de constituição dos CAI's (Complexos Agroindustriais), a regulação geral que era dada pela dinâmica dos mercados externo e interno, impôs uma participação maior do Estado, que passou a elaborar políticas específicas para os complexos agroindustriais inseridos em distintos setores agroindustriais ²⁴.

O final dos anos 1970 e início dos anos 1980 foi, portanto, um período decisivo para a integração dos CAI's, resultando, *“numa verdadeira orquestração*

de interesses agrários, industriais e financeiros” (GRAZIANO DA SILVA, 1993, p. 6). Esse cenário provocou profundas mudanças, tanto em termos de concentração e centralização dos capitais aplicados no setor agropecuário e na propriedade da terra, como no plano das relações políticas estabelecidas com o Estado. O SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) teve papel importante nesse processo, possibilitando as ligações intercapitais não apenas na seara técnica, mas, sobretudo na esfera financeira.

A meta do SNCR era fornecer as bases para o crescimento econômico e a modernização da agricultura brasileira, no entanto, sua política foi seletiva e explicitamente direcionada para os grandes proprietários de terra, viabilizando assim a integração da agricultura aos setores industriais à montante (D₁) e à jusante (indústria processadora).

No entanto, faz-se necessário salientar que o processo de expansão capitalista no campo, ou de modernização da agricultura, não deve ser entendido apenas pelos índices de utilização de máquinas e insumos agropecuários que determinados setores passaram a absorver a partir do pós-guerra, tendo em vista que o desenvolvimento de novas técnicas ocorreu atrelado às mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho.

A modernização e industrialização da agricultura brasileira, além de provocar a formação de um proletariado no campo restringiram “*a possibilidade de reprodução de formas independentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo de trabalho*” (KAGEYAMA, 1987, p.14).

Nesse sentido vale dizer que a agravante se deu nas relações de trabalho no campo, tendo em vista que os camponeses pequenos produtores autônomos (proprietários, parceiros ou posseiros) foram expropriados de suas terras, dando lugar às empresas agroindustriais; que aumentou a mão-de-obra assalariada no meio rural; e intensificou a utilização do trabalhador volante (ou bóia-fria), principalmente no cultivo da laranja e da cana-de-açúcar.

A modernização da agricultura pressupunha, portanto a extirpação ou substituição do tradicional, do “atrasado” pelo progresso, daí a

²⁴ Cf. GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 06.

expropriação/expulsão dos sujeitos sociais territorializados nessas áreas tradicionais.

A expulsão dos camponeses (pequenos e médios proprietários) e trabalhadores da terra (meeiros, parceiros, arrendatários, agregados etc.), que praticavam a agropecuária e agricultura camponesas, se efetivou quando foram obrigados a ceder o direito de usufruto da terra àqueles que possuíam capital financeiro e experiência acumulada, portadores do progresso e do desenvolvimento, ou seja, o agronegócio (MENDONÇA; MESQUITA, 2008, p.09)

Desse modo, a modernização da agricultura é considerada conservadora, haja vista expressar, sob o discurso de modernidade, o movimento do capital na busca incessante pela produção do valor, sem, contudo, promover alterações na estrutura fundiária historicamente concentradora e excludente.

Com a constituição de relações de trabalho assalariado no campo somada à integração da agricultura aos setores industriais, houve um incremento na dinâmica de acumulação do capital, pois a indústria produtora de bens de capital passou a comandar a direção, as formas e o ritmo das mudanças ocorridas na base técnica da agricultura²⁵. Esse novo cenário teve como desdobramento a substituição de parte da força humana que trabalha pela máquina.

Sobre a questão, Thomaz Júnior, observa que:

[...] ao passo que o capital provoca alterações na base técnica da produção [...] alterando as relações sociais e de produção, cria novas condições de adequação da força de trabalho à esfera da produção, agora sob a referência da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (1996, p.140).

Desse modo, a utilização de novas técnicas, bem como o avanço de novas tecnologias direcionadas para a agricultura, constitui um dos elementos de dominação do capital sobre o trabalho. Tal “progresso” representa um avanço do processo de valorização do capital, ao permitir também um incremento na apropriação da mais-valia, do trabalho excedente, anteriormente associada ao

²⁵ Para mais detalhes, ver: KAGEYAMA (1987, p.10).

aumento da jornada de trabalho, agora ao aumento da produtividade do trabalho.

Os investimentos em novos equipamentos e máquinas aumentaram a produção e, por conseguinte as exigências sobre o trabalho executado pelo trabalhador no que se refere à aprendizagem, a adaptação, ao ritmo e a velocidade do trabalho. Assim, passou a haver um dispêndio maior de energia por parte do trabalhador, traduzindo-se, na visão marxista, numa “*nova maneira de produzir valor, a saber, a via chamada de mais-valia relativa*”, decorrente do aumento da produtividade do capital fixo (máquinas e equipamentos) e do aumento da intensidade do trabalho operário (DAL ROSSO, 2008, p. 47).

Significa dizer que o trabalho se tornou mais intenso não necessariamente em função da quantidade de horas trabalhadas, mas do ritmo e da velocidade impostos pela máquina. Mesmo aqueles trabalhadores que não se tornaram um “apêndice” da máquina (a exemplo dos cortadores de cana), tiveram que se adequar às novas exigências do capital expressas por meio do incremento tecnológico implantado na lavoura e na planta fabril.

O estímulo proporcionado pelo Estado durante o processo de modernização da agricultura no Brasil propiciou, especialmente ao capital agroindustrial canavieiro, condições materiais para que este se ampliasse. Isto assegurou uma orientação no sentido de subsumir a terra disponível, garantindo o poder político da burguesia agrária no comando desse setor agroexportador, e conseqüentemente a intensificação da concentração fundiária e econômica, propiciando aos grandes capitais a apropriação dos bens de produção e o acesso aos mecanismos de financiamento. Essa modernização viabilizada a partir da elevação da composição orgânica do capital e do fortalecimento do controle do processo produtivo, passou a apresentar uma expressão territorial diferenciada.

No Estado de São Paulo, por exemplo, diferentemente do restante do país, este processo teve como grande expressão o fato de os empresários canavieiros passarem a investir na produção da maior parte da matéria-prima, em detrimento dos fornecedores, figura significativa no cenário canavieiro que pouco a pouco vem perdendo importância²⁶.

²⁶ Andrade aponta um grupo social de fornecedores muito diversificado quanto à disponibilidade de recursos, origem social e poder junto às indústrias e poder público. Os típicos fornecedores são classificados pelo autor como:

Os fornecedores tiveram um período de crescimento de suas áreas cultivadas nas décadas de 1950-60, mas a partir de então, foram reduzidos em virtude dos incentivos e empréstimos governamentais que favoreceram as empresas mais capitalizadas do setor, que passaram a dar maior importância à política de integração agroindustrial e expandiram suas áreas de cana-de-açúcar em terras próprias (ANDRADE, 1994).

Este processo de unificação da lavoura de cana com a unidade processadora, ao internalizar-se sob diferentes gradações revelou também um processo de diferenciação inter-empresas (destilarias anexas, destilarias autônomas, usinas e usinas anexas)²⁷. Assim, enquanto as destilarias anexas passaram a buscar maior teor de sacarose/ha, (em virtude de estarem voltadas tanto para a produção de álcool como de açúcar) exigindo, diferentemente do álcool, um tempo maior de maturação e, conseqüentemente maior concentração de sacarose na matéria-prima; as destilarias autônomas se apegaram ao aspecto quantitativo, ou seja, toneladas de cana/ha, visto que as atividades estavam direcionadas basicamente à produção de álcool²⁸.

Com a implantação do Proálcool (Programa Nacional do Álcool), a partir de 1975, o setor canavieiro, que já vinha se beneficiando da política de concessão de créditos subsidiados pelo SNCR, ganhou novo impulso.

O referido Programa²⁹ foi criado no contexto da crise energética

b) pequenos fornecedores, em geral sítiantes, arrendatários de pequenas glebas, pequenos fazendeiros etc., que têm uma produção anual pouco expressiva, variando o tamanho do fornecimento de acordo com a região;

d) médios fornecedores, proprietários de fazendas de alguma expressão territorial ou de antigos engenhos banguês, que tem um fornecimento expressivo para uma ou algumas usinas;

e) grandes fornecedores, em geral grandes proprietários que não tiveram a oportunidade ou não desejaram implantar usinas e/ou destilarias e desenvolvem a cultura da cana em grande escala para vendê-la a uma ou várias usinas instaladas nas proximidades de suas terras. Muitas vezes chegam a fornecer mais de 100 mil toneladas anuais e ainda desenvolvem a criação de gado bovino e a cultura de outras lavouras (1994, p.193).

²⁷ Entenda-se por destilarias anexas aquelas construídas inicialmente para produzir álcool e que posteriormente tiveram a incorporação da fábrica de açúcar; da mesma forma a usina anexa, implantada para produzir inicialmente somente açúcar, teve numa etapa posterior a incorporação da destilaria para a fabricação também de álcool. Já as destilarias autônomas e usinas foram implantadas e continuaram a produzir álcool ou açúcar de forma independente.

²⁸ Vale ressaltar que essa questão está cada vez mais se modificando, pois as empresas estão partindo para a produção de açúcar e estão de olho também nos subprodutos, como o bagaço os álcoois finos, etc., os quais vêm atingindo lugar de destaque (THOMAZ JÚNIOR, 1996).

²⁹ Não temos a pretensão de implementar neste momento uma discussão mais profunda acerca do Proálcool, até porque este tem sido um assunto bastante discutido por vários autores, por isso trataremos desse período de forma sucinta.

mundial, atrelada à elevação do preço do petróleo e a justificativa do governo brasileiro de que o país não tinha condições de continuar importando o produto. No entanto, segundo Andrade (1994, p.236), o objetivo era, entre outros, economizar divisas por meio da substituição das importações e expandir a produção de bens de capital, estimulando as empresas metalúrgicas com capacidade ociosa, mediante o crescimento da demanda de equipamentos voltados à modernização e implantação de novas unidades processadoras. Para isso, o governo concedeu empréstimos aos empresários agroindustriais canavieiros, praticamente a fundo perdido³⁰, pois eram fornecidos a juros reais abaixo da inflação com três anos de carência e 16 anos para o pagamento do principal³¹.

Quando da implantação do Proálcool, assim como agora, a justificativa do governo para o apoio e, sobretudo para o estabelecimento de políticas que favoreciam o agronegócio canavieiro, pautava-se no “alcance social” que o empreendimento teria, gerando emprego e renda e promovendo o desenvolvimento com a redução das desigualdades regionais. Sem, no entanto, levar em conta que grande parte dos empregos gerados era temporária, além de causar impactos no meio ambiente.

A materialização orgânica do Programa, em escala nacional, só ocorreu de fato, a partir do momento em que houve articulação com o setor automobilístico, e o álcool foi apresentado como alternativa de combustível renovável à gasolina. Desse modo, os interesses do capital agroindustrial canavieiro foram associados aos das montadoras de automóveis, bem como aos das empresas fabricantes de máquinas e implementos agrícolas, entre outras³².

Diríamos ainda que com a modernização da agricultura, o crescimento extensivo do canavial e a expansão do parque industrial impulsionado pelo Proálcool, o setor agroindustrial canavieiro sofreu mudanças estruturais decisivas para o alicerçamento e diversificação de sua capacidade produtiva e, conseqüentemente competitiva, direcionando investimentos, sobretudo para a produção do álcool voltado para o mercado interno.

³⁰ Cf. ANDRADE, 1994, p. 236.

³¹ WWF Brasil - Programa de Agricultura e Meio Ambiente – maio/2008.

³² Cf. THOMAZ JÚNIOR, 1996.

O Proálcool foi, portanto, fundamental nesse momento, pois contribuiu para que a agroindústria canavieira se consolidasse como uma das “mais modernas” do país, incorporando novos conceitos gerenciais, aperfeiçoando a qualidade da matéria-prima, aumentando a eficiência produtiva, tendo mais acesso à tecnologia de equipamentos e, desse modo, reduzindo custos de produção.

1.1.1 – A modernização da agroindústria canavieira e as inovações técnicas

A incorporação de tecnologias e equipamentos no processo de produção, tanto na lavoura de cana como no processamento industrial, fortaleceu o processo de valorização e reprodução ampliada do capital. Isto se tornou possível graças ao aumento da participação do conhecimento técnico-científico no delineamento do ritmo e intensidade do processo de “modernização” da agroindústria canavieira³³.

É importante salientar, no entanto, que o processo de modernização do agronegócio canavieiro, caracterizado pela concentração de capitais não é recente, desde os anos 1930 pautou-se na transferência de renda e na interferência estatal, via financiamentos subsidiados, armazenamento e comercialização, pesquisa e assistência técnica etc. Até 1985, a disputa intercapital do setor por alternativas tecnológicas e organizacionais se concretizou a partir de subsídios estatais, os quais foram posteriormente substituídos gradualmente pela redução direta dos custos agroindustriais e pela busca de fontes alternativas de receitas, via diversificação de produtos e processos.

É importante ressaltar que as mudanças técnico-organizacionais que ocorreram na lavoura canavieira sempre estiveram em consonância com os objetivos industriais, tendo em vista que as estratégias para as empresas agroindustriais aumentarem os ganhos de produtividade e se fortalecerem no controle do processo de trabalho, são montadas na esfera fabril. Mas, a unidade processadora, por sua vez, também teve que se adaptar às mudanças ocorridas

³³ Idem.

na parte agrícola, para que ambas as partes funcionassem em perfeita sincronia.

Assim, o processo de incorporação de tecnologia, tem caminhado junto à intensificação dos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P & D), ligados direta ou indiretamente às empresas produtoras de bens de produção (especialmente no estado de São Paulo, onde esta atividade alcançou maior patamar de desenvolvimento). A ligação entre a Copersucar (Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo), as empresas produtoras de máquinas e equipamentos e os departamentos de pesquisa das empresas agroindustriais canavieiras, se tornou efetiva por meio da busca de soluções para melhorar o desempenho agroindustrial.

Veiga Filho *apud* Oliveira (2003), identifica três momentos diferentes de absorção de técnicas por parte do setor sucroalcooleiro, no período de 1931 a 1992. O primeiro, ele destaca como sendo o resultado da transferência de tecnologia externa e de estudos sobre nutrição, adubação e adoção de práticas culturais; o segundo ligado ao melhoramento genético; e o terceiro, decisivo para a consolidação do padrão produtivista sob o tripé melhoramento genético, insumos industriais, máquinas e implementos.

De 1980 a 1993, 40% das pesquisas destinadas à busca de inovações na atividade canavieira foram centradas em pragas e doenças, 15% em melhoramento genético e pesquisa biológica básica e 17% em mecanização agrícola (VEIGA FILHO, 1998).

A extensão do tempo de colheita da cana-de-açúcar, que hoje chega a 8 meses³⁴, foi uma das modificações obtidas através do conhecimento técnico-científico incorporado à agroindústria, bem como dos investimentos tecnológicos em todo o setor. Essa possibilidade de extensão do período de colheita se deu graças ao desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar³⁵ que passaram a ser colhidas antes do ciclo natural.

Na década de 1960, por exemplo, o período de colheita era de quatro meses, desde então houve um salto significativo ao atingir de oito a nove meses.

³⁴ Em 1950-60 esse tempo era de 3 e 5 meses respectivamente.

³⁵ Nos estudos sobre melhoramento genético das variedades de cana-de-açúcar destaca-se o IAC (Instituto Agrônomo de Campinas), produzindo as variedades IAC, no início dos anos 60; o PLANALSUCAR, com as variedades RB e a COPERSUCAR em 1979, com as variedades SP. Esta última variedade chegou a abranger, em 1994, cerca de 70% da área cultivada com cana do Estado de São Paulo, seguida pelas

Ao longo desses anos as diversas variedades têm sido desenvolvidas pelos institutos de pesquisa tecnológica, visando à obtenção de plantas que se adaptam melhor ao sistema de produção, características edafo-climáticas, às características físico-químicas do solo e ao sistema de colheita (manual ou mecânico). Ou seja, desenvolve-se para cada região/área variedades que se adaptem melhor às suas condições e necessidades. Só no estado de São Paulo existe atualmente mais de 150 variedades de cana e específicas para cada região, de acordo com as condições já destacadas acima.

O desenvolvimento de pesquisa genética no decorrer do período citado permitiu que a cana-de-açúcar se reproduzisse tanto através do plantio de mudas (multiplicando um material genético já conhecido) como por meio de reprodução sexuada (resultando na fecundação e obtenção de um novo material genético).

Para a ocorrência do avanço tecnológico nessa área de melhoramento genético e desenvolvimento de novas variedades, o envolvimento de Universidades Federais que herdaram os centros de pesquisa tecnológica do extinto IAA, tem sido fundamental. É o caso, por exemplo, do CCA/UFSCar (Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos); da RIDESA (Rede Inter-universitária para o Desenvolvimento do Setor Sucro-alcooleiro); do IAC/SAA/ESP (Instituto Agrônomo de Campinas da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado de São Paulo); e do CTC (Centro de Tecnologia Canavieira), entre outros.

Atualmente, com a perspectiva de aumento da mecanização do corte, bem como de expansão da área plantada e de incorporação de outras regiões até então não tradicionais no cultivo de cana-de-açúcar, cria-se a necessidade efetiva de desenvolvimento de variedades que se adequem à nova realidade produtiva. Este aspecto foi verificado empiricamente durante pesquisa de campo, especialmente nas unidades que estavam (ou estão) em processo de implantação e desenvolvimento dos canaviais. Na primeira fase de plantio de mudas são plantadas diversas variedades, que são monitoradas no sentido de identificar qual a que melhor se adapta ao novo ambiente e ao sistema produtivo da unidade agroindustrial. Nesse caso cabe destacar, que tanto a CCA/UFSCar como a

variedades RB e NA.

RIDESA têm lançado variedades da série RB (Fotos 1 e 2) adaptadas especificamente para a colheita mecanizada e para as áreas em expansão no cerrado³⁶.

Foto 1 e 2 – Variedades RB monitoradas em área de desenvolvimento de canaviais da Usina Aurora (em fase de implantação), no município de Anaurilândia – MS



Fonte: Pesquisa de Campo – Mato Grosso do Sul – Julho de 2007

Os investimentos em P & D (sejam eles públicos ou privados) têm se refletido, sobretudo em ganhos de produtividade agroindustrial, como por exemplo, no aumento da produtividade média da cana-de-açúcar, que atualmente encontra-se em torno de 80 toneladas por hectare³⁷, e da produção de álcool que apresenta uma média de 7,5 mil litros por hectare de cana.

As pesquisas recentes têm girado em torno do desenvolvimento da hidrólise do bagaço³⁸ e da palha de cana para impulsionar a produtividade do etanol, com perspectiva de atingir até 13 mil litros por hectare³⁹.

Tem-se, por um lado, o desenvolvimento de variedades de cana-de-açúcar mais precoces, com alto teor de sacarose fora do período normal de safra, com percentuais otimizados de fibras, e que contribui para o melhor

³⁶ Cf. WWF Brasil – Programa de Agricultura e Meio Ambiente. Maio de 2008. Disponível em: http://homologa.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/saibaMais/artigos/impactosAmbientais/rel_cana_wwf.pdf

³⁷ Média estipulada com base nos levantamentos de campo nos vários estados visitados.

³⁸ Cf. USP Online – Ciências, 26 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www4.usp.br/index.php/ciencias/14202>

³⁹ O Departamento de Agroindústria, Alimentos e Nutrição da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) da USP (Universidade de São Paulo), está desenvolvendo uma metodologia para utilizar fungos na hidrólise do bagaço, com a finalidade de extrair etanol da celulose contida nesse sub-produto da cana-de-açúcar. Com a utilização desse método estima-se produzir 30% mais álcool combustível. Cf. Reporter Brasil – O Brasil dos Agrocombustíveis – CANA- 2008. Disponível em:

aproveitamento da capacidade industrial. Por outro lado, a indústria impondo e determinando cada vez mais o padrão tecnológico e o ritmo do processo de trabalho na agricultura, conduzindo esta última a desenvolver técnicas para um preparo mais adequado do solo, plantio e tratos culturais e a seleção de novas espécies que possibilitem várias épocas de maturação.

Muitas dessas empresas já substituíram a maturação natural da cana-de-açúcar, pela maturação química. Os maturadores⁴⁰ são reguladores vegetais, que agem alterando a morfologia e a fisiologia da planta, levando-a a sofrer modificações qualitativas e quantitativas na produção. O objetivo de seu uso é promover a diminuição do crescimento da planta, possibilitando a precocidade de maturação e o incremento do teor de sacarose, aumentando assim a produtividade. Portanto, a utilização de maturadores e inibidores de florescimento na cultura da cana-de-açúcar visam aumentar a produtividade e antecipar o corte, proporcionando uma maior flexibilidade no gerenciamento da colheita e o processamento da matéria-prima com maior produtividade e melhor qualidade.

O fato de o empresariado agroindustrial canavieiro investir no uso de maturados químicos (alguns deles também com função dessecante da palha da cana, que facilita o processo de queima) altamente tóxicos, para proporcionar a maturação precoce da cana planta, tendo em vista a flexibilidade no gerenciamento da colheita, somada ao aumento da produtividade e qualidade da matéria-prima, (mesmo diante da eminência de que esses produtos podem causar danos ambientais de significativa monta tanto para os animais, mananciais e solos, como para os trabalhadores que manuseiam diretamente esses produtos ou estão inseridos no corte manual da cana-de-açúcar)⁴¹, só reforça a tese de que para o capital o que está em jogo é a sua acumulação, em detrimento da natureza

www.agrocombustiveis.org.br

⁴⁰ Existem vários tipos de maturadores químicos no mercado, entre os quais podemos destacar o Ethephon, o Sulfometuron metil, o Glyphosate, o Ethyl-trinexapac, a Hidrazida maleica, o Paraquat, o Imazapyr, o Fluazifop-butil e o ácido giberélico. Mas atualmente novos produtos a base de potássio, também têm sido recomendados como maturadores em lavouras de cana-de-açúcar, por serem, segundo a APTA (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios) produtos considerados “ecologicamente corretos”, que fazem o mesmo efeito dos demais com a vantagem de fornecer potássio, elemento considerado fundamental para a planta. APTA – 08 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.apta.sp.gov.br/noticias.php?id=114>

⁴¹ Cabe destacar como exemplo o Glyphosate, que contém em sua composição o glifosato, que apesar de não ser considerado um componente de alta toxicidade pode causar reações dérmicas e oculares em função do contato; bem como danos hepáticos e renais em casos de ingestão elevada. Cf. Francisco Marcos Gonçalves (Dr.) – ANAMT, maio/2004 (Apresentação em Power Point). Disponível em:

e do próprio homem nela inserido.

Vê-se, então, que o aumento da qualidade da matéria-prima tem sido buscado como alternativa para que as empresas agroindustriais canavieiras obtenham saltos de produtividade industrial. Mas o aumento da eficiência do maquinário fabril, também tem sido de fundamental importância tanto para o aumento do processo de extração como de integração da agricultura com a unidade processadora.

Os avanços obtidos na capacidade de extração e de operação das moendas têm produzido reflexos diretos nos índices de produtividade de várias empresas. Estes avanços têm ocorrido em função da adoção de novas tecnologias, especialmente pela instalação de máquinas e equipamentos periféricos e de novos procedimentos operativos.

Na colheita de cana, a tecnologia foi absorvida desarticuladamente e de forma descontínua. Assim, essa assimilação desigual pelas empresas nas várias fases do processo de trabalho expressa as diferenças capital-capital e alteram as relações de produção e de trabalho.

Segundo Thomaz Júnior (1996) as primeiras modificações ocorreram no transporte da cana-de-açúcar, com a adoção de caminhões que ofereciam maior capacidade de carga. Com relação ao carregamento, até o final dos anos 1960, o mesmo era efetuado pelos próprios trabalhadores, que conduziam os feixes de cana até os caminhões ou lombo de animais, atualmente com o avanço tecnológico o procedimento passou a ser executado por guinchos mecânicos.

Veiga Filho (1998) ressalta que apesar das transformações ocorridas no processo produtivo agrícola canavieiro, a colheita foi retardatária na adoção da mecanização do corte, ao passo que o carregamento e o transporte já se encontram totalmente mecanizados.

Todavia, não podemos generalizar esses avanços para o conjunto das empresas e/ou regiões agroindustriais canavieiras. A ressalva se dá no fato de que existe diferenciação em termos de aporte tecnológico entre essas empresas. No Nordeste, por exemplo,⁴² especialmente em áreas íngremes (Foto 3) ou em

www.segurancatrabalho.com.br/download/agrotoxicos-goncalves.ppt

⁴² O exemplo da Usina Catende Harmonia, no estado de Pernambuco, durante pesquisa de campo realizada em novembro de 2006.

empresas menos capitalizadas e/ou tecnificadas, 100% do corte de cana-de-açúcar é manual, sendo ainda corrente, na atualidade, a prática de amarrar os feixes de cana e de conduzi-las em lombo de animais (pelo menos até as áreas mais planas onde é feito o carregamento em caminhões). Ou, ainda, utilizar “mecanização de suporte” (equipamentos de apoio, como ganchos, por exemplo) para efetuar, sobretudo o carregamento.

Foto 3 – Terras da Usina Trapiche/Sirinhaém/PE – Em evidência o relevo ondulado



Fonte: Pesquisa de Campo – novembro de 2006

As terras de várias empresas agroindustriais canaveiras, que visitamos no Nordeste, apresentam relevo ondulado e com declividade superior a 12%, o que inviabiliza o corte mecanizado de cana-de-açúcar (considerando a tecnologia disponível na atualidade) e favorece o corte manual. Em empresas como a Usina Trapiche, no município de Sirinhaém/PE e a Usina Catende Harmonia, no município de Catende/PE, por exemplo, a colheita de cana-de-açúcar é 100% manual. No primeiro caso isso ocorre, sobretudo em virtude da restrição topográfica. Já no segundo, soma-se à declividade acentuada das terras o fato da empresa ter falido encontrar-se descapitalizada e sob o comando dos trabalhadores.

Diríamos em acréscimo, que o relevo acidentado dessas terras constitui-se (conforme destacaremos posteriormente) um dos fatores que impeliu vários grupos e/ou empresas nordestinas a investirem na aquisição de unidades já existentes ou na implantação de novas, em outros estados/regiões do país.

Até finais dos anos 1970 a colheita de cana-de-açúcar era quase que

exclusivamente manual. Porém, o corte mecanizado ganhou força a partir da segunda metade dos anos 1980, como estratégia do capital agroindustrial canavieiro em seu processo de reestruturação, e também como resposta aos movimentos grevistas desencadeados naquela década, a exemplo da Greve de Guariba, em 1984, a qual consideramos um marco na história de luta dos trabalhadores rurais assalariados.

Para operacionalizar a mecanização do corte de cana-de-açúcar foi necessária a adoção de mudanças organizacionais no âmbito das empresas agroindustriais canavieiras; tendo em vista que a otimização da colheita depende de transformações no planejamento da lavoura como um todo, no sentido de haver uma interdependência entre as fases da colheita (corte, carregamento e transporte) e a recepção na unidade processadora, redefinindo as etapas do processo de produção e de trabalho.

Nessa interdependência, fez-se necessário a adoção de uma nova logística operacional, ou seja, a materialização de uma infra-estrutura de apoio no campo como, por exemplo, oficinas “ambulantes” com peças de reposição para conserto de máquinas no próprio campo; caminhões pipas para abastecimento de água, combustíveis, lubrificantes, bem como pessoal qualificado para atender de imediato às demandas e garantir o funcionamento do sistema mecanizado, em alguns casos, em três turnos.

O desenvolvimento de novos equipamentos voltados para o carregamento e o transporte da cana-de-açúcar também foi de suma importância nesse processo, apresentando diferenças de acordo com o tipo de cana cortada. Por exemplo: no caso da cana picada, o carregamento é feito diretamente da colheitadeira para o caminhão julieta, dispensando o uso de guinchos mecânicos (Foto 4); mas se a cana é cortada queimada e inteira, utiliza-se o “rastelo rotativo” no carregamento até o caminhão (Foto 5).

Foto 4 - Carregamento feito pela colhedeira diretamente no caminhão “julieta”



Fonte: Trabalho de Campo Usina Cocal II/SP-jul./2008

Foto 5 - Carregamento com rastelo rotativo



Fonte: Trabalho de Campo Usina Eldorado/MS- set./2007

Outro aspecto que deve ser destacado é a substituição de veículos pesados, como as colhedei­ras e caminhões de carga usados no transbordo por máquinas, tratores e carretas de alta flutuação, que possibilitam a utilização no transporte intermediário até a unidade processadora, de caminhões ou cavalos mecânicos com uma capacidade de carga maior, além contribuir para a redução da compactação do solo, que prejudica o desenvolvimento da cana no plantio e na rebrota.

A interdependência da máquina colheitadeira, com as demais etapas da colheita, carregamento e transporte, tornou-se o ponto de referência do processo produtivo, pois passaram a determinar o ritmo, a intensidade, a qualidade e as

novas especificações no processo produtivo na lavoura, exigindo dos operadores de máquinas (tratoristas, motoristas), inclusive novas qualificações. Mudanças que se refletem também no âmbito do corte manual, visto que determina indiretamente o ritmo e a intensidade do trabalho dos cortadores de cana, que para garantir seus empregos (de forma competitiva com a máquina), se submetem às exigências da empresa quanto à qualidade do corte e às metas elevadas de produção (retomaremos essa discussão no capítulo IV).

Vê-se que a mecanização do corte de cana-de-açúcar, que até alguns anos atrás era uma tendência atualmente é um fato concreto, mesmo que ainda seja adotada de forma parcial pela grande maioria das empresas agroindustriais canavieiras. Daqui alguns anos poderá ser a única opção para a colheita da cana, tanto do ponto de vista econômico quanto ergonômico (considerando o corte manual), bem como do ponto de vista legal e ambiental, já que apenas o corte mecânico viabiliza a colheita sem queima prévia, permitindo, inclusive, o aproveitamento do palhicho.

Apesar do avanço tecnológico associado à colheita mecanizada da cana-de-açúcar e dos ganhos de produtividade obtidos pelas unidades processadoras, bem como das condições impostas pela legislação ambiental ⁴³ em termos de redução gradativa da queima da palha (e conseqüentemente do corte manual), a mecanização do corte de cana se expressa diferencialmente no conjunto das empresas.

Em outras palavras, a evolução gradativa da colheita mecânica no estado de São Paulo (onde primeiro se desencadeou o processo de mecanização) e no país, permite concluir, mesmo sem a pretensão de entrar em detalhes técnicos, que apesar do avanço tecnológico alcançado ainda existem limitadores que restringem sua implementação.

O fato se justifica por meio de alguns fatores considerados como

⁴³ **Lei n.º 11.241 de 19 de setembro de 2002**, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá outras providências, regulamentada pelo **Decreto n.º 47.700, de 11 de março de 2003**, alterado pelos **Decretos n.º 48.894, de 8 de abril de 2004, n.º 49.391, de 21 de fevereiro de 2005 e n.º 49.446, de 7 de março de 2005**. Relatório Final da CPI - “Queima da Palha de Cana-de-Açúcar”. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo - Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, 25 de junho de 2008. Recentemente foi estabelecido um protocolo agroambiental entre o estado de São Paulo e a UNICA que prevê prazos ainda mais reduzidos para eliminação da prática da queimada para colheita da cana (antecipação de 2017 para 2014).

entraves ao avanço desse processo, a saber: o alto índice de impureza, que prejudica a qualidade tecnológica da matéria-prima fornecida para o processamento; o custo elevado para aquisição de uma máquina colheitadeira e de todo o aparato de transbordo que ainda limita a aquisição por parte das empresas menos capitalizadas e pequenos produtores; a declividade do solo que não permite uma boa operacionalidade das colheitadeiras existentes no mercado, em declividades superiores a 12%⁴⁴; o que requer investimentos na adequação do solo, aquisição de terrenos mais planos ou até mesmo a migração para outras regiões (conforme discutiremos no capítulo II).

Um outro problema que tem sido apontado com relação à mecanização refere-se à quantidade de cortes suportada pela cana-de-açúcar. A cana é uma planta semi-perene, que possibilita em média cinco cortes/safras⁴⁵. Porém, com a mecanização está havendo redução do seu ciclo de vida, ou seja, há casos em que os cinco cortes ficam inviáveis obrigando a renovação dos canaviais a cada três anos, o que para o capital agroindustrial canavieiro não é interessante, pois encarece o custo de produção, que, comparativamente ao corte manual apresenta custos mais baixos (Quadro 1)⁴⁶.

Quadro 1 - Custo unitário por área e produção para a colheita manual com queima e mecanizada sem queima da cana-de-açúcar

Tipo de colheita	Custo área (R\$/ha⁻¹)	Custo de produção (R\$/t⁻¹)
Manual com queima	904,04	8,90
Mecanizada sem queima	668,36	6,58

Fonte: RODRIGUES, E. B.; SAAB, O. J. G. A – out./dez. 2007 – Org. OLIVEIRA, A.M.S

O Quadro1 demonstra uma redução expressiva nos custos de uma

⁴⁴ A Agricef Soluções Tecnológicas para Agricultura Ltda, empresa saída recentemente da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Unicamp (Incamp) desenvolveu o protótipo da colheitadeira Unimac, que colherá cana inteira sem queima prévia em áreas com até 35% declividade. A mesma está em fase de desenvolvimento com previsão de entrar no mercado em 2010. Cf. Jornal Cana – Pesquisa & Desenvolvimento – dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/pdf/180/%5Cpesqdesenv.pdf>.

⁴⁵ Cf. Programa de Agricultura e Meio Ambiente WWF – Brasil. Maio de 2008. Disponível em: http://homologa.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/saibaMais/artigos/impactosAmbientais/rel_cana_wwf.pdf

⁴⁶ Cf. RODRIGUES, E. B.; SAAB, O. J. G. A., 2007. O mesmo é resultante de um estudo de caso efetuado por pesquisadores numa área (e metodologia) específica no estado do Paraná, mas vale ser destacado a título de exemplo.

colheita em relação à outra, ou seja, o custo operacional da colheita mecanizada de cana sem queima apresenta-se 32,74% inferior à colheita manual de cana queimada.

Vê-se, pois, que mesmo diante de entraves a serem superados do ponto de vista tecnológico, ainda é mais vantajoso economicamente para o agronegócio canavieiro investir na mecanização do corte de cana-de-açúcar.

Esses avanços tecnológicos processaram um novo salto de qualidade em direção ao novo eixo de acumulação do capital, na seara do agronegócio canavieiro. Os reflexos se fizeram sentir nos ganhos de produtividade, no aumento da competitividade e da diferenciação inter-empresas, e também na elevação dos números de produção. A título de exemplo, segundo o IBGE, na safra 2008/2009, a lavoura canavieira cobriu pouco mais de 6,0 milhões de hectares e a produção de cana-de-açúcar atingiu 592 milhões de toneladas, um volume seis vezes maior que o de 1975; e o rendimento médio dos canaviais teve um aumento de 65% no período.

1.2 - O Processo de Reestruturação Produtiva do Capital Agroindustrial Canavieiro

É importante destacar que apesar da singularidade que o capital agroindustrial canavieiro materializa, não podemos entender o processo de reestruturação produtiva implementado no âmbito desse segmento produtivo sem levar em consideração seu imbricamento com o movimento geral do capital. Especialmente a crise estrutural do capital desencadeada a partir dos anos 1970, e que ganhou força nos anos 1980.

A expressão fenomênica da crise estrutural do sistema metabólico do capital decorre da crise de seus próprios modelos de produção taylorista e fordista. Crise esta caracterizada por um conjunto de aspectos, tais como: 1) a queda da taxa de lucro, associada ao aumento do preço da força de trabalho e à intensificação das lutas sociais dos anos 1960; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista, associado à retração do consumo e ao aumento do desemprego estrutural; 3) a hipertrofia do sistema financeiro, que se destacava frente aos capitais

produtivos; 4) o aumento da concentração de capitais decorrentes das fusões efetuadas entre as “empresas monopolistas e oligopolistas”; 5) a crise do “Estado de bem-estar social”, que conduziu à crise fiscal do Estado, à retração dos gastos públicos e a transferência dos mesmos para o setor privado; 6) o aumento da privatização das empresas estatais, além da tendência às desregulamentações e à flexibilização da produção, dos mercados e da força de trabalho. (ANTUNES, 2001, p.29).

Mediante este quadro de crise, o capital iniciou sua própria reorganização, e de seu sistema ideológico e político de dominação, visando com isso reforçar sua auto-afirmação como “sujeito” da modernização capitalista. Os desdobramentos mais evidentes dessa crise foram, entre outros, o advento das políticas neoliberais (com as privatizações, e a perda de direitos trabalhistas) e o processo de reestruturação produtiva do capital com desdobramentos para o trabalho.

Já desde os anos 1960 que o regime de acumulação fordista dava sinais de crise. Nos EUA, centro do sistema capitalista tinha-se a crise fiscal causada pela queda de produtividade e lucratividade das empresas, aumento dos gastos públicos, etc.; na Europa e Japão, recuperados do pós-guerra, a saturação do mercado interno e o impulso nas exportações; além da formação do eurodólar; nos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, o desencadeamento do processo de industrialização fordista; somava-se a isso o aumento da competição global, que ameaçava o poder de regulamentação do sistema financeiro mundial pelos EUA, então amparado no acordo de *Bretton Woods*⁴⁷. Nos anos 1970, o quadro se agravou em decorrência da crise do petróleo, levando os países a investirem em tecnologias que possibilitassem economizar energia.

Houve também nesse contexto certo recrudescimento da luta de classes, dado o ressurgimento de ações mais ofensivas por parte do movimento sindical. No entanto, as lutas operárias desencadeadas não foram capazes de se converter num movimento hegemônico de contraposição e de ruptura dos fundamentos do sistema metabólico do capital.

⁴⁷ Bretton Woods foi o acordo firmado em 1944, no qual estiveram presentes 45 países aliados e que tinha como objetivo reger a política econômica mundial. Segundo esse acordo as moedas dos países membros passariam a se interligar ao dólar, variando entre +/- 1%, e a moeda norte-americana estariam ligadas ao Ouro a 35 dólares. Com o acordo de Bretton Woods, o dólar passou a ser a moeda forte do sistema financeiro mundial.

Apesar da importância sócio-histórica dos sindicatos na resistência do trabalho assalariado à sanha do capital, haveria um limite estrutural da práxis sindicalista: ela tenderia a permanecer, em virtude de uma inércia estrutural, no horizonte da mercadoria e, portanto, seria incapaz de romper, por si só, a lógica de acumulação do capital. (ALVES, 2000, p. 96)

Assim, o declínio político-ideológico do sindicalismo que já dava sinais desde os anos 1950, nos anos 1970 e, sobretudo nos anos 1980 desdobrou-se num novo patamar de crise, sob a ofensiva do capital na produção, e do processo de reestruturação produtiva, somada às políticas neoliberais.

É importante destacar que apesar do capital implementar um vasto processo de reestruturação, este se restringiu apenas à dimensão fenomênica, haja vista as transformações não atingirem a estrutura do modo de produção capitalista. Em outras palavras diríamos que as mudanças ocorreram na perspectiva de recuperação ou reorganização do ciclo reprodutivo do capital sem alterar, no entanto, os fundamentos essenciais do sistema.

As mudanças foram deflagradas no âmbito do padrão de acumulação até então predominante, o binômio *taylorismo/fordismo*, visando alternativas que aferissem maior dinamismo ao processo produtivo, e recuperassem os patamares de acumulação. Nesse contexto, foram introduzidas novas formas de gestão da produção e do trabalho, inovações tecnológicas, e a transição do padrão taylorista e fordista para formas de acumulação mais flexíveis, a exemplo do *toyotismo*, ou modelo japonês.

No Brasil, a reestruturação produtiva desencadeada nos anos 1980 teve como principais determinantes: 1) a crise do “capitalismo industrial” em decorrência da dívida externa do país, que adotou uma política recessiva com o ajuste do mercado interno e ampliação das exportações; 2) a ascensão do “novo sindicalismo”, com ações mais combativas, que visavam o controle do trabalho; 3) o “choque de competitividade”, gerado com o aumento das exportações, que forçou as grandes empresas, especialmente as subsidiárias das grandes multinacionais do setor automobilístico a adotarem, mesmo que ainda de forma incipiente, novos padrões tecnológicos e organizacionais (ALVES, 2000, p.120 -121).

Essas transformações, por um lado, são decorrentes da disputa

intercapitalista, e por outro lado, da própria necessidade do capital em fortalecer seu “projeto de dominação societal” (ANTUNES, 2001, p.47-48). Nesse sentido, as mudanças implementadas beneficiaram sobremaneira o capital, reafirmando sua hegemonia e impactando duramente o mundo do trabalho.

A mudança de padrão de acumulação e a reestruturação produtiva proporcionaram a racionalização da produção, o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho e, portanto, uma nova etapa da internacionalização do capital, pautada na concentração de capitais em escala global.

Faz-se importante aqui destacar no contexto toyotista e de reestruturação produtiva do capital, algumas das principais estratégias de controle da produção e do trabalho adotadas, a saber: o sistema de *just-in-time/kabam* (cuja lógica consiste em racionalizar a produção com redução de custos, em função da redução de estoque e economia de espaço, simplificando os fluxos de informações e flexibilizando a produção); os CCQs – Círculos de Controle de Qualidade (estes foram implantados não somente como tentativa de “modernização produtiva”, mas sobretudo como um novo mecanismo de controle do trabalho, no chão da fábrica); os Sistemas de Controle de Qualidade Total (a exemplo da ISO9000 e suas versões posteriores), adotados por muitas empresas, inclusive por grande parte das empresas agroindustriais canavieiras, para controle de qualidade de produtos e processos, mas que funcionam como mecanismos de envolvimento incitado e coercitivo dos trabalhadores e, portanto, como recurso de controle do trabalho; a técnica dos 5S’s, também denominado de Sistema de Cinco Sentidos da Qualidade (SILVA, 1996, p. 23 *apud* CANTO; SANTOS; GOHR, 2006)⁴⁸; a adoção de novas tecnologias de base microeletrônica (robôs, sistemas computadorizados de controle de processos, entre outros), visando racionalizar o processo de produção e aumentar a produtividade do trabalho e a competitividade das empresas, frente às novas determinações da economia política mundial.

Segundo Alves (2000, p.137), as novas tecnologias de base microeletrônica passaram a predominar nas empresas voltadas à exportação como

⁴⁸ Esse sistema surgiu no Japão na década de 1950 e, no Brasil foi adotado nas empresas brasileiras e, de modo particular nas empresas agroindustriais canavieiras na década de 1990. O mesmo tem origem nas palavras japonesas: *seiri, seiton, seiso, seiketsu e shitsu* que, traduzidas para português referem-se, de forma sucinta, aos sentidos de: utilização/organização, ordenação, limpeza, saúde e disciplina. Durante a pesquisa de campo, as empresas que declaram adotar o sistema 5S’s alegaram ser este o primeiro passo da

empresas automobilísticas, de maquinários, insumos, autopeças etc⁴⁹. Nessa nova fase concorrencial do capital no cenário mundial, a produtividade e a eficiência se colocaram na ordem do dia das empresas. Nesse contexto, o termo **qualidade** ganhou destaque no discurso empresarial, atingindo também o âmbito do trabalho, cuja racionalização passou a ser alegada em função da garantia de produzir com qualidade, estimulando para isso o engajamento e a integração do trabalhador ao processo produtivo.

O desenvolvimento da nova materialidade do capital, com as inovações tecnológicas e novas formas de gestão e controle do processo produtivo, conduziu a uma “nova lógica de racionalização do trabalho”. Tendo, por um lado, a constituição de um conjunto de trabalhadores polivalentes, dotados de autonomia, e com possibilidade de renovação contínua de seus conhecimentos e, por outro, um grande contingente de trabalhadores subcontratados, precarizados, temporários, etc., caracterizando assim certa dualidade no mercado de trabalho.

A ofensiva do capital deflagrada a partir da reestruturação produtiva, tem na metamorfose provocada no trabalho uma das condições sócio-históricas para o alcance de um novo patamar de acumulação e, portanto de auto-afirmação do capital enquanto “sujeito” hegemônico da contradição estrutural capital x trabalho.

Particularizando a discussão no agronegócio canavieiro, faz-se importante destacar alguns aspectos, os quais nos ajudarão a compreender o processo de reestruturação desencadeado no âmbito desse segmento produtivo.

O esgotamento do padrão de financiamento do Estado brasileiro, que até meados dos anos 1980 havia tutorado o desenvolvimento econômico nacional, ocasionou o afastamento do mesmo do direcionamento econômico do setor canavieiro. Nesse contexto, o Programa Nacional do Alcool entrou em crise, perdendo de um lado, um grande aliado – as montadoras de automóveis – e do outro, a confiança dos consumidores de carros a álcool.

Somou-se a isso, a adoção de medidas neoliberais por parte do Estado,

preparação para a introdução do sistema de qualidade total (ISO).

⁴⁹ Esses sistemas de monitoramento e controle do processo de produção foram incorporados, inclusive pelas empresas que operam em regime de processo contínuo, a exemplo das unidades processadoras de cana-de-açúcar. Várias dessas empresas já possuem um moderno sistema de monitoramento interno de todo o processo desde a cana-de-açúcar saindo do campo até o momento do ensaque do açúcar. Numa sala, computadores operados por um ou dois trabalhadores monitoram ininterruptamente a produção, mostrando em tempo real o ritmo das esteiras, os níveis calóricos das caldeiras, os números de produção e

reduzindo sua atuação na economia nacional e provocando a desregulamentação de atividades econômicas, inclusive da atividade canavieira. Com a extinção do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), principal organismo de intervenção e regulação do setor em 1990, fragmentou-se a estrutura decisória destinada a elaborar e gerir políticas voltadas para a atividade canavieira, dando início ao processo de desregulamentação do setor. Processo esse finalizado com a liberação dos preços da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool hidratado, por meio da Portaria nº 275/outubro de 1998.

Frente ao novo cenário institucional e de indefinições provocadas pelo processo de desregulamentação, o capital agroindustrial canavieiro reagiu efetuando um conjunto de ações com vistas ao seu fortalecimento e autoafirmação. Entre essas ações podemos destacar a título de exemplo, a criação da UNICA (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo), uma das principais entidades de representação do setor; a implantação do CONSECANA (Conselho de Produtores de Cana, Açúcar e Alcool de São Paulo), o qual foi criado para intermediar a relação entre unidades processadoras e fornecedores de cana-de-açúcar, especialmente no tocante ao estabelecimento do preço da cana-de-açúcar; e a associação de grupos voltados para a comercialização dos produtos (açúcar e álcool), a exemplo da Crystalsev, criada e controlada pelos grupos Biagi e Junqueira, entre outros⁵⁰.

As transformações sofridas pelos países de capitalismo avançado refletiram-se nos demais países, mesmo que de forma retardatária e/ou restrita (ALVES, 2000). Desse modo, o emergir do processo de reestruturação produtiva do capital, o impulso das políticas neoliberais e o declínio da classe operária industrial nos países capitalistas centrais, sobretudo a partir dos anos 1990, estimularam as mudanças políticas e econômicas implementadas no cenário nacional, influenciando também o capital agroindustrial canavieiro.

Foi, pois, na perspectiva de adequação aos imperativos neoliberais e enquadramento nos novos padrões de acumulação, e intensificação do processo de reestruturação produtiva do capital, que os investimentos em novas tecnologias e na difusão da microeletrônica se intensificaram no âmbito do

⁵⁰ os problemas técnicos que podem acarretar redução no ritmo do processo ou até paradas para revisões.
Cf. Nascimento, 2001.

agronegócio canavieiro.

Tendo em vista que o capital possui na sua essência a auto-contradição, causa de profundas crises ao longo da história do capitalismo mundial, as quais têm sido superadas mediante mecanismos de compensação, tais como elevação da produtividade, ampliação dos mercados etc., a automação passou a ocupar espaço significativo nas indústrias, alterando de forma drástica as organizações fabris já existentes até então. Os métodos tradicionais foram reelaborados visando a substituição dos padrões de acumulação vigentes, e a competitividade no mercado global, cujo sentido maior é a sobrevivência econômica.

As mudanças ganharam expressividade também no mundo do trabalho, revelando-se na heterogeneização e na fragmentação da classe trabalhadora, e resultando na crescente precarização do trabalho (o aumento do trabalho parcial, temporário, tercerizado, informal, etc.). Nesse cenário de racionalização e automação do processo produtivo e de trabalho, impulsionados por uma concorrência globalizada, a tecnologia de base microeletrônica e a mecanização introduzida nas agroindústrias canavieiras tem reduzido cada vez mais a força de trabalho, alijando o trabalho vivo do processo de produção de riqueza e substituindo-o pelo trabalho morto.

Há que se ressaltar, que nesse contexto a reificação das relações de produção adquire um caráter objetivo no processo de trabalho, conduzindo ao reforço da mistificação da produção, tornando o fetichismo do processo de produção de mercadorias um imperativo tecnológico, à medida que se coloca como uma necessidade objetiva da produção capitalista. Tem-se, pois, o domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, haja vista não ser mais “*o trabalhador quem emprega os meios de produção*”, mas “*os meios de produção que empregam o trabalhador*” (ROMERO, 2005, p. 175).

O sistema produtivo se volta cada vez mais para a ciência aplicada à produção transformando-a numa força produtiva. Nesse contexto, o trabalhador continua sendo um instrumento consciente do processo de trabalho, porém com a diferença de que agora ele atua conduzido por um conhecimento alheio às suas condições subjetivas, ou seja, pautado em normas técnicas, constituindo assim “*uma inversão da relação sujeito-objeto*”. O capital tecnifica a ciência inserindo-a no

processo de trabalho, transformando-a em força produtiva, portanto em tecnologia, privando assim, o trabalhador da consciência plena sobre o processo de trabalho (ROMERO, 2005, p. 176 -177).

Vê-se, pois, que nesse contexto de reestruturação produtiva do capital, e de modo particular do capital agroindustrial canavieiro, o imperativo tem sido cada vez mais, o desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias, somadas aos novos padrões organizacionais. Assim, com a introdução da automação microeletrônica para o controle de processos tanto associados aos equipamentos tradicionais, quanto às mudanças organizacionais, surgem novas exigências com relação à qualificação, habilidades e desempenho dos trabalhadores⁵¹.

No âmbito da agroindústria canavieira a utilização da automação microeletrônica está associada, entre outros fatores (especialmente do processo contínuo de processamento de açúcar e álcool), à necessidade de aumentar a velocidade de processamento e das informações, haja vista as operações industriais serem cada vez mais complexas; requerendo mais controle e mecanismos de regulação que possibilitem tomar decisões com maior agilidade e que aumentem tanto a produtividade como a eficiência do processo produtivo.

As inovações tecnológicas de cunho informacional estão ocorrendo, sobretudo no interior das plantas fabris mais novas. Nas empresas mais modernizadas é comum o uso de sistemas internos de monitoramento e controle do processo produtivo por meio de programas computacionais. Através de uma rede de computadores é possível monitorar ininterruptamente e em tempo real todo o processamento da cana-de-açúcar, desde a sua chegada na balança até o momento de finalização do produto, açúcar e álcool.

Atualmente, sistemas mais modernos estão permitindo, inclusive, que a gestão do processo produtivo seja feita integrando uma empresa à outra. São sistemas automatizados através de controladores lógicos programáveis (CLP), os quais são vinculados a programas computacionais e à *internet*, para integrar a gestão do processo de produção das unidades afiliadas ou das novas plantas à matriz, que se encontra em outra região produtora. É o caso, por exemplo, da Usina Boa Vista, nova unidade do Grupo São Martinho, implantada no município

⁵¹ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 1996.

de Quirinópolis/GO. A mesma possui um moderno sistema de controle integrado, que permite o acesso *on-line* de todo o processo produtivo pela matriz, no município de Pradópolis/SP. Este sistema já está sendo implantado também pela Usina Santa Adélia, no município de Jaboticabal, interligando-a a nova unidade em instalação, localizada em Pereira Barreto a 350 quilômetros de distância da matriz.

A adoção dessas novas tecnologias tem exigido dos trabalhadores qualificação no que se refere, por exemplo, a instrumentação eletrônico-digital. Aliás, o efeito da utilização da automação microeletrônica para o controle de processos, tem alterado substancialmente o conteúdo do trabalho dos operadores, ou seja, hoje um mesmo trabalhador pode desempenhar pelo menos três funções ao mesmo tempo: ele pode supervisionar o controle dos equipamentos; substituir a operação automática pela manual quando houver necessidade; ou até mesmo tomar decisões dentro de sua seção mediante a ocorrência de um problema eventual⁵².

Em nossa concepção essa suposta autonomia e a polivalência, não pressupõe tão somente a capacidade de o trabalhador realizar várias tarefas ao mesmo tempo. É mais que isso, tendo em vista traduzir-se essencialmente em produzir “*mais trabalho e mais valor*” durante a mesma jornada de trabalho (DAL ROSSO, 2008, p. 123).

A polivalência, a autonomia e o engajamento dos trabalhadores no comando das máquinas, bem como a tomada de decisões durante o processo de trabalho imputaram um novo caráter ao trabalho estranhado, à medida que fez surgir uma “subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital”, caracterizada pela apropriação da subjetividade do trabalhador pelo capital; ou, em outras palavras, “*pela captura da consciência operária pela lógica do capital no interior do processo produtivo*” (ALVES, 2000, p. 73).

Esse estranhamento decorrente da subordinação formal-intelectual não se expressa somente entre os trabalhadores e o produto do seu trabalho, pois mesmo que os trabalhadores possuam autonomia sobre o trabalho desempenhado, eles continuam submetidos à máquina e, portanto, ligados a um trabalho estranhado (como no taylorismo/fordismo), visto que a própria lógica capitalista os impede de

⁵² Cf. EID; NEVES, 1998.

comandar o processo produtivo. Assim, mesmo que o trabalhador adquira autonomia e poder de decisão sobre o aspecto operacional, as decisões estratégicas desse processo vão continuar concentradas no cerne organizacional, pois faz parte da lógica perversa do capital, se apropriar da consciência “*efetiva-intelectual*” do trabalhador, manipulando seu consentimento e envolvimento.

O aparato tecnológico no âmbito do agronegócio canavieiro, como já destacado anteriormente, começou a ganhar expressividade a partir do processo de modernização da agricultura de um modo geral e, particularmente do referido segmento produtivo. Todavia o impulso maior ocorreu mediante o processo de reestruturação produtiva do capital.

Nesse contexto destaca-se também a mecanização da colheita de cana-de-açúcar. Como já frisamos anteriormente, a colheita mecanizada ganhou impulso a partir do conflito desencadeado nos anos 1980, entre o capital agroindustrial canavieiro e os trabalhadores; associado aos acontecimentos que marcaram a história do sindicalismo rural nessa década, com rupturas e divergências político-ideológicas por um lado, e por outro, com forte mobilização e movimentos grevistas dos trabalhadores estimulados ao embate com o capital pelas lideranças dissidentes, que se organizavam “por fora” da estrutura sindical até então vigente⁵³.

Com as unidades processadoras funcionando em sistema de processamento contínuo, que pressupõe um processo operacional sintonizado entre a lavoura e a planta fabril durante 24 horas ininterruptas, as mobilizações e greves dos trabalhadores passaram a provocar parada nas unidades fabris, que dependiam da cana cortada na lavoura para alimentar as moendas. Esse momento histórico foi crucial para que o capital agroindustrial canavieiro buscasse estrategicamente o desenvolvimento e a adoção da tecnologia da máquina colheitadeira. Desse modo, o apontamento tecnológico do corte mecanizado da cana crua passou a ser um trunfo nas mãos do capital frente aos trabalhadores que pretendessem (e ainda pretendem) efetuar manifestações grevistas.

Apesar dos trabalhadores ainda responderem por parte significativa do

⁵³ No caso do estado de São Paulo, a ruptura se deu entre as lideranças no interior da Fetaesp (Federação dos Trabalhadores Rurais do estado de São Paulo), que culminou na criação da Feraesp (Federação dos Empregados Rurais do estado de São Paulo) e, decorrentemente em várias manifestações dos trabalhadores a exemplo da mais marcante que foi a Greve de Guariba. Essa questão é discutida com mais propriedade na Dissertação de Mestrado. Cf. OLIVEIRA, 2003.

corte manual na maioria das usinas, ao menor sinal de paralisação ou greve estes são ameaçados de demissão e substituição pela máquina, que passou a ser um mecanismo de persuasão do capital agroindustrial canavieiro sobre os trabalhadores. Desse modo, diríamos que o uso da máquina foi uma forma encontrada pelo capital para expressar-se como elemento hegemônico no processo produtivo subsumindo o trabalho sob seu controle.

A esse fator somaram-se outros, a exemplo da polêmica criada em torno da queima da palha da cana e dos efeitos poluentes da mesma, que culminou na criação de leis específicas para o controle e eliminação gradativa da queimada. A consequência foi a expansão do corte mecanizado da cana-de-açúcar, que ganhou força no estado de São Paulo, porém seguido pelos demais estados produtores.

Mesmo esses fatores aqui citados sendo apontados como impulsionadores do processo de mecanização, acredita-se que no computo geral o que pesou também para o agronegócio canavieiro adotar o corte mecanizado foi o fato de essa tecnologia implicar em aumento de produtividade, imprimindo um novo ritmo ao processo produtivo e de trabalho, possibilitando maiores níveis de competitividade.

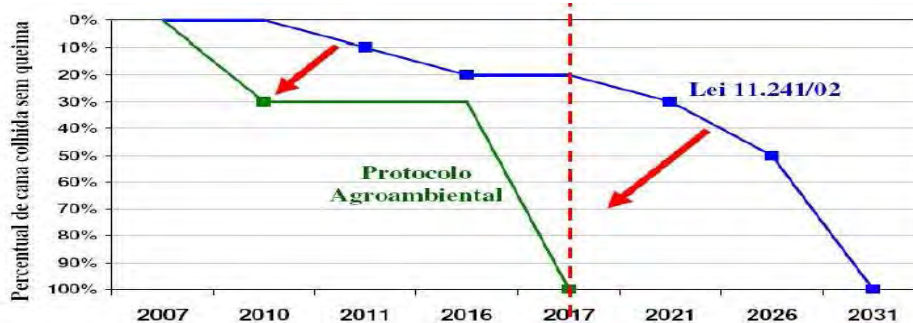
Desse modo, processaram-se um salto de qualidade em direção ao eixo de acumulação do capital, consolidada na apropriação da mais-valia relativa, apesar dos inconvenientes técnico-agronômicos ou mesmo econômicos ligados ao uso da máquina; todavia seguidos da adoção de procedimentos vinculados ao momento anterior quando da predominância do processo produtiva afinado à mais-valia absoluta, qual seja, extensas jornadas de trabalho, intensificação da exploração do trabalho, mantendo ainda o pagamento por produção.

Contudo a mecanização ainda apresenta um caráter diferenciado no âmbito das regiões e empresas agroindustriais canavieiras. Como o estado de São Paulo sempre esteve à frente no processo de mecanização, o índice é sempre superior ao nacional. Dados apresentados pela UNICA revelam que o índice de mecanização da colheita de cana em São Paulo está em torno de 45%, enquanto no Brasil o índice é inferior a 40%. No entanto há a estimativa de que em 2015 o índice atinja 80% no estado de São Paulo e na região Centro-Sul⁵⁴.

⁵⁴ Com base em levantamento efetuado por RAMOS, 2007 e outras fontes na internet (IDEA, UNICA, etc).

De acordo com o cronograma de eliminação da queima da cana estabelecido pela Lei 11.241/02 para áreas não mecanizáveis, em 2031 será 100% crua, enquanto o Protocolo Agroambiental entre o governo do estado de São Paulo e a UNICA, prevê que em 2017 essa meta seja atingida (Gráfico 1).

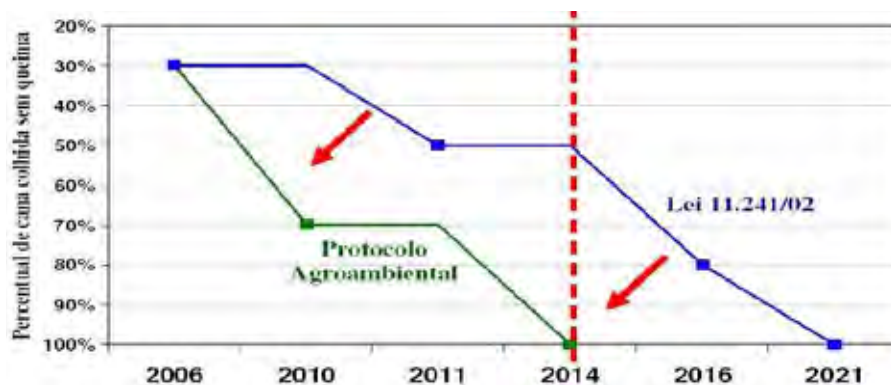
Gráfico 1 - Cronograma para eliminação da queima na colheita da cana em áreas não mecanizáveis



Fonte: UNICA/WWF Brasil – 2008

Com relação às áreas mecanizáveis a Lei 11.241/02 adianta o prazo final para a eliminação da queima em dez anos, ou seja, 2021. Ao passo que o Protocolo Agroambiental prevê (na mesma condição) 100% de eliminação da queima já em 2014 (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Cronograma para eliminação da queima na colheita da cana em áreas mecanizáveis



Fonte: UNICA/WWF Brasil – 2008

Mas se formos considerar hoje esses índices entre as diversas empresas

e estados produtores, veremos que o percentual é divergente para mais e para menos. A pesquisa nos revelou que tem empresas operando com 100% da cana colhida mecanicamente, e outras com 60%, 50%, 30%.

Apesar de em algumas regiões do país a mecanização da colheita de cana-de-açúcar está abaixo de 50%, mesmo assim tem sido responsável pela redução de muitos postos de trabalho, tendo em vista que cada máquina substitui em média cerca de 80 homens/dia. Os dados apresentados a seguir (Tabela 1) revelam que no período de 2006 a 2021, somente no estado de São Paulo haverá redução de 114 mil empregos no corte de cana.

Tabela 1 - Estimativa de empregos na agroindústria canavieira do estado de SP

	2006/07	2010/11	2015/16	2020/21
Produção de cana-de-açúcar (milhões t)	299	370	457	544
Área com colheita mecânica (%)	41,00%	70,00%	100,00%	100,00%
Número de empregados				
Colheita manual (mil trabalhadores)	189,6	107,4	0	0
Colheita mecânica (mil trabalhadores)	15,5	30,8	59,5	70,8
Indústria (mil trabalhadores)	55,3	62,6	68,3	75,3
Total (mil trabalhadores)	260,4	200,8	127,8	146,1

Fonte:UNICA/WWF Brasil/2008

O estímulo dado à produção de biocombustíveis pelo governo federal impulsionou o processo de expansão do agronegócio canavieiro que, somado às determinações da legislação ambiental quanto à redução da queima da palha de cana, provocou o aquecimento de outros segmentos da economia, a exemplo do setor de produção de equipamentos e máquinas colheitadeiras.

Cabe destacar que, nesse contexto a empresa Case IH, de Piracicaba/SP, registrou nos últimos cinco anos aumento de 1.000% no volume de vendas de colheitadeiras de cana-de-açúcar. Em 2003, a mesma vendeu 40 unidades, contra 58 em 2004; em 2005 foram vendidas 142; em 2006 negociou 153 máquinas e em 2007, vendeu em torno de 400 colheitadeiras⁵⁵. Já a John Deere, segunda maior fabricante de colheitadeiras de cana do país também comercializou em torno de 400 unidades em 2007 e cerca de 500 em 2008.

⁵⁵ Jornal Paraná – Equipe de Reportagem.
Disponível em: http://jornalparana.com.br/ver_edicao.php?id+1420&tipo+79

Ambas as empresas multinacionais (CASE IH e John Deere) detêm mais de 90% do mercado de colheitadeiras de cana no Brasil⁵⁶.

Assim, com expansão em novas áreas, somada ao fato de que as novas unidades implantadas já têm como pressuposto iniciar as operações com parte da colheita (se não toda) mecanizada, a demanda por colheitadeiras de cana tem sido crescente, forçando as empresas a programarem suas compras de máquinas desde a fase de planejamento das unidades processadoras⁵⁷. Em função disso, as empresas fabricantes já tem encomendas de máquinas para daqui dois ou três anos. É o caso, por exemplo, da John Deere que, segundo José Luiz Coelho, Gerente comercial, a empresa já possui encomendas de colheitadeiras até 2012.

Diante desse cenário acreditamos que os números de desemprego especificamente no corte de cana-de-açúcar aumentem expressivamente nos próximos anos, não só no estado de São Paulo, mas em todos os estados/regiões produtoras. A perspectiva já traçada para a eliminação da queima de cana-de-açúcar e conseqüente aumento do corte mecanizado da cana crua, reduzirá significativamente a quantidade de trabalhadores no corte manual. Isso se explica pelo fato de que essa nova realidade nas lavouras canavieiras irá demandar esse tipo de mão-de-obra somente para o corte manual de cana crua para plantio de mudas, ou em circunstâncias em que a máquina não consegue operar.

Para o capital agroindustrial canavieiro não é interessante manter em níveis elevados o corte manual da cana crua, pois acarreta em aumento de custos, uma vez que ele deve remunerar mais o trabalhador por tonelada de cana cortada diante de uma produtividade menor do trabalho; dada à dificuldade de cortar a cana crua ser maior para o trabalhador, além dos riscos que envolvem a saúde e a segurança do mesmo.

Soma-se a isso o fato de que apesar desse novo contexto demandar trabalhadores em outras funções como plantio; tratos culturais (capina, controle de pragas, ervas daninhas/aplicação de agrotóxicos etc.); irrigação/fertirrigação; transporte e colheita mecanizada (motoristas, tratoristas, operadores de máquinas, bituqueiros etc.), somente uma parte desse contingente será

⁵⁶ Cf. Matéria divulgada pela Gazeta Mercantil – 23 de março de 2007. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=17018>

⁵⁷ Aspecto constatado durante pesquisa de campo.

reabsorvida⁵⁸, requerendo desde já políticas públicas no sentido de criar novas perspectivas para os trabalhadores que fiquem de fora do processo.

Diante do exposto depreende-se que a ciência e a tecnologia têm caminhado juntamente com o desenvolvimento do capital agroindustrial canavieiro. Assim, os investimentos tecnológicos efetuados no âmbito desse segmento produtivo constituem-se uma variável importantíssima para o fortalecimento da lógica do capital, ao traduzir-se num dos componentes da estratégia competitiva e de acumulação.

O desenvolvimento tecnológico no âmbito do sistema capitalista contribui para o aumento da acumulação de capital no processo produtivo em decorrência de uma maior extração de sobretrabalho e, conseqüentemente da exploração, seja por meio do aumento da produtividade do trabalho ou da elevação de sua intensidade. O que nos faz crê que tal “*progresso*” se efetiva em benefício do capital em detrimento do trabalho, pois, “*embora os ganhos de produtividade seja do trabalho, os elementos que possibilitam os aumentos de produtividade não se inserem no próprio trabalho, mas no capital, por meio do capital constante*” (MARX, 1982, p. 193 *apud* ROMERO, 2005, p. 127).

Desse modo, ao situar “*as forças produtivas gerais da sociedade (tal como a ciência) a serviço da produção material*”, a “*idéia de progresso*” transforma-se completamente no âmbito do sistema metabólico do capital. (ROMERO, 2005, p. 127). Em outras palavras, diríamos que o desenvolvimento da ciência e da técnica ocorre sob a privação do trabalhador do controle do processo de trabalho e da captura de sua subjetividade, visando atender exclusivamente ao propósito hegemônico do capital.

Esses exemplos demonstram que o entrecruzamento das ações que estão sendo implementadas pelo capital agroindustrial canavieiro em seu projeto expansionista reflete as novas faces das contradições, que dão suporte ao (re)ordenamento territorial e produtivo do capital no cenário mundial, constituindo assim uma nova materialidade pautada em novos patamares de acumulação.

⁵⁸ Ao destacar que até 2010/11 serão suprimidos 114 mil empregos no corte de cana, somente no estado de São Paulo, a UNICA ressalta que, por outro lado, serão criados 55 mil postos em funções mecânicas e, possivelmente, outros 20 mil na planta fabril. Cf. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos - Abril de 2008. Disponível em: http://www.boell-latinoamerica.org/download_pt/paper_dh_e_a_industria_da_cana_rev.pdf

1.3 – A “Nova” Dinâmica Territorial do Capital Agroindustrial Canavieiro no Brasil: Estratégias de Expansão

Com a intensificação do uso e exploração da terra e do trabalho do homem nos últimos anos, a nova dinâmica territorial e produtiva do agronegócio canavieiro no Brasil, consolida a compreensão de que o capitalismo está manifestando também no campo sua forma mais avançada: o capital industrial e financeiro, alterando assim, a dinâmica historicamente construída nas áreas onde agora se hegemoniza e, ameaçando formas diferenciadas de uso da terra.

Esse novo desenho que se configura no campo brasileiro, encabeçado pelo processo de expansão do cultivo de cana-de-açúcar e de implantação de novas unidades processadoras, é fruto da necessidade de auto-expansão do sistema metabólico do capital, que se materializa de modo particular, porém de forma hegemônica através do capital agroindustrial canavieiro.

Diríamos ainda que esta nova dinâmica apresentada pelo capital agroindustrial canavieiro decorre, como destacamos anteriormente, do movimento geral do capital em escala nacional e planetária, que busca por meio da racionalização da produção e do processo de trabalho novos patamares de acumulação. Nesse contexto, o processo de reestruturação produtiva e a adoção de padrões flexíveis de acumulação (a exemplo do modelo toyotista) constituem o caminho para a consolidação de sua condição enquanto “sujeito” sócio-histórico.

Desse modo, acredita-se que as mudanças desencadeadas, a partir dos anos 1980 e, sobretudo dos anos 1990, com a implementação de políticas neoliberais, desregulamentação e reestruturação produtiva, tenham contribuído para que o capital agroindustrial canavieiro apresentasse a dinâmica que vimos acompanhando nos últimos anos.

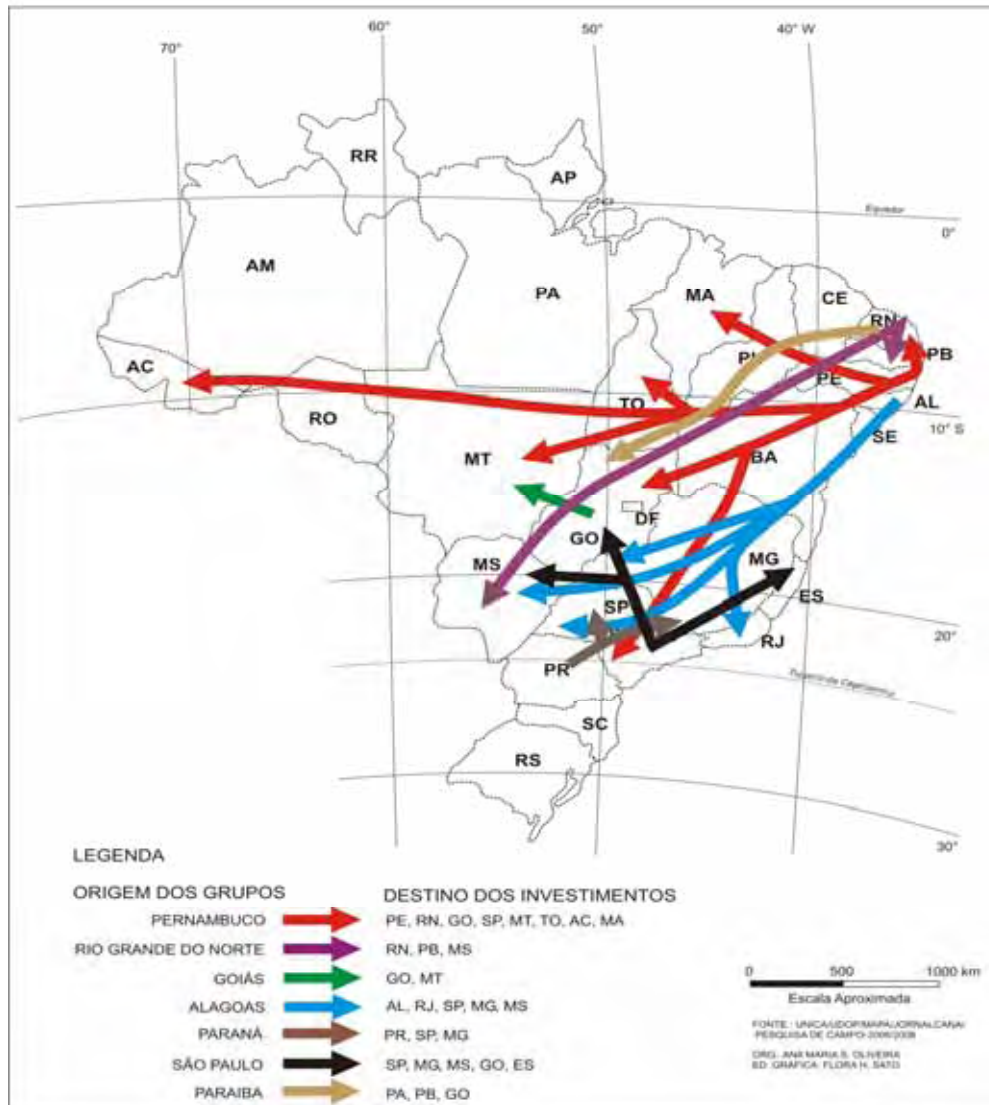
A partir dos anos 2000, a mobilidade territorial do capital em direção a vários estados do Centro-Sul, como os estados de Minas Gerais, especialmente o Triângulo Mineiro (com forte presença de usineiros nordestinos), São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, norte/noroeste do Paraná e norte do Espírito Santo não só tem sido expressiva, como também tem se intensificado. Esse movimento tem alterando profundamente a geografia do campo.

Nesse contexto, a agricultura camponesa, a pecuária extensiva e até mesmo áreas destinadas à produção de grãos (soja, milho, sorgo, que já tinham alterado a configuração geográfica do campo anteriormente) estão cedendo espaço para a cana-de-açúcar, que constitui extensos “tapetes verdes” na paisagem das várias porções onde se expande. Com isso provoca transformações espaciais, alterando o padrão de produção-acumulação e implementando novas ações valorativas no território.

Devemos considerar que essas novas configurações geográficas estão associadas, em primeira instância, ao fato de que os grupos mais tradicionais e capitalizados não só da região Nordeste, mas também do Centro-sul e, de modo particular, de São Paulo, decidiram direcionar parte do capital acumulado para outros estados e regiões, sobretudo do Centro-Sul. Isso tem ocorrido por meio da aquisição de terras e implantação de novas unidades fabris, da aquisição de unidades já implantadas ou da transplantação de unidades de propriedade dos mesmos nos estados de origem⁵⁹ (Fig. 2).

⁵⁹ Esse último caso foi constatado durante pesquisa de campo, junto a um importante grupo canavieiro de Nordeste. O Grupo Tércio Wanderley, proprietário da usina Coruripe, desativou uma de suas unidades em Alagoas (Usina Camaçari) e utilizou os equipamentos na implantação de outras unidades no Triângulo Mineiro.

FIGURA 2 - Movimento Espacial do Capital Agroindustrial Canavieiro no Brasil



A partir dos anos 1990, os principais grupos produtores de açúcar e álcool do Nordeste, especialmente dos estados de Alagoas e Pernambuco, passaram a investir significativamente em novas unidades no Centro-Sul, sobretudo nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo (Fig.2). Segundo o presidente do SINDAÇÚCAR/AL (Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas), os maiores grupos alagoanos já produzem no Centro-Sul o equivalente ao que produzem em Alagoas. Não sendo

diferente entre os grupos pernambucanos. Na última década os principais grupos alagoanos foram responsáveis pela compra ou montagem de várias unidades agroindustriais no estado de Minas Gerais, inclusive novas.

O primeiro grupo alagoano a chegar a Minas Gerais foi o **João Lyra**, ainda nos anos 1980. Dono de três unidades em Alagoas (Laginha, Uruba e Guaxuma) o grupo comprou naquela época a unidade Triálcool, em Canápolis/MG, a qual foi ampliada, passando a moer atualmente em média 1,3 milhões de toneladas de cana. Em 2003, o grupo inaugurou uma segunda unidade em Minas Gerais, a Vale do Paranaíba. Naquele ano, (safra 2003/2004) por estar em fase de teste moeu apenas 300 mil toneladas de cana, porém possui capacidade para moer 2 milhões a 2,5 milhões de toneladas.

Em 1994 foi a vez do grupo **Tércio Wanderley** (proprietário da usina Coruripe, maior do estado de Alagoas). O grupo comprou a pequena destilaria Iturama, no Triângulo Mineiro e em 1999 adquiriu a unidade Campo Florido, no município mineiro de mesmo nome. A aquisição desta unidade se deu em função da desativação de uma unidade até então mantida em Alagoas. Em 2005, entrou em operação a terceira unidade do grupo em Limeira do Oeste, também em Minas Gerais. Em 2008, o grupo colocou em operação a mais nova unidade construída do grupo, no município de Carneirinho, no Triângulo Mineiro, e anunciou a implantação de mais três unidades ainda em projeto (uma em Prata, uma em Campo Florido e uma em União de Minas) na mesma região.

Cabe destacar que o grupo Tércio Wanderley está implantando um verdadeiro complexo canavieiro no Triângulo Mineiro e sua estratégia é ter o maior controle possível das terras na região (seja através da compra e/ou de arrendamento) para garantir a matéria-prima para suas unidades, bem como reduzir a concorrência com outros grupos. O grupo é de composição familiar e com gestão administrativa independente (cada membro da família administra uma unidade), porém a parte financeira é centralizada em Alagoas.

O grupo **Carlos Lyra**, proprietário da Usina Caeté, localizada no município de São Miguel dos Campos (AL); dispõe ainda das Unidades de Cachoeira (Maceió/AL) e Marituba (Igreja Nova/AL), e implantou duas novas unidades em Minas Gerais, a Usina Caeté - Unidade Volta Grande (Conceição das Alagoas/MG) e a Usina Caeté - Unidade Delta (Delta/MG). Anunciou mais três

projetos também em Minas Gerais (Uberaba, Uberlândia e Sacramento) e está construindo a Unidade Caeté em Paulicéia, no extremo oeste do estado de São Paulo.

O último grupo alagoano a chegar a Minas Gerais foi **João Tenório**. Proprietário da Usina Triunfo em Alagoas, o grupo instalou seu novo empreendimento no município de Nova Ponte, também no Triângulo Mineiro. A unidade Santa Juliana foi inaugurada em 2006 e adquirida pelo grupo Bunge, seu atual proprietário.

O grupo **José Pessoa**, iniciou suas atividades no setor com a antiga usina alagoana João de Deus, em 1987, e assim como os demais grupos nordestinos chegou a implantar a implantar uma unidade em Minas Gerais, a Sanagro – Santana Agroindustrial Ltda, no município de Fronteira, fundada em 1996, mas posteriormente vendeu para o grupo paranaense Vale do Ivaí. Atualmente possui 5 unidades em diversos estados: a CBAA (Brasilândia/MS), antiga Debrasa; a CBAA (Sidrolândia/MS); a CBAA (Icém/SP); a CBAA (Japoatã/SE); Santa Cruz (Campos/RJ). O grupo possuía ainda a Benalcool (Bento de Abreu/SP), que foi adquirida recentemente pelo Grupo Cosan. O grupo é acionista de mais duas unidades no estado de São Paulo: a unidade Alcoazul (Araçatuba/SP), na qual o grupo investiu R\$ 70 milhões na aquisição de 46,5% de participação nas ações; e é também acionista da unidade Everest (Penápolis/SP), com 50% de participação junto com um grupo de fornecedores⁶⁰; Até 2007 o grupo tinha projeto para implantação de uma nova unidade em Quissamã/RJ, mas não foi levado adiante.

O grupo **Tavares de Melo**, que até 2007 era proprietário da Usina Estivas (Arêz/RN) (uma das mais importantes do estado) fundada em 1969; da Destilaria Giasa, no município de Pedras de Fogo/PB, fundada em 1971; da Usina Passa Tempo, no município de Rio Brillhante/MS (primeira do grupo no estado); da Usina Maracaju, no município de mesmo nome, e da Usina Esmeralda em processo de implantação também em Mato Grosso do Sul, vendeu todas estas unidades para o Grupo francês Louis Dreyfus Commodities Bioenergia, que já

⁶⁰ Essa participação acionista está sendo negociada com o grupo Equipav que considera a localização estratégica, pois a Usina Everest fica entre as duas usinas do grupo em São Paulo, a Biopav/Brejo Alegre, e a Equipav/Promissão.

possuía três unidades: a Cresciumal (SP), a Luciânia (MG) e a São Carlos (SP).

O grupo **Farias** também possui unidades em vários estados brasileiros: a Vale Verde – Unidade Pedroza em Pernambuco; a Vale Verde - Unidade Baía Formosa no Rio Grande do Norte; a Vale Verde – Unidade Itapaci/GO; a Vale Verde Itapuranga/GO; a Vale Verde - Unidade Anicuns/GO; a Vale Verde - Unidade Bom Sucesso em Goiatuba/GO; a Vale Verde – Unidade Turvânia/GO; a Usina São José S/A, em Rio das Pedras/SP; a Unidade Álcool Verde/AC (recém implantada); e a Vale Verde – Unidade Taquarituba/SP (em implantação).

O grupo alagoano **Toledo**, proprietário da Usina Capricho (Cajueiro/Al), da Usina Sumaúma (Mal. Deodoro/Al), e a Usina Paise (Penedo/Al); adquiriu em 2002 a Usina Ibéria, no município de Borá/SP.

O grupo **Petribú** também conhecido no universo canavieiro possui uma unidade em Pernambuco e uma em São Paulo. A unidade de Pernambuco é a Usina Petribú S/A, localizada no município de Lagoa de Itaenga; e a de São Paulo é a Agroindustrial Oeste Paulista, no município de Monte Aprazível; o grupo iniciou a construção de uma nova unidade no município de Tanabi/SP, porém a mesma foi adquirida em 2006, ainda em fase de implantação, pelo grupo Tereos dono das unidades da marca Guarani.

Já o grupo **Japungu** tem origem no estado da Paraíba. O mesmo é proprietário da Destilaria Japungu (maior do estado) e arrendatário da falida Usina Santana e atual Agroval, no município de Santa Rita/PB. No estado de Goiás o grupo tem mais duas unidades, a CRV Industrial Ltda e a Cooper-Rubi, (localizadas respectivamente nos municípios de Carmo do Rio Verde/GO e de Rubiataba/GO).

Nesse processo de expansão mais recente, vários grupos paulistas também têm se destacado com projetos e implantação de novas unidades em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e, sobretudo no estado de Goiás (conforme verificamos durante pesquisa de campo recente). Entre os grupos paulistas investidores em outros estados, destacam-se o Grupo Cosan, com uma unidade em implantação (Cosan Centroeste S/A - Açúcar e Álcool/Jataí/GO) e outros dois projetos também em Goiás; o Grupo São Martinho, com uma unidade nova implantada (Usina Boa Vista S/A/Quirinópolis/GO) e mais um projeto em Goiás; o Grupo Santelisa Vale, em parceria com a CNAA (Companhia Nacional de Açúcar

e Álcool)⁶¹ acabou de implantar uma unidade em Goiás, (Central Itumbiara de Bioenergia e Alimentos Ltda/Itumbiara/GO, e detém 50% das ações da Tropical Bioenergia/ Edéia, também no mesmo estado de Goiás. O grupo possui ainda uma unidade nova em Minas Gerais, a Ituiutaba Bioenergia Ltda/Ituiutaba/MG, e mais dois projetos; o Grupo São João de Araras também implantou uma nova unidade em Goiás (Usina São Francisco – U.S.J Açúcar e Álcool S/A/Quirinópolis/GO).

Já o grupo Moema que possui quatro unidades processadoras no estado de São Paulo (Usina Moema/Orindiúva, Usina Guariroba/Pontes Gestal; Usina Ouroverde/Ouroeste em implantação e com previsão para começar a processar em 2011; e Usina Vertente/Guaraci) optou por investir em novas unidades em Minas Gerais. Neste estado o grupo implantou duas unidades processadoras, a Usina Itapagipe/Itapagipe/MG e a Usina Frutal/Frutal/MG.

Para Maurílio Biagi, do Grupo Moema, investir em Minas Gerais é um grande negócio, pois além das condições edafo-climáticas, infra-estruturais, e logísticas o governo do estado é um grande parceiro. Ao contrário de São Paulo onde, segundo ele “abrir uma usina significa entrar numa guerra”⁶². Diante do saturamento no estado de São Paulo, a perspectiva do grupo Moema agora é expandir, especialmente para Minas Gerais⁶³.

No estado de São Paulo, essa expansão recente está ocorrendo com mais intensidade na porção oeste, com destaque para as regiões administrativas de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente. Estudo realizado pelo IEA (Instituto de Economia Agrícola)⁶⁴ e divulgado no início de 2008 destaca que até 2015 poderão surgir mais 39 usinas no estado⁶⁵. O mesmo estudo prevê

⁶¹ O grupo Santelisa Vale tem em sua composição societária as famílias Biagi e Junqueira, o BNDESPAR, os fundos de investimento Global Foods, Carlyle/Riverstone, Goldman Sachs e Discovery Capital, a Companhia Nacional de Açúcar e Álcool (CNAA), a The Dow Chemical Company e a Amyris Biotechnologies. Além disso, formou uma joint venture com a BP (primeira gigante petrolífera a investir em etanol no Brasil) e o grupo Maeda para a construção da Tropical Bioenergia, da qual detém 50% de participação. Informações obtidas no próprio portal do grupo Santelisa Vale e da CNAA na *internet*. Disponível em: <http://www.santelisavale.com.br/parcerias.php> e <http://www.cnaa.com.br/estrutura.asp>

⁶² Entrevista concedida a Revista Negócios. Disponível em: http://www.revistanegocios.com.br/ver_noticias.asp?cat=41&nt=599. Acesso em 25 de junho de 2007.

⁶³ Foi o que destacou também o Gerente Industrial da Usina Itapagipe, em entrevista durante pesquisa de campo realizada em novembro de 2007.

⁶⁴ Matéria divulgada no *site* da Pastoral do Migrante - 02 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.pastoraldomigrante.org.br>

⁶⁵ Esta perspectiva pode vir a não se efetivar, tendo em vista o cenário atual de crise da economia mundial,

ainda que o estado alcance, no período, um aumento de cerca de 70% da produção de cana, devendo este ser decorrente, ao mesmo tempo, da expansão da área plantada e do aumento da produtividade. O que significa dizer, que a expansão da produção, neste estado, ocorrerá tanto horizontalmente (como já estamos acompanhando) como verticalmente, em virtude dos ganhos de produtividade.

Em Ribeirão Preto, principal região produtora de cana-de-açúcar do estado, do país e do mundo, a expansão horizontal (em termo de área plantada) não será tão expressiva como nas demais regiões. Isso se deve ao fato de que grande parte das terras da região encontra-se ocupada com o cultivo de cana-de-açúcar, associado ao fato de que a região apresenta um elevado patamar de desenvolvimento tecnológico, o que possibilita a expansão vertical da produção com maiores ganhos de produtividade. Desse modo, a produção canavieira em Ribeirão Preto tende a expandir-se mais verticalmente, graças às inovações tecnológicas (novas variedades, procedimentos mais adequados no âmbito dos tratamentos culturais, mecanização do plantio e do corte). As áreas mais próximas a Ribeirão Preto, especialmente na microrregião de Barretos e de Franca, ocupadas com pastagens, laranjais e cafezais, também estão sendo substituídas pelos canaviais.

Faz-se importante esclarecer que tanto o discurso como a efetivação dos investimentos implementados pelo capital agroindustrial canavieiro, dos quais resulta essa expansão recente, têm como suporte o Estado (historicamente subsidiador da atividade canavieira no Brasil), que defende o agronegócio e, de modo particular o agronegócio canavieiro como um dos pilares da economia nacional.

Apesar do montante da dívida dos vários grupos e empresas agroindustriais canavieiras, é indubitável a capacidade de defesa dos estratos de maior poder político e econômico do setor, a ponto de conseguirem transferir recursos originários do capital social, dos cofres públicos para os cofres privados (por meio de *lobbies*). Soma-se a isto, a capacidade de buscar novos

que se reflete também no âmbito do agronegócio canavieiro, fazendo vários grupos recuarem ou abortarem novos projetos. Isto já vem ocorrendo não somente no estado de São Paulo, mas em todas as frentes de expansão.

empreendimentos, garantindo assim novas formas de acumulação e concentração de capital nas mãos de um contingente seletivo de grupos e empresas.

Como já destacamos anteriormente, foi durante a década de 1990, com as mudanças conjunturais no âmbito da economia e do agronegócio canavieiro de modo particular (redução da participação do Estado subsidiador e regulador; com o processo de desregulamentação do setor; a retração do Proálcool; e com a extinção do IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool), que esse segmento produtivo enfrentou um período de crise e ajuste, e se viu diante da possibilidade de formular estratégias autônomas.

A necessidade de intensificação da competitividade, de racionalização da produção e de aumento do controle e exploração do trabalho, desencadeou o processo de reestruturação produtiva do capital no cenário mundial e nacional. Assim, as inovações tecnológicas, a automação, a diferenciação de produtos e busca de novos nichos de mercado (a produção de cana e de açúcar orgânica; a co-geração de energia para comercialização; os álcoois finos, o açúcar líquido etc., são exemplos de diferenças buscadas na produção, no âmbito específico do agronegócio canavieiro); de novas formas de gestão e controle do trabalho, somado às fusões/aquisições se constituíram como estratégias vitais de sobrevivência do capital produtivo.

Vale dizer, portanto, que a reestruturação produtiva dessa fração do capital, personificada no agronegócio canavieiro, que desembocou nos processos de fusões e/ou aquisições e de expansão mais recente, reforçam a tese de que a expansão geográfica, a reorganização espacial e o desenvolvimento desigual são inerentes à lógica de acumulação do capital. Assim, no contexto do sistema metabólico do capital a acumulação adquire uma conotação geográfica, tendo em vista que o capital necessita se expandir, se desenvolver e se reorganizar espacialmente para continuar se reproduzindo.

Foi, portanto, na busca dessa auto-afirmação que o capital agroindustrial canavieiro começou, por exemplo, o processo de fusões e/ou aquisições. As estratégias adotadas internamente aos grupos e/ou empresas, bem como a sua materialidade no espaço, expressam um caráter diferenciado, o qual pode ser atribuído, em parte, a diferenciação em termos de aporte financeiro e tecnológico de

cada grupo/empresa.

É próprio do sistema metabólico do capital em seu processo de acumulação manifestar-se espacialmente de forma desigual. Assim, se atentarmos para essa lógica veremos que no interior de um mesmo segmento produtivo (e não somente entre as diversas atividades produtivas), no caso em questão o agronegócio canavieiro, há descompassos em termos de capitalização, aporte tecnológico e de produtividade, contribuindo, desse modo, para o acirramento da diferenciação inter-empresas.

No tocante à questão das fusões e/ou aquisições é importante dizer, que estas se caracterizam como a estratégia mais utilizada no processo de concentração de capitais, especialmente pelos grupos maiores e com condições de adquirir ou se associar ao capital de empresas menores, menos capitalizadas, ou mesmo de médio e grande porte, porém com o ativo financeiro comprometido.

A partir dos anos 2000, as fusões e/ou aquisições vêm ganhando maior expressividade e novas nuances, tornando a concentração de capital muito mais intensa. A estratégia de abertura de ações por parte dos maiores grupos familiares do setor canavieiro para associação com outros capitais, até mesmo internacional, tem permitido a vários grupos ampliar o aporte financeiro, adquirir maior visibilidade empresarial e se tornar mais competitivos no mercado, estimulando-os na aquisição de novos empreendimentos, ou na melhoria dos já existentes.

Antes, vale destacar que os anos 1980 e 1990 foram marcados por um intenso aumento das *“transações internacionais”*, a economia mundial estancou em decorrência da superprodução e do baixo consumo, isso reduziu a *“exploração da capacidade produtiva”* e, conseqüentemente os lucros das empresas, que passaram a direcionar seus fundos para o exterior, alimentando assim a especulação financeira (VASAPOLLO, 2007, p. 44).

Diante do exposto acredita-se que o capital estrangeiro injetado no setor canavieiro aqui no Brasil, e que é originário de fundos de investimentos e/ou fundos de pensão decorre, em parte, desse processo. Os investidores estrangeiros foram atraídos pela estabilidade que a economia brasileira apresentou nos últimos anos, investindo significativamente, tanto por meio da compra de ações de grupos, como pela aquisição direta de empreendimentos, ou implantação de novas unidades

agroindustriais canavieiras. Soma-se a isso o fato de que o álcool passou a ter um peso maior na produção canavieira, mediante a perspectiva de abertura do mercado internacional para o produto.

Entre os grupos nacionais que têm encabeçado esse processo, há que se destacar o Grupo Cosan. Sua principal estratégia tem sido adquirir unidades já em operação do que implantar novos projetos⁶⁶, consolidando-se assim como a maior companhia de açúcar e álcool do país. O grupo, que na década de 1990, já controlava as Usinas Costa Pinto e São Francisco/Elias Fausto e a Santa Helena/Rio das Pedras, obteve participação isolada nas Usinas Rafard/Rafard, Açucareira da Serra/Ibaté e Diamante/Jaú); e em parceria com a joint venture FDA (Franco Brasileira Açúcar e Álcool) adquiriu as Usinas Ipaussu/Ipaussu e Univalem/Valparaíso; foi responsável por um dos maiores (se não o maior) movimentos de capital do período⁶⁷. Posteriormente o mesmo adquiriu as unidades Gasa /Andradina, Junqueira/Igarapava, Barra/Barra Bonita, Dois Córregos/Dois Córregos, Destivale/Araçatuba), Mundial/Mirandópolis, Bonfim/Guariba, Tamoio/Araraquara, Bom Retiro/Capivari) e Benálcool/Bento de Abreu).

Assim, até 2008, o grupo contabilizou 18 unidades produtivas, todas obtidas estrategicamente por meio de fusões e/ou aquisições, das quais cinco estão concentradas só na região de Araçatuba/SP. Atualmente a Cosan está concluindo a implantação de uma unidade nova em Jataí/GO, com previsão para iniciar a moagem em julho de 2009, e anunciou mais dois projetos *greenfield*⁶⁸ (um em Paraúna e outro em Montividiu), que estão aguardando licença ambiental para implantação, também no estado de Goiás⁶⁹. Aliás, um aspecto sobre o qual cabe chamar a atenção é o uso de determinados termos em inglês, que vem sendo incorporado ao vocabulário dos representantes do setor e das matérias divulgadas nos *sites* especializados. Julgamos que o fato decorre da presença expressiva do capital estrangeiro no setor.

Recentemente a Cosan anunciou mais uma fusão, desta vez com o

⁶⁶ Anunciados para os municípios de Jataí, Montividiu e Paraúna.

⁶⁷ Cf. PASIN; NEVES, 2001.

⁶⁸ O termo *greenfield*, em inglês, é aqui empregado para designar os novos projetos, ou seja, que visam a construção de novas unidades fabris.

⁶⁹ Jornal Cana - Produção, dados e notícias – 15 de fevereiro de 2008. Disponível em:

grupo Rezende Barbosa. Com a transação, o grupo incorporará as quatro unidades processadoras hoje controladas pela Nova América; a marca União; duas refinarias e quatro empacotadoras de açúcar. Além disso, passará a deter os 51% de participação que a Nova América detinha na Teaçú Armazéns Gerais e 8% de participação no Teas (Terminal Exportador de Álcool de Santos). Já o grupo Rezende Barbosa, detentor de 100% das unidades Nova América, deterá 11% do capital social da Cosan, tornando-se um de seus principais acionistas com direito a um representante em seu Conselho de Administração.

Na safra 2008/2009, o volume de cana-de-açúcar processada pelo grupo Cosan foi de 44,2 bilhões de toneladas, considerado 10% maior do que o da safra anterior. Desse total de cana moída o grupo produziu 3,267 milhões de toneladas de açúcar (dos quais 80% foram destinados para exportação) e 1,717 bilhão de litros de etanol (20% para exportação)⁷⁰. Com a incorporação das unidades Nova América, o grupo passará a controlar 23 unidades agroindustriais processadoras e aumentará sua capacidade de processamento para cerca de 56 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, respondendo assim por 10% do mercado nacional. Além de consolidar sua posição como maior produtor nacional de açúcar e álcool, o grupo ainda detém as duas principais marcas de açúcar do país, a Da Barra (em função de aquisições anteriores) e a União (resultante da fusão com a Nova América).

Nesse processo de fusões é importante considerar, tomando como exemplo o caso do grupo Cosan, alguns aspectos que nos remetem à lógica contraditória do capital. Tem-se, por um lado, uma forte concentração de capital, que se expressa no controle corporativo do grupo, na produção e na logística; e por outro lado, um espalhamento das unidades produtivas, sob seu comando, no território paulista e goiano. Ou seja, o espalhamento se dá do ponto de vista da configuração espacial das unidades processadoras num dado território, ao passo que a concentração se efetua por meio do controle nas mãos de um só grupo, porém composto pela fusão de vários capitais.

O fortalecimento do capital agroindustrial canavieiro por meio da

⁷⁰ <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao...>
Cf. Gazeta Mercantil, em 20/01/2009. Disponível em:
http://ethanolbrasil.blogspot.com/2009_01_20_archive.html

concentração de capital nas mãos de grandes corporações, também é contraditório à medida que se efetiva não somente em decorrência da abertura de capitais dos grupos maiores, mas, sobretudo da fragilidade dos grupos/empresas menores, manifestada por meio do endividamento e da dificuldade em se manter competitivamente no mercado. Assim, em seu processo de auto-afirmação o capital se nutre de suas próprias fragilidades.

Como afirma Mészáros (2007, p. 58), o sistema do capital “*é orientado à expansão e dirigido pela acumulação*”. E o que move essa lógica não é a satisfação das necessidades humanas e sim “*a expansão do capital como um fim em si mesmo*”, com vistas a preservar um sistema que não sobrevive sem se auto-afirmar enquanto “*modo ampliado de reprodução*”. Esse sistema é, pois, “**antagônico até o mais fundo de seu âmago...**”⁷¹.

Vê-se que enquanto o Grupo Cosan se abre e se fortalece, ampliando o número de unidades sob o comando da companhia e, conseqüentemente, a produção e a concentração de capital, outros grupos adotam uma postura de retranca, como estratégia de sobrevivência. Assim, para se manter e/ou se fortalecer no setor reduzem os passivos financeiros vendendo parte de suas empresas.

É o caso, por exemplo, do Grupo José Pessoa. Até o início de 2008, o mesmo possuía sete unidades produtivas, a saber: a CBAA/Japoatã/SE, a CBAA/Brasilândia/MS, a CBAA/Sidrolândia/MS, a CBAA/Icém/SP, a CBAA/Campos dos Goytacazes/RJ, a Benálcool/Bento de Abreu/SP e a recém-implantada Everest/Penápolis/SP⁷². Em fevereiro de 2008 vendeu a Unidade Benálcool (na qual detinha 65% de participação de 65%, sendo o restante do empresário Alexandre Grendene) para a Cosan⁷³, alegando que essa negociação fez parte da estratégia de concentrar a produção e os investimentos nas unidades

⁷¹ Grifo nosso.

⁷² No caso da unidade processadora Everest/ Penápolis, o grupo José Pessoa detinha 50% das ações e o restante pertencente a um grupo de produtores da região. No início de 2009 a participação do grupo José Pessoa foi vendida para a Equipav, também sob a alegação de que o foco agora é investir no aumento da capacidade produtiva das cinco unidades com controle acionário 100% do grupo. Cf. Gazeta Mercantil – Finanças & Mercado. 07 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2009/01/07/389/Equipav-negocia-compra-da-usina-Everest,-de-Jose-Pessoa.html>

⁷³ Jornal Cana - Produção, dados e notícias – 15 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao...>

100% controladas pelo holding CBAA (Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool), para abrir o capital do grupo posteriormente. A aquisição foi avaliada em R\$ 106,9 milhões, tendo a Cosan assumido dívidas financeiras no valor de R\$ 34 milhões.

Por sua vez, o Grupo Maubisa (*holding* com participação acionária no Grupo Moema), parece adotar uma estratégia um pouco diferente do Grupo José Pessoa, qual seja: vendeu em 2006 a Cevasa, localizada em Patrocínio Paulista para a Cargill, porém já visualizando a consolidação de sua posição nos projetos dos quais participa e a possibilidade de implantação de novos projetos. Desse modo, a venda da maior parte das ações da Cevasa funcionaria como uma “injeção de capital”, garantindo o fortalecimento do Grupo, sua participação no processo de expansão e, conseqüente permanência no mercado.

Segundo Antonio de Pádua Rodrigues, diretor-técnico da UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar), o processo de fusão e/ou aquisição no âmbito do agronegócio canavieiro tem sido motivado pelas perspectivas de ganhos de escala na produção, comercialização e gestão⁷⁴.

Cabe reforçar ainda em relação ao grupo Cosan, que o fato deste ter disparado na frente dos demais grupos brasileiros produtores de açúcar e álcool, se deve não somente ao processo de fusões e/ou aquisições; mas também de abertura de capitais, que permitiu, inclusive, a participação acionária de investidores estrangeiros no seu capital, destacada pelo próprio grupo como uma estratégia para “*ganhar espaço no mercado internacional*”⁷⁵.

Dados levantados tendo como referência o ano/safra 2007/2008, revelam a participação acionária de dois grupos estrangeiros no capital da Cosan, o Kuok Group com 5,9% e a Sucden (Sucres et Denrées) com 1,8% (Quadro 2). Hoje parte do capital da Cosan _ composto pelas fusões e/ou aquisições de unidades produtivas nacionais e pelas ações desses grupos estrangeiros _ constitui a Cosan Ltda, com 62,8% de participação no grupo e com as ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Também faz parte da composição acionária do grupo 37,2% de ações negociadas na forma de *free float*⁷⁶ na Bovespa (Bolsa de

⁷⁴ Cf. ProCana – Matéria divulgada em 11/12/2006. Disponível em: http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?id_materia=24724

⁷⁵ Portal do Grupo Cosan - Alianças Estratégicas. Disponível em: http://www.cosan.com.br/grupo_aliancas.aspx

⁷⁶ É a porcentagem do capital de uma empresa que não se encontra em mãos de acionistas estratégicos

Valores de São Paulo)⁷⁷.

Um outro grupo estrangeiro que também faz parte da composição acionária da Cosan é o grupo açucareiro Tate & Lyle (de origem inglesa), com 10% de participação em uma operadora portuária da Cosan, em Santos. Esta parceria, entre outras, foi estratégica para o grupo Cosan, pois este visava reduzir custos de exportação de açúcar e imprimir mais agilidade aos embarques.

Quadro 2 - Participação do Capital Estrangeiro no Agronegócio Canavieiro do Brasil - 2007/2008

Grupo investidor	Usina	Part. acionária	Localização	Situação 2007/2008	Produção safra 2007/2008 (t)	Part. grupo na cana moída (t)
Abengoa (Espanha)	-São Luiz -São João da Boa Vista	100%	SP	em op.	2.996.198	2.996.198
		100%	SP	em op.	2.672.918	2.672.918
Adecoagro (EUA / Argentina)	-Monte Alegre -Angélica	100%	MG	em op.	891.147	891.147
		100%	MS	2008/2009	-	-
Bunge (EUA)	-Santa Juliana -Pedro Afonso -Monteverde	100%	MG	em op.	864.994	864.994
		100%	TO	Greenfield	-	-
		60%	MS	Greenfield	-	-
Cargill (EUA)	-Cevasa -Itapagipe	100%	SP	em op.	1.267.374	1.267.374
		43,75%	MG	em op.	1.404.577	614.502
Infinity Bio-energy (Inglaterra e outros)	-Usinaví -DISA -Cridasa -Alcana -Paraíso -Ibirálcool -Montasa -Laranjaí	99%	MS	em op.	2.210.099	2.184.462
		97%	ES	em op.	1.053.309	1.021.183
		57%	ES	em op.	723.995	414.487
		100%	MG	em op.	904.386	904.386
		100%	MG	2008/2009	-	-
		100%	BA	Brownfield	-	-
		51%	ES	Brownfield	-	-
100%	MS	Greenfield	-	-		
Louis Dreyfus (França)	-São Carlos -Cresciumal -Luciânia -Passa Tempo -Maracajú	100%	SP	em op.	1.948.448	1.948.448
		100%	SP	em op.	1.804.234	1.804.234
		100%	MG	em op.	1.311.110	1.311.110
		100%	MS	em op.	1.906.447	1.906.447
		100%	MS	em op.	1.708.280	1.708.280
100%	RN	em op.	1.705.001	1.705.001		

(como no caso dos grupos estrangeiros já citados). É o percentual das ações que pode ser efetivamente negociado em pregões e adquiridos por outros investidores que se tornam acionistas minoritários.

⁷⁷ Cf. Rel. Anual Cosan. Disponível em: http://www.b2i.cc/Document/1173/Cosan_RelatorioAnual_20090227_port.pdf

	-Estivas -Giasa -Rio Brilhante	100% 100%	PB MS	em op. 2008/2009	1.129.467 -	1.129.467 -
Noble (China)	-Petribu Paulista -Meridiano	100% 100%	SP SP	em op. Greenfield	1.790.308 -	1.790.308 -
Tereos (França)	-Guarani -Cruz Alta -Guarani Tanabi -Andrade -Cia Energética São José -Cardoso	62,40% 62,40% 62,40% 62,40% 62,40% 62,40%	SP SP SP SP SP SP	em op. em op. em op. em op. em op. Greenfield	2.508.131 4.168.067 422.949 3.018.926 2.015.606 -	1.565.074 2.600.874 263.920 1.883.810 1.257.738 -
Clean Energy (Inglaterra)	-Usaciga -Alcoolvale -Dourados -Pantanal -Alcídia -Eldorado -Conquista do Pontal -Euclides da Cunha -Presidente Epitácio -Rio Claro I -Rio Claro II -Itarumã -Santa Luzia I	49% 33% 100% 100% 33% 33% 33% 33% 33% 33% 33%	PR MS MS MS SP MS SP SP SP SP GO GO GO MS	em op. em op. Greenfield Greenfield em op. em op. Greenfield Greenfield Greenfield Greenfield Greenfield Greenfield	1.701.665 1.477.579 - - 1.153.024 1.956.163 - - - - - - - -	833.816 487.601 - - 380.498 645.534 - - - - - - - -
Sucden (França)	-Cosan -Guarani	1,8% 5,02%	SP SP	em op. em op.	39.973.062 12.133.679	719.515 609.111
Kuok Group (China)	-Cosan	5,9%	SP	em op.	39.973.062	2.358.411
British Petroleum (Inglaterra)	-Tropical Bioenergia	50%	GO	Greenfield 2008/2009	-	-
UMOE (Noruega)	Dest. Paranapanema	95%	SP	em op.	88.000	83.600
Brazil Ethanol (EUA)	-Usina Leão	100%	AL	em op.	1.377.267	1.377.267

Mitsubish Corporation (Japão)	-Boa Vista (São Martinho)	10%	GO	2008/2009	-	-
Global Foods / Carlyle/Rivestone / Goldman Sachs / Discovery Capital (EUA)	-CNAA - Ituiutaba	72%	MG	2008/2009	-	-
	-CNAA - Itumbiara	72%	GO	2008/2009	-	-
	-CNAA - Campina Verde	72%	MG	Greenfield	-	-
	-CNAA - Platina			Greenfield	-	-
ADM (EUA)	Limeira do Oeste Jataí	50%	MG GO	Greenfield Greenfield	-	-
Goldman Sachs	SantelisaVal e	15%	SP	em op.	16.715.872	2.507.381
Mitsui (Japão) parceria com a Petrobras	Itarumã	20%	GO	Greenfield	-	-
Free Float	-Cosan	37,2	SP	em op.	39.973.062	9.665.486
	-São Martinho	23,08%	SP	em op.	9.484.042	2.189.059
	-Guarani	19,18%	SP	em op.	12.133.679	2.326.633
TOTAL					114.352.645	58.890.274
MOAGEM BRASIL					491.370.000	491.370.000
PARTICIPAÇÃO CAPITAL EXTERNO					23,27%	11,98%

Fonte:SIAMIG-SINDAÇÚCAR-MG (Assessoria Econômica); IDEANEWS-Online/2008; Pesquisa de Campo -2007/2008.

O aumento do interesse dos investidores estrangeiros em adquirir participação acionária de grupos/empresas já consolidadas no âmbito do agronegócio canavieiro, ou mesmo na implantação de novos projetos deve-se, em parte, a possibilidade de internacionalização do uso do etanol, a partir do processamento da cana-de-açúcar.

Esse aspecto se reflete, por exemplo, no aumento da participação dos grupos estrangeiros no processamento de cana-de-açúcar, no Brasil. Segundo

dados do IDEANEWS-ONLINE⁷⁸, na safra 2005/2006 os mesmos responderam por 6,75% do processamento, saltando para 9,21%, na safra 2006/2007, caracterizando assim um aumento de 36% no período. Na safra 2007/2008 o capital estrangeiro representa 23,27% de participação no agronegócio canavieiro no Brasil e 11,98% do total de cana moída (Quadro 2). Mas acredita-se que hoje, como algumas das empresas que comparecem como *greenfield* ou em vias de processamento em 2008/2009 (Quadro 2), portanto não apresentando dados de produção, esses percentuais podem ser maiores, especialmente de participação na produção de cana moída.

Os levantamentos efetuados tanto empíricos como bibliográficos têm-nos revelado que a presença do capital externo, em projetos e aquisição de unidades agroindustriais processadoras está ganhando mais expressividade nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás. Tanto por meio de investimentos diretos, como indiretamente através de participação acionária nos grupos nacionais (especialmente paulistas) que investem nesses estados⁷⁹.

O Grupo Infinity Bio-Energy, por exemplo, que já possui 99% das ações da USINAVI/MS, lançou-se à aquisição de várias unidades no Espírito Santo e em Minas Gerais. O mesmo está investindo cerca de R\$ 85 milhões na ampliação e modernização da Alcana - Destilaria de Álcool de Nanuque S/A, localizada no município de Nanuque, vale do Mucurici/MG, da qual detém 100% do controle. Formou uma *joint venture*⁸⁰ com a Disa - Destilaria Itaúna S/A, no município de Conceição da Barra/ES, incluindo na negociação a Ceisa - Central Energética Itaúnas e a Infisa - Infinity Itaúnas Agrícola, da qual é detentora de 97%. Desta parceria resultaram alguns projetos *brownfields*⁸¹, que consiste na aquisição de 57% da unidade processadora Cridasa - Cristal Destilaria Autônoma S/A, no município de Pedro Canário/ES, que está recebendo investimentos para aumentar a capacidade produtiva; 51% da Montasa - Montanha Alcooleira S/A, no município

⁷⁸ Cf. IDEANEWS.Online - 17 janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.ideaonline.com.br/ideanews.asp?cod=46&sec=8>

⁷⁹ Ver IDEANEWS.online - 17 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.ideaonline.com.br/ideanews.asp?cod=46&sec=8>

⁸⁰ Resumidamente *joint venture* refere à formação de um empreendimento com empresas estrangeiras para desenvolver negócio. Termo adaptado do dicionário de Economia On-line. Disponível em: <http://www.economiaonline.com.br/template.zapp?pagina=descomplicando.php3#pesquisar>

⁸¹ Em linhas gerais este termo, de origem estadunidense, é usado para designar a reativação de unidades industriais e/ou comerciais abandonadas, ociosas ou sub-utilizadas.

de Montanha/ES, que também tem recebido melhorias tem previsão para entrar em operação em 2009⁸²; e 100% da Ibirálcool, em Ibirapuã, no extremo sul do estado da Bahia. Além disso, está implantando duas novas unidades: a unidade processadora Paraíso (safra 2008/2009), em São Sebastião do Paraíso/MG; e a unidade Laranjaí, em Naviraí/MS, ambas com 100% de controle acionário. Segundo o presidente do grupo, a meta é transformar a região de Mucurici/MG, o norte do Espírito Santo e o sul da Bahia em um novo pólo sucroalcooleiro⁸³.

O grupo, que na safra 2006/2007 figura na 23^a posição no *ranking* nacional de produção de cana-de-açúcar (3.700.431 milhões de toneladas), pretende se tornar o segundo no *ranking* dos maiores produtores brasileiros de álcool e açúcar⁸⁴. O presidente do grupo destacou⁸⁵ que esta operação faz parte da “estratégia de aquisição e construção de usinas em *clusters*⁸⁶ operacionais localizados em regiões com vantagens estruturais de custos, logística e margem (de lucro), em comparação com outras usinas no Brasil”, o que justifica as aquisições nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Segundo a mesma fonte, o grupo Infinity Bio-Energy já investiu mais de US\$ 400 milhões, incluindo as aquisições e os novos projetos *greenfields*.

O grupo Clean Energy Brazil (CEB), que foi criado em 2006 com papéis negociados na Bolsa de Londres, visando investir em participações de usinas brasileiras, possui 49% da Usaciga, em Cidade Gaúcha/PR e 33% da Unialco, *holding*⁸⁷ que controla a Alcoolvale, em Aparecida do Taboado/MS (essa operação foi avaliada em US\$ 64 milhões). Recentemente anunciou mais três projetos *greenfield* em Mato Grosso do Sul, um já em implantação e com previsão de

⁸² Cf. Jornal Cana - Produção, dados e notícias – 18 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao...>

⁸³ Cf. JornalCana – Produção, dados e notícias, p. 38, fev. 2007.

⁸⁴ Para mais detalhes conferir SILVA, A. S. 2007. Ver também, SEBRAE/MG – Jornal do Comércio - Em 16/02/2007. Disponível em: [http://www.sebrae-mg.com.br/geral/VisualizarDestaque.aspx?Cod_destaque=3800&navegacao=ULTIMAS_NOTICIAS/Infinity+Bio-Energia+investir%c3%a1+R\\$+85+milh%c3%b5es+na+Alcana](http://www.sebrae-mg.com.br/geral/VisualizarDestaque.aspx?Cod_destaque=3800&navegacao=ULTIMAS_NOTICIAS/Infinity+Bio-Energia+investir+c3%a1+R$+85+milh%c3%b5es+na+Alcana)

⁸⁵ Cf. Jornal Cana - Produção, dados e notícias – 18 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao...>

⁸⁶ *Cluster*; é um termo usado para definir, no mundo da indústria, uma concentração de empresas relacionadas entre si, numa zona geográfica relativamente definida. Um pólo industrial, ou no caso em questão, um pólo agroindustrial sucroalcooleiro.

⁸⁷ Em linhas gerais, *holding* é uma sociedade formada para gerir participações sociais. “É uma forma de oligopólio no qual é criada uma empresa para administrar um grupo delas (conglomerado) que se uniu com o intuito de promover o domínio de determinada oferta de produtos e /ou serviços. Na holding, essa empresa criada para administrar possui a maioria das ações das empresas componentes de determinado

operação na safra 2009/1, a Dourados S/A Álcool e Açúcar, em Dourados/MS; e o outro, a Pantanal Agro Industrial S/A, em Sidrolândia/MS, ainda em fase de levantamento de impactos ambientais, previsto para começar a processar na safra 2010/11. Ambos os projetos serão 100% controlados pelo CEB⁸⁸.

Há que se ressaltar, portanto, que a entrada de capital estrangeiro no setor não está ocorrendo somente pela via dos investidores particulares, que injetam grandes somas de recursos oriundos de fundos de pensão, mas também das *tradings*. Essas empresas voltadas para a comercialização, já atuam em todos os segmentos de distribuição como negociação, transporte, financiamento, seguro e exportação (como é o caso da Louis Dreyfus, que já tinha tradição também na produção de açúcar e álcool na Europa) em outros países e no Brasil, de modo particular na comercialização/exportação desses produtos. No entanto, frente ao contexto de expansão e de perspectivas para o etanol no mercado externo, passaram a investir também na produção canieira.

É o caso, por exemplo, da Cargill, grande empresa norte-americana, que atua na comercialização, processamento e distribuição de produtos e serviços agropecuários. Além disso, a mesma atua como a principal *trading* no mercado brasileiro de açúcar. A Cargill adquiriu em 2006 a Central Energética do Vale do Sapucaí - Cevasa, do Grupo Maubisa. Com essa transação a *trading* adquiriu 100% de controle acionário da Cevasa transformando-a numa *joint venture*. A Cargill possui ainda 43,75% de participação na Usina Itapagipe (Quadro 2) implantada pelo Grupo Moema (no qual o Grupo Maubisa tem participação acionária), no município de Itapagipe/MG. A mesma possui ainda uma unidade para desidratação de álcool no Caribe⁸⁹, a qual foi implantada em sociedade com a Crystalsev.

A Adeco (ou Adecoagro), empresa de origem Argentina e que tem como acionista majoritário o mega investidor norte-americano George Soros, possui investimentos no setor agropecuário (grãos, carne, laticínios, café, açúcar, algodão), na Argentina, Uruguai e Brasil. A associação de capital de seus investidores resultou

grupo". Disponível em: <<http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20060821032740AApPD5s>>
⁸⁸ Cf. Jornal Cana - Produção, dados e notícias - 22 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao...>

⁸⁹ Cf. UOL - Últimas Notícias - 12 de junho de 2006. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2006/06/12/ult29u48571.jhtm>

na aquisição de mais de 225.000 hectares de terras nestes três países da América do Sul⁹⁰. O Grupo iniciou suas atividades no Brasil em 2004, ao adquirir duas fazendas (Oeste da Bahia e Sudeste de Tocantins). Em 2005, passou a atuar no setor canavieiro com a aquisição da Usina Monte Alegre, em Monte Belo/MG. Em 2006 anunciou mais um projeto para produção de álcool em Minas Gerais e três em Mato Grosso do Sul⁹¹. Desses projetos anunciados, no momento só temos conhecimento da efetivação de apenas um, a Angélica Agroenergia Ltda, no município de Angélica/MS, recém implantada.

O Grupo francês Louis Dreyfus, atua em mais de cinquenta países na comercialização de *commodities* agrícolas e energéticas, além de ser um dos maiores processadores mundiais de soja e laranja. A aquisição da Usina Cresciumal, de Leme/SP em 2000, pelo mesmo marcou a entrada de grupos estrangeiros no setor. Criou o *holding* brasileiro Louis Dreyfus Commodities Bioenergia (LDC). Posteriormente adquiriu a Usina São Carlos/SP e a Usina Luciânia/MG. Em 2007, comprou as cinco usinas do grupo pernambucano Tavares de Melo, Usina Maracaju/MS; Usina Passatempo/MS; Usina Estivas/RN; e Destilaria Giasa/PB). Em 2008 inaugurou uma nova unidade em Mato Grosso do Sul, a Rio Brillhante-LDC Bioenergia, despontando na segunda posição no *ranking* brasileiro de produção de açúcar e álcool, com moagem de cerca de 15 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. No momento do fechamento desta tese efetuou negociação visando à aquisição da Santaélisa Vale⁹², que já possui em sua composição acionária vários investidores internacionais (Quadro 2). Com esta operação concretizada, a perspectiva do Grupo é processar em torno de 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, se aproximando da Cosan.

O Grupo Tereos, também de origem francesa, atua na Europa (França e República Tcheca), África (Moçambique e Ilhas Réunion) e América do Sul (Brasil). O mesmo está estruturado em forma de cooperativa, composta por 12.000 fornecedores franceses e cultiva em 930.000 hectares de terra de beterraba, cana-de-açúcar e cereais, os quais são transformados em açúcar, glicose e álcool, além

⁹⁰ Site oficial da Adecoagro. Disponível em:
http://www.adecoagro.com/index.php?seccion_generica_id=102.

⁹¹ Cf. SulNews – Economia. 11 de junho de 2007. Disponível em:
http://www.sulnews.com.br/ler.asp?id_noticia=10466

⁹² Informação divulgada pela UDOP (União dos Produtores de Bioenergia), em 26 de março de 2009.

de produzir ração animal e energia elétrica a partir do bagaço de cana-de-açúcar.

No Brasil o grupo controla cinco unidades fabris, a saber: a Açúcar Guarani S/A - Unidade Industrial Tanabi, em Tanapi/SP; Açúcar Guarani S/A - Unidade Cruz Alta, em Olímpia/SP; Açúcar Guarani S/A - Unidade Severínia, em Severínia/SP; Açúcar Guarani S/A – Unidade Andrade, em Pitangueiras/SP; Açúcar Guarani S/A - Unidade São José, no município de Colina/SP). Além dessas unidades está implantando um projeto *greenfield* no município de Cardoso, também no estado de São Paulo⁹³. Na safra 2007/2008, o Grupo, que representa a marca de açúcar Guarani atingiu a terceira posição no *ranking* nacional no processamento de cana-de-açúcar com 12,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar⁹⁴.

É importante frisar que não nos deteremos aqui em discutir detalhadamente as estratégias expansionistas e/ou concentracionistas de capital de todos os grupos/empresas do negócio-agro-sucro-energético brasileiro, com participação acionária de grupos investidores estrangeiros (apesar de acreditar que o cenário hoje possa estar um pouco diferente do apresentado no Quadro 2, este ainda é válido para nos dar uma noção desses (re)arranjos, especialmente no Centro-Sul). Desse modo, focamos a análise somente em alguns grupos, a exemplo do Cosan, Infinity Bio-Energy, Clean Energy Brazil, Louis Dreyfus, Cargill e Tereos, por exemplo, por julgarmos ser estes mais representativos do ponto de vista do processo de fusão/aquisição com participação de capital externo.

As fusões e aquisições ganharam expressividade entre os grupos/empresas do setor canavieiro nacional, de caráter marcadamente familiar, a partir da segunda metade dos anos 1990, coincidindo com o período de crise pós-desregulamentação e o processo de reestruturação produtiva desencadeado no período.

A desregulamentação do setor e a adoção de novas ações e medidas econômicas e institucionais (redução da intervenção do Estado e fim do IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, por exemplo), fortaleceram o segmento do setor que representa o poder de decisão e articulação, a exemplo de grupos como o Cosan, que agregaram várias unidades produtivas.

Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1050630>

⁹³ Guarani/Tereos – Site Oficial. 24 de março de 2008. Disponível em: <http://www.acucarguarani.com.br/br/institucional/GrupoTereos.aspx>

De 1997 a 2001 foram contabilizados 24 processos de fusão e/ou aquisição envolvendo grupos e empresas familiares do agronegócio canavieiro, sendo todos realizados no Centro-Sul do país. Uma das primeiras transações desse período ocorreu entre a Usina Santa Elisa e a Usina São Geraldo, ambas localizadas no município de Sertãozinho/SP, e envolveu o Banco Bradesco e a família Junqueira, que tinha um passivo financeiro com o mesmo⁹⁵.

O movimento de fusões e/ou aquisições envolvendo grupos estrangeiros começou a ganhar destaque a partir do ano 2000 (especialmente com a aquisição da Usina Cresciumal, pelo Grupo Louis Dreyfus, conforme já destacamos anteriormente), mas foi a partir de 2003 que adquiriu maior expressividade. Naquele ano foram realizadas cinco transações e no ano seguinte mais cinco.

Em 2007, foram realizadas 25 transações envolvendo agroindústrias sucroalcooleiras, no Brasil, caracterizando um aumento de 178% em relação ao ano de 2006, no qual foram realizadas nove operações.

Os grupos/empresas nacionais que adotaram a política de abertura às aquisições e às participações acionárias de investidores nacionais e, sobretudo externos, partiram do pressuposto de que o setor precisa ser menos pulverizado e mais concentrado⁹⁶. Para tanto reduziram o controle familiar na administração dos mesmos, adotando posturas de caráter empresarial e corporativo⁹⁷. Nesse sentido cabe destacar a posição do representante de uma das empresas visitadas⁹⁸, ao defender a postura do grupo diante da atual conjuntura.

As unidades empresariais hoje são muito mais gestão do que administração. A administração, a gente costuma dizer que faz parte *sine qua non* do negócio. Administração contábil, administração financeira, administração de pessoas, de matéria-prima, administração de recursos, enfim. A gestão eu considero que está num patamar que é a congregação de todos esses modelos de administração. [...] Então, a empresa pra nós, é uma empresa que tem um cunho profissional, ela não é uma empresa familiar, é uma empresa focada para o profissional. (SANTOS, entrevista - 21/11/2007, p. 20)

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Cf. PASIN & NEVES, 2001.

⁹⁶ Essa defesa foi feita pelo presidente do Grupo Cosan, Rubens Ometto Silveira de Mello, divulgada por MAGALHÃES, M. 03 de julho de 2007. Disponível em: www.canaweb.com.br/notícia.

⁹⁷ Esse aspecto foi constatado durante as entrevistas que realizamos junto às empresas que visitamos.

⁹⁸ Gerente Corporativo da Usina Vale do Ivaí – Unidade Fronteira/MG, durante pesquisa de campo em novembro de 2007.

Faz-se importante destacar ainda, que em virtude da perspectiva de abertura de mercados potenciais para o álcool em escala mundial, o perfil dos investidores mudou a partir de 2006. Até então os investimentos estrangeiros no agronegócio canavieiro eram efetuados por grupos europeus, que já tinham tradição na produção/comercialização de açúcar no mercado mundial. Porém, a referida conjuntura atraiu também grupos e fundos privados internacionais originários de países como EUA e Japão. Desse modo, os investimentos estrangeiros foram responsáveis por 70% das transações realizadas no setor canavieiro em 2007, sendo 36% destas atribuídas aos fundos privados⁹⁹. Do total de vinte e cinco transações efetuadas naquele ano, dezoito delas envolveram investidores estrangeiros e sete grupos nacionais.

Entre as companhias envolvidas está a multinacional americana Bunge, as francesas Louis Dreyfus e Tereos, a Noble Group de origem asiática, a espanhola Abengoa e a japonesa Sojitz¹⁰⁰, que recentemente adquiriu participação na ETH Bioenergia, criada para administrar os negócios ligados à produção de bioenergia do Grupo Odebrecht (Quadro 2).

Um fato novo a ser também considerado nesse contexto são os grupos/empresas nacionais que não tinham, até então, tradição no agronegócio canavieiro. Diante da perspectiva de expansão e de abertura mundial do mercado de bioenergia, aderiram a este novo negócio. É o caso, por exemplo, da Odebrecht, que atuava até recentemente, prioritariamente no setor de construção civil, química e petroquímica em nível mundial¹⁰¹, e que foi estimulada a investir também na produção de álcool, açúcar e energia.

A primeira aquisição do Grupo no setor foi a Destilaria Alcídia, no município de Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, em 2007. Posteriormente investiu na construção da Unidade Conquista do Pontal, no

⁹⁹ Levantamento realizado pela empresa de consultoria KPMG e divulgado pelo Valor Econômico – 28 de fevereiro de 2008. Disponível em: http://www.nuca.ie.ufjf.br/infosucro/assuntos/usinas_0802.htm

¹⁰⁰ A Sojitz (SDB) foi criada em 2004 por meio da fusão de duas grandes tradings japonesas (Nissho Iwai e Nichimen), que atuam há quase cinquenta anos, em vários segmentos da economia brasileira. Informações disponíveis no *site* oficial da empresa. http://www.sojitz-br.com/site/areas_agronegocios.htm

¹⁰¹ A Odebrecht atua tradicionalmente no setor de Engenharia e Construção e de Química e Petroquímica na América Latina. Tem participação ainda no setor de Infra-Estrutura e Serviços Públicos, Engenharia Ambiental, Óleo e Gás e Empreendimentos Imobiliários. Informação disponibilizada no *site* oficial do

município de Mirante do Paranapanema, e está com mais dois projetos em fase de planejamento na mesma região, sendo um em Euclides da Cunha e outro em Presidente Epitácio. Em março de 2008 fez a aquisição da Usina Eldorado, em Rio Brillhante/MS, de propriedade do empresário Benedito Coutinho, e anunciou a implantação de mais uma unidade agroindustrial no estado de Mato Grosso do Sul, no município de Nova Alvorada do Sul. Está construindo a unidade Rio Claro I, em Caçú no estado de Goiás e tem mais duas unidades em fase de implementação, sendo uma também no município de Caçú e a outra no município de Itarumã/GO (Quadro 2). Ao todo a ETH Bioenergia contabiliza atualmente sete projetos *greenfield*¹⁰², com investimento previsto de R\$ 5 bilhões.

Conforme declaração do Diretor Estratégico da ETH Bioenergia¹⁰³, os projetos foram pensados para constituírem pólos produtivos, nos quais todas as unidades estariam próximas umas das outras. Desse modo, a região do Pontal do Paranapanema foi escolhida para constituir o primeiro *cluster* e os outros dois, respectivamente no sul de Goiás e na região de Rio Brillhante/MS. Assim, o Grupo Odebrechet inicia seus passos na agroindústria canavieira elegendo também as atuais áreas em expansão no Centro-Sul, particularmente situada no polígono do agronegócio; considerando além do mercado consumidor, as condições de logística e também estratégicas, legitimando assim o uso das terras grilladas do Pontal do Paranapanema, das terras férteis da bacia do Paraná, bem como a possibilidade de usufruto das potencialidades do Aquífero Guarani¹⁰⁴.

Um outro exemplo que deve ser destacado ainda é o da Brenco (Companhia Brasileira de Energia Renovável), formada pela fusão de capital nacional e de investidores norte-americanos (Khosla Ventures; The Yucaipa Companies; Grupo Semco; Tarpon Investimentos; Amber Capital; e Ashmore Energy International), e comandada pelo ex-presidente da Petrobrás, Henri Phillipe Reichstul¹⁰⁵. A Brenco, também está trabalhando na perspectiva de constituição de *Clusters* (Polos Agroindustriais). Captou US\$ 2 bilhões no mercado e está

Grupo. http://www.odebrecht.com.br/index.cfm?conteudo_id=2

¹⁰² Informação disponível no próprio *site* da ETH Bioenergia S/A - Grupo Odebrechet.

¹⁰³ CANAL – O Jornal da Bioenergia/Valor Econômico. 13 de março de 2008. Disponível em: <http://www.canalbioenergia.com.br/noticia.php?idNoticia=990>

¹⁰⁴ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2007a e 2007b.

¹⁰⁵ Cf. Inovação Unicamp – 24 de setembro de 2007. Disponível em: http://ethanolbrasil.blogspot.com/2007_09_02_archive.html

investindo, inicialmente, na implantação de quatro projetos *greenfield*, os quais irão constituir o primeiro pólo agroindustrial, sendo duas unidades previstas para entrar em operação em 2009 (uma em Mineiros/GO e a outra em Alto Taquari/MS) e duas em 2010 (uma no município de Morro Vermelho e a outra em Perolândia, no estado de Goiás).

Vale dizer que todas as unidades do grupo terão capacidade de moagem de três milhões de toneladas de cana-de-açúcar. A Brenco ainda tem como meta implantar mais três novos projetos, dos quais dois estão previstos para se localizarem no Estado do Mato Grosso do Sul, nos municípios de Paranaíba e Costa Rica e um no município de Itajá, sul do Estado de Goiás.

Esse contexto de expansão do capital agroindustrial canavieiro; essa busca desenfreada por inserção no mercado mundial de bioenergia; esse despertar dos países capitalistas centrais para a questão energética, em parte pautada no discurso de construção de uma alternativa renovável ao petróleo, somada ao grande interesse desses grupos e investidores estrangeiros aos quais nos referimos (e de outros), nos conduz a pensar no capital adotando estratégias em escalas distintas, mas que convergem para um mesmo ponto: a acumulação. De um lado um capital específico e desenvolvido em escala nacional, que necessita contraditoriamente se abrir e se associar, diversificar, concentrar e expandir para fugir de uma crise que o assombra há décadas. Por outro lado, um capital excedente em escala global/regional, acumulado, sobretudo através de fundos privados e de investimentos em papéis e ações negociadas nas bolsas de valores de Londres e Nova Iorque, por exemplo.

Há que se reforçar que a abertura econômica e a desregulamentação financeira desencadeada nos anos 1990, tanto em escala mundial como nacional, moveram o processo de reestruturação produtiva, cujos reflexos se fizeram sentir também em escala setorial, a exemplo do agronegócio canavieiro. Nesse contexto, conforme destaca Oliveira (2006, p. 69) não havia uma política direcionada explicitamente para a produção, criando assim um diferencial em termos de rentabilidade entre o setor produtivo e o financeiro, favorecendo este último. No entanto, a rentabilidade apresentada pelo setor financeiro não conduziu necessariamente à *“redução das taxas de lucro para o conjunto da atividade produtiva”*, possibilitando assim a reestruturação produtiva, que, no caso dos países

em desenvolvimento, ocorreu, sobretudo por conta do capital internacional injetado. Tendo em vista que o excesso de capitais, superacumulados pelos investidores estrangeiros precisavam de novas regiões que os absorvessem, de modo a criar *“novos mercados e novas oportunidades para investimentos rentáveis”*. (HARVEY, 2005, p. 118)

O processo de financeirização e de abertura da economia para o capital externo, somado às políticas neoliberais e ao esgotamento do padrão de financiamento do Estado brasileiro – que até os anos 1980 havia tutorado o desenvolvimento da economia nacional – provocou a desregulamentação das atividades econômicas e, de modo particular do agronegócio canavieiro, reiterando a diferenciação inter-empresas no âmbito desta atividade produtiva. Assim as empresas mais capitalizadas, que se permitiram associar ao capital externo e que criaram condições para gerar superávits comerciais se sobressaíram em detrimento das demais.

Em outras palavras, diríamos que as manifestações desse processo em escala nacional têm sido as alterações nas relações e nas mediações até então estabelecidas, promovendo a constituição de (re)arranjos espaciais e produtivos que se expressam territorialmente de forma diferenciada. É o que se evidencia no contexto atual, conforme demonstra os exemplos aqui apresentados.

Esse novo contexto econômico e estratégico do capital, além de projetar um novo ordenamento territorial e produtivo está imprimindo mudanças no perfil do agronegócio canavieiro no Brasil, haja vista a forte presença de empresas/grupos estrangeiros (e nacionais) de diferentes setores, principalmente financeiro, automotivo e até petroleiro. Há que se destacar, por exemplo, o envolvimento da Petrobrás nesse segmento produtivo. A estatal brasileira criou em 2008 a subsidiária Petrobrás Biocombustível, e tem demonstrado interesse em atuar na produção de álcool combustível, inclusive em estabelecer parceria com o governo e empresas japonesas, com vistas a produzir etanol em larga escala no Brasil e exportar para o Japão.

O JBIC (Japan Bank for International Cooperation) poderá vir a ser um importante parceiro nesse projeto conjunto da Petrobras, Mitsui e outras empresas brasileiras e japonesas, no entanto, concretamente nenhum acordo que se tenha conhecimento foi firmado nesse sentido até o momento. A informação

que dispomos é de uma possível parceria da Mitsui com a Petrobrás para implantação do alcooduto, que se estenderá desde Senador Canedo/GO até São Sebastião/SP, bem como de um projeto *greenfield*, no município de Itarumã, no estado de Goiás, os quais deterão respectivamente, 20% de participação acionária, ficando 60% para outros grupos/empresas¹⁰⁶.

Analisando o interesse recente desses grupos e fundos de investimentos internacionais na aquisição de unidades produtivas, na compra de participação acionária de grupos/empresas agroindustriais canavieiras, ou mesmo de investimentos em projetos *greenfield* aqui no Brasil; com perspectiva de expansão não só do mercado interno, mas, sobretudo de abertura e expansão de mercado para o etanol em escala mundial, diríamos que esse ocorreu também em virtude da conjuntura política e econômica que o Brasil apresentou nos últimos anos. A aparente estabilização interna da economia despertou segurança nos investidores externos que buscavam retorno garantido para seus investimentos.

Em 2007, por exemplo, havia, portanto, dois cenários favoráveis a tais investimentos: por um lado, as perspectivas mercadológicas externas, somadas a conjuntura política e econômica nacional que expressava estabilidade; por outro lado, e no âmbito exclusivamente do agronegócio canavieiro, tinha-se a euforia expansionista e ao mesmo tempo a realidade da queda dos preços do açúcar, que ocasionou um aumento nos passivos e reduziu os ativos das usinas tornando-as mais atrativas aos compradores.

Assim, os ativos mais baratos estimularam os investimentos, sobretudo dos fundos e grupos internacionais, fazendo com que as fusões de capital, aquisições de unidades e/ou de participação acionária de grupos/empresas desse segmento produtivo no Brasil ganhassem destaque no período. Este aspecto tem sido focado em matérias divulgadas em *sites* e jornais específicos do setor¹⁰⁷, e reforçado por alguns de seus representantes em entrevistas realizadas durante pesquisa de campo.

Ao questionar um dos entrevistados¹⁰⁸ acerca da participação do capital

¹⁰⁶ Cf. Jornal CorreioNews. 03 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.ocorreionews.com.br/index.php?news=627>

¹⁰⁷ Cf. Valor Econômico – 28 de fevereiro de 2008. Disponível em: http://www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro/assuntos/usinas_0802.htm

¹⁰⁸ Gerente Industrial da Usina Vale do Paranaíba, no Triângulo Mineiro.

estrangeiro, nesse contexto de expansão do agronegócio canavieiro no Brasil, o mesmo destacou o seguinte:

[...] de dois anos pra cá começou a chegar aqui o capital estrangeiro, e esse capital estrangeiro não está ajudando aos grupos nacionais, muito pelo contrário, ele está em busca de investimentos. [...] o investidor estrangeiro não está precisando de retorno imediato desse dinheiro, que esse dinheiro chegue aqui e volte rendendo [...]. Usaram uma estratégia da seguinte maneira: esse dinheiro chega, eu compro grupos já prontos, ou instalo novas unidades, não estou preocupado com o preço do álcool ou do açúcar, de cana, nada disso. [...] como o capital estrangeiro que investiu em grupos grandes aqui não está preocupado com o preço de açúcar, contribuiu para o pequeno quebrar. (AZEVEDO, entrevista - 23/11/2007, p. 09-10)

Percebe-se nesse depoimento certa apreensão quanto à presença do capital internacional no setor. Embora o entrevistado não diga com essas palavras, os investidores externos soam como uma ameaça aos pequenos e médios grupos/empresas nacionais; tendo em vista a origem do capital investido (altas somas originárias de fundos internacionais), que os coloca em posição privilegiada, podendo trabalhar na perspectiva do médio e longo prazo, sem exigir, no entanto, retorno imediato, inclusive sentindo menos a pressão dos preços do açúcar e mesmo do álcool para baixo. Ao contrário dos grupos nacionais que, como ele próprio afirmou, muitas vezes não dispõem de capital de giro, tendo que recorrer aos empréstimos bancários ou operar no vermelho.

Essa concorrência “desleal” tem favorecido, por um lado, os investidores estrangeiros, que diante da fragilidade financeira de alguns grupos/empresas nacionais estão fechando negócios com ativos mais baratos e ampliando suas aquisições e participações acionárias. Por outro lado, há grupos nacionais que também se beneficiam desse processo, pois ao venderem uma das empresas ou projeto *greenfield*, ou ainda parte das ações de empresas ou do próprio grupo, conseguem injetar mais capital no negócio, melhorando a “saúde financeira” do mesmo.

Diríamos, em acréscimo, que as estratégias adotadas pelos grupos/empresas no processo de reestruturação produtiva e de expansão do agronegócio canavieiro, e que repercutem no movimento de concentração de

capitais, são diferenciadas de acordo com o aporte financeiro dos investidores ou dos grupos que colocam à venda suas empresas ou ações delas; com os interesses de cada um desses grupos, seja na compra ou na venda; com a perspectiva mercadológica que o novo negócio inspira; bem como com a conjuntura política e econômica do país que recebe tais investimentos. Vimos que num contexto favorável da economia brasileira, a entrada desses capitais externos foi impulsionada, e que o mesmo influenciou o ordenamento apresentado recentemente pelo agronegócio canavieiro.

Esses capitais internacionais, que já possuem participação expressiva no agronegócio canavieiro, podem continuar a desempenhar um papel importante no atual cenário de crise, acentuando e/ou modificando o ordenamento territorial, produtivo e societal do capital agroindustrial canavieiro existente, haja vista os rearranjos que já se configuram. É o que veremos a seguir.

1.3.1 – A atual crise do sistema metabólico do capital no contexto mundial

Já é sabido que com a derrocada, nos anos 1970, de um longo período expansivo desencadeado no pós Segunda Guerra-mundial, teve início um novo ciclo na era do capital, pautado na defasagem entre produção e consumo. Em outras palavras, o cenário de superprodução e de sub-consumo, causaram um desequilíbrio estrutural no sistema produtor de mercadorias, conduzindo assim a um “*continuum depressivo*” (MÉSZÁROS, 1995), ou a uma “*onda longa depressiva*” (MANDEL, 1990) ou, como preferimos denominar, uma nova crise do capital. Este cenário impingiu ao sistema metabólico do capital a necessidade de se reorganizar, de reconstituir sua base de valorização, fazendo emergir, então, uma nova ofensiva do capital na produção caracterizada pelo “*novo complexo de reestruturação produtiva*” (ALVES, 2000, p. 16).

Essa nova ofensiva do capital materializou-se na adoção de novos referencias tecnológicos e organizacionais pautados no modelo toyotista de gestão da produção, com vistas à flexibilização da produção e do trabalho; impulsionando assim novos patamares de acumulação capitalista em escala planetária e debilitando profundamente o mundo do trabalho, a exemplo do crescimento do

desemprego estrutural, da proliferação do trabalho precário (parcial, temporário, terceirizado etc.) e da crise do sindicalismo.

Entretanto, faz-se necessário salientar que as determinações políticas, além das tecnológicas e organizacionais, contribuíram sobremaneira para impulsionar a nova ofensiva do capital na produção, a exemplo das políticas neoliberais desencadeadas nos anos 1980 e 1990, que promoveram a desregulamentação da economia (concorrencial e financeira) e a liberação ou abertura comercial. (ALVES, 2000, p. 17). A adoção dessas medidas neoliberalizantes se apóia na tese de que a estagnação do padrão de acumulação até então predominante, ocorreu devido ao “*excesso de regulamentações*”. (SADER, 2008, p. 2)¹⁰⁹

Mediante essa ofensiva neoliberal do capital com vistas ao alcance de novos patamares de acumulação, instaurou-se o que na linguagem mais corrente passou a denominar-se globalização da economia ou como preferimos conceber, a mundialização do capital. Assim, no contexto da mundialização do capital as fronteiras nacionais foram diluídas, tornando-se permeáveis à passagem dos fluxos financeiros, e promovendo um processo de transferência de capitais do setor produtivo para o financeiro, em escala mundial, sem precedentes na história do capitalismo.

É importante salientar que a atuação do Estado foi preponderante no processo de remoção de barreiras com vistas a favorecer a mobilidade do capital e assim equalizar a margem de lucro do capital, pois, assim como a garantia do direito de propriedade privada dos meios de produção e do trabalho, do cumprimento dos contratos e da proteção dos mecanismos de acumulação; constitui-se tarefa do Estado capitalista estabilizar o sistema monetário e eliminar as barreiras que dificultam a mobilidade do capital e, em decorrência, do trabalho¹¹⁰. Sem regulação, o capital migrou maciçamente para o setor financeiro e especulativo, onde o lucro e a liquidez eram maiores e com pouco ou nenhum custo tributário na circulação.

Desse modo, o modelo neoliberal promoveu a hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, fazendo com que a maior parte das transações

¹⁰⁹ Artigo divulgado pela Agência Brasil de Fato – 06 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/desequilibrios-estruturais-do-capitalismo-atual>

¹¹⁰ Cf. HERVEY, 2005.

econômicas ocorresse por meio da compra e venda de ações e ou/ de papéis, inclusive das dívidas públicas dos Estados nas Bolsas de Valores, do que na seara da produção ou do comércio de mercadorias.

Graças a sua volatilidade e liquidez o capital financeiro consegue deslocar-se rapidamente para onde se lhe apresenta maiores vantagens. Assim, o peso que o mesmo passou a desempenhar em escala nacional e internacional, repercutiu sobremaneira nas economias mais fragilizadas; cujo compromisso maior passou a ser a manutenção do *superávit primário* e o pagamento das dívidas junto ao FMI, a exemplo da Rússia, e de países latinos como, México, Argentina, Brasil, entre outros, que diante da instabilidade cambial tiveram que administrar as crises internas especialmente durante os anos 1990. Esse cenário exigiu, sobretudo, dos países latinos aqui exemplificados, um conjunto de medidas tais como o ajuste fiscal e o controle cambial, visando equilibrar a economia e sair da crise.

No início dos anos 2000 a ameaça de recessão na economia americana fez com que o Banco Central baixasse as taxas de juros no mercado para aumentar a oferta de crédito e estimular o consumo. Assim, os empréstimos e investimentos foram direcionados para o setor imobiliário. A oferta de capitais favoreceu a disponibilização de crédito “de segunda linha” (*subprime*), que permite a tomada de um novo empréstimo, antes mesmo de o primeiro ter sido pago, atraindo gestores de fundos privados e bancos para a compra de títulos de instituições que já haviam efetuado o primeiro empréstimo. Assim altas somas foram emprestadas para empresas/investidores pouco confiáveis, gerando especulação no mercado de crédito imobiliário.

Nesse sentido, vale dizer que tanto o crédito como o capital fictício, soa, em princípio, como a “*poção mágica para tornar todos os capitais instantaneamente conversíveis*”, porém nada mais são do que uma “*mistura volátil, capaz de combustão quase instantânea na fogueira de formação da crise*” (HARVEY, 2005, p. 139).

Nessas transações os papéis foram repassados para investidores espalhados por todo o mundo, gerando assim uma liquidez incerta, tendo em vista que se o tomador do empréstimo *subprime* não conseguisse pagar sua dívida, todos

os demais segmentos envolvidos seriam afetados¹¹¹. Isso de fato aconteceu a partir de 2003 quando o governo norte-americano decidiu aumentar as taxas de juros. Houve, a partir de então, um surto de inadimplência e conseqüentemente a retração do crédito, gerando assim uma crise de liquidez e a derrocada de bancos e financeiras, já anunciada em 2007, mas que só ganhou destaque no cenário mundial na segunda metade de 2008.

Faz parte, pois, do caráter expansionista e incorporador do modo de produção capitalista, na busca da acumulação, diluir as fronteiras e destruir as formas de organização que impedem a sua viabilização, recriando novas relações e novos espaços que garantam uma nova etapa de valorização.

Diríamos, em acréscimo, que o sistema metabólico do capital *“contém dentro de si as sementes da sua própria negação, sementes que crescem e, no fim, racham as próprias bases em que estão enraizadas”* (HARVEY, 2005, p. 126). Desse modo, nos momentos de crise, tanto a irracionalidade como o poder de destruição de tal sistema se torna mais evidente.

Essa lógica contraditória ao mesmo tempo destrutiva e “criadora” do capital no atual contexto, sinaliza para o recrudescimento das contradições, à medida que expressa a dissonância entre os interesses do capital e os interesses da humanidade, acirrando o conflito capital x trabalho e potencializando a barbárie; haja vista o quadro desolador de desemprego e insatisfação social que está se desenhando em várias partes do mundo.

Nesse sentido, fazemos jus às palavras de Menegat quando salienta que,

A valorização do capital, como forma abstrata da sociabilidade, torna-se cada vez mais, pela necessidade da sua realização, uma forma irracional de associação, logo, do ponto de vista do conjunto da humanidade, e não apenas do capital, bárbara. (2006, p.32)

A mobilidade do capital produtivo para o setor financeiro, propiciou a expansão do capital especulativo e, por conseguinte fictício, que, com a derrocada recente transferem o ônus da *“desvalorização”* para a fração do capital produtivo,

¹¹¹ Nesse caso, a oferta das *subprimes* veio basicamente das aplicações chinesas em títulos do tesouro americano, cujo FED (Banco Central Americano) deixou os bancos privados expandirem o crédito sem qualquer critério. Cf. OLIVEIRA, 2009. In: Vermelho Online – Economia. 04 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=53757>

que, por sua vez reage desempregando milhares de trabalhadores, especialmente no centro do sistema (EUA, Europa e Japão).

Nesse contexto, o Estado, enquanto instrumento da dominação de classe, se organiza para sustentar a relação conflituosa entre capital e trabalho, ou, como destaca Oliveira (2006, p. 76), o Estado entra novamente em cena, ocupando seu papel fundamental que é a manutenção do sistema, e a mediação “*das tensões do aparato social*”.

Essa intervenção do Estado com vistas a conter o avanço da crise se expressa por meio do socorro aos bancos para evitar a falência, baixar os juros, restabelecer a liquidez na forma de créditos, estimular o comércio internacional e o consumo, e tentar evitar assim um quadro recessivo¹¹²; a intervenção no setor produtivo se faz através da oferta de créditos/empréstimos com taxas de juros menores e mesmo renegociação das dívidas das empresas, inclusive das ameaçadas de falência para evitar o desemprego em massa¹¹³ e a conseqüente pressão e instabilidade social.

Isso se explica, em parte, no fato de que a autonomia adquirida pelo capital que se valoriza na esfera financeira é relativa, haja vista ter sua origem na seara produtiva. Assim, a produção ainda possui um papel central ante a financeirização, no contexto da mundialização do capital. Como destaca Alves “*A esfera financeira alimenta-se da riqueza gerada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho com múltiplos níveis de qualificação*” (2000, p. 63).

A tensão social provocada pela instabilidade econômica já está sendo apontada como possível causa de desestabilização política nos Estados-nações. Os países do Leste Europeu e membros da União Européia (Bulgária, Romênia, Letônia, Lituânia, entre outros), que após a queda do Muro de Berlim viram suas

¹¹² Vale destacar a título de exemplo, que na reunião do G20 realizada recentemente foi efetuado um acordo de US\$ 1 trilhão, que será destinado à contenção da crise em escala mundial. Dos quais cerca de US\$ 750 bilhões serão direcionados para o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o restante (US\$ 250 bilhões) será usado para dar novo impulso ao comércio. Cf. Época Negócios – Internacional/Economia, 02 de abril de 2009. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI66710-16367,00-EM+REUNIAO+G+ACERTA+ACORDO+DE+US+TRILHAO+PARA+LIDAR+COM+CRISE+MUNDIAL.html>

¹¹³ A turbulência e a ameaça de desemprego ganharam mais evidência na indústria automobilística, grandes montadoras como a GM, a Chrysler (nos EUA), que juntas já receberam US\$ 17,4 bilhões de ajuda do governo americano e mesmo assim demitiram milhares de trabalhadores e ameaçam demitir mais.

economias cresceram com base na abertura de mercado e no fluxo de capitais externos; diante da eminência da crise se ressentem com o avanço do desemprego, com a ausência de políticas sociais e a redução do crescimento da economia, que tende a recuar em torno de 10%¹¹⁴.

Dados divulgados recentemente pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) a crise mundial poderá desempregar mais de 50 milhões de pessoas em todo o mundo até o final de 2009, o que significará em termos percentuais uma taxa global de desemprego de 6,1%. As previsões da OIT apontam ainda que a crise poderá afetar com maior gravidade setores como construção civil, turismo, finanças, serviços, setor imobiliário e, sobretudo a indústria automobilística¹¹⁵.

De acordo com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) a estimativa é de que até 2010 a taxa de desemprego nos Estados Unidos atinja 10,5%. No primeiro trimestre deste ano (2009) foram demitidos no referido país 2 milhões de trabalhadores. Só no mês de março a taxa de desemprego foi de 8,5%, com 663 mil vagas de emprego eliminadas¹¹⁶. Na União Européia a taxa de desemprego já beira os 8%, e a Espanha apresenta a taxa mais elevada de desemprego, (13,4% registrada em janeiro de 2009) entre os países da zona do euro¹¹⁷.

Resgatamos aqui alguns aspectos que compõem o cenário de crise no âmbito do sistema metabólico do capital, o qual tem imbricamento direto com o aumento da hegemonia do capital financeiro e, sobretudo especulativo, evidenciando que esta lógica resulta da realização do valor e, portanto da necessidade de acumulação do capital. Todavia a nossa pretensão é compreender como essas mudanças implementadas no interior do capital em geral se refletem em suas “*formas particulares*”, a exemplo do capital agroindustrial canavieiro. Partindo desse pressuposto, nos propomos efetuar a seguir uma avaliação (mesmo que parcial)¹¹⁸ dos reflexos, ou desdobramentos dessa crise para o negócio-agro-sucro-

¹¹⁴ Cf. Jornal O Estado de São Paulo – Caderno de Economia/Internacional – p. B6. 01 de março de 2009.

¹¹⁵ CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária). Balanço Final Completo – Superintendência Técnica - 2008-2009

¹¹⁶ Cf. Jornal O Estado de São Paulo – Caderno de Economia & Negócios – p. B1. 04 de abril de 2009.

¹¹⁷ Cf. Época Negócios – Notícias. 08 de janeiro de 2009. <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDG85857-16628-23,00-DESEMPREGO+SUBIU+PARA+NA+ZONA+DO+EURO.html>

¹¹⁸ Tendo em vista que a crise ainda está em curso.

energético¹¹⁹.

1.4 – Os Reflexos da Crise Atual do Sistema Metabólico do Capital Sobre a Dinâmica do Capital Agroindustrial Canavieiro: Expansão, Endividamento e os Desdobramentos Para o Trabalho.

Inicialmente faz-se importante destacar que o endividamento de grupos e/ou empresas do setor é notório desde a época em que estas se beneficiavam com os subsídios e vantagens creditícias oferecidas pelo Estado; a exemplo do período que compreende a implantação e a derrocada do Proálcool (Programa Nacional do Álcool), em que vários desses grupos/empresas faliram, outras obtiveram a anistia (perdão das dívidas) ou a renegociação das dívidas e conseguiram se reerguer, e outras continuaram operando em estado considerado tecnicamente falimentar.

Segundo Thomaz Júnior (2002, p. 102-103), na década de 1990 havia 160 empresas agroindustriais canavieiras inadimplentes no país, que juntas somavam um montante de dívida de US\$ 2, 5 bilhões. A maior parte dessas dívidas era decorrente de financiamentos junto ao Banco do Brasil, sendo que os maiores montantes concentravam-se nos principais estados produtores. Conforme destaca o autor de tudo que foi “*emprestado*” pelo Estado a este segmento produtivo entre 1975 e 1985, somente 42,5% retornaram aos cofres públicos.

Hoje os maiores volumes de dívidas correspondem a tomadas de créditos para garantir capital de giro e financiamentos efetuados junto ao Banco do Brasil e ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). No entanto, o poder político e de pressão desses grupos, diferentemente de outros setores da economia permite que estes continuem em operação. Tem-se, nesse caso, o exemplo do grupo Cosan, que em 2000 apresentava uma relação dívida x patrimônio líquido entre 50% e 75% e, que, no entanto, se destacou como o grupo mais atuante no tocante à aquisição de empresas.

¹¹⁹ Gostaríamos de salientar que ao adotarmos a terminologia “negócio-agro-sucro-energético” compreendemos que a mesma nos permite compreender a dinâmica atual do que se denomina de forma mais genérica, de agronegócio canavieiro. Partimos do princípio de que se trata de um negócio que envolve tanto a produção agrícola como a produção industrial de açúcar e álcool e também a co-geração de energia. Não optamos pelo termo “sucroalcooleiro”, por julgamos que álcool e energia podem ser

Já foi destacado que o grande motor da atual expansão tem sido o aumento da demanda interna por etanol, somada a perspectiva de elevação das vendas externas. Hoje, com a expansão do agronegócio canavieiro houve o aumento da produção e da oferta de etanol no país, garantido preços mais baixos e estáveis para o consumidor. Isto fez com que a maior parte dos automóveis vendidos no país já seja de tecnologia flex. Ao contrário do período do Proálcool em que muitos consumidores davam preferência a automóveis movidos à gasolina, por recearem oscilações bruscas do preço do etanol ou mesmo a falta deste nos postos de abastecimento. Assim, com o consumo interno de etanol impulsionado, sobretudo, pelos automóveis “flex” as últimas safras já expressam o aumento da produção de álcool em relação à produção de açúcar. Segundo a Conab, na última safra (2008/2009), 56,9% da cana colhida foi direcionada para a fabricação de álcool combustível e o restante para o açúcar. Em 2008, só as empresas do Centro-Sul produziram 24,3 bilhões de litros de álcool, 17% superior ao que foi produzido em 2007. No entanto, os números crescentes de produção não se refletem na “saúde financeira” de muitos desses grupos/empresas.

O endividamento, em parte, é justificado pelo processo de reestruturação produtiva – investimentos em melhoria da capacidade produtiva, como novos equipamentos e processos, co-geração de energia, ampliação dos canaviais, aquisição de máquinas (plantio, corte, carregamento e transporte) etc. – bem como pela expansão mais recente com a aquisição ou implantação de novas unidades processadoras.

Todavia, há quem atribua as dificuldades financeiras pelas quais passam várias empresas desse segmento produtivo, aos preços pouco remuneradores dos produtos, especialmente do etanol no mercado interno. Conforme demonstra o trecho da entrevista¹²⁰ a seguir.

Aconteceu o seguinte: do ano passado pra cá o álcool e o açúcar caíram de preço. As unidades operaram essa safra todas elas no vermelho. Fazer açúcar e álcool nessa safra foi a pior coisa que já

enquadrados dentro do termo energético.

¹²⁰ Entrevista realizada com o Sr. Luiz Henrique, Gerente Industrial da Usina Vale do Paranaíba/MG (Grupo João Lyra) – 2007. Na ocasião o mesmo destacou ainda que o álcool estava sendo negociado entre as usinas e as distribuidoras entre R\$0,75 a R\$ 0,82 o litro, ao passo que chegava para o consumidor final nos postos a um preço mínimo de R\$ 1,42.

existiu. Aí você me pergunta por que fez? Eu tenho a cana, se eu não moer eu vou fazer o quê com ela, não serve pra nada. Então, mesmo no vermelho eu tenho que moer. O preço final do álcool e açúcar não está pagando a operação. (AZEVEDO, entrevista - 23/11/2007, p. 09-10)

Acredita-se, que nesse caso, o empresário agroindustrial canavieiro não deixou de ganhar, na verdade o que de fato houve foi uma redução da taxa de lucro influenciada pelo aumento e estabilidade da oferta, que segurou o preço do álcool na base. No entanto, este tem sido um argumento usado pelos empresários para justificar as perdas.

Segundo o diretor-técnico da UNICA, Antônio de Pádua Rodrigues, as empresas que tinham reservas de capital, obtidas nas safras anteriores a 2008, investiram na agregação de novos negócios (co-geração de energia, por exemplo) e na expansão da atividade produtiva, como já destacamos anteriormente, porém os preços praticados nas últimas safras não foram suficientes para repor todo capital investido. Soma-se a isso a escassez de financiamentos em longo prazo; e o fato de que as perspectivas quanto ao mercado externo não se concretizaram, ou seja, a demanda externa não cresceu como o esperado.

Para as empresas que já estavam com problemas financeiros, o desencadeamento da crise mundial no segundo semestre de 2008 foi a “gota d’água”. Desde então várias delas entraram com pedido de recuperação judicial¹²¹ para reestruturação das dívidas. Entre os grupos/empresas que temos conhecimento destaca-se a Companhia Albertina, de Sertãozinho/SP, com dívida de cerca de US\$ 100 milhões; o grupo alagoano João Lyra também com dívida de US\$ 100 milhões; o grupo goiano com três unidades processadoras no estado de Mato Grosso, também alega uma dívida de US\$ 100 milhões. Dois outros grandes grupos paulistas também admitiram dificuldades financeiras: o grupo Rezende Barbosa, controlador das unidades Nova América, acumulou um passivo financeiro, incluindo financiamentos do BNDES, de R\$1,145 bilhão¹²²; e a Santelisa Vale, com uma dívida de cerca de R\$ 3 bilhões¹²³.

¹²¹ A recuperação judicial é um instrumento legal, criado pela lei nº 11.101, de fevereiro de 2005, que permite a reestruturação de empresas economicamente viáveis que passem por dificuldades momentâneas, de modo a manter os empregos e os pagamentos aos credores.

¹²² Cf. Jornal O Estado de São Paulo – Caderno de Economia/Negócios, p. B13. 14 de março de 2009.

¹²³ Cf. Jornal O Estado de São Paulo – Caderno de Economia/Negócios, p. B13. 13 de março de 2009

Nestes dois últimos casos o desfecho para o problema do endividamento se deu de forma diferente dos demais. Enquanto os outros grupos viram no pedido de recuperação judicial, a saída para a crise, a Nova América (grupo Rezende Brabosa) e a Santelisa Vale visualizaram na parceria feita com outros grupos por meio de fusão e/ou aquisição de ações a possibilidade de resolução do problema. Segundo matéria divulgada no Jornal O Estado de São Paulo¹²⁴, nessa fusão não houve desembolso financeiro, uma vez que a transação se pautou na troca de ações entre os dois grupos. No acordo coube ao grupo Cosan negociar a dívida do grupo Rezende Barbosa junto aos bancos credores, entre os quais se inclui o BNDES, com vistas a estender o prazo de pagamento do passivo para cinco anos, que deverá ser feito por meio de “*linhas de pré-pagamento de exportações*”¹²⁵.

Já a Santelisa Vale, que já havia efetuado uma fusão em 2007, com a Companhia Açucareira Vale do Rosário, avaliada em R\$ 1,3 bilhão, para a qual emprestou dinheiro do banco Goldman Sachs, protelou para admitir que estivesse em crise e que a saída poderia ser buscar novos parceiros. Ainda em novembro de 2008¹²⁶, o diretor da Santelisa Vale, Cícero Junqueira, disse em entrevista que não havia crise dentro do grupo, que as contas estavam em dia e que a situação era a mesma de antes da crise mundial ser anunciada; que a Santelisa “não ia perder, só ia deixar de ganhar”.

O diretor financeiro do grupo, Mark Garman¹²⁷ admitiu, que quando a crise mundial chegou ao setor pegou o grupo exposto em US\$ 300 milhões e suas cinco empresas operando no vermelho, o que já ameaçava a folha de pagamento e os compromissos com fornecedores. No entanto, o mesmo atribuiu o passivo a operações realizadas em dólares, os chamados derivativos de câmbio (operações que associam os empréstimos a apostas na queda do dólar no mercado futuro). Cícero Junqueira, por sua vez, também atribuiu o endividamento aos baixos preços do açúcar e do álcool, alegando que estes estavam de 5% a 10% abaixo dos custos de produção.

¹²⁴ Cf. Jornal O Estado de São Paulo – Caderno de Negócios, p. B13. 14 de março de 2009.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Cf. Jornal O Estado de São Paulo – Caderno de Economia/Negócios (Entrevista com Cícero Junqueira Franco) – p. B18. 01 de novembro de 2008

¹²⁷ Na mesma matéria divulgada pelo Jornal O Estado de São Paulo – Caderno de Economia/Negócios

O fato é que a Santelisa Vale acabou cedendo à pressão e admitindo que a saída, se não para suprimir, pelo menos para diminuir o passivo e continuar operando com competitividade no mercado é vender parte de suas ações para grupos mais capitalizados, interessados nesse negócio. Assim, desde janeiro deste ano que grupos como a Bunge, Cosan, Louis Dreyfus, São Martinho (em conjunto com a GP) e a ETH/Odebrechet participavam de negociações para decidir quem ficaria com o controle da Santelisa Vale. No dia 06 de abril último, o grupo francês Louis Dreyfus foi anunciado como o novo acionista da Santelisa Vale. Os valores dessa aquisição não tinham sido informados até o fechamento desta tese, tendo em vista depender da finalização da negociação das dívidas com os bancos credores e do acordo efetuado junto ao BNDES, que já possui 7% de participação acionária na Santelisa¹²⁸.

Conforme matéria divulgada pela Revista Exame¹²⁹ o que fez a Santelisa Vale fechar a negociação com o grupo francês foi, sobretudo a possibilidade de as famílias Biagi e Junqueira Franco continuarem participando das decisões da companhia; mesmo que o controle acionário fique com o Louis Dreyfus, visto que esta era uma condição imposta pelas duas famílias para que a transação fosse efetuada.

A questão é que a crise mundial está sendo apontada, se não como causa, pelo menos como agravante da situação de endividamento. Mas é importante salientar que ao mesmo tempo em que esse cenário de instabilidade reforça as fragilidades de boa parte desses grupos/empresas, também fortalece aqueles que mesmo alegando perdas ainda se mantêm capitalizados ao ponto de realizar as fusões e/ou aquisições, como é o caso dos grupos Louis Dreyfus e Cosan.

Segundo declaração feita pelo presidente da Cosan, Rubens Ometto, em entrevista a TV UDOP¹³⁰, que o Grupo dispõe de cerca de US\$800 a US\$ 1 bilhão de dólares para terminar os investimentos/projetos em andamento sem

(Entrevista com Cícero Junqueira Franco) – p. B18. 01 de novembro de 2008

¹²⁸ Portal Exame. 06 de abril de 2009. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/carreira/santelisa-dreyfus-fecham-acordo-formam-companhia-3-bilhoes-reais-433297.html>

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Divulgada no Portal da UDOP em 07 de outubro de 2008. Disponível em: http://www.udop.com.br/index.php?nome_flv=24_879_mt&codigo=743&pg=16&codigo_canal=&campo_busca=&titulo=Crise%20financeira%20mundial%20n%E3o%20atingiu%20a%20Cosan,%20diz%20Ru

sentir os efeitos da crise. O mesmo disse ainda ser esta “*uma condição ímpar no setor e no empresariado brasileiro*”, sugerindo que se for consultado¹³¹ os investimentos do grupo referente aos dois anos anteriores (2006 e 2007) e dos dois próximos anos (2008 e 2009), ver-se-á que chegam a R\$ 5, R\$ 6 bilhões.

Recentemente o diretor vice-presidente de Finanças e de Relações com Investidores do grupo Cosan, Marcelo Martins, declarou que o grupo não pretende contrair novas dívidas via financiamentos para gerar capital de giro, mas que este será viabilizado por meio da venda de ativos, ou seja, através da venda de pequenas participações acionárias que a Cosan possui em outras empresas¹³².

Vêm-se, então, como as estratégias de sobrevivência e de valorização dessa fração do capital são diversas. Não basta diversificar a produção, investir em novas tecnologias de equipamentos e processos, em práticas mais flexíveis de produção e de trabalho, que inaugura um novo estágio de ofensiva do capital na produção, e impõe novas “*provocações sócio-históricas do capital*”¹³³ sobre o trabalho. É preciso se valer de outros elementos, entre os quais se destaca o processo de abertura de capital dos grupos/famílias e concentração de capital com formação de grandes corporações por meio de fusões e/ou aquisições, a exemplo da Cosan e agora do grupo Louis Dreyfus; haja vista a vinculação estrutural do processo de valorização do capital ao estágio recente de desenvolvimento capitalista, expresso na hegemonização do capital financeiro sobre o capital produtivo.

Isso corrobora a tese de que os avanços e recuos que movem a lógica da acumulação refletem a competitividade e a contradição inerentes ao sistema metabólico do capital, que se auto-alimenta de suas próprias crises. O que não é diferente no interior das frações específicas do capital, a exemplo do capital agroindustrial canavieiro.

bens%20Ometto

¹³¹ A Cosan assim como outros grupos do setor canavieiro é obrigado a disponibilizar para consulta pública Relatórios Financeiros, tendo em vista ser listada junto a Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) como empresa de capital aberto. Um desses documentos é o “*Press Release*” - Revisão de *Guidance* para o Exercício Social de 2009. 09 de outubro de 2008. Disponível em: http://www.acionista.com.br/home/cosan/091008_guidance.pdf

¹³² UDOP – Notícias. 07 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1051185>

¹³³ Cf. ALVES, 2000, p. 26.

Já foi destacado anteriormente neste texto, mas não é de mais reforçar o papel de interventor assumido pelo Estado nos momentos de crise do sistema metabólico do capital. Se em um determinado momento, ele permitiu a abertura das fronteiras para a circulação do capital financeiro e especulativo exercer seu domínio, diante da oscilação do câmbio, da falta de liquidez e da desestabilização do sistema produtivo; entra em cena novamente fortalecendo o sistema financeiro para garantir a liquidez através da oferta de crédito, estimular o segmento produtivo e garantir assim os mecanismos de acumulação. Isso fica evidente quando o Estado brasileiro decide administrar a crise e agir contra a tendência de queda da margem de lucro, socorrendo determinadas frações do capital, no caso em destaque o capital agroindustrial canavieiro.

Esse socorro se materializa, por exemplo, nos R\$ 2,3 bilhões que serão destinados ao agronegócio canavieiro através de financiamento do BNDES, para a estocagem de etanol. Soma-se a isso a decisão de ampliar os prazos de pagamento e amortização do PEC (Programa Especial de Crédito, do BNDES) destinado a capital de giro das empresas agroindustriais canavieiras. O governo estuda ainda a liberação de R\$ 1, 3 bilhão visando reforçar o capital de giro das cooperativas do setor¹³⁴.

Analisando o que tem sido dito e divulgado na mídia (compreenda-se jornais, impressos e televisivos, portais na internet de jornais, revistas, instituições ligadas ao setor e/ou públicas e *sites* diversos etc.) acerca dos desdobramentos dessa crise mundial para o agronegócio canavieiro, bem como das perspectivas futuras, verificamos que as opiniões dos representantes do setor com relação a dimensão dos impactos a médio e longo prazo, com vistas a alterar o cenário que estava desenhado para este segmento produtivo até o desencadeamento da desestabilização econômica, divergem dos fatos. Alguns desses representantes têm se manifestado a respeito e tentam minimizar os efeitos da crise demonstrando otimismo, a exemplo do presidente da Cosan citado acima.

Para o presidente executivo da UDOP (União dos Produtores de Bioenergia), Antonio César Salibe, a crise no setor *“tem prazo de validade”*. Para fazer tal afirmação ele se apóia na expectativa de aumento do preço do açúcar no

¹³⁴ Jornal O Estado de São Paulo – Caderno de Economia/Negócios – p. B14. 06 de março de 2009.

mercado externo, em função da quebra de safra na Índia, e de elevação do consumo interno estimulada pelo lançamento no mercado das motocicletas de tecnologia flex¹³⁵.

Já o presidente da UNICA (União da Indústria da Cana-de-açúcar), Marcos Jank, destacou que a crise não afeta a demanda por açúcar, etanol e energia, que são os fundamentos básicos do agronegócio canavieiro, e que o *“problema está concentrado apenas no crédito”*¹³⁶, o que pode ser solucionado com novas linhas de financiamento oferecidas pelo governo e também pelo processo de fusão de capitais.

Plínio Nastari, presidente da Datagro (empresa de consultoria do setor), apresentou recentemente perspectivas positivas para a safra 2009/2010. O mesmo estimou que a produção de cana-de-açúcar na safra 2009/2010 poderá atingir 530 milhões de toneladas Centro-Sul, e 598 milhões de toneladas de cana em âmbito nacional. O que representará, em relação à safra anterior, um aumento percentual de 6,08% e 5,72%, respectivamente¹³⁷.

O presidente da Canaoeste, Manoel Ortolan, também analisa positivamente o setor nesse contexto, se apoiando em duas notícias divulgadas acerca de medidas que visam dirimir os impactos da crise, a saber: a declaração recente de que a Petrobrás pretende investir na aquisição de participação acionária em grupos/empresas, e o lançamento do programa de financiamento para estoques de etanol com recursos do BNDES¹³⁸. A Petrobrás anunciou recentemente a liberação de R\$ 2,4 bilhões para a produção de etanol, que se efetivará por meio da construção de novas unidades (já existe a perspectiva de 17 projetos) ou de participação acionária de até 40% no capital de grupos/empresas em operação, com vistas a atingir especialmente o mercado externo¹³⁹.

Entretanto, algumas matérias divulgadas na mídia dão conta de que o cenário pode não ser tão positivo quanto se quer fazer transparecer. Tem

¹³⁵ Revista Canavieiros – Entrevista. Março de 2009. (versão em PDF). Disponível em: <http://www.revistacanavieiros.com.br/revistacanavieiros.php>

¹³⁶ Cf. POWER, Petróleo, Eletricidade e Energias Alternativas – Publicidade. 15 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.power.inf.br/pt/?p=2105>

¹³⁷ Revista Canavieiros – março de 2009. Disponível em: <http://www.revistacanavieiros.com.br/revistacanavieiros.php>

¹³⁸ Revista Canavieiros – março de 2009. Disponível em: <http://www.revistacanavieiros.com.br/revistacanavieiros.php>

¹³⁹ Jornal O Estado de São Paulo – Caderno de Economia – p. B13. 15 de março de 2009.

empresas com dificuldades para pagar fornecedores e trabalhadores.

Em janeiro de 2009 tinha empresas agroindustriais canavieiras renegociando com os fornecedores o pagamento da cana colhida na última safra, para março e abril. Segundo o presidente da Canoeste (Associação dos Plantadores da Região Oeste do Estado de São Paulo), Manoel Ortolan, esse atraso nos pagamentos da cana colhida atingiu cerca de mil fornecedores na região. Já na microrregião de Araraquara, os pagamentos estão sendo renegociados para até o final de julho, atingindo 300 fornecedores. No entanto, para o diretor regional da UNICA, Sérgio Prado, esse é um fato particular, isolado e não tem expressão setorial¹⁴⁰.

Tem produtor que investiu por conta própria na produção de cana-de-açúcar e agora não tem para quem vender, porque tem unidades processadoras com cana sobrando nos canaviais e só irão assumir compromisso com quem já têm contrato de fornecimento/arrendamento firmado, é o caso, por exemplo, da Destilaria Londra, no município de Itaí, no sudoeste do estado de São Paulo. Tem ainda produtores que plantaram cana planejando fornecer para novas unidades em implantação, e que ficaram sem ter para quem fornecer mediante o adiamento de tais projetos¹⁴¹.

Percebe-se nas notícias que circulam na mídia certa sutileza por parte dos representantes do agronegócio canavieiro (empresários ou dirigentes de entidades ligadas ao setor), ao admitir a possibilidade de adiamento de novos projetos ou mesmo o início das operações de novas unidades já instaladas. Mas o fato é que muitos dos projetos propostos inicialmente já foram abortados, outros que já estavam em andamento foram suspensos e a finalização das obras ou início das operações de novas unidades processadoras atrasado. Isto foi passível de verificação *in loco* durante pesquisa de campo no estado de Goiás, realizada no momento em que a crise começava a ganhar destaque na mídia, mas que no fundo já vinha sendo percebida e vivenciada por alguns desses grupos/empresas.

¹⁴⁰ Pastoral do Migrante. 01 de fevereiro de 2009. Disponível em: http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&id=672:crise-deixa-mil-fornecedores-de-usinas-sem-pagamento&option=com_content&Itemid=54

1.4.1. – Os efeitos da instabilidade financeira do capital agroindustrial canavieiro sobre o trabalho

Os desdobramentos dessa crise também já se evidenciam no âmbito do trabalho. No final da safra 2008/2009 e início da 2009/2010 tinham empresas atrasando o salário dos trabalhadores ou efetuando o pagamento com cheques sem fundo. No mês de janeiro último, cerca de 300 trabalhadores, há mais de 60 dias sem receber salário, todos eles portando cheques sem fundo fornecidos pela empresa Cerp (Central Energética de Ribeirão Preto), antiga Usina Galo Bravo, fizeram uma manifestação em frente à unidade processadora para reivindicar o pagamento de dezembro e o 13º salário¹⁴².

O endividamento das empresas agroindustriais canavieiras e, por conseguinte de fornecedores, desencadeou várias manifestações dos trabalhadores no final da safra 2008/2009, insatisfeitos com os atrasos nos pagamentos dos salários e dos acertos, especialmente dos trabalhadores migrantes, cujo objetivo maior no final da safra é receber todos os direitos referentes ao período trabalhado e retornar para seus locais de origem.

Esse cenário fez emergir um fato novo, detectado pela Pastoral do Migrante e sindicatos da região de Guariba/SP. O atraso nos pagamentos e a perspectiva de baixa remuneração desestimularam os trabalhadores migrantes mais experientes a retornarem para o corte de cana. Assim, segundo o STR de Guariba, no início da safra 2009/2010 já é evidente que a presença maior entre os trabalhadores migrantes é de iniciantes, ou como são denominados, "*carteiras brancas*"¹⁴³.

Conforme matéria divulgada pela Pastoral do Migrante¹⁴⁴, a Usina Maringá, com sede em Araraquara, é uma das que chegou a usar cheques sem fundo para pagar o acerto dos trabalhadores no final da safra passada, fazendo com que muitos trabalhadores migrantes experientes não retornassem. Em

¹⁴¹ Jornal O Estado de São Paulo – Caderno de Economia – p. B7. 08 de dezembro de 2008.

¹⁴² Pastoral do Migrante. 13 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&id=663:com-cheques-sem-fundo-300-funcionarios-protestam-na-cerp-&option=com_content&Itemid=54

¹⁴³ Pastoral do Migrante. 13 de abril de 2009. http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=724:usinas-atraem-migrantes-novatos&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=54

função disso, a referida empresa apresenta elevada incidência de trabalhadores novatos para o corte de cana, na safra atual.

Nos municípios de Pirapozinho, Tarabai e Narandiba também já foi registrado atraso no pagamento dos salários dos trabalhadores rurais, e os dirigentes sindicais da região prevêem negociações difíceis para a safra 2009/2010 e se dizem apreensivos quanto às perspectivas salariais. Segundo o presidente do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Presidente Venceslau, Rubens Germano, as empresas agroindustriais canavieiras já deram a entender que não têm a pretensão de conceder reajuste salarial, além de ameaçar cortar algumas conquistas, tais como cesta básica, ticket alimentação e hora "*in Itinere*"¹⁴⁵. O sindicalista destaca ainda, que em 2008 o piso salarial da categoria obteve um reajuste de 7% ficando em R\$ 515,00. Mas, diante do que já foi sinalizado pelos empresários agroindustriais canavieiros, as perspectivas para a safra 2009/2010 não são animadoras. Um cenário que certamente afeta também as demais categorias de trabalhadores envolvidos no processo produtivo do setor, tanto na parte agrícola como industrial.

Estes são apenas alguns exemplos entre tantos outros casos, e não é necessário investigar muito para constatar que atrasos nos pagamento de salários e acertos, pagamentos efetuados com cheques sem fundo e descumprimento dos acordos firmados na Convenção Coletiva de trabalho não é algo que se aplique somente a este cenário atual de instabilidade financeira do setor. Isto já acontecia com frequência em várias unidades antes mesmo de ser deflagrada a famigerada crise. No Oeste Paulista, empresas como a Santa Fany (Regente Feijó) e a Alvorada do Oeste (Santo Anastácio), por exemplo, já foram protagonistas de fatos semelhantes.

A queda na qualidade do emprego associada aos atrasos no pagamento e a baixa remuneração, além de alterar o perfil do cortador de cana, poderão reduzir entre 10% e 12%¹⁴⁶ o número de trabalhadores migrantes

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Pastoral do Migrante. 03 de abril de 2009. disponível em: http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=720:crise-atinge-usinas-de-cana-da-regiao&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=54

¹⁴⁶ Pastoral do Migrante. 13 de abril de 2009. http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=724:usinas-atraem-migrantes-novatos&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=54

empregados nas usinas da região de Ribeirão Preto/SP, fato que já estava ocorrendo anteriormente em decorrência da mecanização.

Faz-se importante destacar, no entanto, que estamos diante de um cenário cujos contornos encontram-se indefinidos. Ainda não podemos apresentar uma dimensão concreta dos efeitos dessa instabilidade financeira do agronegócio canavieiro para o trabalho, mas há a preocupação no sentido de que o quadro de superexploração e de precariedade do trabalho existente nesse segmento produtivo, (constatado durante a pesquisa e apresentado nesta tese), tenda a se agravar sob a crise.

Até aqui foi possível apreender um conjunto de elementos e de estratégias que embasaram o mapeamento e a compreensão do reordenamento territorial e produtivo do capital agroindustrial canavieiro, ou do que ousamos denominar de Geografia do agronegócio canavieiro no Brasil, e que acreditamos estar consubstanciada no processo de reestruturação produtiva e no aumento da participação do capital internacional, via grandes corporações e/ou grupos investidores.

No entanto, os efeitos decorrentes dessa crise e até que ponto pode alterar o ordenamento já configurado ainda não temos condições de dimensionar. Vai depender dos (re)arranjos espaciais engendrados e dos constructos gestados pelo Estado por meio de políticas de concessão de crédito; redução de impostos e de taxas de juros; renegociação com alongamento dos prazos para pagamento de dívidas; financiamentos para a constituição de estoques reguladores (de preços do etanol); e exaltação do potencial de geração de energia renovável a partir da cana-de-açúcar para compor e expandir um mercado externo para o etanol, e assim favorecer esta fração do capital.

Por ora nos deteremos na análise das estratégias adotadas internamente pelo capital agroindustrial canavieiro, impulsionadas pela ciência e pela técnica, e que se expressam de forma diferenciada entre o conjunto das empresas.

1.5 – As Estratégias Adotadas Internamente Pelo Capital Agroindustrial Canavieiro e a Diferenciação Inter-empresas

A crescente inserção do conhecimento técnico-científico no delineamento do ritmo e da intensidade do processo de modernização do agronegócio canavieiro, com a incorporação de novas tecnologias, equipamentos e máquinas, tanto na parte de industrialização como nas várias etapas da lavoura, deram um novo impulso ao processo de valorização e reprodução ampliada do capital no âmbito desse setor¹⁴⁷. Esse processo materializou-se, sobretudo no estado de São Paulo, consubstanciado nos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) ligados, de alguma forma, às empresas produtoras de bens de produção (D₁). O que proporcionou um elevado grau de integração da lavoura à unidade processadora, de modo que o planejamento e as estratégias das empresas como um todo têm sido traçadas no âmbito da unidade fabril¹⁴⁸.

O incremento tecnológico, gerencial e produtivo no interior das unidades agroindustriais canavieiras, decorrentes do processo de modernização e reestruturação produtiva do capital, possibilitou mudanças substanciais em termos de aumento da produtividade tanto da matéria-prima, como dos sistemas de carregamento e transporte; permitiu a consolidação de ações vinculadas às formas de gestão e controle do processo de produção e de trabalho; a incorporação de referências tecnológicas e ambientais, a exemplo da automação microeletrônica, da mecanização do corte de cana-de-açúcar, dos sistemas de controle de qualidade de produtos e processos e de certificação ambiental (ISO 9000/2000; ISO14000); da cogeração de energia a partir do bagaço de cana e da inserção no mercado de créditos de carbono (sobre os quais discutiremos mais adiante), entre outros.

Cabe, no entanto, a ressalva de que a reestruturação produtiva não atingiu todos os países ao mesmo tempo, nem os setores produtivos de cada um desses países incorporaram as mudanças de forma homogênea. Os novos padrões organizacionais e tecnológicos pautados na lógica toyotista foram incorporados pelas empresas de forma restrita¹⁴⁹, mesclando-se às objetivações nacionais com

¹⁴⁷ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 136.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Cf. Alves (2000).

outras formas de racionalização do trabalho, “como parte de um processo contraditório de continuidade-descontinuidade com o taylorismo-fordismo” (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 12), sem, no entanto deixar de atender às novas demandas da acumulação capitalista.

No âmbito das empresas agroindustriais canavieiras, não foi diferente. O desempenho tecnológico do setor acompanhou a dinâmica das demais áreas como a biotecnologia (pesquisa em novas variedades, projeto genoma, transgenia, etc); mecanização; sistemas informatizados para execução e monitoramento do processo produtivo; insumos modernos, entre outros. No entanto, a incorporação dessas novas tecnologias e dos procedimentos organizacionais, ocorreu (e ocorre) de forma diferenciada no conjunto das empresas.

As pesquisas de campo, das quais decorreram os levantamentos acerca das unidades visitadas, nos possibilitaram identificar quais são suas estratégias frente às perspectivas atuais de mercado (nacional e internacional). Desse modo, é importante salientar que na planta fabril os principais investimentos são efetuados visando à aquisição e substituição de equipamentos; voltados geralmente para a otimização do processo de produção de açúcar ou de álcool, ou o aumento da capacidade de co-geração de energia (com a aquisição de caldeiras mais potentes ou substituição das já existentes), ou ainda a ampliação da planta fabril. Na parte agrícola, o aumento da produção contempla a expansão da área plantada, os investimentos em variedades mais resistentes a pragas, mais eretas para facilitar, inclusive o corte mecanizado, e com potencial de maturação mais rápido.

Nas empresas agroindustriais canavieiras do Nordeste, por exemplo, há que se acrescentar um outro elemento ao demais já citados, qual seja: os investimentos se voltam para o melhoramento das variedades de cana-de-açúcar e a ampliação dos sistemas de irrigação, visando o aumento da produtividade da matéria-prima e, portanto, a expansão vertical da produção, já que, de acordo com os representantes do empresariado não há mais áreas para expandir horizontalmente o cultivo de cana-de-açúcar naquela região.

Os representantes dos grupos nordestinos, (tanto os entrevistados no Nordeste como em Minas Gerais), destacaram que a estratégia de implantar novas unidades no Centro-Sul foi impulsionada por um conjunto de fatores que dificultam a expansão de novas áreas no Nordeste, a saber: fatores climáticos, fertilidade do

solo e produtividade baixa (comparativamente ao Centro-Sul), declividade elevada de boa parte das terras, bem como a carência e preço elevado das terras para expandir a monocultura, entre outros.

O processo de expansão para o conjunto do setor está fundamentado, basicamente em três estratégias (muito embora os fatores que conduzem à sua adoção apresentem algumas diferenças inter-empresas e/ou grupos), a saber: por meio de aquisição de outras unidades; por fusão de capitais na base financeira, que aumenta o seu potencial e acaba consumando também a aquisição de outras unidades ou a implantação de projetos *greenfield*; e/ou por fomentação orgânica, ou seja, expandir em área plantada com cana, investir em novos equipamentos e ampliar a capacidade produtiva da planta fabril.

Geralmente o crescimento orgânico tem sido a estratégia mais utilizada. No entanto, tem um limite determinado, ou seja, a empresa vai chegar a um ponto que não tem mais para onde crescer. Então, o passo seguinte é estacionar e adotar um modelo de negócio pautado na diversificação da produção; investir em aquisições e/ou fusão de capitais com outros grupos/empresas; ou adotar as duas estratégias ao mesmo tempo.

O grupo alagoano Tércio Wandelely/Coruripe, por exemplo, deve ser destacado nesse contexto, não só porque estrategicamente investiu no crescimento orgânico, na diversificação da produção e em arranjos tecnológicos e organizacionais; mas também por ter investido na ampliação do capital via implantação de novas unidades a partir do desmonte de uma unidade antiga, aquisição de outras unidades já montadas, ou realização de novos projetos.

O grupo desmontou a Destilaria Camaçari/AL e utilizou parte de seus equipamentos para montar a Usina Coruripe – Unidade Campo Florido e a Usina Coruripe – Unidade Limeira do Oeste, ambas no Triângulo Mineiro. Adquiriu uma antiga unidade do grupo Balbo (paulista), no município de Iturama/MG, onde criou a Usina Coruripe – filial Iturama. Na safra 2008/2009 colocou em operação uma nova unidade, a Usina Coruripe – filial Carneirinho. Além disso, está com mais quatro projetos *greenfield* a serem implantados no Triângulo Mineiro. Um destes projetos já foi aprovado (em União de Minas) e o outro se encontra em tramitação (no município de Prata). Os outros dois serão, respectivamente em Pirajuba e

Campo Florido, mas ainda não saíram do papel¹⁵⁰.

O grupo TW considera compensadora a expansão via ampliação da capacidade produtiva de unidades já existentes, tendo em vista que até certo ponto os investimentos são menores. Nesse sentido o Gerente Financeiro do grupo destacou¹⁵¹:

Pra eu implantar uma usina eu vou ter que investir US\$ 75 milhões, pra esmagar no primeiro estágio um milhão e meio de toneladas. Se eu pego uma unidade que já está implantada, e eu quero ampliá-la para que ela venha a moer mais um milhão e meio de toneladas, eu vou gastar menos de 50% disso, eu investiria US\$ 30 milhões. (BARRETO, entrevista – 30/11/2006, p. 04)

Ao questionamos o Gerente Financeiro sobre o porquê de o grupo ter investido em novos projetos se os custos de ampliação de unidades já existentes eram menores, o mesmo ressaltou: *“pra ocupar espaços. Porque se agente não ocupa outros vão ocupar [...] Então, a gente fecha um raio e assim evita que alguém venha pra cá concorrer. Foi estratégico”*¹⁵². (BARRETO, entrevista – 30/11/2006, p. 04)

Então, o que motivou o grupo TW a adotar essa nova estratégia, especialmente no Triângulo Mineiro, foi a ameaça de concorrência com outros grupo/empresas que anunciaram projetos na região. Ou seja, como o processamento das unidades implantadas pelo grupo no Triângulo Mineiro era alimentado basicamente pela produção de fornecedores e parceiros, mediante a possibilidade de implantação de unidades de outros grupos no raio de atuação das unidades Coruripe, o mesmo sentiu que poderia perder parte desses fornecedores e/ou parceiros para os concorrentes. Assim, investiu, estrategicamente, na construção de novas unidades, mas também na compra de terras para garantir o abastecimento da matéria-prima.

¹⁵⁰ Durante pesquisa de campo realizada em novembro de 2007, visitamos três unidades do grupo no Triângulo Mineiro, ocasião em que fomos informados acerca de tais projetos. No entanto, um ano depois, ao fazer um levantamento em diversas fontes e, sobretudo junto ao MAPA, UDOP, UNICA e SIAMIG/SINDAÇÚCAR/MG verificamos o registro de apenas um projeto, da unidade de União de Minas.

¹⁵¹ Em entrevista realizada durante pesquisa de campo em novembro de 2006, em Alagoas.

¹⁵² Em novembro de 2007, durante pesquisa de campo no Triângulo Mineiro, outros representantes do grupo TW fizeram a mesma alegação, confirmando a estratégia de expansão via implantação de novas unidades

Em alguns casos, o investimento no crescimento orgânico de determinadas empresas pode acarretar ônus para a saúde financeira do grupo investidor. Unidades com estruturas organizativas mais antigas exigem mais investimentos para implantar equipamentos novos e mais modernos, bem como inovações incrementais. Isso faz com que o grupo opte pela aquisição de uma outra unidade já em operação, ou pela implantação de um novo projeto. Foi o que destacou o Gerente Corporativo do grupo Vale do Ivaí¹⁵³:

No caso nosso, nós temos uma unidade em São Pedro do Ivaí, dista a setenta quilômetros de Maringá [...] Pra aumentar mais a capacidade da unidade lá em São Pedro do Ivaí, teríamos que partir para uma injeção financeira de investimento muito grande. Então, o que ele fez? Ele partiu para comprar essa unidade aqui de Fronteira. (SANTOS, entrevista – 21/11/2007, p. 02)

Segundo o entrevistado, em 2007, a Unidade Fronteira processava 390 mil toneladas de cana, e a previsão era de aumentar a moagem para 730.000 mil toneladas, na safra 2008/2009, e para 1.100.000 milhão de toneladas de cana na safra 2009/2010. Este é, portanto, o limite de crescimento dessa unidade. Então, qualquer investimento efetuado visando aumentar sua capacidade produtiva para além desse limite onerará os custos de produção, tornando o negócio inviável economicamente. Desse modo, a estratégia de expansão do grupo não mais perpassa pela aquisição de unidades já em processamento, tendo em vista que as unidades processadoras em operação à venda estão mais escassas e com o preço elevado, e sim por meio da implantação de um novo projeto. *“Não existem mais usinas prontas tão disponíveis no mercado, hoje as usinas que estão moendo, que estão para comprar estão muito caras”*, destacou.

Vê-se, então, que no caso dos grupos que possuem unidades cuja estrutura é mais antiga e com capacidade produtiva abaixo dos padrões de remuneração atual, a estratégia de crescimento acaba sendo mesmo a aquisição de outras unidades ou a implantação de novos projetos, por compensarem mais economicamente do que os investimentos na ampliação e melhoramento das unidades já existentes.

como uma forma de precaução contra a concorrência.

¹⁵³ Usina Vale do Ivaí - Unidade Fronteira/MG, em novembro de 2007.

Além do preço elevado das unidades em operação ainda passíveis de aquisição, há outro fator que pode influenciar na decisão em adquiri-las, qual seja: as usinas mais antigas, normalmente possuem passivos ambientais e/ou trabalhistas, e quem compra deve assumir esse ônus. Assim, para alguns grupos é mais interessante investir inicialmente na ampliação da capacidade de suas unidades produtivas e, diante da possibilidade de expandir o negócio optar pela estratégia de implantação de novos projetos.

Nesse contexto de expansão da produção de etanol com vistas à conquista do mercado internacional, surge também um critério novo para a implantação das novas empresas agroindustriais canavieiras. Anteriormente a capacidade ideal de uma unidade processadora era de dois milhões e meio de toneladas de cana. Atualmente, as prerrogativas econômicas e técnicas prescrevem que as novas unidades fabris já devem ser projetadas com capacidade de moagem de três milhões e meio a quatro milhões de toneladas de cana.

As unidades processadoras já são planejadas em módulos, e mesmo que elas não sejam implantadas com a capacidade total, no projeto já vêm determinados todos os módulos de crescimento, com um custo total, por exemplo, de R\$ 500 milhões. Na sua primeira etapa uma unidade não pode ser implantada com capacidade para processar menos que um milhão e meio de toneladas, mesmo que na primeira safra ela não disponha dessa quantidade de matéria-prima para moer. A adoção desse critério visa, certamente, a racionalização dos custos do projeto e, portanto, uma maior remuneração posterior.

Nesse sentido, cabe destacar que uma unidade nova ao ser implantada, demanda normalmente um prazo de pelo menos nove anos para dá retorno de capital. Então é importante que a planta seja montada em módulos, iniciando com um milhão e meio, pois, à medida que o negócio é ampliado a empresa vai se auto-remunerando. Desse modo, é possível que ela chegue ao final do prazo de carência do financiamento com condições para efetuar o pagamento junto aos órgãos de fomento.

No entanto, foi possível perceber por meio das entrevistas com os representantes das empresas visitadas, que essa preocupação para que a nova unidade processadora já seja estruturada em módulos desde a planta, com vistas a passar por ampliações futuras para aumentar a capacidade produtiva é mais

evidente entre os grupos maiores e com maior participação no mercado. Como se partissem do pressuposto de que grandes empreendimentos exigem grandes investimentos e que, por conta disso o retorno de capital também deve ser maior, para compensar os investimentos. Assim, as estratégias adotadas pelo capital agroindustrial canavieiro possuem escalas diferenciadas, de acordo com o aporte de capital e das metas de crescimento que cada grupo ou empresa pretende alcançar.

A pesquisa empírica foi fundamental para propiciar a compreensão de que essas estratégias internas aos grupos/empresas são diferenciadas conforme o aporte de capital, o grau de inserção no mercado e a visão empresarial de cada um. Assim, as empresas menores e/ou menos capitalizadas procuram melhorar a performance produtiva e abocanhar uma fatia maior no mercado, investindo basicamente em equipamentos para elevar a capacidade de processamento e a racionalização da produção (aumento da quantidade de ternos das moendas, automação do processo produtivo, substituição de caldeiras mais antigas por novas e com potencial maior, expansão da área plantada etc.)

Já outras maiores não necessariamente em termos de quantidade de unidades, mas de aporte de capital, de visão empresarial e de participação da produção no mercado, vão além da modernização da planta fabril e das melhorias na lavoura de cana-de-açúcar. Elas extrapolam os limites da unidade processadora ao fundir capitais, adquirir outras unidades ou implantar novos projetos; ao investir na diversificação da produção e em sistemas organizacionais, que propiciam a melhoria da qualidade de produtos e processos e garantem um maior controle da produção e do trabalho, a exemplo dos sistemas ISOs (9001/14001/18001), ganhando assim um caráter corporativo, maior competitividade e, portanto, maior destaque no processo de valorização do capital.

Cabe destacar que essa diferencialidade se expressa entre as unidades processadoras visitadas, em termos de adoção e quantidade de máquinas utilizadas no corte de cana; de substituição de equipamentos e máquinas no âmbito da planta fabril, tais como: sistemas de batelada alimentada (ou descontínuo) por sistema de processo contínuo¹⁵⁴; moendas por difusores (usados no processamento da cana-

¹⁵⁴ Tradicionalmente as destilarias e usinas brasileiras usam o sistema descontínuo ou de batelada alimentada, mas esse já vem sendo substituído pelo modelo de processo contínuo. A diferença entre o sistema de batelada alimentada e o de processo contínuo é que no primeiro os taques precisam ser

de-açúcar), caldeiras de baixa pressão por caldeiras de alta pressão, e aumento da quantidade de ternos das moendas; e ampliação da planta fabril visando a co-geração de energia e/ou a fabricação de etanol ou açúcar (esse último caso aplica-se basicamente as empresas que eram destilarias autônomas ou usinas autônomas desde sua origem, ou que foram implantadas inicialmente só para fabricar açúcar, mas que já estava projetada para produzir também o álcool e vice-versa). Verificamos no universo visitado, que entre as empresas instaladas há mais tempo predomina os investimentos no âmbito da planta fabril, direcionados para a instalação e/ou melhoria dos equipamentos para a co-geração de energia e a fabricação de etanol.

Diversificar a produção também figura como uma estratégia adotada pelas empresas agroindustriais canavieiras, que diante da perspectiva de conquista de novos nichos de mercado e, por conseguinte, de aumento da competitividade no mercado, investem na co-geração de energia para a comercialização (considerando que todas já co-geram para auto-sustentação); na variação dos tipos de açúcar, com destaque para o açúcar líquido¹⁵⁵. Este tipo de açúcar, no Brasil, ainda é produzido somente por um grupo seleto de empresas. De cerca de 400 mil toneladas produzidas no país a Dulcini, empresa cujo controle é exercido por capital externo (fundo de investimento europeu Circler)¹⁵⁶, responde por 170 mil toneladas. O restante da produção é efetuado pelas empresas Açúcar Guarani (grupo Tereos), Da Barra (grupo Cosan) e pela Nova América (agora também incorporada a Cosan).

A diferencialidade inter-empresas se expressa também através da adoção de sistemas de controle de produtos e processos como ISO9000 e em referenciais ambientais como estratégia mercadológica, a exemplo da produção e certificação

esvaziados ao término da fermentação, enquanto no segundo o funcionamento é ininterrupto, parando somente quando ocorre algum problema e exige revisão. Uma outra vantagem do processo contínuo em relação a sistema de batelada se expressa em termos custo-benefício: a economia no custo do reator é de 30% a 40%; requer metade dos trocadores de calor usados no sistema tradicional, reduz aplicação de insumos, além de dispensar parte da mão-de-obra. A Usina de Açúcar Guarani/SP, foi a primeira a adotar o sistema de processo contínuo no Brasil, na década de 1990. Embora não haja estatísticas exatas, estima-se que o sistema contínuo responda atualmente por cerca de 25% a 30% do processamento. Cf. Revista ALCOOLbras – Edição 101 – abril de 2006. Disponível em: http://www.editoravalete.com.br/site_alcoolbras/edicoes/ed_101/ed_101.html

¹⁵⁵ O açúcar líquido é obtido por meio da hidrólise ácida da sacarose, sob condições de aquecimento controlado, ou da hidrólise enzimática da sacarose a partir da enzima invertase. Em outras palavras é obtido através da quebra de parte das moléculas de sacarose de uma solução de açúcar em água por hidrólise ácida. Nessa inversão a concentração de açúcar sólido diluído pode variar de 10% a 100% (Brix). Cf. Portal da Copersucar e de empresas fabricantes, tais como a Açúcar Guarani e a Nova América.

orgânica, na inserção no mercado de créditos de carbono, bem como do sistema de gestão ambiental pautado nas normas da ISO14000, conforme discutiremos a seguir.

1.5.1 – A adoção de referenciais ambientais como estratégia mercadológica: as certificações

A abertura comercial implementada a partir dos anos 1990 possibilitou, por um lado, a redução ou eliminação de barreiras tarifárias, estimulando a concorrência internacional. Por outro lado, contribuiu para a emergência, sobretudo nos países desenvolvidos, de barreiras não-tarifárias, a exemplo dos selos verdes e dos certificados, que atestam a qualidade dos produtos e garantem que eles têm origem num processo produtivo o menos impactante possível.

Foi, então, visando a padronização de normas em nível internacional que se instituiu a ISO (International Standardization Organization – Organização Internacional de Padronização). Decorrem, portanto, desse contexto a adoção dos modelos de padronização ISO9000 e ISO14000. A ISO9000 desenvolveu o Sistema de Gestão da Qualidade, que visa o Controle de Qualidade de produtos e processos, pautados na norma ISO9001. Já a ISO14000, criou um Sistema de Gestão Ambiental com base na norma ISO14001, a qual é composta por um conjunto de procedimentos e técnicas voltadas para a gestão de empresas, tendo como interface o meio ambiente.

Apesar dessas normas e, por conseguinte os selos e certificações, terem sido instituídos como mecanismos de regulação da concorrência internacional, ao figurarem como barreiras não-tarifárias, foram incorporadas ao discurso empresarial em associação com a emergência das questões ambientais. Diríamos que as duas coisas podem estar imbricadas, haja vista os problemas ambientais terem ganhado mais evidência a partir dos anos 1980 e 1990, com o surgimento de movimentos e de ONGs (Organizações Não Governamentais) em defesa do meio ambiente; a criação de novas legislações ambientais e, conseqüentemente o aumento da

¹⁵⁶ JornalCana – Mercados & Cotações – p. 12, março de 2008.

consciência ambiental por parte da sociedade.

Assim, a mundialização do capital e o movimento de reestruturação produtiva, evidenciaram os interesses do capital nos mecanismos de racionalização e acumulação inerentes ao modelo toyotista, demonstrado por meio da reorganização interna das empresas, por meio da adoção de inovações tecnológicas e da busca da qualidade total e da eficiência exigida pelas certificações. Com isso, não só o termo “*qualidade*” foi incorporado ao discurso empresarial, como também se tornou um aspecto qualitativo na concorrência inter-empresas e internacional.

Diríamos, então, que o acirramento da concorrência internacional; a necessidade do capital em adotar novos mecanismos de racionalização, com vistas a alcançar novos patamares de acumulação, bem como a evidência que os problemas ambientais ganharam nas últimas décadas; contribuíram para que tanto o Sistema de Gestão Ambiental (ISO14000/14001), como o Sistema de Controle de Qualidade de produtos e processos (ISO9001/2000), se tornassem exemplos de formas *travestidas* que o capital adota para melhorar a performance das empresas agroindustriais canavieiras junto à sociedade e aos mercados internacionais mais exigentes quanto a padrões, processos e princípios ambientais e, assim ampliar os nichos de mercado; mantendo, ou aumentando, contudo, o controle e a exploração sobre o trabalho. Nesse sentido, o Gerente Financeiro da Usina Coruripe/AL (grupo TW), destaca:

Hoje, alguns clientes nossos estão condicionando suas compras à apresentação de certificações como ISO14000, ISO9000, principalmente os clientes externos, que são os maiores clientes nossos [...]”(BARRETO, entrevista – 30/11/2006, p.01)

Parte significativa das unidades processadoras mais modernizadas já possui a certificação da série ISO9000 (9001/2000). Esse sistema também demanda a integração gerencial e um maior entrosamento e autonomia dos trabalhadores envolvidos no processo de produção, obtido por meio de exigências de treinamentos específicos e de melhoria do conhecimento acerca do processo, de forma incitada e coercitiva; de modo a garantir a qualidade do produto e a satisfação do cliente. Apesar disso, do ponto de vista técnico, operacional e gerencial é mais

fácil de implantar tal sistema, porque não exige necessariamente adequações às legislações, nem a integração de todas as gerências e departamentos no processo. Acredita-se que por isso a maioria das empresas possui somente o sistema ISO9001/2000.

Já a certificação pautada nas normas da ISO14000 (14001) e OHSAS18001 ainda se restringe a um grupo muito seleto de empresas, visto que muito mais que a garantia da qualidade dos produtos e racionalização de processos, estas requerem adequação as legislações ambientais (recuperação e preservação das APPs, captação, destinação e tratamento dos efluentes e materiais particulados, etc) e trabalhistas e um posicionamento frente à questão ambiental e social, o que para muitas dessas empresas ainda não é passível de adoção, seja por questões técnicas/operacionais (teria que efetuar uma série de mudanças de cunho técnico, operacional, gerencial e comportamental para se adequar às normas) ou mesmo de postura no tocante ao meio ambiente e os trabalhadores.

A fala do Coordenador de Gestão Integrada da Usina Goiasa, no município de Goiatuba/GO¹⁵⁷, expressa bem o que ora afirmamos.

A qualidade demanda certo conhecimento interno da organização porque a ISO9001 ela não fala como você tem que fazer, isso é você que determina. Agora com relação a ISO14001 e a OHSAS18001 não, você tem que atender requisitos legais, a gente não tem mais a questão de como eu quero fazer, é como a lei determina que deva ser feito. Então, eu acho que essas normas de saúde e segurança e meio ambiente têm um custo inicial para a organização maior do que a 9001, e querendo ou não, a empresa pra ela ser competitiva e ter qualidade, ela já trabalha com qualidade, com norma ou sem norma. Agora para atender requisito legal não, aí você vai ter que ter um investimento razoável. É nesse sentido que a gente está se adequando. (VELLUDO JÚNIOR, entrevista – 22/10/2008, p.02)

Assim, foram poucas as empresas agroindustriais canavieiras que avançaram no sentido de integrar os dois sistemas de gestão, ou seja, a ISO9001/2000 e a ISO14001; e menos ainda aquelas que buscaram incluir na Gestão Integrada as normas da série OHSAS 18001, voltada para a gestão de Saúde e Segurança do Trabalho.

¹⁵⁷ Durante pesquisa de campo realizada em set/outubro de 2008.

Entre as empresas visitadas a predominância é do sistema ISO9001 (que se expressa também no conjunto do setor). Quanto ao sistema ISO14001, das empresas visitadas duas já possuem (as Unidades Coruripe/Iturama/MG e Coruripe/Coruripe/AL) e uma está em fase de implantação (a Unidade Coruripe/Limeira do Oeste/MG); entre as empresas contactadas, mas não visitadas duas possuem o sistema ISO14001 (as Unidades Jalles Machado/GO e a Santa Cruz/Américo Brasiliense/SP). O sistema OHSAS 18001, de Saúde e Segurança do Trabalho foi detectado em apenas duas empresas visitadas. Na Unidade Coruripe/Iturama/MG, o mesmo foi implantado tendo em vista o fato dessa unidade do grupo TW ter investido no Sistema de Gestão Integrada, sendo a primeira unidade agroindustrial canavieira no Brasil a implantar a tríplice certificação. Já na Usina Goiasa/Goiatuba/GO, tanto a ISO14001 como a OHSAS18001 ainda estão em fase de implantação, haja vista a unidade processadora encontrar-se em estágio de adequação às normas para obter a certificação do Sistema de Gestão Integrada.

A adoção desses sistemas de gestão e controle de qualidade da produção, do ambiente e do trabalho demanda a racionalização do trabalho, de modo a aumentar o controle não só do processo de produção, mas também dos trabalhadores. A empresa que tem esta perspectiva de certificação tende a ser uma empresa “enxuta”, inclusive do ponto de vista da quantidade de trabalhadores, como forma de garantir a eficiência da certificação. Isto foi passível de apreensão durante entrevista com o Coordenador de Gestão Integrada da Unidade Coruripe/Iturama/MG. Especialmente no âmbito da lavoura de cana-de-açúcar, onde o conflito capital x trabalho se torna mais evidente, com os problemas de descumprimento da legislação trabalhista, de exploração dos trabalhadores e de desrespeito ao meio ambiente. Para facilitar o processo de certificação e garantir a sua continuidade após a obtenção do certificado, a empresa reduz o número de trabalhadores na lavoura, ficando a contratação destes sob a incumbência dos parceiros e fornecedores.

Com menos trabalhadores no campo a empresa agroindustrial canavieira tem mais facilidade e menos custos para realizar os treinamentos e o trabalho de “conscientização” trabalhista e ambiental dos trabalhadores, de modo a evitar constrangimentos nas auditorias ou mesmo “manchar” a imagem de empresa que respeita o meio ambiente e seus “colaboradores” perante a sociedade. Em outras

palavras, com um número reduzido de trabalhadores a empresa tem mais controle sobre o processo de produção e de trabalho. Assim, se ocorrer algum problema envolvendo trabalhadores que foram contratados por seus parceiros ou fornecedores, ela se exime de qualquer responsabilidade direta.

Para que essas empresas implantem os Sistemas de Gestão Ambiental (ISO14001), de Controle de Qualidade (ISO9001) e de Saúde e Segurança no Trabalho (OHSAS 18001) e obtenham a certificação, existe todo um trabalho no sentido de que todos os segmentos envolvidos no processo se adequem às normas. Isso inclui desde o trabalhador da lavoura até o trabalhador da fábrica. Desse modo, induz-se uma mudança no comportamento dos trabalhadores para que estes direcionem seus esforços ao cumprimento das metas da empresa. O discurso da integração e o estímulo a participação faz parte do jogo estratégico do capital, no sentido de conquistar a confiabilidade do trabalhador e apropriar-se de sua subjetividade.

Nesse contexto se insere o trabalhador dotado de autonomia, cuja subjetividade é capturada no processo de trabalho. Pois, quanto maior o envolvimento e a participação do trabalhador no processo produtivo e o seu conhecimento dos procedimentos que a norma exige, maior é a produtividade do trabalho e os patamares de acumulação de capital.

O capital agroindustrial canavieiro está utilizando-se de “novos” mecanismos para organizar a produção e o trabalho, porém mantendo o controle, a padronização, a racionalização e o aumento da produtividade, ao mesmo tempo em que reduz postos de trabalho, intensifica, explora e fragmenta o trabalho. Ou seja, está combinando, e não se tratam de mera coincidência, as formas relativa e absoluta de extração da mais-valia.

Diríamos, em acréscimo, que no contexto da reestruturação produtiva, o capital agroindustrial canavieiro recriou a superexploração do trabalho impulsionada pela mais-valia relativa, porém permeada pela mais-valia absoluta, demonstrando, paradoxalmente, que os esquemas “antigos” de acumulação persistem à constituição do “moderno”.

Durante as visitas as unidades agroindustriais canavieiras foi possível apreender (por meio de entrevistas ou mesmo de conversas informais), que as medidas adotadas por essas empresas com relação à questão ambiental e social

(recuperação de matas ciliares, APPs, saúde e segurança do trabalhador, projetos sociais voltados para o lazer e a formação dos trabalhadores e seus familiares, etc), sendo estas certificadas ou não pelas normas da ISO14000/14001, são destacadas como uma mudança de postura por parte da empresa: *“ter um comportamento adequado perante o meio ambiente é uma questão de postura [...] hoje, os projetos de implantação de uma unidade industrial passa exatamente pela formação desses conceitos”* (SANTOS, entrevista – 21/11/2007, p.19).

Os representantes dessas empresas alegam que os investimentos efetuados em termos de equipamentos para reduzir os efluentes líquidos e as emissões atmosféricas, tais como o emprego do circuito fechado de águas industriais e a instalação de lavadores de gases e retentores de fuligem, bem como de destinação dos resíduos agroindustriais, como a vinhaça, por exemplo, (todas as empresas visitadas alegaram está utilizando se não 100%, pelo menos a maior parte do resíduo na fertirrigação da própria lavoura de cana-de-açúcar), partem do pressuposto de mudança de postura frente à questão ambiental.

No entanto, a nossa compreensão é de que essas mudanças estão sendo gestadas no interior das empresas agroindustriais canavieiras em decorrência da pressão exercida pela sociedade, legislação, ONG's e mercados mais exigentes, que “impõem” as barreiras da certificação. Isso tem feito com que essas empresas passem a zelar mais pelo seu nome, adotando assim, um “compromisso” com a questão ambiental e com a qualidade dos produtos, acreditando que num mercado cada vez mais competitivo a sobrevivência depende da mudança de performance.

É tão verdade que a questão mercadológica se sobressai às demais, especialmente no tocante ao direcionamento dos produtos (açúcar e álcool) para o mercado externo, que o depoimento¹⁵⁸ do coordenador do Sistema de Gestão Integrada da Unidade Coruripe - filial de Iturama/MG, ao destacar a importância da certificação não nos permite ter outra compreensão.

É um diferencial principalmente para exportação de álcool e do próprio açúcar que o Brasil já exporta há muito tempo. A tendência é essa, as empresas que têm esse sistema de gestão, esses certificados tenham uma maior chance de ocupar esse

¹⁵⁸ Entrevista realizada durante pesquisa de campo no Triângulo Mineiro, em novembro de 2007.

mercado (ESPOSITO NETO, entrevista – 26/11/2007, p.02).

Como já destacado anteriormente, a Unidade Coruripe/Alagoas e a Coruripe Iturama/MG (Fotos 6 e 7), já possuem o Sistema ISO14001¹⁵⁹, mas a pretensão é implantar a certificação ISO14001 e OHSAS18001 em todas as unidades do Triângulo Mineiro (que já possuem a ISO9001/2000), tendo em vista ser a Gestão Integrada uma das estratégias que o grupo TW vem seguindo.

**Fotos 6 - Sist. de Gestão Ambiental -
Usina Coruripe/AL**



**Foto 7 - Sist. de Gestão Integr. –
Usina Coruripe Iturama/MG**



Fonte: Pesquisa de Campo/nov.2006 e out. de 2007

Além dos Sistemas de Gestão de Qualidade Total, Ambiental e de Saúde e Segurança do Trabalho, a certificação/produção orgânica da cana-de-açúcar e do açúcar, também figura como um diferencial estratégico que algumas empresas tentaram adotar, mas ainda se restringe a um número muito pequeno de empresas agroindustriais canavieiras. Por ser um elemento novo condiciona a expansão da produção à demanda do mercado e à capacidade operacional da indústria, do processamento propriamente dito. Em face disso, a produção orgânica da cana-de-açúcar se territorializa de forma pontual no Brasil e, de modo particular no estado de São Paulo¹⁶⁰.

Entre as empresas que de fato produzem cana-de-açúcar e açúcar orgânico no estado de São Paulo, o destaque é para as Usinas São Francisco

¹⁵⁹ A Usina Coruripe/Alagoas só possui a certificação ISO14001. Já a Unidade de Iturama/MG é certificada pela ISO9001/ISO14001/OHSAS18001. A Unidade Limeira do Oeste/MG já tem a ISO9001 e está implantando a ISO14001, e a Unidade Campo Florido/MG possui a ISO9001.

¹⁶⁰ Essa questão foi enfocada com mais profundidade na Dissertação de Mestrado, defendida em 2003.

(primeira do *ranking*), em Sertãozinho; e a Univalem, em Valparaíso e a Companhia Albertina, em Sertãozinho.

No estado de Goiás destaca-se a Usina Jalles Machado, no município de Goianésia, que produz açúcar orgânico desde 2003. A mesma possui o selo de certificação orgânica emitido pelo IBD (Instituto Biodinâmico de Botucatu), INFOAM Accredited (International Federation of Organic Agriculture Movements), USDA Organic, a certificação ISO9001 e a certificação ambiental ISO14001, entre outras¹⁶¹. Além disso, produz açúcar orgânico (VHP, e cristal); álcool combustível e álcool para uso doméstico e hospitalar; co-gera energia para a comercialização e participa do mercado de créditos de carbono.

A unidade agroindustrial canavieira Goiasa, no município de Goiatuba/GO, possui a certificação ISO9001/2000 e se prepara para receber as certificações ISO14001 e OHSAS 18001¹⁶², através da empresa certificadora BRTUV. A mesma também produz açúcar orgânico.

A Usina São Francisco, por sua vez, possui certificação ISO9001/2000 e vários selos de certificação orgânica de padrão norte-americano, Japonês e da União Européia (especialmente França e Alemanha). Com a mesma marca que representa o açúcar orgânico, o grupo ainda comercializa café (em várias versões e embalagens), sucos, achocolatados, biscoitos e soja, todos produzidos organicamente. Além disso, formou uma *joint venture* com a Usina Santo Antonio e a Usina da Pedra, em Serrana/SP, para desenvolver a tecnologia e a produção do plástico biodegradável PHB a partir do açúcar de cana, visando com isso a industrialização e a comercialização do produto. Mediante a perspectiva de comercialização de créditos de carbono, o grupo Balbo criou ainda a Bioenergia Co-geradora S/A, voltada para a co-geração de energia. Um projeto que tem como base a Usina Santo Antônio e a São Francisco, ambas no município de Sertãozinho.

Já a Univalem, localizada no município de Valparaíso, região de Araçatuba, possui a certificação orgânica e também a ISO9001/2000, que certifica produtos e processos. Essa unidade processadora foi implantada no início do

¹⁶¹ Informações obtidas junto ao *site* oficial da Usina Jalles Machado. Disponível em: http://www.jallesmachadosa.com.br/produtos_acucar_orgnico.htm. E confirmadas posteriormente por uma funcionária da empresa por telefone, já que não foi possível efetuar a visita durante a pesquisa de campo realizada no estado.

¹⁶² Informação obtida por meio de entrevista durante pesquisa de campo na referida unidade processadora,

Proálcool para produzir álcool anidro. Posteriormente passou a produzir também açúcar, e a partir da segunda metade da década de 1990 começou a produzir o açúcar orgânico, nas versões VHP, VVHP e VHP Plus. A mesma produz também material biológico voltado para o combate às pragas que atacam a cana-de-açúcar e fornece xarope de cana para a fábrica da Ajinomoto produzir lisina¹⁶³.

Esses exemplos demonstram que as estratégias dos grupos/empresas também perpassam pela diversificação da produção, haja vista os investimentos na certificação de produtos e processos (ISO9001/2000), na certificação ambiental (ISO14001)¹⁶⁴, na produção de açúcar líquido e de açúcar orgânico, bem como no esforço em obter créditos de carbono, especialmente a partir da co-geração de energia decorrente da queima do bagaço de cana. O que corrobora a tese de que todos os cuidados com os quais essas empresas agroindustriais canavieiras se cercam no tocante à questão ambiental, não refletem em primeira instância a preocupação de seus gestores com a causa ambiental; mas trata-se, sobretudo, de uma estratégia para se garantir diferencialmente no mercado (especialmente o externo) e ainda, burlar os órgãos fiscalizadores, dizendo-se atender à legislação e, convencer a sociedade de que, de fato, é uma empresa coerente com os princípios da sustentabilidade, portanto, ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável.

Desse modo, a apropriação da natureza não ocorre somente do ponto de vista da exploração direta dos recursos naturais (solo, água, etc), mas também do discurso ambiental travestido de boas intenções para camuflar os reais interesses capitalistas; que se traduzem na obtenção de novos nichos de mercado, na agregação de valor ao produto, na diferenciação do produto e nas vantagens competitivas, mediante a perspectiva de conquista de novos mercados e conseqüente aumento da acumulação de capital.

em outubro de 2008.

¹⁶³ Cf. OLIVEIRA, 2003. Dissertação de Mestrado.

¹⁶⁴ Na Dissertação de Mestrado destacamos essa questão das ISOs (9001/14001) e a certificação orgânica como sendo novas referências ambientais, que se materializam na diferenciação de produtos para o mercado, e que se refletem na diferenciação inter-empresas. No doutorado essa discussão é apreendida também na perspectiva estratégica do capital agroindustrial canavieiro, em seu projeto expansionista para novas áreas e a consolidação nas áreas tradicionais, bem como dos desdobramentos para o trabalho.

1.5.2 – O papel da co-geração de energia no projeto bioenergético

Antes de iniciarmos a discussão acerca da co-geração de energia a partir do bagaço de cana-de-açúcar, faz-se importante destacar o que define a co-geração. Segundo Coelho, apud Meneguello (2006, p. 20), co-geração é: “A geração simultânea de energia térmica e mecânica a partir de uma mesma fonte primária de energia”. A energia térmica produzida no processo de co-geração é utilizada diretamente no processo produtivo das unidades processadoras como fonte de calor. Enquanto a energia mecânica é usada para acionar os diversos equipamentos mecânicos (moendas e picadores) ou para acionar os geradores e produzir energia elétrica.

A geração de energia elétrica a partir da queima do bagaço de cana-de-açúcar tem sido ao longo de muito tempo, garantia de auto-suficiência nas unidades processadoras de açúcar e álcool. Todavia foi somente a partir dos anos 1980, quando houve investimentos em melhorias das caldeiras e geradores, que as unidades processadoras começaram a gerar excedente. Mas esse excedente só pode ser comercializado a partir de 1998, com o Decreto nº 2.655, que permitiu aos auto-produtores comercializar a energia co-gerada¹⁶⁵.

Segundo Souza (2002, p.03), o setor elétrico utiliza terminologias diferentes para determinar dois tipos de co-geradores de energia. O primeiro tipo denominado de autoprodutor (AP) foi definido pelo Decreto nº 2.003 de 10/09/96, Art. 2º. O referido Decreto caracteriza esse tipo de co-gerador, como pessoa física, jurídica ou consórcio, que detém uma concessão ou autorização para produzir energia elétrica voltada para o auto-consumo. Nessa definição se enquadram as agroindústrias canavieiras.

O segundo tipo de co-geradores foi instituído pela Lei nº 9.074/95, passando a denominar-se Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE). O mesmo caracteriza-se pessoa jurídica ou consórcio, que detém uma concessão ou autorização para produzir energia elétrica com regularidade, a qual deverá ser destinada parcial ou integralmente à comercialização. Em 2000, de um universo de 137 agroindústrias canavieiras existentes no estado de São Paulo, apenas três

¹⁶⁵ Nesse caso, a comercialização deveria ocorrer em caráter eventual e somente sob prévia autorização da Aneel. (SOUZA, 2002, p 03).

estavam inseridas na classificação de Produtores Independentes de Energia Elétrica (PIE), a saber: a Companhia Energética Santa Elisa, em Sertãozinho, São José da Estiva, em Novo Horizonte e Univalem em Valparaíso¹⁶⁶.

Apesar do Decreto nº 2.003 de 10/09/96, Art. 2º determinar que a comercialização pudesse ser efetuada junto a vários agentes do setor elétrico (distribuidoras de serviço público, consumidores livres, concessionárias de energia, consumidores de energia do setor industrial e/ou comercial, entre outros), vigorava somente a opção de vender o excedente para as distribuidoras locais, pois a comercialização nas demais opções estava condicionada à “regulamentação do acesso dos PIEs as redes de distribuição e transmissão das distribuidoras, bem como de sua conexão” (SOUZA, 2002, p 04). Com a promulgação da Resolução nº 281, de 01 de outubro de 1999, pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) foi estabelecido as condições gerais, definindo o acesso, o uso e a conexão aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica e, favorecendo assim a comercialização entre produtores e consumidores livres, independente da localização.

Mediante a crise do setor elétrico, instaurada em 2001-2002, aumentou o interesse do governo brasileiro por fontes alternativas de geração de energia, fato que estimulou as empresas agroindustriais a buscarem maior inserção nesse mercado e a considerarem a co-geração de energia elétrica a partir do bagaço como mais um diferencial produtivo.

Atualmente, apesar das unidades processadoras já serem praticamente auto-suficientes (98% da demanda é atendida pela energia decorrente da queima do bagaço), a participação do setor canavieiro na oferta de energia excedente ainda é modesta. No estado de São Paulo, por exemplo, esse tipo de energia representa aproximadamente 6% da energia comercializada pela CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz)¹⁶⁷.

Mesmo tendo aumentado a participação nas vendas de energia e estarem investindo em equipamentos novos e mais potentes, empresários do setor se queixam da falta de incentivos estatais e da política de preços do MW/h

¹⁶⁶ Cf. Souza, 2002.

¹⁶⁷ Cf. Souza, 2006, p. 01. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032006000200002&script=sci_arttext. Cf. Revista Brasileira de Bioenergia – Ano1, nº 1 – março de

de energia de biomassa. A alegação é de que a política voltada para a geração de energia pautada em fontes renováveis, desenvolvida com a criação do PROINFA (Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica), não está favorecendo a geração de energia a partir do bagaço de cana, a começar pelo preço do MW/h que é pago abaixo da cotação do mercado de energia¹⁶⁸.

Enquanto os empresários culpam o Estado por não adotar uma política de preços para a energia gerada, nem de financiamentos para aquisição de novos equipamentos, órgãos estatais atribuem a não possibilidade de aumento da geração de energia por parte dessas unidades agroindustriais à obsolescência dos equipamentos.

Conforme pesquisa realizada pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), a geração atual de energia a partir da queima do bagaço de cana, no Brasil, corresponde a 3,5 mil *megawatts*. Todavia, se as empresas agroindustriais canavieiras “dispusessem de equipamentos modernos, cerca de 500 milhões de toneladas de cana-de-açúcar transformadas em bagaço na safra atual, poderiam gerar até 15 mil *megawatts* de energia”¹⁶⁹.

Segundo Rodrigues (2001), para cada tonelada de cana moída são extraídos 240 Kg de bagaço¹⁷⁰, considerando esse volume no contexto do atual modelo tecnológico de equipamentos para co-geração empregado nas unidades processadoras, no Brasil, gera o equivalente a 70 kW/h de energia. Dos quais, 20 kW/h é destinado à geração de vapor para movimentar as máquinas no processo produtivo, aproximadamente 10kW/h se perde e o restante não é utilizado.

Segundo Souza & Azevedo (2006, p. 01) o potencial de geração de energia elétrica pelo setor canavieiro está relacionado diretamente à tecnologia empregada. A maior parte das usinas ainda utiliza caldeiras de média pressão (22 bar, 300º C), apesar de existirem caldeiras mais potentes (40 a 100 bar), o que poderia elevar significativamente a eficiência energética. Além disso, a troca de turbinas de simples estágio para as de múltiplo também proporcionaria melhores

2007. Disponível em: <http://www.cenbio.org.br/>

¹⁶⁸ Em 2004, o preço pago pelo MWh co-gerado era de R\$ 93,77. Para os empresários do setor o preço para viabilizar e estimular investimentos em tecnologias de caldeiras, e no aumento da co-geração seria de R\$ 105,00 o MWh. (MORENO apud MENEGUELLO, 2006, p. 39)

¹⁶⁹ Cf. MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 10 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>

¹⁷⁰ Já na avaliação de Pellegrini (2002, p.28), para cada 1 tonelada de cana moída são gerados 250 kg de

resultados.

Para que realmente ocorra uma expansão do volume de energia gerada pelo setor canavieiro é preciso que seja levado em conta o custo do investimento em co-geração. Nesse sentido, Souza (2002, p. 05), destaca que o investimento médio por KW instalado varia entre R\$ 700 mil a R\$ 1,5 milhão, a depender do nível tecnológico da transação. O mesmo defende que apesar do investimento ser inferior ao efetuado em hidrelétricas e termelétricas há a necessidade de linhas de financiamento e incentivos para que o setor possa investir em melhoria tecnológica e, portanto no aumento da co-geração.

Para o presidente da UNICA¹⁷¹ o investimento em co-geração de energia requer a aquisição de caldeiras de alta pressão, com custos que variam entre R\$ 20 milhões e R\$ 60 milhões, para o qual o **BNDES possui linha de financiamento**¹⁷² (grifo nosso); contradizendo a alegação dos empresários de que o governo não tem oferecido linhas de crédito específicas para as agroindústrias canavieiras junto ao BNDES, para que estas possam investir na substituição de maquinários e em infra-estrutura para otimizar a produção de energia excedente.

A defesa do presidente da UNICA¹⁷³ é de que na definição do preço da energia gerada a partir do bagaço de cana, seja considerado o subsídio que o governo embute no preço da energia gerada por outras fontes, bem como os custos ambientais para implantação do projeto e a transmissão. O mesmo alega que além do preço da energia ficar aquém do esperado pelos empresários, ainda há dois entraves no processo de co-geração, a saber: a ausência de ramais para conectar as unidades geradoras de energia às redes de transmissão e as exigências apresentadas para a obtenção de licenças ambientais por parte das empresas que pretendem participar dos leilões de energia.

Vê-se que o capital agroindustrial canavieiro não dá “ponto sem nó”, pois, para ampliar sua participação na oferta de energia com base numa fonte

bagaço úmido.

¹⁷¹ Jornal O Estado de São Paulo – 01 de setembro de 2007. Disponível em: http://www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro/assuntos/biomassa_0709.htm.

¹⁷² Vale destacar que o BNDES implantou em 2001 o “Programa de Apoio à Co-geração de Energia Elétrica a partir de Resíduos da Cana-de-açúcar”, com a finalidade de financiar a implantação de projetos que visem à comercialização de excedentes. (SOUZA, 2002, p.05)

¹⁷³ Marcos Jank. Em matéria divulgada pelo Jornal O Estado de São Paulo – 01 de setembro de 2007.

renovável, que se traduz em diferencial de mercado, em aumento de competitividade e, portanto em ganhos de capital, exige contrapartidas do governo, tais como: financiamento, garantia de preços competitivos, infraestrutura, simplificação e racionalização das exigências no licenciamento ambiental; que nesse caso subentende-se fazer “vistas grossas” para possíveis restrições ambientais.

Apesar das argumentações dos empresários com relação à falta de financiamentos, constatamos durante pesquisa de campo que a maioria das empresas agroindustriais canavieiras está investindo na substituição das caldeiras simples por caldeiras novas, de múltiplos estágios – caldeiras de baixa pressão (21 kgf/cm²) com capacidade de geração de 60 toneladas de vapor/hora, por caldeiras de alta pressão (63 kgf/cm²) com capacidade de geração de 150 toneladas de vapor/hora, por exemplo – para aumentar a capacidade calórica/energética e com isso também a geração/comercialização de energia excedente¹⁷⁴. E que a maior parte desses recursos para investimentos em caldeiras e geradores é oferecida pelo governo via BNDES.

A linha de crédito estabelecida pelo BNDES em 2004, previa financiamento de até 70% do investimento, no qual ficavam excluídos somente os bens e serviços importados e a aquisição de terrenos, tendo em vista que 30% do projeto teria que ser garantido com capital próprio. O financiamento seria feito conforme a “Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), mais 2 % de *spread*¹⁷⁵ básico e até 1,5 % de *spread* de risco ao ano, carência de seis meses após a entrada em operação comercial, amortização por dez anos e não pagamento de juros durante a execução do empreendimento”. (MME apud Meneguello, 2006, p. 35-36)

Assim, o discurso dos grupos/empresas agroindustriais canavieiras diverge da realidade descrita pelo presidente da UNICA e constatada durante

Disponível em: http://www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro/assuntos/biomassa_0709.htm

¹⁷⁴ Segundo Paulo César Coelho Tavares, (vice-presidente de Gestão de Energia do Grupo CPFL Energia), o setor gera atualmente cerca de 1.400 megawatts e prevê a elevação do fornecimento para 14.400 MW, em 2020. O mesmo destaca ainda, que segundo dados da Cogen-SP (Associação Paulista de Cogeração de Energia), o setor canavieiro deverá investir R\$ 45 bilhões até 2015 em projetos de cogeração. Cf. Fator Ambiental – Portal da Sustentabilidade. 07 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.fatorambiental.com.br/portal/index.php/tag/cana-de-acucar/>

¹⁷⁵ O *spread* é a diferença entre os juros pagos pelos bancos na captação de recursos e a taxa aplicada por eles nos empréstimos concedidos. Cf. CARDOSO & KOYAMA. (s.d) São Paulo: DEPEP/FGV. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread2.pdf>

pesquisa de campo, visto que os dados atestam a existência de linhas de financiamento do BNDES para bancar esses projetos, com juros baixos, prazo de carência e amortização da dívida, o que não justifica a reclamação dos empresários do setor. O motivo do descontentamento pode estar no fato deles terem que desembolsar 30% de recursos próprios para investir no empreendimento.

É importante salientar que houve um aumento do interesse pela co-geração de energia entre a maioria das empresas agroindustriais canavieiras, nos últimos anos, coincidindo, inclusive com o processo de reordenamento territorial e produtivo recente. Isso se expressa no fato de que não só as unidades que já processam estão efetuando investimentos neste sentido, mas também das novas já serem projetadas e implantadas com a perspectiva de co-geração de energia voltada para a comercialização. Tem inclusive, unidades processadoras que mudaram a razão social, a exemplo da Usina Santa Elisa, registrada atualmente como Companhia Energética Santa Elisa; e das unidades adquiridas pelo Grupo Louis Dreyfus, que passaram a denominar-se LDC Bioenergia S/A, e de tantas outras que passaram a ter a denominação Central Energética em lugar de usina ou companhia açucareira.

Acredita-se que para a maior parte dessas empresas os investimentos neste sentido estejam relacionados ao aumento da participação das mesmas no setor elétrico nacional. No entanto, para um grupo seleto de empresas (algumas das quais visitadas como a Usina Trapiche/Sirinhaém/PE e Usina Coruripe/Alagoas, Coruripe Unidade Iturama/MG e Jalles Machado/Goianésia/GO, por exemplo) o interesse perpassa também pela venda de créditos de carbono¹⁷⁶.

Segundo o Gerente Financeiro do grupo TW os investimentos em co-geração de energia não visam em primeira instância à comercialização de créditos de carbono e sim de energia excedente junto as centrais de energia elétrica. Porém, se as mudanças implementadas nesse projeto – que no caso da Usina Coruripe consistiu entre outros aspectos, na substituição de motores movidos a diesel por motores movidos à eletricidade – atenderem as exigências

¹⁷⁶ Os investimentos em melhoria da co-geração de energia com vistas à comercialização de créditos de carbono foram confirmados por representantes dos referidos grupos/empresas durante pesquisa de campo.

da ONU (Organização das Nações Unidas) para a obtenção de créditos de carbono¹⁷⁷, o resultado será a sua comercialização. Ou seja, a co-geração de energia não tem como finalidade a obtenção de créditos de carbono e sim a venda de energia elétrica como um diferencial produtivo. Todavia, a obtenção desses créditos e a resultante comercialização constituem uma possibilidade concreta, em decorrência da geração de energia a partir de fonte renovável e com tecnologia dita limpa, que reduz os índices de emissão de CO₂.

O retorno dos investimentos na co-geração acontece na geração e comercialização de energia, o crédito de carbono vem apenas agregar (valor) ao resultado. Então, se o resultado já era interessante com a comercialização de energia, se torna ainda mais interessante com a venda de créditos de carbono. (BARRETO, entrevista - 30/11/2006, p.06)

A tecnologia que permite gerar energia a partir da queima do bagaço de cana é considerada limpa, quando comparada às termoelétricas a gás natural ou a óleo, pois contribui para a redução de gases de efeito estufa, que atingem a camada de ozônio. Assim, para cada tonelada de CO₂ que deixa de ser emitida, gera-se um crédito de carbono que pode ser comercializado. Portanto, é sob a alegação de que estão contribuindo para a redução do buraco da camada de ozônio ao produzir uma energia “limpa e renovável”, que essas unidades agroindustriais canavieiras estão modernizando seus sistemas de geração de energia.

O interesse maior demonstrado recentemente por essas empresas agroindustriais canavieiras, em substituir caldeiras e geradores e investir em co-geração, justifica-se também no fato de que mesmo que a produção de álcool brasileiro tenha como base uma fonte renovável; esta não é considerada para a obtenção de créditos de carbono, pois, de acordo com os princípios do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) a substituição do combustível fóssil (gasolina e diesel) não ocorre diretamente na produção do etanol; mas no consumo, ou seja, quem produz o etanol não substitui o combustível fóssil pelo

¹⁷⁷ A Usina Coruripe, sob a assessoria da SGS (empresa credenciada junto a ONU para intermediar as negociações), comercializou créditos referentes ao período de 2002 a 2005 sobre os quais estava sendo remunerada em 2006. E fechou um novo contrato de venda de créditos de carbono por um período de sete anos, ou seja, de 2005 até 2012.

álcool, está apenas contribuindo para que alguém possa substituir.

Desse modo, o merecedor dos créditos de carbono seria efetivamente o indivíduo que substitui um veículo movido à gasolina por um a álcool. Partindo desse princípio, as empresas agroindustriais canavieiras só podem desenvolver projetos para entrarem no mercado de carbono por meio da co-geração de energia a partir do bagaço de cana-de-açúcar.

Assim, a co-geração de energia a partir do bagaço da cana caracteriza-se como uma estratégia de diversificação do negócio na produção, que, por sua vez (no caso das empresas acima exemplificadas) resulta em uma nova estratégia, a obtenção de créditos de carbono para a comercialização.

Com a instituição do Protocolo de Kioto, em 1997, foram criados mecanismos para facilitar o cumprimento das metas de redução de poluentes por parte dos países desenvolvidos e permitir que os mesmos comprem créditos de carbono de países que desenvolvem projetos sob a ótica do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo)¹⁷⁸.

A partir daí se formou o mercado de compra e venda de créditos de carbono, criando, no caso específico das empresas agroindustriais canavieiras, a oportunidade de obtenção de mais um nicho de mercado com agregação de valor e diferenciação de produtos; especialmente para aquelas que já desenvolvem programas de controle de qualidade, de gestão ambiental e de saúde e segurança do trabalho pautado nas normas da ISO9001/2000, ISO14001 e OHSAS18001, adotados, sobretudo de forma integrada.

O Interesse nesse novo nicho de mercado se reflete na remuneração que a venda de créditos de carbono proporciona. No caso dessas empresas agroindustriais canavieiras, o custo para obtenção dos créditos de carbono é ínfimo, haja vista os investimentos serem efetuados para a co-geração, sendo a obtenção dos créditos uma consequência desses investimentos. Já o retorno em termos de aporte de capital, acredita-se ser significativo, pois apesar dos representantes das empresas não declararem o montante, deram a entender que o negócio é compensador.

¹⁷⁸ Uma das determinações do protocolo de Kioto, assinado em 1997, é de que os países desenvolvidos deveriam reduzir as emissões dos gases de efeito estufa (dióxido de carbono/CO₂; dióxido de nitrogênio/NO₂, CFCs e metano/CH₄, entre outros) em 5,2% entre 2008 e 2012. Revista Bioenergia, p.36,

Pesquisando em outras fontes¹⁷⁹, verificamos que o preço é definido pelo mercado e varia entre US\$ 5 a US\$ 15 a tonelada, com perspectiva de atingir US\$ 30. O Brasil possui 88 projetos registrados na ONU, envolvendo a co-geração de energia a partir do bagaço, aterros sanitários e outras fontes geradoras, os quais podem responder pela redução de cerca de 15 milhões de toneladas de carbono. Se considerássemos esses 15 milhões de toneladas comercializadas a US\$10 por tonelada, o capital movimentado corresponderia a US\$ 150 milhões.

Vê-se, pois, que as diversas estratégias implementadas na seara do capital agroindustrial canavieiro (as quais se somam a obtenção e venda de créditos de carbono), expressas em novos referenciais tecnológicos e ambientais, muitas vezes sob o discurso capitalista de que estão sendo gestados conforme as exigências ambientais, sociais e trabalhistas, visam acima de tudo garantir novos patamares de acumulação de capital e a competitividade econômica, ao mesmo tempo em que intensificam a exploração do trabalho materializada na extensão das jornadas, no pagamento por produção (corte de cana-de-açúcar), descumprimento das leis trabalhistas, nas formas assemelhadas ao trabalho escravo, nas normas de saúde e segurança, na terceirização, na clandestinidade da arrematação da mão-de-obra; na precariedade das moradias etc.

Nesse contexto marcado por inúmeras estratégias e ações implementadas pelo capital personificado no agronegócio canavieiro, que se expressam num ordenamento técnico-produtivo, organizacional e territorialmente diferenciado, não dá mais para pensarmos o agronegócio canavieiro somente na perspectiva de produção de açúcar e álcool, mas de uma gama de produtos e subprodutos; procedimentos técnicos e organizacionais; novos referenciais tecnológicos e ambientais; novas formas de gestão e controle do trabalho; e da participação expressiva de capital estrangeiro na constituição e controle de grandes conglomerados nesse negócio, o que torna a apreensão e compreensão muito mais complexa.

Hoje está mais difícil, por exemplo, classificar as empresas do setor canavieiro simplesmente como usina, como destilaria ou como usina anexa ou

2007.

¹⁷⁹ Cf. Revista Bioenergia, p. 41, 2007.

destilaria anexa; haja vista muitas delas se enquadrarem no esquema de diversificação da produção, e os grupos dos quais fazem parte atuarem em vários segmentos da cadeia produtiva (produção, comercialização, co-geração de energia, exportação) e até em outros setores da economia (produção de grãos, cooperativa de crédito, telecomunicações, terminais portuários, pecuária etc.). Essas empresas têm adquirido cada vez mais o caráter de companhias do que de simples unidades processadoras de açúcar, de álcool ou de ambos.

Partindo, portanto, do pressuposto de que esse segmento produtivo está voltado não só para a produção de matéria-prima (cana-de-açúcar) e produtos industrializados (açúcar e álcool, basicamente), mas também, e estrategicamente, para a produção de energia “renovável” e participação em uma gama de outros negócios, que demandam mediações econômico-financeiras e políticas; envolve vultosas somas de capital e provoca profundas transformações sócio-espaciais, ousamos defini-lo como um *negócio-agro-sucro-energético*.

Em escala nacional, acredita-se que o discurso do etanol como energia “limpa” e renovável é pouco convincente diante do fato de que o Brasil tem um enorme potencial energético, haja vista as mais recentes descobertas de reservas de petróleo. No entanto, criaram-se condições para garantir a continuidade desse negócio-agro-sucro-energético a partir do desenvolvimento do carro flex, introjetando na sociedade a idéia de poder escolher qual combustível usar com base no preço mais baixo do álcool em relação à gasolina.

Na verdade, as políticas desenvolvidas pelo governo brasileiro para a fração do capital personificado nesse negócio estão voltadas para o atendimento das necessidades de acumulação de capital, e de atendimento de possíveis demandas dos países capitalistas centrais quanto ao consumo de etanol. Todavia, penalizando as formas tradicionais e/ou alternativas de produção camponesa, as comunidades camponesas, indígenas e quilombolas e a preservação dos recursos naturais (essa discussão será retomada nos próximos capítulos).

Isso posto, o desafio que se nos coloca para o próximo capítulo é, portanto, apreender a articulação dos rearranjos territoriais engendrados pelo tripé capital-Estado-trabalho nesse contexto atual de expansão da atividade canavieira.

CAPÍTULO II

A DINÂMICA TERRITORIAL DE EXPANSÃO DO NEGÓCIO-AGRO-SUCRO-ENERGÉTICO NO BRASIL E AS AÇÕES DO ESTADO “PARCEIRO”

“O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente o capitalismo não se sustentaria por muito tempo”
(HARVEY, 2005, p. 06)

Vimos no capítulo anterior que a modernização da agricultura, bem como o processo de reestruturação produtiva do capital em geral, influenciou sobremaneira as transformações implementadas no âmbito do capital agroindustrial canavieiro. As mudanças técnico-organizacionais e a incorporação das novas tecnologias e equipamentos no processo de produção (a exemplo da automação microeletrônica e da mecanização do corte de cana-de-açúcar); os investimentos em P & D (Pesquisa e Desenvolvimento); a adoção de novos sistemas de gestão e controle do processo produtivo e de trabalho; a diversificação produtiva e a diferenciação inter-empresas são alguns elementos, que se somam às ações gestadas pelo Estado em termos de aporte financeiro e de políticas que beneficiaram esta fração do capital antes e pós desregulamentação.

Visando economizar divisas por meio da substituição das importações, estimular a produção em setores ociosos e expandir a produção de bens de capital¹⁸⁰, o governo brasileiro lançou em 1975, o Proálcool (Programa Nacional do Álcool), associando os interesses do capital agroindustrial canavieiro aos do setor automobilístico e das empresas do D¹, produtoras de máquinas, equipamentos (inclusive equipamentos destinados à implantação e/ou modernização das unidades processadoras). Porém, adotou como justificativa para financiar tal empreendimento a crise energética internacional desencadeada nos anos 1970 mediante a elevação

¹⁸⁰ Cf. ANDRADE, 1994, p. 236.

do preço do petróleo, bem como a redução das disparidades regionais.

O Proálcool teve papel importante na consolidação do agronegócio canavieiro, haja vista a política de concessão de créditos específicos, desenvolvida pelo Estado para atender aos interesses desse segmento produtivo. Inicialmente os esforços do governo foram direcionados para o financiamento de novas unidades processadoras, especialmente destilarias anexas às usinas de açúcar, e/ou ampliação e reequipamento das unidades já instaladas.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o estímulo foi dado à produção de álcool hidratado e a incorporação de novas áreas ao circuito produtivo da cana-de-açúcar. No Oeste Paulista, por exemplo, 70% dos projetos aprovados e 80% dos recursos foram direcionados para as RA's de Araçatuba, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, entre outros.

Para introduzir o álcool na matriz energética brasileira e estimular o consumo de veículos a álcool, além de disponibilizar linhas de créditos específicos, o governo também lançou mão de várias outras medidas, entre as quais cabe destacar: rebaixamento de IPI e IPVA; isenção de ICMS; incentivo a conversão de motores de gasolina para álcool; apoio à pesquisa voltada para a melhoria da performance dos motores a álcool; bem como a instituição da obrigatoriedade da adição de 22% de álcool anidro a gasolina.

Entre tantos aspectos que marcaram esse período gostaríamos de destacar especialmente¹⁸¹ o impulso que o Proálcool deu, não só a reestruturação das unidades já existentes e a implantação de novas, mas também à expansão da área plantada com cana-de-açúcar na maioria dos estados produtores.

Naquele momento, assim como agora, a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar ocorreu sobre áreas de pecuária extensiva, de vegetação nativa e áreas destinadas ao cultivo de alimentos. Andrade (1994, p. 137), destaca que antes do Proálcool a cana-de-açúcar no estado da Paraíba, por exemplo, era *“cultivada apenas nas áreas de várzea e nas encostas mais úmidas da Borborema”*, porém, com a implantação do Programa o monocultivo se expandiu para os tabuleiros

¹⁸¹ Como já frisamos anteriormente não é nossa pretensão nos determos na discussão dos pormenores do Proálcool, por levarmos em consideração a existência de uma vasta bibliografia disponível a este respeito (a exemplo de ANDRADE, 1994; THOMAZ JÚNIOR, 1996, entre tantos outros), mas destacar alguns aspectos que julgamos úteis para auxiliar na compreensão do atual contexto de expansão.

costeiros¹⁸². Presente ao longo da faixa litorânea nordestina conhecida por Zona da Mata, esse ecossistema encontra-se, na atualidade, altamente impactado pela exploração econômica, especialmente pela cana-de-açúcar e pela ocupação antrópica.

A agravante a ser considerada no contexto do Proálcool é que muitas dessas áreas que foram ocupadas pela cana-de-açúcar eram destinadas à produção de subsistência, cujos camponeses foram expropriados de suas terras, forçados ao êxodo rural e ao assalariamento nas periferias das cidades e nas lavouras de cana-de-açúcar; ou a permanecer nas terras que foram suas sob a condição de morador de engenho, ou a ir morar nas agrovilas¹⁸³ construídas nas terras sob domínio das empresas agroindustriais canavieiras (Fotos 8 e 9) e trabalhar como assalariados, duplamente subordinados a essa fração do capital.

**Foto 8 - Agrovila “Esperança”
Usina Utinga Leão/AL**



**Foto 9 - Agrovila “Aliança”
Usina Aliança/PE**



Fonte: Pesquisa de Campo/Nordeste – Novembro de 2006

Praticamente ilhados no meio dos canaviais, muitos camponeses não resistiram à pressão do capital e acabaram desistindo de suas terras, tornando-se assalariados da cana. Esse aspecto forjado pela territorialização do monocultivo da cana-de-açúcar deixou marcas evidentes no espaço agrário nordestino, tendo em vista que as pequenas propriedades sucumbiram mediante o avanço dos canaviais. Todavia não só no Nordeste, mas também no Centro-Sul do país a atividade

¹⁸² Os tabuleiros constituem o mais representativo ecossistema da Mata Atlântica.

¹⁸³ Muito comum no Nordeste, por exemplo, onde tivemos a oportunidade de constatar empiricamente,

canaveira avançou sobre culturas de subsistência, áreas de pecuária extensiva e, remanescentes de Mata Atlântica e Cerrado.

As políticas desenvolvidas pelo Estado no período do Proálcool, sob o discurso de que com a incorporação de novas áreas não tradicionais estaria evitando a expansão desordenada em regiões produtoras de alimentos e promovendo a desconcentração de terras e de capital; se materializou espacialmente de forma contrária, ou seja, acabou reforçando a concentração de terra e de capital sob o domínio de determinados grupos/empresas.

Durante o final dos anos 80, os rumos do Programa mudaram, o preço do petróleo se estabilizou, desestimulando tanto o consumo de álcool como o de veículos movidos por este combustível. A isto se somou a elevação do preço do açúcar no mercado externo, que incentivou os empresários agroindustriais canavieiros a investir mais na sua produção do que de álcool, arrefecendo o consumo de álcool e de automóveis e conduzindo o Programa ao descrédito.

O endividamento, a redução do crédito subsidiado e a derrocada do Proálcool, conduziram várias unidades processadoras, sobretudo àquelas implantadas exclusivamente para produzir álcool, a estado falimentar e/ou desativação. No entanto, as empresas que souberam aproveitar as benesses concedidas pelo Estado, inclusive o perdão e/ou refinanciamento de dívidas, se capitalizaram e tiveram condições de investir em modernização e diversificação da produção tornando-se mais competitivas. Desse modo, se sobressaíram às demais, apresentando assim uma expressão interempresas e inter-regional (NE/CS) diferenciada.

Faz-se importante salientar, que por um lado, sob o ponto de vista empresarial, o Proálcool foi fundamental, pois contribuiu para consolidar o agronegócio canavieiro como um dos segmentos produtivos mais modernos do país, ao incorporar novos conceitos gerenciais, aperfeiçoar a qualidade da matéria-prima, adotar novas tecnologias e apostar no aumento da eficiência produtiva.

Por outro lado, acentuou a expropriação camponesa e o êxodo rural, além de estimular a proletarização no campo e a mobilidade geográfica de milhares de trabalhadores, que naquele momento migraram para as principais regiões

durante pesquisa de campo realizada em novembro de 2006.

produtoras do estado de São Paulo, onde foram submetidos a condições precárias de trabalho e de vida (moradia, alimentação, relações sociais etc.) e superexploração da força de trabalho. Veremos mais adiante que o movimento dos trabalhadores em busca de trabalho no agronegócio canavieiro atualmente, não ocorre somente para o estado de São Paulo, mas também para outros estados do Centro-Sul, haja vista a expansão canavieira recente. (essa questão será retomada no capítulo IV)

Isso reflete os dois lados da mesma moeda, ou as contradições inerentes ao sistema sociometabólico do capital, colocando em questionamento a modernização e o “modelo de desenvolvimento” incorporado por essa fração do capital pautado na moderna forma de produzir, na produção em larga escala e voltada para exportação, ao mesmo tempo exploradora da força humana que trabalha.

Diríamos em acréscimo, que o avanço do conhecimento técnico-científico delineou o ritmo e a intensidade do processo de modernização do agronegócio canavieiro, intensificou a adoção de inovações tecnológicas e organizacionais e promoveu a valorização e a reprodução do capital na seara desse e de outros segmentos produtivos, tais como a indústria automobilística e as empresas produtoras de equipamentos, máquinas, insumos etc. Todavia, desdenhou as implicações sociais¹⁸⁴ e fundiárias, bem como os danos causados ao meio ambiente e a qualidade de vida e de trabalho de milhares de trabalhadores.

Desse modo, o desenvolvimento pautado nas políticas e no suporte financeiro concedido pelo Estado, bem como nas inovações tecnológicas, e propagado pelo agronegócio canavieiro não deve ser considerado na mesma proporção para o conjunto da sociedade.

Nesse sentido, concordamos com Mészáros (2007, p.188-189) quando este afirma ser uma ilusão pensar que o desenvolvimento tecnológico e a modernização possam resolver todos os problemas sociais. O aparato tecnológico constitui um “*subterfúgio autovantajoso das contradições*” criadas por aqueles que detêm o controle social. Tanto é que a chamada “revolução verde” na agricultura não resolveu o problema da fome e da desnutrição no mundo.

¹⁸⁴ Cf. ANDRADE, 1994, p. 239.

Nos anos 2000, novas ações foram implementadas pelo Estado para promover a reorganização da matriz energética brasileira, fundamentada no discurso da produção de álcool combustível e de energia decorrente de fonte limpa e renovável. Entre essas ações o destaque se faz para o desenvolvimento da tecnologia flex e conseqüente criação do mercado interno para os veículos bicomustíveis a partir de 2003; além das tentativas de abertura do mercado internacional para o álcool e do perdão de dívidas contraídas ou renegociadas por vários grupos/empresas agroindustriais canavieiras nos anos 1990.

Com a política de repactuação de débitos iniciada em 2003, o governo Luiz Inácio Lula da Silva beneficiou, sobretudo entre 2004 e 2006, cerca de 20 empresários do agronegócio canavieiro, sendo a maioria do Nordeste. Entre esses grupos cabe destacar, por exemplo, o grupo União/PE, o qual acumulava um passivo financeiro de R\$ 208,63 milhões e com o novo acordo pagou somente 1,77% desse valor, o equivalente a R\$ 3,7 milhões. O total “perdoado” junto ao Banco do Brasil nessa renegociação foi superior a R\$ 1 bilhão¹⁸⁵.

Em 2008, o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, beneficiou os grupos/empresas agroindustriais canavieiras do estado com o perdão de cerca de R\$ 1,5 bilhão. No governo de seu antecessor, Ronaldo Lessa, as unidades processadoras do estado deviam ao Fisco R\$ 1,9 bilhão em ICMS. Desse montante R\$ 1,5 bilhão foi perdoado e o restante (R\$ 400 milhões) renegociado em 120 parcelas¹⁸⁶.

Essas ações implementadas no governo Lula estimularam a constituição de novos arranjos e formatações na seara do capital agroindustrial canavieiro, desencadeando um processo de expansão muito mais intenso que o do período anterior, acirrando assim as contradições e a disputa capital-capital, bem como o conflito capital trabalho.

Desse modo, a hegemonização da forma determinante de uso e exploração da terra, da natureza e da força humana que trabalha evidenciada nas principais regiões produtoras e nas novas áreas em expansão do cultivo de cana-

¹⁸⁵ Jornal Folha de São Paulo. 14 de janeiro de 2007. <http://www.eagora.org.br/?URL=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Ffsp%2Fdinheiro%2Ffi1401200702.htm> - Matéria consultada no *site* Eagora.org.br Disponível em: <http://www.eagora.org.br/arquivo/BB-d-perdo-bilionrio-para-usineiros/>

¹⁸⁶ Jornal Extra Alagoas – Política. 14 de julho de 2008. Disponível em:

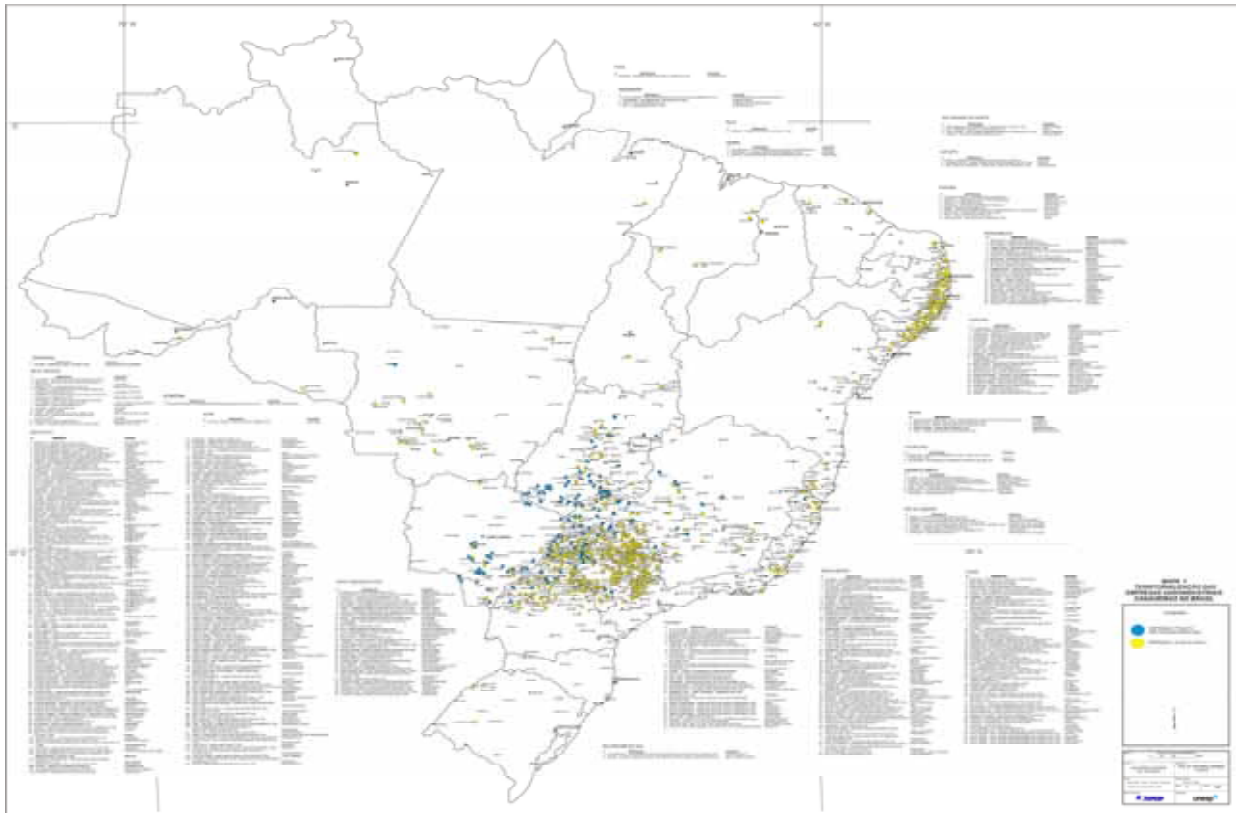
de-açúcar; consolida a compreensão do sistema produtor de mercadorias na sua fase atual – capital industrial e financeiro – como sendo, se não a única, a melhor possível, dificultando assim o desenvolvimento de alternativas e possibilidades diferenciadas de uso da terra, que não a agricultura capitalista agroexportadora e excludente.

Em outras palavras diríamos que a rapidez e a forma destrutiva com que esse processo vem ocorrendo reforça a concepção de que se trata de um “modelo” de produção agroexportador, cujo monocultivo se territorializa em grandes extensões de terras próprias e/ou consorciadas, bem como na cooptação da pequena produção familiar, todavia subordinada às unidades processadoras.

Esse novo cenário apresentado no âmbito do negócio-agro-sucro-energético é mais uma expressão da modernização capitalista em seu movimento constante de auto-expansão, que altera o processo produtivo e de trabalho, provocando manifestações espaciais diferenciadas nos territórios, *territorializando a contradição capital x trabalho e, assim, conformando possibilidades emancipatórias a partir da luta pela terra e pela reforma agrária.* (MENDONÇA & MESQUITA, 2008, p. 07)

Partindo desse pressuposto buscaremos apreender o ordenamento territorial do capital agroindustrial canavieiro e o papel do Estado na consolidação desse processo, considerando na região Nordeste os principais estados produtores (AL, PE e PB), e na região Centro-Sul os estados com maior expressividade, do ponto de vista produtivo e expansionista (MS, MG, PR, SP e GO) (**MAPA 1**).

MAPA 1



2.1 – A Dinâmica Territorial do Negócio-agro-sucro-energético no Nordeste: Em Destaque os Estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco

Não poderíamos tratar aqui da dinâmica apresentada pelo capital agroindustrial canavieiro nas novas frentes de expansão sem levar em consideração as principais regiões canavieiras do Nordeste, haja vista ser desta região a origem de vários grupos/empresas responsáveis pela aquisição e/ou implantação de novas unidades processadoras no Centro-Sul.

Quando nos propusemos desenvolver esta pesquisa um dos objetivos era apreender o movimento do capital agroindustrial canavieiro nordestino para a região Centro-Sul do país e a participação dos mesmos na constituição da geografia da cana-de-açúcar a partir dos anos 1990 e, sobretudo dos anos 2000.

É sabido que a atividade canavieira tem papel preponderante no processo histórico de formação socioeconômica do Nordeste. Implantado em meados do século XVI, o monocultivo da cana-de-açúcar se desenvolveu na região na forma de *plantation*, ou seja, assentado no latifúndio (grandes extensões de terras sob o domínio dos senhores de engenho), que já produzia para exportação. Desse modo, tornou-se um dos principais fatores de ocupação da Zona da Mata nordestina, que se estende pelos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e parte do Recôncavo Baiano.

Há que se recordar ainda que a organização social e política que ali se estabeleceu pautada nos grandes latifúndios, no trabalho escravo e no poder exacerbado dos coronéis se refletem nos dias atuais na concentração de poder e de capital nas mãos de alguns grupos tradicionais, sobretudo nos principais estados produtores, Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

A atividade canavieira, especialmente na região Nordeste, passou por um longo período de retração, ganhando fôlego novamente nos anos 1970 com a implantação do Proálcool e a política de concessão de créditos subsidiados; que beneficiou sobremaneira os grupos/empresas desse segmento produtivo no Nordeste, haja vista as medidas adotadas pelo Estado em favorecimento dos mesmos, ocorrerem de forma diferenciada das destinadas aos grupos/empresas do Centro-Sul.

Nesse sentido cabe citar como exemplo, as diferenças entre as taxas de

juros praticadas em financiamentos disponibilizados para as empresas do Centro-Sul e do Nordeste, que no período de 1975 a 1979 foram de 17% para as primeiras e de 15% para as segundas¹⁸⁷. Além do Programa de equalização implantado pelo Estado para compensar as desigualdades dos custos de produção entre as regiões Nordeste e Centro-Sul, que beneficiaram, inclusive, os grupos/empresas menos produtivos.

O recuo dos investimentos públicos nos anos 1990, somado às mudanças econômicas em escala mundial e ao elevado volume de dívidas¹⁸⁸, fez com que, sobretudo os grupos/empresas nordestinas entrassem num estágio de profunda crise. Várias delas encerraram suas atividades (a exemplo das Usinas Santa Rita, Santa Helena e Santana, na Paraíba; Aliança e Catende, em Pernambuco; e Ouricuri, Agrisa, Peixe, Porto Alegre, em Alagoas, entre outras), tanto por conta da descapitalização dos grupos controladores como pela transferência dos investimentos para a região Centro-Sul, especialmente para os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Além disso, a modernização do agronegócio canavieiro do estado de São Paulo suplantou as agroindústrias canavieiras nordestinas.

Faz-se importante destacar ainda que quando os grupos familiares passaram a exercer o domínio sobre grandes extensões de terras (os engenhos) para o cultivo de cana-de-açúcar na zona canavieira nordestina, expropriou as famílias camponesas de suas terras; estabelecendo ali um modelo de organização pautado na manutenção do controle sobre os camponeses como agregados e/ou assalariados nos engenhos e/ou nas agrovilas. Situação reforçada durante o período do Proálcool, mediante o aumento da concentração de terras sob o domínio desses grupos, a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar e a intensificação do trabalho assalariado.

No entanto, a crise desencadeada nos anos 1990 teve como um dos desdobramentos a demissão de milhares de trabalhadores, que no passado foram

¹⁸⁷ Para mais detalhes ver: THOMAZ JÚNIOR, 2002.

¹⁸⁸ Segundo dados fornecidos pela CPT/PE, durante Pesquisa de Campo, em 2006 o montante da dívida das unidades agroindustriais canavieiras (44) do estado de Pernambuco, junto ao INSS, somava R\$562.641.612,54. Das quais, algumas se encontravam desativadas. Dados obtidos através do Dep. Federal Paulo Rubem Santiago – PT/PE. Dados mais recentes revelam que a dívida das empresas de Pernambuco junto a Previdência, soma atualmente R\$ 609.204.871,34 milhões. Já as de Alagoas devem R\$58.423.378,78. Cf. Repórter Brasil – O Brasil dos Agrocombustíveis. Cana 2008. Disponível em:

expropriados de suas terras. Mediante tal contexto, essa forma singular de ocupação das terras guiada pelas relações de trabalho e de subordinação, começou a ruir, sendo os trabalhadores novamente pressionados pelos grupos/empresas agroindustriais canavieiras, dessa vez para abandonar os engenhos ou as moradias nas agrovilas. Apesar da falência e/ou desativação de unidades processadoras e das enormes dívidas trabalhistas, os trabalhadores começaram a reivindicar seus direitos exigindo como pagamento a posse e a permanência nas terras dos engenhos e moradias nas agrovilas, acentuando o conflito capital-trabalho e estimulando a atuação de movimentos sociais de luta pela terra (essa discussão será retomada no capítulo IV).

A partir de 2003, com a retomada dos investimentos no setor pelo governo Lula, o agronegócio canavieiro nordestino ganhou novo ânimo, sobretudo em virtude da repactuação e perdão de dívidas pelos governos federal e estadual, em 2007 (conforme já destacamos anteriormente). No entanto, uma série de fatores rechaça a perspectiva de expansão da área plantada e de implantação de novas unidades nos principais estados produtores do Nordeste. A saída apontada é investir na expansão vertical da produção para garantir maior competitividade das empresas ainda em operação, continuar migrando para o Centro-Sul, ou direcionar a produção canavieira para outras regiões do Nordeste onde está ocorrendo investimento estatal, com vistas a aumentar o potencial hídrico e favorecer a irrigação. É o que veremos a seguir.

2.1.1 – Fatores que influenciaram o movimento do capital agroindustrial canavieiro do Nordeste para o Centro-Sul

Com a crise dos anos 1990, marcada pelo cenário de endividamento e falência, bem como a necessidade de produzir com competitividade frente ao agronegócio canavieiro do Centro-Sul, sobretudo de São Paulo, fez com que vários grupos nordestinos deslocassem parte do capital para investimentos nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No entanto, a pesquisa empírica efetuada tanto nos locais de origem

como de destino dos grupos/empresas, que desativaram unidades processadoras no NE para implantar em outros estados, ou investiram na aquisição e, sobretudo na construção de novas unidades, particularmente do Centro-Sul, foi importante para apreendermos outros fatores que também determinaram esse movimento territorial (migração) do capital agroindustrial canavieiro.

Entre os fatores apontados pelos representantes dos grupos/empresas nordestinas, cabe destacar a falta de terras para a expansão do monocultivo de cana-de-açúcar na região, a baixa fertilidade dos solos, a deficiência hídrica e irregularidade das precipitações; somada à topografia acidentada em parte expressiva das áreas de cultivo, que dificultam e/ou impossibilitam a mecanização. Dessa forma, um número significativo de unidades processadoras tem que absorver custos de produção maiores com a colheita manual¹⁸⁹, e têm frustradas as intenções de mecanizar o corte.

Foi com base nesses argumentos que, a partir dos anos 1990, vários grupos alagoanos (já citados no capítulo I) passaram a investir significativamente na aquisição/implantação de unidades processadoras no Triângulo Mineiro, ocupando terras sob domínio na região¹⁹⁰.

Vale destacar, no entanto, que essa vulnerabilidade climática da zona canavieira nordestina, associada aos longos períodos de estiagem, que afetam a produtividade agrícola e o rendimento industrial, elevando assim os custos de produção comparativamente ao Centro-Sul, vem sendo atenuada com investimentos em irrigação (Foto 10 e 11), sobretudo pelas usinas e destilarias de grande e médio porte.

¹⁸⁹ Vale destacar ainda que os grupos tradicionais do Nordeste que permaneceram com gestão familiar, sem investir na administração profissional, faliram ou apresentam custo de produção mais elevado e se encontram em dificuldades financeiras. Esse aspecto foi apontado por VIDAL; SANTOS; SANTOS, 2006 e constatado durante pesquisa de campo.

¹⁹⁰ Esse conceito contém dois elementos essenciais: terras próprias dos grupos e terras arrendadas ou em parceria, cuja gestão está sob controle do capital agroindustrial canavieiro. Mais detalhes ver: Thomaz Júnior, 2002.

**Foto 10 – Irrigação por aspersão
Usina Agroval/Santa Rita/PB**



**Foto 11 – Irrigação com Pivôs
Usina Santa Clotilde/Rio Largo/Al**



Fonte: Pesquisa de Campo - novembro de 2006.

A Usina Santa Clotilde, no município de Rio Largo/Al, por exemplo, investiu em 2006 R\$ 2,5 milhões na aquisição e implantação de pivôs móveis, com pneus (Foto11). Os mesmos possuem capacidade de irrigação de 100mm/mês por lâmina, permitindo um aumento de produtividade da cana de 60toneladas/hectare para cerca de 100toneladas/hectare. Além disso, investiu R\$ 3,5 milhões na construção de uma barragem, com trinta metros de profundidade, a qual será usada para o abastecimento da unidade processadora e para a irrigação¹⁹¹. Já o grupo Japungu, irriga cerca de 80% das terras em que cultiva a cana-de-açúcar, no estado da Paraíba, para o processamento da Destilaria Japungu e da Usina Agroval, no município de Santa Rita/PB (Foto 10).

A irrigação com água e uso de pivôs tem sido adotada por empresas mais capitalizadas, com condições de investir na construção de barragens e na implantação de sistemas de longo alcance. Verificamos que as usinas visitadas nos estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, estão investindo na irrigação dos canaviais em terras localizadas em faixas próximas, ou de transição entre a Zona da Mata e o Agreste, onde o risco de estiagem é maior. Assim, nas áreas onde a estiagem é um fator climático determinante no desenvolvimento e produtividade da

¹⁹¹ Informações cedidas pelo Gerente Agrícola da Usina Santa Clotilde, em entrevista durante Pesquisa de

planta, para as empresas que investem em irrigação o retorno em termos de produtividade e de ganhos de capital é um diferencial.

Do ponto de vista da fertirrigação com vinhaça, vale de dizer que apesar de ainda oferecer riscos de contaminação, especialmente dos cursos d'água, se não for armazenada e manipulada adequadamente, a mesma hoje tem sido usada praticamente por todas as unidades agroindustriais canavieiras, pois a mesma ajuda a repor nutrientes necessários para a cana planta¹⁹², além de auxiliar no processo de irrigação, desde que de forma controlada, tornando-se uma grande aliada especialmente das agroindustriais canavieiras nordestinas, em função da estiagem e deficiência hídrica.

O depoimento do Gerente Administrativo e Financeiro da Usina Trapiche/PE¹⁹³ reflete a importância que está sendo dada a vinhaça na fertirrigação dos canaviais. *“É um grande negócio. O tratamento que nós damos à vinhaça é de um adubo orgânico de extremo valor. Hoje jogar vinhaça fora significa perder dinheiro”*. (AGUIAR, entrevista – 23/11/2006, p.3) Apesar disso, muitas dessas empresas ainda são negligentes com a destinação e uso inadequado desse resíduo, causando problemas ao meio ambiente.

Acredita-se, no entanto, que os outros aspectos como declividade, escassez e preço das terras nas áreas tradicionais, que dificultam o aumento da competitividade das empresas agroindustriais canavieiras do Nordeste em relação às do Centro-Sul, têm um peso maior no desencadeamento desse movimento do capital. Conforme destaca o Gerente Industrial da Usina Vale do Paranaíba¹⁹⁴,

Dentro do contexto o estado de Alagoas, que é a sede de nosso grupo, não tem mais terras agricultáveis pra expandir a cana-de-

Campo - 05 de dezembro de 2006.

¹⁹² O uso da vinhaça na fertirrigação tem sido uma prática recomendada, tendo em vista que possibilita seu reaproveitamento reduzindo os riscos de contaminação do solo e cursos d'água. Também traz retorno econômico para as agroindústrias, pois reduz o uso de fertilizantes químicos, eleva o PH do solo, devolve nutrientes necessários ao desenvolvimento da cana planta (cálcio, sulfato de cobre com nitrogênio, fósforo, magnésio, ferro, cobre, zinco mas a maior proporção é de potássio), repõe sais minerais retirados da planta durante a colheita, aumenta a capacidade de retenção de água, etc. Porém a sua aplicação é feita sob controle agrônômico para evitar a concentração elevada de sais minerais (que pode provocar salificação do solo) e de potássio (que aumenta a umidade da cana, atrasando a maturação e reduzindo o teor de sacarose etc.). Cf. OLIVEIRA, 1999, p. 22-23 (Monografia de Bacharelado).

¹⁹³ Grupo Serra Grande. Em entrevista concedida durante Pesquisa de Campo – Nordeste – novembro de 2006.

¹⁹⁴ Usina Vale do Paranaíba, em Capinópolis – Triângulo Mineiro, pertencente ao Grupo alagoano João Lyra. Durante pesquisa de campo em novembro de 2007.

açúcar, não só pro grupo João Lyra, como pro grupo Carlos Lyra, que está implantando aqui também no Triângulo Mineiro e outros grupos de lá e de Pernambuco não tem mais pra onde ir! Alagoas e Pernambuco não têm mais pra onde plantar cana, já chegou ao limite. Qualquer pedacinho é fadado ao insucesso lá, porque é uma terra de semi-árido, então não tem água [...] a cana que tinha de ser plantada lá já está sendo plantada. O custo da terra em Alagoas pra plantar cana é alto. Aqui as terras são altamente propícias, com eficiências altas e planas, coisa que a gente não tem lá, muito pouca. As terras que a gente tem lá são elevadas. O grupo quando viu a dimensão dessas terras aqui de Minas Gerais propensas a isso e o custo dos investimentos, que seria relativamente baixo, em lugar de investir no Nordeste viemos pro Centro-Sul. E as terras de Minas Gerais são excelentes. (AZEVEDO, entrevista – 23/11/2007, p. 5-6)

Já o Gestor de Recursos Humanos da Usina Santa Teresa/PE¹⁹⁵, ao ser questionado acerca das perspectivas da empresa para a mecanização do corte de cana-de-açúcar, também destacou a declividade do solo como um entrave para a adoção dessa tecnologia, principalmente na porção sul da Zona da Mata, onde o relevo é mais acidentado¹⁹⁶.

Com a maior parte das terras situadas em áreas de relevo acidentado, o Gerente Administrativo e Financeiro da Usina Trapiche/PE, também destacou que essa peculiaridade do relevo inviabiliza a mecanização da colheita de cana-de-açúcar, em função disso a empresa depende 100% de mão-de-obra para a colheita manual.

As pessoas que vêm pra cá dizem: como é que se pode manter um negócio de açúcar numa condição dessas! Pois bem, isso encarece os nossos custos com relação à competitividade em torno de 20% a 25%, justamente por nós termos, hoje, perto de cinco mil funcionários empregados. Desses cinco mil, nós temos 1.200 aqui na fábrica e os demais no campo [...]. Nós não podemos ter, em função dessa topografia, a colheita mecanizada como no Centro-Sul. (AGUIAR, entrevista – 23/11/2006, p. 6)

O entrevistado ressaltou ainda que a possibilidade de expansão do

¹⁹⁵ Em entrevista concedida durante Pesquisa de Campo – Nordeste – novembro de 2006.

¹⁹⁶ Essa Zona Canavieira é dividida em Mata Norte, com terras mais planas, e Mata Sul com relevo mais acidentado. Segundo o Gestor de RH da Usina Santa Teresa, apesar das terras serem mais planas na Mata Norte não há interesse em mecanizar a colheita, pois os custos são elevados e a mão-de-obra ainda é abundante. Já na Mata Sul, ao contrário, a mão-de-obra é mais escassa (por causa do turismo), porém há o

grupo no estado de Pernambuco esbarra na disponibilidade de terras para aquisição, ou na falta delas. Segundo ele, na ocasião, a ampliação das áreas de cultivo de cana-de-açúcar estava ocorrendo em terras arrendadas de antigos fornecedores que estavam desistindo de produzir e disponibilizando-as para arrendamento ou venda.

Tais entraves têm sido destacados como fatores de influência na decisão dos grupos/empresas nordestinas que investiram nos estados do Centro-Sul. Desse modo, a saída apontada para as unidades processadoras que permanecem nesses estados, continuarem produzindo com competitividade é investir na verticalização da produção; ou seja, aumentar os níveis de produtividade e de rendimento agroindustrial associado à redução de perdas (através de novos equipamentos e máquinas, desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar), somada à ampliação das áreas irrigadas e novos procedimentos de gestão e controle de processo.

Todavia, do ponto de vista da logística, o Nordeste apresenta uma vantagem comparativa em relação a alguns estados do Centro-Sul: o fato das áreas de cultivo de cana e das unidades processadoras se localizarem próximas dos grandes centros consumidores e dos terminais portuários. Essa proximidade torna mais barato exportar açúcar para a Europa pelos portos marítimos de Alagoas, Paraíba e Pernambuco, do que o açúcar produzido em Goiás e Mato Grosso do Sul, por exemplo¹⁹⁷.

Cabe destacar, que apesar dos aspectos desfavoráveis já apontados acima existe a perspectiva de a expansão da atividade canavieira também ocorrer no Nordeste, em escala local e intra-regional. Todavia, as expectativas do setor para que isso de fato aconteça perpassam pelas ações do Estado, que se traduzem em investimentos financeiros de grande monta para a implantação de projetos de irrigação que, infelizmente, tendem a beneficiar, sobretudo o capital em detrimento das comunidades locais e da agricultura camponesa. É o que discutiremos a seguir.

entreve do relevo.

¹⁹⁷ E os representantes do setor têm clareza disso, tanto é que foi destacado por vários entrevistados durante a Pesquisa de Campo, a exemplo do gerente administrativo e financeiro da Usina Trapiche/PE e do gerente industrial da Usina Vale do Paranaíba/MG. Ambos entrevistados em novembro de 2006 e novembro de 2007, respectivamente.

2.1.2 – Perspectivas de expansão canavieira em escala intra-regional e os desdobramentos socioespeciais

Para as empresas com perspectivas de produção assentada em escala local e até certo ponto restringida pelas características peculiares do relevo, como é o caso da Usina Trapiche/PE, a tendência foi ocupar majoritariamente os topos e as encostas dos morros com cana-de-açúcar, destruindo inclusive as APPs (Áreas de Preservação Permanente). Não tendo mais para onde expandir, os canais dessa unidade processadora avançam sobre as áreas de mangues do município de Sirinhaém, ameaçando o complexo de 17 ilhas estuarinas cobertas de manguezais¹⁹⁸, e as comunidades de pescadores, que historicamente ocupam essas ilhas retirando delas seu sustento.

Essas ilhas foram aforadas¹⁹⁹ no final do século XIX pela Companhia Agrícola Mercantil de Pernambuco e após sucessivas transferências passaram a ser disputadas pela Usina Trapiche, quando esta foi adquirida no final dos anos 1990, pelo grupo alagoano Serra Grande. Após avançar sobre os manguezais e desmatar a vegetação nativa em função das lavouras de cana, a mesma se julga no direito de domínio dessas áreas, e faz uso até de violência para provocar o desterroamento dos pescadores locais, sob a alegação de querer preservar os manguezais da destruição causada por essas comunidades; quando na verdade o que ela pretende é constituir ali sua Reserva Legal, que exigida de toda propriedade pela legislação ambiental. Vários desses moradores abandonaram as comunidades “manguistas” em troca de uma casa concedida pela unidade processadora e acabaram se tornando assalariados em seus canais²⁰⁰.

Somam-se a isso as denúncias de que a Usina Trapiche efetuava o despejo sistemático da vinhaça no estuário, provocando assim a degradação

¹⁹⁸ Este fato foi relatado por integrantes da CPT/PE durante Pesquisa de Campo, em novembro de 2006 e constatado por meio de documentos arquivados pela própria entidade. Para mais detalhes conferir também: Repórter Brasil – O Brasil dos Agrocombustíveis. Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.com.br

¹⁹⁹ Aforamento é o ato de concessão de privilégios e deveres sobre uma propriedade cedida em enfiteuse (forma de arrendamento) para exploração ou usufruto ao seu ocupante, pelo proprietário. Cf. Central Jurídica. Disponível em: http://www.centraljuridica.com/doutrina/110/direito_civil/enfiteuse.html

²⁰⁰ Para conseguir seu intento a empresa persegue e usa de todo tipo de coação para forçar as comunidades a se retirarem do local. Demole e queima casas, destrói lavouras, derruba árvores frutíferas, fecha escola, abre processos judiciais e manda prender moradores das ilhas. Cf. Repórter Brasil – O Brasil dos Agrocombustíveis. Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.com.br

desse ambiente e ameaçando a existência de espécies que ali vivem e servem de alimento para as comunidades, a exemplo do caranguejo. Para evitar um mal maior o Ibama com o apoio de entidades, inclusive a própria CPT, entrou com o pedido de criação de uma reserva extrativista no local (Resex), que se encontra em avaliação no Ministério do Meio Ambiente. Por recomendação do Ibama a GRPU de Pernambuco (Gerência Regional do Patrimônio da União) cancelou o aforamento da área em favor da referida unidade processadora. Apesar da urgência com que essa questão deveria ser tratada, ambos os processos não avançam. A alegação do Ministério do Planejamento para a demora do julgamento é que o “desaforamento” é muito complexo, demandando clareza na definição das áreas que devem ou não ser “desaforadas”. Para isso devolveu o processo para a GRPU de Pernambuco²⁰¹.

Mas a julgar por tantas outras situações que se arrastam por anos, na região, sem a devida definição dos órgãos competentes (do judiciário, por exemplo), acredita-se que a demora na decisão desse processo, seja decorrente do jogo de forças político tramado para beneficiar a empresa envolvida.

O desenvolvimento do agronegócio canavieiro no Nordeste (o que não é uma peculiaridade somente desta região) tem ocorrido em detrimento das formas de produção e de vida de comunidades e de milhares de famílias camponesas e da destruição dos biomas naturais, a exemplo da Mata Atlântica. Ao longo de toda a história dessa atividade na região, crimes de toda a ordem têm sido praticados sob a conivência ou omissão do Estado nas suas diversas instâncias de poder (executivo, legislativo e, sobretudo o judiciário). Como destacou o Diretor Estadual do MST/PE²⁰² os empresários agroindustriais canavieiros são muito articulados com o judiciário e assim encontram formas de burlar as leis em benefício próprio, *“é um sistema muito podre aqui entre os usineiros e o poder judiciário”*. (ALEXANDRE, entrevista – 28/11/2007, p.2)

A atividade canavieira na região tem sido historicamente marcada por conflitos associados à concentração de terras voltadas diretamente para o monocultivo da cana-de-açúcar, com forte subordinação dos trabalhadores assalariados e camponeses às empresas agroindustriais canavieiras. A título de

²⁰¹ Idem.

²⁰² Em entrevista realizada durante Pesquisa de Campo, no estado de Pernambuco em novembro de 2006.

exemplo cabe destacar, que no final dos anos 1990, a Usina Petribú/PE expulsou cerca de 300 camponeses, que viviam em dois de seus engenhos (Camurim e Quizanga) há 50 anos. A notificação judicial apresentada pela empresa para subsidiar o despejo, pautava-se na justificativa de que os trabalhadores só moravam nas terras porque esta consentia, portanto não tinham como se beneficiar da lei da “Usucapião”²⁰³.

Com a crise do setor na década de 1990 e o cenário de desemprego, violência contra os trabalhadores, vultosas dívidas trabalhistas não quitadas, desativação de unidades processadoras e improdutividade dos engenhos, esses conflitos recrudesceram fortalecendo os movimentos sociais de luta pela terra, a exemplo do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra)²⁰⁴

O grande contingente de trabalhadores desempregados e sem terra, integrados, ou não, a esses movimentos, passou a focar as terras ociosas das empresas, especialmente os inúmeros engenhos das unidades desativadas e/ou com falência decretada.

Nesse contexto, as terras de empresas como a Usina Aliança/PE, Usina Catende/PE, Usina Estreliana/PE, Usina Santa Helena/PB, entre outras, que decretaram falência ou apresentaram estado falimentar com desemprego em massa e inatividade produtiva, foram palco de inúmeros confrontos entre trabalhadores. Assim, ao mesmo tempo em que os trabalhadores reivindicavam seus direitos, entre os quais a permanência na terra ou a obtenção dela como forma de pagamento, as empresas procuravam por todas as vias, inclusive fazendo uso de violência e de todo tipo de coação, manter o controle sobre as terras.

A pressão social estabelecida nesse contexto foi respondida pelo Incra por meio da criação de assentamentos, predominantemente nos engenhos das

²⁰³ Usucapião é o direito que um cidadão adquire, relativo à posse de um bem móvel ou imóvel, em decorrência do uso deste bem por um determinado tempo. Para que tal direito seja reconhecido, faz-se necessário que sejam atendidos determinados pré-requisitos previstos em lei. Cf. TAVARES (s.d). Disponível em: www.jfrn.gov.br/docs/doutrina76.doc

²⁰⁴ No estado de Pernambuco, por exemplo, surgiram nesse contexto, inúmeros movimentos e organizações de luta pela terra, inclusive formado por dissidentes do MST, a exemplo do MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade); do MLST (Movimento pela Libertação dos Sem Terra); e da OLC (Organização da Luta no Campo). Nesse estado a luta ganhou reforço também do Movimento Sindical, representado pela Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco).

empresas agroindustriais falidas. Porém, os representantes do poder judiciário e políticos influenciados ou “coagidos” pela tradicional oligarquia canavieira, defendem os interesses dos grupos/empresas agroindustriais canavieiras, dificultando o andamento dos processos de desapropriação das terras para a formação de assentamentos, e contribuindo assim para a manutenção das estruturas sociais vigentes.

Apesar do agronegócio canavieiro nordestino ainda se constituir um dos segmentos produtivos mais endividados, a partir dos anos 2000, a renegociação e perdão de dívidas pelo Estado, somado ao estímulo dado à produção de etanol tem fortalecido a disputa dessas empresas para reaver as terras, inclusive aquelas que já foram desapropriadas e que se encontram sob a posse de trabalhadores assentados.

É o caso, por exemplo, da Usina Aliança. Quando faliu em 1996, demitiu mais de mil trabalhadores sem pagamento algum. Em 1999, foi declarada improdutiva e, portanto, disponível para efeito de desapropriação. Dos 20 engenhos sob o controle da mesma, 15 foram reivindicados pelo Incra para fins de Reforma Agrária. No entanto, em 2001 a empresa entrou com uma Medida Cautelar e com uma Ação Declaratória de Produtividade, obtendo uma liminar na Justiça que interrompeu o processo de desapropriação. Em 2002, a 7ª Vara Federal revogou o processo desapropriatório alegando que a Usina Aliança não cumpria sua função social. Novamente a empresa recorreu da decisão, sendo beneficiada com a suspensão do recurso anterior.

Diante desse cenário de indefinição, os trabalhadores que moram nessas terras e aguardam decisão da Justiça para a quitação das dívidas trabalhistas sofrem pressão constante dos representantes da empresa e até da Polícia para que desistam e abandonem as terras. Em 2008, cerca de 200 famílias que vivem da agricultura de subsistência num dos engenhos da Usina Aliança, tiveram suas lavouras destruídas pela Polícia Militar, sob a alegação de estar cumprindo mandado judicial²⁰⁵. Aliás, a destruição de lavouras, barracos de acampamentos, moradias em engenhos, assentamentos e agrovilas, contaminação de águas de consumo dos trabalhadores e suas famílias e

²⁰⁵ Cf. Repórter Brasil – O Brasil dos Agrocombustíveis. Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.com.br

agressão física, tem sido uma prática muito comum adotada pela Polícia Militar e por “seguranças” sob o comando dessas empresas. Nos vários documentos consultados nos arquivos da CPT/PE são inúmeras as matérias de jornais com denúncias dessa natureza. Situação confirmada por meio de entrevistas por representantes do MST e da CPT em Pernambuco, Alagoas e Paraíba. Assim, as disputas judiciais por terras de engenhos, envolvendo os trabalhadores, e as unidades agroindustriais canavieiras falidas, têm desencadeado o acirramento dos conflitos agrários na região e, sobretudo no estado de Pernambuco.

Claro que essa discussão não se esgota nos casos aqui apresentados, pois há muitos outros que também revelam esse lado perverso da produção canavieira no Nordeste, mas não caberia neste momento destacá-los. Assim, como o intuito aqui é evidenciar os desdobramentos socioespaciais que a atividade canavieira tem provocado na Zona da Mata, nos detemos somente em alguns, visto que retomaremos a discussão nos capítulos IV e V, no âmbito específico do trabalho.

Cabe salientar que os desmandos do capital não se expressam somente na coação e na violência praticada contra os trabalhadores – que moram em terras ou agrovilas construídas pelas empresas agroindustriais canavieiras – dispensados sem respeito aos seus direitos trabalhistas e que lutam para garantir pelo menos a moradia e a permanência na terra. Eles se manifestam também na manutenção do trabalho análogo ao trabalho escravo; na superexploração do trabalho assalariado (conforme discutiremos no capítulo IV) e no descaso com o meio ambiente.

O desmatamento sem autorização, a destruição e inexistência de Reservas Legais, o avanço do cultivo de cana-de-açúcar sobre as APPs (Áreas de Preservação Permanente) e o não cumprimento da legislação quanto a manutenção das mesmas; e a falta de licenciamento ambiental para funcionamento, são alguns dos crimes ambientais denunciados em 2008 com aparente indignação, pelo Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. O Ministro destacou que as 24 usinas de Pernambuco ocupam uma área de 400 mil hectares de Mata Atlântica, que se encontra praticamente destruída pelo plantio irregular da cana-de-açúcar. Enquanto no Brasil o remanescente de Mata Atlântica é de

8%, em Pernambuco esta é de apenas 2,7%²⁰⁶.

Com base nesses dados levantados pelo Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, que destaca esse estado na liderança do *ranking* de destruição ambiental causada pela atividade canavieira, Carlos Minc classificou o estado de Pernambuco como o "*desastre do desastre*". Na ocasião, todas as unidades processadoras do estado foram autuadas e receberam multas de até R\$ 120 milhões²⁰⁷.

Vê-se, pois, que assim como os abusos cometidos contra trabalhadores assalariados, trabalhadores rurais assentados/acampados e comunidades encravadas no meio dos canaviais, que a pesquisa de campo nos revelou, que os movimentos sociais denunciam (MST e CPT, por exemplo) e que as diversas fontes consultadas reafirmam; as ilegalidades ambientais também têm sido cometidas com conivência política, omissão e impunidade.

Se os arranjos políticos e econômicos que deram consubstanciação ao caráter produtivista e dominador do agronegócio canavieiro até então, produziram efeitos negativos de grande monta na organização socioespacial da Zona da Mata nordestina; preocupa-nos a dimensão dos impactos sociais, fundiários e ambientais que seriam provocados, mediante o avanço do cultivo de cana-de-açúcar para as regiões de semi-árido dos principais estados produtores e de outros. Infelizmente não se trata de uma mera possibilidade, pois os primeiros passos já estão sendo dados, para que o crescimento horizontal da produção canavieira no Nordeste ocorra pautado na abertura de novas frentes de expansão.

Para alguns representantes de unidades processadoras da região, a exemplo do Gerente Industrial da Usina São João, no município de Santa Rita/PB, essa expansão deverá centrar-se nos estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Sul da Bahia (o Grupo Infinity Bio-Energy está implantando duas unidades nessa porção do estado) e nos vales do semi-árido. O que deve ocorrer contando com a existência de rios perenizados, particularmente no vale do Rio São Francisco, haja vista a perspectiva de irrigação.

²⁰⁶ Cf. O Globo – Meio Ambiente. 01 de julho de 2008. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/07/01/minc_diz_que_pernambuco_desastre_do_desastre_usinas_s_ao_multadas_em_120_milhoes-547045643.asp

²⁰⁷ Cf. O Globo – Meio Ambiente. 01 de julho de 2008. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/07/01/minc_diz_que_pernambuco_desastre_do_desastre_usinas_s

Nesse sentido vale destacar os projetos de transposição do Rio São Francisco e de irrigação de várias áreas ao longo de suas margens, como parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) lançado pelo Governo Federal, que se traduzem em mecanismos de viabilização dessa expansão canavieira no sertão nordestino. No final de 2007 foi lançado pelo governo do estado da Bahia o Programa de Bioenergia Bahiabio, visando ampliar a área cultivada no estado com o plantio de cerca de 870 mil hectares de cana-de-açúcar e o desenvolvimento de pólos industriais, com meta de produção anual de 7,48 milhões de metros cúbicos de etanol²⁰⁸. Ao todo estão projetados oito pólos produtivos, a saber:

- 2 Extremo Sul (300 mil ha na região de Porto Seguro);
- 3 Salitre (20 mil ha na região de Juazeiro);
- 4 Baixio de Irecê (40 mil ha nos municípios de Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia);
- 5 Médio São Francisco (60 mil ha na região de Barra e Cruz das Almas);
- 6 Corrente (30 mil ha em Bom Jesus da Lapa);
- 7 Cerrados do Oeste (300 mil ha na região de Barreiras);
- 8 Sudoeste (60 mil ha na região de Itapetinga, Caatiba e Barra do Choça);
- 9 Canal do Sertão (60 mil ha em Casa Nova).

Com exceção do Extremo Sul, os demais pólos demandam um uso intensivo de água, que será viabilizado por meio de aspersão com pivô central, abrangendo cerca de 300 mil hectares de cerrado do Oeste baiano (bacias do Rio Grande e Rio Corrente); ou através de projetos de irrigação em implantação com as águas do Rio São Francisco e seus afluentes (Salitre, Baixio de Irecê, Corrente e Médio São Francisco); bem como dos rios Catolé e Gongogi, na porção Sudoeste do estado. Esses projetos de irrigação estão sendo implementados pelo Governo Federal com recursos do PAC²⁰⁹, juntamente com o governo da Bahia e envolverá nessas regiões os municípios já indicados acima.

Esse projeto de irrigação foi iniciado na década de 1990, mas estava

ao_multadas_em_120_milhoes-547045643.asp

²⁰⁸ Dados fornecidos pela Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia, e divulgado por Repórter Brasil – O Brasil dos Agrocombustíveis. Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.com.br

²⁰⁹ Cf. Repórter Brasil – O Brasil dos Agrocombustíveis. Cana 2008. Disponível em:

parado desde 1999. Foi retomado no governo Lula, tornando-se uma prioridade do PAC, em decorrência das perspectivas criadas para a produção de etanol. O mesmo está sendo coordenado pelo MIN (Ministério da Integração Nacional) e pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba), em consorciamento com a CODOVERDE (Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio Verde) controlada pela Odebrecht e pela empresa estatal líbia LAFICO (Libyan Arab Foreign Investments)²¹⁰.

Abrangendo áreas dos municípios de Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia, entre outros, no sertão baiano, o projeto de irrigação do Baixo de Irecê é considerado o maior projeto de irrigação em construção no Brasil, com um custo total estimado em R\$880 milhões, dos quais R\$ 547 milhões estão previstos no PAC²¹¹.

O problema é que além de retirar muita água do rio São Francisco, tal projeto está desalojando comunidades ribeirinhas e catingueiras (ao todo são 23), que estão perdendo suas terras há poucos quilômetros do canal. Esse projeto também tende a prejudicar os assentamentos de reforma agrária, haja vista as grandes fazendas no entorno dos assentamentos estarem sendo compradas por grandes empresas de olho nesse negócio-agro-hidro-energético (produção de etanol, biodiesel e fruticultura irrigada).

A discussão aqui efetuada é indicativa do que entendemos por negócio agro-hidro-energético. Todavia, cabe reforçar que o conceito de negócio agro-hidro-energético se define sob a avaliação de que nessa porção do território, e mais especificamente do semi-árido baiano, o desenvolvimento do agronegócio pautado na produção agrícola, fruticultura e agora do biodiesel e da cana-de-açúcar para produzir etanol; além de está voltada, sobretudo para a exportação, possui imbricamento direto com a disponibilidade e viabilização do acesso aos recursos hídricos, geralmente pautados em recursos estatais.

Tem-se, pois, os arranjos do capital gestando no território um modelo de negócio aliançado, apoiado e financiado pelo Estado, que desmantela as formas de produção e reprodução das comunidades camponesas, privando-as, inclusive

www.agrocombustiveis.com.br

²¹⁰ Diocese de Barra - Comissão Pastoral da Terra – CPT – BA/SE. Portal CPT/NAC. 26 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=2769&eid=157>

do acesso à água disponibilizada para as grandes propriedades por meio de irrigação.

Algumas comunidades localizadas nas margens do Rio Verde (Conceição, São João e Muquém, por exemplo) e que ainda não foram desalojadas, sofrem com a pressão exercida pela CODOVERDE, que cobra “*uma cabeça de cabra a cada cinco animais criados e uma cabeça de bovino a cada oito animais criados*”²¹², para que continuem criando seus animais. Esta empresa, assim como a Usina Trapiche/PE (citada anteriormente) se diz proprietária e no direito de exercer seus desmandos contra estas comunidades ali constituídas há décadas.

Vê-se que a prática da subjugação, da expulsão, da expropriação e do desmantelamento da estrutura sociocultural, (da identidade e de um modo de vida), construída em décadas, ou séculos, pelas comunidades camponesas do sertão nordestino; tais como as comunidades ribeirinhas, pescadores ou extrativistas que vivem da exploração de espécies nativas, tem sido recorrente no contexto de produção e expansão da agricultura capitalista. Se não articulada, pelo menos apoiada pelo Estado, e que se manifesta concretamente por meio de políticas públicas, financiamentos, vantagens creditícias, perdão de dívidas etc.

Desse modo, diríamos que assim como em outros momentos, o investimento e/ou participação estatal nesses projetos, a exemplo do Programa de Bioenergia, que de certa forma está atrelado ao PAC, e que é defendido e apoiado pelo Governo Lula e acatado pelos governos estaduais; gera consequências sociais danosas, seja para os trabalhadores assalariados, seja para os camponeses e para a sociedade de um modo geral.

No caso do semi-árido baiano aqui enfocado, diríamos que o Estado teve participação direta no processo de desmantelamento das comunidades camponesas, por meio da construção de usinas hidrelétricas e barragens. Haja vista o exemplo dos moradores mais antigos das comunidades da região do Baixio do Irecê, os quais sofreram outras expulsões no passado e que agora vêem a história se repetir. Nesse sentido vale destacar o exemplo de um morador da comunidade de Carneiro, apresentado no levantamento feito pela CPT BA/SE

²¹¹ Idem.

²¹² Ibidem.

– Diocese de Barra²¹³:

Fomos retirados das ilhas e da margem do São Francisco pela CHESF para a construção de Sobradinho, fomos para a Serra do Rumo, e quando nós já estávamos produzindo e criando, fomos expulsos por pistoleiros que queimaram nossos barracos e roças, não deixaram nem os puleiros das galinhas, agora nós estamos aqui, e o que vai ser de nós?

Aos oitenta anos, o senhor que deu esse depoimento mantém viva em sua memória a expulsão sofrida com a construção da barragem de Sobradinho, no final da década de 1970. Ele e seus companheiros foram vítimas da construção da barragem e ao se instalarem em outro local foram violentados e expulsos pela grilagem de terra. Agora, mais uma vez, este senhor (e tantos outros) foi colocado diante da possibilidade eminente de ter que sair da comunidade onde estabeleceu nova identidade.

Assim se evidencia a lógica perversa do capital, que ao criar condições para sua auto-reprodução desestrutura e destrói as formações socioespaciais que estão *no seu caminho*. É assim que ela se manifesta nas áreas onde o projeto de irrigação e de transposição do Rio São Francisco está sendo implantado, ou seja, por meio do negócio agro-hidro-energético, pautado na agricultura capitalista “moderna” e agroexportadora, e valendo-se do discurso de um suposto desenvolvimento econômico e social dessas regiões, respaldado pelo Estado. No entanto, ao se materializar territorialmente revela sua face destruidora do modo de vida e produção das comunidades ali constituídas.

Sendo essa uma região de Caatinga, onde a seca se constitui um dos grandes obstáculos às práticas agrícolas, o agronegócio se fortalece amparado nos milionários investimentos feitos pelo Estado em detrimento da pequena produção camponesa de subsistência e de base familiar.

Partindo desse pressuposto, os movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária, como o MST, por exemplo, têm tentado negociar com a CODEVASF. Essa negociação visa fazer com que o projeto de irrigação do canal do Salitre (localizado entre os municípios de Juazeiro e Sobradinho) venha a

²¹³ Diocese de Barra - Comissão Pastoral da Terra – CPT – BA/SE. Portal CPT/NAC. 26 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=2769&cid=157>

beneficiar também os assentamentos ali existentes (Remanso, Casa Nova, Sobradinho, Sento Sé, Senhor do Bonfim e Juazeiro), com a construção de barragens e poços artesianos. Todavia, os acordos estabelecidos não são cumpridos pela Companhia²¹⁴.

Basta citar como exemplo, um acordo firmado entre o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o Ministério da Integração Nacional e a Codevasf que manteve cerca de 800 famílias acampadas nas proximidades do canal do Salitre, no período de 2006 a 2007. Quando os camponeses já desenvolviam na área uma intensa produção de alimentos (frutas, legumes e verduras), o governo travou uma batalha judicial para a reintegração de posse. Assim, a retirada dos trabalhadores do local foi marcada por pressão da Polícia Militar e de seguidas ordens de despejo. Apesar da promessa feita em conjunto pelo Incra, Codevasf e Governo de que iriam para uma área com estrutura produtiva similar à de Salitre, esses camponeses acabaram acampados na periferia de Sobradinho, dependendo de cesta básica para sobreviver e aguardando a promessa que não se cumpriu.

Esses exemplos são recentes, mas a lógica não. Ela tem se manifestado historicamente nos territórios constituídos pela moderna agricultura capitalista a exemplo do que ocorreu no estado de Goiás, como tão bem destaca o estudo efetuado por Mendonça (2004) e, de modo particular no Nordeste, com a constituição da agroindústria canavieira.

Diríamos em acréscimo, que o desenvolvimento dessa atividade pautada no monocultivo em grandes extensões de terra, ao expropriar e expulsar os camponeses tem provocado o desmantelando de comunidades pescadoras e extrativistas destruído assim, suas formas de organização socioespaciais e transformando-os em trabalhadores assalariados nos canaviais nordestinos e do Centro-Sul; em moradores das periferias urbanas e em trabalhadores rurais sem terra, que na perspectiva de retorno a terra engrossam as fileiras dos movimentos de luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Diante desse contexto, o território, se nos apresenta como uma categoria para pensarmos o deslocamento do capital e do trabalho, que

²¹⁴ Segundo o Relatório divulgado em 2008 pelo Repórter Brasil, Cf. Repórter Brasil – O Brasil dos Agrocombustíveis. Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.com.br

impulsiona novas redefinições socioespaciais, abrindo a perspectiva de resistências dos sujeitos.

A tendência é que diante desse novo cenário haja o recrudescimento dos conflitos por terra e por água já existentes nessas áreas onde o negócio agro-hidro-energético está se desenvolvendo, modificando sensivelmente a geografia do Extremo Sul, Cerrado e Sertão baiano.

Assim como no passado, esse novo ordenamento territorial impulsionado pelo capital agroindustrial canavieiro está provocando não só a substituição de culturas tradicionais pela cana-de-açúcar, mas também o desmantelamento da identidade e do modo de vida de pequenas comunidades. E essas mudanças não se expressam somente em escala local ou intra-regional, elas ocorrem também em escala inter-regional, a exemplo do movimento que a pecuária do Oeste Paulista está realizando em direção ao estado do Maranhão. Segundo Thomaz Júnior (2007), a substituição das pastagens dessa porção do território paulista pelo cultivo de cana-de-açúcar está fazendo a pecuária migrar para a Amazônia Oriental e as áreas de extrativismo de babaçu no centro-norte do Maranhão.

2.2 - A Territorialização da Produção no Universo Investigado

De acordo com os últimos²¹⁵ dados divulgados pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), referentes à safra 2008/2009, a região Nordeste responde por 57.892.367 de toneladas de cana-de-açúcar moída, 3.979.961 de toneladas de açúcar e 2.163.984 de m³ de álcool.

Entre os estados produtores de cana-de-açúcar da região (os quais visitamos), destaca-se o estado de Alagoas. Com cana plantada em 57 municípios, o estado ocupa o primeiro lugar na região e o quarto no *ranking* nacional, ficando atrás de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, respectivamente. Nas safras 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008, o estado processou respectivamente, 22.254.195, 24.642.547 e 29.444.208 de toneladas de cana-de-açúcar. Na safra 2005/2006, produziu 2.079.812 de toneladas de açúcar e

546.446 m³ de álcool. Já na safra 2006/2007, foram 2.217.121 de toneladas de açúcar e 637.290 m³ de álcool. E na safra 2007/2008, produziu 2.523.340 de toneladas de açúcar e 852.907 m³ de álcool²¹⁶.

De acordo com o último levantamento efetuado pela Conab²¹⁷, entre 2007 e 2008 o estado cresceu 0,8% em termos de área plantada. Com base nos dados parciais²¹⁸ de produção, recentemente divulgados pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), referentes à safra 2008/2009, o estado processou 24.443.696 de toneladas de cana-de-açúcar, produziu 2.014.133 de toneladas de açúcar e 756.366 m³ de álcool.

O estado de Pernambuco, segundo colocado na região, com 61 municípios canavieiros, processou 13.797.850 de toneladas de cana moída, na safra 2005/2006. Na safra 2006/2007 a produção aumentou para 15.831.843 de toneladas, caracterizando uma evolução de aproximadamente 13% de uma safra para outra. Já na safra 2007/2008 os números apontam 19.844.415 de toneladas de cana processada, representando uma diferença em termos percentuais entre as safras 2006/2007 e 2007/2008 de 20,7%.

Quanto à produção de açúcar no estado de Pernambuco, verifica-se que esta aumentou em 442,126 toneladas entre no conjunto das três safras, passando de 1.226.763 toneladas na safra 2005/2006, para 1.684.094 na safra 2007/2008. A produção de álcool apresentou crescimento expressivo no mesmo período, passando de 325.579 m³ na safra 2005/2006, para 508.477 mil m³ na safra 2007/2008, uma evolução, em termos percentuais, equivalente a aproximadamente 40%. Até o último levantamento divulgado pelo MAPA, sobre a safra 2008/2009, as empresas do estado processaram 17.436.194 de toneladas de cana-de-açúcar, produziram 1.437.576 de toneladas de açúcar e 478.259 m³ de álcool.

Já a Paraíba, mantém-se na terceira posição no *ranking* da região, com uma produção crescente. Na safra 2005/2006 processou 4.208.743 de toneladas de cana-de-açúcar, produziu 15.573,1 toneladas de açúcar e 267.648 m³ de

²¹⁵ Atualizados em 31 de março de 2009.

²¹⁶ Os números referentes à safra 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008 foram levantados junto ao MAPA.

²¹⁷ Conab, Acompanhamento da Safra Brasileira – Cana-de-Açúcar, Safra 2008, 3º levantamento, dezembro/2008.

²¹⁸ Atualizados em 01 de março de 2009.

álcool. Já na safra 2006/2007 a produção do estado foi de 4.909.050 de toneladas de cana processada, 35.878,1 de toneladas de açúcar e 313.362 m³ de álcool. Na safra 2007/2008 processou 5.653.047 de toneladas de cana-de-açúcar, produziu 173.157 toneladas de açúcar e 342.266 m³ de álcool. Na safra 2008/2009, apesar de apresentar queda de 2,1% em termos de área plantada²¹⁹, o processamento de cana-de-açúcar foi ligeiramente superior ao da safra 2007/2008, com 5.783.343 de toneladas de cana-de-açúcar processada. Já em termos de produção de açúcar, a safra 2008/2009 foi inferior à safra 2007/2008 com 129.749 toneladas. A produção de álcool foi superior à safra anterior com 382.307 m³.

Considerando pelo menos os dados das últimas três safras (2005/2006; 2006/2007 e 2007/2008) verifica-se que também nestes estados do Nordeste, como nos demais do Centro-Sul, houve evolução na produção de cana moída, açúcar e álcool. No caso do álcool o impulso foi dado pela perspectiva maior do mercado em termos de demanda por este combustível, apesar das constantes queixas dos empresários quanto aos preços baixos.

Há que se destacar em acréscimo, que no caso dos estados nordestinos e, de modo particular de Alagoas, diferentemente dos demais do Centro-Sul, o aumento da produção nas referidas safras, de um modo geral, não está associado à expansão das áreas de cultivo de cana-de-açúcar; mas sim às boas condições climáticas, melhorias nos tratos culturais, irrigação e introdução de novas variedades de cana-de-açúcar. Aspecto já constatado empiricamente durante pesquisa de campo e confirmado pelo último levantamento da safra 2007/2008 efetuado pela Conab²²⁰.

Então, faz-se importante salientar, que ao contrário dos demais estados visitados, as empresas agroindustriais canavieiras do estado de Alagoas denotam mais condições de competir em igualdade com muitas das empresas do Centro-Sul. A começar pelas áreas agrícolas onde se planta a cana-de-açúcar, estas já não são mais denominadas de engenhos como em Pernambuco ou Paraíba, mas de fazendas como em São Paulo. Os grupos/famílias sobre o comando dessas empresas, já adotam uma postura mais empresarial em relação ao mercado, ao

²¹⁹ Conab, Acompanhamento da Safra Brasileira – Cana-de-Açúcar, Safra 2008, 3º levantamento, dezembro/2008.

²²⁰ Cf. Acompanhamento da Safra Brasileira – Cana-de-açúcar – Último Levantamento, novembro de 2007.

trato do ambiente e a relação com a sociedade, o que não os exime de cometer os desmandos que cometiam no passado.

O diferencial é que hoje os abusos cometidos contra os trabalhadores e o meio ambiente são camuflados nas ações e no discurso travestido de empresa “amiga da criança”, “da responsabilidade social” com projetos voltados para a educação, lazer e formação profissional dos “colaboradores”²²¹ e de seus familiares; dos projetos de “educação ambiental”, que atraem para as Áreas de Preservação Permanente em recuperação “forçada” pela legislação, centenas de crianças filhas de trabalhadores ou não, estudantes das escolas próximas ou situadas nas vilas das próprias empresas; e de Programas de Gestão de Qualidade e Ambiental.

De todas as empresas visitadas (5) (**MAPA 2**) em Alagoas, tanto as ações como o discurso foi mais evidenciado pelas Usinas Coruripe (grupo TW) e Caeté (grupo Carlos Lyra). Ambas são empresas com estrutura produtiva mais modernizada e com uma gestão mais flexível, ou seja, com visão corporativa voltada para o mercado e com um trabalho de *marketing* ambiental e social forte. Como destacou o Coordenador do Projeto de Gestão Ambiental da Usina Coruripe, “*as pessoas têm uma visão de usina como poluidora, degradadora, e nós queremos mostrar que a usina hoje é uma empresa moderna como outra qualquer*” (COSTA, entrevista – 30/11/2006, p.10).

Os grupos em destaque no universo visitado são os mesmos que na década de 1990 direcionaram parte de seus investimentos para o Centro-Sul, a exemplo dos grupos João Lyra, Carlos Lyra, João Tenório e Tércio Wanderley/Coruripe.

Das cinco empresas visitadas no estado, três adotam a colheita mecanizada. A Usina Triunfo (grupo João Tenório), no município de Boca da Mata, adota o corte mecanizado desde 1999. Na ocasião, a área de cana-de-açúcar plantada própria da empresa era de 14.200,00 hectares, a qual se somava 3.600,00 hectares arrendada e 7.215,00 hectares de fornecedores. Dos 57,5% de cana própria, 34% eram colhidos mecanicamente. Para isso a empresa possuía

Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/> (Versão em pdf)

²²¹ É assim que a maioria das empresas de todo país se referem hoje aos trabalhadores, seja da parte agrícola ou da planta fabril.

seis colheitadeiras, das quais três eram da marca Amazon e três da Cameco.

Mesmo com a colheita mecanizada a prática da queimada ainda é predominante. Ao questionarmos o Gerente Agrícola²²² da empresa acerca da queima da palha, já que 34% da cana-de-açúcar são colhidos com máquinas, ele alegou que a empresa adota a prática para conter a “broca gigante” que estava infestando o canavial, sendo a queima a forma mais eficaz de controle. Assim, 100% da colheita (manual e mecânica) efetuam-se com a cana queimada.

A Usina Santa Clotilde (Cooperativa de Plantadores), localizada no município de Rio Largo, tinha 6.800,00 hectares de cana própria, 7.342,61 hectares de cana arrendada e 3.500,00 hectares de fornecedores. À época a empresa possuía três colheitadeiras da marca Cameco e, toda a cana própria (correspondente a 38%) produzida pela unidade (100%) era colhida mecanicamente, sendo 28% crua e 10% queimada.

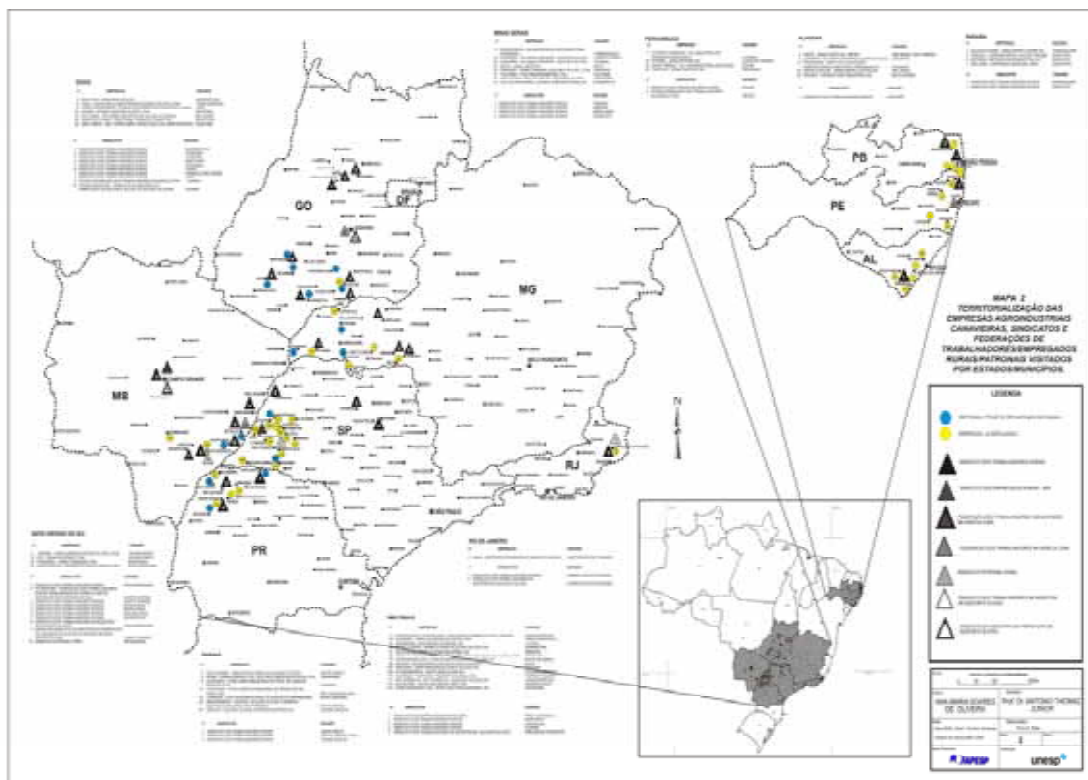
Já Usina Caeté (grupo Carlos Lyra), situada no município de São Miguel dos Campos, possuía em 2006, 12.639,00 hectares de cana própria, 2.919,00 hectares de cana arrendada e 7.000,00 hectares de fornecedores. Do total de cana própria 36%, o equivalente a 3.315,09 hectares, era colhido mecanicamente, sendo 31% cana crua e 5% queimada. Na colheita a empresa usava cinco máquinas colheitadeiras, sendo quatro da marca Cameco e uma da marca Case.

Como o percentual de colheita mecanizada era inferior a 40%, o número de trabalhadores envolvidos no corte manual ainda era expressivo nessas empresas. Sendo 1.143, na Usina Triunfo, 1.135 na Usina Santa Clotilde e 2.225 na Usina Caeté (incluindo fixos e safristas).

As duas empresas, que na ocasião, declararam não adotar a colheita mecanizada da cana-de-açúcar foram a Usina Coruripe (grupo TW), localizada no município de Coruripe/AL e a Usina Pindorama (Cooperativa de Colonização Agropecuária), situada na Colônia Pindorama, no município de Coruripe. Apesar de se destacar como a maior empresa agroindustrial canavieira do estado de Alagoas, em termos de produção e de adoção de referenciais tecnológicos e ambientais, a Usina Coruripe declarou efetuar 100% da colheita de cana-de-açúcar manualmente.

²²² Em entrevista realizada durante Pesquisa de Campo – novembro de 2006.

MAPA 2



A justificativa dada pelos representantes da empresa para o fato de não efetuar a colheita mecanizada, foi esta ter adotado o Sistema de Gestão Ambiental pautado nas normas da ISO14001 que, segundo eles, prima não só pela qualidade ambiental, mas também pelo social, que implica na geração e manutenção do emprego, pela valorização e qualidade de vida dos trabalhadores.

O Gerente Agrícola da Usina Coruripe declarou na ocasião da visita²²³, que a empresa dispunha de 3.850 trabalhadores cortadores de cana, dos quais 2.450 eram temporários (com contrato de safra), advindos do sertão alagoano e pernambucano, sendo mantidos em alojamentos da própria empresa. Os outros 1.400 trabalhadores eram fixos. Todos antigos moradores em terras e/ou agrovilas que foram retirados pela empresa e realocados em povoados e cidades vizinhas²²⁴. Fomos levados a um dos alojamentos, aparentemente bem estruturado e cuidado. Porém, diante do elevado número de trabalhadores que a empresa teria que manter alojado, pressupõe-se que a estrutura verificada em um não seja comum para todos os alojamentos.

A Usina Pindorama, é uma empresa pequena e de capital cooperado, portanto não tinha na ocasião, perspectiva para mecanizar a colheita. Em 2006, a área plantada própria da unidade processadora era de 600 hectares de cana e mais 13.900 hectares, o equivalente a 95%, de fornecedores (colonos/cooperados). Cada colono possui um lote entre 10 e 25 hectares. Os mesmos plantam, fazem os tratos culturais e fornecem a cana-de-açúcar para a unidade processadora, que faz a colheita e o transporte. A mão-de-obra é arregimentada pela unidade, que contrata também os colonos que possuem menos terras e apresentam renda mais baixa. Ao todo na ocasião da visita a Usina Pindorama tinha cerca de 900 trabalhadores no corte de cana.

Das empresas visitadas nos estados de Pernambuco (Usina Santa Teresa, Usina Trapiche, Usina Petribú, Usina Catende falida, mas em operação, e

²²³ Durante pesquisa de campo – novembro de 2006.

²²⁴ Em Alagoas percebemos que no processo de “expulsão” dos antigos moradores das terras e agrovilas das empresas agroindustriais canavieiras também ocorre conflitos e violência se não física ou material, pelo menos subjetiva, ao extirpar uma identidade construída por esses trabalhadores com o lugar há décadas, porém lá ela ocorre de modo mais sutil do que no estado de Pernambuco. Em Alagoas as empresas criam toda uma estratégia de convencimento, ou seja, os trabalhadores são induzidos a acreditarem que morando nas cidades (conjuntos habitacionais populares) e povoados terão oportunidades que nas agrovilas e nas moradias encravadas nos canaviais não têm. Ver o exemplo da Comunidade Esperança no Capítulo V.

a Usina Aliança desativada) e da Paraíba (**MAPA 2**) (Usina São João, Usina Monte Alegre, Usina Agroval e Destilaria Japungu, todas em operação) nenhuma delas efetuava colheita mecanizada da cana-de-açúcar, sendo a mesma realizada 100% manualmente.

No ano/safra de 2006, a Usina Santa Teresa, no município de Goiana/PE, empregava 2.880 trabalhadores no corte de cana, dos quais apenas 780 eram fixos. Esta empresa é uma das que mais tem se destacado no estado, não em termos produtivos e de inovações adotadas, mas pelos conflitos trabalhistas com que tem se envolvido, inclusive com denúncias de violência e de morte cometida contra trabalhadores (trataremos disso no capítulo V).

A Usina Catende, construída no final do século XIX, sendo considerada a maior da América Latina nos anos 1950, foi uma das empresas que mais concentrou terras no estado de Pernambuco. Em 2006 suas terras eram compostas por 47 engenhos, organizados em seis ZPAs (Zonas de Produção Agrícola), nos quais os trabalhadores e moradores vivem e cultivam sobretudo a cana-de-açúcar para manter a unidade processadora ativa. Esta faliu na década de 1990, deixando milhares de trabalhadores sem salário, que passaram a reivindicar como pagamento a posse de terras desses engenhos.

Na ocasião da visita, em 2006, alguns engenhos já tinham sido desapropriados pelo INCRA em favor dos trabalhadores e o órgão estava efetuando o inventário dos bens da Usina e dos engenhos (equipamentos, produção, área etc) para finalizar o processo de desapropriação, por meio do qual não só as terras, mas também a unidade fabril passariam ao controle dos trabalhadores. A mesma era gerenciada por um síndico, espécie de representante dos trabalhadores para responder administrativamente pela massa falida junto aos credores e a Justiça. (essa questão será retomada no capítulo V).

No ano/safra de 2006 essa unidade fabril só estava produzindo açúcar, pois a destilaria tinha sido desativada por falta de condições operacionais. Por se tratar de uma empresa antiga, massa falida, descapitalizada e sem condições de investir em melhorias, inclusive na parte agrícola onde cerca de 40% da cana-de-açúcar é cultivada por moradores, a produtividade média da cana é muito baixa se comparada às demais empresas. Enquanto nas outras empresas visitadas a média varia entre 60 e 80 toneladas/hectare, na Usina Catende a produtividade

média fica em torno de 35 a 40 toneladas/hectare. No ano/safra 2006, a unidade processou 165.348,320 toneladas de cana própria, 150.398,280 toneladas de cana de moradores e 48.850,000 toneladas de fornecedores, somando um total de 364.596,600 mil toneladas de cana moída.

Já a Usina Trapiche, no município de Sirinhaém/PE, declarou possuir na ocasião 15.515,3 hectares de terras próprias com cana plantada e 2.686,7 hectares arrendadas. Como a maior parte dessas terras está situada em áreas de relevo acidentado, demandando que a colheita seja efetuada manualmente, a empresa contratou para o ano/safra 4.080 trabalhadores rurais, sendo 1.800 fixos.

A Usina Petribú, no município de Lagoa de Itaenga/PE, possuía na ocasião da visita 14.158,82 hectares de cana plantada em terras próprias, 6.342,82 hectares em terras arrendadas e 4.500,00 hectares em terras de fornecedores. Essa cana-de-açúcar era colhida manualmente por 3.704 trabalhadores, dos quais 2.000 eram fixos. Verificou-se, no caso dessas empresas nordestinas, diferentemente das empresas do Centro-Sul, que a quantidade de trabalhadores rurais que são mantidos na entressafra é bem significativa.

Quanto às empresas visitadas na Paraíba, verificou-se que apesar destas figurarem como as maiores do estado a produção é pequena, tanto em termos de processamento de cana-de-açúcar, produção de açúcar e álcool, como no que diz respeito à área plantada, que, por sua vez se reflete no número de trabalhadores contratados. A Usina São João, no município de Santa Rita/PB, dispunha em 2006, de 7.806,54 hectares de cana plantada em terras próprias e 2.220,0 hectares de fornecedores, o que corresponde em termos percentuais a 75% de cana própria e 25% de cana de fornecedores, respectivamente. Para a colheita, realizada 100% manual e com a cana queimada, a empresa empregava à época 1.090 trabalhadores rurais, dos quais 400 eram fixos.

A Usina Monte Alegre, no município de Mamanguape/PB, declarou dados de produção bem pequenos (388 mil toneladas de cana-de-açúcar processada no ano/safra 2006), se comparado, por exemplo, a maioria das empresas de São Paulo. A mesma detinha na ocasião, 7.500 hectares de área com cana própria plantada, 1.000 hectares arrendada e 4.400 hectares de cana de fornecedores. Na colheita da cana própria e sob seu domínio empregava 400 trabalhadores rurais.

Já a Usina Agroval, no município de Santa Rita/PB, tratava-se da ex-Usina Santana, falida nos anos 1990 e que fora arrendada para o grupo Japungu. Com uma estrutura antiga a empresa produzia na ocasião apenas açúcar, processando em torno de 600 mil toneladas de cana-de-açúcar. Quanto ao número de trabalhadores no corte de cana, o Gerente Industrial da unidade não soube precisar, alegando que os contratos eram efetuados pela empresa matriz, a Japungu²²⁵.

Verificou-se que na maioria dessas empresas visitadas assim como a colheita (mesmo entre as que adotam a colheita mecanizada o percentual ainda é baixo), o plantio e os tratamentos culturais ainda são efetuados manualmente; tanto em função dos custos de aquisição de todo o aparato (máquinas e equipamentos) de produção, dos recursos tecnológicos como, sobretudo em decorrência das condições impostas pelo relevo. Isso faz com que as empresas mantenham boa parte da mão-de-obra empregada na colheita, também nessas atividades durante a entressafra.

Analisando os números referentes ao processamento de cana moída dessas empresas visitadas, especialmente das do estado da Paraíba, verifica-se que esta é muito baixa em relação à capacidade produtiva das mesmas e, sobretudo em relação à maioria das empresas dos demais estados (Tabela 2).

Para os representantes dessas unidades processadoras o fator que mais contribui para as mesmas operarem com capacidade ociosa, são as condições climáticas que interferem sobremaneira no desenvolvimento e maturação da cana planta. Assim, como a atividade canavieira na região está condicionada a questão climática, o Gerente Industrial da Usina Agroval destacou que a cana-de-açúcar plantada ou espera pela chuva ou é irrigada. Então,

[...] se não levar água essa cana nem brota, morre rápido, principalmente a cana que é de tabuleiro, que é essa área arenosa [...]. A gente já moeu um milhão e meio, aí o ano passado veio aquela seca moeu um milhão cento e pouco [...] É que tem áreas que não têm irrigação ainda. A Usina Miriri mesmo, que também cuida bem do canavial, talvez moa 500 ou 600 mil e ela tem capacidade de moer 800, 1 milhão de toneladas. Usina Monte Alegre tem condições de moer 800 mil, vai moer quatrocentas e

²²⁵ Agendamos uma visita também à destilaria Japungu, mas ao chegarmos lá, mesmo nos recebendo, o diretor superintendente se negou a fornecer qualquer tipo de informação.

pouco, a São João tem condições de moer um milhão, vai moer seiscentos e pouco [...] Porque tudo depende do clima. A Japungu perde menos porque tem muita área irrigada, acredito que deve ser mais de 80% irrigada. (ULYSMAR, entrevista – 16/11/2006, p. 2-3)

As empresas de Alagoas e Pernambuco apresentaram produção acima de um milhão de toneladas de cana-de-açúcar, a exceção da Usina Pindorama, que no ano/safra 2006 moeu cerca 600 mil toneladas de cana (Tabela 2).

Tabela 2 – Produção de cana moída por empresa visitada – Nordeste - 2006

UF	Unidade Processadora	Prod. Cana Moída (ton.)
AL	Usina Caeté S/A	1 550 000
AL	S/A Coruripe Açúcar e Álcool	2 550 700
AL	Coop.de Colonização Agropecuária e Industrial Pindorama Ltda	550 000
AL	Usina Santa Clotilde S/A	1 032 340
AL	Usina Triunfo Agro Industrial S/A	1 143 000
PB	Agroval Agroindustrial Vale do Paraíba Ltda	600 000
PB	Usina Monte Alegre S/A	388 000
PB	Companhia Usina São João	550 000
PE	Companhia Industrial do Nordeste Brasileiro - Usina Catende Harmonia	364 596
PE	Usina Petribú S/A	1 050 000
PE	Cia Agro Industrial de Goiana - Usina Santa Teresa	1 300 000
PE	Usina Trapiche S/A	1 150 000

Fonte: Pesquisa de Campo – Novembro/Dezembro 2006

As empresas com melhor desempenho produtivo, a exemplo da Usina Coruripe, com 2.550.700 de toneladas de cana moída, e a Usina Caeté, com 1.550.000 de toneladas de cana moída, atribuem esse resultado aos investimentos em novas tecnologias, procedimentos e aquisição de equipamentos mais modernos na planta fabril; investimentos em novas variedades e procedimentos e irrigação na lavoura, entre outros. Mais capitalizadas, as Usinas Coruripe e Caeté têm mais autonomia para investir em referências tecnológicas e ambientais, que se traduzem em diferenças produtivas e as coloca em posição de destaque no estado de Alagoas e entre as demais empresas visitadas no Nordeste. Os reflexos disso se expressam também na posição que os grupos que comandam ambas as unidades processadoras (Carlos Lyra e o TW) ocupam no

ranking nacional, quinta e sétima colocação, respectivamente²²⁶.

Vê-se, pois, que apesar da forte concentração de terras e de “poder” nas mãos dos empresários canavieiros, para a maioria dos grupos/empresas nordestinas a possibilidade de competir em igualdade com as empresas do Centro-Sul e de expansão nas áreas tradicionais; esbarram em limitações impostas pelo relevo e pelo clima, bem como pelos desdobramentos socioambientais causados pela concentração fundiária, exploração da natureza e de grande contingente de trabalhadores.

2.3 – A Dinâmica Territorial do Negócio-agro-sucro-energético nas Principais Frentes de Expansão no Centro-Sul

Esse processo recente de expansão do cultivo de cana-de-açúcar e de implantação de novas unidades processadoras para novas fronteiras no Centro-Sul, especialmente no Triângulo Mineiro, Centro-sul de Mato Grosso do Sul, Sul/sudoeste de Goiás, Noroeste do Paraná e Oeste Paulista e, mais recentemente o norte do Espírito Santo está ocorrendo, sobretudo em áreas de Cerrado, antes ocupadas pela pecuária, produção de soja e outros grãos. As terras dessas áreas onde o negócio-agro-sucro-energético está sendo empreendido, são apontadas pelos grupos/empresas como as que oferecem melhores condições para a expansão do cultivo de cana-de-açúcar. Neste caso levam-se em consideração alguns fatores, a saber: maior disponibilidade de terras, possibilidade de aumento da produtividade em função de solos mais férteis e condições climáticas mais favoráveis que não exigem tantos investimentos em irrigação; c) topografia plana que permite a mecanização etc. Soma-se aos fatores apontados a existência de um mercado consumidor já expressivo e com perspectiva de expansão, bem como a logística para escoamento/exportação da produção, muito embora esta última tenha sido apontada com algumas ressalvas,

²²⁶ Conforme *ranking* divulgado pela UDOP. Safra 2007/2008. Disponível em: http://www.udop.com.br/download/estatistica/ranking_2007_2008/ranking_grupos_08.pdf

principalmente para os estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, que demandam investimentos (sobretudo públicos) neste sentido.

Esse conjunto articulado de fatores se traduz em vantagens comparativas para os grupos/empresas nordestinas que estão investindo no Centro-Sul, ou mesmo para os grupos paulistas que estão expandindo o negócio para essas novas frentes, ao reduzir os custos de produção e, conseqüentemente, possibilitar níveis mais elevados de acumulação de capital²²⁷.

2.3.1 – A dinâmica territorial e produtiva no estado de Mato Grosso do Sul

As tendências sinalizam para uma mudança expressiva no arranjo produtivo no estado de Mato Grosso do Sul, o qual até bem pouco tempo atrás vivenciava uma destacada especialização da produção bovina e sojicultora. Todavia, a expansão canavieira e a implantação de novas unidades produtivas, voltadas para a produção de açúcar e álcool (o primeiro já consagrado como *commodity* e o segundo em vias de ganhar esta classificação)²²⁸ está provocando alterações na sua base produtiva e, enquadrando-o numa nova divisão territorial do trabalho em escala nacional e internacional.

Diríamos em acréscimo, que a territorialização do negócio-agro-sucro-energético, no estado de Mato Grosso do Sul, assim como nas demais frentes de expansão recente, reforça o processo de internacionalização do capital, expresso na concentração e fortalecimento de grupos por meio da incorporação de capital externo via aquisições de empresas e/ou participação acionária.

Cabe salientar que vários fatores têm atraído investidores e empresários do setor canavieiro e contribuído assim, para que esse novo arranjo econômico e territorial se materialize no estado de Mato Grosso do Sul e o coloque entre as principais frentes de expansão atual. Entre esses fatores

²²⁷ Esses fatores foram apontados pelos próprios representantes do setor canavieiro durante pesquisa de campo. E são destacados também por Vian; Lima; Ferreira Filho, 2007.

²²⁸ Para o álcool se tornar uma *commodity*: é necessário que este seja um produto homogêneo e dominado pelo circuito especulativo. Segundo Torquato (2005), para isso é necessário disseminar a tecnologia de produção, de forma que mais países produzam álcool a partir da cana-de-açúcar ou de outras fontes renováveis, como a hidrólise da celulose. Dessa forma, diminuem-se os riscos de crises de oferta e abre-se caminho para tornar o produto uma *commodity* convencional. Assim, os consumidores passam a ter um

destacam-se o clima, os solos, que favorecem até 100% da mecanização; a proximidade dos principais estados produtores (SP, PR, MG), corredores de exportação²²⁹ e maiores centros consumidores; o preço da terra para compra e/ou arrendamento; apoio do Governo e Lei Estadual de Incentivo.

Todavia, no quesito logística, o Governo do estado de Mato Grosso do Sul reivindica junto ao governo federal parceria para investimentos em infraestrutura básica e modernização, a qual perpassa:

- Pela ampliação da Rede básica de energia elétrica, na qual serão investidos R\$ 561,8 milhões;
- Federalização, implantação e pavimentação asfáltica da MS 040, trecho Campo Grande-Santa Rita do Pardo-Brasilândia–Divisa MS/SP (Ponte Paulicéia), uma extensão de 340 km com investimentos de R\$ 221 milhões;
- Estadualização da BR-163/MS (divisa MS/MT à divisa MS/PR) e BR-267/MS (trecho de entroncamento da BR-163 – Nova Alvorada do Sul, divisa entre Mato Grosso do Sul e São Paulo);
- Construção de um Poliduto²³⁰ desde a Refinaria do Paraná (REPAR) até Campo Grande/MS e Cuiabá/MT. Neste caso, as obras ocorrerão em duas etapas: A primeira prevê a construção de um canal para transporte de combustíveis (diesel e gasolina) desde a Refinaria do Paraná até Campo Grande, visando o abastecimento de MS, MT, RO e AC; prevê ainda a construção de um duto para transporte de etanol desde Campo Grande até Bataguassu/MS – ponto de conexão com a Hidrovia Tietê/Paraná. A segunda etapa visa à construção de um duto para transporte de combustível (diesel e gasolina) de Campo Grande até Cuiabá/MT; bem como a construção de um duto para transporte de etanol desde a Refinaria do Paraná (REPAR) até Bataguassu/MS e desde Campo Grande até Cuiabá, além de dutos necessários ao acesso aos portos de exportação²³¹.

Para melhor apreensão da dimensão que o processo expansionista do

pouco mais de segurança quanto a disponibilidade do produto.

²²⁹ Definimos corredores de exportação como um sistema integrado de transporte e armazenamento para escoamento de produtos com concentração e volumes elevados, seja voltado para exportação ou para o consumo interno.

²³⁰ Refere-se a um canal destinado ao escoamento de mais de um produto, no caso em questão o álcool a gasolina e o diesel.

²³¹ Informações concedidas pelo Secretário Adjunto de Estado, Sr. Wilson Roberto Gonçalves – Secretaria de Produção e Turismo de Mato Grosso do Sul/SEPROTUR. Entrevista realizada durante pesquisa de

capital agroindustrial canavieiro está adquirindo no território sul-mato-grossense (**Mapa 1**), cabe destacar que foram contabilizadas (até o momento de elaboração da tese) onze unidades em operação, oito em fase de implantação e vinte projetos *greenfield* em tramitação (Tabela 3).

Tabela 3 – Unidades Novas Implantadas e em Implantação no Estado de Mato Grosso do Sul

N°	Nome/Razão Social	Município	Grupo
1	(Agrison) Agrison Bioenergia Ltda. (implantação)	Sidrolândia	RBacarin
2	(Angélica) Angélica Agroenergia Ltda (implantação)	Angélica	Adecoagro
3	(Aurora) Usina Aurora Açúcar e Álcool Ltda (implantação)	Anaurilândia	Aurora
4	(Brilhante) Usina Brilhante Açúcar e Álcool Ltda (projeto)	Maracajú	n.i*
5	(Caarapó) Nova América S/A Industrial Caarapó (implantação)	Caarapó	Nova América
6	(Cerona) Cerona Companhia de Energia Renovável (implantação)	Nova Andradina	Cerona
7	(Chapadão) Chapadão Agroenergia Ltda (projeto)	Chapadão do Sul	n.i
8	(Dourados) Dourados S/A Álcool e Açúcar (projeto)	Dourados	Clean Energy Brazil
9	Eldorado (projeto)	Dourados	n.i
10	(ETH) AgroEnergia Santa Luzia Ltda (implantação)	Nova Alv. Do Sul	Odebrecht
11	(Extra Bioenergia) Extra Bioenergia S/A (implantação)	Nova Alv. Do Sul	Valcir Palota
12	(Iaco Agrícola) Iaco Agrícola S/A (projeto)	Chapadão do Sul	n.i
13	(Laranjai) Laranjay S/A - Agroenergia (projeto)	Naviraí	Nova América
14	(LDC Bioenergia) Louis Dreyfus Commodities Ltda – Rio Brilhante (instalada)	Rio Brilhante	LDC
15	(Monteverde) Monteverde Agro-Energética S/A (projeto)	Ponta Porá	Monte Verde
16	(Pantanal) Pantanal Agro Industrial S/A (projeto)	Sidrolândia	Clean Energy Brazil
17	(Paranaíba) Araúna Agroindustrial Ltda (projeto)	Paranaíba	Usipar
18	(Ponta Porã) Ponta Porã S/A Açúcar e Álcool (projeto)	Ponta Porá	n.i
19	(Rio Paraná) Usina Rio Paraná S.A. (projeto)	Eldorado	Usaciga
20	(Safi Brasil) Safi Brasil Energia Ltda (instalada)	Nova Alv. Do Sul	Safienergia

campo, em 18 de junho de 2007.

21	(Santo Antônio) Destilaria Santo Antônio Ltda (implantação)	Anaurilândia	Aurora
22	(São Fernando) Usina São Fernando Açúcar e Alcool Ltda (projeto)	Dourados	n.i
23	(Terra Verde) Usina Terra Verde Bioenergia S/A (projeto)	Nova Andradina	n.i
24	(Vale do Vacaria) Vale do Vacaria Açúcar Ltda (projeto)	Sidrolândia	n.i
25	(Vicentina) Central Energética Vicentina Ltda (instalada)	Vicentina	Meneguetti
26	(Vista Alegre) Vista Alegre Açúcar e Alcool Ltda (projeto)	Maracajú	n.i
27	(Vitória) Usina Vitória Açúcar e Alcool Ltda (projeto)	Dourados	n.i

Fonte: SINDALMS/SEPROTUR/Pesquisa de Campo/2007-Atualização MAPA/UDOP/2009
* n.i – Grupo não identificado.

Alguns desses projetos já se faziam evidentes na paisagem sul-mato-grossense quando realizamos a pesquisa empírica em 2007, a exemplo da Usina Aurora, no município de Anaurilândia e da Usina Itaguassu, no município de Bataguassu, ambas verificadas *in loco* (Foto 12).

Em 2007, durante a pesquisa empírica, o SINDAL/MS divulgou uma lista com 71 unidades, entre as quais constavam as unidades já implantadas, as que estavam em implantação e os projetos. Todavia, apesar dessa perspectiva de expansão (num estado, que até 2006 tinha apenas oito unidades agroindustriais em operação), parte significativa desses projetos sofreu retração.

Foto 12 – Placa de anúncio da futura Usina Itaguassu – Grupo Itamarati, no município de Bataguassu/MS



Fonte: Pesquisa de Campo – ago. 2007

A justificativa está no fato de que alguns desses projetos podem não obter a Licença Ambiental, ou foi encabeçado por empresários que não têm tradição no setor e que, ocasionalmente desistem do investimento. Soma-se a isso o fato de que alguns grupos, apesar de ter tradição na produção canavieira, “abortaram” ou postergaram o projeto em função de quedas nos preços do açúcar e do álcool, ou da recente crise financeira mundial que atingiu também o agronegócio canavieiro.

Acreditando que a expansão canavieira trará efetivamente o desenvolvimento econômico, o governo de Mato Grosso do Sul defende a aprovação e implantação desses projetos, pois esta é uma forma de justificar e de viabilizar os investimentos na construção do polduto, e assim melhorar a logística.

O secretário adjunto de estado²³², ligado a SEPROTUR, falou da importância de existir vários canais de escoamento da produção, e destacou ainda os planos do governo do estado em parceria com o governo federal, para a construção de uma via rodo-ferroviária, que terá base em Corumbá com saída para o Oceano Pacífico.

O objetivo é favorecer a integração sul-americana e, sobretudo um possível escoamento de álcool para o Japão. Mas, esse é um projeto para médio e longo prazo, principalmente porque a demanda japonesa de etanol esperada pelo setor ainda não é efetiva, e mesmo que fosse o Brasil não teria condições de atender de pronto. Segundo o Secretário, se o Japão decidisse misturar 5% do etanol a gasolina, o Brasil teria que triplicar o número de unidades processadoras para atender a demanda.

Então você tem que ter rodovia, ferrovia, hidrovía, possibilidade de portos, nós temos o porto Murtinho [...] saída para o Japão, nós estamos trabalhando, o estado está trabalhando. Se nós sairmos para o Japão por Corumbá nós economizaremos. São cinco mil quilômetros do que por Paranaguá e Santos. Isto não é para já, é para cinco a dez anos. As usinas estão sendo montadas e nós estamos trabalhando para isso. Daqui a cinco anos para frente nós temos Ásia, Japão; hoje o Brasil, por exemplo, não teria condições de fechar acordo com o Japão para misturar 5% do álcool na gasolina, nós teríamos que triplicar as usinas que nós temos no

²³² Sr. Wilson Roberto Gonçalves. Durante entrevista realizada em 18 de junho de 2007.

Brasil. (GONÇALVES, entrevista – 18/06/2007, p.1)

Ao apoiar e acreditar que o projeto expansionista do setor canavieiro vai gerar emprego, renda e promover o desenvolvimento econômico de Mato Grosso do Sul; o secretário mostrou que o discurso do governo do estado está afinado com o discurso do representante do SINDALMS (Sindicato da Indústria da Fabricação do Açúcar e do Álcool do Estado de Mato Grosso do Sul) e, também com o do representante da FUNTRAB (Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul).

Nessa parceria²³³, o SINDALMS se empenha em apoiar e garantir o maior número de unidades processadoras implantadas; enquanto a SEPROTUR concede incentivos fiscais, melhorias na infra-estrutura e implementa projetos audaciosos para justificar e viabilizar a expansão; e a FUNTRAB é parceiro no treinamento de mão-de-obra que, aliás, é alegada por todos como sendo escassa e sem qualificação no estado.

Vê-se, que o conjunto de (re)arranjos espaciais expressos nesse contexto de expansão recente do setor canavieiro no Brasil, revela, por mais que os representantes do setor insistam em dizer que não, a participação efetiva do Estado nas escalas local, estadual e nacional. Como é o caso, por exemplo, de Mato Grosso do Sul, que além de apoiar no tocante à logística e a infra-estrutura o governo estadual oferece um conjunto de incentivos e benefícios para os empresários agroindustriais canavieiros interessados em “empreender o desenvolvimento” daquele estado.

Entre os principais incentivos apresentados pelo governo²³⁴ destaca-se, do ponto de vista fiscal, o Programa MS Empreendedor²³⁵, que prevê a isenção de até 67% de ICMS, na comercialização de produtos industrializados, por um prazo de até cinco anos, e com possibilidade de prorrogação para até 15 anos. Em termos de crédito o destaque é para o FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste; BNDES; FINAME; PROGER; e BID, em nível estadual e federal).

Quanto aos benefícios oferecidos em escala municipal, podemos citar a

²³³ Constatação feita durante pesquisa de campo, realizada em junho de 2007.

²³⁴ Informações concedidas pelo Secretário Adjunto de Estado/SEPROTUR/MS. Em junho de 2007.

doação de áreas em núcleos industriais; e a isenção de IPTU e ISS (em nível municipal). Embora não tenhamos obtido a confirmação oficial dos governos municipais quanto a estes benefícios²³⁶, e seus beneficiários neguem, ouvimos dos próprios moradores e representantes sindicais, que as novas unidades que estão sendo implantadas nos vários municípios de Mato Grosso do Sul, estão sendo beneficiadas com a doação da área onde será instalada a planta fabril. Em tese, é uma contrapartida dos governos em relação às novas empresas, ao julgar que estas propiciarão desenvolvimento gerando mais emprego e renda, principalmente nos pequenos municípios.

O governo federal tem dado atenção especial a esse processo de expansão, em nome da geração de energia limpa e renovável e do desenvolvimento. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está apostando todas as fichas no agronegócio canavieiro, ou melhor, nesse negócio do etanol. Para alavancar o projeto agroenergético apóia o capital privado e já fez diversas viagens ao exterior, visando não só a divulgação do etanol, mas também a abertura de mercados potenciais e a criação de condições favoráveis para a exportação. Em 2007, se encontrou com o presidente dos Estados Unidos, W. Bush (principal concorrente do Brasil, por ser o maior produtor mundial do etanol derivado de milho), para discutirem a possibilidade de um acordo bilateral envolvendo os biocombustíveis. Além disso, defende a difusão e o consumo de etanol derivado da cana-de-açúcar na África, sob a justificativa de que esse modelo de produção reduzirá a miséria naquele continente²³⁷.

Abre-se, pois um precedente para a concepção de desenvolvimento enquanto sustentáculo da ordem capitalista. Ou como destaca Montenegro Gómez,

O desenvolvimento como estratégia, ao mesmo tempo, de reprodução do capital e de controle social, que, segundo o discurso oficial, serviria para concertar os transtornos temporais provocados pela dinâmica natural do sistema, permitindo que os pobres (subdesenvolvidos) possam desfrutar num futuro muito próximo, das benesses que os ricos (desenvolvidos) já desfrutam.

²³⁵ Instituído pela Lei Complementar n. 93/2001.

²³⁶ Em função de não ter entrevistado os prefeitos, ou seus representantes, nos vários municípios que visitamos.

²³⁷ Cf. Jornal O Estado de São Paulo – 11/05/2007 – Caderno Especial H3.

Dessa maneira, as políticas de desenvolvimento seriam a preocupação e a consciência do sistema, saindo em ajuda dos mais necessitados. (2006, p. 29)

Do ponto de vista do discurso formal as políticas desenvolvimentistas estão ancoradas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que enuncia o desenvolvimento como um “direito inalienável”²³⁸ de todo ser humano e de todos os povos, e que cabe ao Estado assegurá-lo. Todavia, na perspectiva capitalista a efetivação do desenvolvimento se reverte em favor do capital, que se apropria das políticas implementadas pelo Estado para promover sua auto-reprodução.

Assim, quando o assunto em questão é a promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil (com geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida da população) e até de outros continentes/países (a exemplo da África e de países da América Latina); percebe-se que há uma sintonia do ponto de vista do discurso do capital agroindustrial canavieiro e do Estado, representado pelo Governo Lula.

Há, portanto, um interesse comum em fortalecer o agronegócio canavieiro como modelo de desenvolvimento. Um modelo que prioriza a exportação, que incorpora os produtores a formas de gestão empresarial, que diversifica produtos para ganhar competitividade e garantir novos mercados. Um modelo que tem como meta a produtividade e o lucro; que ao mesmo tempo em que se propõe moderno; incorpora novas referências tecnológicas e ambientais e se articula com o mercado global de capitais, do ponto de vista social e trabalhista continua exercendo a violência, a subordinação, a superexploração e praticando formas assemelhadas de trabalho escravo. Assim, mesmo que gere emprego e renda, em última instância, a efetivação desse desenvolvimento se constitui muito mais favorável ao capital.

Referenciado nessa proposta de desenvolvimento o Governo Federal incluiu nos investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) recursos da ordem de R\$ 500 milhões para a construção de um alcoolduto, que beneficiará sobremaneira o agronegócio canavieiro, especialmente as unidades produtivas que se encontrarem próximas a este canal de escoamento. São cerca

de 1.150 km, saindo de Senador Canedo em Goiás até a refinaria de Paulínia, em São Paulo, ligando-se ainda a um novo terminal de escoamento a ser construído na Hidrovia Tietê-Paraná e, finalmente desembocando no terminal marítimo de São Sebastião/RJ²³⁹. Uma obra que contará ainda com a parceria da Petrobrás e da *trading* japonesa Mitsui, caso o Japão confirme o interesse no etanol brasileiro.

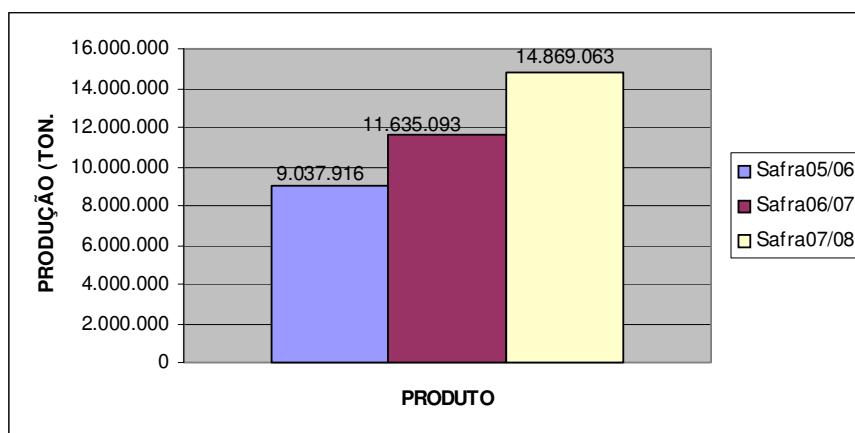
Vimos anteriormente, que o governo do estado de Mato Grosso do Sul em parceria com o governo federal, defende o projeto de construção de um extenso corredor de escoamento ligando este estado aos estados de Mato Grosso, Paraná, São Paulo Minas e Goiás; uma parceria que visa sanar deficiências e/ou melhorar a eficiência logística para atender às demandas do setor canavieiro em todas as frentes de expansão (SP, MS, GO, e MG).

No tocante à produção, cabe destacar que tomamos como referência as três últimas safras (2005/2006, 2006/2007, e 2007/2008). E consideramos os dados de produção de cana, açúcar e álcool nos principais estados aonde vem ocorrendo a expansão. No caso do estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, pudemos verificar (Gráfico 3), que a produção de cana moída sofreu uma evolução significativa no período. Da safra 2005/2006 para a safra 2006/2007 a produção subiu de 9.037.916 de toneladas para 11.635.093 de toneladas de cana, um aumento em termos percentuais de 22,3%. Já na safra 2007/2008 a produção foi de 14.869.063 de toneladas, registrando um aumento de aproximadamente 21,6%, em relação à safra anterior.

²³⁸ Cf. MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 28.

²³⁹ Istoé Online – 10 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Produção...>

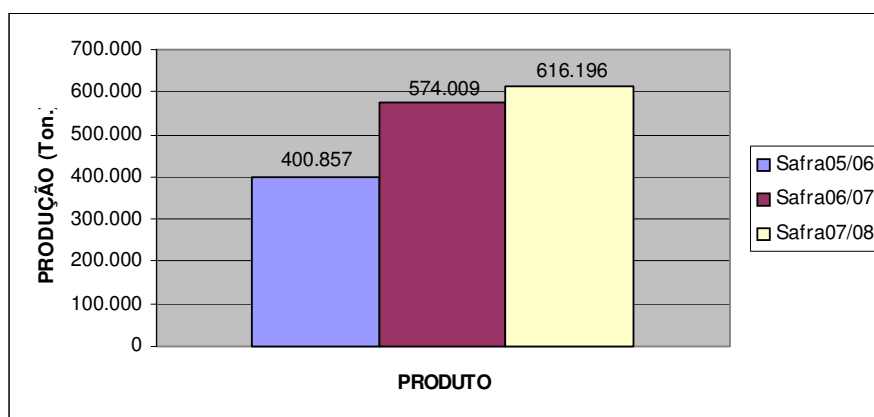
Gráfico 3 – Produção de Cana Moída no Estado de Mato Grosso do Sul – 2005 a 2008



Fonte: MAPA/2008 - Elaboração: A. M.S. Oliveira.

Já a produção de açúcar, no mesmo período, foi pouco expressiva se comparada à quantidade de cana moída, especialmente na safra 2007/2008 (Gráfico 4). O aumento maior ocorreu na safra 2006/2007, que passou de 400.857 toneladas de açúcar para 574.009, uma elevação em termos percentuais de 30,3%.

Gráfico 4 – Produção de Açúcar no Estado de Mato Grosso do Sul – 2005 a 2008

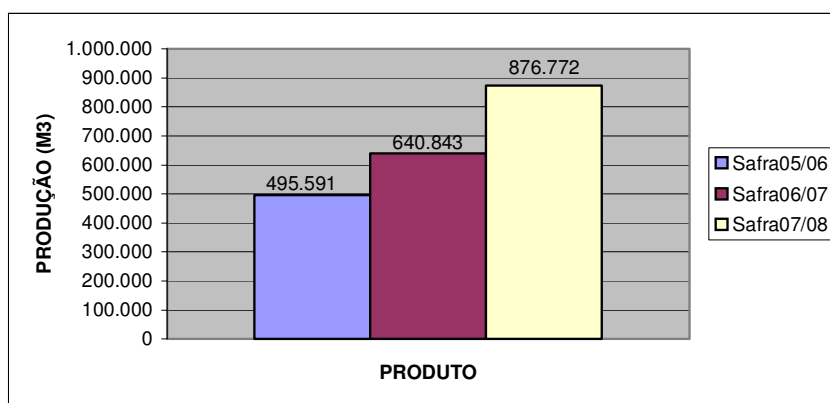


Fonte: MAPA/2008 - Elaboração: A. M.S. Oliveira

O aumento pouco expressivo da produção de açúcar na safra 2007/2008, 616.196 toneladas, se explica em parte pelo fato dessa safra ter sido

mais alcooleira do que açucareira no estado de Mato Grosso do Sul, (Gráfico 5). A produção de álcool passou de 640.843 m³, na safra 2006/2007, para 876.772 m³, na safra 2007/2008, apresentando em termos percentuais, um aumento de 26,8%.

Gráfico 5 – Produção de Álcool no Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: MAPA/2008 - Elaboração: A. M.S. Oliveira.

O estado de Mato Grosso do Sul, que até a safra 2005/2006 era o sexto colocado no ranking de produção de cana moída, açúcar e álcool do Centro-Sul, na safra 2006/2007 passou a ser o quinto na produção de açúcar da região, ultrapassando o estado de Mato Grosso. Na safra 2007/2008, Mato Grosso do Sul alcançou a quinta posição no ranking de produção não só de açúcar, mas também de cana moída e álcool, deixando para trás o estado de Mato Grosso, que até então ocupava esta posição.

Na safra 2008/2009, de acordo com os dados divulgados pelo MAPA²⁴⁰, o estado de Mato Grosso do Sul mantém a quinta posição no ranking do Centro-Sul em produção de cana moída, com 17.731.258 de toneladas, perdendo essa posição no ranking nacional para o estado de Alagoas, com 24.443.693 de cana moída. Em termos de produção de açúcar também fica em quinta posição no ranking do Centro-Sul, com 665.608 mil toneladas, mas no ranking nacional fica atrás de Alagoas e Goiás, ambos na quarta e na quinta posição com 2.014.133 de toneladas e 957.505 toneladas, respectivamente.

²⁴⁰ Apurados até 01 de março de 2009.

Das unidades visitadas em Mato Grosso do Sul (**MAPA 2**), apenas duas já processavam na ocasião a Usina Eldorado, no município de Rio Brillhante, que à época ainda pertencia ao grupo Bcoutinho (agora é controlada pela ETH/Odebrecht) e a Energética Santa Helena, no município de Nova Andradina, também do grupo/família Bcoutinho, porém com gestão separada (são empresas independentes). Considerada uma das mais modernas do estado, a Usina Eldorado recebeu investimentos da ordem de R\$ 600 milhões entre 2006/2007, quando foi implantada a fábrica de açúcar.

Além das Usinas Eldorado e Energética Santa Helena (destilaria) o grupo Bcoutinho anunciou em 2007, três projetos *greenfield* no estado. Um no município de Itaporã, já em início de terraplanagem e com previsão de começar a processar em 2010, com capacidade inicial de 1,2 milhões de toneladas. Outro projeto no município de Itaum, em fase de implantação do canavial e previsão de operação para 2012. O terceiro projeto no município de Dourados²⁴¹, também com o canavial em fase de implantação com previsão para iniciar as atividades em 2014. A previsão de custo de cada um desses projetos era de R\$150 a R\$200 milhões por unidade, com capacidade final de processamento de 4,5 milhões de toneladas de cana. Assim como a Usina Eldorado (a fábrica de açúcar desta unidade entrou em operação na semana em que efetuamos essa visita) os três projetos prevêem a construção inicial somente da destilaria, por ser esta mais fácil e mais rápida para implantar e com perspectiva de retorno financeiro mais imediato em função da demanda do mercado mais alcooleiro.

O Gerente Agrícola da Energética Santa Helena declarou que a perspectiva do grupo em investir na construção dessas novas unidades pautava-se na possibilidade de expansão da produção de etanol e de criação de um mercado externo. Todavia, a implantação desses novos projetos ficou condicionada a abertura do capital da empresa para a participação acionária de outros grupos, *“a única forma de expandir seria se associando a outros grupos, que seja do setor, ou não”*. (ALBERTO, entrevista – 03/08/2007, p.1)

²⁴¹ Esses projetos informados durante a visita, em agosto de 2007, não apareceram no último levantamento que efetuamos junto ao MAPA, UDOP, UNICA e sites que divulgam dados do setor. Identificamos a Agro Energia Santa Luiza, no município de Nova Alvorada do Sul, sendo implantada pela ETH/Odebrecht, grupo que adquiriu a Usina Eldorado. Em função disso deduzimos que os três projetos foram suspensos e/ou apenas um está tendo continuidade, porém em outro município.

No que se refere à produção, cabe destacar que a Usina Eldorado produziu em 2007, 1,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e 650 mil litros de álcool. Para o ano de 2008, a perspectiva era²⁴² aumentar a capacidade de processamento de cana para 2,2 milhões de toneladas, e ir aumentando gradualmente até 2012, sendo 2,5 milhões em 2009, 3,5 milhões em 2010 e 4,5 milhões de toneladas em 2012, que é a capacidade máxima de processamento das unidades, nos moldes atuais (conforme já discutimos no capítulo I). Para atingir essa capacidade produtiva será efetuada a expansão também dos equipamentos como mais um terno de moenda, mais uma caldeira e mais dois tanques na destilaria.

Segundo o Gerente de Planejamento e Desenvolvimento Agrícola, a fábrica de açúcar é 100% automatizada, com capacidade de produção inicial de 900 mil toneladas de açúcar²⁴³. O mesmo destacou ainda que 50% da cana-de-açúcar é própria, porém cultivada em terras arrendadas, e 50% de fornecedores, somando um total de 21.000 mil hectares de cana plantada. À época, 70% dos fornecedores só plantavam e faziam os tratos culturais dos canaviais, sendo a colheita e o carregamento da cana-de-açúcar efetuado pela empresa. Os outros 30% se organizavam em condomínios ou dispunham de máquinas para fazer a colheita. Em 2007, a Usina Eldorado colhia cana-de-açúcar mecanicamente com três máquinas próprias e uma de fornecedor e tinha encomendado mais três para 2008, quando ficaria com seis colheitadeiras, colhendo 70% cana crua e 30% queimada. Mesmo assim a empresa ainda utilizava expressivo contingente de trabalhadores, sendo em sua maioria migrantes (dos estados do Maranhão, Pernambuco, Piauí, Bahia e Minas Gerais), além de cinco turmas de indígenas (aldeias de Dourados, Caarapó e Amambai).

Já a Energética Santa Helena também tem recebido investimentos em termos de melhoria da eficiência dos equipamentos já existentes ou na aquisição de novos e mais modernos, no sentido de dobrar sua capacidade de processamento. A mesma, que à época produzia 200 mil m³ de álcool e processava 1,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, tinha como meta dobrar

²⁴² Mantemos a meta estimada para 2008 e não os dados reais (que podem ser diferentes desses), para ser coerente com as informações concedidas durante a entrevista.

²⁴³ Entrevista realizada em 02 de agosto de 2007.

essa capacidade para 2,4 milhões até 2012. Na ocasião da visita, a mão-de-obra rural da empresa, assim como da Usina Eldorado, era basicamente composta por trabalhadores migrantes de Minas Gerais e Bahia (cerca de 450), bem como de indígenas que ficavam alojados em locais separados. Segundo o Gerente Agrícola, essa medida era adotada para preservar “as particularidades” dos indígenas (para “preservar” os costumes ou, o que é mais provável, evitar conflitos).

Das empresas visitadas que ainda se encontravam em processo de implantação destaca-se a Usina Aurora, no município de Anaurilândia, a qual estava projetada para entrar em operação em maio de 2009. Na ocasião a mesma já estava montando o viveiro de muda e canavial, tinha obtido a Licença Ambiental e se preparava para começar a terraplanagem e construção da planta fabril. Assim como a maioria dos novos projetos a empresa foi planejada para produzir açúcar, álcool e co-gerar energia, mas inicialmente seria montada apenas a destilaria.

A cana que será cultivada em áreas próprias, arrendadas (maior parte) e de fornecedores, porém a quantidade de área ainda não estava definida na ocasião da visita. Segundo o Gerente Administrativo, a pretensão do grupo Aurora, tradicional em vendas de máquinas e implementos agrícolas, em Presidente Prudente/SP era implantar uma segunda unidade, a Destilaria Santo Antônio, também no município de Anaurilândia (Tabela 2). O projeto já passava pela avaliação ambiental para obtenção da licença, com previsão de moagem para 2010/2011. Com as duas unidades instaladas, o grupo estima a geração de três mil empregos diretos, incluindo a planta fabril e a lavoura. Conforme destacou o Gerente Administrativo²⁴⁴ a perspectiva da empresa é implantar a colheita mecanizada à proporção de 80%, começando já no segundo ano de operação da unidade Aurora.

Outros projetos, dos quais tomamos conhecimento durante pesquisa de campo, alguns já estavam em processo de avaliação ambiental e implantação do canavial, a exemplo da Usina Itaguassu, no município de Bataguassu (grupo Itamarati), mas segundo o Gerente Administrativo²⁴⁵ a previsão era para entrar

²⁴⁴ Em entrevista realizada em 01 de agosto de 2007.

²⁴⁵ O mesmo nos recebeu no escritório provisório da empresa, no entanto, alegou não dispor de maiores

em operação até 2011.

Faz-se importante, pois, atentar para o fato de que essa dinâmica territorial e produtiva desencadeada pela expansão canavieira e a implantação de novas unidades processadoras no estado de Mato Grosso do Sul; pressupõe além do aumento da quantidade de unidades a ampliação da capacidade produtiva do setor, conforme sinalizam os dados já apresentados; mas também o aumento da demanda e geração de empregos.

Essa territorialização da cana-de-açúcar no Centro-Sul requer especial atenção acerca dos rearranjos territoriais e dos desdobramentos, tais como impactos ambientais e, sobretudo os desdobramentos fundiários, trabalhistas e de ameaça a sobrevivência das populações indígenas. Particularmente no estado de Mato Grosso do Sul, onde a força do agronegócio canavieiro e do discurso desenvolvimentista colocam sob constante ameaça a demarcação das terras indígenas.

2.3.2 – A territorialização do agronegócio canavieiro e a desterritorialização das comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul. Alguns apontamentos

Essa expansão das lavouras de cana e a construção de novas unidades processadoras no Centro-Sul, além de ameaçar as formas de organização social e de produção camponesas (tradicionais, assentamentos, extrativistas como já destacados aqui) também ameaça populações indígenas, seja avançando sobre seus territórios, seja desestabilizando a cultura e a organização social desses povos.

No estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, onde é marcante a presença indígena, o discurso do desenvolvimento pautado no avanço do agronegócio canavieiro coloca *“sob pesada artilharia a demarcação das terras indígenas”*²⁴⁶. Além do cerco às aldeias já existentes, há um movimento no

informações na ocasião.

²⁴⁶ Repórter Brasil – Relatório Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

sentido de coibir a criação de novos territórios indígenas em áreas que poderiam favorecer a expansão canavieira.

Cabe destacar como exemplo, o caso dos 150 indígenas da etnia Guarani-*Kaiowá*, acampados as margens da BR-163, no município de Rio Brillhante/MS, desde 2008. Os mesmos pleiteiam, no local, a demarcação das terras que definem como seu território, negadas aos seus antepassados desde que os fazendeiros ocuparam a área. Essas terras, ricas em fauna e flora e por onde passa o rio Brillhante são consideradas pelos indígenas como o lugar ideal para viverem. No entanto, estão sendo disputadas na justiça pelos fazendeiros que solicitaram a reintegração de posse, a qual foi concedida recentemente.

De acordo com publicação da Funai (Fundação Nacional do Índio), o grupo estava há cerca de um ano e meio acampada numa área de 450 hectares, aguardando decisão da Justiça Federal, decisão essa que beneficiou os fazendeiros em detrimento da comunidade indígena²⁴⁷.

A Funai firmou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público para que essas terras sejam demarcadas, e está trabalhando com uma equipe de antropólogos no sentido de identificar a área total onde viveram os antepassados da etnia. A previsão é de que até 2010 essa área seja identificada e entregue aos indígenas.

No entanto, produtores sul-mato-grossenses têm se mobilizado sob o comando da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), com vistas a boicotar os trabalhos de demarcação de territórios indígenas na região sul do estado. O presidente da entidade, Dácio Queiroz, disse que essa demarcação é “absurda” e tem como objetivo “engessar” a atividade agropecuária do estado, e defende os produtores alegando que os títulos de propriedade foram concedidos pelos governos estadual e federal. Para o deputado estadual Zé Teixeira (DEM), que “advoga” a causa dos fazendeiros, a criação de uma reserva indígena engessa a área e impede “o crescimento do país que é o celeiro do mundo”, sugerindo com isso que as comunidades indígenas fixadas nessas reservas não são produtivas.

Ações como essa de tentar impedir que esses povos permaneçam em

²⁴⁷ Linear Clipping-Funai. 25 de maio de 2009. Disponível em: http://www.linearclipping.com.br/funai/detalhe_noticia.asp?cd_sistema=45&codnot=743536

seus territórios, mantendo suas formas de organização social e de produção, ou de cooptá-los para o circuito da atividade canavieira, absorvendo-os no processo de produção como força de trabalho superexplorada e, em muitos casos sob condições análogas ao trabalho escravo (voltaremos a essa discussão no capítulo IV), além de provocar o desmantelamento da organização social e da cultura indígena, contribui para aumentar a violência, as mortes por assassinatos, suicídios, desnutrição; bem como a fome e o genocídio desse povo.

2.4 – A Dinâmica Territorial e Produtiva no Estado de Minas Gerais: Influência dos Grupos Nordestinos

No estado de Minas Gerais, o apoio do governo do estado, inclusive atraindo novos investidores, somado a disponibilidade de terras férteis (que são comparadas às terras da região de Ribeirão Preto/SP) e com baixa declividade, que favorece o processo de mecanização; boas condições climáticas; grande disponibilidade de terras, sobretudo para arrendamento e ou contratos de fornecimento; abundância de água (principalmente nas porções sul, oeste e norte do Triângulo Mineiro, banhadas pelo Rio Grande e Rio Paranaíba, respectivamente); logística para escoamento da produção através de ferrovia, rodovia e perspectiva de construção do alcooduto, entre outros fatores, têm influenciado na constituição desse novo desenho territorial e produtivo implementado pelo agronegócio canavieiro, não só em Minas Gerais, mas em todas as frentes de expansão visitadas e áreas já tradicionalmente produtoras.

Quem possui as melhores terras, bem localizadas e, portanto, favoráveis ao desenvolvimento da atividade canavieira acaba sendo mais bem remunerado. Esse sistema beneficia principalmente os grandes proprietários com mais condições para investir, tanto no arrendamento como na aquisição, contribuindo assim para a compreensão do que podemos definir como “renda diferenciada pela localização”, ou seja, a renda paga pela terra arrendada para o cultivo da cana-de-açúcar, passa a ter seu preço associado às “qualidades diferenciais” que a terra possa apresentar.

A expansão canavieira é estimulada pelo governo mineiro interessado em atrair mais investimento para a segunda maior economia do país. A partir da década de 1990, quando os grupos nordestinos começaram a investir (Quadro 3) no estado de Minas Gerais a geografia da cana-de-açúcar, especialmente no Triângulo Mineiro ganhou nova configuração. Significa dizer nesse sentido que, até então, a atividade canavieira no estado era pouco expressiva, porém com a chegada desses grupos e a incorporação de novas áreas ao circuito produtivo, a moagem anual de cana-de-açúcar aumentou significativamente.

Quadro 3 - Grupos Alagoanos com Investimentos em Minas Gerais, na Década de 1990

Grupo	Novas Unidades/Estado	Valor do Invest. (R\$)
Grupo João Lyra	Usina Triálcool/MG Usina Vale do Paranaíba/MG	70 milhões 90 milhões
Grupo Carlos Lyra	Usina Delta/MG Usina Volta Grande/MG Usina Delta II/MG	70 milhões 95 milhões 100 milhões
Grupo TW	Usina Iturama/MG Usina CampoFlorido/MG Usina Coruripe II/MG	60 milhões 50 milhões 85 milhões
Grupo João Tenório	Usina Santa Juliana/MG	160 milhões

Fonte: Relatório UFSCar, 2004 apud LIMA, A.A., 2006. Org. Ana M. S. Oliveira

Com a pretensão de se tornar o segundo maior produtor nacional, ultrapassando os estados do Paraná e Alagoas, o governo de Minas Gerais tem oferecido aos grupos que pretendem implantar novas unidades no estado, isenção fiscal por 10 anos. O objetivo do governo mineiro para oferecer essas vantagens é possibilitar que a produção de açúcar e álcool tenha preços tão competitivos quanto os de São Paulo.

Para o presidente da Angá (Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro), Gustavo Malacco²⁴⁸, a expansão canavieira em Minas Gerais está sendo licenciada “a toque de caixa”, haja vista ser esta expansão encarada

²⁴⁸ O mesmo é biólogo e representa também a sociedade civil no Comitê de Bacia Hidrográfica dos Baixos Afluentes Mineiros do Paranaíba. Cf. Repórter Brasil – Relatório Cana - 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

como uma “*política de Estado*” pelo governo estadual. (REPÓRTER BRASIL, 2008, p. 21)

No entanto, empresários do setor e o Siamig (Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais) reclamam da alíquota de ICMS cobrado no estado (25%) e negociam com o governo estadual a redução da mesma para 15% ou 12%, e defendem que o ideal seria se a alíquota fosse igual para todos os estados brasileiros (de 12%)²⁴⁹.

Nesse processo a participação dos produtores alagoanos está sendo bastante expressiva (Tabela 4). Na safra 2002/2003, estes responderam por 45,5% da produção do estado de Minas Gerais, nas safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, o percentual de participação foi de 53,3%, 53,8% e 54,4%, respectivamente, e na safra 2005/2006, os mesmos grupos foram responsáveis pela produção de 13.357 milhões de toneladas de cana, portanto 54,4% do total produzido no estado, que foi de 24.534 milhões de toneladas.

Tabela 4 - Evolução da Produção de Cana-de-açúcar em Minas Gerais e a Participação dos Grupos Alagoanos no Total do Estado (Mil Toneladas)

Grupos	SAFRAS							
	2002/03		2003/04		2004/05		2005/06	
	Mil. Ton.	% Tot.	Mil. Ton.	% Tot.	Mil. Ton.	% Tot.	Mil. Ton.	% Tot.
AL	7.230	46,5	10.089	53,3	11.658	53,8	13.357	54,4
Outros	8.319	53,5	8.827	46,7	9.922	46,2	11.177	45,6
Total	15.549	100,0	18.916	100,0	21.650	100,0	24.534	100,0

Fonte: Jorge Sandes Torres – SINDAÇUCAR –AL/Empat. 2006.

Atualmente, o processo de expansão desencadeado em Minas Gerais (**Mapa 1**), conta com a presença de outros grupos, além dos nordestinos. São grupos tradicionais da região de Ribeirão Preto/SP, onde as áreas propícias para o cultivo de cana-de-açúcar já estão tomadas, que estão investindo significativamente na implantação de novas unidades processadoras no Triângulo Mineiro, atraídos pelas condições anteriormente apontadas. Por meio da Tabela

²⁴⁹ Esse aspecto foi destacado por representantes do setor durante pesquisa de campo, em novembro de 2007. Também consta em matéria divulgada no JornalCana – Produção, Dados e Notícias – Janeiro de 2007, pág. 23. Disponível em: www.jornalcana.com.br/pdf/157/%5Cproddadnot.pdf.

5²⁵⁰ podemos identificar os novos investimentos, tanto dos grupos nordestinos como dos paulistas e mineiros.

Tabela 5 – Os novos investimentos no Triângulo Mineiro: participação dos grupos paulistas e nordestinos e outros

N°	Nome/Razão Social	Município	Grupo
1	(Araguari) Usina Araguari Ltda (projeto)	Araguari	SPA Engenharia/outros investidores
2	(Aroeira) Bioenergética Aroeira Ltda (projeto)	Tupaciguara	Feres/Junqueira
3	(Braspart) Braspart Bioenergia (projeto)	Santo Hipólito	Braspart
4	(Cabrera Central Energética) Cabrera Central Energética Açúcar e Álcool S/A (projeto)	Limeira do Oeste	Cabrera
5	(Braspart) Braspart Bioenergia (projeto)	Santo Hipólito	Braspart
6	(Campina Verde) Campina Verde Bioenergia Ltda (implantação)	Campina Verde	SantaElisa Vale
7	(Carneirinho) S/A Carneirinho Agroindustrial - (Coruripe) (instalada)	Carneirinho	Tércio Wanderley
8	(Cazanga) Central Energética Cazanga S/A (projeto)	Iguatama	n.i
9	(Cerradão) Usina Cerradão Ltda (instalada)	Frutal	Pitangueiras/Queiroz
10	(Da Prata) Usina Zanin Açúcar e Álcool Ltda (projeto)	Prata	Zanin
11	(Frutal) Usina Frutal Açúcar e Álcool S/A (instalada)	Frutal	Moema
12	(G5-Destilaria Veredas) G5 Agropecuária Ltda (instalada)	João Pinheiro	n.i
13	(Gurinhata) FLE Empreendimentos Ltda (projeto)	Gurinhata	FLE Empreendimentos
14	(Ical) Ical Energética Ltda (projeto)	Felixlândia	Unitas
15	(Itapagipe) Usina Itapagipe - Açúcar e Álcool Ltda (instalada)	Itapagipe	Moema
16	Ituiutaba Bioenergia Ltda (instalada)	Ituiutaba	Santa Elisa Vale
17	(Paraíso) Central Energética Paraíso - Cepar (instalada)	São Sebastião do Paraíso	Infinity Bio-Energy
	Total Agroindústria Canavieira S/A (implantação)	Bambuí	n.i
18	(Tupaciguara) Usina Tupaciguara (projeto)	Tupaciguara	Alvorada
19	(Uberaba) Usina Uberaba S/A (implantada)	Uberaba	Balbo/ML4/Caldepar Empreendimentos e Participações
20	(União de Minas) União de Minas Agroindustrial Açúcar e Álcool (projeto)	União de Minas	Tércio Wanderley
21	(Vale do Paracatu) Destilaria Vale do Paracatu Agroenergia Ltda (projeto)	Paracatu	Produtores Rurais/Investidores

²⁵⁰ Consideramos no Tabela 5 somente as unidades que começarão a processar cana-de-açúcar na safra 2008/2009, as que estão em implantação e as que estão em fase de estudo.

22	(Vale do São Simão) Companhia Energética Vale do São Simão (projeto)	Santa Vitória	Andrade
23	(Vale do Tijuco) Companhia Energética de Açúcar e Alcool Vale do Tijuco Ltda (projeto)	Uberaba	Comfrio/Fittipaldi

Fonte: Pesquisa de Campo/2007 – UDOP/SIAMIG/MAPA/2009

Para os grupos paulistas, assim como os nordestinos investir em Minas Gerais é um grande negócio, pois além das condições edafo-climáticas, infra-estruturais, e logísticas o governo do estado é um grande parceiro. Ao contrário de São Paulo onde, segundo Maurílio Biagi, do Grupo Moema, “*abrir uma usina significa entrar numa guerra*”²⁵¹. Assim, diante do saturamento no estado de São Paulo, a perspectiva não só do grupo Moema, mas também de outros, agora é expandir, especialmente para Minas Gerais e Goiás. O Grupo Moema comanda duas unidades em operação, no estado de São Paulo, a Usina Guariroba, em Pontes Gestal e Usina Vertente, no município de Guaraci, e uma em Ouroverde/SP com previsão para iniciar o processamento em 2011²⁵². Em Minas Gerais tem mais duas unidades, a Usina Itapagipe, no município de Itapagipe e a Usina Frutal, no município de Frutal (Tabela 5).

Com tantas vantagens para os empresários agroindustriais canavieiros o resultado se expressa na paisagem do Triângulo Mineiro. Neste sentido, cabe destacar, com base nas observações de campo, que a plantação de cana é mais expressiva na porção Sul/Sudeste, Oeste e Norte do Triângulo Mineiro, onde está instalada a maioria das unidades agroindustriais canavieiras do estado, concentrando assim 68% da produção de cana-de-açúcar, 79% do açúcar e 61% do álcool produzidos no Estado²⁵³.

Na região de Uberaba, por exemplo, os municípios mais próximos como Delta, Conquista, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Frutal, Planura e Fronteira, as plantações de cana ao longo das rodovias já se faz perder de vista. Em outros municípios, no entanto, a cana-de-açúcar, ainda concorre com a pecuária, a exemplo de Ituiutaba, Gurinhatã, Prata, Campina Verde, Itapagipe e

²⁵¹ Entrevista concedida a Revista Negócios. Disponível em: http://www.revistanegocios.com.br/ver_noticias.asp?cat=41&nt=599. Acesso em 25 de junho de 2007.

²⁵² Informação colhida durante entrevista com o Gerente Industrial da Usina Itapagipe. Pesquisa de campo realizada em novembro de 2007.

²⁵³ Jornal de Uberaba – Caderno B/Agronegócios – 04 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.jornaldeuberaba.com.br/?MENU=CadernoB&SUBMENU=AgriBusiness&CODIGO=2627>

São Francisco de Sales, onde é possível ver os canaviais intercalados com outros cultivos, com a pecuária leiteira e com vários laticínios. Mas com o processo de expansão, a tendência é aumentar a área plantada das porções sul e oeste e também no centro e sudeste do Triângulo Mineiro.

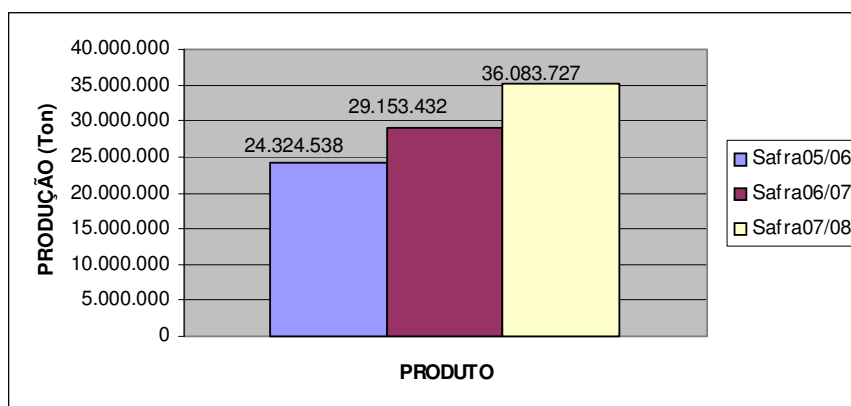
Os investimentos do Grupo Infinity Bio-Energia na região do Vale do Mucurici (conforme já destacamos no capítulo I), considerada uma das mais pobres do estado, na divisa com o norte do Espírito Santo, também são apoiados pelo governo estadual, que através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, tem procurado atrair investimentos para outras regiões que não somente o Triângulo Mineiro.

Em virtude desse somatório de fatores, condições edafo-climáticas, disponibilidade de terras férteis, investimentos de grupos nordestinos, paulistas e internacionais, apoio do governo estadual, entre outros, Minas Gerais garantiu na safra 2005/2006, a terceira posição no *ranking* do Centro-Sul, com 24.522.773 de toneladas de cana-de-açúcar e 946.842 m³ de álcool, e a segunda posição na produção de açúcar com 1.732.946 de toneladas. Na safra 2006/2007, manteve a terceira posição na produção de cana moída, com 29.153.432 de toneladas e de álcool com 1.299.905 de m³. Todavia, caiu para a terceira posição na produção de açúcar, com 1.915.685 de toneladas, uma vez que o Paraná aumentou a produção de açúcar recuperando assim sua segunda posição, atrás somente do estado de São Paulo, líder absoluto na produção do Centro Sul e nacional.

Na safra 2007/2008²⁵⁴, Minas Gerais manteve a terceira posição com 36.083.727 de toneladas de cana-de-açúcar processada, 2.111.228 de toneladas de açúcar e 1.759.725 de m³ de álcool. Vê-se que da safra 2005/2006 para a 2007/2008 a produção de cana moída aumentou em 11.760.954 de toneladas, um aumento percentual de 32% (Gráfico 6).

²⁵⁴ Faz-se importante destacar que apesar de esta tese ter sido concluída já no ano/safra 2009/2010, não incluímos os dados de produção da safra 2008/2009, primeiro porque nos propusemos inicialmente trabalhar com dados referentes às três safras anteriores (2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008) e, segundo porque no momento que elaboramos esses gráficos os dados relacionados à referida safra estavam disponibilizados pelas fontes oficiais de forma parcial. Assim, como a alteração dessa opção metodológica demandaria a reformulação dos gráficos e nós já não dispúnhamos de tempo para isto, optamos por considerar nessa análise os dados compilados de 2005 a 2008.

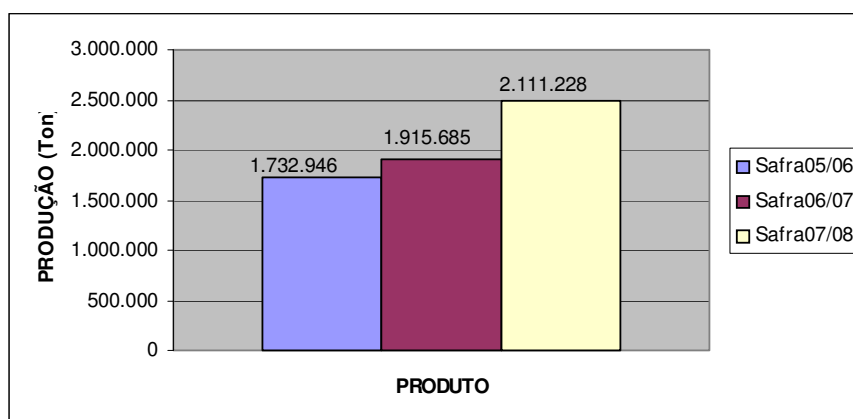
Gráfico 06 – Produção de Cana Moída no Estado de Minas Gerais – 2005 a 2008



Fonte: MAPA/2008 - Elaboração: A. M.S. Oliveira

Em termos de produção de açúcar, se analisarmos o conjunto das três safras, verificamos (Gráfico 7) que a evolução da safra 2005/2006 para a safra 2007/2008 foi significativa, pois passou de 1.732.946 de toneladas de açúcar na safra 2005/2006, para 2.111.228 de toneladas, na safra 2007/2008, caracterizando assim um aumento de aproximadamente 18%.

Gráfico 7 – Produção de Açúcar no Estado de Minas Gerais – 2005 a 2008

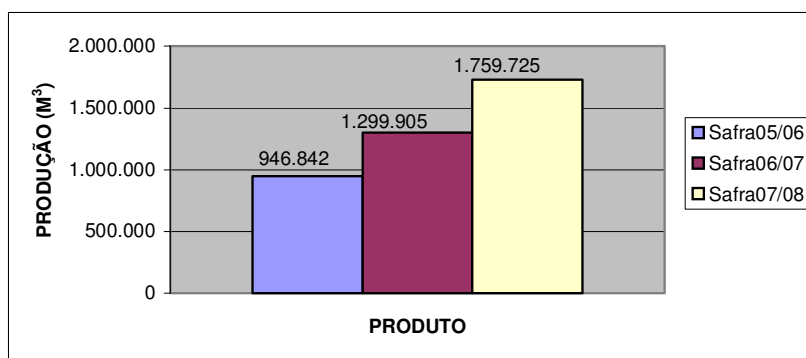


Fonte: MAPA/2008 - Elaboração: A. M.S. Oliveira.

Quanto ao álcool, a produção no estado de Minas Gerais apresentou melhor desempenho no período estudado (Gráfico 8), passando de 946.842 m³,

na safra 2005/2006 para 1.759.725 de m³, na safra 2007/2008. Em termos percentuais a evolução na produção de álcool no período foi de 46%.

Gráfico 8 – Produção de Álcool no Estado de Minas Gerais – 2005 a 2008



Fonte: MAPA/2008 - Elaboração: A. M. S. Oliveira.

Já na última safra (2008/2009), Minas Gerais ultrapassou novamente o estado do Paraná na produção com 42.602.886 de toneladas de cana moída e 2.194.976 de m³ de álcool, mas manteve a terceira posição na produção de açúcar, com 2.234.926 de toneladas²⁵⁵.

Essa evolução registrada na produção canieira do estado de Minas Gerais, em parte reflete a expansão da área plantada, que de julho de 2006 a julho de 2007 passou de 22.842 hectares para 33.876 hectares²⁵⁶.

2.4.1 – A territorialização da produção canieira no Triângulo Mineiro: o universo visitado

A pesquisa empírica realizada no Triângulo Mineiro incluiu visitas a três unidades processadoras do grupo TW, a Usina Coruripe, no município de Iturama, a Usina Coruripe, no município de Campo Florido e a Usina Coruripe, no município de Carneirinho. Além destas, visitamos também uma unidade do grupo

²⁵⁵ Os dados da safra 2008/2009 referem-se ao último levantamento efetuado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mas não são definitivos, podendo sofrer alteração no levantamento final.

²⁵⁶ Cf. Página Rural – Belo Horizonte/MG – 19 de novembro de 2007. Disponível em:

João Lyra, a Usina Vale do Paranaíba, no município de Capinópolis; a Usina Itapagipe, do grupo Moema, no município de Itapagipe; e a Usina Vale do Ivaí, do grupo de mesmo nome, no município de Fronteira (**MAPA 2**).

Vale lembrar que o grupo TW expandiu seu negócio no Triângulo Mineiro com base em três estratégias: 1) aquisição de uma unidade do grupo paulista Balbo, a partir da qual foi criada a Unidade Coruripe Filial Iturama em 1994, quando o grupo iniciou suas atividades em Minas Gerais; 2) o desmonte da antiga destilaria Camaçari, em Alagoas, sendo parte dos equipamentos usados para implantar a Unidade Coruripe, no município de Campo Florido, em 2002; 3) e a construção de novas unidades, a Coruripe Limeira do Oeste, em 2005, e a Coruripe Carneirinho 100% nova, voltada inicialmente para a produção de açúcar.

Convém destacar também, que todas as unidades do grupo têm sido implantadas com perspectiva de moer até quatro milhões de toneladas de cana, à exceção da unidade Coruripe Iturama, que já está operando com sua capacidade máxima de processamento que é de 3,3 milhões de toneladas. Quando foi adquirida em 1994 esta era só destilaria, então o grupo TW construiu a fábrica de açúcar que começou a produzir em 1998.

A mesma iniciou moendo cerca de um milhão de toneladas de cana, mas entre 2003 e 2004, ampliou sua capacidade até atingir os 3,3 milhões de toneladas atuais. Para isso foi efetuada uma série de investimentos para aquisição de equipamentos mais modernos e potentes como, por exemplo, a moenda foi substituída por uma maior, conseqüentemente a fábrica de açúcar e a destilaria também dobraram a capacidade de produção para absorver a quantidade maior de caldo. Então, foram instalados novos cozedores de açúcar, centrífugas de açúcar, dornas de fermentação de álcool etc. Na parte de co-geração de energia também houve reforço. Foi construída uma caldeira nova, totalmente automatizada e com capacidade maior, a qual se somou as duas já existentes, aumentando assim a capacidade de co-geração e abrindo a perspectiva de comercialização de energia.

Com esses investimentos a Unidade Coruripe Iturama processou nas safras 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008, 2.498.000, 3.156.000 e 3.258.000

milhões de toneladas de cana-de-açúcar, respectivamente. Com relação à produção de açúcar também houve evolução, sendo produzidas 4.865.328 de toneladas, na safra 2005/2006, 5.786.843 de toneladas, na safra 2006/2007, e 5.650.915 de toneladas na safra 2007/2008. Quanto ao álcool, foram 62.778 m³, 101.040 m³ e 109.775 m³ de álcool, também considerando respectivamente, as referidas safras.

A área plantada com cana-de-açúcar, na ocasião visita²⁵⁷ era de 55.984 mil hectares, sendo 15.128 mil hectares em terras próprias e 40.856 mil hectares de fornecedores. Segundo o Coordenador de Gestão Integrada da empresa, esse total de área plantada não atendia somente a demanda da Unidade Coruripe Iturama, mas também da Coruripe Limeira do Oeste. Assim, na safra 2007/2008, as duas unidades processaram juntas 4.356.000 de toneladas de cana, dos quais 1.129.000 de toneladas correspondia à cana própria e o restante de fornecedor, o equivalente a 74%.

Segundo o Coordenador de Gestão Integrada da Unidade Coruripe Iturama, se tiver de ampliar a capacidade produtiva será investindo nas unidades de Limeira do Oeste e Carneirinho. Até 2013/2014, o grupo pretende aumentar a capacidade de processamento de cana-de-açúcar da Usina Coruripe Limeira do Oeste, de 1.300.000 de toneladas para cerca de 4.000.000, porque, ao contrário da unidade Iturama, ela ainda tem espaço para crescer. Para que isso ocorra o grupo deverá proceder como na Unidade Coruripe Iturama, investir em novos equipamentos.

A Usina Coruripe de Campo Florido também já possui capacidade produtiva acima de três milhões de toneladas de cana, e assim como a Unidade Coruripe Iturama, teve sua produção aumentada de forma gradativa nas três últimas safras²⁵⁸. O processamento de cana-de-açúcar passou de 1.881.025 de toneladas na safra 2005/2006, para 2.373.017 de toneladas na safra seguinte. Já na safra 2007/2008, a mesma moeu 3.142.174 de toneladas de cana-de-açúcar. Em termos de produção de açúcar o crescimento também foi gradativo, sendo de 3.005.753, 4.252.629 e de 4.369.062 de sacas, nas safras 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008, respectivamente. A produção de álcool passou de 72.146 m³, na

²⁵⁷ Durante Pesquisa de Campo realizada em novembro de 2007.

²⁵⁸ Considerando o ano/safra 2007/2008, que foi quando efetuamos a visita.

safrá 2005/2006 para 81.925 m³ na safrá 2006/2007, e 153.497 m³, na safrá 2007/2008.

Com base nesses dados e nos depoimentos dos representantes das respectivas empresas, podemos salientá que uma característica que diferencia o grupo TW dos demais é o fato de suas unidades serem mais açucareiras. À exceção da unidade de Limeira do Oeste, que fabrica somente álcool, as outras unidades mesmo produzindo álcool, estão mais voltadas para a produção de açúcar.

No que se refere à mecanização, a unidade Coruripe Iturama possuía em 2007 quatro máquinas colheitadeiras e estava comprando mais três, para colher 100% da cana própria. A Unidade Campo Florido, dispunha de seis colheitadeiras das marcas Cameco, Case e Santal. Do total da área plantada, 49.577,92 mil hectares (2.511,37 própria, 2.293,06 própria/arrendada e 44.773,49 de fornecedores) a mesma colhia 16% mecanicamente, sendo 10% crua e 90% queimada. Esses 16% correspondiam à cana-de-açúcar plantada em terras próprias e arrendada, e os 84% restantes correspondia a cana de fornecedores, que era colhida 100% manualmente.

Aliás, uma das características do grupo TW é pautar a maior parte de sua produção em cana de fornecedores, diferentemente de outros grupos empresas, que investem mais no plantio de cana em terras próprias e, sobretudo arrendadas. Isso se reflete na quantidade de trabalhadores rurais contratados para o corte manual, que na Usina Coruripe Iturama não foi declarada e na Unidade Coruripe Campo Florido era de apenas 174 trabalhadores.

Por tratar-se de um grupo que está implantando o Sistema de Gestão Integrada em suas unidades processadoras, a exemplo da Usina Coruripe Iturama, que pressupõe a extinção ou a redução a patamares mínimos de problemas ambientais, produtivos e de trabalho, ele procura enxugar ao máximo a mão-de-obra empregada na lavoura, deixando essa tarefa para os fornecedores.

Diante disso, a procuradoria do Ministério Público do Trabalho registrou nos últimos anos vários casos de irregularidades trabalhistas envolvendo trabalhadores migrantes contratados por fornecedores das Unidades Coruripe, sobretudo da Coruripe Iturama e da Coruripe Limeira do Oeste, que são os mesmos fornecedores. Como em muitos casos os contratantes dessa mão-de-

obra não eram identificados e/ou localizados as autuações recaíam sobre a empresa como co-responsável pelos desmandos cometidos contra os trabalhadores (trataremos dessa questão com mais detalhe no capítulo IV)

A Unidade Vale do Ivaí, no município de Fronteira, estava sob o controle do grupo José Pessoa até 2006²⁵⁹. No início de 2007 foi adquirida pelo grupo paranaense Vale do Ivaí. Por tratar-se de uma unidade pequena, encontra-se em processo de reestruturação e está em sua primeira safra sob o controle do novo grupo, a destilaria apresentou uma produção pequena na safra 2007/2008, processando 390.000 mil toneladas de cana-de-açúcar e produzindo 37.400 mil m³ de álcool. A área com cana plantada também era, se comparada às demais empresas, 1.400 mil hectares em terras próprias e 2.800 mil hectares de fornecedores. A colheita era efetuada 100% manual com emprego de 672 trabalhadores.

Por ter sido uma empresa construída nos anos 1950, esta unidade apresenta alguns problemas em termos de estrutura, localização e ambiental, demandando assim, investimentos tanto para melhorar a capacidade produtiva (que só pode atingir no máximo 1.200.000 de toneladas) como para adequar a planta às exigências ambientais da atualidade; tendo em vista que o sistema de captação de águas residuais e da vinhaça foi construído muito próximo do Rio Grande, que abastece a cidade de Fronteira (Fotos 13 e 14).

Foto 13 - Sistema de captação de águas - Foto 14 - Vista parcial do rio residuais



Fonte: Pesquisa de Campo – novembro de 2007

A distância entre o sistema de captação e o rio é de aproximadamente um metro, separada apenas por uma cerca de arame farpado, exigindo assim monitoramento constante até que um novo sistema seja construído. Aliás, esta não é uma peculiaridade apenas da empresa Vale do Ivaí, a expansão canavieira no Triângulo Mineiro coloca em risco toda a bacia do Rio Grande. O desmatamento ao longo da bacia para dar lugar à cana-de-açúcar está reduzindo os níveis de água dos afluentes do Rio Grande e destruindo cursos d'água cercados pelos canaviais²⁶⁰.

Já a Usina Vale do Paranaíba, no município de Capinópolis, é uma unidade nova do grupo João Lyra, que chegou a Minas Gerais ainda no início dos anos 1990, quando adquiriu a Usina Triálcool, já instalada no município de Ituiutaba. Construída em 2004, a Vale do Paranaíba possui equipamentos e *designer* modernos, a exemplo do difusor usado no processamento da cana-de-açúcar em vez de moendas (Foto 15) e da caldeira (Foto16).

Foto 15- Difusor para moagem - Foto 16 - Caldeira automatizada



Fonte: Pesquisa de Campo – Novembro de 2007.

O que chamou a atenção nessa unidade processadora é que a sua estrutura física foi montada de forma espalhada, ou seja, apesar de todo sistema produtivo estar interligado, seus componentes apresentam-se como se fossem

²⁵⁹ O grupo José Pessoa manteve o controle da destilaria por dez anos, através de arrendamento.

²⁶⁰ Cf. Repórter Brasil – Relatório Cana - 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

blocos distintos, a fábrica de açúcar distante da destilaria, do difusor, da caldeira etc, de modo a permitir ampliações futuras. Diferentemente de outras empresas em que todos esses componentes formam um aglomerado coberto.

A Vale do Paranaíba moeu na safra 2006/2007 um milhão de toneladas. Na safra 2007/2008, conseguiu aumentar sua capacidade de processamento para 1.740.000 de toneladas de cana. Produziu 635.000 sacas de açúcar e 88.06.000 de litros de álcool. No entanto, o Gerente industrial salientou que mediante a crise que o grupo enfrenta, não há perspectiva de novos investimentos no momento, nem para ampliação da capacidade de moagem dessa unidade, nem para levar adiante um novo projeto que estava em estudo. *“Diante da dificuldade vamos apenas manter essa meta por mais dois anos pra poder equilibrar e passar essa crise [...] não temos perspectiva real de crescimento [...] porque não é hora de crescer”.* (AZEVEDO, entrevista – 23/11/2007, p.16 -17)

A área plantada com cana-de-açúcar da Vale do Paranaíba compreende cerca de 21.000 mil hectares, dos quais 20% eram própria, 70% arrendada e 10% de fornecedores. Esse aspecto evidencia o diferencial que já destacamos anteriormente entre as unidades Coruripe e as demais, ou seja, enquanto a Vale do Paranaíba detém 90% da cana em terras próprias e próprias/arrendadas, as unidades Coruripe possuem pouca área própria condicionando a maior parte do processamento à cana de fornecedores.

Em 2007, a Vale do Paranaíba ainda não possuía máquinas colheitadeiras, sendo 100% da colheita efetuada manualmente. A mão-de-obra empregada no corte de cana-de-açúcar, na sua maioria migrante²⁶¹, era toda contratada por uma empresa terceirizada. Mas, segundo o Gerente Industrial, o grupo já tinha projeto para adquirir quatro ou cinco máquinas colheitadeiras para a safra 2008/2009, quando deveria colher cerca de 70% mecanizada.

²⁶¹ Cerca de 60% da mão-de-obra empregada na Vale do Paranaíba é migrante, desde o pessoal de gerência, operadores na planta fabril até os trabalhadores rurais no corte de cana.

2.5 – A Dinâmica Territorial e Produtiva do Negócio-agro-sucro-energético no Estado do Paraná

Durante pesquisa de campo no estado do Paraná, tivemos a oportunidade de conhecer *in loco*²⁶² A Usina Alto Alegre – Unidade Santo Inácio, que iniciou o processamento em 2007, e a Usina Bonin, no município de Umuarama, que começou a processar na safra 2008/2009.

Além desta constatamos a existência de três projetos, sendo dois do Grupo Usaciga, dos quais uma encontrava-se em processo de implantação dos canaviais e preparação da área de construção da planta fabril, a Usaciga II, no município de Santa Mônica; e o outro projeto ainda no papel, a Usaciga III, no município de Santa Cruz do Monte Castelo.

O terceiro projeto ainda sem previsão de efetivação, na ocasião da pesquisa empírica²⁶³ era da Usina Santa Terezinha/Usaçúcar, no município de Santo Antonio do Caiuá. As quais se encontravam em processo de preparo do solo e plantio da cana-de-açúcar a ser processada. Além desses três projetos verificados em campo foram divulgados mais três projetos, dos quais um encontra-se em implantação (Braszcana Agroindustrial Ltda, no município de Paranavaí) e dois possivelmente em estudo (A Corol, no município de Sertanópolis e a Coopcana, no município de Amaporã), pois não comparecem nos registros do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nem da UDOP (Quadro 4).

Quadro 4 – Unidades Agroindustriais Canavieiras implantadas, em implantação e Projetos no estado do Paraná

Projetos	Grupos investidores	Município	Estágio
Usina Alto Alegre S/A – Açúcar e Alcool	Lincoln Junqueira	Santo Inácio	Operação/2007
Usina Bonin	Bonin	Umuarama	Operação/2008
Brazcana Agroindustrial Ltda	Globoaves/vários acionistas	Paranavaí	implantação
Coopcana	Coop. Reg. de Prod. de Cana do Paraná	Amaporã	Projeto*

²⁶² Realizada em outubro de 2007.

²⁶³ Idem.

Corol	Corol	Sertanópolis	Projeto*
Usaciga II – Açúcar, Alcool e Energia Elétrica Ltda	Usaciga/Cidade Gaúcha	Santa Mônica	Implantação
Usaciga III	Usaciga/Cidade Gaúcha	Santa Cruz do Monte Castelo	Projeto*
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda – Filial Sto Antonio do Caiuá	USACUCAR/Sta Terezinha	Santo Antonio do Caiuá	Projeto*

Fonte: UDOP/Pesquisa de Campo – 2007

* Em levantamento efetuado em 2009, esses projetos não aparecem, o que sugere terem sido adiados ou “abortados”. Em função disso não consideramos no Mapa 1.

Cabe destacar que no estado do Paraná a expansão está ocorrendo especialmente na região noroeste, todavia, não apresenta o mesmo ritmo e intensidade dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, por exemplo.

O que nos faz acreditar que esse caráter, de certo modo, diferenciado em relação aos demais estados produtores está relacionado ao fato de no referido estado, a maioria das usinas serem administradas por cooperativas, algumas delas de ex-produtores de café. Além disso, (ou possivelmente associado a isso) os grupos ainda são fechados para aquisições e/ou fusões e a participação de outros capitais, inclusive de capital internacional. Até o momento a única participação de capital estrangeiro, (a qual foi confirmada durante pesquisa de campo) é da Clean Energy Brazil, que adquiriu 49% do Grupo Usaciga.

Muito embora as lavouras de cana-de-açúcar representem 3,5% da área agricultável do estado do Paraná, a atividade está presente em 130 dos 399 municípios, garantindo assim o segundo lugar no *ranking* nacional.

Com base nas observações de campo é possível destacar que no município de Cidade Gaúcha e os demais em seu entorno (Rondon, Tapejara, Paraíso do Norte, São Tomé e Jussara, por exemplo) onde existem unidades da Usaciga, Usacucar, Coocarol e Coopcana o cultivo de cana-de-açúcar é predominante²⁶⁴. Já na região que envolve os municípios de Paranacity, Paranaíba, Terra Rica, Umuarama, Nova Londrina e São João Caiuá, a tendência é que o cultivo de cana também venha a ser expressivo, tendo em vista a perspectiva de implantação de novas unidades processadoras.

²⁶⁴ Passível de confirmação também por imagem de satélite. Ver, por exemplo, o Google earth. Disponível em: <http://earth.google.com.br/inti/pt-BR/thanks.html>

Há que se destacar, que assim como nos demais estados onde está ocorrendo a expansão, o capital agroindustrial canavieiro tem buscado o apoio do governo. Esse apoio foi solicitado, por exemplo, para incrementar as exportações de álcool, especialmente para a construção de um terminal público para embarque do produto. A obra foi concluída em outubro de 2007, para que o mesmo começasse a funcionar na safra 2008/2009. O terminal foi construído pelo governo estadual, no Porto de Paranaguá, com recursos da Appa – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, que investiu R\$ 13,7 milhões, e entregue por comodato para a iniciativa privada²⁶⁵.

Vê-se que no Paraná, como nos demais estados onde está ocorrendo a expansão, o apoio e incentivo do governo estadual tem sido fundamental para alavancar e, sobretudo viabilizar esse processo. Nesse sentido, o superintendente da Alcopar²⁶⁶ ressalta que “o estímulo do governo é o grande trunfo do setor para projetar-se no mercado interno e externo”.

Visando melhorar a logística, a Alcopar (Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná) reivindica junto ao governo do estado, medidas para favorecer as exportações e reduzir os custos de escoamento da produção. Nesse sentido, a principal reivindicação tem sido a construção de um alcoolduto ligando Maringá ao Porto de Paranaguá, bem como melhoria nas rodovias estaduais²⁶⁷.

Em termos de produção de cana moída e de álcool, o estado é o segundo do *ranking* nas safras 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008. Na safra 2005/2006 a produção de açúcar foi de 1.483.136 de toneladas, inferior a de Minas Gerais, com 1.732.946 de toneladas, colocando Paraná na terceira posição no *ranking* do Centro-Sul (Tabela 9). Já na safra 2006/2007, o estado recuperou a segunda posição no Centro-Sul ao produzir 2.168.637 de toneladas de açúcar, contra 1.915.685 milhões de Minas Gerais. No entanto, perdeu a mesma posição

²⁶⁵ Cf. AEN/Agência Nacional de Notícias. 14 de março de 2008. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=35944>> Acesso em: 11 de abril de 2008.

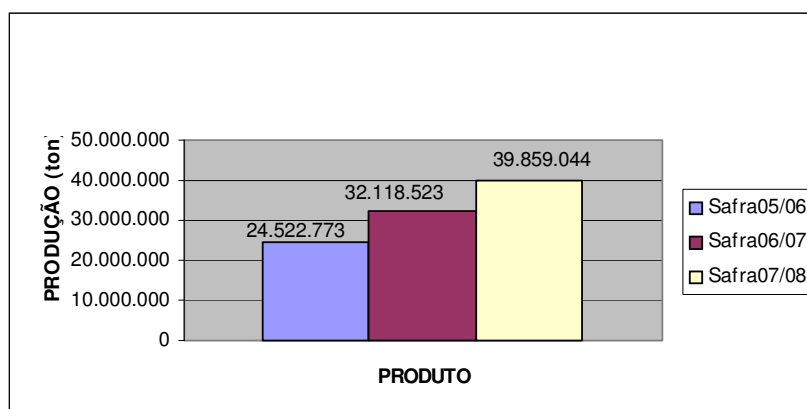
²⁶⁶ José Adriano da Silva Dias. Em matéria divulgada no site da AEN/Agência Nacional de Notícias. 14 de março de 2008. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=35944>> Acesso em: 11 de abril de 2008.

²⁶⁷ JornalCana – Mercados e Cotações – Março de 2007. Disponível em: <www.jornalcana.com.br/pdf/159/%5Cmercocot.pdf> Acesso em 11 de abril de 2008.

no *ranking* nacional para o estado de Alagoas, que produziu 2.217.121 de toneladas de açúcar.

A produção de cana moída no Paraná (Gráfico 9), passou de 24.522.773 de toneladas, na safra 2005/2006 para 39.859.044 de toneladas na safra 2007/2008, registrando no período uma evolução de cerca 38%, o equivalente a 15.336.271 de toneladas de cana.

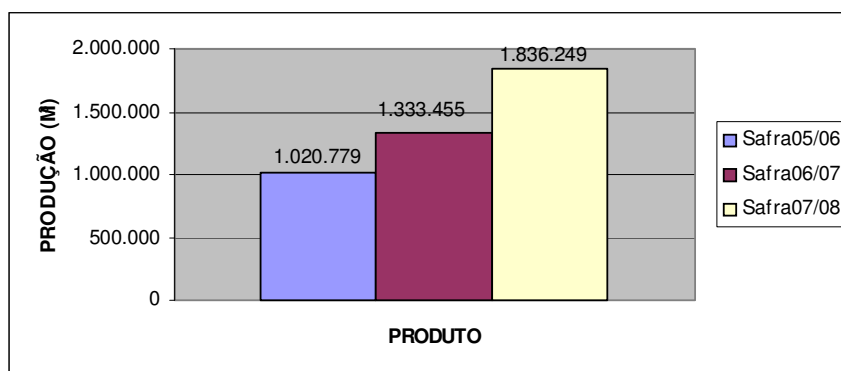
Gráfico 9 – Produção de Cana Moída no Estado do Paraná – 2005 a 2008



Fonte: MAPA/2008 - Elaboração: A. M.S. Oliveira

Com relação à produção de álcool, o estado do Paraná passou de 1.020.779 de m³, na safra 2005/2006, para 1.836.249 de m³, na safra 2007/2008. Um aumento de aproximadamente 44% no período. Os números revelam ainda que também neste estado a safra 2007/2008 foi mais alcooleira (Gráfico 10), revelando uma tendência desta safra em todo país. O preço pouco atrativo do açúcar no mercado externo e o aumento do consumo de álcool no mercado interno, estimulado pelo aquecimento das vendas de carros *flex*, fizeram com que os empresários do setor direcionassem a maior parte da cana-de-açúcar processada para a produção de álcool.

Gráfico 10 – Produção de Álcool no Estado do Paraná – 2005 a 2008



Fonte: MAPA/2008 - Elaboração: A. M.S. Oliveira

A perspectiva para a safra 2008/2009, no estado era de que houvesse um aumento de 16% nas principais regiões produtoras de cana-de-açúcar: Umuarama (30,3%), Maringá e Paranavaí (15,9% cada uma), Jacarezinho (11,6%), Londrina (9,6%), Cornélio Procópio (6%), Campo Mourão (3,8%) Apucarana (2,6%) e Ivaiporã (2%). Segundo estimativa da Seab (Secretaria Estadual do Abastecimento) a maior expansão deveria ocorrer na região de Maringá e Umuarama, com 19% e 18%, respectivamente²⁶⁸.

Conforme estimativa efetuada pelo Deral (Departamento de Economia Rural), ligado à Seab, a área plantada de cana passou de 432,815 hectares na safra 2006/2007 para 524,770 hectares, na safra 2007/2008, registrando, no período, um crescimento de 21%²⁶⁹.

Já no último levantamento do Ministério da Agricultura, referente à safra 2008/2009, o estado do Paraná aparece na terceira posição no *ranking* do Centro-Sul e nacional em produção de cana-de-açúcar e de álcool, com 42.572.117 de toneladas de cana processada e 1.957.687 de m³ de álcool, ficando atrás do estado de Minas Gerais, com 42.602.886 de toneladas de cana-de-açúcar e 2.194.976 de m³ de álcool. Todavia, é o segundo em produção de açúcar, com 2.303.304 de toneladas, enquanto Minas Gerais fica em terceira

²⁶⁸ Portal do Agronegócio. Paraná-Online. 25 de março de 2008. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=noticia&&idN=22135>

²⁶⁹ Cf. Página Rural Notícias/Agroindústria. 05 de abril de 2007. Disponível em: http://www.paginarural.com.br/noticias_detalhes.php?id=65355

posição com 2.234.926 de toneladas, e Alagoas em quarta com 2.014.133 de toneladas.

As empresas em operação que visitamos e efetuamos entrevistas no estado do Paraná foram as Unidades Usaciga, no município de Cidade Gaúcha, a Coopcana, no município de São Carlos do Ivaí, e a Usina Alto Alegre, unidade construída no município de Santo Inácio, divisa com o estado de São Paulo. Na Usina Alto Alegre, como não conseguimos autorização para entrar, apenas filmamos do lado de fora e conversamos informalmente com um dos seguranças, o qual nos informou somente que aquela era a primeira safra (que começou em julho de 2007) e que a unidade já iniciara as atividades com oito máquinas colheitadeiras para o corte mecanizado. Além destas, visitamos a Destilaria Copagra²⁷⁰, no município de Nova Londrina, e a Usina Bonin, no município de Umuarama. Nesta última, como estava em fase final de implantação, não nos foi autorizada visita interna nem entrevista. Desse modo, tivemos apenas uma conversa informal com um dos seguranças.

A Usaciga levou adiante somente a unidade Santa Mônica. A Unidade Usaciga III, que seria construída em Santa Cruz do Monte Castelo, no Noroeste do Paraná, foi suspenso. Durante visita a Usaciga, em Cidade Gaúcha, o Gerente Industrial, anunciou um novo projeto no município de Eldorado/MS, a Usina Rio Paraná S/A (Tabela 5). A perspectiva do grupo, na época, era de em 2010 processar 8.000.000 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com essas duas novas unidades já em funcionamento. Conforme informações obtidas no *site* da empresa, a previsão é de que as duas unidades iniciem as operações em 2009/2010 e 2010/2011, respectivamente. Cada uma terá inicialmente capacidade instalada de 2,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, devendo atingir posteriormente a capacidade máxima de cinco milhões, mediante ampliação.

O Gerente Industrial não se dispôs a responder uma série de questões, como por exemplo, a quantidade de cana-de-açúcar processada, de açúcar produzido e de álcool, nas safras 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008 (conforme procedemos nas demais empresas visitadas). De acordo com os dados

²⁷⁰ Conhecemos a unidade apenas por fora. As informações referentes à mesma foram obtidas junto à Cooperativa Copagra, que a administra.

disponibilizados no *site*²⁷¹ da empresa, a mesma processou em cada uma das três safras citadas, 2,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e produziu 200.000 toneladas de açúcar e 80.000 litros de álcool. No entanto, esses dados são questionáveis por não apresentarem alteração de uma safra para outra.

Com relação à área com cana plantada própria, arrendada e de fornecedores, e se adotava colheita mecanizada, também não fomos informados. Mesmo assim, julgamos que a área plantada própria e/ou arrendada deva ser significativa, pois a empresa dispõe de dezessete máquinas colheitadeiras, sendo nove da marca Cameco, quatro Case e quatro John Deere²⁷². Observou-se, que a maior parte da cana-de-açúcar ainda é queimada antes da colheita mecanizada. A alegação dos operadores de máquinas para o procedimento da queima prévia foi que a cana era muito caída, dificultando assim o trabalho da colheitadeira. Mesmo com um número expressivo de máquinas, a empresa ainda adota o corte manual, inclusive com emprego de mão-de-obra migrante.

A Coopcana foi fundada em 1979 e iniciou a moagem de cana-de-açúcar em 1982. Fundada no contexto do Proálcool a mesma produziu somente álcool até 2004, quando foi instalada a fábrica de açúcar. Na safra 2006/2007 processou 2.130.000 de toneladas de cana-de-açúcar, 123.000.000 de litros de álcool e 72.000 toneladas de açúcar. Na safra 2007/2008, com capacidade ampliada para processar 3.000.000 de toneladas de cana-de-açúcar, até a ocasião da visita²⁷³, a unidade já tinha processado 2.270.000 de toneladas de cana-de-açúcar, das quais 1.395.000 de toneladas foram direcionados para a fabricação de álcool, e 870.000 toneladas para produzir açúcar. Diante desses dados se confirma a tendência da safra 2007/2008 ser mais alcooleira, não só para esta empresa, mas também para o conjunto do setor.

A previsão da unidade processadora para a referida safra era conseguir moer até 2.800.000 de toneladas de cana-de-açúcar. Para a safra 2008/2009, a capacidade instalada da unidade foi novamente ampliada, dessa vez para processar 3.500.000 de toneladas de cana, 150.000 toneladas de açúcar e 190.000 m³ de álcool.

²⁷¹ USACIGA Açúcar, Álcool e Energia Elétrica S/A. Disponível em: <http://www.usaciga.com.br/>

²⁷² Essa informação foi obtida na frente de corte junto aos trabalhadores (operadores de máquinas). Durante Pesquisa de Campo em outubro de 2007.

Quanto à mecanização, a unidade processadora ainda não detinha máquinas colheitadeiras, sendo a colheita efetuada 100% manual, com emprego de aproximadamente 2.000 trabalhadores. Mas o Engenheiro Químico²⁷⁴ destacou que a mesma já estava com projeto para aquisição de colheitadeiras. A cana-de-açúcar é fornecida por 128 produtores rurais cooperados.

A Destilaria Copagra, processou na safra 2007/2008 cerca de 800.000 toneladas de cana-de-açúcar e a previsão apresentada para a safra 2008/2009 era de moer 850.000 toneladas de cana e produzir 68.300 m³ de álcool. Segundo a representante da Copagra²⁷⁵, a perspectiva é de ampliar a capacidade de moagem em 2010, para 1.500.000 de toneladas de cana.

A mesma destacou ainda que a cana moída pela unidade processadora é proveniente de áreas próprias da cooperativa, de áreas arrendadas, de fornecedores cooperados e de fornecedores individuais, porém não soube informar a quantidade de área nem o percentual participativo de cada um, somente que a área total foi ampliada em 2 mil hectares nos últimos três anos. Na ocasião, a destilaria Copagra não possuía máquinas colheitadeiras, sendo a colheita efetuada 100% manual.

Com relação à Usina Bonin cabe destacar, que a mesma foi construída para produzir açúcar, álcool e energia. A empresa foi construída com recursos do próprio grupo associado a capitais externos (não identificados). Na ocasião da visita havia cerca de quatro mil hectares de cana plantada em terras próprias, além de áreas arrendadas. A unidade, que em princípio estava prevista para iniciar a moagem em maio de 2008, fechou a safra 2008/2009 sem conseguir processar.

Com estilo moderno e com promessa de gerar 2.600 empregos diretos, a empresa apresentou sinais de problemas financeiros ainda no primeiro semestre de 2008, antes da crise internacional ser desencadeada, quando começou a atrasar os salários dos trabalhadores, inclusive daqueles que trabalhavam na parte de construção civil.

Em junho do mesmo ano, o Ministério Público do Trabalho interveio

²⁷³ Outubro de 2007.

²⁷⁴ Em entrevista efetuada durante pesquisa de campo – outubro de 2007.

²⁷⁵ Coordenadora de Treinamento de Pessoal, em entrevista durante pesquisa de campo efetuada em 23 de

para que esta efetuasse o pagamento, mas posteriormente novas denúncias de atraso fizeram o MPT mover uma Ação Civil Pública, para que a empresa efetuasse a quitação dos débitos. Porém, como isso não se concretizou, a procuradoria bloqueou os bens da mesma, até o valor de R\$ 8 milhões, para cobrir os salários atrasados e demais despesas trabalhistas, e determinou que a empresa pagasse R\$ 10 milhões em indenizações por danos morais causados aos trabalhadores. Além disso, será responsabilizada criminalmente por desobedecer à ordem judicial e ficará sujeita a pagar multa de R\$ 500 milhões caso continue descumprindo as ordens judiciais e a efetuar pagamentos com cheques “sem fundo” ²⁷⁶.

Acredita-se que este é um exemplo que reflete um aspecto negativo dessa corrida desenfreada de grupos tradicionais, ou não, para implantar novas unidades processadoras no país. Uma unidade que ainda nem começou a operar e já apresenta tantos problemas, possivelmente terá como saída à crise a fusão ou a aquisição por parte de outros grupos.

2.6 – Dinâmica Territorial e Produtiva do Negócio-agro-sucro-energético no Estado de São Paulo: O Destaque para Oeste Paulista

O estado de São Paulo, assim como os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná é tido como propício à expansão da atividade canavieira, pois possui condições edafo-climáticas favoráveis ao desenvolvimento da cana-de-açúcar, solo adequado à mecanização, logística e amplo mercado consumidor. Todavia, como o agronegócio canavieiro já se encontra consolidado nas áreas tradicionais, a expansão está para outras regiões não tradicionais no cultivo da cana-de-açúcar. As áreas produtoras de laranja, como Araraquara (12^a RA) e de pastagens como São José do Rio Preto (8^a RA), Araçatuba (9^a RA) e Presidente Prudente (10^a RA), estão sendo substituídas pela cana.

outubro de 2007.

²⁷⁶ Umarama Ilustrado – Caderno Cidades/Trabalhistas. 14 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.ilustrado.com.br/141108/pagina10.pdf>

Cabe destacar em acréscimo que outros fatores também contribuíram para que ocorresse essa expansão para a porção Oeste do estado de São Paulo. Assim como nas demais frentes de expansão, o aumento das vendas dos carros flex e a perspectiva de ampliação do comércio internacional do álcool combustível somaram-se aos preços desfavoráveis praticados na produção pecuária, que atraíram os produtores para o sistema de fornecimento de cana-de-açúcar e, sobretudo de arrendamento das terras em detrimento da pecuária extensiva e, mesmo de atividades agrícolas.

A título de exemplo cabe destacar, segundo Tanaca; Pereira; Pigatto (2008) que em janeiro de 2004, o preço pago pela tonelada de cana era de R\$ 28,60, subindo para R\$ 42,40 em janeiro de 2008, o equivalente a um aumento de 36%. Ao passo que a arroba do boi gordo foi comercializada a R\$ 58,60 em 2004 e a R\$ 52,71 em 2007, correspondendo assim a uma redução de 11%.

Estudos apontam ainda que em 2002, a cana-de-açúcar era a cultura predominante em 16 EDRs (Escritórios de Desenvolvimento Regional) do estado de São Paulo. Já em 2006 essa importância aumentou para 21 EDRs. Desse total cinco se encontram nas regiões Noroeste e Oeste do estado, com destaque para Araçatuba e Presidente Prudente, que juntos representam 6,9% da produção do estado (TANACA; PEREIRA; PIGATTO, 2008).

Em termos de produção, São Paulo também apresentou evolução no período considerado para os demais estados (safra 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008). O aumento foi maior da safra 2006/2007 para a safra 2007/2008 (Tabela 9). A produção de cana moída passou de 265.379.217 de toneladas na safra 2006/2007, para 297.135.707 na safra 2007/2008. Significa dizer que o aumento apresentado de uma safra para outra foi de 31.756.490 de toneladas de cana. No entanto, se considerarmos esta elevação em relação à dos demais estados, veremos que foi percentualmente inferior. Em São Paulo, esse aumento foi de aproximadamente 10%, nas referidas safras, enquanto os outros estados apresentaram aumento percentual entre 20% e 40%.

Esse incremento na produção está associado à implantação de novas unidades, que entraram em operação no período (embora no início a capacidade de processamento seja relativamente baixa) e, sobretudo à produtividade elevada das principais regiões produtoras, a exemplo de Ribeirão Preto, que continua

apresentando o melhor desempenho do estado de São Paulo.

Na região Oeste do estado de São Paulo, o processamento de cana-de-açúcar cresceu em torno de 20,8% na safra 2007/2008, em relação à safra 2006/2007. Na safra 2007/2008, foram 127,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar processadas, contra 105,3 na safra 2006/2007. Segundo Mussolini²⁷⁷, este incremento de quase 21% no processamento de cana-de-açúcar no Oeste Paulista contra 12% de aumento em todo estado, é explicado pelo fato de em 2006 terem entrado em operação 11 novas unidades, o que reforça a tese de que o incremento na produção (especialmente no Centro-Sul) está associado à expansão da área plantada e a implantação de novas unidades agroindustriais canavieiras.

Comparativamente, no período, o Oeste Paulista contou com 83 unidades processadoras, contra 85 existentes nas regiões tradicionais no cultivo de cana como Ribeirão Preto e Piracicaba, por exemplo. Assim, enquanto o Oeste Paulista processou 127,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, a porção leste do estado esmagou 169 milhões de toneladas.

Os dados fornecidos pela Udop²⁷⁸ apontam que também no Oeste Paulista a safra 2007/2008 foi mais alcooleira (Tabela 6), confirmando a tendência já detectada nos outros estados do Centro-Sul. Na safra 2006/2007 foram produzidos 4,8 bilhões de litros de álcool, e na safra seguinte foram produzidos 6,1 bilhões de litros, um incremento de 27%. Enquanto no mesmo período, a produção de açúcar teve um aumento inferior a 1%.

Tabela 6 – Comparativa de Safra do Oeste Paulista

Produtos/Unidades	Safra 2006/2007	Safra 2007/2008	Evolução (%)
Cana moída	105,3 milhões de ton	127,2 milhões de ton	20,8
Açúcar	7,45 milhões de ton	7,49 milhões de ton	0,6
Etanol	4,8 bilhões de litros	6,1 bilhões de litros	27,0
Unid. em operação	72	83	15,0

Fonte: Udop/Jornal Oeste Notícias/2008 – Org. A. M.S., Oliveira

²⁷⁷ Cf. Matéria divulgada no Jornal Oeste Notícias – Caderno AGROESTE, p. 2.2, 15 de abril de 2008.

²⁷⁸ Cf. Jornal Oeste Notícias – Caderno AGROESTE, p. 2.2, 15 de abril de 2008.

Na safra 2007/08, São Paulo foi responsável pelo processamento de 297.135.707 de toneladas de cana-de-açúcar. Desse total, cerca de 137 milhões de toneladas foram moídas pelas unidades do Oeste Paulista. Na safra 2008/2009 a produção na região foi de cerca 150 milhões de toneladas.

Para a 10^a RA de Presidente Prudente²⁷⁹, a previsão era moer 16.300.000 de toneladas de cana-de-açúcar na safra 2007/2008, e 22.000.000 de toneladas na safra 2008/2009. Assim, de um ano/safra para outro o crescimento previsto foi de 5.700.000 de toneladas.

A expansão na região de Araçatuba foi de 118 mil hectares em 2008, e de 134,1 mil hectares na região de São José do Rio Preto, no mesmo ano²⁸⁰. Conforme dados divulgados pelo Canasat/CTC, em 2009, o cultivo de cana-de-açúcar na região de Araçatuba ocupa uma área de 512,6 mil hectares, ficando atrás somente de São José do Rio Preto, que se destaca com 632 mil hectares de cana plantada²⁸¹.

Na RA de Presidente Prudente, a expansão canavieira (sobre áreas de pastagens, culturas perenes e anuais e mesmo sobre áreas de assentamentos) também é expressiva. Em 2002 havia na região 123.580 hectares com cana-de-açúcar plantada – sendo 84.542 hectares ocupados no Pontal do Paranapanema e 28.038 hectares na Nova Alta Paulista – os quais, mediante o cenário de expansão aumentaram para 330.425 hectares, em 2007²⁸².

Todavia, Thomaz Júnior (2009, p. 310) destaca com base em análise de imagens de satélite, tendo como referência o mesmo período (2002 a 2007), que a área plantada é maior. Segundo o autor, havia no Pontal do Paranapanema em 2002, 70.305,96 hectares com cana-de-açúcar, saltando para 467.572 hectares em 2007, revelando assim um crescimento aproximado de 567%. Já na Alta Paulista, considerando o mesmo período, a área plantada passou de 28.038 hectares para 102.107 hectares, expressando um crescimento de 264,2%.

²⁷⁹ Com base em informações concedidas pela CATI Presidente Prudente. Cf. Jornal Oeste Notícias– Caderno AGROESTE, p. 2.2, 15 de abril de 2008.

²⁸⁰ Cf. JornalCana – Setor em Destaque. Fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/pdf/182/%5Csetoremdest.pdf>

²⁸¹ Idem.

²⁸² Cf. IEA, 2007, Base de Dados. Disponível em: www.iea.sp.gov.br

2.6.1 – A territorialização da produção no Oeste do estado de São Paulo: o universo investigado no Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista

Na 10ª RA de Presidente Prudente²⁸³, o Pontal do Paranapanema contabiliza atualmente 08 unidades agroindustriais canaveiras em operação 01 em implantação e um projeto. Já a Nova Alta Paulista possui 06 em operação e 02 projetos (Tabela 7).

Tabela 7 – Unidades Produtoras de Cana-de-açúcar já Instaladas e Novas, na 10ª RA de Presidente Prudente (Nova Alta Paulista e Pontal do Paranapanema)

10ª RA – Presidente Prudente	Razão Social	Município	Grupos
	Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda	Junqueirópolis	Silveira de Barros (PE)
	Bioenergia do Brasil S/A	Lucélia	n.i
Alta Paulista	Branco Peres Açúcar e Alcool S/A	Adamantina	Branco Peres
	Usina Dracena Açúcar e Alcool Ltda	Dracena	Exxel
	Floralco Açúcar e Alcool Ltda	Flórida Paulista	Bertolo
	Rio Vermelho Açúcar e Alcool Ltda	Junqueirópolis	Eduardo Garieri
Total Instaladas: 06			
	Usina Caeté S/A – Unidade Paulicéia	Paulicéia	CarlosLyra
	Futura (projeto)	Santa Mercedes	n.i
Total de Novas: 02			
	Destilaria Alcídia S/A (ETH Bioenergia)	Teodoro Sampaio	ETH/Odebrec ht
Pontal do Paranapanema	Usina Alto Alegre S/A Açúcar e Alcool	Pres. Prudente	Lincoln Junqueira
	Atena – Tecnologias em Energia Natural Ltda	Martinópolis	n.i
	Usina Alvorada do Oeste Ltda	Santo Anastácio	José Oswaldo Marques
	Usina Cocal II - Cocal Comércio, Indústria Canaã de Açúcar e Alcool Ltda	Narandiba	Cocal
	Decasa Destilaria de Alcool Caiuá S/A	Caiuá	Olival Tenório

²⁸³ A 10ª RA de Presidente Prudente é constituída pelos municípios que abrangem a região do Pontal do Paranapanema e pela Região de Governo de Dracena. Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2007.

	Destilaria Paranapanema Ltda	Narandiba	Albertina/Biofuel AS
	Paranapanema II – Destilaria Paranapanema S/A	Sandovalina	Albertina/Biofuel AS
Total Instaladas: 08			
	Conquista do Pontal (implantação)	Mirante do Paranapanema	ETH/Odebrecht
	Decasa II (projeto)	Presidente Epitácio	
Total de Novas: 02			

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)/UDOP– 2008 - Org. Ana Maria S. de Oliveira

Há que se destacar que entre 2007 e 2008 visitamos várias empresas da região Oeste do estado de São Paulo, incluindo o Pontal do Paranapanema e Alta Paulista, a saber: Destilaria Paranapanema, unidade do município de Narandiba; Usina Alvorada do Oeste, no município de Santo Anastácio; Decasa Destilaria de Álcool Caiuá S/A, no município de Caiuá; Destilaria Santa Fany, no município de Regente Feijó; Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda, no município de Junqueirópolis; Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda (Usalpa), em Junqueirópolis; Branco Peres Açúcar e Álcool S/A, em Adamantina; Central de Álcool Lucélia Ltda (Centralcool), em Lucélia; Usina Dracena Açúcar e Álcool Ltda, em Dracena; Floralco Açúcar e Álcool Ltda, no município de Flórida Paulista; Destilaria Alcídia S/A (ETH Bioenergia), em Teodoro Sampaio e a Cocal Comércio, Indústria Canaã de Açúcar e Álcool Ltda (Cocal II), no município de Narandiba. Porém, na maioria delas a visita foi informal apenas para reconhecimento da área. O contato mais efetivo ocorreu somente com as unidades Alvorada do Oeste, Decasa, Destilaria Santa Fany, Cocal II e a Destilaria Paranapanema.

A Decasa, no município de Caiuá, foi implantada ainda no contexto do Proálcool, início dos anos 1980 e teve dois outros grupos controladores antes de ser adquirida pelo grupo Olival Tenório. Sob o reflexo da crise dos anos 1990, a mesma foi comprada pelo grupo alagoano em 2000, ano em que houve conflitos trabalhistas envolvendo a empresa e cerca de 600 trabalhadores rurais e 250 da

planta fabril, por causa de atraso no pagamento dos salários²⁸⁴.

A Unidade processadora Decasa moeu em 2008, 1.400.000 de toneladas de cana-de-açúcar, 8.000 sacas de açúcar e 400.000 litros de álcool. A pretensão é ampliar a capacidade de processamento de cana para 4.000.000 de toneladas até 2012. A maior parte da colheita ainda é feita manualmente, pois a empresa só possui duas máquinas adquiridas em 2008. Em função disso emprega cerca de mil trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar²⁸⁵. O Gerente Industrial da unidade, assim como outros representantes do Negócio-agro-sucro-energético, ao assumir endividamento do grupo/empresa atribuiu o mesmo à queda nos preços do açúcar e do álcool, no decorrer do ano.

Em função desse precedente e por se tratar de uma empresa isolada, cujo grupo/família vivencia divergências internas, bem como da concorrência com outros grupos/empresas na região, a tendência é que a Decasa venha a ser adquirida ou associada ao capital de grupos maiores posteriormente. Nesse sentido cabe destacar o exemplo da Odebrecht, que, segundo declaração do Gerente Industrial da unidade processadora, já demonstrou interesse em adquiri-la.

A Unidade Alvorada do Oeste, no município de Santo Anastácio, estava desativada há quatro anos, (ex-destilaria Dalva) quando foi adquirida pelo grupo Marques, em 2006. O grupo, que detém 100% das ações da empresa ampliou a capacidade produtiva da planta fabril e renovou os canaviais. Em decorrência disso a mesma processou na safra 2007/2008, cerca de 750.000 mil toneladas de cana-de-açúcar, e aproximadamente 1.500.000 de toneladas na safra 2008/2009. A empresa produz somente álcool, mas segundo o Gerente Industrial o grupo Marques já tem projeto para produzir também açúcar e aumentar a capacidade máxima da unidade processadora para 2.500.000 de toneladas de cana.

A área plantada com cana-de-açúcar é 60% própria em terras arrendadas e 40% de fornecedores. Na ocasião da visita, a unidade Alvorada do Oeste terceirizava toda a parte de transporte e carregamento de cana, bem como o serviço de transporte dos trabalhadores (quarenta ônibus), o que reforça o fato

²⁸⁴ Cf. AZEVEDO, 2005, p. 85.

²⁸⁵ Informações obtidas através de entrevista realizada com o Gerente Industrial da empresa, em 07 de agosto de 2008, durante pesquisa de campo.

de que a terceirização (e precarização do trabalho) não ocorre somente no âmbito dos cortadores de cana, mas de todo o sistema de colheita.

A empresa também não possuía máquinas para a colheita mecanizada de cana-de-açúcar, sendo esta efetuada 100% manual e com emprego de cerca de 1.100 trabalhadores. No entanto, o Gerente Industrial alegou a previsão de investimentos para aquisição de duas ou três máquinas colheitadeiras para mecanizar em torno de 30% a 40%, já na safra 2008/2009.

Cabe destacar que a empresa, que tem um passado marcado por problemas trabalhistas, dívidas e conseqüente falência, sob o controle do grupo Marques também tem se envolvido em vários conflitos trabalhistas nos últimos anos, como greves, paralisações e atrasos nos pagamentos dos salários.

Os conflitos trabalhistas são comuns no conjunto das empresas do setor, mas nessa porção do estado eles têm sido mais evidentes. Possivelmente pelo histórico dessas unidades processadoras. Muitas delas nasceram pequenas e médias destilarias no contexto do Proálcool, e com a derrocada do Programa, o processo de desregulamentação, a supressão dos subsídios estatais e a crise geral do setor nos anos 1990, desenvolveram um quadro de endividamento com atrasos nos pagamentos de salários e descumprimento de acordos trabalhistas.

Não conseguindo se manter funcionando, várias delas, como é o caso da Decasa e da Alvorada do Oeste, mudaram de donos mais de uma vez. No entanto, vê-se que não basta apenas mudar de proprietário e/ou de razão social é preciso haver uma reestruturação tanto em termos produtivo como de postura de quem detém o controle da empresa, e depende dos trabalhadores para manter a mesma funcionando. Assim, muitas vezes os desmandos do capital não podem (e não devem) ser justificados pela crise, pelo endividamento, pelos baixos do açúcar e do álcool etc.

A Destilaria Paranapanema I (antiga Destilaria Bela Vista), em Narandiba, assim como a Decasa e a Alvorada do Oeste, foi construída no contexto do Proálcool. Mudou de controle acionário e ficou desativada por vários anos, sendo reativada em 2005, quando foi adquirida pela Companhia Albertina, de Sertãozinho, com participação acionária de capital norueguês.

Quando da nossa visita no início de 2007, a mesma estava passando por uma reestruturação da planta fabril para que pudesse começar a processar

ainda naquela safra. Na safra 2005/2006, a unidade moeu apenas 60.000 toneladas de cana, e na safra 2006/2007 processou 200.000 toneladas. Como os números demonstram o funcionamento nessas duas safras foi precário e a produção muito pequena, porém com perspectiva de aumentar o processamento para as safras seguintes, sendo 300.000 toneladas na safra 2007/2008 e 650.000 na safra 2008/2009.

A Destilaria Santa Fany, no município de Regente Feijó, também implantada durante o Proálcool, tem sido uma das empresas mais marcadas na região pelo histórico de “mal pagadora”, são muitos os conflitos trabalhistas envolvendo esta unidade processadora desde sua criação. São atrasos nos pagamentos dos salários, envolvimento no aliciamento de mão-de-obra, descumprimento de contratos de trabalhos, irregularidades nas contratações e moradias de trabalhadores migrantes, que evidenciam a superexploração do trabalho, bem como descumprimento dos TAC (Termos de Ajustamento de Conduta) emitidos pelo Ministério Público do Trabalho. Em 2008, o MPT multou a Santa Fany em R\$ 50 milhões por cometer infrações como as que citamos.

De acordo com os dados levantados a Destilaria Santa Fany não produziu na safra 2005/2006. Já na safra 2006/2007 processou 700.000 toneladas de cana-de-açúcar, 84.000 toneladas de açúcar e 28.00 litros de álcool. Na safra 2007/2008, a mesma processou 380.000 toneladas de cana-de-açúcar e produziu 28.500 litros de álcool. Vê-se que na referida safra, a destilaria teve a produção reduzida e não produziu açúcar²⁸⁶.

A unidade Cocal II, no município de Narandiba, diferentemente das demais empresas citadas decorre da implantação de projeto *greenfield*. A mesma iniciou as operações em julho de 2008. Projetada para moer em torno de 3.500.000 de toneladas de cana-de-açúcar, a perspectiva de moagem para a primeira safra (2008/2009), que iniciou com atraso, era de cerca de 1.000.000 de toneladas de cana-de-açúcar. Para a safra 2009/2010 a previsão é de processar 1.800.000 de toneladas. Assim como várias unidades novas, a Cocal II iniciou as atividades fabricando apenas álcool, mas já estava implantando a fábrica de açúcar com perspectiva de produzir açúcar ainda na safra 2008/2009.

²⁸⁶ Com base em dados disponibilizados no banco de dados da UNICA e UDOP. Consultados no *site* em maio de 2009.

Segundo o Controlador de Logística²⁸⁷, a empresa começou a safra 2008/2009 com aproximadamente 80% da colheita mecanizada, realizada por oito máquinas em três frentes de corte. Apesar de declarar um percentual elevado de mecanização para uma empresa que estava iniciando, o entrevistado disse que a empresa contratou naquela safra aproximadamente 1.500 trabalhadores para o corte manual, sendo todos da região (Martinópolis e Mirante do Paranapanema). Porém, como o grupo adquiriu mais oito máquinas, somando um total de dezesseis, possivelmente a mecanização da colheita já se aproxime dos 100% na safra 2009/2010.

A Destilaria Alcídia, no município de Teodoro Sampaio, processou na safra 2005/2006 897.327 toneladas de cana-de-açúcar, 50.343 toneladas de açúcar e 45.853 litros de álcool. Na safra 2006/2007, a mesma processou 1.131.458 toneladas de cana-de-açúcar, produziu 71.432 toneladas de açúcar e 52.787 litros de álcool. Já na safra 2007/2008 a destilaria processou 1.153.024 toneladas de cana-de-açúcar, produziu 60.727 toneladas de açúcar e 62.259 litros de álcool. Vê-se que nesse caso houve um crescimento significativo na produção de uma safra para outra, especialmente em termos de processamento de cana e de produção de álcool, o que reflete o momento de expansão da canavieira e de produção de álcool do setor e também o fato da empresa encontrar-se mais capitalizada em função de ter sido adquirida pela ETH/Odebrecht²⁸⁸.

Os exemplos aqui apresentados denotam que o processo de expansão do negócio-agro-sucro-energético na região Oeste do estado de São Paulo e, particularmente do Pontal do Paranapanema, vem ocorrendo não somente por meio da implantação de novas unidades, mas, sobretudo através da ampliação de unidades já instaladas e da aquisição e reestruturação de unidades desativadas.

O mais importante a observar nesse processo, especialmente quando envolve essa porção do estado de São Paulo, é que as áreas que estão sendo ocupadas com o cultivo de cana-de-açúcar são terras com pendências jurídicas em diferentes estágios processuais, ou seja: terras devolutas, ações discriminatórias em andamento ou paralisadas, parcialmente legitimadas e terras

²⁸⁷ Entrevistado durante Pesquisa de Campo realizada em julho de 2008.

²⁸⁸ Os dados da Destilaria Alcídia também foram obtidos por meio de levantamento junto ao banco de dados da UNICA e UDOP. Consultados no *site* em maio de 2009.

particulares já regularizadas anteriormente²⁸⁹.

Mediante essa expansão do cultivo de cana-de-açúcar e de implantação de novas unidades agroindustriais, o governo do estado de São Paulo também comparece como arregimentador do discurso de que tal processo irá promover o desenvolvimento da região, gerando emprego e renda. No entanto, no caso do Oeste Paulista e, de modo particular o Pontal do Paranapanema existe um diferencial a ser considerado. Trata-se de uma região, onde a questão fundiária e o movimento de luta pela terra têm repercutido no contexto nacional. Assim, acreditamos que o suporte dado pelo Estado ao capital agroindustrial, tem o intuito deliberado de coibir o movimento de luta pela terra e neutralizar o conflito de classes latente nesta porção do estado.

Diríamos inclusive, que há na região um jogo político alicerçando a aliança entre Estado e empresários rurais. Neste sentido o Estado incentiva os investimentos para o Oeste Paulista contemplando as demandas dos empresários rurais, cujo interesse é legitimar a posse da terra, na tentativa de tornar verossímeis os títulos de propriedade. Neste particular, cabe destacar, que as terras devolutas com até 500 hectares já foram beneficiadas com a lei nº 11.600/2004, promulgada pelo então governador Geraldo Alckmim. E atualmente encontra-se em tramitação na Assembléia Legislativa de São Paulo, o Projeto de Lei nº 578/2007, de autoria do Governador José Serra, que prevê a regularização de terras devolutas do Pontal do Paranapanema com área superior 500 hectares. O que ora acabamos de destacar reflete, as disputas e tensionamentos no âmbito dos setores do capital que, segundo Thomaz Júnior,

Estão no cerne da ampliação do empoderamento, para alguns, ou na legitimação do poder de classe, para outros, especialmente os latifundiários que ainda ocupam terras públicas e devolutas. (2007, p 12)

Como a propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio, é fundamental que ela esteja regularizada, legalizada e a serviço da lógica rentista e imobiliária. Porém, contrariando essa lógica, comparecem em cena os

²⁸⁹ Ver: THOMAZ JÚNIOR, 2009 (Tese de Livre Docência).

movimentos sociais de luta pela terra, contestando a legitimidade da apropriação irregular das terras públicas, defendendo a Reforma Agrária e a reversão da grilagem de terras no Pontal do Paranapanema. No interior desse conflito que nada mais expressa do que uma das facetas da luta de classes na referida região, o capital pressiona o Estado a criar mecanismos de contenção das lutas encabeçadas pelos movimentos, diretamente envolvidos na luta pela terra e pela Reforma Agrária, tendo como principal expoente o MST.

Essa preocupação com a regularização das terras do Pontal, bem como com a contenção dos conflitos fundiários na região fica evidente na fala do presidente da Unipontal (União dos Municípios do Pontal do Paranapanema) e prefeito do Município de Regente Feijó, quando ele diz: “Nosso compromisso é estar cada dia mais unido em benefício da região, buscando soluções para os problemas, iguais ao conflito fundiário. Vamos liderar esse esforço junto ao governo do estado para regularizar as grandes áreas do Pontal”²⁹⁰.

É em nome da superação do processo de estagnação econômica da região, sobretudo através do estímulo à produção dos combustíveis renováveis, que o conteúdo das novas alianças entre latifundiários/grileiros, capitalistas e o Estado se revela. É nesse contexto, tanto de expansão da produção como de aumento do consumo do etanol no mercado interno e externo, que essas alianças vêm sendo costuradas, de modo particular no Pontal do Paranapanema. Sob esta perspectiva, capitalistas e produtores estão arrendando terras com pendências jurídicas (devolutas e em julgamento) para plantarem cana-de-açúcar²⁹¹ e, assim, legitimarem a posse das terras públicas em nome dos grileiros e se garantirem à frente dos negócios. Desse modo, se beneficiando com os baixos preços da renda da terra, bem como com a possibilidade de ao final dos contratos e com o prolongamento das negociações, serem novamente beneficiados, dessa vez com a prerrogativa de comprarem as terras já legalizadas²⁹².

O interesse em legitimar as terras em situação irregular no Pontal do

²⁹⁰ Em matéria divulgada no Jornal O Imparcial, de 04 de março de 2007, o presidente da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (Unipontal) e prefeito do Município de Regente Feijó, destacaram o interesse do governo estadual e local em regularizar as terras devolutas no Pontal do Paranapanema.

²⁹¹ Durante pesquisa de campo realizada nos dias 3, 4 e 5 de abril de 2007, essa questão compareceu de forma mais evidente.

²⁹² Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2007c, p.8-9.

Paranapanema, para que o agronegócio impere com segurança jurídica, bem como o papel atribuído ao Estado nesse processo é novamente externalizada, desta vez pelo presidente da UDR (União Democrática Ruralista). O Sr. L.A.N. Garcia, atribui ao governo do estado de São Paulo a função de legitimar as terras do Pontal, para que se tornem legítimas e ofereçam segurança para os usineiros que queiram investir nesta porção do estado. A sua justificativa se dá no fato de que a “estagnação da região está ligada à instabilidade das terras [...] a insegurança jurídica”²⁹³.

Frente ao exposto, há que se atentar para o fato de que esse cenário que se desenha de modo especial no Pontal do Paranapanema, não pode ser apreendido somente no plano objetivo-material, mas também no âmbito político. Dito de outro modo, a fusão de interesses da classe dominante expressa nessa porção do estado de São Paulo não perpassa somente pelo aspecto econômico, pois ela é uma questão essencialmente política. O usineiro, para implantar uma planta fabril na região e fazê-la funcionar ele precisa de antemão ter a garantia da terra e, por conseguinte da cana (que pode ser própria em terras arrendadas). Desse modo, para viabilizar e garantir sua produção, que é legal, o capitalista faz aliança com o latifúndio para legitimar a terra ilegal.

Uma vez costurada essa aliança, em poucos anos a equação política da questão fundiária do Pontal do Paranapanema será possivelmente montada, tendo como desdobramentos, de um lado o desmonte do território de luta pela terra e pela Reforma Agrária nessa porção do estado (especialmente se não houver reação dos movimentos sociais) e, de outro lado, a retomada do poder político de classe da burguesia e do capital, inclusive do capital internacional (que já evidencia sua participação em várias empresas da região), uma vez que este poder não foi perdido, mas ao contrário está se renovando a partir de algumas ações, inclusive com a cooptação dos assentados, que se vêem sem perspectiva de viabilização da produção na terra (condição muitas vezes imposta pelo endividamento e pelas políticas públicas que não atendem suas reais necessidades) e, conseqüentemente de permanência nela.

²⁹³ Com base em Matéria divulgada no Jornal O Imparcial – Caderno Regional/6B – 18 de janeiro de 2006; e levantamento efetuado junto a UDOP e ao MAPA.

2.7 – A Territorialização do Negócio-agro-sucro-energético no Estado de Goiás: Dinâmica Produtiva e Desdobramentos na Maior Fronteira em Expansão

Em meio à crise e o processo de desregulamentação do agronegócio canavieiro, no final da década de 1990, vários grupos nordestinos (como já destacamos anteriormente) direcionaram parte de seus capitais para o Centro-Sul, especialmente São Paulo e Minas Gerais. Porém, com a valorização das terras nos referidos estados ampliou-se o horizonte de expansão desses grupos para novas frentes como Mato Grosso do Sul e Goiás. Apesar de alegar a precariedade de algumas estradas e a distância dos principais portos, grupos nordestinos como o Japungu (Paraíba) e Antonio Farias (Pernambuco), adquiriram unidades no estado de Goiás e hoje investem em novos projetos. A partir de então, o estado de Goiás tem sido palco de investimentos não só desses grupos, mas também de outros, inclusive paulistas.

Todavia, o processo de expansão da cana-de-açúcar em Goiás só começou a deslançar a partir de meados de 2004²⁹⁴, quando a soja alcançava preços baixos no mercado internacional. A dificuldade apresentada pelos produtores de soja no estado (os preços do produto em baixa e o endividamento de muitos deles) foi porta de entrada para os empresários agroindustriais canavieiros oriundos também de outros estados, sobretudo de São Paulo. Somam-se a esses fatores as grandes extensões de terras favoráveis ao cultivo de cana e a mecanização; condições edafo-climáticas e apoio do governo do estado.

Apesar de a logística ser apontada pela maioria dos grupos entrevistados como sendo um fator de atração de novos investimentos nas fronteiras em expansão da cana-de-açúcar, há a ressalva, sobretudo no estado de Goiás, de que esta precisa ser melhorada. Tanto é que o setor tem buscado parceria com o governo federal e os governos estaduais.

O projeto do alcoolduto (ao qual nos referimos anteriormente) tem início

²⁹⁴ Mesmo não tendo realizado ainda pesquisa de campo nessa porção do território, é possível efetuarmos algumas considerações com base em levantamentos realizados até agora em diversas fontes, especialmente durante entrevistas junto a outros dirigentes e altos funcionários das empresas

no município de Senador Canedo/GO, e conta com a parceria do governo federal e dos governos de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, está sendo executado pela Petrobrás. Visando o escoamento da produção de etanol da região Centro-Oeste do país, o alcoolduto passará pela cidade de Uberaba/MG e Ribeirão Preto/SP e Guararema/SP. Dessa última, seguirá para a cidade litorânea de São Sebastião, e finalmente para o terminal de Ilha d'Água, no Rio de Janeiro.

O alcoolduto está sendo construído por etapas, devendo as primeiras obras começar a operar até o final de 2009²⁹⁵. O trecho que está mais avançado é o que liga os municípios de Senador Canedo/GO e Paulínia/SP. Com cerca de 1.150 km de extensão, seu custo está estimado em US\$ 1 bilhão, aproximadamente.

A perspectiva é de que uma vez efetivado, este projeto estimule ainda mais a implantação de novas unidades agroindustriais canavieiras ao longo de seu percurso, especialmente se o interesse japonês no álcool brasileiro for concretizado.

Entre os incentivos do governo do estado para os novos investimentos figuram os financiamentos concedidos pelo FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste) e redução de ICMS mensal devido pelas empresas beneficiárias²⁹⁶. Recentemente o governo do estado de Goiás lançou o Programa Produzir, que beneficiam todas as empresas agroindustriais canavieiras em processo de implantação ou ampliação da capacidade produtiva²⁹⁷.

Este Programa consiste em incentivar a implantação e/ou expansão de indústrias no estado. Ele atua reduzindo, por meio de financiamento, o valor do ICMS mensal devido pela empresa beneficiária em 73%, de modo a tornar o custo de produção mais barato e o produto mais competitivo no mercado. Dependendo do projeto industrial – implantação de nova unidade, expansão e/ou diversificação produtiva; realocização de unidade ou revitalização de unidade

agroindustriais canavieiras visitadas em outros estados.

²⁹⁵ AGROSOFT – Notícias. 28 de maio de 2008.

Disponível em: <http://www.agrosoft.org.br/agropag/101030.htm>

²⁹⁶ A título de exemplo, em 2006 o SIFAEG e o SINFAÇÚCAR conseguiram junto ao governo de Goiás, reduzir o ICMS cobrado sobre a venda de álcool hidratado de 26% para 15%.

²⁹⁷ Constatado *in loco* durante pesquisa de campo – out. 2008.

paralizada – os prazos de financiamento são de sete anos (nos dois primeiros casos) ou quinze anos (nos dois segundos casos).

Com maior parte das terras no Bioma Cerrado, o estado de Goiás, objeto dessa fúria expansionista, com a soja, via PRODECER figura atualmente como uma das principais frentes de expansão canavieira, e atrai grandes grupos paulistas como o Cosan, Santelisa Vale e a Odebrechet, que estão com novos projetos sendo implantados no estado.

Um aspecto se faz importante ressaltar, por mais que muitos empresários agroindustriais canavieiros minimizem a participação do Estado nesse processo expansionista, alegando a autonomia do capital agroindustrial canavieiro para empreender esse negócio, a figura do mesmo tem sido fundamental em termos de aporte financeiro e de isenção/redução de impostos, via BNDES, Banco do Brasil, Programa Produzir etc. E isso tem sido divulgado pelos órgãos competentes e em várias mídias, e comprovado por meio de entrevistas realizadas e das próprias evidências deixadas na paisagem, ou seja, das placas expostas na frente ou nas proximidades das empresas (Foto 17).

Foto 17 - Cosan – Unidade Jataí/GO Programa Produzir



Fonte: Pesquisa de Campo – Goiás out. 2008

Daí depreende-se que se não fosse a participação do Estado enquanto agente fomentador do processo de produção e reprodução do espaço, e formulador do discurso de geração de energia com base em fonte limpa e renovável, esse projeto expansionista do capital agroindustrial canavieiro, mesmo

com todas as estratégias já destacadas anteriormente, talvez não ganhasse a proporção que ganhou.

Depois de 30 anos de implantação do PRODECER (anos 1970 e 1980), que vinculou o desenvolvimento econômico regional ao monocultivo da soja²⁹⁸, os agricultores goianos se vêem novamente sob a eminência de um outro grande projeto expansionista, dessa vez da cana-de-açúcar. Esse novo negócio coloca em questionamento que tipo de desenvolvimento está sendo gestado.

O desmatamento do Cerrado, no estado de Goiás, no passado ocorreu em função da expansão das fronteiras agrícolas voltadas à produção de grãos, ao desenvolvimento de novas pastagens para a pecuária e à produção de carvão vegetal. Atualmente, com a nova dinâmica territorial e produtiva do negócio-agro-sucro-energético, essas áreas antes desmatadas e ocupadas por diversas atividades produtivas, inclusive a soja, estão sendo substituídas pela cana-de-açúcar e unidades agroindustriais canavieiras. Contudo há que se fazer a ressalva de que essa expansão ganha novo contorno, ou seja, está avançando também (e novamente) sobre a vegetação nativa do referido bioma.

A “necessidade” do capital em imprimir progresso e modernidade às áreas de Cerrado, incluídas no circuito produtivo de caráter marcadamente capitalista tem feito do estado de Goiás *“um grande laboratório para a implantação das inovações”*, provocando a *“desconstrução dos povos/culturas cerradeiros”* e a constituição de um *“caleidoscópio de identidades”* decorrente da diversidade de migrantes. (MENDONÇA, 2004, p. 135)

Diríamos em acréscimo, que a reestruturação produtiva do capital tem provocado também no cerrado goiano, transformações socioespaciais profundas, as quais se materializam territorialmente nas novas formas produtivas e de gestão e controle do processo de produção e de trabalho, impingindo-nos, pois, o desafio de desvendar o ordenamento territorial resultante dessa processualidade social.

Assim como em Minas Gerais, no estado de Goiás a entrada de novos grupos alavancou a produção a partir de finais dos anos 1990. Esse incremento é expresso, por exemplo, na produção de cana-de-açúcar, que aumentou de 7,2 milhões de toneladas na safra 1999/2000 para 14,5 milhões na safra 2004/2005,

²⁹⁸ Cf. MENDONÇA, 2004.

bem como na produção de açúcar, que sofreu um aumento de 120% da safra 1999/2000 para a safra 2004/2005, ao passar de 7,477 milhões de sacas para 16,362 milhões, respectivamente²⁹⁹. Em termos de área plantada com cana-de-açúcar vale destacar que, de 2007 para 2008, o estado de Goiás, apresentou o maior crescimento em aos demais estados produtores do Centro-Sul, passando de 308.840 hectares para 432.009 hectares³⁰⁰. A previsão é de que num prazo de oito anos a área de cana em Goiás atinja a casa dos 10%, o equivalente a 2,5 milhões de hectares³⁰¹.

Assim, dentre as principais frentes de expansão recente do negócio-agro-sucro-energético, Goiás é o estado que apresenta o maior índice de crescimento em termos de área plantada (Quadro 5), seguido por Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Quadro 5 – Expansão da área plantada com cana-de-açúcar nos principais estados produtores do Centro-Sul – 2007 a 2009

Estado	Safra 2007/2008 (ha)	Safra 2008/2009 (ha)	Variação%07/08 para 08/09
SP	3.961.928	4.445.281	12,2
PR	513.965	604.923	17,7
MG	462.969	574.990	24,2
GO	308.840	432.009	39,9
MS	212.551	290.990	36,9
MT	217.762	231.060	6,1
RJ	94.613	100.399	6,1
ES	59.231	70.086	18,3
Total	5.831.859	6.749.738	15,7

Fonte: Canasat/UNICA/CTC - 2008

²⁹⁹ Levantamento realizado pela CONAB e divulgado pelo Diário da Manhã – On-line, Goiânia, 09/5/2007 - edição nº 7124. Disponível em: <http://www.dm.com.br/old/impreso.php?id=183383&edicao=7124&ccck=1>

³⁰⁰ Cf. Repórter Brasil – Relatório Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

³⁰¹ Diário da Manhã - Goiânia/GO/Biodiesel. 09 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://brasilbio.blogspot.com/2007/10/gois-ter-84-usinas-de-lcool-e-acar-at.html>> Acesso em: 15 de

A Pesquisa de Campo nos revelou e os dados apresentados (Tabela 8) demonstram que o crescimento da área plantada com cana-de-açúcar no estado de Goiás está associado à quantidade de novas unidades processadoras já instaladas, em construção e de projetos que o estado tem recebido. Desse modo, Goiás lidera a fúria expansionista do capital agroindustrial canavieiro, e reforça a tese de que a vegetação de Cerrado *“tida como pobre e o chapadão como áspero”* está sendo *“valorizada ideologicamente para justificar a eliminação quase que por completo do Bioma Cerrado e de seus subsistemas”* (MENDONÇA 2004, p. 134).

Tabela 8 – Unidades Agroindustriais Canavieiras Novas Instaladas, em Implantação e Projetos, no Estado de Goiás

Nº	Nome/Razão Social	Município	Grupo
1	(Boa Vista) Usina Boa Vista S/A (instalada)	Quirinópolis	São Martinho
2	(Bom Jesus) Destilaria Bom Jesus Ltda (instalada)	Itumbiara	Fábio Cerrado
3	(Cachoeira Dourada) Usina Cachoeira Dourada (projeto)	Cachoeira Dourada	USJ
4	(Caçú) Caçú Comércio e Indústria de Açúcar e Álcool Ltda. (instalada)	Vicentinópolis	EngBanc
5	(Boa Vista) Usina Boa Vista S/A (instalada)	Quirinópolis	São Martinho
6	(CBB - Companhia Bioenergética Brasileira) Alda Participações e Agropecuária Ltda (projeto)	Vila Boa	n.i
7	(Centro - Oeste) Central Energética Centro-Oeste Açúcar e Álcool (projeto)	Planaltina	n.i
8	(CNAA Itumbiara) Central Itumbiara de Bioenergia e Alimentos S/A (instalada)	Itumbiara	CNAA/Santa Elisa Vale
9	(Cosan Centroeste) Cosan Centroeste S/A - Açúcar e Álcool (instalada)	Jataí	Cosan
10	(Cotril) Cotril Bio-Energética Ltda (projeto)	Acreúna	Cotril
11	(Decal) Usina Rio Verde Ltda (projeto)	Rio Verde	Decal
12	(Elcana) Elcana Goiás Usina de Alcool e Açúcar Ltda (projeto)	Jataí	n.i
13	(Energética São Simão) Energética São Simão S/A (projeto)	São Simão	n.i
14	(Energética Serranópolis) Energética Serranópolis Ltda (instalada)	Serranópolis	n.i
15	(Entre Rios) Entre Rios Bioenergia Açúcar e Álcool Ltda (projeto)	Chapadão do Céu	Equipav
16	(ETH - Rio Claro) Rio Claro Agroindustrial Ltda (projeto)	Caçú	n.i

abril de 2008.

17	(Fortaleza) Usina Fortaleza Açúcar e Álcool Ltda (instalada)	Porteirão	n.i
18	(Itarumã) Energética do Cerrado Açúcar e Álcool Ltda (projeto)	Itarumã	Mitsui/Petrobrás/Cerrado
19	(Itel) Itumbiara Energética Ltda (Itel) (projeto)	Itumbiara	Itelgo
20	(Jalles Machado – Otávio Lage) Jalles Machado S/A (instalada)	Goianésia	Jalles Machado
21	(Jataí) Usina de Açúcar e de Álcool Jataí Ltda (implantação)	Jataí	ADM/Cabrera
22	(Morro Vermelho) Brenco Companhia Brasileira Energia Renovável (projeto)	Mineiros	Brenco
23	(Nardini) Nardini Agroindustrial Ltda (projeto)	Aporé	Nardini
24	(Ouro Verde) Usina Ouro Verde S/A (projeto)	Silvania	n.i
25	(Panorama) Usina Panorama S/A (instalada)	Itumbiara	n.i
26	(Planalto) Usina Planalto Ltda. (projeto)	Itumbiara	n.i
27	(Porto das Águas) Usina Porto das Águas Ltda (projeto)	Chapadão do Céu	Cerradinho
28	(Quixadá) Usina Quixadá Fabricação de Açúcar e Álcool Ltda (projeto)	Pontalina	n.i
29	(Rio Doce I) Central Energética Rio Doce Ltda (projeto)	Cachoeira Alta	n.i
30	(Rio Doce II) Central Energética Rio Doce Ltda (projeto)	Jataí	n.i
31	(Rio Verde) Rio Verde Indústria de Álcool e Açúcar (projeto)	Rio Verde	Andrade
32	(São Francisco) U.S.J. Açúcar e Álcool S/A (instalada)	Quirinópolis	USJ
33	(Serra do Caiapó) Destilaria Serra do Caiapó S/A (instalada)	Montividiu	Souza
34	(Sinimbu) Usina Cansação de Sinimbu S.A. (projeto)	Serranópolis	n.i
35	(Tropical Bioenergia) Tropical Bioenergia S/A (instalada)	Edéia	BP/Maeda/Santaelisa Vale
36	(Uruaçu) Uruaçu Açúcar e Álcool Ltda. (projeto)	Uruaçu	n.i
37	(UTE Codora) Codora Energia Ltda (instalada)	Goianésia	Jalles Machado
38	Vale do Verdão S/A Açúcar e Álcool (instalada)	Turvelândia	
39	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda (Bom Sucesso) (instalada)	Goiatuba	Farias
40	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda. (projeto)	Itaberaí	Farias
41	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda (projeto)	Itapuranga	Farias
42	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda. (projeto)	Turvânia	Farias

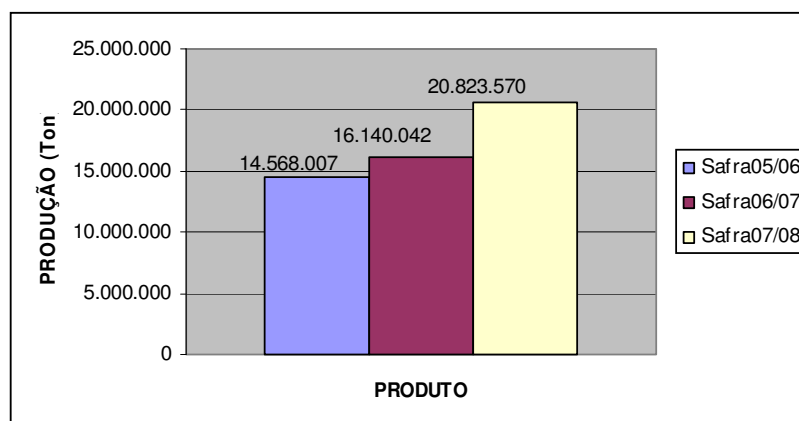
Fonte: MAPA/UDOP - 2009; Pesquisa de Campo – 2008

Essa expansão elevou o estado no *ranking* de produção do Centro-Sul e nacional, que passou a ocupar a quarta e a quinta posição, respectivamente. Na safra 2005/2006 ficou em quarto lugar no Centro-Sul com o processamento de 14.568.007 de toneladas de cana-de-açúcar e 749.839 toneladas de açúcar, e na quinta posição em produção de álcool, com 730.058 m³. Na safra 2006/2007, o

estado manteve a quarta posição no *ranking* ao processar 16.140.042 de toneladas de cana-de-açúcar e 768.168 toneladas de açúcar. E passou a quarto colocado também na produção de álcool, com 821.971 m³. Na safra 2007/2008, o estado de Goiás consolidou a quarta colocação no *ranking* do Centro-Sul, ao processar 20.823.570 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzir 950.602 toneladas de açúcar e 1.190.152 de m³ de álcool, e a quinta posição nacional na produção de cana-de-açúcar e de açúcar, atrás do estado de Alagoas.

Dados do Ministério da Agricultura apontam que a produção de cana moída no estado sofreu uma evolução de cerca de 30%. Passando de 14.568.007 de toneladas na safra 2005/2006, para 20.823.570 na safra 2007/2008 (Gráfico 11). O aumento maior foi registrado entre as safras 2006/2007 e 2007/2008. De uma safra para outra o aumento foi de 6.255.563 de toneladas de cana. Um aumento percentual de pouco mais de 20%.

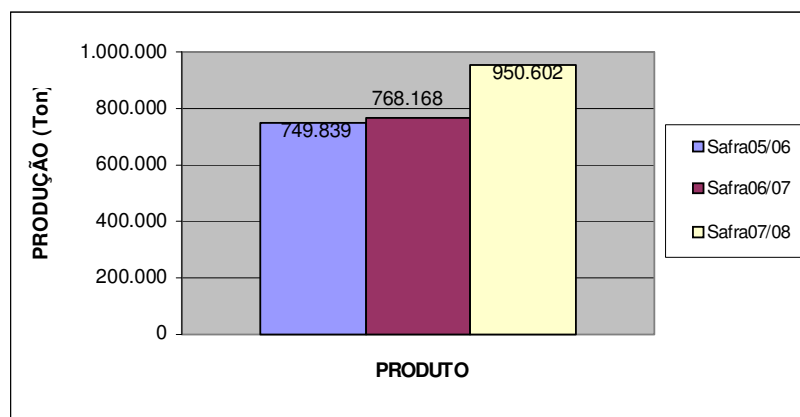
Gráfico 11 – Produção de Cana Moída no Estado de Goiás – 2005 a 2008



Fonte: MAPA/2008 - Elaboração: A. M.S. Oliveira

Em termos de produção de açúcar os números mostram que o aumento foi pequeno no conjunto das três safras. Apresentando maior evolução da safra 2006/2007 para a safra 2007/2008 (Gráfico 12). A produção nesta última safra foi de 950.602 mil toneladas de açúcar, quase 20% superior à safra 2006/2007, que foi de 768.168 mil toneladas.

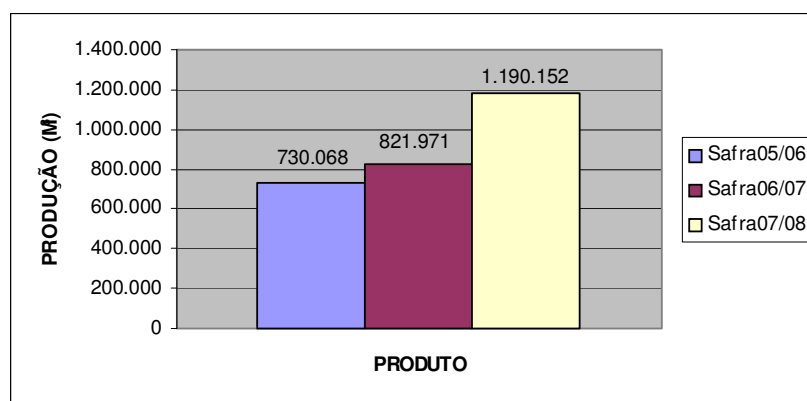
Gráfico 12 – Produção de Açúcar no Estado de Goiás – 2005 a 2008



Fonte: MAPA/2008 - Elaboração: A. M.S. Oliveira

No tocante a produção de álcool em Goiás, vale dizer que esta apresentou um aumento expressivo, especialmente na safra 2007/2008 (Gráfico 13), demonstrando que a mesma foi mais alcooleira, como revela os dados dos demais estados aqui destacados. De 821.971 m³, em 2006/2007, saltou para 1.190.152 de m³, na safra 2007/2008. Um aumento de aproximadamente 30% em relação à safra anterior.

Gráfico 13 – Produção de Álcool no Estado de Goiás – 2005 a 2008



Fonte: MAPA/2008 - Elaboração: A. M.S. Oliveira

Na safra 2008/2009, Goiás é o quarto no *ranking* do Centro-Sul e

nacional no processamento de cana-de-açúcar, com 29.796.821 de toneladas, e de produção de álcool com 1.723.786 milhões de m³. Em termos de produção de açúcar ocupa a quarta posição no Centro-Sul, e a sexta no *ranking* nacional, com 957.505 mil toneladas, ficando atrás do estado de Pernambuco.

2.7.1 – A dinâmica territorial e produtiva das empresas agroindustriais canavieiras visitadas no estado de Goiás

A apreensão do processo de (re)ordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no estado de Goiás (assim como em outros) se pautou na busca constante de dados e informações em diversas fontes secundárias (bibliográficas, midiáticas e institucionais), bem como num intenso levantamento empírico junto a sindicatos, prefeituras, trabalhadores, Ministério Público do Trabalho e unidades agroindústrias canavieiras. Desse modo foi possível se inteirar sobre aspectos do contexto de expansão, relacionados também às empresas as quais não nos foi permitido visitar. Contudo, nos deteremos no momento apenas nas unidades processadoras visitadas, e que se dispuseram a disponibilizar informações.

Ao todo foram seis as empresas visitadas (**Mapa 2**), a saber: Usina Boa Vista S/A (grupo Ometo-São Martinho), no município de Quirinópolis; Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda – Unidade Bom Sucesso (grupo Farias), no município de Goiatuba; Caçú Comércio e Indústria de Açúcar e Álcool Ltda (grupo Engebanc), no município de Vicentinópolis; Destilaria Serra do Caiapó S/A (grupo Souza), no município de Montividiu; Goiasa Goiatuba Álcool Ltda (grupo Construcap), no município de Goiatuba; e Cosan Centroeste S/A - Açúcar e Álcool (grupo Cosan), no município de Jataí. Destas, somente a unidade Goiasa já se encontra em operação há muitos anos. As demais ou eram recém inauguradas ou estavam em fase final de implantação, em vias de iniciar o processamento.

É o caso da Usina Boa Vista, em Quirinópolis, a mesma iniciou as atividades de moagem em junho de 2008. Projetada para moer em torno de 3.500.000 a 4.000.000 de toneladas de cana até 2010, na primeira safra já previa moer 1.200.000 de toneladas de cana-de-açúcar e 107.000 m³ de álcool.

A empresa possui cerca de 21.000 hectares de terras com cana plantada, os quais correspondem a terras próprias, próprias/parceria/arrendadas e de fornecedores, distribuídas na seguinte proporção: 1.000 hectares (5%) própria, 12.000 hectares (57%) parceria/arrendamento e 8.000 hectares (38%) de fornecedores. A previsão é dobrar essa área para cerca de 42.000 mil hectares com cana plantada, à medida que ampliar a capacidade produtiva da unidade processadora.

O grupo São Martinho, assim como os demais grupos que estão encabeçando esse processo de expansão recente com a implantação de novas unidades, reforça a tendência estratégica de focar a produção inicialmente no etanol e na co-geração de energia, aliando a questão mercadológica à melhor eficiência e aproveitamento da planta fabril. Tanto é, que a Usina Boa Vista iniciou produzindo apenas álcool e energia, com perspectiva de implantação da fábrica de açúcar somente para 2011. Neste sentido o Gerente Industrial da empresa destacou:

A co-geração de energia é uma excelente fonte de renda para os grupos. As usinas novas estão entrando com o álcool e com a energia. Elas não pensam no açúcar na primeira safra. Elas vão pensar no açúcar na terceira, na quarta safra. Quando já estão estabilizadas. Você tem uma sobra de bagaço, assim a co-geração de energia passou a ser uma fonte de receita monstruosa para a usina. Tanto é que nós vamos moer três anos aqui sem produzir açúcar. Vamos produzir só álcool hidratado e energia elétrica, que é a concepção original do projeto. (CALSONI, entrevista – 30/09/2008, p. 01)

Projetada nos padrões mais modernos de unidades fabris em termos de equipamentos e automação, a empresa possui o COI (Centro de Operações Integradas), que fica numa sala de comando ligada 24 horas por dia, apresentando em tempo real o status de todo processo produtivo. Através desse sistema são gerenciadas as operações de extração e tratamento do caldo, fermentação, destilação, armazenagem, geração de vapor, geração de energia elétrica e ar comprimido, bem como o tratamento de água e efluentes. Trata-se de um sistema de controle integrado (*on-line*) à matriz, que permite o acesso e acompanhamento do processo de produção fabril por seus diretores e

presidência, em Pradópolis/SP.

Conforme destacou o Gerente Industrial da unidade, a estratégia do grupo São Martinho com a implantação do sistema de controle automatizado é obter um melhor rendimento industrial, portanto, maior produtividade com o máximo de velocidade. Significa dizer que a eficiência, a rapidez e a produtividade são fundamentais para garantir a racionalidade do processo e um melhor retorno de capital de modo a compensar os custos de implantação do projeto.

Ao conceber a Usina Boa Vista como uma empresa “enxuta”, o grupo São Martinho não só automatizou a planta fabril, como mecanizou a lavoura. A unidade processadora já iniciou as atividades com 100% do plantio e da colheita de cana-de-açúcar mecanizada. Ao todo são 18 máquinas colheitadeiras, que colhem a cana sem queima prévia. Assim, o emprego de mão-de-obra tanto na parte agrícola como na fabril fica bem abaixo da média das outras empresas, em torno de 1.500 trabalhadores ao todo, enquanto a maioria das unidades emprega esse contingente só na lavoura.

O Gerente Industrial da Usina Boa Vista destacou alguns aspectos relacionados aos equipamentos da planta fabril para caracterizá-la como moderna, a saber:

- 2 Moenda com acionamento elétrico, que a torna mais versátil do que aquelas acionadas por turbinas a vapor, comum ainda na maior parte das unidades processadoras do país;
- 3 Sistema silenciador de ruídos, fazendo com que a unidade processadora seja mais silenciosa que as demais;
- 4 Sistema de lavagem de gases, que retém até 99% da fuligem;
- 5 Circuito fechado de água (implantado em várias outras unidades no país), que permite a captação de um volume de água menor. Enquanto nas unidades mais antigas e sem esse sistema o volume de água captado é de 2,5 a 4,0 m³/ton./cana, na Usina Boa Vista o volume de água captado é de 1,0 m³/ton./cana.
- 6 Caldeira de alta pressão, cuja potência é de 167 kg de pressão para queima de 250 toneladas de bagaço a 515 graus de temperatura.

Com isso a empresa pretende gerar 65 MW de energia, dos quais 41 MW será comercializado. Caldeiras desse porte também se constituem um diferencial entre a maioria das unidades processadoras, especialmente entre as mais antigas, que geralmente utilizam três ou quatro caldeiras para atingir a mesma (ou inferior) capacidade de geração de energia.

Isso reforça a tese de que a tecnologia de equipamentos e processos não é absorvida da mesma forma por todas as empresas agroindústrias canavieiras, nem mesmo pelas novas que estão sendo implantadas, haja vista depender do grau de capitalização e da visão estratégico-empresarial do grupo que a adota, contribuindo assim para a diferenciação inter-empresas.

A Usina Vale Verde – Unidade Bom Sucesso, é a quarta unidade do grupo Farias no estado de Goiás, e a primeira como projeto *greenfield*, visto que as demais foram adquiridas já prontas. Na ocasião da visita³⁰², a mesma se encontrava em fase de teste da caldeira e dos equipamentos. Como o início da moagem ainda dependia dos ajustes nos equipamentos e das condições climáticas (por coincidir com o período de chuvas), o Gerente Industrial estimou que a unidade devesse processar na safra 2008/2009, cerca de 400.000 toneladas de cana-de-açúcar, e 36.000 m³ de álcool. Para a safra 2009/2010 a previsão é de moer 1.000.000 de toneladas de cana-de-açúcar.

A empresa praticamente não possui áreas com cana plantada arrendada, nem própria. A cana-de-açúcar que será processada é proveniente de um grupo de dezessete fornecedores, grandes produtores de soja e milho da região que formaram uma associação, a AFC (Associação dos Fornecedores de Cana), para fornecer cana-de-açúcar com contrato de exclusividade para a Unidade Bom Sucesso. A área plantada pelos fornecedores/associados é de 18.000 hectares, dos quais 7.000 mil são destinados para o fornecimento à referida unidade. Mas vários deles fornecem também para a Usina Goiasa, pois já faziam isso antes da implantação da Unidade Bom Sucesso.

Como a empresa não possui cana própria, também não emprega trabalhadores rurais, sendo estes contratados pelos fornecedores, via associação. Segundo o Gerente Operacional da AFC³⁰³, a colheita será 30% mecanizada

³⁰² Outubro de 2008.

³⁰³ Em entrevista realizada durante visita à entidade. Outubro de 2008.

(com máquinas colheitadeiras terceirizadas) e 70% manual. Porém, a associação já tem projeto para aquisição de duas máquinas para as próximas safras.

Como a maioria das unidades que estão sendo implantadas, a unidade Bom Sucesso foi projetada para produzir açúcar, álcool e energia, mas iniciou as atividades somente produzindo álcool e energia para consumo próprio. A implantação da fábrica de açúcar, ampliação da capacidade de moagem e de geração de energia excedente está prevista somente para os próximos dois ou três anos.

Questionado acerca de inovações tecnológicas na planta fabril, o Engenheiro Mecânico responsável pela obra destacou que *“a unidade foi montada dentro do mais básico possível [...] Ela está no padrão das usinas mais básicas, com os equipamentos certos para a produção ser grande, mas a modernização vem na seqüência”*. (NOGUEIRA, entrevista – 03/10/2008, p. 2)

Vê-se que em termos de capacidade produtiva a visão do grupo Farias se equipara a do grupo São Martinho, ou seja, a unidade foi concebida e implantada para receber ampliações e permitir produzir mais com um custo menor e possibilitar um equilíbrio maior entre produção e gastos. Para se garantir diante da concorrência e das oscilações dos preços, principalmente do álcool, a empresa investe no aumento da capacidade produtiva e na otimização do processo, pois, como afirma o Engenheiro, *“com um monte de indústria em volta, quem tiver pequeno pode ser engolido”*. (NOGUEIRA, entrevista – 03/10/2008, p. 2). O diferencial, no entanto, entre as duas unidades, está na tecnologia empregada. Enquanto uma já nasce moderna, a outra vai sendo modernizada conforme a necessidade e o contexto produtivo.

A Unidade Caçú, no município de Vicentinópolis, era para ter entrado em operação no início da safra, mas não foi concluída a tempo. Na ocasião da visita a planta fabril ainda estava sendo montada, mas apesar de parecer um canteiro de obras com a fábrica de açúcar ainda sendo instalada, havia a previsão de iniciar a moagem antes de encerrar a safra 2008/2009, mesmo que somente para teste.

A empresa, assim como a unidade Bom Sucesso possui uma estrutura básica. O diferencial é que já iniciará as atividades produzindo açúcar, álcool e energia. A mesma estava com 6.227 hectares com cana plantada e a previsão

para as próximas safras é de ampliar essa área em mais 8.000 mil hectares, somando assim cerca de 14.000 hectares, os quais deverão ser colhidos 80% (cana queimada) mecanizados e 20% manual, tendo em vista que a empresa já possui seis máquinas colheitadeiras (marca Santal). Do total da área plantada com cana-de-açúcar cerca de 10% a 12% é própria e a restante arrendada.

Considerando que a unidade não iria iniciar as operações de fato (somente teste), na safra 2008/2009, o Gerente Industrial não arriscou nenhuma estimativa para a referida safra, mas previu para a safra 2009/2010 uma moagem inicial de 600.000 toneladas de cana-de-açúcar, devendo atingir a capacidade máxima instalada, 1.200.000 a 1.400.000 de toneladas, na próxima safra. Apesar de a unidade ter sido instalada com essa capacidade operacional, seu *layout* permite que seja ampliada para até 3.000.000 de toneladas, ou seja, como as demais unidades, esta já foi planejada de modo a permitir ampliações futuras. Nesse sentido, conforme destacou o Gerente Industrial da unidade, essa perspectiva de ampliação da capacidade produtiva visa proporcionar “economia de escala”, isto é, produzir numa escala maior com custos menores. Diríamos em acréscimo que a economia de escala ocorre quando “*o custo médio diminui à medida que a produção aumenta*”. (BESANKO; BRAEUTIGAM, 2004, p.214), ou seja, quando a expansão da produção provoca um aumento dos custos totais de produção, porém, proporcionalmente menor que os do produto, proporcionando assim, uma redução dos custos médios de produção em longo prazo. Assim, a possibilidade de maximizar os lucros à medida que a quantidade produzida aumenta, explica, em parte, porque algumas empresas são mais lucrativas que outras.

O Gerente Industrial da Unidade Caçú destacou que as empresas têm um custo para escoar e colocar a produção voltada para a exportação nos portos, denominado de custos de *fobização* (transporte, armazenagem e elevação), especialmente em estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, onde a distância dos portos é maior. Segundo o ex-presidente da UNICA, Eduardo Pereira de Carvalho, um 1/3 a 50% dos ganhos de produtividade obtidos pelas empresas agroindustriais canavieiras no Brasil são pulverizados pela deficiência da logística. O mesmo destacou que as empresas precisam investir cerca de US\$ 45, para transportar 1 m³ de álcool de Araçatuba/SP, ao Porto de Santos, por

exemplo³⁰⁴.

Esse se constitui, então, um fator de competitividade capital-capital em escala estadual e regional, pois as empresas que estão mais próximas do Porto de Santos, (São Paulo, Triângulo Mineiro), por exemplo, têm mais vantagens comparativas, visto que o custo de *fobização* é menor do que aquelas que estão a 800, 1000 quilômetros de distância do Porto.

Diríamos em acréscimo, que essas dificuldades relacionadas ao armazenamento e transporte necessários à comercialização de açúcar e álcool para o exterior, afetam principalmente as empresas menores, que não têm ou estão associadas a nenhum terminal portuário³⁰⁵. Assim, com uma produção (em termos de tonelagem) pequena essas empresas acabam tendo uma lucratividade também menor. Isso justifica, em parte, o fato de empresas como a Unidade Caçú, terem a necessidade de fazer economia de escala, investindo no aumento da capacidade produtiva e, conseqüentemente numa quantidade por tonelada maior.

Mas isso não quer dizer que as empresas menores, que processam entre 600.000 e 1.500.000 de toneladas de cana-de-açúcar sejam inviáveis economicamente, pois muitas delas operam com essa capacidade produtiva. Isso é possível porque existe uma série de fatores (os quais já discutimos no capítulo I) que contribuem para mantê-las como aporte tecnológico, estratégia de mercado, diferenciação de produtos etc.

A Usina Serra do Caiapó, no município de Montividiu, iniciou as atividades na safra 2008/2009, sendo que na ocasião da visita já se encontrava em operação. A capacidade inicial de moagem da mesma era de 600.000 toneladas de cana, devendo processar na referida safra 450.000 toneladas de cana e 40.000 m³ de álcool. Para a safra 2009/2010 a previsão é de moer 1.000.000 de toneladas de cana. Como as demais empresas citadas, a Serra do Caiapó começou produzindo apenas álcool, mas já trabalha com a perspectiva de implantar a fábrica para produzir açúcar a partir da safra 2010/2011. Do ponto de vista da co-geração de energia, para a empresa comercializar, vai precisar

³⁰⁴ Cf. Revista ALCOOLBRÁS – Reportagem de Capa. Edição 101, abril de 2006. Disponível em: http://www.editoravalete.com.br/site_alcoolbras/edicoes/ed_101/ed_101_a.html

³⁰⁵ Isso explica porque os grupos/empresas maiores como a Nova América, a Cosan, entre outras, adquirem

melhorar a caldeira já montada e instalar uma nova e mais potente, o que deverá ser feito em 2011.

Em 2008, a área plantada com cana era de 3.600 mil hectares, sendo 2.500 mil hectares (70%) próprios, 500 hectares (14%) de parceria e 600 hectares (16%) de fornecedores. Como a unidade já iniciou a safra com três máquinas colheitadeiras novas (da marca Case) e a área total plantada com cana era pequena, ela já colheu 72% mecanizado (cana crua) e 38% manual (cana queimada). Desse modo, o número de trabalhadores empregados no corte manual de cana também era pequeno, apenas 160.

Ao questionarmos o Gerente Industrial da Unidade acerca da estrutura da planta fabril e do aporte tecnológico, o mesmo ressaltou que se trata de “*uma unidade básica*”, trabalhando com meta de 100% na área agrícola mecanizada, e com quatro ternos de moenda, que serão aumentados para seis devido à ampliação da capacidade de moagem, “*mas que de moderno, não tem nada*”. O mesmo atribuiu o fato de a empresa ser básica à visão do próprio grupo/família, qualificado por ele como “*conservador*”.

O gerente destacou ainda que o grupo possui projeto para construir mais uma unidade no estado de Goiás, previsto inicialmente para ser implantado no município de Rio Verde (distrito de Ouruana). Mas acredita-se que o mesmo ainda não foi formalizado, visto que no levantamento efetuado junto ao Ministério da Agricultura, UDOP e UNICA não consta nenhum projeto registrado, que esteja relacionado ao município ou ao grupo Souza.

A Cosan Centroeste, no município de Jataí, quando da nossa visita³⁰⁶, encontrava-se num estágio de construção diferente das demais unidades. Cerca de 50%, ou um pouco mais, da montagem da planta fabril estava para ser executada. Apesar das chuvas, comuns naquele período na região (Fotos 23 e 24) a previsão era de que a unidade processadora entrasse em operação em julho de 2009. Esta é a primeira unidade instalada do grupo visto que as demais foram aquisições. Além da Cosan Centroeste, o grupo está com mais dois projetos *grenfield* no estado de Goiás (conforme já destacamos no capítulo I).

Como os novos projetos já haviam obtido a licença prévia, o grupo

³⁰⁶ terminais portuários ou se associam as *tradings*.
Durante Pesquisa de Campo – outubro de 2008.

estava na fase de implantação dos canaviais e adequação às exigências ambientais. Há que se destacar que duas dessas exigências são: a cana-de-açúcar processada não deve ser só própria e de arrendamento, tem que ter também fornecedores locais; a mão-de-obra contratada também tem que ser local. No entanto, o Coordenador Administrativo da Cosan Centroeste destacou que para a lavoura, a empresa está buscando trabalhadores do Nordeste, o que contraria a exigência da Licença Ambiental. Essa exigência é feita para todos os novos projetos, quando obtêm a licença ambiental, porém do ponto de vista do trabalho o cumprimento da mesma é parcial, e a justificativa recai sobre a insuficiência de mão-de-obra local, sobretudo para o corte de cana. Na ocasião da visita a empresa estava com 1cerca de 260 trabalhadores rurais nordestinos contratados.

A área com cana plantada em 2008, para atender a unidade Cosan Centroeste, era de cerca de 6.000 hectares, dividido entre fornecedores, arrendamento e parceria. O grupo já tinha outras áreas arrendadas, mas que ainda não estavam plantadas.

As três unidades do grupo no estado de Goiás estão projetadas para produzir açúcar, álcool e energia, mas tanto as que ainda estão em projeto como a Cosan Centroeste irão iniciar as atividades produzindo apenas álcool hidratado. Do ponto de vista tecnológico o que foi destacado como inovador foram os difusores, que serão instalados, em vez de moendas, nas três novas unidades. Com o uso de difusores, a capacidade de processamento projetada, tanto para a Cosan Centroeste como para os outros dois projetos é de 4.000.000 de toneladas. Mas todas possuem *layout* para aumentar até 8.000.000 de toneladas, o que será possível com a instalação de mais um difusor em cada uma delas. Na primeira safra (2009/2010), a previsão é de a unidade Cosan Centroeste processar cerca de 600.000 toneladas de cana-de-açúcar, devendo aumentar gradualmente a cada safra.

Com relação à colheita de cana-de-açúcar, a empresa já possui três máquinas colheitadeiras e a perspectiva é de que esta será 95% mecanizada, porém a expansão deverá ser gradual. O plantio já é 70% mecanizado, com o uso de seis plantadeiras. O Coordenador Administrativo disse que a empresa não obteve nenhum incentivo fiscal por parte da prefeitura municipal, mas obteve a

concessão de uso de prédios públicos (desativados) para instalação de alojamentos.

Antes das unidades ficarem prontas o grupo já fechou contrato de venda de energia com a CELG (Concessionária de Energia Elétrica do estado de Goiás). A Cosan Centroeste deverá começar a fornecer a partir de 2010 e a unidade que será implantada no município de Paraúna, a partir de 2012. Esses dados aqui apontados demonstram a visão empresarial e o potencial econômico do grupo Cosan em relação aos demais já destacados aqui. Se para o grupo Souza uma unidade que processa até 1.500.000 de toneladas de cana-de-açúcar é a ideal, para o grupo Cosan a viabilidade econômica está em produzir 4.000.000 de toneladas (o que para o primeiro grupo já é considerada uma obra faraônica). Todavia, o Coordenador Administrativo da Cosan Centroeste ressaltou que tanto a perspectiva de ampliação da capacidade produtiva, como de implantação da fábrica de açúcar vai depender da dinâmica do mercado.

Nesse contexto de expansão do negócio-agro-sucro-energético, os grupos/empresas que não ampliam seu negócio a partir de fusões e/ou aquisições, nem estão implantando projetos *greenfields*³⁰⁷ investem na ampliação da capacidade produtiva, expandindo a lavoura de cana-de-açúcar e implementando melhorias na planta fabril. É o caso Usina Goiasa (grupo Construcap), no município de Goiatuba. A mesma foi fundada no início dos anos 1990, e em 2008 passou por uma série de melhorias, a saber:

- 3 Ampliou a moenda de quatro para cinco ternos;
- 4 Na destilaria que tinha uma dorna, instalou mais sete dornas novas e um aparelho de destilação;
- 5 Tinha dois tanques de álcool com capacidade para armazenar cinco milhões de litros cada, e construiu mais três, um com capacidade para vinte milhões de litros e dois para dez milhões de litros cada;
- 6 Implantou um COI (Centro de Operação Integrada) que permite o acesso a todo processo produtivo (caldeiras, moendas etc.), porém em telas

³⁰⁷ No caso da unidade Goiasa havia a perspectiva de implantação de dois projetos *greenfiel*, que já tinham obtido licença prévia, mas o grupo preferiu adiar até ter uma posição mais definida do mercado internacional quanto ao etanol. Diante do contexto preferiu investir na ampliação da unidade já existente.

individuais. Nesse caso é um operador por máquina, cada um monitorando uma etapa do processo. Esse sistema é o mais comum implantado nas unidades processadoras, diferentemente do sistema instalado na Usina Boa Vista (grupo São Martinho) onde todas as etapas podem ser acompanhadas por uma única tela.

A unidade que moia em torno de 600.000 toneladas de cana com a ampliação deverá processar cerca de 2.000.000 de toneladas de cana, porém como na safra 2008/2009 ainda estava efetuando as ampliações, a previsão era de moer um pouco menos, em torno de 1.700.000 de toneladas, devendo ficar cana remanescente para a safra 2009/2010. Cerca de 70% a 75% da colheita já é efetuada com máquinas colheitadeiras e de 25% a 30% manualmente. Para a colheita manual a empresa emprega em torno de 600 trabalhadores rurais.

Cerca de 80% da cana-de-açúcar processada é produzida pela empresa em regime de parceria agrícola e o restante por fornecedores. Das empresas visitadas no estado, três produzem cana-de-açúcar em regime de parceria. Há que se ressaltar que a parceria difere do arrendamento no fato de que neste último a remuneração do dono da terra é efetuada na forma de renda paga anualmente, conforme o contrato de arrendamento. Na parceria o proprietário da terra é remunerado de acordo com um percentual estabelecido em contrato, levando em consideração a produção e a produtividade da cana-de-açúcar do primeiro ao quinto corte, por exemplo. Tanto no arrendamento como na parceria a terra fica sob domínio da unidade processadora, que efetua os tratamentos culturais, corte, carregamento e transporte (em alguns casos de parceria, dependendo das condições econômicas do parceiro ele participa ou efetua sozinho algumas dessas tarefas), devendo o dono da terra receber somente pela renda, aluguel da terra, no caso de arrendamento, ou um percentual estabelecido em contrato referente ao total de cana colhida por safra, quando se trata de parceria (nesse caso a remuneração do parceiro é menor percentualmente do que a da empresa, além disso se houver perda na produtividade e produção da cana ela é repassada também para o parceiro).

O grupo Construcap, controlador da unidade Goiás, investe estrategicamente na diversificação da produção. Assim, além de produzir açúcar comum, álcool e energia para comercialização produz um tipo de açúcar (com

qualidade inferior ao produzido para alimentação) que é exportado especificamente para uso em construção civil, na Europa (para dar mais flexibilidade a massa e evitar dilatações nas construções), bem como açúcar orgânico e álcool orgânico, este último usado na indústria de cosméticos. A empresa tem em torno de 3.300 hectares de cana orgânica plantada, e 1.084 hectares em conversão (que leva de dois a três anos). Na safra 2008/2009 processou cerca de 150.000 toneladas de cana orgânica.

Já destacamos anteriormente (capítulo I), mas vale reforçar que a busca da diversificação estratégica da produção e de competitividade no mercado se reflete também na adoção do Sistema de Controle de Qualidade dos produtos e processos (ISO9001/2000), do Sistema de Gestão Ambiental (ISO14001) e do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho (OSHA 18001). Esses referenciais agregam valor aos produtos, que se traduz em novos patamares de acumulação de capital, em benefício do grupo investidor.

Além destas unidades processadoras aqui citadas visitamos também o escritório do grupo Andrade, na cidade de Rio Verde. Este grupo paulista está com um projeto em tramitação para construir a Usina Rio Verde. Na ocasião da visita fomos informados de que os canaviais já estavam formados e que o grupo estava aguardando a liberação da licença ambiental para dar prosseguimento ao projeto. Segundo a representante do grupo que nos recebeu, problema para a concessão da licença ambiental bloqueou a liberação da licença de instalação (são duas etapas distintas), conseqüentemente atrasou a construção da planta fabril. A previsão agora é de que a unidade comece a ser instalada em 2009 para iniciar a moagem em 2010/2011.

O grupo tinha contrato com oito fornecedores, mas em função do atraso, a cana-de-açúcar plantada que já estava pronta para a colheita foi fornecida para a empresa mais próxima, a Usina Vale do Verdão, no município de Maurilândia.

2.8 – Territorialização da Produção e Comparativo de Safra nas Principais Regiões Produtoras de Cana-de-açúcar

Verifica-se, que no conjunto dos principais estados produtores estudados no Centro-Sul a safra 2007/2008 (Tabela 9) foi mais alcooleira. Acreditamos que o fato seja reflexo da expansão e do próprio mercado que estava mais favorável à produção de álcool do que de açúcar, em função dos preços deste último apresentar queda, bem como da demanda criada pelo mercado interno e externo.

TABELA 9 - Produção de Cana Moída, Açúcar e Álcool nos Principais Estados Produtores do Centro-Sul – 2005 a 2008

Safra 2005/2006			
Estados	Cana moída (ton.)	Açúcar (ton.)	Álcool (m ³)
São Paulo	241.222.574	17.188.644	10.001.941
Paraná	24.522.773	1.483.136	1.020.779
Minas Gerais	24.324.538	1.732.946	946.842
Goiás	14.568.007	749.839	730.058
Mato Grosso	12.342.929	515.087	771.039
Mato Grosso do Sul	9.037.916	400.857	495.591
Total	326.018.737	22.070.509	13.966.250
Safra 2006/2007			
Estados	Cana moída (ton.)	Açúcar (ton.)	Álcool (m ³)
São Paulo	265.379.217	20.265.290	11.060.113
Paraná	32.118.523	2.168.637	1.333.455
Minas Gerais	29.153.432	1.915.685	1.299.905
Goiás	16.140.042	768.168	821.971
Mato Grosso	13.059.354	540.198	747.481
Mato Grosso do Sul	11.635.093	574.009	640.843
Total	367.485.661	26.231.987	15.903.768
Safra 2007/2008			
Estados	Cana moída (ton.)	Açúcar (ton.)	Álcool (m ³)
São Paulo	297.135.707	19.428.617	13.351.305
Paraná	39.859.044	2.498.885	1.836.249
Minas Gerais	36.083.727	2.111.228	1.759.725
Goiás	20.823.570	950.602	1.190.152
Mato Grosso	14.563.032	536.233	859.037
Mato Grosso do Sul	14.869.063	616.196	876.772
Total	431.233.516	26.472.055	20.252.621

Fonte: MAPA/Jan.2008

A Conab divulgou, no segundo semestre de 2007, alguns dados em nível nacional, que confirmam a afirmação acima, quando nos referíamos aos principais estados produtores do Centro-Sul, qual seja: a produção de açúcar

diminuiu 0,61% na safra 2007/2008, em relação à safra anterior, devido à baixa remuneração do produto no mercado, “*que encolheu cerca de 40% no último ano*”³⁰⁸. Enquanto a produção de álcool cresceu 21,9%, tendo como principal motivador o aumento da demanda nos mercados interno e externo.

Estudo da Conab destaca que, na safra 2007/2008, o Paraná foi o estado que mais incorporou áreas ao cultivo de cana-de-açúcar no país (32,30%), seguido por Goiás (22,50%), Minas Gerais (22,10%), e Mato Grosso do Sul (18%)³⁰⁹. No caso de São Paulo, na referida safra a área colhida atingiu 3,8 milhões de hectares. Para a próxima safra a previsão é de que esta área, acrescida da área de cana recém-plantada, portanto em expansão (pouco mais de 500 mil hectares), atinja 4,5 de hectares³¹⁰.

Já levantamento efetuado pelo Canasat³¹¹, através de imagens de satélite, para a safra 2008/2009, revela que na referida safra a área com cana plantada na região Centro-Sul era de cerca de 6,53 hectares, representando um aumento de 15,7% (917,9 mil ha) em relação à safra 2007/2008. São Paulo figura como o maior produtor de cana-de-açúcar com uma área correspondente a 4,45 milhões hectares, e um crescimento de 12,2% (483,3 mil ha), respondendo assim por 66% de toda área de cana-de-açúcar do Centro-Sul. Paraná vem em segundo com 605 mil hectares, seguido por Minas Gerais com 575 mil hectares de cana. O crescimento apresentado em relação à safra 2007/2008, por ambos os estados foi, respectivamente, de 17,7% (90,9 mil ha) e 24,2% (112 mil ha). O estado de Goiás é o quarto maior produtor da região com 432 mil hectares. Foi o estado que apresentou a maior taxa de expansão entre as safras 2007/2008 e 2008/2009, o crescimento foi de 123,2 mil hectares, o equivalente a 39,9% (Quadro 6).

O primeiro levantamento efetuado pela Conab para a safra 2009/2010, estima que o setor deva moer nesta safra entre 622,03 e 633,72 milhões de

³⁰⁸ Cf. ConabWeb – Internet Conab – 30 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=73&NSN=468>

³⁰⁹ Cf. Portal do Agronegócio. Paraná-Online. 25 de março de 2008. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=noticia&&idN=22135>

³¹⁰ Matéria escrita por Xico Graziano (Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo) e divulgada no *site* do JornalCana – Conteúdo, Produção e Notícias. 26 de março de 2008. Disponível em: http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao&secao=Opini%F5es&ID_Materia=30228

³¹¹ Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/canasat/>

toneladas de cana-de-açúcar, um volume de 8,6% a 10,7% maior que na safra 2008/2009, que foi de 572,57 milhões de toneladas. Essa expansão no processamento certamente ocorrerá sob influência da cana-de-açúcar remanescente da safra anterior, ou seja, cerca de 28 milhões de toneladas de cana pronta para a colheita, que ficaram sem moer em 2008. Soma-se a isso a ampliação de 9,9% da área plantada em decorrência das novas unidades processadoras que entraram em operação recentemente ou entrarão ainda nesta safra (cerca de 25). Estima-se que para a safra 2009/2010 o total de área plantada com cana-de-açúcar no Brasil, para processamento industrial, seja de 7,79 milhões de hectares, contra 7,08 milhões da safra anterior³¹².

O estado do Paraná, que na safra 2008/2009 perdeu a segunda posição para Minas Gerais no processamento de cana-de-açúcar, na safra 2009/2010 assume novamente seu lugar como segundo maior produtor, com uma produção estimada entre 53,1 e 54,2 milhões de toneladas, ultrapassando assim Minas Gerais que deverá processar entre 50,8 e 51,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

Se formos estabelecer um comparativo de safra entre as regiões Centro-Sul e N/Nordeste, veremos que embora tenha havido evolução na produção nas safras 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008, em ambas as regiões produtoras do país, há uma grande disparidade entre o Centro-Sul e o N/Nordeste, com o primeiro se sobressaindo ao segundo.

Em termos de cana moída, os números revelam que na região Centro-Sul, assim como nos casos individuais dos estados estudados, entre a safra 2005/2006 e 2006/2007, o aumento em termos percentuais foi de aproximadamente 10,6%. Na safra 2006/2007 a produção foi de 373.912.217 de toneladas, enquanto na safra 2007/2008 a região respondeu pela produção de 431.233.516 de toneladas de cana-de-açúcar (de um total nacional de 495.843.192 milhões de toneladas), caracterizando um aumento entre a segunda e a terceira safra, de 64.609.676 de toneladas de cana moída, o equivalente a 13%.

Os números demonstram que na região N/Nordeste, a produção de

³¹² Cf. UDOP. 07 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1052453>

cana moída também expandiu da safra 2006/2007 para a safra 2007/2008. Enquanto na primeira a região produziu 54.904.022 de toneladas, na segunda processou 64.609.676 de toneladas de cana-de-açúcar, um aumento de 9.705.654 de toneladas de cana, que corresponde em termos percentuais a aproximadamente 15%.

No tocante a produção de açúcar também houve evolução em ambas as regiões, nas três últimas safras. No N/Nordeste o incremento na produção ocorreu da safra 2005/2006 para a 2006/2007, passando de 3.807.889 de toneladas para 4.192.048 de toneladas, respectivamente. Um aumento em termos percentuais de 9,3%. Já no Centro-Sul a produção de açúcar passou de 22.406.502 de toneladas para 26.543.029, da safra 2005/2006 para a 2006/2007, respectivamente, caracterizando, portanto, um incremento em termos percentuais no período referido, de aproximadamente 15,5%. Na safra 2007/2008, enquanto na região N/Nordeste a produção foi de 4.825.564 de toneladas de açúcar, o Centro-Sul processou 26.472.055 de toneladas. O aumento na produção de ambas as regiões da safra 2006/2007 para a 2007/2008 foi de 633.516 toneladas e 4.065.553 de toneladas de açúcar, respectivamente.

Quanto à produção de álcool cabe destacar que a evolução foi significativa, principalmente no Centro-Sul. Da safra 2006/2007 para a 2007/2008 a mesma saltou de 16.160.925 de m³ para 20.252.621 de m³. Neste caso o incremento foi de 19,5%, o equivalente a 3.969.001 de m³. No N/Nordeste a produção de álcool passou de 1.778.503 de m³ na safra 2006/2007 para 2.193.358 de m³, na safra 2007/2008, sendo registrado entre as duas safras um aumento de 18,5%, que corresponde a 414.855 m³.

Apesar da produção de açúcar nas duas grandes regiões ser expressiva nas três safras enfocadas, verifica-se que na última safra (2007/2008) o incremento maior coube a produção de álcool. Isso se explica, por um lado, pelo aumento da demanda interna, impulsionada pelo aquecimento das vendas de carros *flex*, e por outro, pela perspectiva de recuperação de perdas ocasionadas pela queda do preço do açúcar no mercado externo. Já na safra 2008/2009³¹³, verifica-se (Quadro 6) que a produção de álcool cresceu menos no N/Nordeste do

³¹³ Dados parciais decorrentes do último levantamento realizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – atualizados em 01 de março de 2009.

que na região Centro-Sul. Com um aumento equivalente a 2.226.880 de m³, o Centro-Sul responde por aproximadamente 92% da produção nacional de álcool.

Quadro 6 – Produção de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool no Brasil – Safra 2008/2009

Regiões	Cana moída (t)	Açúcar (t)	Álcool (m³)
N/Nordeste	58.984.330	4.008.007	2.226.880
Centro-Sul	498.825.571	26.992.849	25.057.609
Brasil	557.809.901	31.000.856	27.284.489

Fonte: MAPA/2008

Todavia, a estimativa da Conab para a safra 2009/2010, é que a quantidade de cana-de-açúcar destinada à fabricação de açúcar poderá crescer 17%, enquanto para o álcool o aumento será de apenas 7,7%. Com esse incremento a previsão é que o Brasil produza entre 36,42 e 37,91 milhões de toneladas de açúcar e entre 27,78 e 28,60 milhões m³ de álcool. Os fatores apontados para o direcionamento para a produção de açúcar em detrimento do álcool são: a elevação dos preços da *commodity* no mercado internacional, a valorização do dólar e a queda de safra na Índia³¹⁴.

Isso só é possível porque o agronegócio canavieiro estruturou-se de modo a possibilitar a flexibilização da produção, que é direcionada em maior proporção para o açúcar ou para o álcool de acordo com a demanda do mercado e a conjuntura econômica, visando com isso garantir os patamares de acumulação.

Acreditamos que neste contexto de financeirização e de mundialização do capital, a flexibilização da produção no âmbito do setor canavieiro, seja uma das múltiplas determinações que a categoria flexibilidade assume. Tendo em vista que “uma das características histórico-ontológicas da produção capitalista é sempre ‘flexibilizar’ as condições de produção” (ALVES, 2000, p.22)

Nesse sentido, Alves destaca ainda que:

³¹⁴ Cf. UDOP. 07 de maio de 2009.

Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1052453>

A flexibilidade torna-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção. Ela surge como uma abstração geral, posta pelo 'sujeito' capital em diversos níveis do complexo de produção de mercadorias, assumindo, assim, uma série de particularizações concretas, com múltiplas (e ricas) determinações. (2000, p.24)

Já vimos que a fúria expansionista do capital agroindustrial canavieiro se expressa também em termos de área plantada, especialmente se compararmos com as áreas destinadas a outras culturas. Um comparativo de área plantada de cana-de-açúcar e de outras culturas nos anos de 2004 e 2006, divulgado pelo IBGE³¹⁵, revela que a parcela destinada ao plantio de outras culturas no Brasil, diminuiu em 1.349.333 milhões de hectares, enquanto a área destinada ao cultivo de cana-de-açúcar teve um incremento de 545.562 mil hectares. Esse período coincidiu com a redução dos preços da soja no mercado externo, adversidades climáticas, e conseqüente endividamento dos produtores, favorecendo assim a expansão canavieira.

Isso confirma a hipótese de que esse novo cenário de expansão está provocando transformações sócio-espaciais e, portanto, constituindo uma (re)configuração geográfica nos territórios onde esse projeto do capital agroindustrial canavieiro se materializa.

As áreas destinadas à pecuária extensiva e a agricultura tradicional e camponesa, que já havia perdido espaço anteriormente para a agropecuária moderna voltada para a exportação, que apresentavam os maiores índices de produção e produtividade do país, hoje estão sendo novamente substituídas, dessa vez pelo agronegócio canavieiro, que se diz portador do "progresso" e do desenvolvimento.

³¹⁵ Cf. IBGE - 17 de outubro de 2007. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=998

CAPÍTULO III

OS (RE)ARRANJOS DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO E OS DESDOBRAMENTOS ESPACIAIS

*“Como o espaço capitalista é um espaço de relações contraditórias,
porque comandado pela lei do desenvolvimento desigual e combinado,
o arranjo espacial econômico compreenderá inúmeras desigualdades”*
(MOREIRA, 2008, p.73)

A leitura geográfica que fazemos do espaço não o apreende como uma mera base física, um receptáculo das ações humanas, mas como um espaço produzido pelas relações estabelecidas entre o homem e meio, tendo em vista ser esta a condição concreta da existência social dos homens. Esse caráter social atribuído ao espaço decorre, pois, das necessidades inerentes aos seres humanos, que precisam se relacionar com o seu entorno e com os seus pares, de modo a garantir sua sobrevivência. Desse modo, a interação homem-meio e homem-homem se dão no processo de produção de bens necessários à existência humana, através do trabalho.

A tarefa de obtenção de bens, seja de forma primitiva ou de transformação do meio natural em produtos elaborados, ultrapassa o limite da individualidade do trabalho humano, tendo em vista que o processo de produção se torna cada vez mais complexo, ao se realizar sob a dependência das forças produtivas, cuja evolução tem sido crescente, implicando, pois, uma divisão do trabalho e, portanto em trabalho social. Desse modo, a produção do espaço constitui-se um fato social. (MOREIRA, 2008, p. 66)

Dessas relações resultam as construções históricas espacializadas nos diferentes territórios. No âmbito do sistema metabólico do capital, essas construções históricas, ou “objetos espaciais”, como Moreira (2008, p. 68) define, constituem-se os meios de produção e reprodução do capital, através dos quais os trabalhadores produzem as mercadorias e, por conseguinte a mais-valia,

propiciando assim a ampliação do capital. Desse modo, o controle da força de trabalho torna-se a garantia de controle da reprodução do capital. Eis o cerne da luta que se trava entre capital e trabalho.

Na leitura que fazemos do território levamos em consideração as relações sociais de trabalho e sua importância ontológica no processo produtivo, apreendendo os trabalhadores enquanto sujeitos que buscam através do trabalho a satisfação das necessidades sociais, que constroem o pertencimento de classe nos enfrentamentos e embates com o seu par dialético, o capital, e que, nas suas múltiplas expressões políticas contribuem para a constituição histórica dos territórios.

Para compreender o território partimos também da premissa de que este se trata de uma realidade social definida e delimitada espacialmente por meio de relações de poder, evidenciando por meio dos conflitos de classe, dos enfrentamentos entre “dominantes e dominados” seu caráter marcadamente político. Se o território se traduz num instrumento de exercício de poder, de “*relações sociais projetadas no espaço*” (SOUZA, 2001, p.87), a questão que se nos coloca é quem domina e influencia nesse espaço, e como essa dominação ocorre.

Não é difícil definir quem domina e influencia nesse processo, se apreendermos essa questão sob a perspectiva das estratégias de produção/reprodução e, portanto, de valorização do capital no espaço, ancoradas nas ações do Estado, no controle social e no subjugado do trabalho aos desmandos do capital, e como essas relações se territorializam no espaço. Existe, portanto, uma correlação entre as forças produtivas, as técnicas existentes e os grupos que as controlam e são portadores de ideologias e representações espaciais, capazes de intervir em conformidade com interesses específicos, constituindo um jogo de forças político de classes, modificando as relações de produção e, por conseguinte as formas espaciais anteriores³¹⁶.

Desse modo, a constituição de uma “nova” condição de produção, pautada no agronegócio canavieiro, que se territorializa em novas frentes de expansão, impõe novas demandas no território, exigindo certo nível de ruptura

³¹⁶ Mais detalhes sobre essa discussão ver, BERNARDES, 2001, p. 253.

com a organização espacial historicamente construída.

Diríamos em acréscimo, que as ações do capital ao materializar-se num determinado território, criam, mantêm, desfazem e refazem as formas espaciais. Assim, os projetos e as práticas espaciais engendrados pelo capital, personificado no agronegócio canavieiro, interagem e influenciam na gestão e no controle do território, conseqüentemente nas formas de uso e exploração da terra, e no confronto com os trabalhadores, evidenciando assim a essência da luta de classes.

Partindo desse pressuposto, tentaremos neste capítulo apreender a complexidade e a manifestação dos novos arranjos espaciais engendrados pelo agronegócio canavieiro, consubstanciados nas diversas estratégias e ações do capital e do Estado.

3.1 – O Projeto Expansionista do Capital Agroindustrial Canavieiro: Arranjos e Formatações no Campo

A expectativa criada em torno da possibilidade de fortalecimento da matriz energética brasileira, de reconhecimento internacional de que o país estaria produzindo energia limpa e renovável e, sobretudo de garantir novos mercados para a “*commodity*” álcool, estimulou uma corrida desenfreada entre os empresários do setor canavieiro e aqueles que especulam e/ou vêm nos investimentos em novas áreas de cultivos de cana-de-açúcar, aquisição ou implantação de unidades processadoras, uma oportunidade de novos negócios e, portanto, de acumulação de capital.

O contexto expansionista do capital agroindustrial canavieiro tem evidenciado um conjunto de questões como o uso da terra, modelos de produção ecologicamente sustentáveis, produção de alimentos e segurança alimentar, degradação/preservação ambiental; mudanças infra-estruturais e o desenvolvimento das pequenas cidades e municípios, nos quais se instalam essas novas unidades agroindustriais canavieiras, entre outras, implicando assim em ruptura ou transformação das formas de organização espaciais construídas anteriormente.

Dito de outro modo, a necessidade de expansão da matéria-prima e de valorização espacial do capital agroindustrial canavieiro está conduzindo à reorganização do território em escala local-regional. Nesse contexto, não só as áreas com os cultivos e atividades anteriores estão sendo eliminadas ou substituídas pela cana-de-açúcar, como novas³¹⁷ áreas também têm sido incorporadas a essa forma atual de produzir.

Visando contribuir para a compreensão do processo de (re)ordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil, faz-se importante evidenciar que as alianças político-estratégicas estabelecidas entre o capital agroindustrial canavieiro, os grandes proprietários de terras e o Estado estão produzindo um novo ordenamento territorial, tanto da cana-de-açúcar como das outras atividades agropecuárias.

Já é sabido que a atividade canavieira sempre se pautou na concentração de capital nas mãos de grupos/famílias, bem como de grandes extensões de terras próprias ou sob domínio das empresas agroindustriais canavieiras. Mesmo nesse contexto, a figura do fornecedor teve papel importante, especialmente quando ainda não havia a integração entre a lavoura e a planta fabril estimulada pelo avanço tecnológico e o desencadeamento do processo de modernização da agricultura, e do segmento canavieiro em específico. Porém, com a modernização e a reestruturação produtiva do agronegócio canavieiro, especialmente a partir dos anos 1980 e 1990, a participação do fornecedor nessa atividade, especialmente dos pequenos (com produção inferior a 50 mil toneladas anuais), foi reduzindo gradualmente. (THOMAZ JUNIOR, 2002).

As empresas mais capitalizadas com os incentivos e financiamentos estatais investiram na integração agroindustrial, expandindo as áreas de cana própria e, assim, reduzindo a participação dos fornecedores, ignorando, inclusive, o Estatuto da Lavoura Canavieira, criado em 1941 (Decreto Lei nº 3.885) para dar suporte à atividade canavieira dos fornecedores. Segundo Andrade,

Os dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira, que procuravam estabelecer um equilíbrio entre a quantidade de cana moída por cada usina em 60% de canas próprias e 40% de canas

³¹⁷ Usamos a designação “novas” para nos referir as áreas que ainda não tinham sofrido (ou sofrido pouca) interferência da atividade canavieira, portanto aquelas que compreendem a expansão recente.

adquiridas dos fornecedores, foram sendo ignorados e hoje estão inteiramente suplantados. (1994, p. 192)

Faz-se importante, todavia, não generalizar, pois em vários locais a participação dos fornecedores na produção canavieira ainda é expressiva, especialmente daqueles que se organizam em associações, cooperativas ou condomínios (conforme veremos adiante). No entanto, com a abertura de capitais, somado ao aumento das aquisições e/ou fusões de capitais e empresas, vários grupos familiares estão se tornando grandes corporações, demandando assim não só maior quantidade, como também qualidade e produtividade da matéria-prima e a garantia da entrega da cana-de-açúcar nas unidades processadoras. Desse modo, para obter maior controle sobre a produção essas empresas estão investindo mais na aquisição de áreas próprias e, sobretudo arrendadas.

Apesar de em alguns locais o poder público apresentar como uma das condições para instalação das novas unidades processadoras, que os grupos que estão empreendendo o negócio dão prioridade aos fornecedores, alegando ser esta uma forma de distribuir renda, a participação dos fornecedores é cada vez menor, pois a cana própria mesmo em terras arrendadas caracteriza uma forma de controle do capital agroindustrial canavieiro sobre o território, visando à garantia, em termos de produtividade, qualidade, lucratividade da matéria-prima. Além do que, ele detém as técnicas agrícolas, os maquinários e as tecnologias empregadas na lavoura de cana.

O Gerente Corporativo da Usina Vale do Ivaí, no município de Fronteira/MG³¹⁸ destacou dois aspectos relacionados à questão do fornecimento de cana-de-açúcar por terceiros. Segundo ele a desvantagem da unidade processadora operar com a maior parte da matéria-prima de fornecedores é que a empresa fica a mercê das vontades dos mesmos, pois todos querem fornecer sua cana no período em que o teor de sacarose é maior e, portanto a rentabilidade e a remuneração também são maiores, o que pode gerar um problema para a unidade processadora, pois se não houver um planejamento ela terá um excesso de oferta de matéria-prima nos períodos de pico da safra (junho a setembro, por exemplo) e a escassez de oferta no início e final da safra. O entrevistado

³¹⁸ Em entrevista durante pesquisa de campo realizada em novembro de 2007.

ressaltou ainda que o ideal fosse a usina ter de 70% a 100% de cana própria, porque isso reduz os custos de produção e conseqüentemente aumenta a margem de lucro.

Ao desenvolver a integração agroindustrial (lavoura – planta fabril) os grupos/empresas trataram de garantir a qualidade e a estabilidade do fornecimento de cana-de-açúcar na unidade processadora investindo em áreas próprias e, sobretudo arrendadas. Significa dizer que para essa fração do capital é fundamental ter o controle do processo produtivo, e esse controle pressupõe que a cana-de-açúcar seja obtida sob a mínima dependência do fornecedor e, portanto, maior domínio sobre a área plantada. (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Cabe destacar, que existe a perspectiva de redução de custos com impostos e, conseqüente aumento da margem de lucro, visto que o percentual do imposto é superior ao pago pela renda da terra ao proprietário que a aluga. O que pode favorecer o arrendamento de terras em detrimento da compra de cana de fornecedores ou mesmo de terras próprias, que demanda investimentos maiores. Possivelmente isso contribua para o fato de os empresários agroindustriais canavieiros pleitearem junto aos governos estaduais redução de ICMS.

Nesse caso vale lembrar a criação do Programa Produzir, em Goiás, que ao estimular a implantação de novas unidades processadoras ou a ampliação das já existentes, vincula, de certo modo, a redução da alíquota do ICMS (de 25% para 15%) à condição das empresas firmarem contrato também com fornecedores para a compra da cana-de-açúcar.

Todavia cabe ressaltar que isso não ocorre em todos os lugares e nem o arrendamento constitui-se uma estratégia final do processo, pelo contrário, as empresas costumam primeiramente arrendar e somente na seqüência optam pela compra. Desse modo, a territorialização do monopólio da produção de cana-de-açúcar se efetiva no domínio das terras arrendadas e próprias.

Faz-se importante ressaltar que apesar da participação maior da produção canavieira do fornecedor em alguns locais, como no caso de Minas Gerais, a perspectiva é que este participe cada vez menos do processo produtivo, enquanto produtor individual, especialmente os pequenos e médios.

Verificou-se a partir do levantamento bibliográfico e também da pesquisa empírica, que a tendência é a organização de fornecedores em

cooperativas (historicamente mais comum no estado do Paraná) ou associações (peculiar na maioria dos estados produtores) como forma de sobrevivência e ou mesmo de somar forças nas negociações de preço da cana com as unidades processadoras. No âmbito dessas associações existe outra forma de organização de fornecedores, que são os chamados condomínios, detectados, particularmente no Triângulo Mineiro.

No estado do Paraná, por exemplo, na maioria das unidades processadoras a procedência da cana-de-açúcar é própria, de acionistas ou de associados. (SHIKIDA et al., 2005, p.154, apud RAMOS, 2008, p. 07)

Segundo o Gerente Administrativo da Asforama há 17 condomínios formados por “empregadores rurais”, sob a liderança de um deles, mas como *“nem todos os fornecedores têm equipamentos e têm gente registrada, eles entram nesses condomínios como outros”*. Geralmente quem lidera esses condomínios são grandes fornecedores que se responsabilizam pela contratação da mão-de-obra e fornecimento dos equipamentos. Dos 120 fornecedores cerca de 40 encontram-se nessa condição, ou seja, atendem à legislação trabalhista registrando os trabalhadores e obtendo um certificado da Previdência Social para recolhimento do INSS e fundo de garantia.

Mediante inúmeras irregularidades trabalhistas envolvendo fornecedores ligados a Asforama (Associação dos Fornecedores de Cana de Iturama), no município de Iturama/MG, que fornece cana para as unidades Coruripe Iturama e Limeira do Oeste, sendo as referidas empresas agroindustriais canavieiras autuadas pelo Ministério Público do Trabalho como co-responsáveis pelos abusos cometidos contra os trabalhadores migrantes (discutiremos essa questão com mais detalhe no capítulo IV), o grupo TW “pressionou” para que houvesse a renovação do quadro de Gestão Administrativa da Associação, no sentido de “enquadrar” os 120 fornecedores associados, em 2007, às exigências da NR 31, da legislação trabalhista e ambiental. No entanto, apesar da orientação e fiscalização que a Associação diz executar e da vigilância do Ministério Público do Trabalho, muitos desses fornecedores burlam a legislação e contratam mão-de-obra irregularmente.

A sobrevivência do pequeno fornecedor independente pode ficar cada vez mais difícil mediante o processo de mecanização, pois sem condições

financeiras para a aquisição de máquinas colheitadeiras ou mesmo para terceirizar esse processo, ficam na dependência da unidade processadora colher a cana-de-açúcar ou se organizam em associações/condomínios para garantir que sua cana seja colhida. Assim, para as empresas têm sido mais interessante que esses fornecedores estejam organizados, ou que sejam proprietários de grandes extensões, mais capitalizados e, portanto, com condições de efetuar os tratos culturais, contratar mão-de-obra e efetuar a colheita.

Esse processo é muito parecido com o que está ocorrendo com os sistemas integrados nos estados de Santa Catarina, particularmente, entre os proprietários de aviários e de granjas de porcos, com as empresas abatedouras/frigoríficos, pois a preferência para os médios e grandes proprietários de soja e milho se dá pelo fato de que estes terão condições de competitividade nos preços desses produtos (custos menores e maior produtividade), e não se deterão nas reivindicações pelos custos da criação propriamente dita como ocorre com os pequenos criadores e plantadores de soja e milho (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Outra forma de as empresas agroindustriais canavieiras obterem a cana-de-açúcar, que não em terras próprias, arrendadas ou de fornecedores é a parceria (já destacada no capítulo II), na qual o proprietário da terra parceiro da unidade processadora, não recebe renda da terra, mas um percentual estabelecido em contrato, referente à produção da cana-de-açúcar por tonelada. Nesse sistema de parceria, a participação do dono da terra ou da empresa no plantio, tratos culturais, contratação de mão-de-obra, colheita e carregamento são condicionados ao grau de capitalização do primeiro, assim quanto maior a sua participação no processo produtivo maior poderá ser sua remuneração.

Há casos também em que parte da cana-de-açúcar incluída e/ou declarada pelas unidades processadoras como própria ou como de fornecedores é cultivada em terras de acionistas que fazem parte do grupo familiar dessas empresas agroindústrias. É o exemplo da Usina Serra do Caiapó, no município de Montividiu/GO.

No caso do grupo TW, no Triângulo Mineiro, a maior parte da cana processada pelas unidades Coruripe sempre foi de fornecedores. No entanto, conforme destacou o Gerente Industrial da Usina Coruripe/Campo Florido, essa

situação está sendo alterada. Quando o grupo implantou essa unidade processadora, como as empresas mais próximas (Usina Santo Ângelo, em Veríssimo e a Usina Caeté, em Conceição das Alagoas) ficavam num raio de 50 quilômetros, e suas lavouras a cerca de 80 quilômetros, numa posição geográfica oposta a Usina Coruripe, além do fato de que a área cultivável no entorno da unidade é muito extensa, a empresa se sentia segura em sua relação com os fornecedores. Porém, nos últimos seis anos surgiram novos projetos e, conseqüentemente novas unidades processadoras nas proximidades, como é o caso da Usina Frutal e da Usina Itapagipe, já em operação, e a Usina Zanin, em processo de implantação, no município de Prata.

Com a instalação dessas novas unidades agroindustriais canavieiras aumentou a demanda por terras, seja para compra, arrendamento ou fornecimento, acirrando assim a concorrência inter-empresas. Desse modo, a Usina Coruripe/Campo Florido, que iniciou as atividades processando 100% de cana de fornecedores, mediante o cenário de competitividade por terras passou a investir em cana própria³¹⁹. Assim, na safra 2006/2007 o percentual de cana-de-açúcar de fornecedores reduziu para 84%, e na safra 2008/2009, a previsão já era de moer 25% da cana-de-açúcar correspondente a áreas próprias e arrendadas.

O Gerente Industrial da unidade ressaltou ainda que essa estratégia é adotada como “proteção”, para que a empresa não fique tão vulnerável com a maior parte da matéria-prima sendo de fornecedores, pois a concorrência tende a influenciar a relação pré-existente, à medida que os fornecedores recebam propostas melhores de outras unidades processadoras para fornecer a cana-de-açúcar.

Percebemos uma preocupação maior desse grupo em relação aos demais que entrevistamos, no tocante ao acirramento da concorrência por terras, tanto em termos de disponibilidade como do preço da terra. Todavia, comprar ou arrendar terra nesse contexto implica um volume maior de investimentos e também de encargos, se ela não dispuser de máquinas suficientes para realizar a colheita mecanizada e tiver que contratar um contingente maior de trabalhadores

³¹⁹ Consideramos como “cana própria” toda aquela que é cultivada em terras que se encontram sob o domínio da empresa agroindustrial canavieira, sejam estas de propriedade da empresa, arrendadas ou mesmo de acionistas.

para efetuar o corte manual de cana-de-açúcar.

Acredita-se, inclusive, que a valorização da presença dos fornecedores de cana-de-açúcar, que é expressiva no caso das unidades do Grupo TW, é estratégica também no sentido de que essas empresas se eximem de responsabilidades diretas com grande contingente de mão-de-obra empregada no corte de cana-de-açúcar, especialmente no tocante às formas de arrendamento, contratação, condições de trabalho e alojamentos. Mediante denúncias de irregularidades em qualquer uma dessas situações, ou em todas, é o fornecedor quem fica na linha de frente, em tese, porque nem sempre o MPT consegue identificar quem está diretamente envolvido com a irregularidade, se o fornecedor, o empreiteiro, o agenciador ou a unidade processadora, assim acaba atuando a empresa como co-responsável.

Procura-se, pois, estabelecer certa diferencialidade espacial na produção canavieira, porém mantendo a predominância de terras arrendadas sob domínio das empresas agroindustriais, de modo a garantir a acumulação do capital.

Tomando como exemplo os dados do Balanço Nacional de Cana-de-açúcar e Bioenergia do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Agropecuária, referente às safras 2005/2006 e 2006/2007, no Centro-Sul, é possível constatar que dos oito principais estados produtores, em cinco o processamento predominante de cana-de-açúcar produzida (Tabela 10) revela que as terras próprias e sob domínio estão concentradas nas mãos dos grupos/empresas agroindustriais canavieiras.

Corroborando as informações obtidas durante a pesquisa empírica, os dados (Tabela 10) referentes aos estados de Goiás revelam que nesta frente de expansão, o percentual de cana produzida em terras próprias ou sob domínio das unidades processadoras é maior que o da cana de fornecedores. Na safra 2005/2006 o percentual era de 87,22% e 12,78%, respectivamente. Já na safra 2006/2007, a diferença diminuiu um pouco, mas mesmo assim continuou predominando a primeira sobre a segunda, ou seja, 85,45% de cana própria e 14,55% de cana de fornecedores. Além de Goiás, nos estados do Paraná e Mato Grosso a cana produzida pelas unidades processadoras também apresentam maior expressividade, com percentuais de 85,59% e 72,24% na safra 2005/2006,

e 86,98% e 70,89% na safra 2006/2007, respectivamente.

Tabela 10 – Cana-de-açúcar produzida nas safras 2005/2006 e 2006/2007 – própria e de fornecedores, nos principais estados produtores do Centro-Sul

UF	Cana moída (t)									
	Própria		Fornecedores		Total		% C.P.		% C.F.	
	05/06	06/07	05/06	06/07	05/06	06/07	05/06	06/07	05/06	06/07
ES	961.082	888.727	2.375.464	2.001.439	3.336.546	2.890.166	40,47	44,40	59,53	55,60
GO	12.706.198	13.792.757	1.861.809	2.347.285	14.568.007	16.140.042	87,22	85,45	12,78	14,55
MG	14.881.151	16.226.469	9.443.387	12.926.963	24.324.538	29.153.432	61,18	55,66	38,82	44,34
MS	4.052.169	4.551.563	4.985.747	7.083.530	9.037.916	11.635.093	44,84	39,12	55,16	60,88
MT	8.916.753	9.258.983	3.426.176	3.800.371	12.342.929	13.059.354	72,24	70,89	27,76	29,11
PR	20.989.876	27.936.844	3.532.897	4.181.679	24.522.773	32.118.523	85,59	86,98	14,41	13,02
RJ	1.563.128	1.387.484	3.160.256	2.057.669	4.723.384	3.445.153	33,10	40,28	66,90	59,72
SP	138.548.437	152.039.33	102.674.137	113.339.881	241.222.574	265.379.217	57,57	57,29	42,43	42,71

Fonte: Balanço Nacional de Cana-de-açúcar e Bioenergia safras 2005/2006 e 2006/2007 -MAPA

No estado de Minas Gerais os dados evidenciam que apesar de a cana produzida (própria ou arrendada) pelas unidades processadoras apresentarem um percentual maior em relação à cana de fornecedores, esse é o estado onde os fornecedores têm uma participação mais expressiva na produção de cana-de-açúcar, confirmando o que já tínhamos detectado no âmbito das empresas visitadas, a exemplo das unidades Coruripe, do grupo TW, conforme já destacamos anteriormente.

São Paulo é o estado onde a participação na produção de cana-de-açúcar moída é mais equilibrada entre unidades processadoras e fornecedores. Apesar da maior parte da cana-de-açúcar processada ser produzida em terras próprias/arrendadas pelas empresas agroindustriais canavieiras, com percentuais de 57,57% e 57,29% nas duas safras referidas, a participação dos fornecedores não fica muito distante disso com 42,43% na safra 2005/2006 e 42,71% na 2006/2007. E nesse caso, devemos levar em consideração o fato de que a maior parte dos fornecedores são membros das famílias/grupos, devendo influenciar nessa configuração.

Já nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul a participação maior na produção da cana-de-açúcar moída pelas unidades processadoras é dos fornecedores. Mas acredita-se que, sobretudo o estado de Mato Grosso do Sul (muito mais do que nos dois primeiros), que é uma fronteira em expansão, siga a tendência do estado de Goiás, na qual a maior parte da cana processada é produzida pelos próprios grupos/empresas.

Essa nova Geografia do campo expressa os novos conteúdos da renda da terra, que sinalizam a substituição das áreas de pastagens e de outras culturas, o avanço sobre as terras indígenas e os biomas naturais, a exemplo do cerrado, bem como a desestruturação de comunidades quilombolas e camponesas, mediante a expansão voraz do capital, personificado no agronegócio canavieiro.

Nesse contexto, muitos produtores sejam de grãos ou pecuaristas, com dificuldades para continuar com o negócio, e/ou simplesmente porque perceberam que receber pela renda da terra poderia ser mais compensador financeiramente, passaram a arrendar suas terras, ou parte delas, para as empresas agroindustriais canavieiras.

A título de exemplo, cabe destacar o caso do pecuarista Charles Drake, da região do Triângulo Mineiro, o qual afirmou em 2007, que a cana-de-açúcar era a melhor oportunidade de negócio naquele momento e que os 200 hectares que possuía seriam totalmente arrendados para o cultivo de cana. *“Eu acredito na cultura, que em todo Brasil dá uma remuneração satisfatória ao produtor”*³²⁰.

Confirmando essa tendência ao arrendamento, o Gerente Industrial da Usina Vale do Paranaíba (Grupo João Lyra)³²¹, no município de Capinópolis, no Triângulo Mineiro, ao ser questionado se as terras nas quais é cultivada a cana-de-açúcar que abastece a unidade processadora são próprias, arrendadas ou de fornecedores, o mesmo destacou que a unidade agroindustrial opera com a maior parte da cana-de-açúcar cultivada em terras arrendadas. *“Nós não compramos, nós alugamos na Vale do Paranaíba”* (AZEVEDO, entrevista, 23/11/2007, p. 01).

O grupo que comanda a Usina Nova Energia Açúcar e Álcool, no

³²⁰ Cf. PÁGINA RURAL. Disponível em: http://www.paginarural.com.br/noticias_detalhes.asp?subcategoria...

³²¹ Em entrevista durante pesquisa de campo realizada em novembro de 2007.

Triângulo Mineiro, ao anunciar, em 2007, a implantação de duas unidades na região (uma no município de Uberlândia e outra no município de Prata), adiantou que para essas unidades entrarem em operação em 2009, o grupo iria arrendar nove mil hectares de terras para cada uma, somando um total de dezoito mil hectares³²².

É pautando-se nessa premissa de que a cana-de-açúcar remunera mais, que muitos produtores estão deixando atividades que desenvolviam há muito tempo em suas terras, para arrendá-las para os empresários agroindustriais canavieiros. Quando não, eles próprios cultivam a cana-de-açúcar para fornecer, ou produzem em parceria com as unidades processadoras.

No entanto, para que os contratos de arrendamento ou parceria sejam firmados a empresa faz uma avaliação minuciosa das terras. Se a atividade até então era lavoura ou pasto, o estado de conservação (irregularidades no terreno, erosões). Além disso, leva-se em consideração um raio de distância da usina de no máximo 30 quilômetros. Após a vistoria das terras calcula-se a extensão de todas as áreas de proteção permanente (APP), veredas, reservas florestais e sede da fazenda para que o preço do arrendamento seja efetivado com base na área líquida, conforme destacou o Representante da Usina Caeté (Grupo Carlos Lyra), no município de Delta/MG³²³. No caso da distância é interessante tanto para o empresário agroindustrial (que reduz o custo do transporte e o risco de perda de sacarose da cana-de-açúcar), como para o dono da propriedade arrendada (pois remunera mais) que as terras sejam próximas à unidade processadora.

A fúria expansionista do capital agroindustrial canavieiro nos últimos anos acirrou a concorrência capital-capital por terras de qualidade (com declividade baixa, férteis, com disponibilidade hídrica capaz permitir irrigação, logística de transportes etc.), em grandes extensões e com proximidade das unidades processadoras, o que certamente conduz a elevação do preço da terra, seja para compra ou para arrendamento. Foi nesse cenário que muitas áreas anteriormente ocupadas por outras atividades agropecuárias (de laranja, soja, lavoura branca e pastagens, por exemplo) cederam espaço para cana-de-açúcar.

³²² Cf. PÁGINA RURAL. Disponível em: http://www.paginarural.com.br/noticias_detalhes.asp?subcategoria...

³²³ Cf. AGROLINK. 28 de março de 2007. Disponível em:

Acredita-se que o preço elevado da terra para compra e/ou arrendamento nas regiões tradicionais de cultivo de cana-de-açúcar esteja associada à disponibilidade (já restrita) de terras férteis e com relevo adequado para a mecanização. Nas áreas em expansão, como no caso de Presidente Prudente, no Oeste Paulista, a elevação do preço ocorre pelo aumento da concorrência e, portanto, por terra de boa qualidade, de baixa declividade e com potencialidades hídricas favoráveis, mas tem um aspecto *compensador* que é o caráter de legitimação das terras com pendências jurídicas, aliás, o que vale para 450.000 hectares de um total de 1,2 milhões de hectares da região do Pontal do Paranapanema (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Segundo levantamento do Instituto de Economia Agrícola (IEA), entre 2001 e 2006 o valor médio por hectare subiu de R\$ 4.740,11 para R\$ 10.128,12, caracterizando um aumento em termos percentuais de 113,6%. No interior do estado de São Paulo, a valorização foi maior. Em Ribeirão Preto e Franca, por exemplo, o valor por hectare subiu 160,4% e 170%, respectivamente, no referido período.

Já um levantamento efetuado (considerando somente o ano de 2007)³²⁴, nas principais regiões produtoras de cana-de-açúcar do estado de São Paulo, (destacando o preço médio de arrendamento, a receita líquida por hectare, bem como o preço da terra e a rentabilidade obtida com o arrendamento), mostra que em regiões em expansão como Presidente Prudente e São José do Rio Preto, por exemplo, e regiões tradicionais onde a escassez e, portanto, a concorrência por terras é mais acirrada como Ribeirão Preto, tanto o preço do arrendamento por hectare, por alqueire, como a renda obtida com o arrendamento é mais elevada (Tabela 11).

<http://www.agrolink.com.br/noticias/NoticiaDetalhe.aspx?codNoticia=38989>

³²⁴ Cf. NOGUEIRA, 2007. In: ReHagro News (Recursos Humanos no Agronegócio) – 18 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.rehagro.com.br/siterehagro/publicação.do?cdnotticia=1498>

Tabela 11 – Média de Preços de Contratos de Arrendamentos em Diversas Regiões Canavieiras do Estado de São Paulo (2007)

Região	Pagamento/ arrendamentos/ produção		Renda do arrendamento	Preço da terra na região	Renda líquida/p reço da terra
	t/ha	t/alqueire	R\$/ha	R\$/há	Rentabili dade
Araçatuba	12,00	29,00	449,4	11.010,46	4,08%
Araraquara	16,53	40,00	619,1	13.250,00	4,67%
Assis	12,00	29,00	449,4	12.250,00	3,67%
Bauru	13,64	33,00	510,8	10.500,00	4,87%
Campinas	15,29	37,00	572,6	18.000,00	3,18%
Itapetininga	12,00	29,00	449,4	11.250,00	3,99%
Marília	14,00	33,90	524,3	8.000,00	6,55%
Piracicaba	14,46	35,00	541,6	13.500,00	4,01%
Pres. Prudente	16,67	40,30	624,3	7.000,00	8,92%
Ribeirão Preto	27,00	65,30	1.011,2	20.000,00	5,06%
São J. do Rio Preto	18,60	45,00	696,6	11.250,00	6,19%

Fonte: Nogueira, 2007. In: Rehagro – abril/2007 - Adaptação: A.M.S.Oliveira – abril/2008

Segundo Nogueira (2007)³²⁵, no estado de São Paulo, os contratos são efetuados com base em volume de cana por alqueire, devendo a renda do proprietário variar de acordo com o mercado. Mas em algumas regiões do estado, e mesmo de outros estados como Minas Gerais, Goiás, os contratos são negociados também em valores fixos, ou seja, fixados em reais e com pagamento mensal. Esse aspecto também foi verificado durante pesquisa de campo.

Vale dizer que a expansão canavieira não aqueceu o mercado de terras somente no estado de São Paulo, mas em todos os estados que passam por esse processo. Com base em dados obtidos em 2007, no estado de Mato Grosso do Sul³²⁶, destacamos que o arrendamento para a pecuária gera uma renda média por hectare de R\$ 85,86. Já a renda média por hectare, decorrente de arrendamento para culturas anuais como a soja, por exemplo, é de R\$ 150,00;

³²⁵ Cf. NOGUEIRA, 2007. In: ReHagro News (Recursos Humanos no Agronegócio) – 18 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.rehagro.com.br/siterehagro/publicação.do?cdnotticia=1498>

³²⁶ SCHNEID, A. R. – Fundação MS. Fornecido pela SEPROTUR/MS durante pesquisa de campo em junho de 2007. (Apresentação em Power Point).

enquanto a renda média por hectare, gerada por meio de arrendamento para o cultivo de cana-de-açúcar é de R\$ 370,00.

Vê-se, portanto, que a cana-de-açúcar remunera o dobro da soja, e quatro vezes mais do que a pecuária, o que justifica o fato dos produtores de soja e criadores de gado, das principais frentes de expansão da cana-de-açúcar arrendarem suas terras para os empresários agroindustriais canavieiros plantar cana. Hoje, certamente esses valores já não são os mesmos. Todavia, o utilizamos para exemplificar que à época arrendar a terra para o cultivo de cana-de-açúcar era mais rentável do que para a pecuária, ou outras culturas.

SCHNEID (2007)³²⁷ destaca, que do ponto de vista da produtividade, a cana-de-açúcar também remunera mais que outras culturas, perdendo apenas para o cultivo do eucalipto. Enquanto na pecuária (cria/engorda) a remuneração média por hectare é de R\$ 56,85; culturas anuais como a soja, por exemplo, apresenta remuneração média por hectare de R\$ 454,70. Já no caso da cana-de-açúcar a remuneração média por hectare é de R\$ 675,60 perdendo apenas para o reflorestamento com eucalipto, cuja rentabilidade média por hectare é de R\$ 980,00. Vê-se, então, que entre estas atividades compensa mais economicamente investir na produção de cana-de-açúcar e/ou de eucalipto, pois ambas remuneram mais que criar gado, cultivar soja, milho ou feijão.

O Gerente Industrial da Usina Vale do Paranaíba destacou, durante a entrevista, que geralmente a empresa remunera o fazendeiro que arrenda suas terras considerando um rendimento médio entre 07 e 12 toneladas por hectare, a R\$ 60,00/toneladas/hectare. Por exemplo, se o proprietário da terra arrendar para a unidade processadora 100 hectares a 12 ton./ha/ano, ao preço de R\$ 60,00 cada tonelada, ele vai receber o equivalente a 1.200 toneladas, que multiplicada por R\$ 60,00 corresponderá a uma renda de R\$ 6.000,00/mês ou R\$ 72.000,00/ano. Há que se ressaltar, no entanto, que esses preços hoje já não são os mesmos, devendo está na faixa de R\$35,00; uma vez que essa corrida por terras já deu uma estabilizada, sobretudo em função da crise econômica que afetou o setor, fazendo os grupos/empresas recuarem em seus projetos, refletindo assim na procura por terras para arrendamento e, conseqüentemente no preço.

³²⁷ Fundação MS – SEPROTUR, junho de 2007 (Apresentação em Power Point).

No Triângulo Mineiro, o aumento da oferta de terras para arrendamento deve-se à baixa rentabilidade de culturas, como o milho e a soja e os elevados custos de produção. Soma-se a isso o acirramento da concorrência, decorrente do grande número de unidades processadoras de álcool e açúcar na região. Essa disponibilidade de terras fez com que os grupos/empresas agroindustriais canavieiras, ou mesmo os fazendeiros que também arrendam áreas para plantar cana e fornecer para as unidades processadoras, optassem pelo arrendamento em vez de investir na aquisição de terras próprias.

No estado de Mato Grosso do Sul, o agronegócio da pecuária e da soja sofreu algumas mudanças, a partir de 2006. Por um lado, a febre aftosa, que repercutiu nas exportações e provocou uma crise no setor, com baixa nos preços da carne e retração do consumo interno. Por outro lado, a soja, principal produto agrícola do estado, passou a remunerar menos, tendo em vista o adubo ser cotado em dólar, o que elevava os custos de produção, e a cotação do dólar caído para as exportações, remunerando menos os produtores e exportadores.

O Secretário Adjunto da SEPROTUR (Secretaria da Produção e Turismo)³²⁸ tenta justificar a decisão do governo do estado em incentivar a expansão canavieira, alegando que há no estado de Mato Grosso do Sul, cerca de 8.000.000 milhões de hectares de terras degradadas por causa da pecuária extensiva, devendo ser estas recuperadas por meio de atividades agrícolas, entre as quais destaca-se a cana-de-açúcar³²⁹. O secretário justifica ainda o fato dos produtores de carne e soja passarem a investir na produção de cana-de-açúcar, alegando que a soja não estava remunerando e que por isso os produtores não deveriam permanecer somente nessa atividade.

Soja hoje não dá dinheiro. Para plantar soja hoje com o custo que está o adubo, você vai tirar dinheiro do bolso [...] o custo está alto. O adubo que estava custando R\$600,00 foi R\$1.000,00, e é comprado em dólar. Então, os produtores vão plantar soja? Não vão.

Este cenário foi determinante para que o governo de Mato Grosso do Sul começasse a estimular a expansão canavieira. A alegação naquele momento

³²⁸ Em entrevista realizada em junho de 2007.

³²⁹ Informação obtida durante pesquisa de campo efetuada em junho de 2007, junto a SEPROTUR.

era de que o estado não podia continuar dependendo somente da pecuária e da sojicultura. Era preciso mudar o perfil econômico e a cana-de-açúcar se apresentava como a atividade mais lucrativa do momento.

Essa questão abre, então, precedente para outra ainda mais preocupante e que tem gerado controvérsias em nível nacional e internacional, que é justamente o fato dessa expansão avançar sobre as áreas destinadas ao cultivo de frutas e de outras culturas (milho, soja, algodão etc.), ameaçando assim a segurança alimentar. É o que discutiremos a seguir.

3.2 – Os Arranjos Espaciais do Capital Agroindustrial Canavieiro e a Produção de Alimentos

O projeto expansionista do capital agroindustrial canavieiro se expressa tanto em termos de unidades instaladas, como de área plantada, e revela que essa expansão está ocorrendo em terras próprias, de fornecedores e, especialmente em áreas arrendadas, destinadas anteriormente a outros usos. Terras antes destinadas à pecuária extensiva, soja (Mato Grosso do Sul Goiás, Minas Gerais), laranja (São Paulo, por exemplo) e outras culturas, têm sido substituídas pelo cultivo de cana-de-açúcar. Apesar da alegação de que de fato a expansão está ocorrendo sobre a pecuária e, mais especificamente sobre as áreas de pastagens degradadas.

Um comparativo de área plantada de cana-de-açúcar e de outras culturas nos anos de 2004 e 2006, divulgado pelo IBGE³³⁰, revela que a parcela destinada ao plantio de outras culturas no Brasil, diminuiu em 1.349.333 milhões de hectares, enquanto a área destinada ao cultivo de cana-de-açúcar teve um incremento de 545.562 mil hectares. Esse período coincidiu com a redução dos preços da soja no mercado externo, adversidades climáticas, e conseqüente endividamento dos produtores, favorecendo assim a expansão canavieira.

O levantamento destaca ainda que de 2004 a 2006, o maior avanço do cultivo ocorreu no estado de São Paulo, onde o crescimento foi de 332.877 mil

³³⁰ Cf. IBGE - 17 de outubro de 2007. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=998

hectares para a cana-de-açúcar, em detrimento das áreas plantadas com as demais culturas, que diminuíram 174.036 hectares. O LUPA (Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária do estado de São Paulo) divulgou recentemente dados referentes à quantidade de área plantada com cana-de-açúcar, por município, em dois períodos distintos num intervalo de dez anos (Tabela 12). Comparando os dois períodos distintos é possível constatar que todos os municípios tiveram aumento da área plantada, porém a evolução foi maior nos municípios onde há unidades processadoras instaladas ou em municípios vizinhos a estas.

Tabela 12 – Área plantada com cana-de-açúcar, por município do Pontal do Paranapanema - dados LUPA 95/96 - 07/08

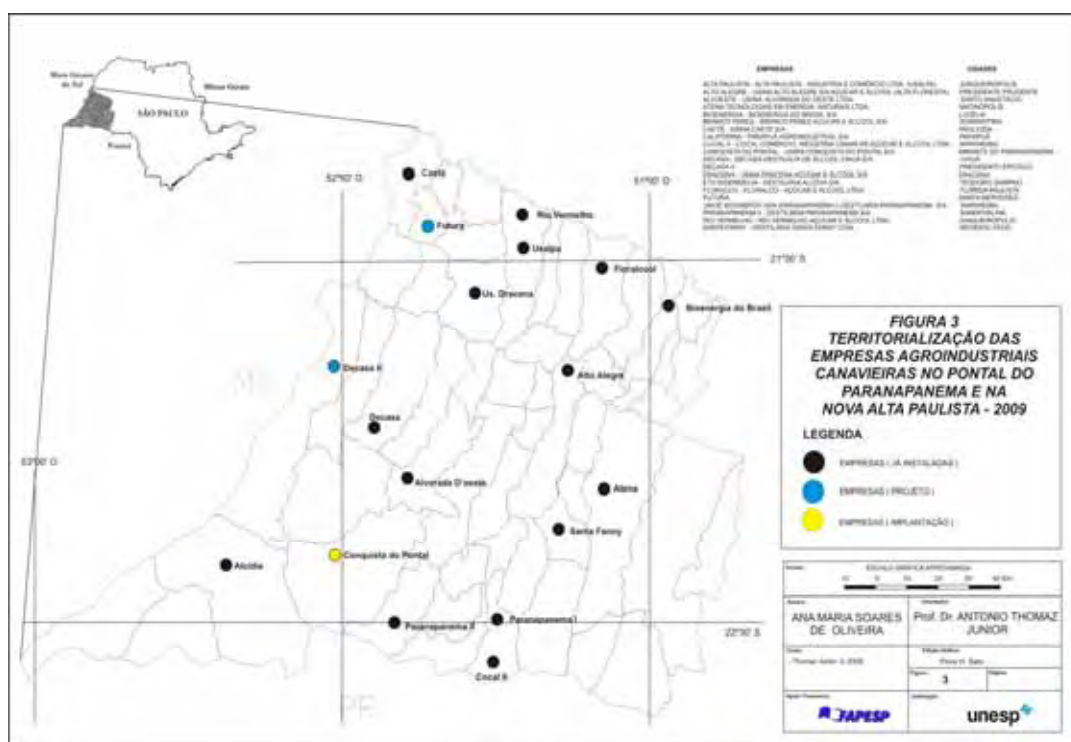
Município	LUPA (1995/96) (ha)	%	LUPA (2007/08) (ha)	%
Alfredo Marcondes	123,40	0,20	149,20	0,06
Alvares Machado	340,50	0,55	482,80	0,19
Anhumas	101,20	0,16	6.809,00	2,62
Caiaçu	2.058,80	3,31	9.895,40	3,80
Caiuá	3.032,90	4,87	6.395,60	2,46
Emilianópolis	121,10	0,19	5.706,10	2,19
Estrela do Norte	89,50	0,14	6.204,40	2,39
Euclides da Cunha Paulista	1.901,50	3,06	136,50	0,05
Iepê	5.703,20	9,16	10.961,90	4,21
Indiana	88,20	0,14	223,40	0,09
João Ramalho	4.409,90	7,09	15.709,30	6,04
Marabá Paulista	3.364,80	5,41	13.335,60	5,13
Martinópolis	4.719,80	7,58	27.922,80	10,73
Mirante do Paranapanema	1.805,40	2,90	6.799,10	2,61
Nantes	0,00	0,00	5.627,30	2,16
Narandiba	93,40	0,15	5.256,70	2,02
Piquerobi	70,40	0,11	3.171,40	1,22
Pirapozinho	506,00	0,81	16.749,50	6,44
Presidente Bernardes	2.529,80	4,06	3.103,80	1,19
Presidente Epitácio	88,00	0,14	1.794,10	0,69
Presidente Prudente	4.392,70	7,06	9.785,00	3,76
Presidente Venceslau	1.545,80	2,48	9.574,50	3,68
Rancharia	5.255,80	8,44	22.300,00	8,57
Regente Feijó	1.212,20	1,95	2.078,90	0,80
Ribeirão dos Índios	0,00	0,00	3.174,60	1,22
Rosana	182,00	0,29	622,90	0,24
Sandovalina	91,90	0,15	19.425,60	7,47
Santo Anastácio	1.844,50	2,96	4.619,70	1,78
Santo Expedito	88,50	0,14	1.998,30	0,77
Taciba	3.154,60	5,07	17.675,40	6,79
Tarabá	65,20	0,10	2.716,90	1,04
Teodoro Sampaio	13.257,60	21,30	19.726,60	7,58
Total	62.239	100,00	260.132	100,00

Fonte: LUPA/2008; THOMAZ JÚNIOR, 2009.

Entre os municípios que apresentam o maior crescimento da área plantada destaca-se Sandovalina, o qual possuía em 95/96 apenas 91,90 hectares com cana plantada e expandiu para 19.726,60 mil hectares em 07/08,

um aumento em termos percentuais de quase 100%. Pirapozinho também apresentou um aumento expressivo no período, de 506,00 hectares em 95/96 saltou para 16.749,50 mil hectares, seguido de outros municípios como Taciba, João Ramalho e Narandiba, que também apresentaram avanço significativo da área plantada no período estudado.

O que é interessante salientar, especialmente no caso de Sandovalina, Pirapozinho e Narandiba é que esses municípios não tinham tradição no cultivo de cana, tanto é que dispunham de uma área plantada inexpressiva em 95/96. Porém, com a implantação das unidades processadoras Paranapanema I e Paranapanema II e da Cocal II (Figura 3), envolvendo a área desses três municípios, o resultado só poderia ser esse avanço tão expressivo. Entre os municípios já produtores de destaca-se Martinópolis, o qual tinha uma área de 4.719,80 hectares em 95/96, e passou para 27.922,80 hectares em 07/08, seguido do município de Rancharia que passou de 5.255,80 hectares em 95/96, para 22.300,00 hectares.



Já no Triângulo Mineiro, a expansão da área plantada com cana-de-açúcar cresceu 96.670 hectares, enquanto as demais lavouras sofreram redução de 175.971 mil hectares, no mesmo período.

Levantamento recente feito pela Conab (Tabela 13) aponta que os 110.447 mil hectares ocupados anteriormente com soja, 32.211 mil hectares com milho, 30.796 mil hectares com laranja, e 38.897 mil hectares com outras culturas foram substituídos pela cana no Brasil. As pastagens representam a maior quantidade de área substituída pela cana-de-açúcar, 423.120 mil hectares. A partir dos dados apontados deduz-se que a expansão do negócio-agro-sucro-energético avançou significativamente sobre as áreas onde já se desenvolvia outras atividades agropecuárias, além de ocupar 15.546 mil hectares de novas áreas desmatadas.

Tabela 13 - Lavouras substituídas pela expansão canavieira na safra 2007-2008 (em hectares) - no Brasil

Pastagem	Soja	Milho	Laranja	Café	Outras	Áreas novas*	Total
423120	110 447	32 211	30 796	2 705	38 897	15 546	653 722

Fonte: Conab (2008) * - desmatamento

Estudo divulgado pelo IEA destaca que no estado de São Paulo áreas anteriormente ocupadas com o cultivo de laranja, que vem remunerando menos, milho e soja, também vêm sendo substituídas pela cana. Mas o crescimento da área de cana-de-açúcar está avançado, sobretudo sobre áreas de pastagens³³¹.

Segundo Pino (2009, p. 7)³³² a principal atividade agrícola no estado de São Paulo atualmente é a cana-de-açúcar. O número de UPAs (Unidades de Produção Agropecuárias) ocupadas com cana cresceu 42,3% de 1996 para 2008, passando de 70.111 para 99.799 mil hectares, enquanto a área plantada aumentou de 2.886.312 para 5.497.139 milhões de hectares, um crescimento de 90,45% no período³³³.

De acordo com os dados do levantamento LUPA apresentados por Pino, o milho, que em 1996 representava 30% da área cultivada no estado de São Paulo, em 2008 foi superado pela cana-de-açúcar que está presente em 31% das propriedades rurais paulistas. Em pouco mais de uma década, a produção de milho sofreu uma retração de 54,02%, diminuindo de 1.235.906 milhões de hectares para 667.685 mil hectares. Já as pastagens diminuíram 21,4%, e ocupam atualmente 8.072.849 milhões de hectares, envolvendo um total de 234.148 UPAs.

Durante as pesquisas de campo, tanto em São Paulo, Minas Gerais ou Mato Grosso do Sul, quando questionamos os representantes do setor se de fato essa expansão estava ocorrendo em áreas de pastagens, todos responderam que sim. Acrescentavam ainda, que estas pastagens já se encontravam (ou se encontram) degradadas, e quando acontece de o arrendamento ocorrer em áreas de uso agrícola é porque a mesma já está inativa (sem produzir a algum tempo); ou porque o próprio dono está com dificuldade para produzir na terra (endividado, por exemplo), vendo no arrendamento para a cana a possibilidade de se redimir

³³¹ Cf. TORQUATO, S.A. Outubro de 2006. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=7448>

³³² Francisco Alberto Pino é Pesquisador, e responsável pelo último Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária do estado de São Paulo - Projeto LUPA, divulgado em maio de 2009. Cf. PINO, 2009. Disponível em: http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/estudos_lupa/Artigo_Lupa_Analise_Preliminar.pdf

³³³ Todavia, o autor ressalta que esse número pode ser maior (embora não diga quanto), haja vista ter sido adotado metodologias diferentes para o levantamento em cada um dos momentos, 1995/1996 e 2007/2008. No primeiro foi levada em consideração a combinação de culturas, com rotação, consorciação e intercalação. Já no segundo considerou-se a área total, independentemente da situação em que se

com os bancos, de reinvestir em outra atividade em alguma parte das terras não arrendada, ou simplesmente viver da renda.

Em se tratando do discurso de que a substituição pela cana-de-açúcar está ocorrendo em áreas de pastagens degradadas e/ou sem uso, diríamos que este não é de todo verdadeiro, pois na maioria dos casos os fazendeiros ainda estavam desenvolvendo a atividade pecuária ou de cultivo nessas terras até o momento de serem arrendadas. A justificativa para essa substituição, no entanto, está no fato de o arrendamento para a cana-de-açúcar remunerar mais do que para outros cultivos ou a própria pecuária.

Nesse sentido, o Gerente Industrial da Usina Vale do Paranaíba³³⁴ alega que:

Nessas terras onde a cana está sendo plantada não se tirou um grão, não se deixou de plantar um grão, porque elas já estavam sem plantar grão. Nessas terras se plantava algodão, soja e milho, mas na época em que a Vale foi implantada essa região já tava em decadência de grãos e se plantava só algodão. (AZEVEDO, entrevista – 23/11/2007, p. 03)

Percebe-se que apesar de, de certa forma, admitir que a expansão avance sobre as áreas agrícolas há sempre, por parte dos empresários e demais representantes do setor, uma preocupação em justificar o uso dessas terras. Talvez como uma forma de tentar convencer a sociedade de que a cana-de-açúcar não está tomando o lugar de outras culturas, mas sim das pastagens degradadas e, assim minimizar a imagem negativa que paira sobre a monocultura.

Uma das principais regiões leiteiras do Triângulo Mineiro e também produtora de frutas (Itapagipe, Frutal, Campina Verde e outros municípios no entorno), está sendo invadida pela cana-de-açúcar. No noroeste do Paraná, a implantação das novas unidades também já está mudando a paisagem da região com a cana-de-açúcar substituindo as áreas até então destinadas à pecuária³³⁵. Já no leste do estado de Mato Grosso do Sul a territorialização da atividade canavieira está avançando largamente sobre as áreas tradicionalmente

encontrava.

³³⁴ Entrevista realizada durante pesquisa de campo, em novembro de 2007.

³³⁵ A pesquisa de campo contribuiu sobremaneira para nos revelar este aspecto do fenômeno expresso na paisagem.

destinadas à pecuária, devendo acarretar também a redução de culturas de subsistência ou mesmo das culturas voltadas para a exportação, como a soja, por exemplo.

Este aspecto está ganhando força até em regiões/estados onde a atividade estava decadente e agora começa a ganhar novo impulso. É o caso, por exemplo, do estado do Espírito Santo. A entrada de capital estrangeiro, a ativação de unidades já existentes, bem como a implantação de novos projetos, está despertando o interesse dos fazendeiros para o cultivo de cana-de-açúcar. Um exemplo é a empresa agropecuária Buena Sorte, de Pinheiro, que anunciou a substituição de gado leiteiro criado em 1.800 hectares de uma fazenda no Espírito Santo, pelo cultivo de cana³³⁶.

Para o assessor técnico da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), Luís Carlos, o que está acontecendo é um (re)ordenamento natural das áreas plantadas, considerando-se a relação custo-benefício, a produtividade e o valor da terra nas diferentes regiões³³⁷. Segundo ele, a substituição de outras culturas pela cana ocorre em casos isolados como no Sudoeste de Goiás³³⁸, onde as áreas anteriormente ocupadas com lavouras de grãos foram substituídas pela cana-de-açúcar. Mas, a tendência é que a substituição se dê com mais significância nas áreas de pastagens.

As *áreas cerradeiras* de Goiás, que a partir dos anos 1970 foram ocupadas pela agropecuária moderna pautada na incorporação de novas técnicas e tecnologias, sofreram substanciais transformações nas formas de produzir, nas relações sociais de produção e na sua estrutura fundiária. Hoje passam por novas transformações, dessa vez em função da dinâmica do capital agroindustrial canavieiro.

Durante a pesquisa de campo realizada no estado de Goiás constatou-se que atualmente as terras (propriedades pequenas, médias e, sobretudo as com grandes extensões) antes destinadas ao cultivo de soja, milho e sorgo, estão dando lugar ao plantio de cana-de-açúcar. No município de Quirinópolis/GO, uma área de 32 mil hectares antes coberta pelo cultivo de soja, foi substituída pelo

³³⁶ Ver: *JornalCana – Produção, Dados & Notícias* – Fevereiro de 2007, p. 30.

³³⁷ Cf. *Jornal Cana*, 19/01/07. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao...>

cultivo de cana-de-açúcar. Segundo o gerente agrícola³³⁹ da primeira unidade instalada no município, a cana só atingiu essa dimensão territorial porque chegou num momento em que os produtores de soja estavam sem perspectivas.

É possível vislumbrar a dimensão que os desdobramentos desse processo expansionista da agricultura capitalista vêm adquirindo no Brasil. Encabeçada pelos grandes negócios agroindustriais, a exemplo do negócio-agro-sucro-energético, já indicam a magnitude dos rearranjos que estão se constituindo para a produção camponesa de base familiar.

A pesquisa empírica mostrou e os dados apresentados confirmam o que ora afirmamos, ou seja, a fúria destrutiva do capital agroindustrial canavieiro está acirrando a luta de classes no campo, alterando as formas tradicionais de produção, sinalizando não só para o recuo da agricultura capitalista (como a soja e o milho, por exemplo), mas também para a produção camponesa, ameaçando a segurança alimentar da população.

Acreditamos que os arranjos políticos e econômicos que estão sendo gestados – a exemplo do que ocorre no Pontal do Paranapanema – perpassam estrategicamente pela “desqualificação” das formas de organização dos trabalhadores e da luta pela viabilização e permanência na terra, haja vista a inserção de assentamentos (que deveriam se pautar na pequena produção familiar), no circuito produtivo da cana-de-açúcar.

O exemplo mais marcante desse processo é o que estamos acompanhando mais de perto, no Pontal do Paranapanema, onde a expansão canavieira e a implantação de novas unidades processadoras, nestes últimos dois anos, avançam sobre as terras improdutivas, devolutas ou com pendência jurídica, revelando, desse modo, o real interesse da aliança entre latifundiários e capitalistas, para legitimarem as irregularidades/ilegalidades da posse da terra³⁴⁰.

É claro que para o capital é importante que ocorra a legitimação das terras devolutas e improdutivas no Pontal do Paranapanema, todavia, isso não

³³⁸ Esse aspecto foi constatado *in loco* durante pesquisa de campo realizada em set./out. de 2008.

³³⁹ Usina São Francisco (grupo USJ) Mais detalhes ver: Globo Rural - 19 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.sucro-ethique.org/Os-riscos-da-expansao-da-cana>

³⁴⁰ E isso não ocorre somente no Pontal do Paranapanema e nem envolvendo somente o segmento produtivo canavieiro. Há o caso, por exemplo, da Aracruz Celulose, no Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia, que assim como no caso da cana-de-açúcar, guia seu processo de expansão e destrutividade sobre terras devolutas e territórios habitados por comunidades camponesas, indígenas e quilombolas. Para mais

perpassa pelo salvaguardamento da pecuária extensiva e dos produtores, mas sim pela garantia da expansão das áreas de cultivo de cana-de-açúcar, atreladas ao crescimento da capacidade produtiva e de desempenho agroindustrial, bem como à subordinação das famílias camponesas ao capital.

Os projetos de assentamentos revelam uma série de dificuldades, muitas vezes associadas às ações dos órgãos responsáveis por eles e mesmo dos diferentes níveis de governo, ao descaso em relação à política de reforma agrária, e as linhas de crédito/financiamento para os assentados, etc.

Assim, a busca pela autonomia e dignidade de permanecer na terra e sobreviver de sua produção, se depara com as divergências internas aos grupos, a falta de apoio e de recursos financeiros para investir na produção ou o endividamento, decorrentes de uma política agrícola excludente.

Desse modo, a possibilidade de resgatar e/ou fortalecer a tradição camponesa investindo na produção diversificada e/ou de subsistência e no respeito ao meio ambiente, ou ceder aos imperativos do capital, aderindo ao cultivo consorciado da cana com as usinas, ou ao arrendamento e/ou exploração da força de trabalho do assentado como assalariado rural, acaba se constituindo uma nova luta que se trava no interior dos assentamentos após a conquista da terra.

Há casos, como o do assentamento “Bela Vista do Chibarro”, na região de Araraquara, em que o poder público local, atrelado ao poder do capital, tem defendido e incentivado a adesão das famílias camponesas no interior desse assentamento ao cultivo de cana-de-açúcar, levando-os, conseqüentemente, à subordinação à agroindústria canavieira. A pressão das unidades processadoras se consubstancia na atuação dos políticos locais (prefeitos, vereadores e até deputados), que defendem a atividade canavieira no assentamento como forma de conter a inadimplência e o endividamento dos assentados junto aos bancos.

A realidade material de milhares de famílias acampadas, de assentados desestimulados e desprezados pela ineficácia das políticas públicas, expressa na exclusão, fome, desemprego, contribui para que parte destes decida-se por integrar-se ao circuito produtivo canavieiro, sob a condição de fornecedores de

detalhes ver: THOMAZ JÚNIOR, 2009.

cana-de-açúcar; a qual ocorre num formato disfarçado de arrendamento, de parte de suas terras, conforme previsto no modelo do *BB-Convir*³⁴¹ (THOMAZ JÚNIOR, 2009.).

Nesse contexto, os órgãos de fomento, a exemplo do Banco do Brasil, contribuem com o projeto do capital, à medida que disponibiliza sua estrutura de atendimento e de crédito, para financiar o processo de subordinação dos camponeses assentados às empresas agroindustriais canavieiras nesse empreendimento.

Na verdade não se trata exatamente de arrendamento nem cessão, mas de um arranjo que amarra o camponês ao sistema de crédito que viabiliza a integração da produção camponesa ao capital agroindustrial canavieiro, por meio do *BB-Convir*, nos moldes já conhecidos. Todavia, com o agravante de que os créditos são facilitados via recursos do Pronaf (em torno de R\$18.000,00), sob o aval dos empresários agroindustriais canavieiros, que quita o empréstimo de forma parcelada em três etapas: 50% na primeira safra, 30% na segunda safra e 20% na terceira safra. Desse modo, a renda do camponês assentado, que não tem qualquer controle sobre os valores apresentados pelos empresários, é composta das sobras de cada parcela.

Ao todo são sete assentamentos na região do Pontal do Paranapanema, que se envolveram com o Programa BB-Convir, e com a produção de cana-de-açúcar para fornecer à Destilaria Alcídia, conforme segue: Alcídia da Gata, com 71,5 ha e 13 assentados envolvidos; Laudenor de Souza, com 28,05 ha e 07 assentados envolvidos; Santa Cruz da Alcídia, com 25 ha e também com 07 assentados; Vô Tônico, não temos informação da área, mas tem 02 assentados produzindo; Santa Zélia, com 31 ha e 34 assentados; Santa Terezinha da Alcídia, com 59 ha e 24 produzindo; e a Gleba XV de Novembro, que apresenta a maior área, com 186,92 ha e 38 assentados (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

³⁴¹ O BB Convir é um convênio de integração rural entre o Banco do Brasil e empresas integradoras que industrializam, beneficiam ou comercializam produção agropecuária. Por meio desse convênio o BB financia a atividade desenvolvida pelos produtores vinculados a essas empresas, em custeio e investimento, via diversas linhas de crédito rural. Banco do Brasil – Empresarial – BB Convir. Disponível em:
http://www.bb.com.br/portalbb/page100,107,2920,1,1,2.bb?codigoMenu=1955&codigoRet+2130&bread=1_2

Pesquisa concluída por Thomaz Júnior (2009), sobre o envolvimento dos assentamentos do Pontal do Paranapanema com a produção canavieira e esse esquema de arrendamento financiado pelo BB Convir com recurso do Pronaf-D, revela que a maioria dos entrevistados provou o insucesso dessa experiência já na primeira safra, tendo em vista o pouco rendimento que lhes foi concedido.

Quando considerado os três anos de vigência do contrato, após a extração dos descontos previstos à base de 50%, 30% e 20% referentes, respectivamente a 1^a, 2^a e 3^a safras (2005/2006; 2006/07 e 2007/08), em relação ao total do empréstimo contraído, 95% desses assentados, permaneceram endividados. Isso denota o quão destrutivo é o poder do capital ao cooptar os camponeses assentados ao circuito da produção canavieira.

Essas perdas (ou não ganhos) estão associadas ao fato de que no fechamento dos contratos é estabelecida uma meta de produtividade em patamares aceitáveis para as empresas agroindustriais canavieiras e/ou grandes produtores com experiência e recursos financeiros e tecnológicos, ou seja, 90 toneladas por hectare. O que não se efetiva no caso dos assentados, a considerar a inexperiência com o cultivo de cana-de-açúcar, associada ao fato de não terem recursos financeiros para a aquisição de produtos químicos, o que dificulta os tratamentos culturais (devendo este ser realizado manualmente) e, conseqüentemente, a produtividade média da cana, que fica abaixo de 80 t/ha.

Assim, no momento de entregar a cana para a unidade processadora e efetuar o pagamento, que leva em consideração a média estabelecida nos contratos, os assentados ficam devendo para a empresa, com a condição de quitar o débito na safra seguinte. O que pressupõe que este tem que trabalhar mais, no sentido de melhorar a produtividade da cana-de-açúcar, para na próxima safra conseguir um retorno melhor e se livrar do débito.

Vê-se, pois, um conjunto de mediações, envolvendo o capital e o Estado, conduzindo à consolidação de um modelo de sociedade que desprivilegia as pequenas unidades de exploração da terra, e coloca a possibilidade de “integração” ao negócio-agro-sucro-energético como, se não a única, pelo menos como a principal alternativa para a manutenção das famílias assentadas no lote. Todavia, essa integração subordina os camponeses ao capital na produção,

tornando-os tão ou mais endividados do que antes.

O INCRA, embora não demonstre ser a favor nada faz para impedir a expansão desta atividade no interior dos assentamentos. O ITESP, por sua vez, consente o cultivo da cana, sob a alegação de que esta atividade pode, entre outros fatores, garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios, porém estabelece condições para que o cultivo seja efetuado por meio da Portaria ITESP n°77/04. Tal Portaria prescreve, no seu artigo 8º, item II, a elaboração de relatórios trimestrais de acompanhamento e fiscalização do processo de produção canavieira no interior dos assentamentos, os quais devem ser efetuados por um grupo de profissionais (Grupo Técnico de Campo). Todavia, na prática, não tem ocorrido como previsto.

A existência do consórcio, da parceria e, mais especificamente do arrendamento disfarçado, impõe, por um lado, uma nova viabilidade econômica aos assentamentos, todavia pautada no cultivo da cana-de-açúcar como mecanismo de integração dos mesmos ao circuito do mercado. Por outro, nega a viabilidade econômica dos assentamentos e a sua auto-suficiência enquanto forma de produção camponesa.

Dizemos isso porque esse sistema de arrendamento não está possibilitando a melhoria das condições de vida dos assentados, conforme prevê a Portaria n° 77/04 ITESP. Ao contrário, aumenta a subordinação dos mesmos em relação às unidades processadoras (e no caso do Pontal do Paranapanema à Destilaria Alcídia) e ao Banco, além dos assentados serem alienados do processo produtivo, do mercado e do contrato com o sistema financeiro, cabendo a eles tão somente assumir os custos operacionais com preparo, plantio, tratos culturais, colheita e transporte, inclusive a parcela financiada junto ao Banco³⁴².

Diríamos em acréscimo, que esse processo evidencia suas contradições ao colocar em destaque a trama política do trabalho, redesenhada pelas investidas do capital. Nesse contexto, as rupturas são marcantes porque acostumado a lidar com trabalhadores assalariados, tanto na parte industrial como na agrícola, o capital procura fazer o mesmo com os camponeses, atraindo-os

³⁴² Para mais detalhe ver: Ferreira Junior, 2006; Ribeiro, 2001; Azevedo, 2008.

para seu campo de ação e subsumindo-os ao processo produtivo agroindustrial, apostando, desse modo, na fragilização do seu oponente de classe.

A cooptação dos assentamentos rurais pelo capital agroindustrial está presente também nos estados nordestinos os quais visitamos. Essa inserção dos mesmos ao circuito da produção canavieira no Nordeste ocorre, em muitos casos, por causa da “herança” deixada pelas usinas na terra, ou seja, os assentamentos formados nas terras das unidades falidas geralmente herdaram plantações de cana-de-açúcar, que continuam sendo cultivadas pelos assentados, pelo menos até a quantidade de cortes que ela permitir.

Quando acontece deles destruírem de imediato as plantações, posteriormente acabam tendo uma recaída e voltam a plantar. Foi o que aconteceu com o assentamento “Dona Helena”, na Paraíba³⁴³. O assentamento “herdou” uma grande área de cana, que a associação tentou administrar e não conseguiu. Alguns assentados conservaram a produção de cana e produzem até hoje, outros pararam, porém agora estão retomando novamente.

Durante visita ao referido assentamento, perguntamos aos assentados, porque eles estão cultivando a cana-de-açúcar no assentamento se a constituição do mesmo se deu justamente em contraposição ao capital canavieiro? Um deles nos disse que para muitos assentados a cana tem sido a saída, haja vista o cultivo da lavoura branca (feijão, milho, mandioca etc.) não tornar viável a permanência dos mesmos na terra.

No caso desses assentados do Nordeste uma das justificativas para aderir ao plantio e fornecimento da cana-de-açúcar para as unidades processadoras, é que esta atividade remunera mais e os trabalhadores não têm custos para mantê-la, pois plantam em parceria com as empresas.

Apesar de num primeiro momento alegarem que não têm custos para cultivar a cana, em função do contrato de “parceria”, o depoimento de um dos assentados demonstrou que existe certa subordinação à unidade processadora, pois para programar o plantio e o primeiro corte os trabalhadores dependem das usinas ou engenhos para obter as mudas, ficando condicionados a efetuar o pagamento dessas sementes com o fornecimento da cana de primeiro corte. “O

³⁴³ Conforme destacou a Irmã Marlene, representante da CPT/PB que atua junto ao assentamento “Dona Helena”.

peçoal da usina é quem corta, é quem tem as máquinas pra encher, a colheita é toda feita pela usina, o assentado só tem o trabalho de plantar” (REGINALDO, entrevista – 18/11/2006, p.8).

Porém, em outro momento da entrevista o assentado se contradisse ao falar da remuneração que o cultivo de cana proporciona, e destacar que o adubo e os tratos culturais também são de responsabilidade dos assentados. *“Depende da cana, se a cana for boa com certeza você tem um lucro bom, mas se a cana for fraca o lucro também é fraco. Às vezes você pode arrumar cinco mil, seis mil, quatro mil, mas aí tem o adubo, a limpa.” (REGINALDO, entrevista – 18/11/2006, p.8).*

Ao ser questionado se mesmo assim valeria à pena plantar cana, o mesmo ressaltou que sim, pois *“no caso da lavoura branca jamais ninguém ver isso”*. Nesse sentido, o mesmo destacou: *“Você planta macaxeira, inhame, batata. Mas é só pro consumo de casa, porque se você disser vou sobreviver com trabalho de lavoura branca, você não tem condições de comprar sequer uma roupa”*. (REGINALDO, entrevista – 18/11/2006, p.8).

Desse modo, as necessidades da família com roupas, calçados e bens de consumo são supridas com a remuneração obtida com o fornecimento de cana para as empresas agroindustriais canavieiras. Já o plantio de outras culturas é efetuado apenas para a alimentação da família, não devendo o excedente ser comercializado, pois é a garantia da sobrevivência alimentar durante os períodos de estiagem prolongada. *“As pessoas que lucram um feijãozinho a mais, elas não vendem porque têm medo de vender, Porque a seca é puxada, é grande, e você sobrevive na seca com aquilo que você colhe no inverno”*. (REGINALDO, entrevista – 18/11/2006, p.9).

Com base nas conversas que tivemos com os representantes de entidades de representação dos trabalhadores (CPT, MST e Sindicatos) e com os próprios trabalhadores assentados é possível afirmar, que no caso desses assentamentos nordestinos são vários os fatores que os conduzem a inserção na atividade canavieira, em detrimento da agricultura camponesa voltada à produção de alimentos, que garanta não só a alimentação, mas também o suprimento das necessidades básicas das famílias.

Entre esses fatores destaca-se a falta de uma política agrícola que dê

suporte financeiro, técnico e comercial à produção nos assentamentos, respeitando e garantindo as tradições camponesas; a dificuldade para conseguir os recursos via financiamentos (entre elas a morosidade do governo para liberar os recursos) e o endividamento. Somam-se a isso a baixa remuneração obtida com a comercialização dos produtos, especialmente se não há uma organização desses assentados no sentido de efetuar a venda direta da produção sem a interferência de atravessadores³⁴⁴. Além de tudo, tem as condições climáticas, que se constitui uma agravante, haja vista os longos períodos de estiagem e falta de água.

Vê-se, pois, que o delineamento da questão agrária no Brasil, não se expressa somente nos atos de barbárie praticados pelo capital, pelos latifundiários, e pelos órgãos repressivos do Estado, a exemplo das prisões, torturas, e assassinatos de trabalhadores e lideranças, seja no Nordeste, seja em Eldorado dos Carajás, seja no Pontal do Paranapanema, sob os olhares parciais da justiça que só favorece o latifúndio. A violência também se evidencia através da cooptação dos trabalhadores assentados, oriundos da luta pela terra para o circuito do capital agroindustrial canavieiro. Mesmo que não se caracterize pela força física ou moral, essa sujeição do trabalhador assentado à lógica perversa do sistema metabólico do capital não é menos violenta.

Esse contexto em que o capital agroindustrial canavieiro, avança sobre áreas de produção de alimentos, assentamentos rurais, comunidades extrativistas e até reservas indígenas; onde a agricultura capitalista voltada para a grande produção e para exportação é colocada em evidência, com vistas a promover a valorização do capital, em detrimento da produção pautada na diversificação, na valorização da vida e das organizações sociais e de produção tradicionais, se coloca novamente em questionamento o modelo de desenvolvimento que se propõe.

O discurso e as ações do capital validado pelo Estado, valorizam a adoção do “progresso” das técnicas capitalistas de produção como um dos

³⁴⁴ Como o exemplo da feira agroecológica realizada por um grupo de trabalhadores assentados, sob a coordenação de membros da CPT/PB.

elementos de dominação do capital sobre o trabalho, traduzindo-se desse modo, num desenvolvimento do capital e para o capital³⁴⁵.

Para garantir a circulação e, portanto, a sua reprodução o capital necessita superar as barreiras espaciais. Contudo, essa superação demanda, contraditoriamente, que o capital promova a sua organização no espaço. Sendo, pois, o espaço, em primeira instância, uma barreira a ser superada resta a *“anulação do espaço pelo tempo”*. Diríamos em acréscimo, que no contexto do sistema metabólico do capital as forças produtivas possuem a capacidade de superação dos obstáculos espaciais e de anulação do espaço pelo tempo por meio de investimentos na organização espacial e em inovações técnicas e/ou tecnológicas. Desse modo, um dos propósitos tem sido *“controlar o tempo do trabalho excedente, e transformá-lo em lucro dentro do tempo de rotação socialmente necessário”* (MARX, 1973, p.539 apud HARVEY, 2005, p. 145).

Que fique claro que o questionamento não se direciona as técnicas, mas ao que impulsiona sua utilização. No contexto do sistema metabólico do capital, a garantia da valorização espacial do capital, do desenvolvimento das forças produtivas em nome do progresso, da redução do tempo e do aumento da produção de alimentos sob o argumento de torná-los mais baratos e mais acessíveis à população, justifica o ousado das técnicas e das novas tecnologias, acentuando o processo de destruição dos ecossistemas e aumentando o contingente de trabalhadores desempregados. Não queremos com isso afirmar que as técnicas e as tecnologias estejam contra os trabalhadores, mas sim, como já dizia Marx, a favor do capital.

A expulsão de comunidades camponesas, assentados e indígenas de seus territórios, ou a sua subordinação ao processo de produção capitalista como fornecedor de matéria-prima ou como assalariado, se traduz numa maneira de transformá-los, substituí-los e principalmente moldá-los às necessidades do capital em seu processo de valorização. Ao desqualificar as formas de produção e de organização social desses trabalhadores da terra, busca-se desqualificar também a sua luta, a ação política que prioriza a permanência desses homens e mulheres na terra, enfim, a sua história e as suas necessidades, minimizando

³⁴⁵ Para mais detalhe ver: THOMAZ JÚNIOR, 2001; MENDONÇA, 2004.

assim a possibilidade de se promover mudanças e construir um desenvolvimento econômico e social, através da ação desses sujeitos.

Desse modo, partilhamos da posição de Thomaz Júnior (2007) quando afirma que a saída é *subverter* essa ordem que está posta, buscando “*novos referenciais e pressupostos de gestão da sociedade, porque a questão central não está nas técnicas em si, mas acreditar na superação da sociedade do capital*” (p. 18). Isso pressupõe que o trabalho e os meios de produção sejam vinculados à produção de bens que assegurem o bem-estar da sociedade e dos trabalhadores, e não mais ao processo destrutivo de produção de mercadorias.

3.3 – As Tramas Espaciais Engendradas pelo Capital Agroindustrial Canavieiro: e o Discurso do “Desenvolvimento” Local-Regional

O discurso do desenvolvimento consolidou-se, especialmente a partir da segunda metade do século XX, pautado no constructo ideológico de que a modernização supera relações e formas de produção atrasadas; que a industrialização e a tecnologia conduzem à modernização; e que a materialização desse desenvolvimento garante o progresso no âmbito social, cultural e político.

Com o tempo esse discurso ganhou flexibilidade para se adaptar às novas circunstâncias, sendo, inclusive influenciado por outros discursos (ambientalistas, feministas, anti-colonialistas etc.), porém manteve sua base fundante, qual seja: a estratégia de controle social. Montenegro Gómez se apóia na abordagem pós-estruturalista de Escobar (1998[1995]) ao ressaltar que,

as opções tomadas em cada momento (por exemplo, privilegiar a produção agrícola para a exportação e não a produção para o consumo, ou apoiar mais as soluções intensivas em capital e não em trabalho) ou a conformação da hierarquia circunstancial, que vai gerir um determinado problema (por exemplo, a voz dos “expertos” ou dos políticos, as soluções industriais ou agrárias), mostram como a fortaleza e a coerência do discurso do desenvolvimento residem, em grande medida, na sua capacidade de integração e de adaptação.(2006, p. 129)

A ideologização da baixa produtividade das terras, ou da

“impotencialidade” econômica dos camponeses/produtores e trabalhadores da terra em continuar produzindo alimentos (endividamento, dificuldade de acesso ao crédito, somado às políticas agrícolas desfavoráveis a estes), dá suporte ao projeto expansionista do capital agroindustrial canavieiro e altera as relações sociais de produção e de trabalho no campo, revelando, pois, as novas faces da contradição inerente ao sistema metabólico do capital, personificado no agronegócio canavieiro, que se diz portador de progresso e de desenvolvimento, corroborando assim, a hipótese de que está se constituindo uma (re)configuração geográfica nos territórios onde tal projeto se materializa.

Esse suposto desenvolvimento que faz recuar as formas anteriores de organização da produção, agravando as questões ambientais e os problemas já vivenciados pelos camponeses e trabalhadores da terra, deve, aqui, ser colocado em questionamento, na medida em que se realiza parcialmente e não poderia ser diferente, pois seu objetivo principal é atender aos interesses do grande empresariado agroindustrial canavieiro, com vistas a incrementar a produção/productividade e a garantir novos patamares de acumulação do capital.

Mesmo a modernização da agricultura capitalista, e a territorialização das agroindústrias ocorrem de forma parcial e materializam-se desigualmente no espaço. Nesse sentido, como destaca Mendonça (2004, p. 166), *“qualquer atitude modernizante é por sua natureza excludente, pois é a materialização das condições desiguais de reprodução do capital”*. Diante da lógica do desenvolvimento desigual e combinado pensar o contrário, ou seja, numa padronização ou homogeneização espacial dessa modernização seria incorrer num erro.

Trata-se da lógica contraditória do capital em seu processo de produção e reprodução, manifestando no território a sua essência desigual e combinada. Assim, *“como o espaço capitalista é um espaço de relações contraditórias, porque comandado pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, o arranjo espacial econômico compreenderá inúmeras desigualdades”*. (MOREIRA, 2008, p.73). Em outras palavras, depreende-se que o desenvolvimento, ao contrário do que se propõe é também contraditório e, ao se materializar no espaço geográfico revela as desigualdades geradas na contradição. Nesse sentido Montenegro Gómez destaca que,

O desenvolvimento promovido na sociedade capitalista pretende a redução das desigualdades, através de um sistema que se fundamenta na concorrência entre desiguais. No mínimo, um contrasenso, senão uma cruel impostura. (2006, p. 121)

Diríamos em acréscimo, que o discurso do desenvolvimento é construído, pensado e implementado, através de uma rede de elementos econômicos, sociais, políticos, culturais, institucionais etc., mas é a partir das relações que se estabelecem entre esses elementos e da força de quem transmite (no caso em questão o agronegócio canavieiro e o Estado), que esse discurso passa a ser incorporado como verdadeiro³⁴⁶.

Nesse sentido, Moreira (2008, p.70-71) destaca que o espaço constitui a “*síntese projetiva*” desses três níveis de relação: a infra-estrutural manifesta nos arranjos econômicos, e as superestruturais expressas no arranjo jurídico-político e no arranjo cultural-ideológico. Assim, o processo de valorização do capital que se realiza na produção e no trabalho, tem o Estado como um grande aliado, cuja intervenção contribui para imprimir um misto de complexidade e de transformações territorializadas no espaço geográfico.

O Estado tem sido desde o início o principal escudeiro do agronegócio canavieiro, ao defender a produção de energia limpa e renovável e, por conseguinte a expansão da cana-de-açúcar, como gerador de emprego, renda e desenvolvimento regional. Todavia, suas ações estão encimadas na geração de divisas via exportações, elevação do superávit primário³⁴⁷, bem como no interesse em apresentar alternativas para os grupos nacionais e estrangeiros, que já atuam nessa atividade.

Desse modo, faz-se importante atentar para o discurso do Estado e do capital, de que o agronegócio canavieiro é portador de desenvolvimento local-regional, porque gera empregos e renda nos municípios. Não discordamos que o mesmo gera empregos (diretos e indiretos), pois isso é fato. Mas há que se

³⁴⁶ Para mais detalhes ver: MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 127.

³⁴⁷ A previsão para o superávit primário em 2007 era de US\$ 50 bilhões, no entanto a balança comercial destacou que este foi US\$ 300 milhões menor que a meta estabelecida. Resultado atribuído ao fato da receita do setor canavieiro, com as exportações de açúcar e álcool ter caído de US\$ 7, 77 bilhões em 2006, para US\$ 6, 57 bilhões em 2007, o equivalente a US\$ 1, 2 bilhão, caracterizando assim uma redução de 15,4%. Cf. Jornal O Estado de São Paulo Online – Caderno de Economia, 15 de janeiro de

desmascarar “a verdade” desse discurso, esclarecendo que a maior parte dos empregos gerados é temporária, criando também demandas temporárias e problemas, que podem se estender por muito tempo, nos locais onde as novas unidades processadoras estão sendo implantadas.

A construção das novas unidades envolve dezenas de outras empresas contratadas para executar a obra, que empregam mão-de-obra desde a mais qualificada (engenheiros, técnicos, supervisores etc.) a operária. As empresas agroindustriais canavieiras, por sua vez, contratam diretores, gerentes, trabalhadores rurais etc., que se somam aos demais. Então, entre um e dois anos, que é o tempo que geralmente pode durar a obra, as pequenas cidades, sedes dos municípios onde estas empresas estão sendo implantadas, sofrem um grande impacto, pois não estão aparelhadas para atender à demanda criada por centenas ou milhares de moradores temporários.

A demanda maior é por hotéis ou moradias de qualidade para o pessoal mais qualificado, por locais que, em alguns casos são cedidos pelas prefeituras como hospitais desativados, escolas etc.³⁴⁸ e moradias, para alojar os trabalhadores da construção e os trabalhadores rurais, sendo que para estes últimos, geralmente as moradias são as mais precárias. Há casos em que a cidade não dispõe de hotéis e casas suficientes, ficando parte desse pessoal em hotéis e alojamentos nas cidades vizinhas.

A cidade de Vicentinópolis/GO, por exemplo, com a construção da Usina Caçú, recebeu nos últimos dois anos cerca de três mil novos moradores, dos quais a maioria é temporária (considerando que estão sempre se deslocando de um local para outro e para diferentes obras). A falta de moradias somada ao aumento da demanda triplicou o preço dos aluguéis, além disso, os dois pequenos hotéis que há na cidade vivem em permanente lotação. Com isso o pessoal de mais alto escalão vai para as cidades que oferecem infra-estrutura melhor (hotéis, restaurantes, moradia e hospitais etc.)³⁴⁹.

O preço dos aluguéis atinge inclusive os moradores locais. Sem condições de ter uma casa própria, mas acostumados há anos a pagar por um

2008. Disponível em: http://www.estadao.com.br/economia/not_eco109612,0.htm

³⁴⁸ Esses casos foram encontrados em Jataí e Montividiu, estado de Goiás.

³⁴⁹ Conforme informação concedida informalmente pelo Engenheiro Agrônomo, representante da Usina

aluguel que cabia no orçamento, se vêem diante do aumento da demanda e, conseqüentemente do preço das moradias, sendo obrigados a comprometer a renda. Este aspecto foi detectado também no município de Bom Jesus/GO onde, segundo o então prefeito³⁵⁰, a população aumentou de 20 mil para 25 mil habitantes nos últimos dois anos, elevando também o preço dos aluguéis. Fato que se deve a construção da Usina Panorama, no município vizinho de Itumbiara, à cerca de 40 km de Bom Jesus.

Em Quirinópolis/GO, o então Secretário da Agricultura³⁵¹, ressaltou que as duas empresas agroindustriais canavieiras implantadas no município, a Usina Boa Vista e a Usina São Francisco, são as maiores responsáveis pela geração de empregos diretos e indiretos, pois com a construção das mesmas houve o aumento da demanda por serviços especializados como borracharias, oficinas mecânicas etc. Todavia, o preço dos aluguéis das residências dobrou. Segundo João Flávio, assistente do referido Secretário, uma casa com quatro cômodos, que antes custava R\$ 250,00 passou a custar R\$ 500,00³⁵². O mesmo destacou ainda que os hospitais permanecem lotados, e atribuiu o fato ao aumento da população local (quatro mil novos moradores) nos últimos quatro anos, em função da construção das duas unidades processadoras.

Vê-se, pois, que nesse contexto, a demanda aumenta também por serviços de saúde pública como hospitais e postos de saúde, já que a maior parte dos trabalhadores depende desses serviços, uma vez que não dispõem de planos de saúde nem de condições financeiras para atendimento em instituições privadas. Como geralmente não há grandes (ou nenhum) investimentos públicos nesse sentido, os impactos acabam recaindo também sobre a população local. Assim, o atendimento nessas instituições públicas, que normalmente já é precário, com falta de médicos, longas filas, insuficiência de leitos e de medicamentos, tende a se agravar³⁵³.

Com base em depoimentos de alguns representantes do poder público

Caçuí.

³⁵⁰ Sr. Oscar Ferreira Gomes, durante entrevista realizada em 06 de outubro de 2008.

³⁵¹ Sr. João Humberto, durante entrevista efetuada em 30 de setembro de 2008.

³⁵² Esse aspecto foi confirmado pelo Gerente Agropecuário e pela funcionária de RH da Usina Boa Vista.

³⁵³ Não temos a pretensão de fazer nenhuma suposição leviana, tendo em vista que não realizamos investigação *in loco* nesses postos de saúde e hospitais. Todavia, ressaltamos que o que ora afirmamos se pauta em depoimentos dos próprios trabalhadores que reclamam do atendimento, ou moradores locais que

municipal, é possível afirmar que a perspectiva de desenvolvimento, criada com a construção de empresas agroindustriais canaveiras é vista como positiva para os municípios, especialmente no tocante a geração de emprego e a arrecadação de impostos³⁵⁴. Os entrevistados destacaram que é interessante que a unidade processadora se instale no município, pois aumenta a arrecadação de impostos e permite que o poder público invista em melhorias infra-estruturais e de serviços.

Ao mesmo tempo em que não é interessante a empresa se instalar em um município e demandar os serviços de outro, pois enquanto o primeiro arrecada impostos ligados diretamente à unidade processadora, o segundo absorve, sem contrapartida, os impactos decorrentes do contingente populacional recebido, como demanda por moradias, hotéis, serviços de saúde, segurança e até educação.

Nesse sentido vale citar o Secretário de Comunicação do município de Montividiu, pois este destacou que uma das preocupações em aceitar ou não que a Usina Serra do Caiapó se instalasse no município (e que a segunda unidade do grupo Cosan se instale) foi especialmente essa questão da arrecadação de impostos e dos impactos que absorveria caso a unidade se instalasse no município vizinho.

Uma das preocupações nossas, mesmo porque não adiantava nada se Montividiu falasse não e os outros municípios aqui instalassem as usinas próximas. O que iria acontecer? Iria levar os impostos todos para o outro município e ia acabar fazendo contrato com nosso município, muitas pessoas iriam morar por aqui. A questão da saúde, enfim, todos os impactos que a gente ia ter em termos de infra-estrutura. A gente iria ser atingida sem ter uma contrapartida. Então, houve essa preocupação primeira. (ROCHA, entrevista – 10/10/2008, p. 2)

Já o prefeito de Bom Jesus declarou que o projeto do grupo São Martinho para construir uma unidade no município é bem vindo. O mesmo cogitou a possibilidade de a arrecadação de impostos no município aumentarem de R\$

alegam a piora desses serviços com a chegada dos trabalhadores.

³⁵⁴ Apesar de não termos entrevistado representantes do poder público nos outros estados visitados, é possível afirmar com base nas observações de campo e nas conversas com moradores, dirigentes sindicais e outras fontes, que estas questões também estão presentes nas frentes de expansão canaveira dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, especialmente no que se refere à demanda por

2.000,00 para R\$ 4.000,00, e ressaltou que a empresa não trará prejuízos para as outras culturas, mesmo que a área com cana plantada aumente dos 10% já ocupados para 20%, no município.

Nessa dinâmica da auto-expansão com vistas à realização do valor, o capital exerce seu domínio político, se apropriando do espaço da produção e subjugando milhares de trabalhadores fragilizados pela desterritorialização em sua origem, (no caso os migrantes). Isso se faz presente também no âmbito do capital agroindustrial canavieiro, que revela sua face de descumpridor de direitos trabalhistas, dos contratos de trabalho, de mal pagadores, além de superexplorar a força humana que trabalha, desrespeitando os direitos humanos ao não fornecer condições dignas de moradia, alimentação e, em muitos casos, manter os trabalhadores em situação análoga ao trabalho escravo.

Não se trata de mera afirmação, e sim de fato constatado empiricamente, dizer que nesse contexto a maior parte dos trabalhadores inseridos na produção canavieira das novas frentes de expansão é migrante de várias partes do país, frutos desse movimento do capital e do trabalho.

Criou-se muita expectativa em escala local-regional, em torno do binômio expansão canavieira - geração de empregos, todavia, de certo modo, é uma expectativa falsa, tendo em vista que grande parte dos trabalhadores envolvidos na construção é migrante, e a materialização desses empregos nos territórios onde as novas unidades agroindustriais estão sendo construídas é temporária. Ao fim da obra, a maior parte dos empregos gerados é extinta, pois os trabalhadores migram junto com as empreiteiras para outros locais e outras construções.

Então, quando a unidade começa a processar, a tendência é haver uma acomodação do contingente de trabalhadores, pois a mão-de-obra passa a ser aquela contratada para trabalhar na lavoura e na planta fabril. E aqui há que se fazer a ressalva (a pesquisa empírica revelou) de que nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e, sobretudo de Goiás a presença marcante de trabalhadores migrantes não ocorre somente nas lavouras de cana, mas também na construção, no gerenciamento e na operação da planta fabril.

moradias, que elevou os preços dos aluguéis, e serviços de saúde.

A perspectiva é de que haja uma redução ainda maior de empregos no âmbito do agronegócio canavieiro. Essa redução, que já vinha ocorrendo gradualmente nas unidades processadoras em atividade há muito tempo, em virtude do processo de reestruturação e adoção de inovações tecnológicas, entre as quais o corte mecanizado da cana-de-açúcar (já destacadas no capítulo I), tende a se intensificar no contexto atual, pois as novas empresas já estão iniciando as atividades de colheita (e em alguns casos também de plantio) com máquinas e, em função da eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar determinada pela legislação, prevêem mecanizar 100% da colheita, absorvendo assim, muito menos mão-de-obra do que a colheita manual.

Diante das questões aqui apontadas, acredita-se que o desenvolvimento anunciado pelo Estado e pelo capital personificado no agronegócio canavieiro, que transforma os territórios para os quais se expande, não coaduna com a precariedade do trabalho e moradia, com as formas assemelhadas de trabalho escravo e com a superexploração de milhares de trabalhadores desterritorializados nesse país, que cruzam as fronteiras estaduais e municipais em busca de garantia para o sustento de suas famílias; nem com a miséria e a fome de mulheres e crianças que ficam no Nordeste, enquanto seus maridos e pais se submetem aos desmandos do capital nas lavouras de cana do Centro-Sul.

Nesse sentido vale destacar que apesar de todo potencial agrícola que o país possui milhões de pessoas não têm acesso à alimentação básica. Segundo dados do IBGE, divulgados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra)³⁵⁵, 14 milhões de brasileiros passam fome e mais de 72 milhões vivem em situação de “insegurança alimentar”.

Trata-se de um modelo de desenvolvimento que em vez de garantir o acesso à terra a milhões de trabalhadores, por meio da Reforma Agrária, e priorizar a Soberania Alimentar, legaliza a grilagem de terras, aumenta a concentração fundiária e acentua a exploração da natureza e da força humana que trabalha, descumprindo a legislação ambiental e trabalhista.

³⁵⁵ Documento CPT – Cana no Brasil – Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Outubro de 2008. Disponível em: www.social.org.br/cartilhaimpactoscana.pdf (versão em pdf).

Criou-se um espectro em torno da idéia de um desenvolvimento pautado “*em aspectos sociais, ambientais e humanos*”, que confundem aqueles que buscam uma transformação pela via da regulação do capital. Desse modo, “*o denominado ‘capitalismo de rosto humano’ não é mais que uma nova careta*” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2004, p. 55).

Cabe ressaltar, em acréscimo, conforme Montenegro Gómez, que as ações implementadas por trás dos discursos de renovação do desenvolvimento econômico só conduzem ao aumento e/ou aprofundamento dos mecanismos de regulação do mercado. Nessa dinâmica geral, as medidas corretivas adotadas não avançam no sentido de uma mudança real, sinalizando apenas soluções paliativas. Desse modo, “*o aumento dos níveis de pobreza, desemprego, desigualdade social ou ‘perturbação social’*” (2004, p. 55), denunciam uma realidade teimosa e incapaz de transformar de fato essas propostas que se constituem apenas reformadoras.

Trata-se, pois, de um desenvolvimento do capital e para o capital, que se pauta no desmantelamento das comunidades e territórios que interessa ao projeto expansionista do capital com vistas a sua valorização, tirando-lhes as condições que lhes são próprias e que foram construídas historicamente, e impondo ações e atitudes que não combinam com as formas anteriores de organização social e de produção.

Assim, a geração de empregos é apenas uma consequência desse projeto do capital, um meio de realização da mais-valia relativa e absoluta pautada no controle social do trabalho, com vistas à auto-expansão e acumulação do capital. Um *pseudo-desenvolvimento*, que decorre de ações e alianças estratégicas do capital e do Estado, que primam, por um lado, pela obtenção de contrapartidas econômicas que dão suporte ao movimento do capital em seu processo de valorização e, por outro lado, de contrapartidas sociais e tributárias, que desembocam em pretensões de cunho político.

No processo de desenvolvimento econômico capitalista as forças produtivas não se organizam, se desenvolvem e se reproduzem somente devido às ações e estratégias do capital, o papel do Estado é fundamental na constituição das condições necessárias a esse processo. Diríamos em acréscimo, que sem a intervenção do Estado o capital não conseguiria promover a

estruturação do espaço de modo eficiente e, por conseguinte a sua própria valorização. Desse modo, o Estado, enquanto instância política de formação social assume o papel de produtor do espaço. (BERNARDES, 2001, p.248).

Enfim, há uma combinação de fatores que aliam os interesses do capital, do Estado e das elites locais e regionais, reformatando as alianças de classe e *“alterando substancialmente o pacto agrário, pautado no latifúndio e na produção camponesa”*. (MENDONÇA, 2004, p.101-102). Nesse contexto surgem novos elementos, novas demandas, novos atores sociais, novas categorias de trabalhadores, imprimindo novas marcas no território e evidenciando, assim, *“novos constructos identitários”*, portanto, novas territorialidades.

3.3.1 – A dinâmica espacial do capital agroindustrial canavieiro e os desdobramentos ambientais

Não podemos tratar aqui dos desdobramentos decorrentes das tramas espaciais engendradas pelo capital agroindustrial canavieiro, sem levar em consideração também os impactos ambientais. Já enfocamos alguns aspectos ao longo dos capítulos anteriores, porém julgamos ser pertinente aqui dar ênfase a alguns deles.

É fato que toda atividade agroindustrial pautada no monocultivo em grandes extensões tende a exaurir o solo com o tempo, provocar devastação ambiental e a destruição da fauna e da flora. Já é sabido também que a atividade canavieira está historicamente associada à ocorrência de impactos ambientais. Primeiro por ter se constituído, desde sua fase colonial, especialmente na Zona da Mata nordestina, sob intensa devastação da Mata Atlântica, segundo pelo fato de que por muitos anos – até se comprovar a sua importância na fertirrigação – os resíduos decorrentes da produção de álcool, a vinhaça, foi (e ainda é) uma grande vilã no processo de contaminação dos cursos d’água, dos aquíferos.

Soma-se a isso o uso de agrotóxicos aplicados manualmente pelos trabalhadores ou por via aérea, através de aviões, que em ambos os casos, se não manuseadas adequadamente, coloca em risco a saúde dos trabalhadores,

contamina os solos, a água e ameaça a sobrevivência de espécies animais terrestres e aquáticas.

Dois outros aspectos devem ser também considerados nesse contexto, a saturação do solo devido à intensificação do uso de fertilizantes nitrogenados e a compactação dos solos pelo tráfego constante da motomecanização pesada, ou seja, das máquinas colheitadeiras e tratores etc.³⁵⁶

Criada especialmente para elevar a produtividade do trabalho nas lavouras e aumentar o lucro dos produtores e empresários agroindustriais canavieiros, – uma característica inegável do modo de produção capitalista – a queima da palha da cana-de-açúcar tem sido uma prática historicamente utilizada.

Nos últimos dez anos esta prática tem sido seriamente questionada e combatida por meio de leis ambientais, que determinam a redução gradual até sua total extinção³⁵⁷. Apesar das queimadas da palha de cana já ter sofrido redução, haja vista o aumento da mecanização que atualmente já ocorre, em pouco mais de 40% das lavouras, esta prática ainda predomina em muitas empresas agroindustriais canavieiras, destruindo os microorganismos do solo, a fauna³⁵⁸ e a flora, poluindo o ar com a fuligem que é liberada e lançada sobre as cidades próximas às lavouras, causando também prejuízos ao bem-estar e à saúde da população, ao provocar doenças respiratórias.

Essa questão é controversa e tem a sua cientificidade questionada, especialmente pelos representantes do setor canavieiro, todavia os levantamentos feitos nas regiões de maior concentração de unidades processadoras próximas às cidades, como a região de Ribeirão Preto, atestam que a prática da queimada, especialmente no período do inverno, que é uma estação seca e com baixa umidade relativa do ar, se não provoca, pelo menos

³⁵⁶ Cf. MARTINS, H. de Carvalho. 30 de setembro de 2007.

³⁵⁷ A lei 11.241, de 19 de setembro de 2002, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana, prevê que o fim da queima da palha da cana nas áreas favoráveis a mecanização (com declividade de até 12%) ocorra até 2021, e determina que a partir de 2011, 50% das lavouras de cana-de-açúcar do estado de São Paulo não sejam mais queimadas. Porém, o Protocolo Ambiental assinado em julho de 2008 pelo governo estadual e a Única antecipa o prazo de extinção da queima nas referidas áreas de 2021 para 2017.

³⁵⁸ Muitos animais da fauna silvestre encontram abrigo e alimento em meio às lavouras de cana. Pássaros, como as pombas amargosas, por exemplo, colocam ovos e procriam, atraindo assim seus predadores como cobras, ratos e lagartos, cachorro-do-mato, felinos, capivara etc., que para ali se dirigem em busca de alimento. Quando ateam fogo nos canaviais, não são todos os animais que conseguem fugir, e muitos deles acabam morrendo.

constitui uma agravante das doenças respiratórias já comuns nessa época do ano.

Estudo divulgado pelo médico sanitário, Antonio Pereira Franco³⁵⁹, baseado em dados sistematizados de 1988 a 1997, em 35 hospitais de 24 municípios da região de Ribeirão Preto revelou que as internações hospitalares provocadas por problemas respiratórios aumentam de 75% a 100% na época da queimada da palha de cana. Franco destaca ainda que essas doenças estejam associadas aos agentes externos, decorrentes da poluição atmosférica provocada pela fuligem e gases como o dióxido e o monóxido de carbono.

A alegação de quem defende as queimadas é que embora haja uma grande liberação de CO₂ pela queima da palha da cana, este gás não interfere sobre a camada de ozônio e, conseqüentemente para o aumento do efeito estufa, tendo em vista que uma quantidade equivalente do mesmo é extraída da atmosfera através da fotossíntese, durante o processo de crescimento do canavial.

Em certa medida esta argumentação está correta, a não ser por um detalhe, a saber: o canavial realmente absorve e incorpora CO₂ em grande quantidade no decorrer do processo de crescimento, que dura de 12 a 18 meses em média, porém a queimada libera tudo em cerca de 30 ou 60 minutos. Então, considerando que a absorção de CO₂ é lenta e a liberação é imediata, os problemas no curto prazo podem ser maiores do que os benefícios.

Além de emitir gás carbônico, a queima da cana (Fotos 18 e 19) libera também ozônio, um gás considerado altamente poluente e de difícil dissipação em regiões de baixa altitude, prejudicando tanto o crescimento de plantas como o desenvolvimento de seres vivos. (SZMRECSÁNYI 1994, p. 74 *apud* LANGOWSKI, 2007, p.9).

³⁵⁹ Citado por SILVEIRA, E. *Jornal da Unesp*, n° 18, p. 8-9, outubro de 1997.

Foto e 18 e 19 – Queimada de cana: poluição e perigo quando próxima às rodovias



Fonte: Pesquisa de Campo – Paraná/2007 e Minas Gerais/2007

Os impactos causados pela queima da palha da cana-de-açúcar tanto no meio físico, biológico e antrópico são inegáveis. Para o solo há que se destacar como danos mais freqüentes, a diminuição da fertilidade e umidade do solo, a perda de nutrientes e a exposição do terreno aos efeitos erosivos. Para os trabalhadores ligados diretamente à realização das queimadas há o risco de acidentes provocados pelo alastramento do fogo e de contato com a fuligem. Inclusive já houve casos de morte de trabalhadores durante a queima da cana. O fogo se alastra rapidamente e o trabalhador sem saída acaba sendo sugado pelas chamas, mesmo sendo socorrido a gravidade das queimaduras acaba conduzindo-os à morte. Infelizmente não se tem estatísticas sobre esses casos, até porque eles não são divulgados. Tomamos conhecimento de um ou outro durante a pesquisa de campo, porém sem detalhes dos fatos³⁶⁰.

Os demais trabalhadores que lidam com a cana queimada durante o corte manual também correm o risco de sofrerem acidentes, pois há casos em que os mesmos começam a cortar a cana ainda quente e/ou com resquício de fogo³⁶¹. Somam-se a isso o coquetel de substâncias químicas nocivas que são

³⁶⁰ O Documento CPT – Cana no Brasil 2008 divulgou o caso de um trabalhador da Usina Monte Alegre/MG ocorrido em outubro de 2007. O trabalhador de 35 anos morreu carbonizado quando efetuava a queima da cana-de-açúcar. De acordo com o Documento o caso veio a público porque seus colegas sentiram a falta do trabalhador e o procuraram em meio ao canavial.

³⁶¹ Aspecto detectado durante pesquisa de campo.

lançados à atmosfera durante a queima da cana, entre os quais se destacam os HPAs (“*hidrocarbonetos policíclicos aromáticos*”) ³⁶².

Um estudo realizado pela pesquisadora da Unesp de São José do Rio Preto, Rosa Bosso, aponta que essas substâncias possuem elementos cancerígenos que trazem riscos à saúde dos trabalhadores envolvidos nas lavouras de cana. A pesquisadora analisou a urina de 41 trabalhadores no corte de cana da região de Catanduva, considerando tanto o período de safra como de entressafra, e concluiu que durante a safra (quando eles estão mais em contato com a cana queimada) o nível de HPAs encontrado na urina foi nove vezes maior do que na entressafra. A pesquisa revelou também, que as amostras colhidas apresentavam elevada toxicidade, sugestiva de efeitos prejudiciais à saúde humana. Porém, a pesquisadora alegou que não há estudos que comprovem a relação da exposição aos HPAs com a manifestação de doenças nos trabalhadores, apesar do aumento das doenças respiratórias³⁶³.

O consultor técnico da UNICA, Alfred Szwarc, no entanto, contestou a pesquisa alegando que a amostragem com trabalhadores foi pequena para caracterizar um estudo epidemiológico, acrescentando que os HPAs são resultantes de qualquer queima, não havendo evidências científicas sobre os danos que eles possam causar. Além de não haver estatísticas relacionadas a casos de câncer em municípios canavieiros³⁶⁴. Controvérsias à parte, o fato é que os trabalhadores envolvidos no corte de cana, que geralmente já são submetidos a todo tipo de desmandos (exploração, descumprimento da legislação, precariedade das condições de trabalho e moradia etc.) cometidos por seus empregadores, também têm a sua saúde ameaçada pela queima da cana-de-açúcar.

Para a população em geral, que não tem contato direto com as queimadas os impactos não são menos relevantes, além de causar sujeira nas áreas urbanas próximas às lavouras, aumentar os riscos de acidentes nas rodovias, a liberação da fuligem e dos gases pela fumaça da queima agrava ou provoca doenças respiratórias.

³⁶² Cf. LANGOWSKI, E. Maio de 2007. Disponível em: <http://www.apromac.org.br/QUEIMA%20DA%20CANA.pdf>

³⁶³ Cf. GUIMARÃES, T. Folha Online – Cotidiano. 28 de abril de 2005. Disponível em:

No entanto, como destacamos anteriormente, existe cautela por parte dos profissionais da área de saúde em afirmar a influência das queimadas de cana sobre a ocorrência de doenças respiratórias, haja vista esses problemas normalmente coincidirem com a estação mais seca do ano, na qual comprovadamente já há aumento dos casos de gripe e infecções respiratórias graves, como a pneumonia, por exemplo. Assim, para confirmar a influência da queima nesses casos é necessário um levantamento sistemático.

Lopes; Ribeiro (2006) mapearam 15.986 focos de calor (sugestivos de queimadas) e 116.215 internações em 645 municípios do Estado de São Paulo, no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2004 e esse levantamento apontou que a incidência de internação por afecções, no município de Ribeirão Preto foi elevada (entre 200 e 250 para cada 10.000 habitantes) no ano de 2004. No entanto, os autores consideram que esses casos não estão associados somente a exposição da população aos compostos provenientes das queimadas ocorridas na região, mas também à poluição provocada pelos veículos, especialmente na área urbana do referido município³⁶⁵.

A região Centro-Sul, onde há a maior concentração de unidades processadoras e também de área plantada com cana-de-açúcar (seguida pela região Nordeste) é onde se concentra também os impactos decorrentes das queimadas de cana. Estudo efetuado por Ometto; Mangabeira & Hott (2005, p.2299), levando em consideração a distribuição espacial apenas dos impactos potenciais revela que os níveis são mais elevados na referida região.

No estado de São Paulo, levantamento feito pelo INPE (Instituto de Pesquisas Espaciais) comparando as safras 2006-2007 e 2007-2008, revela que a colheita de cana sem a prática da queima foi 5% menor entre uma safra e outra, o equivalente a 108 mil hectares. No total, a colheita de cana crua foi realizada em 656 mil hectares, significando um aumento de 34% para 46% do total da área colhida sem queima no estado, correspondente a 3,79 milhões de hectares. Segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (citada na mesma fonte), a

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ Para efeito comparativo cabe destacar que o material particulado emitido pelos veículos na Região Metropolitana de São Paulo pode chegar a 62 toneladas/dia, enquanto o material particulado (“carvãozinho”) proveniente da queima da cana-de-açúcar pode chegar a 285 toneladas/dia. Cf. LOPES &

redução da área de queima no período levantado, evitou que 3.900 toneladas de material particulado (equivalente a 28% da emissão de poluentes gerados pela combustão de óleo diesel por veículos na região da Grande São Paulo em 2006), fossem emitidas na atmosfera. Desse modo, ao evitar as queimadas da cana reduziu-se a emissão de poluentes, trazendo benefícios, sobretudo para o meio ambiente³⁶⁶.

O que é importante salientar, é que apesar de haver redução das queimadas em decorrência do aumento da mecanização da colheita de cana-de-açúcar (embora em muitos casos ainda seja efetuada mecanicamente com queima) os impactos ocorrem. E mesmo que os estudos para justificar os agravos à saúde não comprovassem essa correlação, só os transtornos que a população impactada vivencia com a sujeira provocada pela fuligem em casas e locais públicos, com os acidentes em rodovias por falta de visibilidade decorrente da fumaça, ou com a interrupção de fornecimento de energia elétrica por problemas nas linhas de transmissão, já seria motivo suficiente para eliminação das queimadas.

Outro grande problema relacionado à atividade canavieira refere-se à ausência ou destruição de reservas legais (cuja preservação é obrigatória em 20% da propriedade, localizada em qualquer bioma) e de APPs (Áreas de Preservação Permanente). Como a expansão vem ocorrendo, sobretudo em áreas arrendadas, esse problema tende a se agravar. Apesar de produtores e algumas empresas agroindustriais canavieiras estarem realizando trabalho de separação e averbação de áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente os plantios de cana avançam, ocupando grandes extensões de áreas agricultáveis e, geralmente não mantêm conservadas com cobertura florestal as respectivas áreas, desrespeitando os percentuais e metragens recomendadas pela legislação específica.

Durante a pesquisa de campo verificamos áreas a perder de vista com plantio de cana-de-açúcar sem que se visse qualquer sinal de vegetação nativa, noutras apenas alguns resquícios e em outras os canaviais eram entrecortados

RIBEIRO. In: Revista Brasileira de Epidemiologia, vol. 9, n.2. São Paulo, junho de 2006. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1415-790X2006000200008&script=sci_arttext&tlng=
³⁶⁶ Cf. INPE – Notícias. 02 de abril de 2008. Disponível em:

pelas reservas (Fotos 20 e 21). Apesar de ser apenas um recorte a paisagem denuncia a presença/ausência dessas áreas de preservação.

**Foto 20 – Lavoura de cana/GO
Sem APP**



**Foto 21 - Lavoura de cana/MG
Com vestígio deAPP**



Fonte: Pesquisa de Campo – 2007/2008

A visão em relação à importância das reservas legais e das APPs dentro das áreas de cultivo de cana-de-açúcar é muitas vezes tão deturpada, que tem fazendeiros (que já destruíram em suas propriedades) comprando essas reservas em outras propriedades, que não as que arrendam para a cana, para poder participar desse “mercado” comprovando que mantém os percentuais de reserva exigidos pela legislação. “*O pessoal, às vezes deixava a reserva legal dentro da própria área, agora mudou um pouco o conceito, estão comprando uma área já pronta [...] não precisa ser dentro da propriedade, o pessoal compra e preserva*”. (ANDRADE, entrevista – 30/09/2008, p.2).

O Gerente Agroindustrial da Usina Boa Vista, em Quirinópolis/GO, (entrevistado) alegou ainda que esses fazendeiros, que já destruíram as reservas legais e APPs em suas propriedades e estão investindo na aquisição de novas áreas (ou na melhoria do que ainda resta), o fazem porque no estado de Goiás os órgãos de fiscalização ambiental “estão muito rigorosos”.

Como o Código Florestal brasileiro data de 1965, várias medidas provisórias foram sendo criadas nesses 44 anos, para permitir algumas adequações às mudanças ocorridas no espaço agrário. No entanto, a flexibilização do Código Florestal permitida por essas Medidas acabam

favorecendo os grandes proprietários (como no exemplo de Goiás aqui destacado), que, como dispõem de mais recursos preferem adquirir novas áreas já prontas a recuperar as que destruíram. Nesse sentido, cabe destacar o parágrafo 6º do Artigo 4º, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, o qual determina que: “Na implantação de reservatório artificial é obrigatória a desapropriação ou **aquisição** (grifo nosso)³⁶⁷, pelo empreendedor, das áreas de preservação permanente criadas no seu entorno, cujos parâmetros e regime de uso serão definidos por resolução do CONAMA.

Vê-se, pois que a própria lei abre brechas no sentido de favorecer esses proprietários de terras, é como se partisse do princípio de que o fundamental é que se tenha a reserva legal, não importando aonde, nem como é obtida. Isso, no nosso modo de ver, reforça a “consciência ambiental zero” desses fazendeiros, que não adquirem ou mantêm as reservas ou APPs por estarem preocupados com o meio ambiente, mas simplesmente em cumprimento a legislação.

Para o biólogo Gustavo Malacco³⁶⁸ a averbação do déficit de reserva legal fora da bacia hidrográfica (portanto em outra área que não onde ele produz) fere o Código Florestal³⁶⁹, visto que as regras para o licenciamento das novas unidades não são rígidos, fazendo “vista grossa” para boa parte dos impactos provocados por esses empreendimentos.

Do ponto de vista das empresas agroindustriais canavieiras, percebemos que já há um cuidado maior com essa questão, se não efetivamente pelo menos no nível do discurso. Na maioria das empresas visitadas, os representantes entrevistados declararam que a empresa já possui e mantém essas áreas, ou que está realizando o trabalho de recuperação através de reflorestamento com plantio de espécies nativas. Em algumas delas tivemos a oportunidade de verificar *in loco*. No entanto, essa recuperação é um trabalho de “formiguinha”, que requer dedicação constante, pois leva anos para recuperar uma área que foi totalmente desmatada.

³⁶⁷ Incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001.

³⁶⁸ Presidente da ANGÁ - Associação para Gestão Ambiental do Triângulo Mineiro e membro do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Baixos Efluentes Mineiros do Paranaíba.

³⁶⁹ Cf. Repórter Brasil – Relatório Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

Entre as empresas visitadas que declararam estar trabalhando na recuperação dessas áreas, destacam-se aquelas que já possuem certificação orgânica, Sistema de Gestão Ambiental ISO14001 e/ou Gestão Integrada (ISO9001, ISO14001 e OHSAS18001). Isso ocorre porque faz parte da estratégia mercadológica e de *marketing* ambiental dessas empresas e também por ser o cuidado com o meio ambiente, e aí se inclui a recuperação de áreas degradadas, uma condição para a obtenção da certificação.

Como já destacamos em várias passagens do capítulo anterior o Bioma do Cerrado é o que se encontra mais ameaçado, haja vista ser este a principal fronteira em expansão no momento. Segundo o professor Laerte Ferreira (Universidade Federal de Goiás), coordenador do LAPIG (Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento), que cuida do SIAD (Sistema Integrado de Alerta de Desmatamento), a estimativa é que de 2003 a 2007 cerca de 1,9 milhões de hectares desse Bioma tenham sido ou incorporados pelas atividades antrópicas³⁷⁰.

Levantamento efetuado pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente) sobre as “Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”, aponta a existência de mais de 400 áreas no Cerrado tidas como prioritárias para a conservação, as quais se encontram de alguma forma ameaçadas. Desse total 16 se encontram (Quadro 7) diretamente ameaçadas pelo cultivo da cana-de-açúcar.

³⁷⁰ Cf. Repórter Brasil – Relatório Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

Quadro 7 – Áreas Prioritárias Quanto ao Estado de Conservação e Uso da Biodiversidade, Ameaçadas pelo Cultivo da Cana-de-açúcar

Nome	Importância	Prioridade	Área (ha)
Rancharia/SP	Insuficientemente conhecida	Alta	27.100
Santa Maria – Brilhante/GO	Extremamente alta	Muito alta	484.900
Corredor Serra do Maracaju/MS	Extremamente alta	Muito alta	619.100
Planalto da Bodoquena/MS	Extremamente alta	Muito alta	1.434.200
Sidrolândia/MS	Muito alta	Extremamente alta	20.900
Nascentes do Varadouro/MS	Muito alta	Extremamente alta	764
Campo Florido - Veríssimo/MG	Muito alta	Extremamente alta	44.900
Serra de São Vicente/MT	Extremamente alta	Extremamente alta	130.300
Goianésia a Barro Alto/GO	Muito alta	Muito alta	254.200
Bacia do Rio Corrente/GO e BA	Extremamente alta	Muito alta	906.900
Bacia do Rio Grande/BA	Extremamente alta	Extremamente alta	1.112.400
Rio Caracol/TO	Alta	Muito alta	255.800
Lizarda/TO	Alta	Extremamente alta	272.500
Itaguatins/TO	Muito alta	Alta	135.200
Baixo Parnaíba/TO e MA	Extremamente alta	Muito alta	168.900
APA do Jalapão/TO	Extremamente alta	Extremamente alta	342.600

Fonte: Ministério do Meio Ambiente – Repórter Brasil – Relatório Cana 2008. <http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/probio/areaspriori.htm?5b754720b22bd2fa17a80a61f92a2d40>

Vê-se (Quadro 7) que das áreas aqui destacadas, a maior parte encontra-se no estado de Tocantins (não tradicional no cultivo de cana-de-açúcar, mas para o qual a cana também avança). Segundo o Levantamento do MMA (Ministério do Meio Ambiente), os municípios de Goianésia e Barro Alto, em Goiás, estão praticamente tomados pela cana-de-açúcar, situação que se repete em outros municípios do estado, devendo se acentuar mediante ao processo de expansão em curso. Em Mato Grosso, a região que envolve as nascentes do Rio São Lourenço, os corredores de biodiversidade que ficam na faixa de transição entre o Cerrado, o Pantanal e a Floresta Amazônica, também estão ameaçados pela expansão canavieira, que se concentra nos municípios de Dom Aquino, Jaciara e Juscimeira. Em Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, área de remanescente na borda da chapada com presença de nascentes e do cervo-do-pantanal, ocupado pela agropecuária, plantações de eucalipto e assentamentos, agora sofre ameaça também da cana-de-açúcar.

As nascentes do Varadouro em Mato Grosso do Sul, é uma área com presença indígena, comunidade Quilombola e de projetos sustentáveis em assentamentos, e também se encontram ameaçadas por uma série de atividades (pecuária, soja, eucalipto, carvoarias, entre outras), além da cana-de-açúcar, e com ausência de efetivação das Áreas de Preservação Permanentes. Já em

Campo Florido e Veríssimo, Minas Gerais, a ameaça maior é efetivamente a cana-de-açúcar. Nesse estado, o avanço do cultivo da cana-de-açúcar já ameaça a Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Serra da Canastra, considerada pelo MMA como sendo de importância biológica extrema ao abrigar as nascentes do Rio São Francisco e a bacia do Rio Grande. Portanto, a preservação da Zona de Amortecimento e áreas circundantes ao parque é de fundamental importância.

De acordo com o levantamento do MMA, no estado de São Paulo a área ameaçada fica no município de Rancharia. O mesmo possui área de transição de Floresta Estacional e Cerradão com espécies ameaçadas especificamente pela cana-de-açúcar. No Pontal do Paranapanema, áreas pertencentes ao Bioma de Mata Atlântica prioritárias para a biodiversidade, também são ameaçadas pelo avanço da cana-de-açúcar. O município de Rosana, onde se registrou a presença de onça pintada (*Panthera onca*) e onça parda (*Puma concolor*) a ameaça é a expansão do cultivo de cana. Já no município de Pirapozinho os remanescentes de Floresta Estacional Semidecidual são ameaçados pelos riscos de incêndios decorrentes das queimadas da cana-de-açúcar³⁷¹.

A destruição desses biomas e, de modo particular do Cerrado, que está presente nas principais fronteiras agrícolas do país e frentes de expansão canavieira, tem sido intensa. Conforme ressalta o coordenador do Fórum Goiano em Defesa do Cerrado, Altamiro Fernandes³⁷², os maiores problemas relacionados a este bioma referem-se ao desmatamento da vegetação nativa, que resulta na conseqüente falta de cobertura do solo, erosões, assoreamento e contaminação dos cursos d'água.

Nesse sentido o uso dos recursos hídricos também requer atenção. Apesar de a maioria das empresas agroindustriais canavieiras alegarem (pelo menos as visitadas) que usam pouca água no processamento da cana-de-açúcar, haja vista adotarem o sistema de circuito fechado com resfriamento e reuso da água, ainda assim o consumo é elevado. Estudo publicado na revista *Natural Resources Research*, e divulgada pelo Documento CPT – Cana no Brasil 2008,

³⁷¹ Cf. Ministério do Meio Ambiente - Mapa das Áreas Prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira – 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=72&idMenu=3812>

destaca que para cada 12 quilos de cana-de-açúcar cultivada são necessários 7 mil litros de água. Acredita-se que o consumo seja maior, especialmente nas áreas onde as lavouras são irrigadas em boa parte do ano como no estado de Goiás e no Nordeste.

Nas áreas de Cerrado do Centro-Oeste e, de modo particular de Goiás, onde há longo período de estiagem (mais ou menos de abril a setembro), coincidindo com o período de colheita e de rebrota da cana, aumenta o consumo de água devido à irrigação necessária ao desenvolvimento da planta³⁷³ e, portanto à renovação dos canais, baixando o volume de água dos rios.

Grande parte da água utilizada pelas unidades processadoras é transformada em efluentes não tratados que são lançados nos cursos d'água causando contaminação e mesmo a morte de nascentes. Segundo a pesquisadora Marília Castro Lima, da UFRPE (Universidade Federal de Pernambuco)³⁷⁴, para cada litro de álcool são gerados de 10 a 13 litros de vinhaça. A vinhaça foi considerada por décadas um dos principais causadores de impactos ambientais associados à atividade canavieira, haja vista ser lançada indiscriminadamente nos cursos d'água, causando a contaminação dos rios, nascentes e lençol freático, além de provocar a mortandade de peixes e animais.

Atualmente, apesar das usinas já utilizarem a vinhaça na fertirrigação do próprio canal (todas as empresas visitadas declararam usar toda vinhaça que produzem e se pudessem produzir mais também consumiria) e da fiscalização ambiental esse resíduo ainda causa problemas ambientais, seja por acidente no manuseio e armazenamento do mesmo, ou por descaso da empresa com o meio ambiente, pois muitas dessas empresas ainda não se adequaram as exigências dos órgãos ambientais quanto a maneira correta de armazenar a vinhaça, que deve ser em reservatórios de concreto ou outro material anticorrosivo para evitar vazamentos e a contaminação do lençol freático. Como é o caso da Usina Goiasa, no município de Goiatuba/GO, a qual para se adequar às exigências do Sistema de Gestão Ambiental ISO14001 e conseguir se certificar

³⁷² Cf. Repórter Brasil – Relatório Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

³⁷³ Aspecto destacado no Documento CPT – Cana no Brasil 2008 e constatado *in loco*, durante pesquisa de campo em set/out. de 2008.

³⁷⁴ Cf. Documento CPT – Cana no Brasil 2008. Disponível em: <http://www.cptpe.org.br/files/cartilhaimpactoscana.pdf>

teve que colocar revestimento de “geomembrana” de polietileno de alta densidade (PEA), tanto nos reservatórios como nos canais de escoamento da vinhaça (Fotos 22 e 23).

Foto 22 - Reservatório de vinhaça - Foto 23 - Canal de escoamento de vinhaça



Fonte: Pesquisa de Campo/GO – set./out. 2008

No estado de São Paulo esse procedimento tem sido exigido pela CETESB (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental do estado de São Paulo) para evitar infiltração e contaminação do solo e do lençol freático. As empresas já existentes e que possuem reservatórios e canais com impermeabilização inadequada ou inexistente são solicitadas pela CETESB ou outro órgão competente (dependendo do estado), a efetuarem as adequações necessárias num prazo de até cinco anos. As novas unidades que estão sendo implantadas já devem construir os tanques levando em consideração essa impermeabilização.

Não bastasse a contaminação das águas, o desmatamento que destrói a mata ciliar resulta na erosão do solo, comprometendo o fluxo normal das águas. Essa erosão, em alguns casos está associada também ao manejo inadequado do solo, podendo ser verificada no meio dos canais (Foto 24), contradizendo o discurso dos representantes do agronegócio canavieiro, especialmente daqueles que lidam com as lavouras, de que o cultivo da cana-de-açúcar não provoca erosão. Assim como qualquer outra cultura se não houver um manejo adequado do solo, o processo erosivo pode apresentar proporção significativa.

**Foto 24 – Erosão em canal da Destilaria Alcídia
o Pontal do Paranapanema/SP**



Fonte: Pesquisa de Campo no Pontal do Paranapanema –2007

Desse modo, ocorre a redução e/ou secagem dos rios e córregos menores e de nascentes. É o que vem acontecendo na bacia dos rios Grande e Paranaíba, no Triângulo Mineiro.

Confirmando o que verificamos durante pesquisa de campo, o biólogo Gustavo Malacco³⁷⁵ salienta que a expansão canavieira no Triângulo Mineiro não está ocorrendo somente nas áreas degradadas, mas também sobre os “pastos sombreados”, ou seja, aqueles em que o agrupamento de árvores em meio à pastagem serve de abrigo para o gado (Foto 25). O que pressupõe que essas árvores são derrubadas para facilitar o cultivo da cana-de-açúcar.

**Foto 25 – Pastagem com remanescente de
árvores nativas ao lado de uma área de cana-
de-açúcar**



Fonte: Pesquisa de Campo – Triângulo Mineiro – out./2007.

³⁷⁵ Cf. Repórter Brasil – Relatório Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

Segundo a professora Adriana Melo³⁷⁶, a expansão canavieira no Triângulo Mineiro está ocorrendo de forma desenfreada, especialmente na região que envolve as cidades de Uberaba, Uberlândia e Araguari, comprometendo seriamente as áreas de preservação ambiental como o desmatamento e destruição das nascentes. A professora cita o exemplo do ribeirão Tronqueiras, no município de Iturama, o qual está agonizando cercado de cana por todos os lados.

As empresas mais antigas construídas às margens dos rios, em uma época em que a legislação não exigia/previa EIA/RIMA (Estudo de Impactos Ambientais), oferece riscos maiores aos cursos d'água (como o exemplo da Usina Vale do Ivaí, no município de Fronteira/MG, a qual já nos referimos no capítulo II), devido ao transbordamento/vazamento acidental dos reservatórios de vinhaça ou lançamento indevido desse efluente nos cursos d'água, provocando, entre outros danos, a mortandade dos animais aquáticos pela alta toxicidade e falta de oxigenação da água, bem como o assoreamento por sedimentação dos resíduos no leito dos rios.

Na região Nordeste esses problemas são históricos, pois são mais de cinco séculos de destruição da Mata Atlântica, da qual restam hoje apenas 5%. Segundo o CEPAN (Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste) o desmatamento atingiu (e ainda atinge) tanto as APPs (que inclui as matas ciliares dos principais rios que correm na Zona da Mata, as áreas de várzeas e os topos e encostas de morros) como as reservas legais.

O Mapa de Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente (já citado anteriormente quando nos referimos ao Cerrado) destaca que pelo menos 21 novas áreas encontram-se de alguma forma ameaçadas pelo cultivo de cana-de-açúcar na região Nordeste. Em 2008, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) autuou e multou todas (24) as empresas agroindustriais canavieiras de Pernambuco, estado que apresenta o menor índice de vegetação remanescente

³⁷⁶ Professora de Geografia e Meio Ambiente, membro da ONG Geração Verde e do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Rio Grande. Cf. Repórter Brasil – Relatório Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

de Mata Atlântica, apenas 2, 7% (constituindo um passivo ambiental de 85 mil hectares), enquanto a média nacional é de 8%.

Essas empresas foram multadas em R\$ 5 milhões cada, por vários crimes ambientais como, por exemplo, a queima ilegal da cana-de-açúcar, a inexistência de reserva legal e a poluição dos cursos d'água. Nesse caso, há que se destacar que grande parte das unidades processadoras do Nordeste (por ser mais antiga) foi construída às margens dos rios, lançando durante séculos ou décadas seus efluentes nesses rios (Foto 26).

Foto 26 – Vista parcial da Usina Catende/PE localizada às margens do rio, no qual lança seus efluentes



Fonte: Pesquisa de Campo – Novembro/2006

O contexto em que foram implantadas, ou seja, sem preocupação alguma com o meio ambiente e, portanto sem licenciamento ambiental, conduziu a este quadro de destruição dos recursos hídricos e de degradação das Áreas de Preservação Permanentes e das Reservas Legais.

É o caso, por exemplo, da Usina Trapiche, no município de Sirinhaém/PE. A mesma foi fundada em 1887 (século XIX) e atualmente sob o comando do grupo alagoano Serra Grande, cultiva cana-de-açúcar em cerca de 27.000 mil hectares, sendo que em mais de 11.000 mil hectares o cultivo é efetuado sem licenciamento ambiental. A usina Trapiche ocupa majoritariamente os topos e as encostas dos morros que constituem as Áreas de Preservação Permanente, além de avançar sobre um conjunto de ilhas cobertas de manguezais, ameaçando esse habitat natural e as comunidades extrativistas e

camponesas que vivem no local (questão já discutida com mais detalhe no capítulo II).³⁷⁷

No bioma amazônico, mesmo que o zoneamento agroecológico venha a barrar o avanço da atividade canaveira, as empresa existentes e/ou autorizadas a implantar novos projetos, já são suficientes para causar destruição ambiental. No Acre, entre 2006 e 2007 foram desmatados 13 mil hectares de floresta, sendo que na área de cana o desmatamento legalizado mais que dobrou, passando de 20% para 50%³⁷⁸.

A única empresa instalada até o momento no estado, a Usina Álcool Verde, do grupo Farias, tem uma área estimada em 39 mil hectares, que não foi informada no Estudo de Impactos Ambientais, necessário para a concessão da licença ambiental. Construída com 5% de participação do governo do Acre, essa unidade foi impedida de funcionar por apresentar inúmeras irregularidades. Mesmo proibida de funcionar a empresa tem previsão para processar em 2009, 389.380 mil toneladas de cana.

Além de ter sido implantada irregularmente em uma área com sítios arqueológicos de mais de dois mil anos, destruindo estruturas geométricas da antiguidade denominadas de geoglifos³⁷⁹, a mesma utiliza água do Rio Jarina para irrigar o canavial, que não possui vazão suficiente para atender a demanda, sem outorga subscrita por órgão competente do poder público (conforme o art.12,I,c/c art. 14 da Lei 9.433/97). Em função disso recebeu recentemente um Termo de Ajustamento de Conduta³⁸⁰.

No Amazonas, a Usina Jayoro, do grupo Coca-Cola, destruiu cerca de 10.000 hectares de floresta para poder implantar a cana-de-açúcar. Além disso, os

³⁷⁷ Conforme os vários registros da CPT/PE, consultados durante pesquisa de campo em 2006. Cf. também Repórter Brasil – Relatório Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

³⁷⁸ Depoimento do professor Écio Rodrigues (Universidade Federal do Acre) divulgado no Relatório Cana 2008. Repórter Brasil. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

³⁷⁹ A geógrafa Míriam Bueno, do Laboratório de Geoprocessamento da Ufac (Universidade Federal do Acre), que pesquisa os geoglifos, diz que não é possível saber quantos desenhos já foram destruídos desde as primeiras descobertas, em 1977. A chefe do Departamento de Patrimônio Histórico do Acre, Suely Melo, declarou que foram descobertos nove geoglifos, e que será criada na área (que seria tomada pela cana) uma “zona de amortecimento” de 1 quilômetro de diâmetro visando protegê-los. Cf. Matéria publicada pela Folha Online, em 31 de dezembro de 2007 – divulgada em 01 de janeiro de 2008 pelo *site* ambientebrasil. Disponível em: www.ambientebrasil.com.br

³⁸⁰ Termo de Ajustamento de Conduta nº 2/2009 – Ministério Público Federal/Procuradoria da República do Acre. Disponível em: <http://www.prac.mpf.gov.br/atos-do-mpf/tac/TAC%20alcool%20verde.PDF>

resíduos de vinhaça e de agrotóxicos são lançados em lagoas e igarapés que desembocam no rio que passa pelo município e é usado pela população local.

No estado do Maranhão, o governo estadual anunciou em 2006, a implantação do Programa de Produção de Biocombustíveis (biodiesel e etanol). A previsão, na época era construir 45 unidades processadoras. Desse total, 20 seriam construídas num prazo de cinco anos. Estudo do Fórum Carajás aponta que essa expansão no estado poderá absorver cerca de 200 mil hectares de terras através da grilagem, além de provocar a expropriação de camponeses e cooptação de assentamentos/assentados para o plantio de cana. Régis (2008)³⁸¹ destaca que grupos já instalados no local iniciaram essa situação, que tende a se agravar com o processo de expansão anunciado.

Os agricultores familiares à beira do rio Tocantins se obstinam com as cercas da empresa que impedem a sua circulação ou impedem que recebam visitas; e os agricultores familiares de um assentamento federal se obstinam por verem plantios de cana e resíduos cercando-os graças a assentados que arrendaram seus lotes para a Maity.

Vê-se, pois, que em todas as áreas onde a atividade canavieira se desenvolve e se expande além da destruição dos recursos naturais em decorrência direta ou indireta do uso, ocorre a desestruturação das formas de vida e produção anteriores. Existe uma orquestração de interesses, de ações por parte do capital e do Estado, que conduz à atividade camponesa de base familiar a condições pouco favoráveis de sobrevivência.

Nesse caso específico do Maranhão envolvendo a empresa Maity e os camponeses têm-se, de um lado, as empresa agroindustrial canavieira pressionando com o avanço dos canaviais sobre as pequenas propriedades e assentamentos de modo que os camponeses cercados pela cana não vejam outra saída a não ser vender suas terras a “preço de banana” ou arrendá-las para a unidade continuar plantando cana. Por outro lado o Estado, que contribui à medida que não cria políticas públicas com linhas de financiamento e apoio técnico favorável à pequena produção camponesa.

³⁸¹ Mayron Régis é Assessor de Comunicação da Secretaria Executiva do Fórum Carajás. Em matéria divulgada no *site* da Adital - Notícias da América Latina e Caribe. 17 de abril de 2008. Disponível em:

No estado de Mato Grosso 51 municípios, que abrangem 80% do Bioma Pantanal, estão ocupados com cana-de-açúcar. O estado possui seis unidades processadoras numa área onde se concentra várias nascentes de cursos d'água que formam o Pantanal, a bacia do Alto Rio Paraguai. No município de Jaciara existem duas unidades processadoras, das quais uma (Usina Jaciara) foi fechada por incorrer no mesmo crime, sendo multada várias vezes pelo IBAMA. A mesma jogava vinhaça no Rio Amaral, afluente dos rios São Lourenço, Vermelho e Paraguai, contaminando a água e provocando a destruição da fauna e da flora local³⁸². A referida usina foi adquirida recentemente pelo grupo Naoum, controlador da Usina Pantanal.

De acordo com a mesma fonte³⁸³, a cana-de-açúcar cultivada por ambas as empresas decorrem de um processo de grilagem realizado nos anos 1980, com a chegada dos gaúchos na região, que desencadeou uma série de conflitos seguidos de assassinatos de moradores das comunidades presentes no local. A Usina Pantanal, por exemplo, apropriou-se de cerca de 8.400 mil hectares de terras da União.

Em Mato Grosso do Sul, a ameaça até o momento tem sido a Usina CBAA, no município de Sidrolândia, nas proximidades do Pantanal e do Rio Miranda; e a Usina Sonora, no município de mesmo nome. Esta unidade está instalada às margens do Rio Correntes, divisa entre o Bioma Cerrado e Pantanal, sendo uma área considerada pelo MMA (como já vimos anteriormente) de prioridade extremamente alta para a biodiversidade. Então, diante da expansão que está o correndo no estado, essa ameaça que já é real, pode aumentar caso a cana-de-açúcar avance sobre o Pantanal.

O desmatamento, os acidentes com vinhaça, o uso intensivo dos recursos hídricos e o deslocamento da pecuária de outras áreas onde a cana avança para o Pantanal, se constitui um risco para este Bioma. Além disso, como este é um Bioma integrado com o Cerrado e a Amazônia, a destruição nos demais sistemas de alguma forma irá atingi-lo.

Os exemplos aqui apresentados e tantos outros que não cabem neste

³⁸² <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=32627>
Cf. Documento CPT – Cana no Brasil 2008. Disponível em:
<http://www.cptpe.org.br/files/cartilhaimpactoscana.pdf>

trabalho corroboram a tese de que o projeto expansionista do capital agroindustrial canavieiro, está produzindo uma (re)configuração geográfica e o uma série de mudanças expressas territorialmente de forma desfavorável ao conjunto dos trabalhadores (assalariados, camponeses, assentados), bem como ao meio ambiente.

Essas novas arrumações espaciais pautadas na reestruturação produtiva do capital, que busca sua auto-expansão em novas áreas provocam mudanças nas “heranças territoriais”, resultantes da organização social, histórica e culturalmente construídas pelos camponeses, trabalhadores da terra, sejam eles do Cerrado, do Pantanal, da Amazônia, ou da Zona da Mata nordestina.

O que presenciamos é um modelo de desenvolvimento incompatível com a demanda histórica dos movimentos sociais. Um modelo que se pauta na legalização das terras griladas com o favorecimento do poder público, no aumento da concentração fundiária, no descumprimento da legislação ambiental e trabalhista e na intensificação do controle e exploração do trabalho e da natureza, em detrimento da pequena produção camponesa e extrativista, da Segurança Alimentar, da realização da Reforma Agrária e da garantia do acesso à terra a milhões de trabalhadores rurais.

Construiu-se histórica e ideologicamente a idéia de que o avanço das técnicas e das tecnologias conduz à modernização e, conseqüentemente ao desenvolvimento. No caso da agricultura capitalista concebeu-se ilusoriamente que a chamada “revolução verde” resolveria o problema da fome no mundo. No entanto, esta só contribuiu para criar conforme destaca Mészáros (2007, p. 189) “corporações-monstro”, a exemplo da Monsanto, que comanda o mercado das sementes e dos transgênicos no mundo. Esse constructo ideológico de que o avanço tecnológico promove soluções e contribui para o desenvolvimento continua sendo divulgado, agora sob a argumentação de que as inovações tecnológicas poderão reduzir o uso dos recursos naturais, bem como os impactos ambientais, e assim promover o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável no qual acreditamos pressupõe a reversão da dependência tecnológica e da sujeição ideológica à ordem

³⁸³ Idem.

econômica que está posta para nossa sociedade, e que é dominante. Pressupõe a busca de um potencial ecológico, cultural e tecnológico que permita que as atividades produtivas se desenvolvam e se distribuam espacialmente de forma equilibrada e em atenção às necessidades básicas sem comprometer os recursos naturais, de modo que as gerações futuras possam também usufruir.

Porém, quando nos deparamos com situações como as que relatamos nesta tese de desmantelamento das comunidades camponesas, das formas de vida e de trabalho no campo, de superexploração de milhares de trabalhadores e de desrespeito e destruição do meio ambiente, fica difícil conceber que um modelo de produção como se propõe o agronegócio canavieiro, munido de inúmeras estratégias (mercadológicas, ambientais, organizacionais) que possibilitam um maior controle social do trabalho e da produção com vistas à valorização e acumulação do capital, possa se converter em um agente do desenvolvimento sustentável como propõe o Plano Nacional de Agroenergia.

O uso capitalista do conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe que as atividades produtivas sejam “ambientalmente corretas”, “socialmente justas” e “economicamente viáveis”. Todavia, se considerarmos o caráter destrutivo do capital e a lógica do desenvolvimento desigual e, portanto, o fato de que nem todas as empresas agroindustriais canavieiras terão acesso, pelo menos no curto prazo, a essa tecnologia, estamos distantes, inclusive, da sustentabilidade apregoada pelo capital e proposta pelo Estado ao apoiar a mudança da matriz energética brasileira. Especialmente se considerarmos ainda a tese de que a questão da sustentabilidade tem sido apropriada pelo capital e, de modo particular pelo agronegócio canavieiro, para garantir a ampliação do mercado através da certificação ambiental de empresas e produtos.

Mesmo que haja de fato um controle dessa fúria expansionista pela via do Zoneamento Agroecológico e do desenvolvimento tecnológico, como reverter o estrago que já foi produzido até então? Que políticas serão (se é que serão) desenvolvidas para que as comunidades rurais (camponesas, extrativistas, quilombolas, indígenas etc.) possam fazer parte de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, pautado no respeito ao meio ambiente e no uso consciente dos recursos naturais com vistas a garantir a soberania alimentar e sobrevivência das gerações futuras?

Nesse sentido, partilhamos da posição de Mendonça (2004, p. 323) quando destaca que o desenvolvimento sustentável requer que as relações de dependência econômica e tecnológica estabelecidas no mercado internacional sejam repensadas, de modo que as políticas internas ganhem autonomia e se desvinculem da ingerência das grandes corporações industriais e financeiras. Condição sobre a qual não devemos alimentar otimismo, haja vista contrariar os princípios norteadores das relações econômicas do sistema sociometabólico do capital.

Para Mézáros, a sociedade só alcançará a sustentabilidade a partir da *“negação radical”* do sistema de controle sociometabólico destrutivo do capital e tiver como contrapartida a constituição progressiva de uma nova ordem socio-reprodutiva, que se caracterize como *“alternativa”* ao modelo anterior. Uma alternativa que seja *“humanamente recomendável e viável, bem como verdadeiramente sustentável”*. (2007, p. 226).

Vê-se, pois, que a questão, na verdade é de ordem estrutural. Portanto, evitar que os pobres continuem mais pobres, que o meio ambiente continue sendo destruído e *“o crescimento cada vez mais insustentável”* pressupõe intervir no metabolismo social do capital, estabelecendo ações políticas com vistas à superação do modelo que está posto.

3.4 – A Atuação do Estado Como Agente Produtor x Regulador da Dinâmica Espacial do Capital Agroindustrial Canavieiro

A discussão em torno dos desdobramentos sociais, ambientais e fundiários, decorrentes do projeto expansionista do capital agroindustrial canavieiro, e conseqüente (re)configuração geográfica, vem sendo alavancada por vários segmentos da sociedade (ONGs, Movimentos Sociais, ambientalistas, poder público, organismos internacionais, etc.), que dividem as opiniões.

O Estado brasileiro (na instância municipal, estadual ou federal), que tem adotado o papel de agente produtor dessa nova configuração geográfica da cana-de-açúcar, estabelecendo alianças com o capital, apoiando no discurso e dando suporte financeiro para o projeto expansionista. Mediante os

questionamentos da sociedade acerca dessa expansão desenfreada provocar desequilíbrios na produção de alimentos, impactos ambientais e sociais, bem como por precaução contra possíveis restrições internacionais, quanto à abertura do mercado mundial para o etanol brasileiro, o mesmo está assumindo também o papel de regulador, adotando medidas cautelares e mesmo restritivas com relação à expansão da atividade canavieira.

A principal medida que tem sido adotada em caráter oficial (a partir de leis ou decretos), tem sido o Zoneamento Agroambiental³⁸⁴, que visa ordenar o processo de produção de cana, identificando as áreas de proteção ambiental, as áreas que devem ser destinadas ao cultivo de alimentos e delimitar as áreas destinadas ao cultivo de cana.

Em Mato Grosso do Sul, a Lei de Zoneamento Agroecológico (Lei nº 3.404) foi sancionada pelo governo do estado, em 30 de julho de 2007. A mesma prevê, no Artigo 2º, que:

O Governo do Estado, atendendo ao princípio do controle e zoneamento das atividades potenciais, ou efetivamente poluidoras, deverá promover o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul, para, entre outros, ordenar o processo de produção de álcool e açúcar, delimitando zonas para o cultivo de cana-de-açúcar, visando ao uso sustentável dos recursos naturais em cada região do Estado, observando, os critérios estabelecidos no Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE).

Essa expansão desenfreada gerou discussões também em escala municipal, antes mesmo do governo estadual sancionar a Lei nº 3.404/2007. É o caso, por exemplo, do município de Dourados, um dos mais afetados com o processo expansionista da cana-de-açúcar no estado de Mato Grosso do Sul. Na região onde está localizado o município de Dourados se concentra a maior quantidade de unidades processadoras e projetos do estado, bem como de territórios indígenas³⁸⁵, caracterizando assim, uma região de potenciais disputas

³⁸⁴ Zoneamento Agroambiental em São Paulo. Disponível em: <http://www.agricultura.sp.gov.br/DESTAQUES%20PAGINA%20PRINCIPAL/agroambiental.jpg>

³⁸⁵ De acordo com a Funai, em 2006, o estado de Mato Grosso do Sul contabilizava 46 áreas de reservas indígenas (cuja maior concentração encontrava-se na região de Dourados), das quais 30 encontravam-se regularizadas, 8 em estudo, 4 delimitadas, 2 declaradas e 2 homologadas. Disponível em: www.funai.gov.br/

por terra e de conflitos de classe.

A Câmara Municipal de Dourados apresentou um projeto de lei, que visa regular o funcionamento das unidades agroindustriais canavieiras no município. O mesmo estipula limite mínimo de 20 quilômetros de distância da área urbana para que as novas unidades sejam implantadas, e tem como objetivo proporcionar o equilíbrio ambiental do município ao atentar também para a questão da queimada (incluindo questões como higiene e saúde, pois o carvãozinho/fuligem, além da fumaça, causa transtorno à população sujando roupas nos varais e quintais e agravam os problemas respiratórios em períodos de baixa umidade relativa do ar).

Outros municípios também adotaram medidas restritivas ao avanço da cana-de-açúcar em seus territórios, é o caso, por exemplo, de Sacramento/MG, Uberlândia/MG e Rio Verde/GO, sendo que neste último a legislação municipal é mais rigorosa do que nos demais. No final de 2006 foi aprovado em Rio Verde/GO um decreto lei que limita a cana-de-açúcar a 10% da área do município, ou seja, a 50 mil hectares³⁸⁶.

Em agosto de 2007, o FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) aprovou a resolução nº 003/2007, estabelecendo limite de empréstimos para produtores e empresários agroindustriais canavieiros, em R\$ 10 milhões. Alega-se, no entanto, que essa medida não visa conter os investimentos em termos de plantio de cana-de-açúcar no estado de Goiás, e sim a implantação de novas unidades agroindustriais³⁸⁷.

A justificativa para a adoção dessas medidas é evitar que a expansão canavieira ameace o plantio de outras culturas. No entanto, para o superintendente de Planejamento da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás, Veríssimo Aparecido da Silva³⁸⁸, mesmo que o cultivo de cana-de-açúcar aumente em 10% sobre a área agricultável do estado, ainda assim não ameaçará o plantio de grãos. Esses 10% corresponderiam à

³⁸⁶ Esta lei municipal, também proíbe o plantio de cana-de-açúcar a menos de 50 metros dos mananciais; a queima dos canaviais a menos de 20 quilômetros de áreas urbanas; bem como nas proximidades de áreas de proteção ambiental, cabos de eletricidade e estradas, amparada pela Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, que dispõe sobre as APPs e pela Lei Federal nº 8.421, de 23/11/93, Art. 4º, que dispõe sobre as queimadas de cana-de-açúcar.

³⁸⁷ Cf. Jornal Cana – Edição nº 165, setembro/2007. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/Edicoes.asp?Edicao+165>

cerca de 400 mil hectares, de um total de quatro milhões de hectares de terras agricultáveis. Desse modo, segundo ele se houver ordenamento e bom senso, o desenvolvimento ocorrerá sem prejuízo para outras atividades.

Ao contrário do superintendente, a diretora técnica da Faeg (Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás), e o secretário municipal de agricultura de Rio Verde³⁸⁹, Cláudia Oliveira Rosa e Paulo Martins, respectivamente, acreditam que a expansão canavieira ameaça a estabilidade dos produtores de grãos, que terão de migrar para outras áreas menos propícias ao cultivo de grãos ou arrendar suas terras para o cultivo de cana-de-açúcar.

O então secretário de Indústria e Comércio de Rio Verde, Avelar de Moraes Macedo³⁹⁰, defende as restrições, alegando que o cultivo de cana-de-açúcar “é um tsunami verde que quebra a cadeia produtiva do agronegócio e provoca tragédias sociais e ambientais se não for controlado”³⁹¹. Em entrevista³⁹² o mesmo declarou que a prioridade no Brasil deve ser a produção de alimento:

Eu acho que prioridade no Brasil é alimento para o povo. A cana está tomando a área. As melhores terras do Brasil estão sendo ocupadas com cana, usineiro não vai para areia, pra terra fraca não, vai para as terras mais férteis. O poder de negociação deles é muito forte [...].

A unidade Perdigão instalada em Rio Verde, abate por dia cerca de 500 mil frangos e 3.500 suínos; a Cargill e a Comigo esmagam por dia cerca de 6 mil toneladas de soja; além das criações de animais (aves e suínos, por exemplo), que também dependem da produção de grãos³⁹³.

Para o secretário, Avelar Macedo³⁹⁴, essa estrutura agroindustrial encadeada pelo complexo industrial de carne e de grãos, e que agrega valor no próprio município de Rio Verde está ameaçada pela “euforia do etanol”. O mesmo

³⁸⁸ Cf. AGROSOFT - 28 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.agrosoft.org.br/?q=node/26289>

³⁸⁹ Cf. AGROSOFT - 28 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.agrosoft.org.br/?q=node/26289>

³⁹⁰ No período da pesquisa de campo e de realização da entrevista, o mesmo ainda se encontrava em exercício, porém já haviam ocorrido as novas eleições municipais.

³⁹¹ Em matéria divulgada no Blog AMBIENTE ACREANO. 14 de setembro de 2007. Disponível em: <http://ambienteacreano.blogspot.com/2007/09/expanso-da-cana-encontra-resistencia-no.html>

³⁹² Durante pesquisa de campo realizada em 09 de outubro de 2008.

³⁹³ Cf. Jornal O Estado de São Paulo - Caderno de Economia/Agronegócios/B10 – de 17 de dezembro de 2006.

³⁹⁴ Entrevistado durante pesquisa de campo – set./out. de 2008.

partilha da mesma opinião do prefeito ao alegar que a agroindústria canavieira não traz benefícios para a população local, porque os empregos oferecidos são temporários e mal remunerados. E, além disso, os grupos/empresas agroindustriais canavieiras não injetam recursos no município, pois as máquinas e insumos são comprados no estado de São Paulo ou em outros municípios como Goiânia, por exemplo.

Na ocasião da entrevista o mesmo demonstrou ser contrário ao avanço da cana-de-açúcar no município, e reforçou isso ao defender com ênfase a necessidade de delimitar em 10% a área plantada, (não devendo ultrapassar 50 mil hectares) através de lei. Segundo ele a tese do poder público municipal é de que o interesse coletivo deve prevalecer sobre o individual. *Então,*

O que é o coletivo aqui? O coletivo aqui é o agronegócio. O povo não quer. A Perdigão, por exemplo, gera 9 mil empregos diretos, indiretos são 35 mil, nas granjas, nas fazendas. Ela está aqui por causa do grão, se não tiver grão ela vai embora. Então como é que fica a cidade? O usineiro não mora aqui, mora em São Paulo, leva tudo para lá, não compra nada aqui [...] (MACEDO, entrevista -09/10/2008,p.3).

O então prefeito do município, Paulo Roberto Cunha³⁹⁵, também se dizia contrário à monocultura e a expansão territorial da cana-de-açúcar, alegando que a atividade canavieira ameaça a diversidade de culturas no município, onde vários outros ramos do agronegócio estão instalados, particularmente a produção de grãos, tais como soja e milho e o setor cárnico, além de não contribuir para a economia local, pois os trabalhadores são trazidos do Nordeste e não injetam dinheiro no município, tampouco os empresários.

Apesar de justificarem a necessidade de delimitação da atividade canavieira como uma maneira de garantir a preservação do meio ambiente e a manutenção dos empregos nos ramos do agronegócio já instalados no município, o que é legítimo, percebe-se, sobretudo no discurso do secretário Avelar e no do prefeito Paulo Roberto, um caráter eminentemente político, político-partidário e de classe. Por quê? Porque enquanto representantes do poder público eles lançam mão do discurso de defesa dos interesses da população, porém deixando

³⁹⁵ Substituído nas eleições municipais de outubro de 2008.

implícito que os interesses defendidos são, na verdade, os dos agronegociantes do setor de grãos e de carne.

Existe uma aliança política na qual o poder público, que também figura como representante do agronegócio, apresenta-se como um dedicado defensor da causa. O prefeito é um dos maiores produtores de soja de todo sudoeste de Goiás, da mesma forma que parte de seu secretariado. Desse modo, é preciso manter o compromisso firmado com as grandes empresas agroindustriais do município como a Perdigão, a Comigo e a Cargil, por exemplo, no sentido de continuar produzindo e fornecendo matéria-prima para este ramo do agronegócio.

Temos clareza, portanto, da existência de um pacto de classe estabelecido entre o capital agroindustrial, materializado espacialmente em Rio Verde, e o poder público municipal, representado pelo prefeito, que não permitia que ele, enquanto produtor aderisse ao cultivo de cana no município. Todavia, ao mesmo tempo em que buscava restringir o avanço da atividade canavieira no município, arrendava terras para o cultivo de cana-de-açúcar em municípios vizinhos (Montividiu, por exemplo), traduzindo desse modo, o contra-senso de seu discurso.

Essa preocupação em conter o avanço da cana-de-açúcar nos revela, também a disputa inter-capitais em todas as porções do território, porém com mais evidência em Rio Verde/GO. Os incentivos fiscais, as infra-estruturas prometidas (e/ou criadas), o apoio do governo estadual, a baixa remuneração e endividamento de produtores de grãos, e a conseqüente criação de oferta/demanda por terras para arrendamento, entre outros fatores aqui já destacados, atraíram para o sudoeste goiano o capital agroindustrial canavieiro, determinado a investir em novos negócios.

Esse novo segmento, ao se inserir na economia local-regional busca o estabelecimento de uma aliança de classes, visando com isso fomentar e proteger seus interesses pautados na expansão da produção e na acumulação de capital. Porém, esses interesses se chocam com os de outros segmentos produtivos também da economia local-regional, os complexos agroindustriais de processamento/beneficiamento de carnes e grãos.

A implantação de novas unidades agroindustriais canavieiras e a expansão das áreas de cultivo de cana atrai produtores rurais endividados,

descontentes com a remuneração da soja, pecuária ou produção de grãos. Isto soa para o complexo agroindustrial da soja e da carne como uma ameaça à integração da cadeia produtiva, uma vez que produtores que fazem parte do elo dessa cadeia deixam de produzir e, portanto, de fornecer grãos. Desse modo, a concorrência inter-capitais, inerente à lógica expansionista do capital, se acirra nas diversas frações do território, sob o comando do capital personificado no agronegócio, seja de cana-de-açúcar, seja de grãos ou de carnes.

Nesse cenário, comparece o Estado materializado no poder público, intervindo na disputa com medidas restritivas ao avanço desse novo segmento produtivo, visando com isso proteger a estrutura produtiva local-regional já existente. Desse modo, o novo segmento produtivo, no caso a atividade agroindustrial canavieira, tem o seu livre desenvolvimento, de certo modo, mantido sob controle³⁹⁶.

Nessa disputa em que cada um quer mostrar seu poder de fogo, estabelecem-se alianças com o poder local, e no caso de Rio Verde, isto é facilitado pelo fato de que prefeito e secretários de governo, também são produtores rurais e integrados a esses complexos agroindustriais (Perdigão, Comigo, Cargil, etc). *“Então, como é que fica? No município a base é a agricultura, a base vem da terra, nós temos soja, temos milho, temos sorgo, temos girassol, temos algodão, temos boi, temos leite, de tudo. O nosso desenvolvimento é um exemplo pro Brasil”* (MACEDO, entrevista – 09/10/2008, p. 3).

Assim, para não desfazer ou ameaçar essas alianças estabelecidas anteriormente com os demais segmentos do agronegócio, o poder público local buscou amparo em leis e em argumentos, tais como a geração de empregos temporários por parte das empresas agroindustriais canavieiras, e a não agregação de valor na economia local, que podem causar um desarranjo a estrutura econômica e social do município.

Outros municípios goianos também pretendem adotar a mesma medida restritiva ao avanço do agronegócio canavieiro. Entre eles destaca-se Jataí,

³⁹⁶ Ao discutir a produção da organização espacial e a formação das alianças regionais de classes, mesmo que numa outra dimensão escalar, pois faz referências a diferentes regiões mundiais, Harvey nos conduz a pensar estes aspectos no contexto o qual estudamos. Cf. HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.**

Montividiu³⁹⁷, Mineiros, nos quais grupos importantes como Cosan e Brenco estão desenvolvendo projetos.

Por sua vez os empresários agroindustriais canavieiros contestam na justiça a constitucionalidade do decreto-lei, que imprime restrições ao avanço do cultivo de cana-de-açúcar, alegando que este viola o direito à propriedade privada e que deveria ser uma medida adotada pela jurisdição federal e não em instância municipal.

Diante dessa ofensiva do capital agroindustrial canavieiro, o poder público de Rio Verde encaminhou o decreto-lei para a jurisdição estadual, instância na qual foi negada sob a justificativa de que diante da alta dos preços do petróleo e do fato deste ser uma fonte não-renovável de energia, a produção de etanol se tornou uma prioridade para o Brasil. Não satisfeitos com a decisão do desembargador (a), o prefeito e o secretário de Indústria e Comércio de Rio Verde tentavam (até a ocasião da visita) fazer com que o decreto-lei fosse aprovado na instância federal.

Essa preocupação em conter o avanço do cultivo de cana-de-açúcar já chegou à instância do governo estadual. No caso de Goiás, o governo está o mesmo está elaborando, como medida cautelar, um plano de industrialização, que visa ordenar a atividade canavieira e ao mesmo tempo não deixar que a produção de grãos seja prejudicada. Segundo o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do estado³⁹⁸, Leonardo Veloso, o objetivo é tentar coordenar as atividades (cana e grãos), para que elas caminhem juntas. As principais medidas tomadas nesse sentido são: o zoneamento agroecológico e uma nova política de concessão de incentivos para instalação de unidades agroindustriais canavieiras, como o Programa Produzir, por exemplo, ao qual já nos referimos anteriormente.

O secretário destacou ainda que a produção canavieira deva ser integrada assim como a soja, por exemplo, *“para que ela não se torne uma atividade de concentração de renda”*. O que a fala do secretário sugere é que, conforme já destacamos anteriormente, a expansão não ocorra com base no

São Paulo: Annablume, 2005.

³⁹⁷ O Secretário de Comunicação de Montividiu, Adão Rocha, declarou em entrevista realizada durante pesquisa de campo, em outubro de 2008, que foi estabelecido em Decreto Municipal, que a cana-de-açúcar pode ocupar até 25% da área agricultável do município.

³⁹⁸ Cf. AMBIENTE EM FOCO - 15 de setembro de 2007. Disponível em:

arrendamento de terras para cultivo de cana própria pelas unidades agroindustriais, mas que sejam estabelecidos contratos de fornecimento/parceria, para que assim os próprios produtores rurais cultivem a cana-de-açúcar em suas terras e forneçam para as unidades processadoras.

Essa seria uma forma de reduzir a concentração de terra e de renda nas mãos de determinados grupos, o que de certa forma vai contra os interesses desses grupos que preferem ter o maior controle possível sobre o processo produtivo (para garantir qualidade, produtividade e matéria-prima na indústria no tempo certo), preferindo deter a maior parte da cana própria em terras arrendadas e o mínimo de fornecedores (preferencialmente médios e grandes).

Verifica-se, pois, nesse contexto, o acirramento da luta de classes, trazendo à tona valores e comportamentos, motivados e decorrentes desse modelo de desenvolvimento pautado na reestruturação produtiva do capital, que incide profundamente sobre o território, recriando as contradições e o embate entre capital e trabalho. (VASAPOLLO, 2007, p.24)

Essa nova dinâmica territorial do capital e, por conseguinte da recomposição das classes, suscita um posicionamento do Estado também na instância federal, no sentido, se não de conter pelo menos de promover uma expansão racional da atividade canavieira, por meio de medidas restritivas. Nesse sentido, o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) está elaborando o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZAE – Cana). Este zoneamento abrange todo território nacional e tem como objetivo definir quais são as áreas aptas e recomendáveis ao cultivo de cana-de-açúcar.

Por conta da preocupação crescente da sociedade frente ao processo de expansão, o zoneamento está sendo efetuado com vistas a ordenar o avanço da produção canavieira. No entanto, não prevê nenhum tipo de punição para quem descumpri-lo, pois não tem poder legal para punir. Para isso o governo federal teria que criar um outro instrumento, de caráter normativo, (uma lei, por exemplo). Esse zoneamento servirá como instrumento de planejamento e ordenamento territorial. O mesmo é, na verdade, um dado técnico que vai possibilitar ao governo orientar melhor as linhas de financiamento, os

investimentos em infra-estrutura, o aperfeiçoamento de tributos, e as certificações sócio-ambientais que porventura sejam criadas³⁹⁹.

No processo de elaboração desse zoneamento agroecológico o MAPA estabeleceu contato com os secretários de estado da Agricultura, mesmo em regiões não produtoras de cana-de-açúcar e se reuniu com os coordenadores do zoneamento econômico-ecológico (ZEE) em cada estado. Existe uma determinação por lei, que todos os estados efetuem este zoneamento, com vistas à definição do uso da terra como um todo, e que devem ser aprovado nas assembleias legislativas de cada estado.

O zoneamento econômico-ecológico tem interface com o zoneamento agroecológico e também com o zoneamento de risco climático, um levantamento paralelo que trabalha com dados de solo e clima e que servirá como referência para a concessão de crédito rural e pagamento de seguro rural. Em tese, todas as informações obtidas com as três modalidades de zoneamento serão cruzadas, para uma melhor definição das áreas aptas ao cultivo de cana.

Na proposta de zoneamento agroecológico, o governo federal descarta a inserção das áreas protegidas e das reservas naturais como a Amazônia e o Pantanal, no processo expansionista do capital agroindustrial canavieiro, visando com isso evitar os questionamentos da sociedade com relação a esta possibilidade.

Nos estados do Amazonas e Pará a concessão de licenças ambientais para o plantio de cana-de-açúcar, construção de novas unidades processadoras, ou mesmo para a ampliação das unidades já existentes, estão suspensas. Segundo o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, *"no Amazonas e no Pará, conceitualmente, por razões políticas, não vamos plantar mais e as usinas que já existem não serão ampliadas"*. O ministro alega, no entanto, que o problema agora é com os governos desses estados, que não concordam em ficar de fora desse projeto expansionista⁴⁰⁰.

O zoneamento pretende ainda conter o avanço da cana-de-açúcar nas áreas onde as cadeias produtivas do agronegócio já estão estruturadas (o que vai

³⁹⁹ Cf. Inovação Unicamp. 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.inovacao.unicamp.br/etanol/report/news-expansao_etanol080310.php

⁴⁰⁰ Cf. Revista Agro Brasil – Notícias do Agronegócio/Cana-de-açúcar. 19 de setembro de 2008. Disponível

ao encontro, por exemplo, dos interesses defendidos pelo prefeito e secretários do município de Rio Verde, no sudoeste goiano). Nos demais estados da chamada Amazônia Legal embora seja permitida a construção de novas unidades também haverá restrições.

Na Amazônia, apesar do governo Lula alegar que lá não tem cana, e que a intenção é evitar que a expansão a atinja, levantamento recente feito pela Conab aponta que a produção de cana-de-açúcar no estado aumentou de 17,6 milhões para 19,3 milhões de toneladas de 2007 para 2008. No estado do Tocantins a estimativa é que haja expansão de 13% (passando de 4,5 mil para 5,1 mil hectares). O Pará, que pode se tornar uma frente de expansão da região Norte, a estimativa aponta que a área plantada no estado deva atingir 10,5 mil hectares⁴⁰¹.

No estado do Amazonas, apesar de existir apenas uma unidade agroindustrial canavieira (conforme registro na ANP – Agência Nacional de Petróleo), a Usina Jayoro, com cerca de 4.500 mil hectares plantados, a Área de Proteção Ambiental da margem esquerda do Rio Negro encontra-se ameaçada pelo cultivo da cana-de-açúcar.

No estado do Pará o problema maior envolvendo a atividade canavieira, refere-se aos vários casos de trabalho análogo ao trabalho escravo, denunciados pelo MPT. O estado é recordista no país com 33.747 mil trabalhadores resgatados no período de 1995 a 2008, sendo a Pagrisa (Pará Pastoril e Agrícola S.A.), no município de Ulianópolis/PA, protagonista do caso em que 1.064 trabalhadores foram reduzidos à condição análoga à de escravo.

No estado do Acre o caso se resume à Usina Álcool Verde, controlada pelo grupo Farias, a qual se encontra impedida de entrar em operação devido à existência de irregularidades ambientais.

Em Rondônia, a Usina Boa Esperança, localizada no município de Santa Luzia D'Oeste, de propriedade do grupo paulista Alcobrás, recebeu do BNDES R\$ 260 milhões para construir novas unidades no estado. Para esses projetos está previsto a plantação de cerca de 50 mil hectares de cana-de-açúcar.

em: <http://revistaagrobrasil.com.br/site/noticiasIntegra.php?idNoticia=529039>
⁴⁰¹ Cf. Documento CPT – Cana no Brasil 2008. Disponível em: <http://www.cptpe.org.br/files/cartilhaimpactoscana.pdf>

No mesmo estado, encontra-se em implantação a Usimat, no município de Cerejeiras, com previsão para iniciar as operações em 2009. Esse projeto está sendo construído com recursos públicos equivalentes a R\$ 125 milhões.

No estado de Roraima, também tem dois projetos. É o caso do grupo Camaçari Agroindustrial, que recebeu isenção de 100% de ICMS e da empresa Biocapital, que está construindo uma unidade processadora no município de Bonfim.

No estado do Tocantins, a atividade canavieira foi iniciada em 2006, com a Zihuatanejo do Brasil Açúcar e Álcool S/A (Usina Tocantins), de propriedade do grupo EQM, no município de Arraias. No mesmo ano a empresa Maity Bioenergia (do Maranhão) assinou parceria com o governo estadual para a construção de três novos projetos⁴⁰².

Há que se abrir um parêntese aqui para destacar, que apesar de divulgados na mídia, esses novos projetos não comparecem nos registros dos órgãos oficiais, ou mesmo das entidades de representação do agronegócio canavieiro, como a UNICA e a UDOP. Em função disso não os consideramos no mapeamento cartográfico.

A intenção do governo não é estimular a produção de cana-de-açúcar em detrimento de outras cadeias produtivas, mas que a expansão se dê basicamente sobre áreas de pastagens degradadas, defende Alexandre Betinardi Strapasson, diretor do Departamento de Cana-de-açúcar e Agroenergia da Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA⁴⁰³.

Esse zoneamento pode se configurar um poderoso instrumento de gestão e controle do território em poder do Estado, porém mediante as estratégias e arranjos políticos implementados pelo capital agroindustrial canavieiro, nos questionamos até que ponto esse instrumento será aplicado de forma eficaz. Acredita-se que o mesmo só ganhará força quando (ou se) deixar de ser objeto de negociação entre empresários e as diversas instâncias de governo e ganhar espaço de debate na sociedade.

Acreditamos, portanto, apesar de julgarmos o zoneamento

⁴⁰² Repórter Brasil – Relatório Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

⁴⁰³ Para mais detalhes ver: Inovação Unicamp. 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.inovacao.unicamp.br/etanol/report/news-expansao_etanol080310.php

indiscutivelmente necessário nesse contexto, que esta seja também uma forma que o governo encontrou para “calar a boca” da sociedade brasileira e das comunidades internacionais, frente aos questionamentos acerca da possibilidade da expansão vir a ocorrer nas áreas de reservas legais e de proteção permanente, bem como em áreas comumente utilizadas no cultivo de grãos.

Frente ao exposto, ressalta-se que essa configuração espacial que se nos apresenta nas diversas frações do território nacional, onde o capital agroindustrial canavieiro materializa sua auto-expansão, vincula-se ao nível de desenvolvimento das forças produtivas e das técnicas existentes, bem como às ações dos grupos que, dotados de interesses diversos, intervém destruindo ou subordinando as formas de produção anteriores.

3.5 – A Produção de Etanol x Produção de Alimentos e as Relações Internacionais de Poder

A relação entre a oferta de alimentos e a produção de biocombustíveis tem estado, nos últimos tempos, na pauta das discussões internacionais. Em 2008 essa questão foi amplamente divulgada nos diferentes veículos midiáticos. Em abril do referido ano, quando da participação do Presidente Lula em reunião do FMI (Fundo Monetário Internacional), em Nova Iorque, o mesmo se empenhou para defender junto ao FMI, ONU (Organização das Nações Unidas) e outros organismos internacionais, a produção do etanol brasileiro e livrar o país da acusação de que a produção de biocombustíveis está reduzindo a oferta de alimentos e forçando a alta dos preços.

Aqui no Brasil essa discussão ocorreu durante a 30^a Conferência da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), realizada também no mês de abril de 2008, reunindo representantes de 33 países e de organizações não-governamentais.

Para o secretário-geral da ONU, Ban Ki Moon, a elevação de 83% dos preços dos alimentos deve conduzir 100 milhões de pessoas no mundo, de volta à linha de pobreza. Ao contrário do secretário-geral, diríamos que o aumento dos preços dos alimentos poderá intensificar o contingente de pessoas que já vivem

na miséria, em escala mundial. Já a socióloga Laura Hurtado, integrante da ONG internacional *Action Aid*, disse estar consciente de que o biocombustível é uma ameaça à produção de alimentos e a soberania alimentar⁴⁰⁴.

Para o diretor-geral do FMI, Dominique Atrouss-Kahn, a crise de alimentos é mundial e tende a se agravar nos próximos meses. O mesmo disse ainda que a produção de biocombustíveis decorrente de produtos agrícolas é um problema moral em relação à crise⁴⁰⁵. Já o diretor para alimentação da ONU, Jean Ziegler, destacou que a produção de biocombustíveis “é um crime contra a humanidade”, porque está ocorrendo com base na redução das áreas de cultivo de alimentos⁴⁰⁶. Para ele o Ocidente é culpado pela “fome em massa”, em virtude do crescimento da produção desses combustíveis e da especulação nos mercados de *commodities*, somado aos subsídios para exportação agrícola da União Européia⁴⁰⁷.

Em discurso na reunião especial da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) realizada em Gana, na África, o Presidente Lula declarou que “*não há contradição entre a busca de fontes alternativas de energia e o desenvolvimento de padrões agrícolas que garantam a segurança alimentar*”. O mesmo alegou ainda ser este um desafio que o país está enfrentando com êxito.

O governo brasileiro (incluindo os ministros Celso Amorim e Guido Mantega que, além do presidente Lula, também se manifestaram) atribui esta elevação e redução da oferta de alimentos no mundo, sobretudo ao aumento da produção de etanol à base de milho, pelos Estados Unidos; à elevação do preço do Petróleo; aos subsídios agrícolas praticados pelos Estados Unidos e Europa; bem como às tarifas de importação cobradas pelos países ricos sobre os produtos agrícolas dos países pobres e em desenvolvimento, que desestimula a produção⁴⁰⁸. O presidente Lula defende ainda a importância de os subsídios dos

⁴⁰⁴ Cf. Matéria veiculada pelo Globo Rural – (ao vivo) 20 de abril de 2008. Disponível em: http://globo.ruraltv.globo.com/TVGlobo/Jornalismo/Telejornais/globo.rural/CDA/tvg_cmp_glob

⁴⁰⁵ Matéria veiculada pelo Jornal Nacional – (ao vivo) 18 de abril de 2008. Disponível em: <http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0,,AA1678797-3586-817580,00.html>

⁴⁰⁶ Idem.

⁴⁰⁷ Cf. Matéria da BBC Brasil. 20 de abril de 2008. Disponível em: http://br.invertia.com/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200804201941_BBB_76874443

⁴⁰⁸ Cf. Matéria da BBC Brasil. 20 de abril de 2008. Disponível em: http://br.invertia.com/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200804201941_BBB_76874443

países desenvolvidos serem reduzidos, para que dêem mais condições para que os países pobres aumentem suas exportações e possam competir com igualdade.

No entanto, há que se atentar para o fato de que a atuação e as relações existentes entre os Estados-Nações, aliadas a dinâmica geral de valorização e acumulação do capital pautada na lógica do desenvolvimento desigual e combinado, constituem um jogo geopolítico de poder, expresso na posição dos mercados, estruturas e relações espaciais, privilegiando determinados territórios em detrimento de outros.

Nesse contexto o Estado, figura como a entidade política mais dotada de capacidade para estabelecer os arranjos necessários para preservar “*o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes [...]*”. (HARVEY, 2005, p. 111)

Projeção efetuada pela “*The Economist*”⁴⁰⁹ destacando a inflação em 2007 e 2008, associa a mesma à crise e elevação dos preços dos alimentos, e aponta como causa três fatores, a saber: o primeiro (considerado o mais importante pela projeção) é o aumento da demanda por alimentos no mundo e, especialmente na China, onde se concentra grande parte da população mundial; o segundo é de ordem meteorológica, pois vários países tem enfrentado adversidades climáticas, que afetam o desempenho da agricultura (a Austrália, por exemplo, maior exportador mundial de trigo, passa por um forte período de seca); e o terceiro (que é colocado na projeção em terceiro lugar na escala de influência da alta dos preços), refere-se ao aumento do preço do barril de petróleo, que tem ultrapassado os US\$ 100.

Neste contexto os mais afetados certamente são os países pobres e em desenvolvimento, onde para a maioria da população os alimentos têm peso maior no orçamento familiar. É a lógica capitalista, que no contexto de mundialização do capital, acirra a competição em escala local, nacional e global, sem levar em consideração os direitos humanos, o meio ambiente e a qualidade de vida; flexibilizando e precarizando o trabalho, e aumentando o índice de pobreza e o

⁴⁰⁹ Cf. Jornal O Estado de São Paulo – Edição de 15 de abril de 2008 - Caderno Especiais. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/interatividade/Multimedia/ShowEspeciais!destaque.action?destaque.idEspeciais=588>

contingente de miseráveis⁴¹⁰.

Para a FAO⁴¹¹, um dos principais motivos para a elevação dos preços da soja, por exemplo, deve-se ao fato dos EUA ter substituído a mesma pelo milho para produção de etanol. Com a alta do preço da soja e do milho sobe também o preço da ração e, por conseguinte do leite e derivados. Porém, na outra ponta do *inzeberg* a reação é diferente, os preços altos aquecem a demanda, levando os países produtores a impor barreiras à exportação.

Depreende-se do exposto, que os mecanismos existentes nas relações comerciais desiguais produzem, reproduzem e manifestam também desigualdades territoriais e combinadas⁴¹², refletindo, assim uma característica marcante do sistema metabólico do capital que é *“seu desenvolvimento desigual no tempo, e sua concreção desigual no espaço”* (BERNARDES, 2001, p.248), haja vista a relação homem-meio constituir-se *“um movimento dialético de transformação recíproca de conteúdo e forma, equivalentes de tempo e espaço”* (MOREIRA, 2008, p. 67), sendo, pois, através dessa relação dialética do espaço-tempo que conseguimos apreender os processos e os estágios de desenvolvimento das formações espaciais.

Mediante tais pressupostos, acreditamos que a expansão da monocultura da cana-de-açúcar, amparada em grandes extensões de terra, bem como na conversão de outras culturas para a produção de combustíveis destinados ao abastecimento dos carros de passeio e, de modo especial dos veículos flex, tende a consolidar a cultura do consumismo, tratando-se, pois, *“de uma cultura marcadamente destrutiva”* (THOMAZ JUNIOR, 2007a, p. 11) capaz, ao mesmo tempo, de dinamizar a economia e ameaçar a produção de alimentos e, por conseguinte a segurança alimentar.

⁴¹⁰ Para mais detalhes ver: VASAPOLLO, 2007.

⁴¹¹ Cf. Jornal O Estado de São Paulo – Edição de 15 de abril de 2008 - Caderno Especiais. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/interatividade/Multimedia/ShowEspeciais!destaque.action?destaque.idEspeciais=588>

⁴¹² Ver: GOLDENSTEIN & SEABRA (1980).

3.6 – Cenários e Tendências Atuais: Desaceleração, Disputas internacionais...

Durante pesquisa de campo efetuada nos dois últimos anos (2007/2008), ouvimos dos representantes do setor muitas reclamações acerca do cenário que o mercado apresentava naquele momento, tanto com relação à queda do preço do açúcar e do álcool no mercado interno e, sobretudo no mercado externo, como em referência às perspectivas de abertura e expansão do mercado internacional de álcool, que não ocorreu nas proporções alardeadas em 2006. Os mesmos associavam a “quebradeira” de vários grupos/empresas que estavam operando no vermelho, tanto a esses fatores como à participação crescente de investimentos estrangeiros, agravada em 2008 pela crise financeira mundial (conforme já destacamos no capítulo I).

Quando questionado a respeito, o Diretor de Produção e Desenvolvimento do Grupo Vale do Ivaí destacou que oferta e demanda precisam caminhar juntas para que não haja uma frustração acompanhada de desaceleração e conseqüente crise.

Para você desenvolver a oferta precisaria ter demanda. Mas, pra existir demanda precisa ter oferta. E os consumidores mundiais eles querem oferta verde. Então, o que está acontecendo aqui. O Brasil resolveu fazer a oferta, quer dizer, existe uma expectativa no mercado mundial. Existe uma expectativa de todo mundo pra produzir álcool, porque o petróleo vai permanecer caro, tem um monte de coisas acontecendo [...]. Faz quanto tempo que estão falando que o mercado japonês vai abrir? Faz oito anos, e o mercado japonês não abre. Como vai ter oferta firme se não tiver demanda? Então, o que está acontecendo? Estamos caminhando para a oferta e a demanda está vindo à conta gota. (BERNARDES, entrevista, 21/11/2007, p.06)

Quem investiu no processo de expansão acredita que o mercado vai dar respostas a médio e longo prazo. Já entidades de representação do setor (a UNICA, de modo particular) e os “veículos” midiáticos que divulgam informações específicas acerca da atividade agroindustrial canavieira, temem uma possível desaceleração do processo de expansão, principalmente para os grupos

menores, que dependem do capital gerado com a própria atividade para reinvestir ou financiar novos investimentos.

Cabe destacar novamente, entre outros já citados no capítulo I, o caso do Grupo João Lyra, que no final de 2007 operava no vermelho, e teve o quadro agravado com a crise financeira mundial recente. Outro exemplo é o Grupo Equipav, que está com um projeto em implantação em Mato Grosso do Sul, com início da operação previsto para 2010. Diante do cenário do mercado apresentado em 2007, o grupo teve que reduzir o tamanho do projeto⁴¹³.

Os novos investidores, especialmente os internacionais⁴¹⁴ e os grandes grupos nacionais, que inclusive possuem participação de capital externo, não recuaram de imediato em seus projetos, por não sentirem os efeitos da retração do mercado no curto prazo, haja vista a grande soma de capital oriundo de fundos internacionais, e a não dependência de fluxo de caixa para tocar os novos empreendimentos. Esse contexto, todavia, consistiu para alguns grupos em aumento da concentração de capital via fusões e/ou aquisições e, portanto, de consolidação dos mesmos como grandes corporações, a exemplo da Cosan. Para outros foi uma saída encontrada para conter os impactos da crise e evitar perdas maiores como é o caso do grupo Santa Elisa Vale, conforme já destacamos no capítulo I.

Esse recuo com adiamentos de projetos, pode não significar tão somente uma “crise temporária”, em função da baixa de preços, da falta de liquidez e de créditos, da retração das exportações e não abertura de novos mercados, mas também uma estratégia do capital agroindustrial canavieiro, no sentido de se proteger nesse momento, de uma conjuntura desfavorável ao processo de acumulação.

O fato é que o ritmo de expansão tende a não ser mais o mesmo apresentado até o momento, se a conjuntura internacional não mudar em favor do etanol brasileiro. Por enquanto o aumento da produção, a oferta e as exportações de etanol (4,7 bilhões de litros em 2008) esbarram num conjunto de fatores externos, que cabe aqui destacar: primeiro, o protecionismo americano que

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ Acreditamos inclusive que, embora sutil, a entrada do capital internacional oriundo de fundos especializados, na matriz energética brasileira é uma estratégia dos investidores estrangeiros, no sentido de garantir uma

impede o aumento das exportações de etanol para os EUA. O mesmo protege sua produção de etanol à base de milho com barreiras tarifárias e subsídios que somam US\$ 0,54/litro, reduzindo a competitividade do álcool brasileiro. Além disso, os novos investimentos realizados aumentaram a produção de etanol e reduziram o preço do produto naquele país, inibindo, conseqüentemente as exportações brasileiras.

Segundo, a indecisão dos países europeus e asiáticos, particularmente o Japão, em aumentar o percentual de álcool à gasolina, elevando assim a demanda/consumo do mesmo e, conseqüentemente a exportação. Terceiro, os EUA, Europa e Japão, podem estar na retranca, ou seja, retardando a abertura de seus mercados estrategicamente, até conseguirem desenvolver tecnologia para a produção de etanol de segunda geração (à base de celulose) com vantagens competitivas. Quarto, o etanol já é um produto estratégico no cenário mundial. O preço elevado do petróleo e a questão ambiental, já fazem com que vários países vejam o etanol como uma alternativa viável para a substituição dos combustíveis fósseis.

Nesse contexto, o Brasil figura como o principal produtor de etanol à base de cana-de-açúcar, por ser pioneiro no desenvolvimento dessa tecnologia, e possuir condições edafo-climáticas que favorecem o desenvolvimento da planta, a elevação da produtividade e baixos custos de produção em relação ao etanol de milho, ou de trigo.

As vantagens competitivas colocam o Brasil à frente dos demais, diante da perspectiva de aumento do consumo do álcool em escala mundial. Porém abre outro precedente, o fato de o país ser o único detentor dessa matriz energética e fornecedor, gera insegurança no mercado internacional (e nacional), especialmente se for considerado que o consumo interno está aumentando em virtude dos carros flex (os quais já garantiram parte da produção em 2007) e as exportações não são realizadas com base em contratos futuros e sim imediatos.

Todavia, para o governo, existe um “movimento orquestrado”⁴¹⁵ no sentido de conter a performance brasileira, e que as atitudes dos Estados Unidos

parcela da produção para seus países.
⁴¹⁵ Cf. I-Sindical - 04 de janeiro de 2008. Disponível em:
http://isindical.blogspot.com/2008_04_01_archive.html

e de países da Europa, quando criticam as condições em que ocorre a produção de etanol no País, são preconceituosas. Especialmente quando as críticas recaem sobre os riscos ambientais e sociais dessa produção.

As três críticas mais contundentes, que partem, sobretudo dos europeus, dizem respeito:

1) ao questionamento sobre os benefícios que o uso do etanol em larga escala trará para a redução do aquecimento global, e se a expansão não irá aumentar a devastação da Amazônia; ao que o presidente Lula rebate, dizendo que esta ocorre basicamente em áreas de pastagens do Centro-Sul, portanto distante da Amazônia, e que o aumento do consumo de álcool em substituição parcial à gasolina já evitou a emissão de 644 milhões de toneladas de CO² num período de 30 anos;

2) ao fato de que parte da responsabilidade pela elevação dos preços das *commodities* agrícolas estão sendo atribuídas aos agrocombustíveis, nos quais se inclui o etanol brasileiro, repercutindo no aumento da inflação;

3) a alegação de que o etanol reduz a produção de alimentos e, conseqüentemente, a fome nos países pobres; e que no caso brasileiro, o fato agravante se expressa no emprego de trabalho escravo.

Cabe aqui salientar que o trabalho escravo é um marco na história brasileira e, de modo particular, na constituição da atividade canavieira e fortalecimento da economia nordestina a partir dos séculos XVI e XVII. Na conjuntura atual, mais modernizada e com várias conquistas trabalhistas, a precarização, a superexploração e as formas assemelhadas ao trabalho escravo continuam existindo, na contramão do “progresso” apregoado pelo capital em seu processo de valorização. É o que se verifica nesse contexto de expansão do cultivo da cana-de-açúcar, de implantação de novas unidades agroindustriais canavieiras e de aumento do emprego de mão-de-obra rural, sobretudo migrante, uma vez que o processo de mecanização da colheita da cana não está ocorrendo no mesmo ritmo da expansão do cultivo.

Assim, a questão econômico-social colocada para o trabalho na atualidade não perpassa apenas pelos níveis crescentes de desemprego em seu caráter estrutural. Ela se expressa também por meio das novas formas de trabalho, “do trabalho negado” e do “não-trabalho”, inerentes ao sistema

metabólico do capital. Todavia, os problemas se apresentam também para quem está empregado, haja vista o trabalho se realizar em condições cada vez mais precárias, com direitos suprimidos, salários menores e com acentuada intermitência e mobilidade⁴¹⁶.

Portanto, ao rebater as acusações de que o cultivo de cana-de-açúcar não oferece ameaça à soberania alimentar; e que os problemas relacionados à mão-de-obra nos canaviais são casos isolados e característicos de trabalho precarizado, e não trabalho escravo, sobre os quais não se deve generalizar para o conjunto do setor, o Estado brasileiro reforça sua posição no processo de valorização espacial do capital agroindustrial canavieiro nas várias porções do território, e consubstancia o controle social do capital sobre o trabalho.

Na Europa, países como a França resistem à liberalização dos mercados de produtos agropecuários, demonstrando consistência com a defesa do setor rural francês, considerado politicamente forte e o mais relevante do continente europeu. O governo francês não está disposto a abrir esse mercado estratégico e acusa o Brasil de “depredador”, ao se referir aos interesses ofensivos do país na luta pela liberalização dos mercados agrícolas junto a OMC (Organização Mundial do Comércio).

Há que se destacar também que a política de subsídios à agricultura na Europa ainda conta com elevado respaldo social e político. Pesquisa mostra que *60% da população que compõe os 27 países da UE “defende a manutenção dos altos subsídios ou mesmo um aumento da ajuda estatal”*. (GONÇALVES, 2007, p. 2)⁴¹⁷.

Na verdade, o embate ocorre também entre as duas economias mundiais, UE e EUA, ambas travam disputas nos fóruns de negociação internacional, onde cada um quer que o outro desmonte o respectivo sistema de proteção, sustentado em políticas de subsídios setoriais.

Segundo Gonçalves (2007), para vastos espaços americanos a agricultura constitui-se uma atividade econômica relevante, cujos interesses estão vinculados aos dos amplos segmentos da economia norte-americana, tanto da

⁴¹⁶ Cf. VASAPOLLO, 2007.

⁴¹⁷ Cf. GONÇALVES, J. S. IEA – Análises e Indicadores do Agronegócio, V.3, n.1, janeiro/2008. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=9185>

indústria de insumos e máquinas, como de *“uma portentosa agroindústria processadora que imbrica com a agroindústria de alimentos, ao mesmo tempo em que isso se irradia por um amplo sistema financeiro que vai dos bancos regionais às bolsas, passando pelas seguradoras”*. (2007, p. 4)

Neste cenário, a disputa inter-capitais, acaba por envolver político-estrategicamente os Estados-Nacionais que comparecem como o arcabouço político capaz de orquestrar um conjunto de rearranjos institucionais e manipular as forças que induzem a acumulação do capital. Neste sentido, não é de estranhar, por exemplo, o fato da OMC (Organização Mundial do Comércio) proclamar o livre comércio quando, na realidade, promove o comércio injusto entre países ricos e pobres, com a manutenção de vantagens coletivas dos primeiros para com os segundos.

Percebe-se nesse contexto, um jogo de forças em que dominantes e dominados, pobres e ricos, desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, utilizam estratégias cada um a sua maneira, seja para manter privilégios e a posição de dominantes, seja para conquistar privilégios e tentar sair da condição de dominados. Um jogo em que vença aqueles que desenvolvem as melhores estratégias políticas e possuem maior poder de articulação e persuasão.

Nesse embate, o que se visualiza de concreto com vistas a garantir a continuidade da expansão, o aumento das exportações e maior solidez do mercado para o álcool brasileiro no cenário internacional, são possíveis mudanças na política de subsídios e de protecionismo norte-americano e europeu, a redução das barreiras tarifárias, bem como o aumento do percentual de aditivção do álcool à gasolina.

3.6.1 – O projeto Agroenergético brasileiro e as medidas político-estratégicas

Para conquistar espaço no mercado internacional, o governo brasileiro pretende, além de se defender das acusações, implementar projetos estratégicos para financiar e apoiar empreendimentos no exterior. Para tanto seu principal instrumento tem sido o BNDES, que é um banco focado no desenvolvimento.

Neste sentido, cabe ressaltar que ao financiar uma unidade agroindustrial canavieira, o BNDES não se limita à estratégia de expansão interna das companhias para atender o mercado de açúcar e álcool, ele procura oferecer também “sustentabilidade ao crescimento” das empresas no tocante às estratégias de expansão internacional. Segundo o chefe do Departamento de Biocombustíveis do BNDES⁴¹⁸, Carlos Eduardo S. Cavalcanti, “boa parte das empresas já possui ativos no exterior o que facilita o processo e permite um maior canal de distribuição dos produtos no mercado externo”.

Ao apoiar as estratégias de inserção do agronegócio canavieiro no exterior, o BNDES defende as vantagens competitivas que o Brasil possui em relação aos outros países. De acordo com o vice-presidente do Banco⁴¹⁹, Armando Mariante, o Brasil possui tecnologia disponível e a possibilidade tanto de exportação de bens e serviços de engenharia para empresas estrangeiras, como de internacionalização de companhias brasileiras, especialmente para implantar projetos de produção de etanol na África. Ele vê de forma positiva essa possibilidade de ampliação das frentes de produção na África, por exemplo, para que o Brasil não seja o único fornecedor de etanol a base de cana-de-açúcar no mundo.

Esse contexto poderá conduzir à elaboração de uma estratégia político-mercadoológica de estabelecimento de acordos entre o Brasil e os EUA, de modo a transformar o Brasil em agente de constituição de um “imperialismo verde” para a América Latina, encabeçado pelos EUA, através da criação de “*joint ventures*”, bem como de outras formas de parcerias envolvendo empresas brasileiras e americanas com outros países, como já sinaliza o BNDES em relação à África. O que pode resultar, inclusive, na formação de oligopólios direcionados à criação de novas tecnologias para a cana-de-açúcar como variedades transgênicas e de tecnologias de fermentação⁴²⁰ e fermentos para o desenvolvimento do etanol celulósico, por

⁴¹⁸ Cf. INFOSUCRO – 04 de dezembro de 2007. Disponível em: http://www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro/assuntos/biocombustivel_0712.htm

⁴¹⁹ Idem.

⁴²⁰ Uma nova tecnologia está sendo desenvolvida no sentido de reduzir em 50% a quantidade de vinhaça produzida nas unidades processadoras. Para conseguir chegar a esse percentual é preciso aumentar o teor alcoólico de 8% a 10% para 16%. Esse resultado será obtido com a reciclagem de leveduras. A pesquisa está sendo realizada há quatro anos por meio de uma parceria entre a Fermentec, a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq/USP), Instituto de Química da USP e a Universidade Federal de Santa Catarina, em um projeto piloto instalado na Usina da Pedra, em Serrana (SP). Informação divulgada

exemplo, visando com essas novas formações espaciais, não só ampliar a demanda/oferta de etanol, mas, sobretudo obter altas taxas de lucro, via vantagens comparativas decorrentes dos baixos custos de produção do etanol a base de cana-de-açúcar.

No que se refere particularmente ao etanol derivado da *lignocelulose*⁴²¹, vale dizer que esta se constitui uma das alternativas mais concretas, para os países que consideram essa tecnologia como referência para reduzir a dependência da produção do etanol a partir da cana-de-açúcar e ou do milho, especialmente para os EUA e países da Europa.

Os EUA pretendem converter anualmente 1,3 bilhões de toneladas de biomassa seca em 227 bilhões de litros de etanol, o que equivale a 30% do consumo de combustíveis do país. Com o desenvolvimento dessa tecnologia (hidrólise enzimática) os EUA almejam tornar o etanol celulósico um produto competitivo no mercado já em 2012.

No caso do Brasil a iniciativa partiu da Petrobrás em parceria com a empresa dinamarquesa Novozymes (especialista na tecnologia de enzimas celulases). A parceria visa enzimas para a produção de etanol celulósico a partir do bagaço da cana-de-açúcar.

A Dedini Indústrias de Base juntou-se à Copersucar e a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) investiram R\$ 100 milhões para desenvolver a tecnologia DHR (Dedini Hidrólise Rápida) necessária à construção de uma destilaria, voltada para a produção de etanol decorrente do bagaço de cana. A unidade experimental funciona desde 2002, e produz 5.000 mil litros de etanol/dia, em escala semi-industrial⁴²².

A perspectiva criada a partir dessa tecnologia é de que em duas ou três

pela UNICA. 14 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode={AB6E90F4-82F7-4DD9-934D-06EC32146FF8}>

⁴²¹ Nesse caso o etanol é produzido a partir da lignina retirada do bagaço da cana, rico em celulose, que recebe enzimas para quebrar os açúcares, e passa por um processo de fermentação. Cf. Ciência Hoje Online. 12 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/107831>

⁴²² O etanol celulósico já é obtido nessa experiência da Dedini através da hidrólise ácida do bagaço, cujo fundamento básico é a quebra das moléculas de celulose por meio da adição de ácido sulfúrico aos resíduos, visando à recuperação dos açúcares ainda presentes nas fibras. A Dedini prevê ainda a obtenção do etanol celulósico através da hidrólise enzimática, na qual o catalisador dos açúcares é uma enzima, ou molécula de proteína. Este é considerado um processo mais lento, porém mais eficiente. Neste último caso, como a tecnologia para obtenção do etanol é mais complexa vai demandar mais tempo para ter aplicabilidade comercial. Cf. entrevista com Carlos Rossell, consultor da Dedini. Disponível em:

décadas o etanol celulósico esteja substituindo o etanol a partir da sacarose, tornando-se, pois, o agrocombustível básico⁴²³.

A produção de etanol a partir de biomassa lignocelulósica poderá se tornar, a médio e longo prazo, estratégica para o Brasil, se considerada sob a hipótese de que diminuirá a demanda por terras que poderão ser usadas para a produção de alimentos, além de se constituir em matéria-prima mais barata.

Visando alcançar os propósitos de seu Projeto Agroenergético, o Governo Lula elaborou o Plano Nacional de Agroenergia, em vigor de 2006 a 2011, o qual tem como objetivos específicos:

- 10 Apoiar a mudança da matriz energética, com vista em sua sustentabilidade;*
- 11 Propiciar condições para o aumento da participação de fontes de agroenergia na composição da matriz energética;*
- 12 Criar oportunidades de expansão do emprego no âmbito do agronegócio;*
- 13 Permitir a ampliação das oportunidades de renda, com distribuição mais eqüitativa entre os atores;*
- 14 Contribuir para reduzir as emissões de gases de efeito estufa;*
- 15 Colaborar para a redução das importações de petróleo;*
- 16 Incrementar as exportações de agrocombustíveis⁴²⁴;*
- 17 Gerar condições para permitir a interiorização e a regionalização do desenvolvimento, fundadas na expansão da agricultura de energia e na agregação de valor à cadeia produtiva.*

A estratégia do Governo para dar consubstanciação ao discurso de desenvolvimento embutido nesse Projeto Agroenergético, evitar as críticas nacionais e internacionais quanto aos impactos sociais e ambientais provocados pela expansão da produção da atividade canavieira, e para orientar os investimentos públicos e privados, foi estabelecer que o Plano Nacional de Agroenergia devesse se pautar na elaboração de um Zoneamento Agroecológico (já destacado anteriormente), bem como em investimentos em PD&I (Pesquisa,

<http://www.inovacao.unicamp.br/report/entre-rossell.shtml>

⁴²³ Cf. CARVALHO, H. M. 30 de setembro de 2007.

Disponível em: <http://www.cptpe.org.br/files/impactos.pdf>

⁴²⁴ Cf. Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Produção e Agroenergia. 2.ed - Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

Desenvolvimento e Inovação Tecnológica), sob a coordenação da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias).

Esse programa de desenvolvimento tecnológico se desdobra em quatro grandes áreas, as quais têm como base as principais cadeias produtivas agroenergéticas, a saber: o etanol e a co-geração de energia, tendo como matéria-prima a cana-de-açúcar, o biodiesel proveniente de fontes animais e vegetais, a biomassa decorrente das florestas e os resíduos e dejetos resultantes da atividade agropecuária e da agroindústria⁴²⁵.

No caso específico da produção de etanol a prioridade será: a) Eliminar fatores que possam restringir o potencial produtivo da cultura da cana-de-açúcar; b) Promover o melhoramento genético, pela vias tradicional e biotecnológica (resistência a pragas, tolerância à seca, tolerância à acidez e à salinidade do solo, maior eficiência no uso de nutrientes), visando a seleção de espécies vegetais para a produção de biocombustíveis e o incremento da produtividade das atuais espécies, o teor de sacarose, bem como o rendimento industrial da cana-de-açúcar; c) Desenvolver tecnologias que propiciem a redução do uso de insumos e possibilitem a eliminação ou mitigação de impactos ambientais; d) Desenvolver tecnologias voltadas para o manejo e para a integração de sistemas produtivos da cana-de-açúcar (para fixação simbiótica de nitrogênio, por exemplo); e) Desenvolver alternativas que permitam o aproveitamento integral da energia da unidade processadora de cana-de-açúcar, visando a melhoria dos processos atuais e/ou desenvolvimento de novos; f) Desenvolver novos produtos e processos baseados na alcoolquímica e no aproveitamento da biomassa da cana-de-açúcar, a exemplo do etanol celulósico.

Além do Zoneamento Agroecológico e do programa de desenvolvimento tecnológico o Plano Nacional de Agroenergia atuará numa terceira frente, que é a definição de critérios para a criação de um selo socioambiental. Este selo, que será concedido e fiscalizado por empresas privadas (como já ocorre com as certificações ISO9001/ISO14001) servirá para atestar que o processo de produção do álcool no Brasil ocorre com respeito ao meio ambiente e as práticas trabalhistas, evitando assim que o mesmo seja

⁴²⁵ Idem.

boicotado pelos mercados mais exigentes, entre os quais se destaca os da Europa⁴²⁶. Desse modo, o selo socioambiental, exclusivo para o etanol, caracterizará uma estratégia de mercado.

Vê-se, pois, que a participação do Estado no processo de (re)configuração espacial do agronegócio canavieiro não pode ser negada, tendo em vista a sua manifestação tanto por meio do suporte financeiro (linhas de financiamentos, por exemplo), da criação de condições espaciais de reprodução do capital (via isenções fiscais, infra-estrutura de serviços urbanos, logística, capacitação de mão-de-obra etc.) em escala local-regional, de mecanismos de divulgação do etanol como decorrente de fontes “limpas” e renováveis e, portanto de criação de condições mercadológicas internacionais para tal produto e, sobretudo através do discurso que consubstancia uma proposta de desenvolvimento pautada na valorização do capital e no controle social do trabalho.

No momento faz-se pertinente salientar, que não nos compete somente corroborar, por meio de dados e fatos, a tese de que está ocorrendo uma (re)configuração geográfica do agronegócio canavieiro no Brasil, expressa na expansão do cultivo da cana-de-açúcar, da implantação de novas unidades processadoras e do processo de fusões e/ou aquisições, mas, sobretudo evidenciar os desdobramentos que essa nova dinâmica do capital, personificado no agronegócio canavieiro está desencadeando no universo do trabalho, no cotidiano de milhares de trabalhadores desterritorializados e que se submetem ao circuito do capital, seja assalariando-se (em sua maioria temporariamente) ou arrendando suas terras. É o que discutiremos no próximo capítulo.

⁴²⁶ Informações veiculadas na mídia de um modo geral.

CAPÍTULO IV

A DINÂMICA GEOGRÁFICA DO TRABALHO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DA EXPANSÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO

A condição crucial para a existência e funcionamento do capital é que ele seja capaz de exercer comando sobre o trabalho. Naturalmente, as modalidades pelas quais este comando pode e deve ser exercido estão sujeitas às mudanças históricas capazes de assumir as formas mais desconcertantes.
(MÉSZÁROS, 2002)

É próprio do capital em seu processo de valorização necessitar fixar-se em todos os lugares, explorar a natureza e o trabalho em toda parte, destruir os vínculos espaciais estabelecidos anteriormente e criar novos, haja vista ser este movido pela lógica da acumulação.

Nessa busca incessante pela auto-expansão o capital dilui e/ou amplia as fronteiras espaciais através da financeirização, da abertura de novos mercados e da constituição de novos espaços produtivos, buscando novas formas de realização do valor e novos padrões de acumulação, pois, como destaca Smith,

O capital é continuamente investido no ambiente construído com o fito de se produzir mais-valia e expansão da base do próprio capital. Mas, da mesma forma, o capital é continuamente retirado do ambiente construído de forma que ele possa se deslocar para outra parte e se possa beneficiar com taxas de lucros mais altas. (1988, p. 19)

A imobilidade espacial do capital produtivo, manifesta em sua base material, se contrapõe à intensa mobilidade que o capital financeiro possui. Mas, apesar dessa contraposição entre as duas frações do capital ambos buscam o interrelacionamento de suas formas, mesmo que diferentes, com vistas a garantir a

produção e a expansão do valor, provocando assim profundas transformações territoriais e, portanto, novas configurações geográficas⁴²⁷.

Nesse sentido, Alves (2000) salienta que não existe antinomia entre a financeirização e a “centralidade” da produção no contexto da mundialização do capital, tendo em vista que o capital que se valoriza na esfera financeira tem sua origem na seara produtiva. Em outras palavras, o capital financeiro se nutre da *“riqueza gerada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho com múltiplos níveis de qualificação”* (p. 63). Desse modo, a financeirização pode acentuar a lógica produtivista e recriá-la sob novas condições.

As sucessivas crises do capitalismo associam-se historicamente e, contraditoriamente, à necessidade premente de auto-expansão e de acumulação do capital, fazendo emergir uma série de desdobramentos tais como geração de excedentes de produção e de força de trabalho, queda da taxa de lucro, escassez de crédito, falta de liquidez, “rupturas” nas alianças de classes locais/regionais, acirramento do conflito capital – trabalho, entre outros. Cabe aqui nos reportar a Harvey para focar em especial um desses aspectos da crise capitalista, que é a *“superacumulação”* decorrente do excedente de trabalho e de capital. Segundo o autor:

Habitualmente, a crise se manifesta como condição em que os excedentes tanto de capital como de trabalho, que o capitalismo precisa para sobreviver, não podem mais ser absorvidos. Denomino isso de estado de *superacumulação* [grifo do autor]. O capital excedente e a força de trabalho excedente existem lado a lado, sem aparentemente nenhum modo de uni-los na realização de tarefas socialmente úteis. A irracionalidade que se oculta no âmago do modo supostamente racional de produção vem à tona para todos verem. Esse é o tipo de irracionalidade, envolvendo grande capacidade produtiva ociosa e grande desemprego, em que a maioria das economias ocidentais⁴²⁸ mergulhou nos últimos anos. (2005, p. 133)

Do ponto de vista do capital a desvalorização ocorre de três maneiras: como moeda (inflação, endividamento, inadimplência), como mercadoria (aumento

⁴²⁷ Ver MENDONÇA, 2004.

⁴²⁸ Ousaríamos acrescentar, no contexto de crise atual, também os países capitalistas orientais como o Japão, por exemplo, e mesmo a China, com regime de governo comunista, mas com pleno desenvolvimento sob perspectiva capitalista.

dos estoques, queda dos preços) e/ou como capacidade produtiva (unidades produtivas com capacidade ociosa). Já o trabalho desvaloriza-se através das perdas salariais (redução da renda), queda no padrão de vida, seguridade (condições de trabalho, direitos trabalhistas e previdenciários). Esses excedentes não absorvidos são desvalorizados e/ou até mesmo destruídos, provocando tensões sociais e políticas na sociedade capitalista.

Portanto, para reconstituir a base de valorização do capital faz-se necessário criar novas formas e relações sociais de produção. Foi o que ocorreu, por exemplo, a partir da crise desencadeada na segunda metade do século XX (1973). O movimento expansionista do capital em escala global (financeirização e mundialização) ganhou novo impulso sob a perspectiva da reestruturação produtiva do capital, especialmente nos anos 1980 e 1990, e assumiu formas mais agressivas e destrutivas de produção, pautadas nas inovações tecnológicas e científicas e em novas formas de gestão e controle do trabalho e, portanto, novos patamares de acumulação.

Surge nesse contexto uma nova etapa de reestruturação produtiva voltada para a produção e acumulação flexíveis, conduzida pelas grandes empresas, corporações e conglomerados internacionais, que tendem a existir encarnando todas as formas de existência do capital⁴²⁹ (financeiro, industrial), porém debilitando o mundo do trabalho e promovendo mudanças profundas na forma de ser da classe que vive do trabalho, expressas, por exemplo, através da flexibilização, do aumento da precarização e da exploração do trabalho.

Faz-se importante destacar, que uma das preocupações ao desenvolver essa tese foi evitar a efetuação de uma análise tendenciosa da expansão do capital agroindustrial canavieiro, bem como dos desdobramentos espaciais, ambientais, sociais e trabalhistas desse processo. Por isso procuramos levar em consideração as relações globais e sua influência na dinâmica territorializada nas diversas regiões/estados. Tanto é que nos capítulos anteriores atentamos para a apreensão do processo atual de expansão, sob a perspectiva da modernização da agricultura capitalista, da reestruturação produtiva, das inovações tecnológicas, das políticas neoliberalizantes dos anos 1980 e, sobretudo 1990, da expansão do capital

⁴²⁹ Cf. ALVES, 2000, p.19-20.

financeiro e da entrada do capital estrangeiro no agronegócio canavieiro, entre outros.

Para superar suas crises de acumulação o sistema metabólico do capital tem buscado alternativas, tanto por meio da expansão geográfica (e aí se inclua as históricas e desastrosas investidas imperialistas), como da reorganização espacial⁴³⁰. Por isso acreditamos que a (re)configuração geográfica tal qual apreendemos nesta tese decorre do movimento geral do capital em busca de novos espaços e de novas formas de produção e de valorização, manifesto nas diversas personificações do capital, a exemplo do capital agroindustrial canavieiro.

Por um lado, a busca do desenvolvimento econômico sob a perspectiva da reestruturação produtiva, da adoção de inovações tecnológicas (a microeletrônica, a robótica, a biotecnologia), das políticas neoliberais, da acumulação flexível e, portanto, da reorganização espacial do capital, pressupõe, mesmo que de forma assimétrica, a redução das taxas de crescimento do emprego, haja vista esse desenvolvimento ocorrer de forma desigual e combinada.

Por outro lado e, contraditoriamente, esse desenvolvimento é buscado também por meio da expansão geográfica, promovendo o aumento da taxa de crescimento do emprego e a mobilidade do trabalho. Assim, o movimento do capital pressupõe o movimento também do seu par dialético, o trabalho. Cartograficamente é possível apreender por meio da Figura 2 (Capítulo II) e da Figura 4 (neste capítulo) um exemplo dessa mobilidade do capital e do trabalho, o primeiro visando à expansão produtiva e a autovalorização, o segundo a reprodução de sua força de trabalho. Se observarmos as duas figuras comparativamente logo se concluirá que o movimento do capital agroindustrial canavieiro e do trabalho, no território convergem para a mesma direção, ou seja, para as mesmas fronteiras em expansão.

A preocupação em compreender a mobilidade do trabalho no contexto da reestruturação produtiva e da expansão do capital agroindustrial canavieiro perpassa também pela compreensão do movimento geral do capital, pois, as leis que comandam o movimento do trabalho, enquanto capital variável, estão imbricadas às que regulam o processo de valorização espacial e de acumulação do capital.

⁴³⁰ Ver HARVEY, 2005.

Portanto, a leitura de mobilidade que nos propomos efetuar aqui considera a dinâmica do capital em seu processo autoexpansionista e seu imbricamento com o deslocamento espacial de grande contingente de trabalhadores e, sobretudo os fatores condicionantes e os desdobramentos desse processo para o trabalho.

É o mesmo que dizemos que a constante migração do trabalho para o capital também expressa as contradições e as fissuras do sistema social que edifica a constante reinserção dos trabalhadores nos processos produtivos no campo e na cidade e, conseqüentemente, a reorganização das formas de resistência dos trabalhadores. Será imprescindível novos estudos para dimensionar os expedientes utilizados tanto na estimulação do movimento migratório, quanto o aliciamento, formas de contratação, condições de trabalho e remuneração do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 187).

De modo geral o termo mobilidade pressupõe movimento, instabilidade, algo que passa por constante movimentação, que se desloca no tempo e no espaço. Do ponto de vista geográfico a mobilidade é empregada para tratar de aspectos relacionados à dinâmica territorial e/ou populacional. O termo pode ser usado para se referir ao deslocamento populacional⁴³¹ num determinado território, ou entre vários territórios, sendo genericamente definido como migração. Os deslocamentos humanos geralmente ocorrem em decorrência de guerras, catástrofes ambientais e por causa de trabalho, entre outros motivos.

Segundo Gaudemar *“São os homens que, pela sua mobilidade, alimentam o mercado das suas forças de trabalho”* (1977, p. 201). A mobilidade do trabalho submete-se às necessidades e exigências do capital, que em seu processo de acumulação não só induz à demanda por trabalho, mas também à oferta, como forma de equilibrar a competição entre os trabalhadores criada junto com a demanda. Desse modo, tanto a demanda como a oferta de trabalho constituem movimentos interdependentes.

Partimos, portanto, do pressuposto de que os deslocamentos espaciais dos trabalhadores não ocorrem tão somente porque estes são movidos pelo desejo de vender sua força de trabalho e/ou pela busca de melhores condições de vida e de salário, pois isso é algo que deve ser apreendido sob a perspectiva subjetiva,

⁴³¹ Não necessariamente de seres humanos, podendo ser também de aves e de animais que possuem natureza

individual do trabalhador.

Devemos compreender que esses movimentos são impulsionados, sobretudo pelo capital, e que eles se constituem uma forma de ajustamento da força de trabalho às necessidades do capital nos diferentes setores, funções ou lugares que atenderem objetivamente ao imperativo do processo de valorização. (OLIVEIRA, 2006, p. 122-123).

Há que se atentar nesse momento para a compreensão da categoria trabalho, apreendida nas dimensões concreta e abstrata – o trabalho como valor de uso, que está presente em todas as formas de organização social e o trabalho produtor de valor de troca e, portanto, de mais-valia.

Para Lukács (1981), o trabalho é a categoria fundante do ser social, devendo ocupar lugar central na compreensão da complexidade das relações sociais. Por ser o agente de mediação entre a sociedade e a natureza o trabalho permite ao homem ultrapassar o limite biológico e se constituir enquanto ser social.

Somente o trabalho tem em sua natureza ontológica um caráter intermediário. Ele é essencialmente uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica [...] como orgânica, inter-relação que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social. (LUKÁCS, 1981, p. 14).

Desse modo, o trabalho concebido por Lukács em seu sentido ontológico, como produtor de coisas úteis e mediador da relação orgânica entre sociedade e natureza, constitui-se uma atividade intrínseca ao ser social e, portanto, ineliminável na sociedade.

Todavia, com o advento da indústria no século XVIII, a racionalidade econômica do capitalismo promoveu a separação do homem dos meios de produção e a sujeição aos ritmos intensos de trabalho nas fábricas imprimindo um novo sentido ao trabalho. Assim, a distinção entre o trabalho revestido de sentido e o trabalho exercido enquanto meio de valorização do capital passou a existir quando o homem foi expropriado dos meios de produção e submetido ao trabalho assalariado.

migratória.

De uma atividade que fazia parte da vida, o trabalho tornou-se o meio de ganhar a vida. O homem não mais possuía sua integralidade, não produzia o que consumia e não consumia o que produzia. Podemos depreender que essa transformação imprimiu qualidades valorativas novas, já que há uma diferença substantiva entre o trabalho enquanto parte da vida e o trabalho como meio de ganhar a vida. Enquanto 'parte' da vida, o trabalho divide com outros complexos mediadores, como a família e a religião, a manutenção da coesão social [...], entendido como 'meio' de ganhar a vida, o trabalho passa a expressar, de forma unilateral e totalizante, a única forma de manutenção da coesão social, também não é mais o trabalho que se limita a produzir coisas úteis [...], passa a ser um trabalho estranhado, produtor de troca, enfim, uma mercadoria. (ORGANISTA, 2006, p. 29-30)

Mesmo submetido ao processo de valorização do capital e ao contexto de crise estrutural do capitalismo, de reestruturação produtiva do capital com formas flexíveis de produção e de trabalho e uso de tecnologia avançada (robótica, automação etc.) no processo de produção, que reduz a taxa de crescimento do emprego e que imprime ao trabalho um caráter precário e fragmentado; o trabalho em sua dimensão concreta não perderá sua centralidade, devendo continuar a existir como condição *sine qua non* para a reprodução social.

Para Antunes (1997) é possível conceber o fim do trabalho abstrato, enquanto ação historicamente vinculada à sociedade produtora de mercadorias, porém o mesmo não pode ser estendido ao trabalho em sua dimensão concreta, ontologicamente concebido como "protoforma da práxis social".

A superação da sociedade do trabalho abstrato [...] requer como condição o reconhecimento do papel central do trabalho assalariado, da classe-que-vive-do-trabalho como sujeito potencialmente capaz, objetiva e subjetivamente, de caminhar para além do capital. Portanto, trata-se de uma crise da sociedade do trabalho abstrato cuja superação tem na classe trabalhadora, mesmo fragmentada, heterogeneizada e complexificada, o seu pólo central. (ANTUNES, 1997, p. 80)

Contudo, no momento, o que se verifica não é o fim da centralidade do trabalho como preconizam Gorz (2003), Offe (1989) e Kurz (1992), entre outros, haja vista o trabalho assalariado continuar predominante, apesar da diminuição quantitativa do emprego, mas de um metamorfoseamento do mundo

do trabalho dada às mudanças implementadas em decorrência da reestruturação produtiva do capital. Muito embora o trabalho apresente-se fragmentado, polissêmico, precarizado, multifacetado, não significa que o capital prescindia do trabalho vivo, pelo contrário, além de se utilizar do trabalho vivo o mesmo tem incrementado a obtenção da mais-valia nas suas formas absoluta e relativa.

Da mesma forma que a centralidade do trabalho é uma questão viva e aciona os elementos que compõem sua subjetividade/identidade, ou seja, é ainda possibilidade real de pensar/agir ações emancipatórias na perspectiva de classe, da classe trabalhadora. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 24).

Acredita-se que apesar das barreiras sociais obstarem a busca de uma vida cheia de sentido e de o trabalho encontrar-se moribundo, ainda assim o trabalho se constitui um elemento fundamental para a humanidade, tendo em vista ser este uma possibilidade de emancipação social, embasando a ação política dos trabalhadores e apontando perspectivas para uma sociedade mais igualitária.

Mediante o exposto faz-se importante desvendar os impactos da processualidade social resultante da materialização da reestruturação produtiva do capital agroindustrial canavieiro, que produz impactos diferenciados no trabalho e, considerarmos, sobretudo os desdobramentos que estão colocados para os trabalhadores como a mobilidade, as manifestações de precariedade e de exploração da força de trabalho; assim como as perspectivas de mobilização, de organização e de atuação dos trabalhadores enquanto sujeitos da trama societal que envolve capital e trabalho.

Para compreendermos o movimento territorial dos trabalhadores no contexto da expansão e da busca atual de valorização do capital personificado no agronegócio canavieiro, cremos ser importante nos reportar à crise vivenciada por este segmento produtivo na década de 1990.

Associada à derrocada do Proálcool, a desregulamentação com a redução dos subsídios e da influência do Estado, bem como à implementação das políticas neoliberais essa crise conduziu, especialmente no Nordeste, várias agroindústrias canavieiras à falência. Esses fatores somados à conjuntura da economia mundial desencadearam também no âmbito do capital agroindustrial canavieiro o processo de reestruturação produtiva, com a adoção de novos

referenciais tecnológicos e novas formas de gestão e controle da produção e do trabalho.

Esse contexto de crise e reestruturação imprimiu uma nova dinâmica ao agronegócio canavieiro. A desativação e/ou a migração de capital e de plantas fabris (especialmente do Nordeste para o Centro-Sul) provocou, por um lado, a redução da oferta de emprego e aumento do desemprego em seus locais de origem. Por outro lado, fez crescer a oferta de emprego nos locais onde o capital e as unidades processadoras se territorializaram, estimulando assim a mobilidade temporária e precária do trabalho, especialmente para as lavouras de cana (Figura 4).

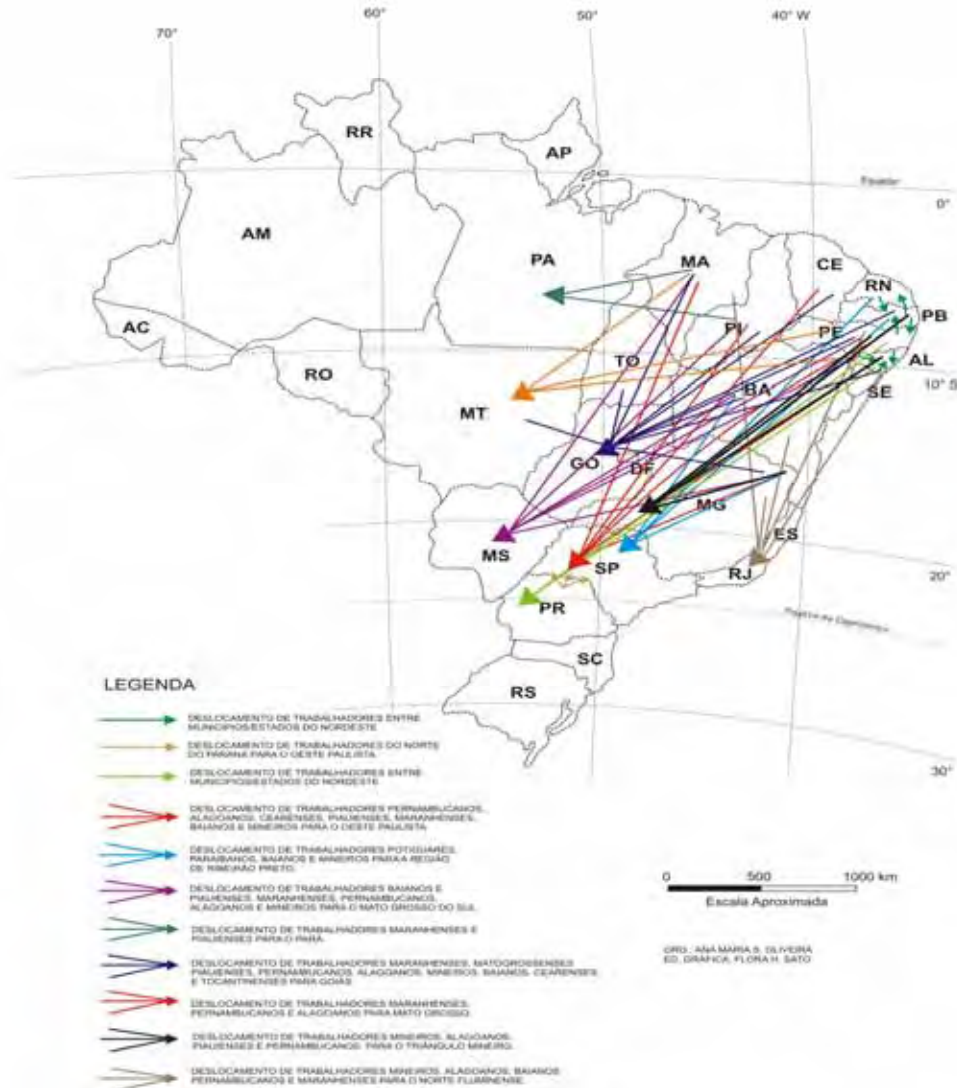
A necessidade de (re)afirmação e de busca de novos patamares de acumulação por parte do capital agroindustrial canavieiro desencadeou nos anos 1990, um movimento dessa fração do capital – o qual se intensificou a partir dos anos 2000 – marcado tanto pela expansão territorial como pela reorganização espacial, constituindo uma nova geografia da cana-de-açúcar no Brasil e provocando alterações também na dinâmica do trabalho.

As investigações e o mapeamento efetuados sobre a dinâmica geográfica do capital e do trabalho no âmbito do agronegócio canavieiro, possibilitaram perceber que o movimento dos trabalhadores, especialmente para o corte de cana-de-açúcar no Brasil mantém-se, por um lado, para as áreas canavieiras tradicionais, por outro, em decorrência da expansão recente, amplia-se para as novas áreas.

Diríamos em acréscimo, que esse movimento não ocorre somente entre os estados do Nordeste e entre estes e os estados do Centro-Sul, mas também no interior dos mesmos, isto é, entre vários municípios dos principais estados produtores, tanto do Nordeste como do Centro-Sul (Figura 4)⁴³².

⁴³² No caso da Figura 4, que o movimento intermunicipal destacado no Centro-Sul faz referência ao deslocamento recente de trabalhadores do norte do Paraná para os municípios fronteiriços do Oeste Paulista. Cabe ressaltar, no entanto, que muito embora não tenhamos mapeado, esse movimento ocorre entre outros municípios do Centro-Sul, ou seja, trabalhadores se deslocam para os municípios canavieiros (vizinhos) em busca de trabalho.

FIGURA 4 - Deslocamento Intra e Inter-regional dos Trabalhadores para o Trabalho nas Empresas Agroindustriais Canaveieiras no Brasil



Fonte: Pesquisa de Campo (2006/2007/2008) e Pastoral do Migrante/CPT

Até a alguns anos atrás, a maior parte da mão-de-obra migrante no corte de cana-de-açúcar era originária do norte de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) e de alguns estados do Nordeste (Pernambuco, Paraíba e Bahia, por exemplo), que se dirigiam basicamente para o estado de São Paulo. Hoje, já não é essa a realidade constatada. Além de ter provocado o aumento do contingente de força de trabalho

migrante, não só para São Paulo, mas para todos os estados do Centro-sul que estão expandindo a produção canavieira, esse processo está atraindo trabalhadores de outros estados do Nordeste. Muitos dos migrantes atuais que constatamos, durante pesquisa de campo, são provenientes de Alagoas, Maranhão, Piauí e Ceará⁴³³.

Desse modo, os pontos de origem e destino (Tabela 20 – Anexo 7), assim como o fluxo de trabalhadores pelo território (Figura 4) refletem as modificações porque passa esse setor da atividade agroindustrial, ou seja, os investimentos e a nova configuração geográfica do agronegócio canavieiro no Brasil fragilizam o peso e a importância da porção Norte-Nordeste, e intensifica o do Centro-Sul.

Faz-se importante ressaltar que nesse mapeamento optamos por não efetuar um procedimento metodológico sistemático e sim levarmos em consideração basicamente a realidade desses trabalhadores apreendida em cada estado visitado. Inicialmente consideramos somente o movimento dos trabalhadores ligados ao corte de cana-de-açúcar, porém, como nas últimas pesquisas de campo, especialmente no Triângulo Mineiro e, sobretudo no Sul/Sudoeste de Goiás, detectou-se a presença de trabalhadores migrantes empregados em outras funções que não no corte de cana, decidimos incluí-los no mapeamento.

Nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso do Sul tivemos a oportunidade de entrevistar trabalhadores migrantes somente ligados ao corte de cana, apesar de termos visitado municípios com novas unidades já instaladas ou em construção, e de tomarmos conhecimento de que em função da implantação dessas novas unidades processadoras criou-se uma forte demanda também de trabalhadores (qualificados ou não) para a construção civil e de montagem de todo aparato fabril. Essa demanda se estende ainda para as áreas de operação das indústrias e para cargos de chefia como supervisores/encarregados, gerentes (industriais e agrícolas) e diretores, especialmente nos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e, sobretudo Goiás.

O fato de nesses estados onde a expansão é mais acentuada não haver mão-de-obra qualificada para o trabalho no agronegócio canavieiro suficiente para

⁴³³ Outras pesquisas também destacam isso, a exemplo dos trabalhos da professora Maria Aparecida de Moraes Silva e do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), no Pontal do Paranapanema..

atender a demanda (conforme alegação dos representantes das empresas, sindicatos e poder público), associado à forte representação do capital agroindustrial canavieiro advindo do Nordeste e de São Paulo, faz com que parte dos trabalhadores qualificados para o trabalho de operação, gerenciamento e direção das novas unidades processadoras seja “importada”⁴³⁴ de Pernambuco e Alagoas, no Nordeste, e da região de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo.

Há que se ressaltar que de todos os estados visitados o mais representativo desse movimento dos trabalhadores é Goiás (Tabela 20 – Anexo 7), onde pudemos encontrar trabalhadores advindos de quase todos os estados do Nordeste e também do Centro-Sul. O fato de a maioria das unidades processadoras visitadas em Goiás encontrarem-se na ocasião, em processo inicial de operação ou em fase final de construção permitiu que tivéssemos mais contato também com os trabalhadores responsáveis pela montagem da planta fabril.

Para a construção dessas unidades são contratadas dezenas de empresas especializadas, cada uma delas para um determinado tipo de serviço (construção civil, elétrica, mecânica). Essas empresas (denominadas comumente de empreiteiras) contratam trabalhadores da maioria dos estados brasileiros, que se deslocam de um estado, município ou região para outra periodicamente, de acordo com os contratos efetuados para a execução de novas obras.

As formas de valorização do capital se saturam requerendo uma nova reestruturação deste, que se realiza promovendo a reestruturação também do espaço. Tem-se, pois, uma constante mobilidade do capital e, conseqüentemente do trabalho transformando os arranjos espaciais e até o enraizamento cultural já instituído, via contínuo reordenamento e redistribuição da configuração existente.

Diríamos em acréscimo que nesse contexto de reestruturação produtiva e de busca de novos espaços de valorização e formas de acumulação, ambos, capital e trabalho passam por processos distintos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Na perspectiva capitalista a desterritorialização é concebida como “enfraquecimento” de uma atividade econômica específica, por vezes associado aos recursos não existentes ou difíceis de serem criados ou obtidos nos locais onde esta

⁴³⁴ Termo usado pelos próprios representantes do agronegócio canavieiro.

atividade se territorializava anteriormente demandando, por conseguinte, a sua territorialização (ou a reterritorialização) em outro local. (STORPER, 1994, p. 14 *apud* HAESBAERT, 2006, p.130). Assim, a desterritorialização se constitui uma forma de superação dos entraves locais, vista muitas vezes como sinônimo de “deslocalização”, e o território concebido “*como localização num espaço físico concreto*”. (HAESBAERT, 2006, p. 130).

De certa maneira esta definição se aplica ao movimento apresentado pelo capital agroindustrial canavieiro do Nordeste, particularmente se considerarmos alguns fatores apontados por seus representantes como impulsionadores de tal movimento (condições climáticas desfavoráveis, falta de terras em condições adequadas para a expansão local/regional dentro das prerrogativas da mecanização da lavoura, por exemplo). Todavia, o movimento do capital agroindustrial canavieiro em escala nacional é muito mais complexo que o deslocamento de unidades processadoras e/ou de investimentos de uma região/estado para outro, pois está imbricado com o movimento geral do capital em seu processo de auto-expansão que, em sua forma mais avançada – capital industrial e financeiro – busca através da reestruturação produtiva os mecanismos abstratos que consubstanciam a acumulação.

Dada à dinâmica do sistema metabólico do capital na atualidade, a desterritorialização deve ser apreendida sob o contexto de mundialização do capital (ou de globalização como alguns preferem denominar), haja vista o mercado mundial ser formado por fluxos comerciais, financeiros e de informações cada vez mais independentes de bases territoriais, tornando as fronteiras nacionais crescentemente fluídas e permeáveis.

Um contexto no qual a reestruturação produtiva do capital manifesta-se em formas flexíveis de produção e de trabalho e, portanto, de acumulação, enfraquecendo não só as bases territoriais, mas também, e num sentido mais amplo, as bases espaciais que dão estruturação a economia, e aí se inclui o fator locacional das empresas e os desdobramentos para o trabalho⁴³⁵. A desterritorialização vista sob esta perspectiva da “deslocalização”, acaba por enfatizar o caráter “multilocacional” das empresas e a autonomia das mesmas

⁴³⁵ Tendo como exemplo, embora muito localizado, o que ocorreu no Nordeste com fechamento de unidades processadoras, desemprego, não pagamento de direitos trabalhistas e conseqüentes tensões sociais.

quanto às condições e aos locais onde pretendem se territorializar novamente. (HAESBAERT, 2004, p. 173-174).

A desterritorialização é inerente ao sistema metabólico do capital, que na busca constante de autoafirmação se desterritorializa para, em seguida, se territorializar em novas bases e sob novas roupagens, provocando a desterritorialização-territorialização-reterritorialização também do trabalho.

Um dos traços ontológicos do capital é a sua notável capacidade em **desmanchar tudo que é sólido**, revolucionar, de modo constante, as condições de produção; por – e repor – novos patamares de mobilidade do processo de valorização nos seus vários aspectos. (MARX, 1990 apud ALVES, 2000, p. 23)

Haesbaert (2004) nos lembra que é possível pensar a desterritorialização a partir de Marx, mesmo que em seus escritos o termo não compareça. A acumulação primitiva do capital designada por Marx para compreender o processo de expropriação dos camponeses de suas terras e de transformação destes em trabalhadores “livres” para vender sua força de trabalho à burguesia, no contexto do desenvolvimento do capitalismo evidencia a desterritorialização, mesmo que o termo não tenha sido explicitado.

[...] trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. [...] A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. (MARX, 1984, p. 262 apud HAESBAERT, 2004, p. 175).

Vê-se que a análise marxista da acumulação primitiva do capital e a sua leitura de trabalho livre nos fornecem implicitamente a noção de desterritorialização. Diríamos em acréscimo que sob a ótica do materialismo histórico, podemos depreender que a primeira desterritorialização sob a perspectiva capitalista está relacionada à origem do próprio sistema, com a acumulação primitiva do capital e, portanto, a separação entre os camponeses e os meios de produção.

Embora o trabalhador seja “livre”, é desprovido das condições básicas de

sobrevivência, sua e da família, sendo obrigado por força das circunstâncias a vender sua força de trabalho e a se submeter aos ditames do capital. No sentido marxista do termo a mobilidade da força de trabalho é a condição para o exercício da “liberdade” de se deixar submeter ao capital e de se tornar mercadoria, cujo consumo conduzirá à criação de valor, portanto à criação de mais-valia, de riqueza socialmente produzida e aprisionada pelo capital.

A noção de desterritorialização nos ajuda, portanto, a compreender um fenômeno que não é novo na história do capitalismo, como já analisava Marx, e que teima em continuar existindo no contexto atual do sistema metabólico do capital, o processo de expropriação camponesa no Brasil. Este foi desencadeado especialmente a partir dos anos 1960/70, favorecendo a agricultura capitalista “moderna” - a exemplo do agronegócio canavieiro - desenvolvida em vastas extensões de terras e, portanto intensificando a concentração fundiária e com formação de grande contingente de trabalhadores assalariados no campo.

Moreira (2008) apreende a desterritorialização como o processo definitivo de expropriação e expulsão do camponês de sua relação orgânica com a terra. *“Ela é a violência da quebra da ligação com a terra, a expropriação que retira do homem sua fonte de vida e o lança na condição de dependente do mercado como uma peça trocável”*. (2008, p. 136). A desterritorialização ocorre, portanto, quando no processo de “desterreamento” o camponês expropriado e expulso perde não só a terra enquanto meio de produção e de vida, mas também a sua identidade (com a terra, com o lugar, com a cultura), tendo que se adaptarem a novos costumes, novos lugares, novas formas de garantir a vida e a reprodução.

A desterritorialização pressupõe um movimento seqüencial de “desenraizamento locacional”, no qual o sujeito (camponês, trabalhador assalariado etc) *“se territorializa, para depois se desterritorializar e em seguida se reterritorializar”*. (MOREIRA, 2008, p. 137). A desterritorialização é, pois, o ato do camponês migrar para a cidade e de se transformar num trabalhador assalariado. Ao adquirir benefícios urbanos como emprego estável e moradia fixa e estabelecer relações com o lugar ocorre um enraizamento, fazendo com que esse trabalhador se reterritorialize. Esse processo de reterritorialização pode ocorrer ainda por meio da luta pela terra e pela Reforma Agrária, uma vez que a conquista da terra

possibilita a recriação da condição camponesa⁴³⁶.

Nos capítulos II e III destacamos alguns exemplos indicadores de desterritorialização provocada pelo capital agroindustrial canavieiro no contexto atual de reestruturação produtiva e de expansão. Muitos trabalhadores camponeses, que no passado foram expropriados e forçados a trabalharem como assalariados e viverem como agregados/moradores em suas terras, agora de posse das empresas agroindustriais canavieiras, ou como assalariados e moradores das agrovilas construídas no entorno das unidades processadoras, são novamente desterritorializados ao serem expulsos das agrovilas ou das terras nas quais nasceram e se criaram. Existem ainda os trabalhadores que depois de expropriados conseguiram conquistar com muita luta o direito a terra, mas que, no entanto, tem a nova territorialidade ameaçada ao serem cooptados para a atividade canavieira como fornecedor/parceiro ou como assalariado.

Os exemplos se estendem ainda aos trabalhadores pertencentes às comunidades camponesas, extrativistas, quilombolas, indígenas etc., que vivem sob constante ameaça de desterritorialização em decorrência do avanço das lavouras de cana-de-açúcar sobre áreas localizadas em territórios marcados historicamente por uma identidade cultural, por um modo de vida e de produção peculiar.

No universo do trabalhador assalariado envolvido no corte da cana-de-açúcar, apreendemos dois movimentos distintos, sendo o primeiro exemplo o do migrante que já fixou residência como morador das periferias urbanas, e que trabalha como cortador de cana. Esse trabalhador que foi desterritorializado anteriormente fixou residência nas periferias das cidades territorializando-se novamente. No entanto, enquanto morador urbano e cortador de cana a sua territorialidade possui dinâmicas diferentes no período da entressafra e da safra. Morando e trabalhando na cidade ele pode construir vários territórios e passar por eles no decorrer do dia.

Um desses territórios seria o da sua própria comunidade, onde o trabalhador conhece os códigos e estabelece relações com outros moradores. O outro seria o do trabalho, difícil de delimitar se levarmos em conta que na entressafra esse trabalhador pode ser num dia pedreiro, num outro porteiro, num

⁴³⁶ Thomaz Júnior 2009 discute essa questão com mais profundidade.

outro segurança, num outro vivenciar o desemprego, etc. No período da colheita da cana-de-açúcar ele se desterritorializa na medida em que deixa as atividades e os territórios urbanos para reterritorializar-se no trabalho da lavoura de cana, enquanto trabalhador rural assalariado, portanto, cortador de cana.

Todavia, considerando que esse trabalhador construiu uma nova territorialidade ao fixar moradia na cidade e o seu deslocamento e passagem por vários outros territórios cotidianamente ocorrer em função do trabalho, seja na cidade ou na lavoura de cana, possuindo assim um caráter marcadamente transitório, acreditamos tratar-se na verdade de uma “desterritorialização efêmera”. Pois, como apreendemos em Moreira (2008) e em Haesbaert (2004), a desterritorialização em que o trabalhador perde definitivamente o seu vínculo com a terra enquanto meio de produção e de vida e, portanto, a identidade com a territorialidade anterior, foi vivenciada no momento em que ele saiu de seu local de origem, tendo que fixar-se nas periferias urbanas e vender sua força de trabalho para o capital, ora na cidade ora nas lavouras de cana-de-açúcar.

O segundo exemplo é o do trabalhador que se desloca de vários estados do Nordeste e norte de Minas Gerais para o corte de cana nas lavouras do Centro-Sul, e que ao encerrar a safra retorna ao seu local de origem. Acreditamos que, nesse contexto de mobilidade, o trabalhador migrante vivencia distintos processos de desterritorialização e reterritorialização. O primeiro ocorre quando o trabalhador é privado das suas condições básicas de sobrevivência, seja por ter perdido um emprego, ou por ter sido expropriado de suas terras, ou ainda por ficar impossibilitado de tirar da terra seu sustento e da família, devido aos condicionantes climáticos e a ausência de políticas públicas, sendo assim forçado a migrar para as lavouras de cana-de-açúcar no Centro-Sul. O segundo se concretiza frente à precarização das condições de trabalho e de moradia a que esse trabalhador é submetido, em muitos casos sendo mantido por cinco, seis ou sete meses em residências e/ou alojamentos precários, vários deles encravados no meio dos canaviais sob condições subumanas.

Detectamos casos como esse no estado de Pernambuco, de modo particular no município de Goiana e divisa com o estado da Paraíba. Fomos informados pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município, que a Usina Maravilha tinha sido desativada, mas estava fornecendo

cana de suas terras para as unidades processadoras mais próximas (a Usina Santa Teresa, por exemplo) e, para tanto mantinha trabalhadores alojados no meio dos canaviais.

No norte fluminense também tivemos contato com trabalhadores, que declararam estar isolados da cidade e distantes da usina cerca de cinco quilômetros. Esses Trabalhadores migrantes foram contratados pela Usina Santa Cruz (Grupo José Pessoa), e estavam no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes para cobrar do presidente do sindicato uma posição junto ao Ministério Público Federal do Trabalho quanto à prisão e agressões sofridas por companheiros seus, só porque reivindicavam junto à empresa os direitos garantidos por lei, no caso em questão o pagamento de acerto de rescisão de contrato de trabalho em atraso.

Durante a entrevista esses trabalhadores declararam que o transporte oferecido pela empresa era somente para o deslocamento até o corte de cana, o que dificultava o acesso à cidade em outros momentos e, portanto as relações sociais. No momento da entrevista, como se encontravam sem exercer as atividades no corte de cana, haja vista terem sido dispensados, os deslocamentos do alojamento até a usina e vice-versa, para tratar de assuntos referentes ao atraso no pagamento do acerto e de abusos praticados pela empresa dentro do próprio alojamento (com a conivência da polícia) eram efetuados a pé.

Desprovido de condições dignas de sobrevivência, de exercer seu direito de cidadania, esse trabalhador é privado, em muitas situações, do direito de ir e vir e de exercer relações e trocas simbólicas com outros territórios no entorno das usinas. Dada às condições de precarização do trabalho e de existência, bem como o fato de não ter nenhum controle sobre o trabalho e o novo território, uma vez que esse controle é exercido pelo capitalista usineiro ou pelo agenciador, tem-se, pois, uma “territorialização precária”.

4.1 - Desterritorialização e Precariedade do Trabalho Frente à Dinâmica do Agronegócio Canavieiro no Brasil: o Trabalhador Indígena e o Migrante

A desterritorialização não pode ser vista apenas como desenraizamento associado à destruição de fronteiras ou ao aumento da mobilidade em seu sentido concreto, mobilidade enquanto deslocamento humano de uma região para outra. A concepção de desterritorialização deve conter a sua dimensão político-concreta, mas é fundamental incorporarmos também a dimensão simbólico-cultural, apesar de, segundo Haesbaert (2001), no processo de apropriação do território, portanto de territorialização, pode existir situações em que esse imbricamento não ocorre. Nesse sentido, o autor cita o caso dos refugiados de Ruanda e dos palestinos como exemplo de desterritorialização presente na contemporaneidade, que expressam desconexão entre territórios “no sentido de domínio político” e territórios “no sentido de apropriação simbólico-cultural”.

Embora fronteiras de domínio político possam corroborar e mesmo criar uma identidade cultural, como foi o caso de muitos Estados-nações, nem toda fronteira de apropriação territorial no sentido cultural coincide com e/ou proporciona uma fronteira política concreta. (HAESBAERT, 2001, p. 169)

A concepção de desterritorialização tratada aqui leva em consideração o fato de que a força humana que trabalha vive uma constante mobilidade territorial impulsionada e condicionada pela dinâmica autoexpansionista e desterritorializante do capital, especialmente no contexto atual de mundialização e de reestruturação produtiva do capital. Poderíamos tomar o exemplo que motivou Thomaz Junior (2009) discorrer sobre esse assunto, quando associa o processo expansionista da cana-de-açúcar no Oeste de São Paulo e a mobilização dos pecuaristas “expulsos” para o Centro-Sul do Maranhão e Piauí, que desterreiam milhares de famílias inseridas no extrativismo do babaçu, pequenos camponeses, sendo, pois, que parte desses migra para o Oeste de São Paulo para o corte da cana-de-açúcar.

Uma desterritorialização forçada pela necessidade que o homem desprovido dos meios de produção, tem de vender para o capital a sua mercadoria força de trabalho. Dependente do emprego, do salário e da moradia, portanto de

condições básicas para garantir a reprodução da vida e da família, o trabalhador é levado “no extremo a desfazer-se de tudo que o havia territorializado” (MOREIRA, 2008, p. 137), migrando para lugares muitas vezes distantes onde deverá constituir novas relações sociais, novos laços culturais e uma nova identidade estabelecendo, portanto, uma nova territorialidade.

A despossessão dos meios de sobrevivência instiga o trabalhador à mobilização e lhe impõe a condição de mercadoria, por não restar-lhe alternativa a não ser colocar à venda no mercado capitalista a sua força de trabalho. A mobilização é o processo que atribui ao trabalhador mobilidade, sendo, pois, a mobilidade da força de trabalho um elemento indispensável para a exploração capitalista. Silva (2008, p. 19) cita Heidemann (2004) ao destacar que a mobilização “*implica a formação de uma massa ‘livre’ (mas sem meios de produzir sua subsistência) de pessoas forçadas a moverem-se*”.

A força de trabalho possui o duplo caráter representado nas demais mercadorias, valor de uso e valor de troca, devendo, como tal estar à disposição do capital. Todavia para que essa condição se realize essa força de trabalho deve estar livre. Contraditoriamente, no contexto do sistema metabólico do capital, essa liberdade não significa simplesmente se deslocar de um local para outro, seu pressuposto básico é a despossessão dos meios de produção e de reprodução social.

Essa mobilidade do trabalho forçada pela destituição dos meios de sobrevivência e influenciada pela dinâmica do capital em seu processo de valorização conduz à desterritorialização e, conseqüentemente a uma nova territorialização. Porém as condições em que essa nova territorialização se realiza são tanto ou mais precárias do que as que resultaram na desterritorialização, haja vista sob a reestruturação produtiva e mundialização do capital o trabalho estar cada vez mais precarizado, fragmentado, multifacetado.

No caso aqui em estudo, ou seja, dos trabalhadores ligados ao corte de cana-de-açúcar, o processo de desterritorialização pode ocorrer em caráter definitivo, quando o trabalhador fixa residência, territorializando-se no local para o qual migrou, ou temporariamente (que é mais comum), quando o trabalhador mantém as referências territoriais, culturais e identitárias com seu local de origem, ao deixar muitas vezes uma pequena propriedade camponesa, sua família e uma

casa para onde retorna periodicamente (na entressafra). Neste caso a migração pode não ser *“apenas uma conseqüência da inviabilização de suas condições de existência, mas [...] condição para a permanência camponesa”*. (WOORTMANN, 1990a, p. 35 *apud* MENEZES, 2002, p. 49).

Significa dizer que o trabalhador camponês, que ainda mantém um vínculo com a terra, mesmo que esta na sua ausência seja cuidada pela família, migra para as lavouras do Centro-Sul ou de outros estados do Nordeste, submetendo-se aos ditames do capital como assalariado, não só para garantir o sustento da família, mas também a reprodução de sua condição de camponês.

A mobilidade do trabalho enquanto migração, no Brasil, é histórica e de alguma forma esteve associada aos importantes ciclos produtivos a exemplo da borracha, do café, da cana-de-açúcar, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, período de implantação da indústria, e na sua consolidação, pós anos 1950 e 1960. Esse último momento coincidiu, inclusive com o processo de modernização/mecanização da agricultura, que provocou uma saída expressiva do homem do campo para a cidade.

No tocante ao processo de modernização e de industrialização, seja no setor agrícola ou nos setores industriais, cabe destacar que não devemos apreendê-lo somente na perspectiva das mudanças na base técnica ou das inovações tecnológicas, mas, sobretudo das mudanças ocorridas na relação homem-natureza e nas relações sociais de produção e de trabalho.

Tivemos, por um lado, muitos trabalhadores camponeses sendo expulsos do campo, quer pela expropriação de suas terras, quer pela substituição de sua força de trabalho pela máquina e, por outro lado, a intensificação da mão-de-obra assalariada temporária no campo (no caso dos trabalhadores safristas ou bóias-frias, nas lavouras canavieiras), porém como moradores das periferias urbanas, caracterizando assim, um evidente processo de desterritorialização. Nesse contexto, os demais setores industriais também absorveram grande contingente de trabalhadores, que migraram para os principais centros urbanos da época em busca de trabalho.

Nesse sentido vale dizer, que as sucessivas metamorfoses que conduzem à constituição do mercado capitalista apresentam como conseqüência, paralela e contínua, o processo de mobilidade do trabalho e do capital (MOREIRA,

2006, p.99).

É relevante salientar que o fortalecimento e a modernização do agronegócio canavieiro com a implantação do Proálcool, na segunda metade da década de 1970, provocaram um aumento significativo da área plantada com cana, especialmente no estado de São Paulo. Esse fato gerou uma demanda expressiva de força de trabalho no campo e atraiu trabalhadores de outros estados brasileiros, especialmente do Nordeste. Desde então, as Regiões Administrativas de Ribeirão Preto, Barretos, Franca e Araraquara, têm sido o principal pólo de atração de mão-de-obra migrante para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar do estado de São Paulo.

Nesse caso, esses trabalhadores migrantes tinham (ou tem) uma territorialidade construída, uma identidade, um modo de vida e mesmo de produção em seu local de origem, porém a necessidade permanente de garantir sua sobrevivência e da família fez com que se deslocassem periodicamente para trabalhar nas lavouras de cana de São Paulo, constituindo aqui uma “territorialização temporária”.

Todavia o caráter temporário de sua desterritorialização/territorialização foi ganhando novos elementos ao longo das inúmeras vezes que o processo se repetiu. O distanciamento da família, a perda de laços sociais e de interesse em continuar mantendo as condições de sobrevivência anteriores à migração; somados a ilusão de que em São Paulo (ou em qualquer outro lugar do Centro-Sul) tem mais trabalho, maiores salários e, portanto, melhores possibilidades de reprodução da força de trabalho fizeram (e ainda faz) com que muitos desses trabalhadores trouxessem suas famílias ou constituíssem novas⁴³⁷, realizando assim a desterritorialização e, conseqüentemente, uma nova territorialização, ou mais propriamente, uma reterritorialização “definitiva”.

Contudo essa nova territorialização se manterá até o momento em que as exigências e a dinâmica do capital lhes conduzam a um novo processo de desterritorialização, por vezes no sentido inverso, ou seja, de retorno com a família

⁴³⁷ A Pastoral do Migrante, sediada em Guariba, tem divulgado estudos interessantes sobre a migração da força de trabalho inserida no corte da cana-de-açúcar. Ver, por exemplo: MORAES SILVA, M. A. *Em Busca do passado para conhecer o presente*. 2006; MORAES SILVA, M. A. *Pastoral dos migrantes: peregrinos da resistência*. 2007; NOVAES, J. R.P. *Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas*. 2007; RIBEIRO, J. *Mortes nos canaviais e crimes de aliciamento de trabalhadores*

para seus locais de origem.

É interessante ressaltar, em acréscimo, que antes de esse processo de expansão do cultivo de cana-de-açúcar se intensificar, o movimento migratório de trabalhadores nordestinos ocorria em função do agenciamento de empresas paulistas. Atualmente, mediante os investimentos e implantação de novas unidades por grupos nordestinos em vários estados do Centro-Sul, tal processo se acentua também sob o comando desses grupos. Seja indiretamente, por trás da figura do “gato”, do agenciador que busca os trabalhadores; seja diretamente, quando as próprias agroindústrias se mobilizam para tal fim. Neste caso, a arregimentação é feita por um trabalhador de confiança e com influência sobre os demais, que age em nome da empresa⁴³⁸.

O fato é que muitas empresas/grupos estão fazendo uso de mão-de-obra migrante, sob a alegação de que falta mão-de-obra local nas frentes de expansão. Isto foi alegado por vários representantes do setor, sobretudo nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e, sobretudo Goiás. Em Mato Grosso do Sul, segundo alegação do Secretário Adjunto de Estado (SEPROTUR), do Gerente Administrativo do SINDAL/MS (Sindicato das Indústrias de Álcool no Estado de Mato Grosso do Sul), da Secretária para Assuntos Jurídicos da FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul), de representantes dos STRs e do Diretor Geral da FUNTRAB⁴³⁹ (Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul), a mão-de-obra local não possui habilidade para o cultivo de cana-de-açúcar (plantio e corte).

A justificativa para o fato dos trabalhadores locais não estarem aptos para a colheita de cana-de-açúcar é dada pela falta de tradição do estado na atividade canavieira. É o que destaca, por exemplo, o Diretor da FUNTRAB: “o sul-mato-

rurais. 2007; entre outros.

⁴³⁸ A ocorrência dessa forma de arregimentação da força de trabalho migrante foi constatada durante pesquisa de campo em conversas com os próprios trabalhadores. A título de exemplo vale destacar o caso da Usina Santa Helena, em Nova Andradina/MS, onde visitamos alojamentos com trabalhadores advindos do norte de Minas Gerais e do Maranhão. Conversamos com um dos líderes de turma, o qual destacou que ele foi incumbido pela empresa, “por ser de confiança” e ser da mesma localidade que os demais trabalhadores, a organizar a turma e trazê-la para a empresa no início da safra. O mesmo alegou que todos já vieram com a situação regularizada (autorização da DRT, contrato de trabalho assinado, registro em carteira, e exame admissional feito). No entanto, não ficamos muito certos disso, pois o trabalhador deu o depoimento na frente de um funcionário da unidade processadora que nos acompanhava. Em muitos casos, para não comprometer seus empregadores, ou temendo represálias os trabalhadores preferem dizer que vieram por conta própria.

grossense não se dispõe ao plantio e corte, exceto a população indígena. Temos hoje uma população indígena ocupada em torno de 4.900 trabalhadores”. (LIMA, entrevista - 19/06/2007, p. 06)

Segundo os entrevistados representantes das entidades referidas acima, a saída para superar essa deficiência da mão-de-obra local e restringir futuramente o fluxo de trabalhadores migrantes é o Estado investir em parcerias com as empresas agroindustriais canavieiras e com as instituições voltadas para cursos profissionalizantes. O objetivo é qualificar essa mão-de-obra local, tanto para o corte de cana como para desenvolver outras funções na planta fabril, pois a demanda por mão-de-obra qualificada na parte industrial também é latente. Este é, portanto, o trabalho que a FUTRAB vem desenvolvendo (formar pessoal para atender a demanda do capital agroindustrial canavieiro em expansão) em parceria com o governo do estado e com o Senar, Senai e Senac.

Além da qualificação da força de trabalho destaca-se também a mecanização da lavoura, como alternativa para restringir o fluxo de trabalhadores de outros estados. Apontada, especialmente pelo Gerente administrativo do SINDAL/MS, pelo Secretário Adjunto de Estado e pelo Diretor da FUNTRAB⁴⁴⁰, essa alternativa consiste em que as unidades agroindústrias canavieiras já instaladas e as que estão em processo de implantação invistam na mecanização do plantio e do corte de cana. Desse modo, segundo eles, a mão-de-obra necessária que ainda for absorvida, mesmo com o emprego da máquina será arrematada localmente.

No entanto, esse é um processo que demandará certo tempo, pois as empresas que já estão em operação e as novas não estão mecanizando 100%, haja vista ainda existir alguns gargalos a serem superados: a) o investimento é alto; b) com o ritmo de expansão as empresas produtoras de máquinas e equipamentos não dispõem de oferta suficiente para atender de imediato a demanda; c) o prazo determinado pela legislação para a eliminação da queima dos canaviais ainda tem um tempo para se extinguir, e até lá elas vão protelando; d) e o mais importante na nossa compreensão é que no sistema metabólico do capital existe, por um lado, uma necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital (trabalho vivo) e, por outro lado a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante

⁴³⁹ Em entrevista durante pesquisa de campo realizada em junho de 2007.

⁴⁴⁰ Paulo Aurélio A. de Vasconcelos, Wilson R. Gonçalves e Cícero Ávila de Lima, respectivamente.

(trabalho morto); porém, sem eliminar totalmente esse trabalho vivo, pois para o capital é mais interessante manter a articulação entre trabalho vivo e trabalho morto, tendo em vista ser esta condição para a manutenção do sistema produtivo do capital.

Diríamos ainda que para o capital continuar seu ciclo reprodutivo nesse sistema mundial em que a competitividade é a garantia para a sobrevivência das empresas, é fundamental que ele utilize formas modernizadas de produção e, ao mesmo tempo recorra às formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho. Como destaca Antunes:

uma coisa é ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante. Outra, muito diversa, é imaginar que eliminando o trabalho vivo o capital possa continuar se reproduzindo. (2001, p 120).

Enquanto esse processo de substituição do trabalho do homem pela máquina, no corte de cana não adquire um caráter mais expressivo nessas frentes de expansão, o fluxo de trabalhadores migrantes continuará intenso (Figura 3), acirrando a exploração da força de trabalho, bem como a precarização das condições de trabalho. Principalmente no contexto da crise atual (conforme destacamos no capítulo I) em que várias empresas têm alegado dificuldade para efetuar pagamento e até novas contratações. Dificuldade, inclusive usada em favor da empresa e em detrimento dos trabalhadores nas negociações de preço da cana e de reajuste do piso salarial, bem como no cumprimento (descumprimento) da Convenção Coletiva de trabalho.

É sabido que nesse contexto de reestruturação produtiva e de inovações tecnológicas a exemplo da mecanização do corte de cana, não terá emprego para todos. Apenas uma parte da força de trabalho empregada nas lavouras e, especialmente no corte de cana será absorvida no trabalho mecanizado. Desse modo, usa-se o discurso de que grande parte desses trabalhadores não está qualificada para lidar com a nova tecnologia, e atribui-se aos próprios trabalhadores a responsabilidade pela sua exclusão do mercado de trabalho e condição sócio-

econômica, mascarando assim os reais motivos da crise estrutural do capital⁴⁴¹.

O que devemos levar em consideração é que para muitos desses trabalhadores que ainda possuem um vínculo com a terra - uma pequena propriedade sua, de seus pais ou de algum outro familiar, na qual a família mora e/ou trabalha e, para onde eles retornam durante a entressafra da cana-de-açúcar⁴⁴² - a prática em lidar com a terra e poder tirar dela o sustento da família, o *savoir-faire*, é uma qualificação. Já para aqueles que perderam a referência da terra e, portanto, “a consciência dessa especialização”⁴⁴³, ou seja, de trabalhar na terra, acabam incorporando o discurso capitalista da empregabilidade e da necessidade de qualificação profissional (desenvolver habilidade numa função específica) para, desse modo, ingressar no mercado de trabalho como trabalhadores fixos e poder dar uma condição melhor para sua família. Todavia, adquirindo hábitos urbanos e distanciando-se de suas origens e do modo de vida no campo.

Eu entrei como bituqueiro, trabalhei oito meses aí eles [a empresa] já resolveram me mudar de função [...] Eles exigem muito a parte de estudo. Então, se quiser ir pra frente na firma tem que estudar, nem que seja curso particular [...] O pessoal está indo atrás de curso profissionalizante, à distância por causa do horário, porque tem que rodar os três turnos pra poder ficar. (MARCIANO, entrevista – 24/10/2007, p.2).

O depoimento desse entrevistado ilustra, em parte, o que ora destacamos. A empresa dá “oportunidade” ao trabalhador que conclui a formação básica e faz cursos de qualificação profissional (no caso em questão de tratoristas e operadores de máquinas colheitadeiras), oferecendo novas funções. No entanto, a iniciativa deve partir do próprio trabalhador interessado na mudança, que tem que conciliar os horários do curso com os do trabalho efetuado em três turnos. Como os turnos são trocados esse trabalhador pode numa semana trabalhar à noite, noutra de manhã, noutra à tarde, impedindo-o assim de

⁴⁴¹ Mendonça (2004, p.29) faz essa observação quando discute a modernização da agricultura no Cerrado goiano e a exclusão/expulsão de camponeses e trabalhadores da terra do campo para a cidade.

⁴⁴² Durante a pesquisa empírica, vários trabalhadores migrantes entrevistados declararam possuir, ou sua família, uma pequena propriedade onde vive ou produz para a subsistência, quando não estão trabalhando no corte de cana. No período da colheita da cana, quando eles migram para o Centro-Sul, ou mesmo no Nordeste, quem toma conta da terra é a família.

⁴⁴³ Cf. MENDONÇA, 2004, p.29.

freqüentar um curso regular. Diante disso, a saída, como o entrevistado destacou é optar por um curso à distância ou de curta duração.

Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, a principal mão-de-obra encontrada nas lavouras de cana é migrante ou indígena. Esta última é mais expressiva, especialmente na região de Dourados e de Bataguassu, Nova Andradina e Brasilândia. No município de Brasilândia, por exemplo, onde está localizada a Unidade CBAA (Grupo José Pessoa), ex-Debrasa⁴⁴⁴, a maior parte da mão-de-obra empregada no corte de cana para a unidade processadora é indígena. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasilândia, na safra 2007/2008 a unidade contava com 600 indígenas na lavoura, mas estava recrutando trabalhadores da região, pois este número não era suficiente. O dirigente sindical declarou ainda, que em período anterior a empresa contratou cerca de 1.200 indígenas para o cultivo de cana.

Existe diferença em relação à contratação de trabalhadores indígenas e não indígenas (migrantes ou locais). De acordo com o Coordenador da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho, no estado de Mato Grosso do Sul⁴⁴⁵, Maucir Paulletti, toda empresa que contrata mão-de-obra indígena em Mato Grosso do Sul tem que assinar e cumprir um TAC (Termo de Ajuste de Conduta). Os contratos são efetuados para turmas de até 70 trabalhadores comandados por um líder denominado “cabeçante”, que é quem responde pela turma e possuem prazos determinados de 45 a 50 dias, ou seja, ao final de cada 45 ou 50 dias novas turmas são contratadas, havendo, portanto um revezamento. Esta normatização ocorre para que os aspectos culturais sejam respeitados.

No entanto, essas normas são descumpridas pelas empresas, caracterizando um quadro de precariedade e exploração do trabalho indígena sem precedentes. Segundo o Coordenador da Comissão, a CBAA (Ex-Debrasa), de Brasilândia é a que mais tem apresentado problemas na região e preocupado a equipe de investigação e fiscalização.

⁴⁴⁴ Sobre o trabalho indígena nas agroindústrias canavieiras e, de modo particular na DEBRASA, Ver: RIBEIRO, J.C. *A geografia da escravidão no território do capital*. (Dissertação de Mestrado). FCT/UNESP – Presidente Prudente, 2001.

⁴⁴⁵ Professor da Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande/MS. O mesmo concedeu entrevista durante pesquisa de campo, realizada em junho de 2007.

Brasilândia [entenda-se CBAA] é nosso calcanhar de Aquiles, que pese o seu tamanho o alojamento é zero, a forma como lidam com os trabalhadores é zero. Mesmo depois de tantas denúncias, tantas multas, a situação que nós tínhamos lá em 1990-91 não mudou nada meu Deus! Não, maquiou lá, aqui, mas no fundo! (PAULLETTI, entrevista - 19/06/2007, p.7)

O grupo José Pessoa, que além da unidade de Brasilândia possui a CBAA localizada em Sidrolândia, a segunda do grupo em Mato Grosso do Sul, não tem cumprido os TACs (Termos de Ajuste de Conduta) nem os acordos estabelecidos junto ao Ministério Público do Trabalho, em decorrência disso acumulou mais de dez milhões de reais em passivos que estão sendo executados pelo MPFT/MS⁴⁴⁶.

Faz-se importante destacar no caso do indígena, que além da superexploração da sua força de trabalho e da precarização das condições de trabalho, de moradia e alimentação comum aos demais trabalhadores, especialmente os migrantes, uma agravante se expressa na desestabilização dos referenciais inerentes a sua cultura, a sua língua e a sua forma de organização social.

Na desestruturação da correlação cultural dos índios com o meio a partir dos ingredientes técnicos desenvolvidos especificamente com esse intuito: dos instrumentos que criavam e manipulavam para melhor viver, passam os índios a se defrontarem com um conjunto de instrumentos técnicos encharcados de objetivos estranhos à sua tradicional reprodução objetivo-existencial (RIBEIRO, 2004, p.133).

Essa desestruturação se dá, à medida que os indígenas e seus territórios são inseridos na estrutura do sistema sociometabólico do capital, participando, portanto, do processo de realização do valor. Quase sempre mantidos sob condições de trabalho análogo ao trabalho escravo.

Diríamos em acréscimo, que a territorialização do capital agroindustrial canavieiro no estado de Mato Grosso do Sul, violentou profundamente as comunidades nativas ao avançar sobre seus territórios, transformando sob coerção e força física os homens indígenas em força de trabalho mal remunerada

(ou não-remunerada), por vezes escravizada e submetida a condições de trabalho, alojamento e alimentação subumanas, e destruindo de forma impiedosa a cultura desses povos. A desterritorialização provocada pela perda ou desestruturação dos referenciais físicos e simbólicos modificou assim, as “*formas de ser e estar geográficos*”. (RIBEIRO, 2004, p.135).

Arrebatados pela cultura do trabalho, portanto, para o processo de realização do valor “*afora as idas e vindas dos locais de trabalho extra-reserva, nas destilarias ou empresas ervateiras, os atos (práticas) e as imagens (imaginários) do social e do natural alteram-se*”, fazendo com que o trabalhador indígena se perca de sua identidade e, indefeso diante da nova realidade se torne vulnerável ao vício, especialmente do álcool, à depressão, ao suicídio, entre outros males.

Nesse sentido, Ribeiro destaca que:

Na síntese social de tantas desgraças: fome, pressões (a mulher e o restante da família que cobram soluções ao estado de penúria em que se encontram), desavenças, incompreensões, estupros entre si na reserva e do Outro na DEBRASA (as vitimadas mulheres estupradas da Vila Industrial, inclusive com funcionárias da empresa), desilusões e castrações de todos os tipos contribuem para que se rendam os índios ao suicídio, entre geralmente os mais jovens índios (até 25 anos) do sexo masculino, que cedo contraem conúbio e assumem chefia familiar, cedo também sofrem as pressões das responsabilidades mal resolvidas e traumatizantes. Mais que um suicídio físico, a morte [por enforcamento] explana a destruição espiritual desses [...] (RIBEIRO, 2004, p. 135).

Em 2006 foram registrados 19 suicídios ocorridos no Mato Grosso do Sul, dos quais 13 vítimas tinham entre 11 e 18 anos. Outras quatro tinham entre 20 e 23 anos e duas acima de 40 anos. Em 2007, o estado de Mato Grosso do Sul se destacou novamente com 22 suicídios contados entre indígenas⁴⁴⁷. Entre 2007 e 2008, no estado, as mortes por suicídio entre os indígenas sofreram um aumento de 53%, passando de 22 para 34 casos. Esses casos ocorridos em 2008 envolveram especialmente integrantes da etnia guarani Kaiowá, dos quais 25

⁴⁴⁶ Cf. Repórter Brasil – Relatório Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

⁴⁴⁷ Relatório Cimi – Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Cap. III e Cap. IV. - Violência por Omissão do Poder Público – 2006 – 2007. Disponível em: http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1208874062_3%20Relat%

vítimas possuíam entre 13 e 25 anos⁴⁴⁸.

A prioridade do governo do estado é promover o desenvolvimento do agronegócio, antes da pecuária e da soja e agora da cana-de-açúcar, em detrimento das nações indígenas que ficaram sem terras. Essa situação forçou milhares de indígenas a viverem confinados em pequenas reservas. Na região Sul do estado vivem mais de 35 mil indígenas da etnia guarani-Kaiowá. Só em Dourados, são mais de 12 mil índios dessa etnia que compartilham uma área de 3.500 mil hectares, na qual concentram os maiores índices de violência⁴⁴⁹.

Num estado⁴⁵⁰ onde 1% dos fazendeiros detém 36% das terras, o confinamento nas reservas e o não reconhecimento das terras indígenas, caracterizam uma situação de desterritorialização – territorialização – reterritorialização extremamente precária, pois se não bastasse a expulsão, a expropriação, a negação do direito a terra e, portanto, de manutenção do modo de vida (costumes e crenças) e de produção, eles são privados (por falta de espaço e apoio do poder público) de produzir o essencial para garantir o sustento das famílias, que sofrem com a fome, a desnutrição, a mortalidade infantil, conflitos diversos e suicídios de jovens. Diante desse contexto desterritorializante são forçados a ingressarem no mercado de trabalho capitalista como cortadores de cana, sob condições que atentam contra a vida, a dignidade e a organização sócio-cultural desses povos.

Apesar da normatização criada para conter os abusos nas contratações, nas condições de trabalho, bem como para minimizar os efeitos do distanciamento dos trabalhadores indígenas das aldeias sobre sua cultura, o

20Violencia%20-%202006-2007-%20Cap%20III%20e%20Cap%20IV.pdf

⁴⁴⁸ Relatório Cimi – Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Cap. III. - Violência por Omissão do Poder Público – 2008. Disponível em:

http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1242401298_cap%20III.pdf

⁴⁴⁹ CIMI Regional – Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/dev.php?system=news&action=imprimir&id=2019&eid=325>

⁴⁵⁰ Sabemos que os povos indígenas sofrem em todo Brasil com a desterritorialização, o desmantelamento do seu modo de ser e de produzir, a violência, a fome, o descaso do poder público, entre outras mazelas, que estão geralmente associadas à questão fundiária, grilagem de terras, madeiras, expansão do agronegócio etc. Os próprios Relatórios do CIMI denunciam isso em todos os estados brasileiros. Todavia, optamos por focar a discussão no estado de Mato Grosso do Sul, por julgarmos o mais representativo dos casos de morte por suicídio, assassinatos e desassistência à saúde. Também pelo fato de que neste estado várias comunidades indígenas foram cooptadas para o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar agravando ainda mais os problemas (ou gerando novos) já vivenciados por esses povos em decorrência da desterritorialização sofrida anteriormente, sobretudo a ocorrência de trabalho análogo ao trabalho escravo, precário e superexplorado.

cerco às comunidades indígenas, a resistência dos fazendeiros para impedir que novos territórios sejam criados (conforme já destacamos no capítulo III) e a expansão do agronegócio canavieiro, tendem a acentuar a já ameaçada cultura e organização social desses povos, atentando inclusive contra a vida dos índios trabalhadores⁴⁵¹. A falta de segurança, a superexploração e a violência, sobretudo contra os indígenas têm sido recorrentes em Mato Grosso do Sul.

Segundo dados do CIMI, mais da metade dos trabalhadores que foram resgatados em 2007, em condições análogas ao trabalho escravo, estavam inseridos na atividade canavieira. Ao todo foram 2.947 trabalhadores resgatados em apenas quatro usinas. Nesta lista de empresas figura a CBAA – Brasilândia, na qual foram encontrados 1.011 trabalhadores indígenas alojados em condições precárias. Mais ao sul do estado, na Destilaria Iguatemi também foram 498 trabalhadores, dos quais um terço era de trabalhadores indígenas.

Mediante esta ocorrência o grupo José Pessoa foi suspenso (medida estendida a todas as unidades do grupo) da lista de signatários do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo⁴⁵². Porém como houve reincidência em 2008, quando uma operação do Ministério do Trabalho e Emprego resgatou 55 trabalhadores submetidos à condição de escravidão por dívida, na Unidade Agrisul (do mesmo grupo), no município de Icém (SP), o grupo foi efetivamente excluído do Pacto Nacional.

No entanto, a exclusão do Pacto não foi suficiente para o grupo José Pessoa se redimir, pois, recentemente se envolveu em mais um caso de exploração de força de trabalho análoga à escravidão. O MPT flagrou no início de junho último, um grupo de 280 pessoas mantidas em condições análogas ao trabalho escravo, em área de cana produzida para fornecimento da CBAA- Unidade Santa Cruz, empresa do grupo em Campos dos Goytacazes/RJ. Desse

⁴⁵¹ Em dezembro de 2006 um jovem indígena da etnia Guarani Kaiowá, de apenas 15 anos, fora morto (degolado) no eito de cana, na fazenda que fornece cana para a Dcoil (Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda). Segundo a fonte consultada, o mesmo teria usado documento de outro indígena maior de idade para se registrar na empresa, sem o consentimento do pai. Cf. Repórter Brasil - Relatório Cana 2008. Disponível em: www.agrocumbustiveis.org.br

⁴⁵² Criado em 2005, o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo é composto por mais de 160 companhias, que se comprometem com o combate ao trabalho exercido sob condições análogas ao trabalho escravo, assumindo o compromisso de excluir de sua lista de fornecedores as empresas que forem flagradas fazendo uso de trabalho sob estas condições, a exemplo do que aconteceu com as empresas do grupo José Pessoa.

total quatro eram adolescentes (três com 16 anos e um com apenas 13) e 22 mulheres⁴⁵³.

Apesar de alegar que os trabalhadores eram contratados por uma empresa terceirizada e querer, assim, se eximir de qualquer responsabilidade (esses trabalhadores eram migrantes de origem alagoana, baiana, pernambucana e mineira e foram aliciados por “gatos”), especialmente com relação ao pagamento da rescisão contratual e das passagens de retorno para seus locais de origem; como o corte de cana-de-açúcar está ligado ao processo produtivo da unidade processadora e, portanto, deverá ser enquadrado como atividade-fim, o MPT moverá uma ação por danos morais pedindo indenização para o adolescente de 13 anos encontrado no corte da cana e uma ação civil coletiva para que o Grupo José Pessoa pague os trabalhadores⁴⁵⁴.

Entre as irregularidades constatadas quanto às condições de trabalho desses 280 trabalhadores, o grupo móvel que efetuou a operação destacou a falta de registro na Carteira de Trabalho e da Previdência Social, pagamento em desacordo com a legislação, não fornecimento de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), transporte irregular, locais inadequados para as refeições e falta de instalações sanitárias.

Um mês antes (maio 2009) o alojamento da Usina Santa Cruz já havia sido interditado quando um grupo de trabalhadores passou mal e foi detectada contaminação da água por *coliformes fecais*. O local, além de não estar de acordo com as normas de higiene e saúde, haja vista a água estar contaminada e a quantidade de material de higiene pessoal ser insuficiente para todos os trabalhadores. Não tinha armários para guardar ferramentas e pertences pessoais e quando chovia ficava alagado. Como se não bastasse, os 160 trabalhadores alojados que foram contratados em março, até então não tinham recebido salário⁴⁵⁵.

Após a fiscalização o alojamento foi fechado e os contratos de trabalho rescindidos imediatamente, porém o pagamento dos valores correspondentes só

⁴⁵³ Cf. PYL, 2009 – Pastoral do Migrante 26 de junho de 2009. Disponível em: http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=827:grupo-jose-pessoa-e-envolvido-em-3o-caso-de-trabalho-escravo&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=54

⁴⁵⁴ Idem.

⁴⁵⁵ Ibidem.

foi efetuado através de ação judicial. Aliás, esse é um problema recorrente da CBAA-Unidade Santa Cruz e de outras empresas do grupo José Pessoa, atrasar o pagamento, quebrar o contrato de trabalho, além de protelar o pagamento das rescisões de contrato dos trabalhadores, chegando ao limite de ter de pagar judicialmente.

Em 2007, quando estivemos no local durante pesquisa de campo, fomos informados pelos trabalhadores (conforme já destacamos anteriormente) que os atrasos no pagamento dos salários e das rescisões contratuais têm se tornado prática freqüente da Unidade Santa Cruz. Agora, no contexto da crise mundial e também de vários grupos/empresas agroindustriais canavieiras, o grupo alega dificuldade financeira para justificar os atrasos nos pagamentos.

Na unidade CBAA-Santa Olinda, em Sidrolândia/MS, 150 trabalhadores foram dispensados em abril de 2009 e ainda não receberam o pagamento referente à rescisão contratual. Os mesmos estão sem receber salário (e a segunda parcela do 13^º) desde dezembro de 2008. Mediante os atrasos e a insegurança de não receber, os trabalhadores estão movendo ação judicial contra a empresa. O grupo tem sido inadimplente até com os arrendatários de terras para o cultivo de cana. Segundo a FAMASUL (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), cerca de 40 produtores (pequenos e médios) que arrendaram terras para a Unidade Santa Olinda, estão sem receber pela renda a um ano⁴⁵⁶.

As restrições para as empresas que cometem crime de trabalho análogo à escravidão, que atenta contra os Direitos Humanos, não se restringem a multas, ou exclusão do Pacto Nacional, elas podem ser aplicadas à comercialização dos produtos e a aquisição de empréstimos/financiamento públicos. Se essas restrições são levadas a sério é outra questão que requer, no entanto, investigação. Sabe-se que algumas empresas distribuidoras de combustíveis como a Petrobrás, a Texaco, a Esso e a Ipiranga, por exemplo, que fazem parte do Pacto Nacional, usam a chamada “lista suja” para “boicotar” o

⁴⁵⁶ Cf. PYL, 2009 – Pastoral do Migrante 26 de junho de 2009. Disponível em: http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=827:grupo-jose-pessoa-e-envolvido-em-3o-caso-de-trabalho-escravo&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=54

álcool produzido por empresas que cometem este tipo de infração ⁴⁵⁷.

No entanto, existem outras que não são signatárias do Pacto Nacional e que acabam comprando, é o caso, por exemplo, Petromarte, da Exxel e da Energy. Essas distribuidoras paulistas compraram álcool da Usina Alcopan, em Poconé (MS), que entrou para a “lista suja” em 2006 por manter 318 trabalhadores em condição análoga ao trabalho escravo ⁴⁵⁸.

Vê-se, pois, que o trabalho assemelhado ao trabalho escravo não afeta somente os trabalhadores indígenas, essa forma de escravidão contemporânea envolve milhares de trabalhadores no Brasil, em particular trabalhadores que migram de um estado para outro, muitas vezes iludidos por falsas promessas. Com a expansão canavieira dos últimos anos, apesar do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério Público e Superintendências Regionais do Trabalho terem intensificado o trabalho de fiscalização e autuações no país ⁴⁵⁹, entre 2005 e 2008 houve 42 operações de resgate de trabalhadores mantidos sob essa condição de trabalho na atividade canavieira. Em 2007, de um total de 5.968 trabalhadores libertados de trabalho análogo ao trabalho escravo, 3.060 (51%) estavam ligados à atividade canavieira.

Dados levantados pela CPT e divulgados no Relatório Cana 2008 ⁴⁶⁰ destacam que dos 214 empregadores flagrados cometendo esse tipo de crime no referido ano, o agronegócio canavieiro responde por 19 (9%), ficando atrás da pecuária com 85 (40%) e das carvoarias com 38 (18%). Em relação ao número de trabalhadores resgatados nessa condição em 2008, de um total de 5.244 trabalhadores, 2.553 (49%) trabalhavam nas lavouras de cana, enquanto na pecuária foi 1.026, o equivalente a 20% desse total, o que demonstra que o agronegócio canavieiro lidera não em número de casos, mas em quantidade de trabalhadores resgatados (Tabela 14).

⁴⁵⁷ Cf. Repórter Brasil – Relatório Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

⁴⁵⁸ Idem.

⁴⁵⁹ Apesar de em muitos locais não haver profissionais suficientes e estrutura (veículos, recursos etc) para atuar de forma mais sistemática no combate a essas irregularidades, conforme declarou o Coordenador da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho de Mato Grosso do Sul. Além dos casos de omissão e conivência por parte de alguns fiscais (esse aspecto foi percebido/lido nas entrelinhas das entrevistas efetuadas com representantes da sub-delegacia regional do trabalho, em Uberaba/MG e da Procuradoria Regional do Trabalho de Uberlândia/MG).

⁴⁶⁰ Cf. Repórter Brasil – Relatório Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

A diferença entre esse segmento produtivo e os demais citados é que o contingente de trabalhadores empregados nas lavouras de cana é muito grande, assim, enquanto numa operação realizada em áreas de cultivo de cana são resgatados mais de mil, numa operação efetuada em fazenda de pecuária extensiva o número de trabalhadores é menor, apesar do nível de degradação ser maior⁴⁶¹.

Tabela 14 – Casos de trabalho análogo ao trabalho escravo no Brasil, por atividade - 2008

Atividade	Casos denunciados	Casos fiscalizados	Trabalhadores envolvidos	Trabalhadores libertados
Desmatamento	7	7	99	83
Pecuária	137	85	1.740	1.026
Reflorestamento	19	18	264	248
Extrativismo	5	5	68	49
Cana-de-açúcar	19	19	2.553	2.553
Outras lavouras	35	30	876	720
Carvão	48	38	1.252	410
Outro & n.i.	14	12	201	155
Total	284	214	7.053	5.244

Fonte: CPT/Repórter Brasil 2008. Adaptação: OLIVEIRA, A.M.S. de.

Faz-se importante salientar que a maioria desses casos se concentra na região Centro-Sul, responsável pela maior parte da produção canavieira do país, especialmente nas principais frentes de expansão do agronegócio, entre as quais o estado de Mato Grosso do Sul é o maior protagonista. De 2005 a 2008⁴⁶² o estado de Mato Grosso do Sul liderou, no Centro-Sul, o *ranking* de ocorrências de trabalho nessa condição com 1.635 trabalhadores resgatados, seguido por Mato Grosso com 1.070, Goiás com 873, Minas Gerais com 415 e São Paulo com 161. No restante do país foram registrados, no mesmo período, casos no Pará onde foram resgatados 1.064 trabalhadores, em Alagoas com 656 trabalhadores e Ceará com 156.

Esses trabalhadores desterritorializados pela expropriação dos meios de produção, em especial a terra, ou por não terem condições de produzir e de

⁴⁶¹ Cf. Repórter Brasil – Relatório Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.org.br

⁴⁶² Idem.

garantir o sustento da família mesmo tendo a terra (devido às condições climáticas, falta ou deficiência de políticas públicas para apoio técnico e financeiro etc.) vivenciam as mais degradantes condições de trabalho, alimentação e moradia, revelando o lado mais perverso e contraditório do sistema metabólico do capital.

Nesse contexto de reestruturação e de mundialização, o capital ao mesmo tempo em que assenhora-se da subjetividade do trabalho executado sob modernas bases tecnológicas também se apropria das formas mais aviltantes de trabalho, mantendo sob seu jugo, trabalhadores escravizados por dívidas que eles não constituem, sem remuneração ou precariamente remunerados.

Desse modo os trabalhadores são desterritorializados duplamente, primeiro pelas condições que os fizeram sair de seus locais de origem, segundo porque na nova territorialização são destituídos dos direitos essenciais como trabalhadores e como seres humanos. Ao serem submetidos a longas jornadas de trabalho, a tarefas árduas, a privação do direito de ir e vir, ficando muitas vezes incomunicáveis com outros territórios que não aquele sob o controle do capital, vivencia assim uma territorialização tão precária quanto a que os motivou a migrar.

4.1.1 – Desterritorialização e precariedade no cotidiano do trabalhador migrante: a moradia em questão

Os trabalhadores que não são submetidos às formas assemelhadas de trabalho escravo, também sofrem com a superexploração de sua força de trabalho. Expropriados de suas terras ou privados de condições básicas de subsistência junto de suas famílias, ao migrarem para as principais frentes canavieiras são transformados em sujeitos, cuja condição humana lhes é negada.

No contexto de superexploração em que são inseridos, sofrem com ameaças, retaliações e inúmeras irregularidades na remuneração (o não cumprimento da tabela de preço da cana por tipo e por tonelada é a reclamação mais comum dos trabalhadores), desrespeito ao descanso semanal, falta ou

inadequação dos equipamentos de proteção, excesso de jornada⁴⁶³. Como se não bastassem essas e tantas outras irregularidades no trabalho, a alimentação e a moradia/alojamentos dos trabalhadores migrantes geralmente precárias, também têm motivado denúncias, fiscalizações e autuações por parte do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público.

Existem alojamentos que não têm instalações adequadas para os trabalhadores dormirem, guardarem seus pertences, se alimentarem ou terem algum tipo de lazer, quando não estão trabalhando. Há casos em que o confinamento nos alojamentos reflete até mesmo um sistema de semi-escravidão⁴⁶⁴.

As empresas que possuem trabalhadores na condição de alojados são sempre resistentes à entrada de órgãos de fiscalização, como o Ministério Público, por exemplo, do sindicato que representa esses trabalhadores e até mesmo de pesquisadores (como foi o nosso caso, em várias usinas que visitamos, no Nordeste). Isso se explica pelas péssimas condições de higiene, alimentação e acomodação dos trabalhadores nos alojamentos das empresas agroindustriais canavieiras e de fornecedores em várias partes do Brasil. Os Relatórios efetuados pela Promotoria Pública e pela Plataforma DHESC⁴⁶⁵ revelam que a relutância das empresas em expor esses alojamentos para entidades e pesquisadores, já denuncia a precariedade das condições encontradas nos alojamentos. Conforme podemos constatar através do trecho extraído de um dos relatórios DHESC:

As condições do alojamento se aproximam a de uma prisão. Em cada quarto existem 3 ou 4 camas. Os cômodos não têm janelas e as portas se abrem todas para um corredor interno. A área onde é feita a lavagem dos utensílios de trabalho é a mesma onde se lavam as marmitas e onde se obtém água para consumo individual. A presença de funcionários da empresa, durante todo o tempo em que estivemos no alojamento foi intensa, tentando impedir o acesso

⁴⁶³ Mais detalhes ver: Thomaz Junior, 2009, Volume 1, Parte II.

⁴⁶⁴ Sobre esse assunto, Thomaz Júnior (1989) traz ao debate as péssimas condições de vida dos trabalhadores envolvidos no corte de cana na região de Ribeirão Preto-Jaboticabal, em meados dos anos 1980, momento da eclosão do movimento de Guariba, que, inclusive, colocou em questão as formas bárbaras com que os trabalhadores eram tratados pelos maiores empresários do setor, à época, sendo que hoje esse quadro persiste com piores manifestas.

⁴⁶⁵ DHESC é uma Plataforma da Relatoria Nacional, que produz/apresenta Relatórios Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais. A Professora Maria Aparecida de Moraes Silva extraiu alguns trechos desses relatórios apresentados em Audiências Públicas e os citou no artigo intitulado “A morte ronda os canaviais paulistas”. In: **Revista Reforma Agrária –ABRA**. Vol. 33, n.2 – ago.-dez., 2006.

livre aos trabalhadores. (DHESC, apud SILVA, 2006, p. 132).

Nesse sentido, cabe destacar que durante as pesquisas de campo em que visitamos as unidades agroindustriais canavieiras, notamos um grande cuidado dos funcionários e dirigentes que nos receberam tanto com relação às visitas às frentes de corte, como aos alojamentos. Algumas disseram não ter trabalhadores alojados, outras se limitaram a mostrar fotos de supostos alojamentos (bem cuidados)⁴⁶⁶, alegando, estrategicamente, que estes ficam muito longe da usina e, desse modo, não teriam como nos levar até o local.

Outras sequer permitem acesso livre de visitantes a esses alojamentos. Foi o caso da Unidade Usaciga, em Cidade Gaúcha (PR), insistimos com um dos representantes da empresa para conhecermos o alojamento por dentro, mas este não permitiu a visita. Tentamos entrar mesmo sem autorização, mas fomos barrados por um dos seguranças, armado, que fazia a vigilância do local.

As empresas que autorizaram visitas cuidaram para que fôssemos acompanhados por seguranças ou outros funcionários da empresa até um alojamento mais próximo e melhor cuidado, a fim de nos “despistar”. Foi o caso da Usina Trapiche, em Sirinhaém (PE), pois na época a empresa dispunha de quatro alojamentos, mas o técnico de segurança nos levou no que estava localizado mais próximo da unidade processadora e também mais adequado aos olhos da fiscalização e de pesquisadores. À primeira vista não apresentava nenhum inconveniente, especialmente se comparado a outros locais que visitamos ou dos quais se têm notícias. Era organizado, com cozinha, refeitório com televisão e quartos com duas fileiras de beliches (de ferro) de cada lado, sem janelas, porém com duas portas, sendo uma para dentro e outra para fora (Foto 27). Todavia, como no horário da visita os trabalhadores, que eram migrantes do Rio Grande do Norte, ainda não tinham chegado da lavoura, não tivemos como entrevistá-los e sentir qual era a real condição dos mesmos. Como tinha alguns trabalhadores na cozinha preparando o jantar da turma (Foto 28), decidimos fazer algumas perguntas

⁴⁶⁶ Foi o caso da Usina Santa Teresa/PE. O Gerente de Recursos Humanos possui, estrategicamente, em seu computador, fotos de alojamentos bem cuidados, para mostrar aos visitantes. Dizemos que essa atitude é estratégica, porque ouvimos do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município que a referida empresa mantinha trabalhadores em alojamentos com péssimas condições, tendo sido alertada várias vezes pelo Ministério Público.

basicamente sobre o funcionamento da cozinha, quantas refeições eles preparavam e sobre o cardápio. Percebemos certa apreensão/inquietação por parte da pessoa que nos acompanhava, se apressando em nos levar de volta para a usina.

Acreditamos que nesse caso as empresas utilizam duas estratégias básicas: a presença de um representante da unidade processadora junto com o visitante para intimidar os trabalhadores na hora de dar entrevista; levar o visitante a um alojamento próximo da usina e bem cuidado para desviar a atenção dos que estão em condições inadequadas, encravados no meio dos canaviais e longe da fiscalização.

**Foto 27 – Alojamento da Usina Trapiche
Quarto com beliche**



**Foto 28 – Alojamento da Usina Trapiche
Cozinha**



Fonte: Pesquisa de Campo – Nordeste/2006

Com isso impede-se que os trabalhadores oprimidos manifestem sua insatisfação, mesmo nos alojamentos onde a precariedade é evidente. Isso dificulta a defesa dos direitos desses trabalhadores, bem como o esclarecimento sobre a realidade que cerca as relações de trabalho no corte manual da cana-de-açúcar no Brasil.

Na Energética Santa Helena, em Nova Andradina (MS), passamos por situação semelhante. Fomos autorizados a visitar os alojamentos onde ficavam trabalhadores migrantes do Nordeste e de Minas Gerais, mas tivemos o acompanhamento de um representante da empresa (supervisor de segurança do trabalho). Apesar de a mesma possuir outros alojamentos, inclusive com indígenas, nos autorizou a visitar somente o complexo (um alojamento típico com quartos e banheiros coletivos, refeitório e cozinha e, no entorno várias casas separadas) que estava mais próximo da unidade e, conforme pressupomos, deveria se encontrar em

condição melhor que os demais (Fotos 29 e 30).

Foto 29 - Alojamento principal



Fonte: Pesquisa de Campo – agosto/2007

Foto 30 - Casas separadas



Ao contrário do alojamento da Usina Trapiche/PE, na Energética Santa Helena (MS) possui quartos pequenos com telhas de “brasilit” (muito quente para o clima e temperatura da região) e com uma pequena janela/vitrô que oferece pouca ventilação (Foto 31). A disposição dos objetos e roupas nos quartos evidencia que a organização dos mesmos é de responsabilidade dos próprios trabalhadores.

Foto 31 – Alojamento da Energética Santa Helena/MS



Fonte: Pesquisa de Campo – agosto de 2007

Faz-se importante destacar que os alojamentos (e isso não só no âmbito das empresas agroindustriais canavieiras, mas também de outras) constituem espaços de efetiva dominação e controle do trabalho pelo capital. Nestes o controle

é exercido não somente sobre a existência produtiva dos trabalhadores, mas também pessoal.

O sistema de alojamentos foi uma extensão da racionalização (no sentido weberiano) das necessidades da indústria. Nesta, os ritmos do trabalho, a natureza dos turnos e as horas de descanso dos trabalhadores são uma parte essencial do ciclo de trabalho planejado e racionalizado. É uma forma orgânica de controle (SITAS, 1985, p. 375 *apud* MENEZES, 2002, p. 145).

Os trabalhadores são mantidos sob constante vigilância de encarregados das turmas e de seguranças, devendo seguir à risca todas as normas estabelecidas, inclusive de horários de saída/chegada do alojamento em dias de folga. Dentro dos alojamentos os trabalhadores ficam totalmente à mercê dessas empresas. Assim, diante de qualquer manifestação de insatisfação por parte destes, a coerção, a força, a violência, o abuso de poder, por parte de seguranças e até da Polícia (muitas vezes conivente) são usados para contê-los. Foi o que aconteceu, por exemplo, com um grupo de trabalhadores migrantes da CBAA - Usina Santa Cruz (grupo JPessoa), em Campos dos Goytacazes/RJ em 2007. Vários deles já tinham sido dispensados e aguardavam o acerto (rescisão do contrato de trabalho) para retornar aos seus locais de origem, no entanto, como a empresa estava atrasada e protelando a realização desse acerto, os trabalhadores indignados, reclamaram para um dos representantes da empresa que se fizera presente no alojamento, fato que gerou discussão e resultou na prisão de um deles.

Revoltados, esses trabalhadores (conforme já destacamos no item anterior) foram até o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (ocasião em que estávamos presentes) para solicitar que o dirigente sindical interviesse junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e/ou Ministério Público, no sentido de que o trabalhador fosse liberado da prisão e da acusação, haja vista segundo seus colegas este ter apenas reclamado seus direitos.

O controle é exercido por essas empresas agroindustriais canavieiras, também no sentido de distanciar os trabalhadores dos sindicatos e dos órgãos de fiscalização, cerceando seus direitos trabalhistas e de cidadãos. Nesses casos em que ficam isolados em alojamentos, os mesmos não acompanham a dinâmica social das cidades onde estão residindo, mesmo que temporariamente. Desse modo criam-se em torno desses trabalhadores não apenas barreiras territoriais, mas

também limitações que os impedem de exercitarem de forma plena as trocas simbólicas com a vida nas cidades.

Durante a pesquisa de campo foi possível detectar também, (em todos os estados visitados), que existem várias formas de moradia onde esses trabalhadores ficam alojados e que o grau de precariedade varia independente da forma. As principais detectadas são: 1) alojamentos construídos pelas próprias empresas agroindustriais, no meio dos canaviais ou próximos a planta fabril; 2) casas construídas e/ou alugadas pelas próprias empresas (esta última é mais comum no Centro-Sul, já a primeira foi mais encontrada no Nordeste, onde ainda prevalece as antigas vilas, ou “arruados”⁴⁶⁷, no entorno das usinas); 3) pensões alugadas pelos trabalhadores ou pela unidade processadora, ou ainda casas alugadas por grupos de trabalhadores já conhecidos de outras safras, ou oriundos dos mesmos municípios/estados.

Em virtude das inúmeras irregularidades associadas a essa forma de moradia e da fiscalização tem empresas abdicando dos alojamentos e preferindo que os trabalhadores fiquem alojados em casas dentro da cidade. Essa é uma estratégia para despistar a fiscalização, pois os trabalhadores acabam de alguma forma, se misturando aos demais moradores e, assim a precariedade da moradia camuflada. Percebemos isso durante a pesquisa de campo, pois tínhamos que andar muito na cidade e perguntar para inúmeros moradores sobre a localização desses trabalhadores para poder encontrá-los, às vezes nem os dirigentes sindicais sabiam ao certo onde se localizavam as casas (isso ficou mais evidente em diversos locais visitados no estado de Goiás).

Há casos, inclusive em que são utilizadas duas ou três casas em um mesmo quintal, porém escondidas atrás da fachada de estabelecimentos comerciais como mercados, lanchonetes e, sobretudo bares. Essa estratégia é adotada pelas empresas ou agenciadores (que induzem os trabalhadores a declararem que eles próprios alugaram as casas) para tornar menos evidente a presença dos migrantes aos olhos da população local e evitar que a fiscalização tome conhecimento dessas moradias e, principalmente de possíveis irregularidades. Casos desse tipo foram constatados na cidade de Guariba, no

⁴⁶⁷ O termo no Nordeste é usado para definir um tipo de moradia composto por várias residências independentes, porém com paredes germinadas.

estado de São Paulo, onde visitamos (acompanhados de um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais) algumas casas ocupadas por trabalhadores, predominantemente do estado do Maranhão,

O fato das casas ficarem no quintal desses estabelecimentos comerciais, no caso aqui exemplificado um bar (Foto 32), constitui-se uma tentação ao consumo de bebida alcoólica e mesmo de outros produtos e, inclusive, um risco de os trabalhadores se endividarem.

Foto 32- Fachada de bar disfarça moradias – Guariba/SP



Fonte Pesquisa de Campo – agosto/2008

Não é regra (até porque as denúncias de precariedade em alojamentos construídos e sob controle direto das unidades processadoras são muitas), mas geralmente, as casas alugadas pelas usinas, agenciadores ou pelos próprios trabalhadores, apresentam também grandes evidências de precariedade quanto à localização, às condições de higiene, infra-estrutura e alimentação (Fotos 33 e 34).

Foto 33 – Alojamento da Us. Monte Alegre (PB)

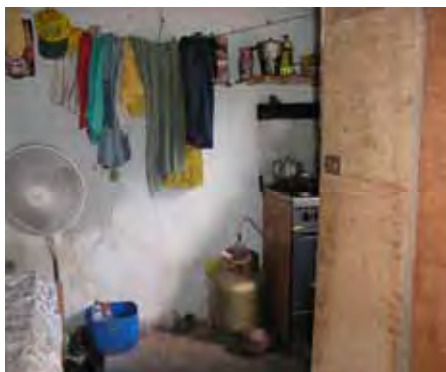


Foto 34 – Casa alugada por Trabalhadores - Us. Delta (MG)



Fonte: Pesquisa de Campo – Paraíba nov./2006 e Minas Gerais out./2007

A maioria das casas que visitamos, além de fisicamente expressarem aspecto descuidado e/ou de degradação, apresentava irregularidades tais como trabalhadores sem cama e dormindo em redes ou colchões rasgados (Foto 34) e sem lençol no chão; alimentos (da cesta básica) amontoados no chão junto com os colchões, falta de higiene no ambiente, banheiros/sanitários, cozinhas e paredes sujas); roupas esparramadas por toda parte, fogões e botijões de gás (Foto 33) ao lado da cama ou colchão de dormir oferecendo risco aos trabalhadores; panelas sujas e potes de alimentos espalhados pelo chão (Foto 35).

Foto 35 – casa alugada por trabalhadores migrantes alagoanos Usina Vale do Paranaíba (MG)



Fonte: Pesquisa de Campo – Minas Gerais - out./2007

Na maioria dos estados visitados nos deparamos com essa realidade,

mas foi em Goiás que encontramos mais moradias onde os trabalhadores não tinham camas e dormiam em colchões no chão em meio à sujeira, às roupas e os alimentos (de cesta básica) esparramados. Na cidade de Joviânia (GO), por exemplo, visitamos casas em que os trabalhadores estavam dormindo nessa situação e ao questionarmos a respeito estes acabaram admitindo a intermediação de um “gato” na vinda e na contratação deles, culpando-o pela falta de camas. Foi aí que tivemos certeza de que nem sempre quando os trabalhadores dizem que vieram por conta própria e que foram eles que alugaram as casas, estão falando a verdade.

Segundo os trabalhadores, o agenciador entra em contato com eles em seus locais de origem e pede para que venham sob a promessa de encontrarem “casa equipada” e garantia de emprego. Quando estes chegam, ele (o “gato”) intermedia a contratação com a empresa, que lhe paga uma porcentagem por cada um que agencia. Todavia, o que ocorre é que nem as condições de trabalho nem de moradia são as prometidas, deixando-os insatisfeitos e tendo que viver na situação que verificamos.

Quem adentra empiricamente o universo degradante das moradias e alojamentos, consegue apreender a dimensão do processo de exploração, dominação, desqualificação e subestimação da condição humana desses trabalhadores.

O alojamento é o prolongamento daquilo que se observa no eito dos canaviais. Amontoados em quartos escuros, mal ventilados, sujos, esse homens sentem o peso de serem mercadoria barata num mundo em que os direitos apenas existem no papel (SILVA, 2000; MENEZES, 2000 *apud* SILVA 2004, p.54).

A superexploração e o ritmo de trabalho a que esses trabalhadores são submetidos diariamente provocam inúmeros malefícios a sua saúde (dores, câimbras, desmaios, problemas na coluna etc.), inclusive a morte (por exaustão) de vários deles⁴⁶⁸. Mas o desenraizamento (mesmo temporário) de seus locais de origem, o distanciamento da família, o isolamento, a pressão psicológica e o controle exercido pelo capital sobre sua força de trabalho, a precariedade em que vivem nas moradias e alojamentos e a insatisfação causam doenças também na alma desses

⁴⁶⁸ Cf. Pastoral do Migrante. Disponível em: <http://www.pastoraldomigrante.com.br/>

trabalhadores, as quais se manifestam, por exemplo, através do vício, seja do consumo de bebidas alcoólicas (conforme verificamos) ou de outras drogas (maconha, *crak* etc.), como destaca Silva (2006, p. 126) ⁴⁶⁹.

Mesmo morando em residências alugadas dentro das cidades e áreas periféricas, esses trabalhadores têm pouco contato com a dinâmica social do espaço urbano. Como muitos deles se sentem estigmatizados pela população local como migrantes, sujos, arruaceiros (em associação ao uso de bebida alcoólica e discussões), preferem se relacionar social e afetivamente com seus “iguais”, limitam-se basicamente ao universo do trabalho e da moradia.

Essa queixa foi efetuada, por exemplo, por trabalhadores migrantes da construção civil, alojados na cidade de Jataí (GO) para a construção da Unidade Cosan e, sobretudo por trabalhadores migrantes cortadores de cana da Usina Caçú, alojados em várias casas na cidade de Joviânia (GO). Estes alegaram sofrer discriminação por parte da população local, que os tratam com indiferença.

O fato de estarem distantes das famílias e isolados das práticas sociais desenvolvidas pelo conjunto da população das cidades onde ficam alojados, esses trabalhadores não tem opção de lazer nos dias de folga e, sobretudo nos finais de semana, restando-lhes duas opções: os que gostam vão tomar bebida alcoólica no bar (ou levam para tomar em casa) e os demais apenas assistem televisão.

Essa declaração foi dada por vários trabalhadores do corte de cana alojados em casas com pequenos grupos na cidade de Capinópolis (MG), de Joviânia (GO), bem como por trabalhadores contratados por empreiteiras para a construção de unidades processadoras, em Joviânia (GO) e Jataí (GO). Em alguns desses alojamentos flagramos várias garrafas vazias que evidenciam o consumo de bebida alcoólica, e mesmo a presença de trabalhador embriagado⁴⁷⁰. Apesar dos trabalhadores não se intimidaram em confirmar que vários de seus colegas fazem uso de bebida alcoólica, fizeram questão de ressaltar que isso ocorre geralmente nos finais de semana.

Quando os trabalhadores são contratados por empreiteiras, as empresas

⁴⁶⁹ Cf. Revista **Reforma Agrária**, vol.33, nº 2, ago/dez, 2006.

⁴⁷⁰ Este caso foi constatado num alojamento de trabalhadores, na cidade de Joviânia (GO). Os mesmos foram contratados para a construção da Usina Vale Verde – Unidade Bom Sucesso, no município vizinho de Goiatuba (GO). O trabalhador embriagado fora demitido fazia vinte dias e o “acerto” ainda não tinha sido realizado. Como estava no alojamento aguardando somente a rescisão do contrato, portanto ocioso, a fuga

agroindustriais canavieiras não exercem controle direto sobre eles nos alojamentos, sendo o comando efetuado por alguém imediatamente superior (os encarregados, por exemplo). Situação semelhante também ocorre com os trabalhadores das lavouras de cana, que moram em casas alugadas nas cidades e que, em função disso sofrem menos controle da empresa contratante. Desse modo, a ideologia do controle e disciplinamento da força de trabalho é menos rígida nesses alojamentos do que naqueles mantidos nas proximidades das unidades processadoras e sob constante vigilância.

Faz-se importante, porém enfatizar que quando fazemos referência ao uso de bebida alcoólica por esses trabalhadores não temos a pretensão de denegrir a imagem dos mesmos, mas ressaltar que isto é mais um desdobramento da condição social, da desterritorialização que esses trabalhadores sofrem e da situação precária nas áreas canavieiras para onde migram, na qual se inclui as moradias e alojamentos. Assim, distantes da família, isolados da comunidade local, sob pressão no trabalho e controle das empresas contratantes e sem opção de lazer, esses trabalhadores ficam vulneráveis e encontram na bebida alcoólica uma forma de “descarregar” suas insatisfações.

Além disso, os trabalhadores migrantes são discriminados por serem vistos por moradores das cidades e até pelo poder público como uma ameaça ao emprego e à tranquilidade da população local. Aqueles que residem nos municípios canavieiros, especialmente no estado de São Paulo, resistem à chegada dos migrantes, por acreditarem que estes vêm para “tirar” seus empregos⁴⁷¹. E isso, de fato ocorre porque tem empresas que dão preferência aos trabalhadores migrantes por julgarem-nos mais esforçados, mais produtivos e em alguns casos (dependendo da origem) menos politizados, portanto, menos propensos a mobilizações e reivindicações.

A discriminação em relação aos trabalhadores migrantes está presente também no meio sindical. Como expressa a fala de um sindicalista: “O fluxo de migrantes tem impacto direto na tradição local. O pessoal do Oeste de São Paulo já perdeu até o sotaque e reclama que agora nas rádios locais só se escuta forró

foi a bebida.

⁴⁷¹ Esse aspecto ficou mais evidente no estado de São Paulo, particularmente durante a Pesquisa de Mestrado concluída em 2003.

(ritmo típico do Nordeste)”⁴⁷² (RODRIGUES; ORTIZ, 2006, p.04).

Em 2008, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo publicou uma portaria⁴⁷³ determinando que todas as unidades agroindustriais canavieiras cadastrassem junto à Vigilância Sanitária de cada município, os alojamentos e residências coletivas que abrigarão os trabalhadores empregados nas lavouras de cana durante a colheita. A medida visa conter a precariedade comum nas condições de moradias desses trabalhadores. Com o cadastramento a fiscalização e o controle das condições de cada uma dessas residências e/ou alojamentos ficará mais fácil de ser efetuado pelos técnicos da Vigilância Sanitária⁴⁷⁴. Caso sejam detectadas irregularidades durante as vistorias as empresas serão notificadas, porém se não cumprirem as exigências estabelecidas reincidindo nas irregularidades serão multadas, com autuações que poderão chegar a R\$ 148.800,00.

No Triângulo Mineiro é expressiva a presença tanto de trabalhadores que vivenciam o processo de desterritorialização-reterritorialização temporariamente como de trabalhadores, que cansados de tanto ir e vir durante várias safras acabam trazendo suas famílias ou formando outras no local. Nesse caso, a vinda da família não torna a nova territorialização menos precária do que daqueles que ficam em moradias ou alojamentos sem família, devendo a melhoria ocorrer basicamente do ponto de vista afetivo-subjetivo dado à satisfação de ter a família próxima. Em termos de moradia e condição socioeconômica praticamente não há mudança, e quando existem são pouco perceptíveis. A nova configuração espacial expressa nas periferias das cidades, palcos da mobilidade dessa força de trabalho e, portanto, de sua reterritorialização reforça o que ora afirmamos.

Assim, uma das faces da territorialização precária, principalmente daqueles trabalhadores que decidem morar com suas famílias, se expressa nas condições das moradias, que possuem uma característica peculiar, qual seja: são aglomerados de cômodos, que eles denominam de “barracos”, construídos nos bairros periféricos com a finalidade exclusiva de abrigá-los.

⁴⁷² Essa fala é de um sindicalista do SER de Andradina (SP). Extraído do Dossiê intitulado “Em direção à sustentabilidade da produção de etanol de cana de açúcar no Brasil”. Disponível em: <http://www.pastoraldomigrante.org.br/artigo14.html>.

⁴⁷³ Ver: Diário Oficial do Estado, 02 de janeiro de 2008.

⁴⁷⁴ Cf. Jornal O Imparcial – Caderno Regional/Policial, 4-B. Presidente Prudente, 23 de janeiro de 2008.

Na periferia da cidade de Delta/MG⁴⁷⁵, por exemplo, o aglomerado de barracos que conhecemos é constituído por um prédio inacabado e dividido em vários cômodos (Fotos 36 e 37) com entradas individuais. Cada um deles é alugado para abrigar ou uma família, ou um trabalhador sozinho ou um grupo de trabalhadores.

Fotos 36 e 37 - Cômodos de alvenaria e esgoto a céu aberto – Delta/MG



Fonte: pesquisa de campo - out./2007.

Cada família ou grupo de trabalhadores aluga um cômodo, que possui a função de quarto, sala e cozinha. Desse modo, a cama, o berço da criança, o fogão com botijão, a geladeira, os mantimentos e as pessoas ocupam o mesmo cômodo. Soma-se a isso uma agravante: a ausência de saneamento básico, expressa no esgoto que corre a céu aberto onde crianças brincam e pisam de pés descalços.

Na cidade de Palmares Paulista (SP), encontramos aglomerados de cômodos⁴⁷⁶, com características um pouco diferentes dos encontrados em Delta (MG). No que visitamos, a casa do proprietário fica na frente e os cômodos são construídos nos fundos (Foto 38). Na ocasião da visita existiam quatro cômodos,

⁴⁷⁵ Essa é uma realidade que está presente nos municípios canavieiros do estado de São Paulo, a exemplo de Ribeirão Preto, e outras regiões para onde o deslocamento dos trabalhadores migrantes para as áreas tradicionais tem sido mais intenso ao longo de várias décadas. No entanto, esse fenômeno está se revelando também nas outras regiões e estados do país onde o processo de expansão ganhou expressividade na última década. Cabe registrar, que na cidade de Uberaba há um bairro formado basicamente por trabalhadores nordestinos, que de tanto ir e vir acabaram se fixando com suas famílias no local. Essa informação foi concedida pela presidente do STR de Uberaba, mas não tivemos tempo hábil para irmos até lá durante a pesquisa de campo realizada em novembro de 2007.

⁴⁷⁶ Diferentemente da cidade de Delta/MG, onde os cômodos são denominados de “barracos”, em Palmares Paulista/SP os mesmos recebem o nome de “puxados”.

dos quais dois eram alugados por famílias que haviam fixado residência na cidade e dois por grupos de trabalhadores que permanecem no local somente durante a safra.

O proprietário da casa e dos cômodos alugados disse ser comum em Palmares Paulista as pessoas que têm casa construir cômodos individuais no mesmo quintal para alugar para os trabalhadores migrantes e suas famílias. Isso se explica pela forte concentração da atividade canavieira na região, que provocou um intenso fluxo migratório e aumentou a demanda por moradia nas cidades, fazendo com que a população local percebesse que a construção de cômodos para alugar constituiria uma fonte de renda, se não a única pelo menos um complemento.

Foto 38 - Aglomerado de cômodos individuais alugados para trabalhadores migrantes – Palmares Paulista/SP



Fonte: Pesquisa de Campo – ago./2008

Um aspecto a ser também destacado no contexto de territorialização precária desses trabalhadores é que eles procuram reunir nesses espaços pessoas próximas por laços familiares, de amizade ou de pertencimento a uma mesma cidade/município de origem. No caso de Palmares Paulista, por exemplo, entrevistamos um grupo de três trabalhadores, dois irmãos e um primo, que dividiam o mesmo cômodo. Essa escala de relações restrita a um pequeno grupo de “iguais”, na origem e na condição de migrantes moradores de um aglomerado de cômodos é importante, especialmente se for levado em consideração que ajuda a resgatar e/ou manter aspectos culturais e, de certa forma, identitários.

Apesar da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, da ação de alguns sindicatos mais combativos e das inúmeras autuações em parceria com o

Ministério Público ainda existe trabalhador migrante morando em alojamentos em condições subumanas, conforme tem sido divulgado por vários veículos midiáticos, pela Pastoral do Migrante, bem como pelas várias pesquisas já realizadas⁴⁷⁷.

Magalhães (2006)⁴⁷⁸ destaca a expansão do agronegócio canavieiro na região noroeste do estado de São Paulo e seus reflexos em Palmares Paulista. Segundo ela, essa cidade se transformou numa cidade-dormitório⁴⁷⁹, em virtude da chegada de um grande contingente de migrantes para trabalhar nas lavouras de cana da região. A autora ressalta:

Casas superlotadas com aluguéis superfaturados, pensões e barracões são dormitórios de trabalhadores que efetivamente têm uma jornada de trabalho superior a oito horas diárias, sem contarmos a hora que partem e chegam da pesada jornada. Cerca de 60 trabalhadores vivem num local que possui apenas dois chuveiros quentes. A água utilizada por eles vem de uma torneira única que se encontra à frente da casa, obrigando-os a armazená-la como podem. (MAGALHÃES, 2006, p.1).

No Oeste Paulista o fluxo de trabalhadores migrantes também tem se intensificado nos últimos anos, principalmente a partir de 2005, quando começaram a surgir novas unidades na região. Segundo o presidente do STR de Andradina (SP)⁴⁸⁰, nos últimos três anos aumentou muito o movimento de trabalhadores do Piauí, Alagoas, Maranhão, Minas Gerais e Bahia, na região. O mesmo destacou ainda que o que atrai esses trabalhadores para cá são as promessas de bons salários, alimentação e alojamento gratuito e de boa qualidade⁴⁸¹. No entanto, ressaltou que o mais preocupante nesse caso é que a maioria desses trabalhadores vem clandestinamente e com a intermediação dos “gatos”, principalmente os trabalhadores oriundos do estado do Piauí.

⁴⁷⁷ Vê-se, pois que a situação constatada na região de Ribeirão Preto na década de 1980, há 20 anos atrás, por Thomaz Júnior (1989) não foi alterada.

⁴⁷⁸ MAGALHÃES, 2006 - Pastoral do Migrante. Disponível em: http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&catid=39%3Aartigos&id=148%3Aa-cidade-dormitorio-de-palmares-paulista-a-senzala-moderna-&option=com_content&Itemid=78

⁴⁷⁹ Os trabalhadores residem na cidade de Palmares Paulista, porém se deslocam diariamente para outros municípios no seu entorno onde ficam as unidades processadoras, dos quais retornam somente no final da jornada de trabalho. Para corroborar tal afirmação cabe destacar que dos oito trabalhadores entrevistados na cidade sete se deslocavam todos os dias para trabalhar em outro município (Tabela 21 – anexo 8).

⁴⁸⁰ Aparecido Bispo, durante entrevista concedida em 22 de agosto de 2007.

⁴⁸¹ Esse aspecto foi passível de constatação durante as conversas que tivemos com os próprios trabalhadores durante a pesquisa de campo. Sendo focado também pelo Procurador do Ministério Público do

Vê-se, pois, que de um modo geral a precariedade prevalece, tanto nas condições de trabalho como de moradia, quando não é nos alojamentos construídos e mantidos pelas próprias agroindústrias em suas terras é nos barracos das periferias pobres das cidades que abrigam esses migrantes⁴⁸². Como tivemos a oportunidade de conferir *in loco*, são diversos os casos em que os trabalhadores vivem praticamente amontoados em pequenos espaços, em condições de higiene extremamente precárias.

Em 2007, a Usina Eldorado, em Rio Brilhante (MS) mantinha na cidade vizinha de Deodópolis (MS), 148 casas para abrigar funcionários da parte administrativa e trabalhadores rurais migrantes, das quais 108 pertenciam a própria empresa⁴⁸³. Durante a pesquisa de campo tivemos a oportunidade de conhecer uma dessas casas, onde se encontrava alojada uma turma de trabalhadores de vários municípios do Maranhão e alguns de Pernambuco (Foto 39)⁴⁸⁴.

Foto 39 – Alojamento em Deodópolis - MS



Fonte: pesquisa de campo – jul/ago. de 2007

Nessa casa encontramos ao todo 45 trabalhadores ocupando oito cômodos, constituindo uma média de cinco a seis homens por cômodo. Com

Trabalho de Uberlândia (MG), Dr. Fábio Lopes Fernandes.

⁴⁸² A esse respeito, ver: SILVA, 2006.

⁴⁸³ Informações fornecidas pelo Gerente de planejamento e desenvolvimento agrícola da Usina Eldorado.

⁴⁸⁴ As usinas de Mato Grosso do Sul contratam trabalhadores em sua maioria jovens entre 20 e 35 (preferência detectada também em usinas visitadas em outros estados do Centro-Sul) oriundos de vários municípios do Maranhão, do Piauí, de Pernambuco, de Alagoas, da Bahia e do norte de Minas Gerais.

roupas, comidas e objetos pessoais espalhados por toda parte. Mas outro detalhe a ser destacado é a presença desse rapaz em pé (Foto 39), ao centro com mãos no bolso. O mesmo se apresentou como turmeiro, ou seja, responsável pela turma de trabalhadores nordestinos, pela organização dos mesmos no alojamento e transporte diário. Mas apesar de ele alegar que sua função se resumia a transportar os trabalhadores até a lavoura e a administrar a “ordem” do alojamento, acreditamos que este possui ligação também com o esquema de arregimentação, haja vista ter vindo também do Nordeste.

No Triângulo Mineiro, onde se verifica maior concentração de empreendimentos de grupos alagoanos, a presença de trabalhadores dos estados nordestinos e, em especial, de Alagoas é muito expressiva. Todavia, (como já destacamos anteriormente) a presença do trabalhador migrante nas três maiores frentes de expansão canavieira recente (Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e, sobretudo Goiás) não é forte somente no corte de cana, a parte industrial também absorveu um contingente expressivo de mão-de-obra qualificada para várias funções, tanto na parte operacional como gerencial. Neste sentido, o Gerente Industrial da Usina Vale Paranaíba destacou que ele próprio veio do Nordeste contratado com a incumbência de desenvolver na empresa, um plano de formação de mão-de-obra para que a demanda seja suprida sem que a unidade processadora tenha que buscar pessoal de fora, pois o custo é alto.

A usina trouxe a mão-de-obra toda de fora. Aproveitou alguma coisa da cidade, **mas a cidade não dispõe hoje de mão-de-obra pra cortar cana** [grifo nosso]. Tem uma mão-de-obra que está se formando aqui dentro. Nós temos dificuldade até pra mão-de-obra da própria indústria. Hoje, na Vale 50%, 60% é de nordestino, se você entrar na fábrica aí você só vê o povo falando arrastado feito eu. Um dos motivos da minha contratação aqui foi mais pra formar mão-de-obra aqui, adaptar e evitar trazer, porque se a gente trouxer de lá o custo é muito alto. (AZEVEDO, entrevista - 23/11/2007, p. 15).

A demanda por força de trabalho tanto nas lavouras de cana, como na planta fabril aumentou nas áreas onde o capital agroindustrial canavieiro se expande. Diríamos em acréscimo, que a grande quantidade de unidades processadoras construídas ao mesmo tempo e em áreas muito próximas, bem como a escassez de mão-de-obra acirrou a concorrência inter-empresas e

aumentou a demanda. Todavia, surgiu a dificuldade em suprir essa demanda com força de trabalho local, haja vista parte desta não possuir qualificação para muitas das funções demandadas.

Desse modo, o próprio capital se encarregou de atendê-la promovendo a mobilidade espacial de mão-de-obra qualificada e investindo em sua contratação, ou seja, a falta de profissionais com formação técnica ou superior local fez com que os grupos nordestinos passassem a contratar pessoal de Alagoas e Pernambuco, para viabilizar seus novos empreendimentos no Triângulo Mineiro, com salários sobrevalorizados. Assim, para conseguir manter o negócio e segurar a concorrência, as empresas chegam a contratar profissionais para cargos de operadores e supervisores com salários que varia entre R\$ 5.000,00 e R\$ 8.000,00.

No estado de Goiás a presença de trabalhadores qualificados para o trabalho na planta fabril (químicos, operadores de caldeiras, tratamento de caldo, fermentação etc.) também é significativa. Estes são oriundos tanto dos estados de Pernambuco e Alagoas, como do estado de São Paulo (principalmente da região de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto). Mas são os profissionais qualificados para os cargos de chefia como Gerência e Direção os mais disputados. Escassos em função da demanda crescente nas frentes de expansão, esses profissionais também são buscados nos estados acima citados e até em Mato Grosso do Sul, (que também é uma frente demandante de profissionais qualificados) com ofertas salariais até três vezes maiores do que ganhavam⁴⁸⁵. Há casos, inclusive de profissionais que já estavam aposentados, mas que receberam propostas salariais tentadoras ao ponto de retornar ao mercado de trabalho⁴⁸⁶.

Durante a pesquisa de campo o representante de uma das empresas visitadas nos deu um exemplo do que ora destacamos. *“Olha, eu encontrei com um diretor industrial que me disse que o salário dele está setenta e cinco mil reais (R\$75.000,00). Fiquei sabendo que diretor industrial é uma jóia preciosa aqui em*

⁴⁸⁵ A maioria dos representantes das empresas visitadas, que entrevistamos, principalmente nos estados de Minas Gerais e Goiás, declarou ser de Alagoas, Pernambuco ou de São Paulo. Apesar de não fazerem referência a valores salariais (especialmente os seus), os entrevistados foram unânimes em destacar a demanda, a concorrência gerada entre as empresas em função dessa demanda e a sobrevalorização desses profissionais.

⁴⁸⁶ É o caso do Gerente Industrial da Usina Caçú, em Vicentinópolis/GO, o mesmo é do estado de Pernambuco e trabalhou até se aposentar no setor, tanto no Nordeste como em Mato Grosso do Sul. No contexto recente de expansão e de grande demanda por profissionais com sua experiência recebeu a proposta para gerenciar as operações industriais da Usina Caçú em Goiás.

Goíás”. (DIRCEU, entrevista – 10/10/2009, p. 2).

Faz-se importante ressaltar, que diante da assimetria decorrente do processo desigual e combinado de desenvolvimento e valorização do capital, as empresas menores e/ou menos capitalizadas têm mais dificuldade em concorrer em igualdade com as grandes também no quesito força de trabalho. Assim, diante da necessidade em suprir essa demanda elas acabam baixando o nível de exigência e, para pagar salários menores contratam profissionais em início de carreira, com pouca ou nenhuma experiência no setor, especialmente na condição de *trainee*⁴⁸⁷.

Então, para treinar os que estão em início de carreira ou que nunca trabalharam antes no setor e “formar a base”, a estratégia é contratar alguns profissionais experientes (como fizeram as Usinas Serra do Caiapó⁴⁸⁸, no Sudoeste goiano e a Vale do Paranaíba, no Triângulo Mineiro) trazidos de outros estados.

A Vale foi buscar mão-de-obra aonde? No Nordeste, trazendo de lá a preço de ouro. Fez a pirâmide de cima pra baixo. Só que a gente chegou num limite, e agora vamos fazer a pirâmide de baixo pra cima. (AZEVEDO, entrevista, 23/11/2000, p. 15)

No entanto, essa segunda geração de profissionais treinados no interior das unidades processadoras, quando adquirem alguma experiência são atraídos por propostas melhores de salários e de garantias profissionais oferecidas pelas outras empresas que estão iniciando o processamento. Isso faz com que as unidades que os contrataram anteriormente tenham de efetuar um remanejamento de funções entre os profissionais remanescentes ou iniciem um novo processo de treinamento de pessoal.

Conforme destaca Oliveira:

A expansão da atividade econômica amplia a ocupação e, ao mesmo tempo, cria as condições necessárias para o desenvolvimento de métodos poupadores de mão-de-obra ou de extração de mais-valia, num movimento complexo de forças do qual resulta a efetiva demanda por força de trabalho em cada momento do tempo e do espaço. (2006, p. 111)

⁴⁸⁷ O termo *trainee* refere-se a um profissional recém-formado ou concluindo o curso superior, que uma empresa prepara através de treinamentos e capacitações para assumir cargos gerenciais, por exemplo.

⁴⁸⁸ O Gerente Agrícola da Usina Serra do Caiapó é da região de Ribeirão Preto/SP e, por sua larga experiência no setor trabalha com uma equipe de profissionais (engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas), que estão aprendendo com ele, na prática.

É fato que essa expansão do agronegócio canavieiro criou uma demanda por trabalho, mas nesse contexto concorrencial garantir força de trabalho qualificada e mais intelectualizada, pressupõe custos elevados e isso do ponto de vista do capital é interessante até certo ponto. É necessário ter uma força de trabalho estável e confiável, mas é importante também ter oferta cativa com excedentes de mão-de-obra, para assegurar o controle sobre o processo laboral e, no caso em questão, índices salariais mais baixos. (HARVEY, 2005, p. 149).

Desse modo, o cerne da estratégia do capital agroindustrial canavieiro nesse contexto expansionista é poder dispor de uma mão-de-obra abundante, jovem e bem formada, que atenda aos parâmetros da empresa e se submeta a uma remuneração menor. Para atingir esse propósito as empresas investem individualmente no treinamento (capacitação técnico-profissionalizante, estágios etc.) e estímulo à formação (em nível superior); ou estabelecem parcerias com instituições de ensino (a exemplo do Senac e Senai) e prefeituras para garantir a formação e oferta de força de trabalho, especialmente de nível técnico.

Faz-se importante destacar, portanto, nesse cenário de reestruturação produtiva e de expansão do agronegócio canavieiro três contingentes distintos de força de trabalho: de um lado, os trabalhadores migrantes (ou não) empregados nas lavouras de cana, submetidos a todo tipo de precariedade, mal remunerados e superexplorados. De outro, menos explorados e num patamar intermediário estão os trabalhadores de nível técnico/superior, que atuam na área de coordenação, supervisão, administrativa e operacional, mas também submetidos aos ditames do capital. E, no extremo dessa pirâmide encontram-se os profissionais que comandam o processo de produção e de trabalho, os gerentes e diretores, que recebem altos salários para fazer valer as estratégias de valorização do capital.

Apesar da migração (de uma cidade, estado ou região para outra) dessas distintas categorias de trabalhadores estar atrelada ao movimento do próprio capital, as circunstâncias em que ocorre e as condições econômicas e sociais que motivam os trabalhadores qualificados a se deslocarem são diferentes das que impelem os trabalhadores no corte de cana.

Desse modo, faz-se necessário salientar que apesar de fazermos referência a essas outras categorias de trabalhadores demandadas pela expansão

do capital agroindustrial canavieiro, nos ateremos especialmente sobre a mão-de-obra migrante para o corte de cana⁴⁸⁹, tendo em vista que, quanto mais os grupos/empresas se *profissionalizam* (tomando de empréstimo um termo usado pelos próprios representantes do setor), se modernizam e vestem a máscara de “empresa amiga da criança”; de empresa que tem responsabilidade social e ambiental, mais elas utilizam os expedientes que intensificam a precarização do trabalho agrícola, expressa por meio do descumprimento dos acordos trabalhistas e da legislação em vigor. Isso tem sido constatado em todas as porções do território brasileiro, que visitamos, portanto, não se trata de uma anomalia isolada.

4.2 – As Estratégias de Controle do Capital Agroindustrial Canavieiro Sobre o Trabalho nos Canaviais: Mecanismos de Superexploração

O caráter destrutivo do capital mantém sob seu controle as relações metabólicas que lhes são próprias, explorando e degradando a natureza, além de precarizar e elevar os níveis de exploração da força humana que trabalha. Nesse contexto, os direitos dos trabalhadores são negados, são desrespeitados, são flexibilizados, com um único intuito: dotar o capital do instrumental necessário para a acumulação flexível sob novas bases técnico-organizacionais.

O contexto de mundialização e de reestruturação produtiva, com base no modelo de acumulação toyotista, revela a nova ofensiva do capital na produção, que visa instaurar uma nova hegemonia do capital no âmbito da produção de mercadorias, articulando, “coerção capitalista e consentimento operário”. (ALVES, 200, p.39).

A pesquisa revelou casos de empresas que investem maciçamente em equipamentos modernos, em sistemas de gestão e certificação de controle de qualidade, em gestão e certificação ambiental, saúde e segurança do trabalho, visando com isso obter ganhos de produtividade e capital, bem como maior competitividade no mercado. No entanto, algumas melhorias que são sinalizadas

⁴⁸⁹ Por mais que as empresas aleguem que estão investindo na mecanização, a maioria delas ainda emprega grande contingente de trabalhadores no corte de cana.

com esses sistemas de gestão e certificação se restringem, quando muito, aos trabalhadores da planta fabril.

As reais condições de trabalho no campo são maquiadas, por meio do discurso da certificação, da empresa que se preocupa com a qualidade ambiental, com a saúde e a segurança dos trabalhadores. Para elas é fácil adotar esse discurso, uma vez que se escondem espertamente atrás de seus prepostos e ainda contam com a vantagem de que seus fornecedores não são vistoriados pelas certificadoras, durante a vigência da certificação, podendo, desse modo, até manipular dados e informações para garantir a continuidade da certificação durante as vistorias internas.

Com a mão-de-obra nas lavouras de cana-de-açúcar à mercê de terceiros, a precariedade do trabalho se expressa por meio de fraudes trabalhistas, subcontratação de mão-de-obra (falta de registro em carteira, não pagamento dos direitos trabalhistas, péssimas condições de trabalho e de moradia etc.), superexploração da força de trabalho e formas assemelhadas de trabalho escravo. Aliás, as denúncias e as constatações são uma constante no noticiário.

Como se não bastasse todo esse estado de precarização e de superexploração da força de trabalho nas lavouras de cana, a aprovação da Medida Provisória 410/2007, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada em 28 de dezembro de 2007, constitui-se mais uma derrota dos trabalhadores. Essa MP permite a contratação de trabalhadores rurais sem registro em carteira, por um período de até dois meses, configurando assim, uma afronta aos trabalhadores e uma ameaça aos direitos adquiridos e amparados na Constituição Federal, decorrentes da luta dos próprios trabalhadores e do movimento sindical. Com essa “flexibilização” no prazo de contratação a MP abre precedente para os empregadores exercitarem suas manobras, desconsiderando direitos conquistados anteriormente pelos trabalhadores e intensificando ainda mais o quadro de precariedade e superexploração da força de trabalho no meio rural.

Segundo o presidente do STR de Andradina são muitos os casos detectados de irregularidades nas condições de trabalho, especialmente entre os trabalhadores terceirizados, tais como: não fornecimento do comprovante de tarefa diária executada pelo trabalhador, para que ele tenha o controle; grande incidência

de trabalhadores sem registro em carteira; e EPIs em condições precárias; além de cobrança indevida de água e luz, descontos também indevidos de EPIs e de refeição.

Com relação à alimentação cabe destacar que a maioria das unidades processadoras não fornece para os trabalhadores nas lavouras de cana. Isso só ocorre nas empresas que mantêm trabalhadores migrantes em seus alojamentos. Porém, além de ser descontada dos salários dos trabalhadores (por vezes indevidamente) nem sempre é uma alimentação de qualidade.

Recentemente o grupo Cosan teve que assinar um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), justamente por efetuar o desconto da alimentação dos trabalhadores rurais indevidamente. A irregularidade estava no fato de que a empresa efetuava os descontos com base no salário total que os trabalhadores recebiam, quando na verdade a lei determina que o desconto seja feito tendo como referência o salário mínimo nacional. Com a assinatura do termo, a Cosan terá que regularizar os descontos nos salários de cerca de 8.900 trabalhadores rurais empregados no corte da cana-de-açúcar em todas as unidades do grupo⁴⁹⁰.

Essas empresas se cercam juridicamente de profissionais conhecedores da lei, portanto é injustificável alegar desconhecimento. O fato é que mesmo sabendo que é ilegal o procedimento é adotado, pois para o capitalista quanto mais explorado o trabalhador for mais lucro ele terá.

Assim, no contexto de valorização do capital até a alimentação se constitui uma forma de exploração da força de trabalho. Tanto é que durante a pesquisa de campo as refeições também compareceram entre as reclamações dos trabalhadores. As queixas mais freqüentes foram sobre a qualidade da comida, que por diversas vezes chega até eles estragada, cheirando mal e sem condições de consumo, fazendo-os se valer de alguma fruta ou biscoito que levam como lanche para conseguirem concluir a jornada de trabalho.

Além da má qualidade e do desconto efetuado no *hollerite*, os trabalhadores costumam reclamar também da quantidade de alimento que é distribuído nas chamadas “quentinhas”. Acostumados a refeições mais “reforçadas”

⁴⁹⁰ Cf. ROLLI. Pastoral do Migrante – 26 de junho de 2009. Disponível em: http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=831:cosan-faz-compromisso-sobre-salario-&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=54

(com farinha e carne de sol, por exemplo), principalmente os nordestinos, demonstram insatisfação quando nas marmitas servidas pelas empresas vem uma pequena porção de arroz, feijão e carne moída com batata. Segundo eles esse tipo de alimentação “não tem sustância”. Assim, quando sobra alguma “quentinha” aqueles que ainda sentem fome comem, quando não, têm que se dá por satisfeitos.

Em Alagoas, por exemplo, visitamos uma frente de corte na hora do almoço, onde só tinha trabalhadores sertanejos (de Água Branca e Pariconha, sertão alagoano e de Tacaratu, sertão Pernambucano). Conversamos com eles de forma coletiva e na presença do Gerente Agrícola que nos acompanhou, mas não se intimidaram em falar da situação que vivenciavam no alojamento e no trabalho. Uma das reclamações foi justamente em relação ao fato da alimentação ser descontada no *hollerite* e insuficiente para satisfazer a fome. Em função disso vários deles cozinhavam no alojamento e levavam outra marmita para complementar (Foto 40) e, desse modo acabavam comendo duas vezes.

Foto 40 – Trabalhador sertanejo – Usina Santa Clotilde/AL



Fonte: Pesquisa de Campo – Alagoas nov./2006

O trabalhador mostrado acima (Foto 40) já tinha comido a “quentinha”, porém não se dando por satisfeito, enquanto os outros descansavam ou concediam a entrevista ele comia sua segunda refeição. E ele não era um exemplo isolado, pois vários de seus colegas faziam o mesmo diariamente.

Esse grupo de trabalhadores sertanejos não se intimidou com a presença do Gerente Agrícola e, fez questão de reclamar também do alojamento em que estavam. Segundo eles, costumava faltar água no local, pois havia apenas uma

caixa de água, sendo insuficiente para todos tomarem banho. Os que chegavam por último eram obrigados a ficar esperando chegar água até tarde da noite ou ir tomar banho no rio, muitas vezes no escuro e correndo risco de acidentes se não quisessem dormir sujos de carvão.

Durante pesquisa de campo no Triângulo Mineiro, fomos informados de que as três empresas do Grupo Tércio Wanderley, a Unidade Coruripe - Limeira do Oeste, a Unidade Coruripe - Campo Florido e, sobretudo a Unidade Coruripe - Iturama estavam sendo autuadas pelo Ministério Público do Trabalho, pela responsabilidade direta e/ou indireta em vários casos de irregularidades e precarização das condições de trabalho, moradia e alimentação.

Segundo o Procurador do Ministério Público do Trabalho, da Jurisdição de Uberlândia/MG⁴⁹¹, Dr. Fábio Lopes Fernandes, a realidade dos trabalhadores no corte de cana e, principalmente dos que são terceirizados, difere totalmente da realidade apresentada pelos trabalhadores contratados diretamente pela empresa e inseridos no processo fabril. Segundo o procurador esse aspecto seria utilizado pelo MPFT na ação movida contra as empresas do grupo, especialmente a Unidade Iturama, que é a empresa que veste a máscara do Sistema de Gestão Integrada⁴⁹², e que prima pela qualidade do produto, do meio ambiente e pela saúde e segurança do trabalhador.

Dentro da fábrica as condições são razoáveis, por exemplo, os trabalhadores dela própria retiram quatro salários de participação nos resultados, que é uma coisa muito boa, né. Têm padrão de vida superior, padrão salarial superior, condições de trabalhar superior, equipamentos de proteção individual. Um nível realmente superior. Então, vamos poder provar com essa ação que existem ali duas categorias de trabalhadores, uma categoria bem desenvolvida e uma segunda subcategoria, que foi precarizada [...] e esses trabalhadores aqui, muitas vezes nem carteira assinada tem. São “jogados” em alojamentos, e o quê é que a gente verifica? Por exemplo, nessa inspeção que a gente fez lá fomos em 68 alojamentos, que são casas alugadas, das quais 58 foram interditadas, é bastante significativo não! (FERNANDES, entrevista – 29/11/2007, p.04).

⁴⁹¹ Entrevista concedida durante pesquisa de campo realizada em novembro de 2007.

⁴⁹² Em linhas gerais a Gestão Integrada sistematiza as diretrizes do Sistema de Gestão de Qualidade (ISO9001/2000), Meio Ambiente (ISO14001), Saúde e Segurança do Trabalho (OSHAS18001) da empresa certificada, visando com isso promover a confiança, especialmente entre as partes interessadas em seu desempenho, em especial empresas consumidoras no mercado externo (Europa, EUA e Japão).

A constatação desses fatos contribui para corroborar a tese de que o capital se alimenta de formas modernas de produção e gestão do processo produtivo e de trabalho, porém mantém as formas precarizadas de trabalho, muitas vezes mascaradas pelo discurso da adoção de práticas economicamente viáveis, ambientalmente corretas e socialmente justas.

Tem-se, pois, por um lado, a certificação pressupondo a racionalização da produção; a qualidade dos produtos e procedimentos adotados em todos os segmentos da empresa; o conhecimento e o envolvimento do trabalhador no processo produtivo e a “melhoria de suas condições de trabalho”. Por outro lado, a existência de formas assemelhadas de trabalho escravo e péssimas condições de trabalho e moradia contradizendo os pressupostos da certificação, no tocante à questão do trabalho.

Desse modo, faz-se importante salientar que as formas racionalizadas de organização e controle do trabalho convivem lado a lado com as mais regressivas, e que ambas fazem uso da intensificação do emprego de força de trabalho. Todavia, como destacamos antes, essa intensificação de manifesta de forma diferenciada.

Diríamos em acréscimo, que apesar das condições de trabalho no âmbito da planta fabril e das lavouras de cana apresentarem características diferenciadas, em ambas as esferas produtivas os trabalhadores sofrem com o controle e a pressão exercida pelo capital.

Na seara fabril as empresas utilizam técnicas mais modernas de racionalização do trabalho, estimulando e envolvendo cognitivamente e emocionalmente os trabalhadores com vistas à obtenção de resultados tangíveis, caracterizando o que podemos denominar de “gestão por resultados”. O que significa dizer que os sistemas de controle de qualidade, de produtos e processos de produção e de trabalho; os sistemas de gestão ambiental e de segurança e saúde (e aí entra as certificações) são implantados visando atingir determinados resultados como, por exemplo, a conquista de novos nichos de mercado, competitividade, melhoria da imagem ambiental e social da empresa, bem como novos patamares de acumulação de capital.

Para conseguir atingir ou não comprometer esses resultados esperados, a pressão recai sobre os trabalhadores dessas áreas (supervisores, coordenadores,

técnicos e operadores) que são cobrados continuamente no cumprimento de metas, tais como: melhorar a qualidade da matéria-prima, do processamento e do produto; reduzir perdas, paradas da planta fabril; diminuir riscos de acidentes e impactos ambientais e, conseqüentemente aumentar a produtividade. E aí entra quesitos como polivalência, versatilidade e flexibilidade, pois esses profissionais (reduzidos em quantidade) são estimulados, em determinadas situações, a efetuarem várias ações ao mesmo tempo, aumentando assim a pressão pela responsabilidade no processo como também o grau de intensidade do emprego de sua força de trabalho.

Na lavoura e, mais especificamente no corte manual da cana-de-açúcar o controle e a pressão se manifestam através de exigências da qualidade das tarefas executadas (ponteira da cana bem aparada, toco cortado rente ao solo, disposição da cana no eito etc.), bem como do aumento do ritmo e da velocidade com que os trabalhadores executam as tarefas para atingir metas de produção, intensificando assim o trabalho.

Diríamos em acréscimo, que nesse contexto de reestruturação produtiva e de mecanização do corte de cana interessa ao capital dispor de trabalhadores não somente bons de corte, mas também de enxada, rastelo, plantio, trato de mudas e que ainda tenham habilidade para lidar com irrigação e com a aplicação de agrotóxicos. Assim, a polivalência se faz presente não só no universo fabril, mas também na lavoura.

No entanto, essa polivalência possui um caráter marcadamente diferenciado daquela vivenciada pelos trabalhadores no âmbito da planta fabril, pois nas lavouras de cana ela revela o extremo da desqualificação dos trabalhadores, bem como a falta de autonomia para decidir sobre o processo de trabalho. Muitas vezes escalados sem aviso prévio, para o plantio ou limpa dos canaviais, esses trabalhadores demonstram insatisfação, sendo assim, nem sempre a condição de polivalente é aceita por eles, que preferem o corte de cana devido a maior remuneração atrelada à produção. Vale dizer que em outras funções que não no corte de cana, a remuneração é efetuada por meio de diárias, ficando o salário mensal condicionado ao salário base da categoria.

Durante pesquisa de campo em Goiás, visitamos uma moradia com um grupo de trabalhadores maranhenses, que se mostraram indignados por terem sido designados para efetuar “serviços gerais” na empresa e capina da cana-de-açúcar

ganhando R\$ 420,00 mensais, sendo que foram contratados para cortar cana e com perspectiva de ganhar mais que isso.

Essa estratégia do capital diminui a rotatividade da força de trabalho de acordo com a demanda, além de facilitar a fiscalização e o controle do trabalho. Segundo Thomaz Júnior (2002), a eficácia desse sistema gerencial e de controle possui imbricamento “*com esquemas de produtividade e de bom comportamento dos trabalhadores*” (p.205), caracterizando assim um mecanismo de punição para aqueles que cometem pequenas infrações e/ou que não conseguem atingir as metas de produção no corte de cana.

Diríamos em acréscimo, que nesse contexto de reestruturação produtiva, de busca de novos patamares de acumulação e de valorização do capital, verificam-se no âmbito das empresas agroindustriais canavieiras, combinações de diferentes formas de gestão e controle do trabalho. Ao mesmo tempo em que se faz uso de um discurso velado de preocupação e cuidado com o meio ambiente, com a segurança e a saúde do trabalhador; que se “vende” o que há de moderno e tecnologicamente mais avançado, a exemplo da certificação, escamoteia-se relações de trabalho regressivas, pautadas no aliciamento de trabalhadores, na superexploração de sua força de trabalho e em formas de trabalho assemelhadas ao trabalho escravo.

Para burlar a fiscalização, determinadas empresas se aproveitam estrategicamente da figura de fornecedores, que contratam os “gatos”, os quais, por sua vez, contratam os “subgatos” (ou contratantes), que se deslocam para o Nordeste a fim de buscar os trabalhadores. Quando esses aliciadores não vão até os locais de origem dos trabalhadores ligam para algum conhecido, alguém de “confiança”, e pedem para reunir a turma e encaminhar para as unidades processadoras do Centro-Sul.

No Triângulo Mineiro, 99% dos problemas que a Procuradoria do Trabalho da Jurisdição de Uberlândia acompanha, estão relacionados aos trabalhadores oriundos de outras partes do país, particularmente do Nordeste e do norte de Minas Gerais. Segundo o Procurador isso ocorre porque esses trabalhadores:

São aliciados, são trazidos realmente em ônibus clandestinos, chegam e são amontoados em vários locais, em vários alojamentos, tendo que pagar a comida, a moradia. São falsas promessas mesmo, vai ter um salário de mil, mil e duzentos reais,

não vai pagar moradia, não vai pagar alimentação, a moradia é muito boa, e quando chegam aqui à realidade é totalmente outra. (FERNANDES, entrevista – 29/11/2007, p.02).

Essa situação está presente em todas as frentes de expansão que visitamos e compareceu em depoimentos de pessoas vinculadas ao Ministério Público Federal do Trabalho, de dirigentes sindicais e dos próprios trabalhadores, mesmo que de forma velada. Desse modo, os problemas apontados pelo Procurador do Trabalho de Uberlândia, comparecem também no depoimento do dirigente sindical de Goianésia (GO), conforme trecho destacado a seguir:

[...] Os trabalhadores são iludidos, já vem tudo iludido para o local de trabalho. Aí vem pra um lugar não adequado, um local onde daria pra colocar mais ou menos dez pessoas vai ter vinte. Só de ser assim já não é um local adequado. E a comida? Lá eles falam: ah se vocês forem vai ter isso, isso e isso de graça. Mas quando chega aqui cobra marmitex, alojamento, cobra não sei o quê. Quando eles vão buscar até seguro desemprego tem, quando eles chegam aqui não tem mais nada, então é essa a confusão. (MORAES, entrevista – 14/10/2008, p.10).

A perda das condições objetivas de trabalho, em seus locais de origem, impele os trabalhadores – muitos deles pequenos agricultores, sem condições de produzir na terra por causa da seca, e/ou por falta de políticas públicas – a procurarem uma condição melhor de trabalho e, portanto, de vida, longe de suas famílias.

Soma-se a isso a ilusão alimentada pelas promessas dos aliciadores de que nas unidades agroindustriais canavieiras do Centro-Sul se paga e se ganha bons salários, sem, contudo atentarem para o fato de que só ganha mais quem produz mais. E que ao se submeterem às elevadas metas de produção estipuladas pelas empresas estão sendo explorados e colocando em risco a saúde e a própria vida.

As condições em que são encaminhados até as empresas do Centro-Sul são seriamente questionáveis, pois além de serem agenciados por “gatos” muitos desses trabalhadores viajam em condições subumanas, em ônibus de empresas clandestinas que fazem de tudo para despistar a fiscalização. Muitas são as

denúncias feitas junto aos órgãos de representação e apoio aos trabalhadores migrantes (como CPT, Pastoral do Migrante, entre outros) de casos como esses, mas nem sempre é possível efetuar a abordagem e o flagrante⁴⁹³.

Magalhães (2006) salienta com base em levantamentos feitos pela Pastoral do Migrante, que 80% dos trabalhadores migrantes de Palmares Paulista/SP, por exemplo, possuem ligação com aliciadores e fornecedores, sendo esta uma estratégia no sentido de eximir as empresas agroindustriais canavieiras de qualquer responsabilidade sobre os mesmos.

As empresas “laranjas” agenciam para as unidades processadoras e trazem de forma legal (seguindo as recomendações da Superintendência Regional do Trabalho) ou ilegalmente, os trabalhadores de outros estados e os colocam para trabalhar no corte de cana. Significa dizer que essa estratégia é adotada para quando as irregularidades relacionadas ao agenciamento, contratação e manutenção da mão-de-obra em condições precárias forem descobertas, de sorte que as empresas agroindustriais canavieiras fiquem isentas de qualquer culpa.

Segundo o presidente do STR de Goianésia (GO) há inclusive, casos em que os trabalhadores são aliciados por alguém a mando de determinada empresa e instruídos a manter a versão de que vieram do Nordeste em ônibus de linha e com passagem comprada por eles próprios sendo, desse modo, “forçosamente” coniventes com a empresa e aliciador. Todavia, essa conivência constitui-se uma forma de garantir o emprego, mesmo em condições precárias. Mas, conforme destacou o dirigente sindical é possível descobrir e provar que ambos não estão falando a verdade.

Dizem que vêm por conta própria, mas dentro das empresas o que estão fazendo? Vão ao outro estado dão o dinheiro para o pessoal. O pessoal vai à rodoviária compra a passagem. Aí a empresa pega o comprovante dessa passagem como trabalhador fulano e anexa no processo de fichação [contratação]. Quando chega alguém e faz essa pergunta aí ela diz não, ele veio por conta própria. Mas, descobrimos que eles mandam alguém: vai lá compre a passagem entregue e cá ele recolhe de volta o comprovante da passagem. Aí diz que o trabalhador veio por conta própria, e realmente não é. Fica a palavra do trabalhador contra a do patrão, e o patrão com a prova na mão, que é a

⁴⁹³ Esse aspecto foi abordado por uma representante da CPT/AL, durante entrevista concedida em novembro de 2006, bem como pelo Procurador do Ministério Público do Trabalho de Uberlândia/MG, em entrevista realizada em novembro de 2007.

passagem. Então eles já aprenderam a fazer isso de mais e nós já descobrimos e provamos pra eles que os trabalhadores não vieram por conta própria, vieram porque foram lá incentivar. (MORAES, entrevista – 14/10/2008, p.10)

Embora muitas dessas empresas agroindustriais canavieiras tentem camuflar seu vínculo trabalhista com as empresas terceiras, ou agenciadores individuais a máscara cai quando no local há uma equipe de fiscalização da SRT (Superintendência Regional do Trabalho) atuante, que juntamente com o Ministério Público Federal do Trabalho consegue, pelo menos em parte, denunciar essas manobras e autuar os envolvidos. Quando isso ocorre, acaba sendo descoberto também que quem reforma os alojamentos, coloca os trabalhadores em pensões ou casas alugadas pagando tudo são as unidades processadoras.

É fácil responsabilizar terceiros, especialmente quando se trata do “gato”, porque este vive se escondendo da fiscalização, haja vista sua ação ser considerada crime, no artigo 207 do Código Penal Brasileiro, que dispõe: “Aliciar trabalhadores, com fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional. Pena – detenção de 01 (um) a 03 (três) anos, e multa”.

No contexto atual de valorização do capital, que, ao se realizar, revela a face da barbárie, a superexploração do trabalho se expressa com maior intensidade no conjunto dos trabalhadores e, em particular dos migrantes, haja vista a situação socioeconômica que os conduzem ao trabalho nos canaviais do Centro-Sul (conforme já destacado) e os fazem se submeter às condições impostas por seus empregadores.

Apesar de tentar escamotear as inúmeras irregularidades envolvendo os trabalhadores no âmbito do agronegócio canavieiro, ao defender o etanol brasileiro no exterior, recentemente o governo Lula resolveu intervir. Ao estabelecer um termo de compromisso nacional para a melhoria das condições de trabalho no plantio e no corte da cana-de-açúcar acabou desse modo, admitindo a existência de trabalho terceirizado, degradante, assemelhado ao trabalho escravo e, portanto, com marcante participação de aliciadores.

As empresas agroindustriais canavieiras que aderirem (309 já assinaram) ao termo de compromisso⁴⁹⁴ têm como dever contratar diretamente os cortadores

⁴⁹⁴ Divulgadas pela Pastoral do Migrante – 26 de junho de 2009. Disponível em:

de cana para que, desse modo, a terceirização seja eliminada e, com isso a participação dos aliciadores, que tornam o trabalho nas lavouras de cana mais degradante. Aquelas que assinarem o termo serão fiscalizadas através de “auditorias independentes”⁴⁹⁵ e, em troca, terão seus nomes incluídos numa lista de boas práticas a ser divulgada pelo governo.

Todavia, não devemos nos iludir com as reais intenções do governo, pois mesmo sabendo que as condições de trabalho nas lavouras de cana são graves e necessitam de intervenção, a adoção dessa medida, apesar de benéfica para os trabalhadores, ocorreu visando favorecer, sobretudo os agronegociantes canavieiros, que têm dificuldade para colocar o etanol no mercado externo por conta da imagem negativa vinculada à prática de trabalho degradante, que eles próprios criaram.

Mesmo que o termo de compromisso entre em vigor e o trabalho terceirizado seja combatido, acredita-se que as irregularidades continuarão ocorrendo nas empresas que contratam diretamente os trabalhadores, pois sempre vai existir empresa mais preocupada em obter lucro do que com a melhoria das condições de trabalho.

No mês de junho de 2009 o Grupo Móvel de Fiscalização Rural do Ministério do Trabalho e Emprego, fiscalizou as condições de trabalho em cinco empresas agroindustriais canavieiras da região de Ribeirão Preto. Na ocasião foram verificadas várias irregularidades relacionadas ao descumprimento das normas trabalhistas, tais como: EPIs em condições inadequadas para o uso ou inexistente (na Usina Bazan, por exemplo, 8 turmas de trabalhadores, equivalente a cerca de 350 cortadores de cana, foram impedidas de continuar trabalhando por não estarem usando equipamentos de proteção); jornada de trabalho excessiva e moradias em condições precárias.

Já destacamos anteriormente os fatores que conduzem os trabalhadores à desterritorialização em seus locais de origem e à conseqüente territorialização precária nas regiões canavieiras do Centro-Sul. Ressaltamos também que o aumento do fluxo migratório está associado ao processo de expansão do

http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=829:usinas-assinam-acordo-sobre-corte-de-cana&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=54

⁴⁹⁵ Não temos informação de como ou por quem serão efetuadas essas auditorias.

agronegócio canavieiro e à demanda por força de trabalho, e que, diante disso tem-se também o aumento da incidência de irregularidades na arregimentação dessa força de trabalho, na contratação e nas condições moradia, alimentação e trabalho.

Convém destacar que além desses fatores, muitas empresas preferem contratar trabalhadores migrantes por julgarem-nos mais produtivos e menos reivindicativos do que os trabalhadores locais.

Durante pesquisa de campo realizada em Minas Gerais, entrevistamos um trabalhador migrante (de Alagoas) de 29 anos, que afirmou já ter cortado 40 toneladas de cana num único dia, tendo recebido por isso um salário de R\$ 2.500,00. Trabalhando para a Usina Vale do Paranaíba, o mesmo disse que sua média de corte é de 15 toneladas de cana/dia, e que uma vez ou outra corta 30 ou 40 toneladas. Ele destacou também que em Alagoas trabalhou durante muitos anos para a Usina Coruripe e que foi lá que por várias vezes atingiu esse patamar de corte.

Questionado sobre suas condições de saúde, e se não se sente mal já que despende diariamente grande quantidade energia, numa tarefa altamente extenuante para cortar tantas toneladas de cana, ele disse: *“Me sinto cansado. Dor nenhuma no corpo eu sinto, só me sinto cansado”* (ALVES JÚNIOR, entrevista – 23/11/2007, p.2).

Questionamos ainda se o trabalhador já tinha sentido câimbras e ele ressaltou: *“Já, já senti muito. Uma vez pra ir pro carro só fui porque os colegas me ajudaram”* (ALVES JÚNIOR, entrevista – 23/11/2007, p. 2).

Apesar da maior parte desses trabalhadores possuírem entre 20 e 35 anos, eles também sentem câimbras, cansaço, dores e os efeitos do sol forte. Até porque, embora mais resistentes fisicamente (ou justamente por isto), eles são também mais afoitos no eito, tendo em vista que cortar mais cana para eles pressupõe ganhar mais.

Desse modo, cabe reforçar que os trabalhadores nordestinos são preferidos pelas usinas do Centro-Sul não apenas porque falta mão-de-obra local, mas, sobretudo por estes apresentarem mais resistência física. Durante a pesquisa de campo, nas visitas que efetuamos nos alojamentos e moradias foi possível constatar que a maioria desses trabalhadores é jovem e com porte físico robusto, principalmente os maranhenses (Foto 41), e que parecem até selecionados “a

dedo”.

Foto 41 – Trabalhadores maranhenses retornando ao alojamento após um dia de trabalho – Rio Brillhante (MS)



Fonte: pesquisa de campo – Mato Grosso do Sul – jul./2007

Nesse grupo de trabalhadores contratados pela Usina Eldorado (MS) a maioria é jovem e com um físico aparentemente “forte”. A estratégia adotada pelas empresas agroindustriais canavieiras de contratar trabalhadores com essas características e, em tese, com mais condições de competir com a máquina, tem como principal objetivo assegurar metas elevadas de produção e, portanto, de produtividade do trabalho no corte de cana.

Alves (2006, p.02), no entanto, enfatiza que os trabalhadores que apresentam maior produtividade,

Não são necessariamente os que têm maior massa muscular, são os que têm maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, em alguns casos, e por um período que varia entre 8 a 12 horas de trabalho diário.

Esses trabalhadores efetuam inúmeros movimentos diários com o corpo, o que ocasiona a perda de energia. Andam, golpeiam a cana, flexionam-se e carregam peso debaixo de sol forte e com vestimentas nada confortáveis. Vestidos dos pés à cabeça, eles transpiram muito, perdem água e sais minerais, o que os conduz à desidratação e provoca a ocorrência de câimbras e mal-estar constantes. É nesse contexto diário de trabalho extenuante que vários deles chegam a óbito.

Soma-se a isso o fato de que o trabalhador executa sua tarefa em áreas cujo relevo é mais acidentado (menos indicado para a máquina), com plantio irregular e com cana de qualidade inferior a cortada pela máquina. Na Zona da Mata pernambucana, por exemplo, em áreas onde o terreno é íngreme e o corte de cana é integralmente manual, as condições de trabalho são ainda mais extenuantes, pois o trabalhador tem que efetuar todos os movimentos descritos acima durante o corte, subindo e descendo as encostas dos morros.

Segundo Silva (2006, p. 114), devido ao processo de exploração do trabalho nos canaviais paulistas, no período de 2004 a 2007 foram registrados 20 casos de mortes envolvendo cortadores de cana. Os casos apontados por Silva têm como referência o SPM - Serviço Pastoral do Migrante, de Guariba (SP), que divulga com base em levantamento do Ministério Público do Trabalho, a existência de casos de morte de trabalhadores ligados ao corte de cana. De acordo com a última atualização efetuada pelo SPM, até maio de 2008 foram contabilizadas 22 mortes de trabalhadores.

Em virtude dessas denúncias de mortes, feitas pela Pastoral do Migrante, pela imprensa e por pesquisadores, bem como mediante o trabalho de fiscalização que vem sendo feito pelo Ministério Público, as empresas tentam camuflar o dispêndio de energia e o desgaste físico desses trabalhadores, oferecendo-lhes suplementos energéticos para reposição de sais minerais. Esse produto que é distribuído entre os trabalhadores recebe por eles a denominação de “sorinho” ou “suquinho”. O seu uso tem gerado questionamentos porque, pelo que nos consta, não se tem total conhecimento de sua eficácia, enquanto repositores de energias, nem se produz efeitos colaterais.

Há algum tempo atrás esse energético era preparado na própria unidade processadora ou distribuído já pronto em saquinhos para os trabalhadores, porém mediante relatos de que estaria fazendo mal (problemas intestinais, possivelmente em função de preparo inadequado) foi suspenso, e agora é confeccionado em pó e com sabor de frutas. E, ao ser distribuído entre os trabalhadores eles próprios se encarregam de preparar.

Quando questionamos os trabalhadores a respeito do “sorinho”, a maioria disse que usa e demonstrou “saber” para que serve, mas falou que não sente diferença quando toma. Alguns, no entanto, alegaram sentir sono e mal-

estar e que por isso preferem não tomar⁴⁹⁶. Como o produto tem sabor de fruta, existe trabalhador que toma mais de dois saquinhos diários (porque pega dos colegas que não tomam) como se fosse suco. Isso leva-nos a pressupor, apesar de não termos conhecimento científico a respeito, que há um relaxamento dos músculos, daí o fato de alguns trabalhadores dizerem que sentem sono.

O mais sério é que para aumentar a capacidade produtiva e conseguir atingir as metas de produção estipuladas pelas empresas, tem trabalhadores adotando determinados mecanismos prejudiciais a sua saúde, mas que, infelizmente empresas e sindicatos ou desconhecem ou fazem “vistas grossas”. É o caso do uso de maconha e *crak* destacado por Silva (2006, p. 126), bem como de “injeções de vitaminas” (detectado em Goiás) que apesar de produzir efeito positivo em curto prazo, pois o trabalhador fica mais ativo, mais disposto, podem causar efeitos colaterais a médio e longo prazos ou danos irreversíveis a saúde do trabalhador.

Em outras palavras diríamos que as empresas agroindustriais canavieiras elevaram as metas de produção e criaram mecanismos incitados e coercitivos para aumentar ainda mais a produtividade dos trabalhadores, através de premiações e bonificações, provocando assim o aumento do ritmo de trabalho. E os trabalhadores, iludidos pela perspectiva de um salário maior ou de recebimento de um prêmio, quando se sentem enfraquecidos e, portanto, com receio de não conseguir atingir as metas recorrem ao uso de drogas e de injeções etc.

O estabelecimento de metas favorece, portanto a empresa que visa o aumento da produtividade, e o fiscal de turma, que tem seu salário atrelado à média de produção dos trabalhadores. Desse modo, quanto mais o trabalhador cortar, mais a empresa e o fiscal ganham. É, pois, nesse sentido que os trabalhadores são estimulados e/ou coagidos a produzirem cada vez mais.

Apesar de entrevistar trabalhadores e sindicalistas em todos os estados visitados somente no estado de Goiás tomamos conhecimento da prática da injeção⁴⁹⁷, a qual nos foi confidenciada pelo dirigente sindical de Goianésia (GO).

⁴⁹⁶ Conforme declararam os trabalhadores J. e J. C. numa frente de corte de cana da Usina Decasa.

⁴⁹⁷ Em SILVA, 2004, encontramos referência às tais “injeções amarelinhas”. Apesar da autora não entrar em detalhes a respeito pressupomos que se trata do mesmo medicamento e que, possivelmente seja usada

O mesmo ressaltou que o uso constante da vitamina injetável causa enfraquecimento muscular e, com o tempo o trabalhador fica inabilitado para o trabalho. Questionado sobre a comprovação científica dos efeitos colaterais, o dirigente sindical salientou que o Ministério Público Federal do Trabalho estava investigando, e que até então não dispunha de informações mais concretas deixando-nos, portanto sem elementos para efetuar uma avaliação mais consistente a respeito neste momento.

Cabe destacar também que em muitos casos, o não cumprimento dessas metas se volta contra o próprio trabalhador, tornando-se um empecilho para sua contratação na safra seguinte. A produtividade dos trabalhadores é um poderoso instrumento de controle da força de trabalho nas mãos do capital agroindustrial canavieiro, tanto no momento da contratação (quando inicia a safra) como durante a safra. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Apesar da maioria dos representantes das empresas negarem, dizendo que não a utilizam como critério de seleção e mecanismo de controle, nos foi possível fazer essa leitura nas entrelinhas. Alguns, no entanto, assumiram abertamente em seus depoimentos, que os trabalhadores que não conseguem atingir as metas de produção são dispensados durante a safra ou não são contratados na próxima. Isso ficou evidente, por exemplo, no depoimento do Gerente de Recursos Humanos da Usina Santa Teresa/PE. Quando argüido se a produtividade do trabalhador no corte de cana é um critério de seleção ele respondeu:

É a gente tem critério sim, se o trabalhador vem pela primeira vez ele é avaliado, e dependendo da produtividade dele ele vai retornar ou não. Às vezes até a própria permanência durante a safra, se a produtividade for muito baixa ele pode até sair. (CAETANO, entrevista, 22/11/2006, p.03).

Existe, inclusive, uma lista que circula entre as usinas com os nomes dos trabalhadores que não conseguem cumprir a meta estabelecida, impedindo-os de retornarem na próxima safra⁴⁹⁸, também denominada entre os trabalhadores de “lista negra”. Mesmo nas usinas do Nordeste onde a meta é menor que nas usinas do Centro-Sul, a produtividade continua sendo o principal

também no estado de São Paulo.

critério de seleção.

Faz-se importante dizer, em acréscimo, que esse esquema, no qual os trabalhadores são submetidos pelo capital para trabalharem até a exaustão, já que são remunerados por produção, é denominado por Thomaz Júnior (2002) de “*Bingo da Morte*”. Nesse sistema espoliativo, que nos remete ao século XVIII, para perfazerem mais rendimentos os trabalhadores acabam antecipando sua morte, em vista do grande dispêndio de energia e desgaste físico, não reposto à altura dos ganhos alcançados.

Em seu depoimento o presidente do STR de Goianésia (GO) demonstrou ter plena consciência dessa forma de controle exercida pelo capital no âmbito do agronegócio canavieiro e deixou clara a responsabilidade das empresas quanto aos desdobramentos negativos que essas metas elevadas provocam na saúde e na vida dos trabalhadores.

Vamos supor que eu cortava dez toneladas, passou um ano, passou dois, eu fui ficando mais velho, ficando mais fraco e passei a cortar oito. Porque eu passei a cortar oito? A minha estrutura física foi caindo, a minha resistência foi caindo, mas aí eu tenho meus filhos pra zelar, o quê que eu vou fazer? **Eu vou numa farmácia e tomo uma injeção na veia aí eu corto dez toneladas a pique.** Mas, numa safra eu perdi cinco anos de vivência, com certeza. Na outra safra a mesma coisa, mas eu estou cortando as dez toneladas. Se eu cortar oito toneladas eu consigo sustentar minha família, mas a empresa não me ficha, aí o que eu vou fazer? Eu sou analfabeto, portanto eu tenho que cortar cana se não a minha família passa fome. **Aí eu dou a minha vida, e não é para minha família é para a empresa** (MORAES, entrevista – 14/10/2008, p.12 -13).

Sem outra perspectiva de trabalho que não a de cortador de cana, esses trabalhadores têm seu suor, seu sangue, e suas vidas consumidas pelo capital. Nesse sentido vale dizer que o esforço desmesurado, somado às câimbras, mal-estares constantes e às mortes de dezenas de trabalhadores é, portanto, a expressão máxima da superexploração da força de trabalho nos canaviais.

Diríamos em acréscimo, que nesse contexto de reestruturação produtiva do capital agroindustrial canavieiro, o trabalho no corte de cana

⁴⁹⁸ Cf. Caderno de Formação, n.2 – CPT/PE, 2006.

expressa um grau de intensidade muito maior do que em décadas anteriores, não necessariamente em função da quantidade de horas trabalhadas, mas, sobretudo do ritmo e da velocidade com que este vem sendo executado. E essa intensificação visa à obtenção de um resultado, que é o aumento da produtividade. Nesse caso em específico, o trabalho está sendo transformado pela exigência de mais resultados materiais, devendo os trabalhadores empenhar cada vez mais energia física para a obtenção de mais trabalho⁴⁹⁹.

Todavia, não basta os trabalhadores serem produtivos, a submissão dos mesmos às condições impostas pelas empresas constitui-se um fator positivo, especialmente no momento da contratação. Significa dizer que o trabalhador que se submete às exigências da unidade processadora sem reclamar, que tem a sua força de trabalho explorada, que é obrigado a morar e se alimentar de forma precária, mas que mesmo assim não se mobiliza e nem reivindica direitos (que sabemos ser muitas vezes por receio de perder o emprego), é visto pela empresa como um trabalhador “despolitizado” e que, por isso ganha a sua preferência.

Durante a pesquisa de campo esse componente foi considerado importante por representantes de algumas empresas, que declararam contratar trabalhadores de estados (e regiões de estados) do Nordeste por estes serem menos politizados. Foi o caso do Gerente Industrial⁵⁰⁰ da Usina Vale do Paranaíba (MG), por exemplo, que deixou clara a preferência da empresa ao comparar a mão-de-obra do Nordeste com a local,

A diferença da mão-de-obra do Nordeste pra mão-de-obra daqui é que essa região aqui de Minas é uma região politizada, muito mais politizada do que a região do Norte-Nordeste. Não é que o pessoal não seja politizado lá, essa região aqui o pessoal por ser politizado, **é um pessoal que entende e sabe seus direitos** (AZEVEDO, entrevista – 23/11/2007, p. 13).

Sua fala sugere que os trabalhadores do Nordeste são menos esclarecidos quanto a seus direitos, menos sindicalizados, passíveis de

⁴⁹⁹ DAL ROSSO, 2008, faz uma discussão interessante sobre a manifestação da intensidade nos diversos tipos de trabalho (produtivo, intelectual etc.), a qual se considera importante para ajudar a compreender a realidade do trabalho no corte de cana-de-açúcar.

⁵⁰⁰ Em entrevista concedida durante pesquisa de campo, realizada em novembro de 2007, no Triângulo Mineiro.

“manipulação”, mais susceptíveis aos ditames do capital e, portanto, menos ameaçadores do ponto de vista reivindicativo do que os trabalhadores locais. Em outras palavras, diríamos que para as empresas agroindústrias canavieiras os trabalhadores migrantes são mais produtivos, reivindicam menos e não têm os “vícios”⁵⁰¹ dos trabalhadores locais.

Às vezes, de forma “ingênua”, os próprios trabalhadores acabam reproduzindo essa concepção:

Porque a gente trabalha. Mineiro não gosta de serviço que nem cortar cana. Diz que é massacrado. Um serviço muito esforçado eles não gostam, eles gostam de um serviço mais maneiro. E a gente não, a gente vem do Nordeste com esse objetivo. Vamos trabalhar pra vê se arruma alguma coisa [...] (ALVES JÚNIOR, entrevista – 23/11/2007, p. 3).

A maioria desses trabalhadores sai de seus locais de origem com a ilusão de ganhar muito dinheiro cortando cana e/ou com a expectativa de poderem garantir o sustento e uma condição de vida melhor para a família. Por isso se submetem aos ditames do capital. Um exemplo disso é o sistema de 5 por 1 adotado por empresas do Centro-Sul e do Nordeste⁵⁰². Quando esse sistema foi criado gerou divergências⁵⁰³ entre trabalhadores locais e migrantes e teve de ser discutida em assembléia.

Os trabalhadores locais não aceitam trabalhar aos domingos para ficar com a família. Já os migrantes (do Nordeste e do norte de Minas Gerais, por exemplo) assimilam melhor esse sistema e aceitam com mais facilidade do que os trabalhadores locais. Como ficam em alojamentos não fazem objeção, justamente por estarem longe de suas famílias e acreditarem que ao trabalhar mais ganharão mais e, assim poderão realizar os objetivos pessoais e/ou familiares.

Aqueles que possuem uma pequena propriedade planejam poupar

⁵⁰¹ Significa dizer que os trabalhadores locais cortam menos toneladas de cana/dia, são faltosos e costumam entrar com recurso contra a empresa no final da safra, junto a Justiça do Trabalho, para reaver direitos trabalhistas que lhe são negados. Cf. Oliveira, 2003 (Dissertação de Mestrado)

⁵⁰² Tal sistema, que de maneira simplificada consiste em trabalhar cinco dias semanais e folgar em qualquer dia da semana, elimina do cotidiano dos trabalhadores o descanso regular nos finais de semana. Como a folga acontece num sistema de rodízio, vez ou outra coincide com o sábado ou domingo.

⁵⁰³ Essas divergências foram apontadas pelos dirigentes sindicais durante pesquisa de campo. O fato da questão já ter demandado discussão em assembléia foi destaca pelo presidente do STR de Lençóis

dinheiro para aumentar a propriedade ou comprar “cabeças de gado”. Nesse caso o assalariamento no corte de cana constitui-se uma alternativa para continuar reproduzindo sua condição camponesa. Outros, no entanto (especialmente os que moram na cidade), além da necessidade de manter a família alimentam a expectativa de comprar uma casa, uma moto e outros bens (nas moradias e alojamentos que visitamos o que mais encontramos foram aparelhos de som, DVD, bicicletas e televisores embalados para levar para casa), tudo isso com o dinheiro ganho no corte de cana.

No Triângulo Mineiro o representante da Usina Vale do Ivaí declarou que os trabalhadores migrantes contratados pela empresa (originários do Vale do Jequitinhonha e do Norte da Bahia) já estavam se preparando para ir embora e que levariam com eles muitos bens adquiridos com o trabalho no corte de cana, principalmente motos.

No dia 21 de dezembro sai três ônibus daqui que nós já providenciamos, e mais dois caminhões “segonheiros”. Eles estão levando 70 motos 0 km embora. Cada um esteve aqui, cortou cana, ganhou seu dinheiro, está levando dinheiro de volta para a família [...] com o salário que eles ganharam compram fogão, moto, geladeira, todas as coisas que eles não têm na comunidade em que eles vivem eles compram aqui e levam para a família. No ano que vem eles estão aqui outra vez, para poder comprar mais alguma coisa. É assim que eles vivem. (SANTOS, entrevista – 21/11/2007, p. 15 -16).

Devemos atentar, no entanto, para o fato de que para o representante da empresa, de certa forma isso é motivo de exaltação, como se quisesse dizer: olha cortar cana não é tão ruim assim, se paga tão bem que os trabalhadores conseguem comprar até motos. Porém, sabe-se que se eles realmente conseguem adquirir esses bens, isso ocorre à custa da superexploração, de muito esforço, muito dispêndio de energia e, conseqüentemente da própria saúde.

Matéria divulgada no *site* da Pastoral do Migrante, referente a visitas efetuadas pelo Pe. Garcia Peres e pela Ir. Inês Facioli a vários municípios do estado do Maranhão, revela que em algumas cidades o número de motos tem aumentado de forma expressiva. Os trabalhadores migram para o corte de cana no Centro-Sul e

Paulista/SP, durante a pesquisa de Mestrado em 2003.

quando retornam levam a moto ou o dinheiro para comprar em seus locais de origem. Entretanto, para os trabalhadores responsáveis pela manutenção da família essas motos não se constituem um mero sonho de consumo, mas um meio de sobrevivência no período de entressafra. Assim, os trabalhadores que moram nas pequenas cidades, sem emprego, buscam no serviço de moto-táxi (Foto 42) uma alternativa de remuneração temporária.

Foto 42 – Moto-táxi onde cortadores de cana trabalham durante a entressafra – Timbiras/MA



Fonte: Pastoral do Migrante.10/03/2008. Disponível em: http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=107:flashes-das-migracoes-temporarias&catid=25:dados

Já para os mais jovens, especialmente os solteiros, a aquisição de uma moto, seja através da compra ou de premiação por ter se destacado na produção é uma questão de *status* perante os colegas que não possuem e uma forma de atrair as atenções femininas, mesmo que isto lhe tenha custado muito esforço físico. Desse modo, o fetiche da mercadoria desejada, no caso a moto,

redefinirá o papel de seu possuidor na comunidade de origem. Caso seja jovem, solteiro, será visto como vitorioso, forte, destemido, valores sancionados positivamente e responsáveis pelas conquistas amorosas das jovens, cujos olhares também permanecem embaçados pelo brilho do fetiche (SILVA, 2006, p. 128).

Faz-se importante frisar, no entanto, que não são muitos os que conseguem comprar casas, motos, gado e eletrodomésticos, haja vista a condição de exploração a que são submetidos em muitas empresas (pagamento não condizente com a quantidade/peso da cana cortada, atrasos no pagamento dos

salários e rescisões de contrato de trabalho etc.). Soma-se a isso o fato de que nem todos conseguem produzir dentro ou acima da média de corte estabelecida pela empresa, especialmente os trabalhadores que cortam cana pela primeira vez e os com mais idade (na faixa etária de 45 a 60⁵⁰⁴ anos), conforme constatamos durante a pesquisa de campo.

A superexploração da força de trabalho dos cortadores de cana é uma constante no cotidiano do processo de trabalho. Além de as empresas estabelecerem metas de produção como condição para a contratação e a permanência dos trabalhadores no corte de cana, ainda utilizam determinados artifícios para estimulá-los a aumentar sua produção. Um exemplo disso são os sistemas de premiação, conforme já sinalizamos anteriormente. Estimulados a cortar mais toneladas de cana/dia como condição para serem agraciados no final da safra, esses trabalhadores não se dão conta de que estão sendo tratados como máquinas, alimentando falsas expectativas de que trabalhando mais estarão ganhando mais.

Essa estratégia da premiação adotada pelas empresas para incentivar o trabalhador a produzir mais, em princípio figura para o capital como algo positivo, tendo em vista que a premiação de uns pode estimular os outros. Todavia, esta estratégia tem surtido efeito contrário à medida que gera insatisfação entre os trabalhadores, ao avaliarem que também merecem uma premiação e não são contemplados. Assim, o que poderia se reverter em ganhos de produtividade se transforma em divergências internas aos grupos de trabalhadores e, “o feitiço se volta contra o feiticeiro”⁵⁰⁵. Nesse caso o capital recua, pois, para ele essa espécie de estímulo incitado e coercitivo só é interessante enquanto se reflete positivamente no processo de trabalho.

Outra estratégia usada por essas empresas, se refere às promessas de “participação nos resultados” e a concessão de cestas básicas ou auxílio alimentação (*ticket*). Todavia, a condição estabelecida para que os trabalhadores tenham “participação nos lucros”, direito à cesta básica e ao auxílio alimentação de

⁵⁰⁴ Durante a pesquisa de campo encontramos alguns trabalhadores no corte de cana, na faixa etária entre 50 e 60 anos.

⁵⁰⁵ Durante pesquisa de campo realizada no Triângulo Mineiro, em novembro de 2007, trabalhadores ligados a Usina Vale do Paranaíba/do Grupo João Lyra declararam que a unidade adotava essa estratégia de premiação, mas que teria desistido devido às divergências criadas entre os trabalhadores que se julgavam

forma integral é não faltar ao trabalho.

Essa forma de controle tem embasamento nos acordos coletivos de trabalho e conta com o aval dos sindicatos, conforme o exemplo destacado a seguir:

Será assegurado o fornecimento de Auxílio Alimentação (*Ticket*) aos empregados, no valor mensal de R\$ 100,00 (cem reais), ao trabalhador que registrar frequência integral no mês, exceto Acidente de Trabalho e de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) ao trabalhador que tiver até uma falta injustificada ou dois dias em atestado médico válido, excetuando-se também o acidente de trabalho. (Acordo Coletivo de Trabalho- 2008/2009, Cláusula Vigésima Segunda)⁵⁰⁶.

Desse modo, “bonificações” e/ou direitos adquiridos em negociações coletivas caracterizam uma forma de controle travestida dos trabalhadores pelo capital, com o intuito, especialmente de conter o “absenteísmo”.

Nesse sentido, segundo Alves (2000, p.51) a principal estratégia da captura do consentimento do trabalhador utilizada pelo capital no contexto do modelo de acumulação toyotista, é a “*emulação individual*”, expressa por meio do pagamento de bônus por produtividade e participação nos resultados.

Todavia, essa estratégia não constitui um “*mérito*’ do padrão de acumulação toyotista, pois não se trata de uma criação sua, mas apenas de um ‘meio refinado e civilizado’ de exploração da força de trabalho” que o mesmo desenvolveu. (ALVES, 2000, p.52)

Outro aspecto de fundamental importância a ser destacado se refere ao roubo na medição, na pesagem e no pagamento dos trabalhadores. Os mesmos, quando muito, só acompanham a medição da cana no eito⁵⁰⁷, uma vez que a pesagem da cana que eles cortam diariamente é efetuada na unidade processadora, onde a cana medida (em metros) no eito é transformada em toneladas. Na verdade essa transformação ocorre ainda na lavoura com base num sistema denominado “campeão”, que consiste na realização de uma amostragem do peso da cana. Antes dos trabalhadores começarem a jornada

também merecedores dos prêmios e que, no entanto, não teriam sido agraciados.

⁵⁰⁶ Assinado pelo STR de Potirendaba/SP; STR de Catanduva/SP; STR de Tabapuã e Novais/SP, com abrangência territorial em Catanduva, Catiguá, Elisiário, Novais, Pindorama, Potirendaba, Santa Adélia e Tabapuã.

⁵⁰⁷ No Centro-Sul com um compasso de dois metros e tem como referência o metro linear; já no Nordeste a

diária no corte um técnico da empresa recolhe três amostras de cana de cada talhão a ser cortado e as leva para pesar na unidade processadora, onde são atribuídos os valores, de acordo com o teor de sacarose.

Os valores a serem pagos por tonelada são predefinidos nos acordos coletivos de trabalho da categoria, no início década safra, conforme o peso e o tipo de cana⁵⁰⁸. Todavia, como o controle é exercido exclusivamente pelas unidades processadoras, estas, na maioria dos casos atuam de forma fraudulenta e manipulatória.

Essa prática é comum e é predominante entre as reclamações dos trabalhadores entrevistados. Em muitos casos é o próprio fiscal de turma quem ludibria o trabalhador ao efetuar a conversão metro-peso da cana-de-açúcar no eito, diminuindo a quantidade de metros/toneladas em relação à quantidade efetivamente cortada pelo trabalhador⁵⁰⁹. Essa prática tem sido largamente adotada no âmbito das empresas agroindustriais canavieiras e quase sempre sob a conivência e/ou omissão dos sindicatos.

Mediante a ocorrência de fraudes praticadas pelas usinas no momento da pesagem da cana, o Sindicato dos Empregados Rurais (SER) de Cosmópolis (SP) desenvolveu um método denominado Quadra Fechada, o qual tem sido aplicado na Usina Ester, no município de Cosmópolis (SP), contrariando assim o método “campeão” adotado pelas demais unidades processadoras. O diferencial desse sistema está no controle exercido pelo sindicato, “desde a escolha do talhão para a medição referencial, os procedimentos a serem utilizados, o acompanhamento de todas as áreas de campo e da recepção das canas, na balança”. (THOMAZ JÚNIOR, 2007a, p.14).

Segundo Silva (2006, p. 127-128), através deste método os trabalhadores e o sindicato, têm o controle da metragem e do eito igualado, por meio de cadernos

medição é feita com uma “vara” (de madeira) medindo 2,20 metros e tem como referência a braça.

⁵⁰⁸ Foram criadas tabelas para definir o preço da cana conforme o peso e o tipo. No estado de São Paulo, por exemplo, verificamos que o preço por tipo tem como referência a cana de primeiro corte e a cana de outros cortes. Neste caso, conforme o acordo coletivo efetuado para a safra 2008/2009, o preço da tonelada para a cana de 18 meses era de R\$ 3,34 e da tonelada para a cana de outros cortes era de R\$ 3, 21. Já nos outros estados visitados as tabelas classificam a cana em vários tipos e definem o preço da tonelada de acordo com essa classificação, se mais reta, se mais deitada ou cana boa, cana média, cana ruim etc. A diferença na classificação e no preço por tonelada depende, então, do estado e região do país onde é efetuada a negociação.

⁵⁰⁹ Segundo Thomaz Júnior (2007a, p.14) o roubo no campo e na balança pode atingir até 40% do trabalho efetivo do trabalhador.

obrigatoriamente fornecidos pela unidade processadora. Além disso, desenvolveu-se um *software* para computador que faz o controle do peso da cana procedente das quadras/talhões, sempre sob a fiscalização do sindicato. A usina é obrigada a fornecer um mapa agrônomo da área a ser efetuado o corte de cana, para que antes de iniciar a safra o sindicato já saiba quantos metros de cana tem em cada quadra. Isso feito e somado ao controle no momento do corte e pesagem tem evitado a ocorrência de “roubo” por parte dos fiscais ou dos empreiteiros na frente de corte.

Silva (2006, p. 127-128) ressalta ainda, que segundo declaração da presidente do SER de Cosmópolis, os cálculos obtidos pelo método Quadra Fechada permite descobrir comparativamente, que em vários casos de pesagem pelo sistema “campeão” o peso da cana não corresponde à realidade, ou seja, se no sistema “campeão” a cana pesa 12 toneladas no sistema de Quadra Fechada a mesma cana corresponde a 20, 25 ou 30 toneladas. Com esta comparação corrobora-se a tese de que de fato os trabalhadores não são somente lesados, mas efetivamente roubados.

No estado de São Paulo convencionou-se, a partir de 1986, que o sistema de pagamento dos cortadores de cana seria efetuado de modo que os trabalhadores pudessem ter maior controle sobre seu processo de trabalho, a saber: 1) no início do trabalho, de manhã, um caminhão vai ao local de corte; o mesmo é cheio com cana colhida de três pontos diferentes do talhão, para realizar uma amostra representativa da qualidade e especificidades da cana no local; 2) os trabalhadores podem participar da escolha dos três pontos; 3) este caminhão depois de cheio com cana colhida dos três pontos do talhão vai para a usina para ser pesado, já sabendo que aquela carga corresponde a um determinado número de metros lineares; 4) os trabalhadores podem acompanhar o caminhão para verificar a pesagem na balança das usinas e se certificarem que não há roubo; 5) depois de realizada a pesagem, é realizada a conversão de tonelada para metro de cana; já que a tonelada de cana paga aos trabalhadores já tem seu valor definido pelo acordo coletivo; 6) o valor do metro obtido da conversão deve ser informado aos trabalhadores no canavial antes do fim do dia; 7) no final do dia de trabalho cada eito de cana de cada trabalhador do talhão é medido através de um compasso de ponta de ferro com 2 metros de comprimento entre uma ponta e outra; 8) feita a medição do eito é elaborado, no

campo, um recibo (pirulito) onde consta a quantidade de metros cortados por cada trabalhador, o valor de cada metro e o total de rendimentos obtidos pelos trabalhadores naquele dia de trabalho⁵¹⁰.

Apesar de esse procedimento ter sido estabelecido e constar dos acordos coletivos, nunca funcionou na prática. Em parte, o não funcionamento se deve aos próprios trabalhadores que deveriam participar de quatro etapas fundamentais, a saber: escolha dos três pontos representativos da cana do talhão; medição em metros da cana para carregar o caminhão; participação do cálculo de conversão da tonelada em metro e fiscalização da pesagem da cana na unidade processadora. Mas, como os trabalhadores são remunerados por produção, preferem não parar para acompanhar essas etapas, pois, se o fizerem perderão pelo menos meio dia de trabalho, ficando sem ganhar esse período.

Contudo, essa não é a principal causa do não acompanhamento do sistema de pagamento pelos trabalhadores. Em muitos casos isso ocorre por desconhecimento dos mesmos, ou por medo de serem punidos ou demitidos. Há casos em que os trabalhadores são advertidos, ou mesmo suspensos do trabalho por discordarem da conversão metro-peso em que ocorre redução da quantidade de cana cortada, e exigirem do fiscal de turma explicação ou correção do procedimento adotado.

Nas entrevistas realizadas com trabalhadores no corte de cana, questionamos se eles se sentem lesados na transformação metro-peso e no preço pago pelas empresas, e quando isso ocorre como eles reagem junto ao *líder da turma*⁵¹¹, e numa dessas entrevistas um trabalhador respondeu:

Acontece. Ai a gente chega pra ele e diz rapaz isso ai tá errado! Vamos ver como é que fica esse negócio. Às vezes quando é um cara exigente ou rude ai diz não, tá certo mesmo é assim e pronto. Ai a gente fica calado e pronto, porque se a gente for discutir é arriscado até levar uma suspensão. (RAFAEL, entrevista, 22/11/2006, p.05)⁵¹².

Essas queixas de irregularidade no pagamento foram freqüentes não só

⁵¹⁰ Cf. Alves (2006, p.03).

⁵¹¹ Também conhecido como Cabo, Cabo de Turma, Feitor, Fiscal ou Encarregado. Essas denominações têm origem nas diversas áreas canavieiras do país. No Nordeste inclusive, prevalece até hoje a figura do feitor.

nos depoimentos dos trabalhadores, mas também dos dirigentes sindicais. Entre os entrevistados uma alegação converge para o mesmo ponto: os empresários agroindustriais canavieiros assinam o acordo coletivo concordando com a tabela de preços estipulada para aquela safra, no entanto, no decorrer do processo tentam burlar o acordo pagando menos do que o estabelecido na tabela. Conforme destaca o secretário do STR de Santa Rita (PB).

[...] eles negam, eles assinam tudo e negam. É um dos problemas mais sérios. A gente vai lá consegue o preço da tabela com muita briga, fica tudo beleza, só que amanhã eles continuam fazendo a mesma coisa. (SILVA, entrevista – 16/11/2006, p.5)

No mesmo sentido o presidente do STR de Goianésia (GO) salientou que os diretores do sindicato têm que ficar atentos diariamente, pois se houver descuido as empresas prejudicam os trabalhadores.

Esse é o caso mais dramático no setor sucroalcooleiro [...]. A gente faz uma negociação e a tabela de preço é feita por tonelada. Elas [as empresas] sempre põem o preço abaixo, a gente corrige todo dia. Se a gente não fizer isso o trabalhador leva um grande prejuízo. Isso ocorre com frequência. Então, todo dia a gente está na área pra corrigir, pesar a cana e buscar o direito do trabalhador. Se eu falar hoje nós não vamos à lavoura, o trabalhador fala: a cana hoje tava mais barato e você não foi lá. (MORAES, entrevista – 14/10/2008, p.03)

Quando se trata de trabalhadores ligados a fornecedores e/ou empresas que terceirizam a mão-de-obra, a precarização e exploração nesse sentido chega a níveis muito piores. Enquanto os trabalhadores contratados diretamente por uma determinada unidade processadora recebem, por exemplo, R\$ 0,22 ou R\$0,25 centavos por metro de cana cortada, os trabalhadores ligados aos fornecedores ou às empresas terceiras ganham entre R\$ 0,8 e R\$ 0,10 centavos por metro, o equivalente a menos da metade do que ganham os demais.

Além de terem seus direitos usurpados, os trabalhadores são coagidos, pressionados, ameaçados e punidos no processo de trabalho. Reivindicar direitos muitas vezes é sinônimo de punição, demissão ou de não contratação na próxima safra. Assim, a discordância do peso e do preço da cana e o questionamento junto

⁵¹² Trabalhador da Usina Santa Teresa/PE (Grupo João Santos).

aos fiscais, muitas vezes se revertem em advertências, ganchos (suspensão por desobediência às normas impostas) e inserção de trabalhadores nas chamadas listas negras. Os que são inseridos nessas listas ficam como se tivessem seu “nome sujo”, impedidos de trabalhar na empresa noutra safra e, em alguns casos até em outras empresas.

Há que se destacar que as punições e as tais “listas negras” são comuns também para os trabalhadores que comandam ou participam de paralizações e/ou greves, isso quando não são demitidos de imediato.

Vamos supor que a gente chegue numa usina lá do estado de São Paulo e apresente o currículo, eles batem um fio [ligam] aqui e perguntam, e o pessoal daqui fala se você já participou de alguma greve. Todas as empresas têm contato umas com as outras. (RAIMUNDO, entrevista - 23/11/2007, p.5)⁵¹³.

Vê-se, pois, que a precarização e a superexploração do trabalho, no âmbito dessa moderna forma de produzir decorrente do processo de reestruturação produtiva do capital canavieiro, se manifestam sob os mais diversos aspectos. Seja no descumprimento da legislação trabalhista o da Norma Regulamentadora nº 31, tais como: falta de registro em carteira, intensificação da jornada de trabalho, baixos salários e/ou fraudes no pagamento da produção por tonelada de cana, desrespeito às normas de saúde e segurança do trabalhador, precariedade das condições de moradia e alimentação; além de metas de produção abusivas e estratégias de estimulação incitada e coercitiva, via prêmios e bônus. Seja através da insegurança laboral que se instaura no universo desses trabalhadores, devido à mecanização do corte de cana e as pressões sofridas mediante reivindicação de direitos, que ameaçam a manutenção do emprego. Assim, a incorporação de novas tecnologias e, de modo particular da mecanização nas lavouras canavieiras aprofundou ainda mais a exploração do trabalho.

⁵¹³ Trabalhador migrante (maranhense) da Usina Caeté, no município de Delta/MG.

4.3 – A Mecanização do Corte de Cana-de-açúcar e os Rebatimentos Para o Trabalho

O capital agroindustrial canavieiro, enquanto elemento hegemônico no processo produtivo busca assegurar-se de todas as formas e subsumir o trabalho sob seu controle, e uma maneira dele conseguir sua auto-afirmação é intensificando e fortalecendo a integração entre a planta fabril e a lavoura. Como as unidades processadoras funcionam em sistema de processo contínuo, a lavoura tem de acompanhar o ritmo determinado pela indústria. Desse modo, a mecanização do corte de cana se constitui uma peça fundamental nesse processo (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Já destacamos anteriormente, mas cabe reforçar que a mecanização do corte de cana-de-açúcar foi uma estratégia adotada pelos empresários do setor a partir da década de 1980. Esta foi uma resposta encontrada pelo capital para as reivindicações e paralisações dos trabalhadores por meio de sucessivas greves, a exemplo da já conhecida Greve de Guariba, em 1984.

Vale lembrar que o desencadeamento dos movimentos grevistas dos anos 1980, dos quais a greve de Guariba é protagonista, foram motivados por algumas mudanças implementadas no processo de trabalho, a exemplo da quantidade de ruas (fileiras) de cana cortada pelos trabalhadores que passou de cinco para sete.

Tal mudança implicava no aumento da intensidade do trabalho e da mais-valia relativa e, portanto em maior exploração da força de trabalho, ao passo que os salários permaneciam os mesmos. Em decorrência dessa luta houve a fixação de cinco ruas novamente⁵¹⁴ e atualmente prevalece o sistema de cinco ruas, conforme verificamos em campo e consta do Acordo Coletivo de Trabalho disponibilizado pelo presidente do STR de Catanduva (SP), referente à safra 2008/2009.

Em se tratando da questão da mecanização, cabe reforçar que esta ganhou força a partir da segunda metade da década de 1980, como forma do capital se precaver diante dos movimentos grevistas, mas este não foi o único

⁵¹⁴ Cf. SILVA, 2004, p. 46.

motivo. Havia também a necessidade do capital agroindustrial canavieiro de racionalizar o processo produtivo e incrementar a produtividade do trabalho e rebaixar custos.

Com a desregulamentação do setor, as questões que emergiram encimadas na mecanização do corte, perpassaram também pela polêmica que envolve a queima da cana-de-açúcar. Até então, tendo em vista, entre outros fatores, a tecnologia embutida nessas máquinas e o elevado custo para aquisição das mesmas, o corte de cana com máquina era efetuado basicamente por empresas de grande porte e, portanto, mais capitalizadas.

Assim, a partir da segunda metade da década de 1990, começaram a surgir discussões sob a alegação de que a queima da palha da cana-de-açúcar causa efeitos maléficos ao meio ambiente e a população próxima aos canaviais (conforme já discutimos no capítulo III). Em decorrência disso instituiu-se, no estado de São Paulo, o Decreto nº 42.056/97 visando regulamentar a queimada. Esse Decreto foi substituído pela Lei Estadual nº 11.241, de 19 de setembro de 2002, que determina que em 2021, 100% da cana-de-açúcar colhida em áreas mecanizáveis seja efetuada sem queima; e que nas áreas não favoráveis a mecanização o corte seja efetuado 100% sem queima prévia em 2031, compreendendo, portanto um prazo mais estendido para a eliminação das queimadas.

Nesse contexto, houve o “barateamento” dos custos de aquisição das máquinas, bem como maior aperfeiçoamento técnico, fazendo com que o uso da colheitadeira se ampliasse nas empresas de médio e grande porte e se tornasse acessível também às pequenas. Conseqüentemente houve o aumento da colheita mecanizada da cana crua, sem, contudo eliminar a colheita da cana queimada, que muitas empresas ainda insistem em efetuar para operar o corte mecânico, mesmo com a proibição.

Conforme dados apontados pela UNICA, na safra 2006/2007, 66% da cana do Estado de São Paulo foi colhida com queima, contra 34% colhida sem queima (crua). Já na safra 2007/2008, houve um aumento no percentual de cana colhida crua, que ficou em 47%. Porém, ainda foi inferior ao da cana queimada, equivalente a 53%.

Esse aumento da colheita mecanizada da cana crua a partir de 2007 se

deve ao Protocolo Agroambiental criado pelo Governo do estado de São Paulo, em junho daquele ano. Através desse Protocolo foi firmado acordo de caráter voluntário com as empresas agroindustriais canavieiras (ao qual a maioria aderiu), para antecipar o final da utilização da queima em 2014 para áreas mecanizáveis e 2017 para áreas não mecanizáveis.

Levantamento do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), através do projeto Canasat, aponta que entre as safras 2006/2007 e 2007/2008 (período de vigência do Protocolo Agroambiental) a redução da queima da palha de cana foi considerável na maioria dos municípios do estado de São Paulo⁵¹⁵.

Os dados da UNICA apontam ainda que na região Centro-Sul, na safra 2008/2009, 41% da colheita foi mecanizada, enquanto no estado de São Paulo o percentual foi de 50%. Apesar de divergir do percentual apresentado pela UNICA com relação à cana colhida mecanicamente no estado de São Paulo, o IDEA - Instituto de Desenvolvimento Agroindustrial (aponta um percentual bem menor, entre 35% e 36%), estima que nas últimas três safras a colheita mecanizada no estado tenha crescido em média cerca de 12% ao ano⁵¹⁶.

Em Minas Gerais também foi criado um Protocolo Ambiental, estabelecendo que as empresas associadas ao Siamig/Sindaçúcar/MG, assumissem o compromisso de eliminar a queima da cana-de-açúcar até 2014, nas áreas com declividade inferior a 12%. Com base nesse Protocolo as novas unidades processadoras instaladas no estado já deverão iniciar as operações com 80% da colheita mecanizada, enquanto as existentes terão que se adaptar para conseguir atingir os 100% em 2014.

Todavia há diferença entre o Protocolo de São Paulo e o de Minas Gerais. No primeiro caso, a adesão das unidades processadoras é voluntária, portanto elas assinam o compromisso se quiserem; no segundo caso a adesão é compulsória, ou seja, todas terão que assinar o termo de compromisso e, se não o fizerem sofrerão penalização. Desse modo, estima-se que o percentual de cana plantada colhida com máquinas no estado, que na safra 2007/2008 foi de 36% (o equivalente a 510 mil hectares), deverá atingir 90% nos próximos anos⁵¹⁷.

⁵¹⁵ Cf. IDEA Online. Especial. Disponível em: <http://www.ideaonline.com.br/idea/ver.asp?id=1358>

⁵¹⁶ Idem.

⁵¹⁷ Cf. IDEA Online. Especial. Disponível em: <http://www.ideaonline.com.br/idea/ver.asp?id=1358>

Matéria divulgada pela Folha da Região⁵¹⁸ destaca depoimento do diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e gerente do projeto Etanol Verde, Ricardo Viegas, explicando que as maiores responsáveis pelo avanço da mecanização são as novas unidades, haja vista estas terem assinado o Protocolo Agroambiental que prevê a colheita 100% mecanizada já na primeira safra. Desse modo, como Araçatuba e Presidente Prudente são regiões de expansão do agronegócio canavieiro, concentrando novos canaviais, respondem pelo maior índice de mecanização.

Com a criação dos Protocolos em 2007 e da exigência de que as novas unidades já iniciem o processamento com a maior parte da colheita mecanizada, também houve um significativo aumento de pedidos de novas colheitadeiras no Brasil. Até 2004 as vendas anuais giravam em torno de 50 unidades. Em 2005 esse número triplicou passando para 150 máquinas e, em 2006 foram adquiridas cerca de 320 novas colheitadeiras. No ano de 2007 esse número subiu para 650 unidades. Para 2008 a estimativa aponta que cerca de mil novas máquinas tenham sido compradas⁵¹⁹. Todavia, a crise econômica que atingiu o setor fez as empresas recuarem e, inclusive, aquelas com dificuldades financeiras venderam máquinas e desistiram de comprar novas.

Para elevar o índice nacional de mecanização da colheita de cana-de-açúcar dos atuais 30% para 75%, por exemplo, seria necessário adquirir mais 1,2 mil novas máquinas, aumentando assim a frota de 1,3 mil unidades (cuja metade possui mais de oito anos de uso) para 4,5 mil⁵²⁰.

Segundo Tomaz Caetano C. Ripoli⁵²¹, existe a perspectiva de recuo na aquisição de novas máquinas, em decorrência da crise e do fato de várias empresas encontrarem-se descapitalizadas, no entanto, a estimativa de mecanização poderá se manter em virtude das unidades processadoras já possuírem um número razoável de colheitadeiras, devendo, contudo investir em sistemas gerenciais de colheita, com vistas a otimizar a utilização das mesmas.

⁵¹⁸ Cf. Folha da Região – Araçatuba/SP, em 14/04/2009. Disponível em: <http://ethanolbrasil.blogspot.com/2009/04/56-da-colheita-de-cana-e-mecanizada.html>

⁵¹⁹ Cf. IDEIA Online. Especial. Disponível em: <http://www.ideaonline.com.br/idea/ver.asp?id=1358>

⁵²⁰ Cf. Gazeta Mercantil – Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=17018>

⁵²¹ Professor da Esalq/USP, citado na matéria do IDEIA Online. Especial. Disponível em: <http://www.ideaonline.com.br/idea/ver.asp?id=1358>

Um outro fator que poderá ajudar a manter os índices de mecanização é o novo modelo de colheitadeira lançado em 2006 pela John Deere, a 3510. Essa máquina possui capacidade para colher cerca de mil toneladas de cana crua num período de 24 horas, enquanto os modelos mais antigos colhem no máximo 750 toneladas/dia. A título de exemplo, a colheitadeira 3510 substitui em média 100 trabalhadores cortando cana queimada e 200 cortando cana crua.

Faz-se necessário ressaltar, que apesar de destacar alguns números referentes ao aumento da mecanização, o mais importante a ser considerado nesse cenário são os rebatimentos para o trabalho. Em 2007, estudo feito pelo IEA (Instituto de Economia Agrícola) considerava que se o avanço da colheita mecanizada no Estado de São Paulo ocorresse na proporção de 1% ao ano desencadearia a redução de cerca 2.700 trabalhadores/ano. No entanto, o IEA apontou um crescimento 12% (conforme vimos anteriormente) nas últimas três safras.

Assim, se levarmos em consideração o índice apresentado pelo IEA e a lógica de redução do IEA de 2.700 trabalhadores/ano teríamos a supressão hipotética de 32.400 trabalhadores/ano no corte de cana, no estado de São Paulo. Considerando o conjunto das três safras a redução seria de 97.200 trabalhadores.

Todavia, acredita-se que esses números possam ser maiores no estado, pois, conforme cálculos da UDOP (União dos Produtores de Bioenergia), só na RA de Araçatuba, o aumento da mecanização da colheita de cana, apresentado entre as safras 2007/2008 e 2008/2009, reduziu a oferta de aproximadamente 10 mil empregos nas lavouras de cana.

Antes da mecanização ser adotada, sendo o corte de cana efetuado 100% manual, o funcionamento das unidades processadoras era colocado em condição de dependência em relação aos trabalhadores. Desse modo, estes tinham no corte manual um trunfo contra o capital quando necessitavam efetuar reivindicações. Diante da exploração da força de trabalho e da negativa de direitos por parte das empresas, efetuavam paralisações e greves e, isto automaticamente provocava interrupções no processamento industrial.

Atualmente, com o apontamento tecnológico do corte de cana crua, o processo se reverte em benefício do capital. Apesar dos trabalhadores ainda responderem por grande parte da colheita, a ameaça de desemprego em função

do uso crescente da máquina diminui a pressão exercida por eles e pelos sindicatos sobre o capital, pois, ao menor sinal de paralisação e/ou greve o mesmo se arma com seu mais novo mecanismo de persuasão, que é a máquina colheitadeira.

Ameaçar os trabalhadores que reivindicam direitos, que fazem paralizações e greves de que irão demiti-los, ou substituí-los por máquinas também se caracteriza uma forma de controle do trabalho. Assim, o medo de ficar sem emprego e de ter que retornar para seus locais de origem mais cedo, faz com que muitos trabalhadores recuem diante da possibilidade de participar de uma mobilização, ou mesmo de ir até o sindicato denunciar qualquer irregularidade.

Conforme ouvimos dos trabalhadores e dirigentes sindicais os argumentos mais frequentes das empresas são: *“Se vocês querem aumento não tem problema peçam as contas; **Ah, porque eles fizeram greve vamos por máquina; ou então, não quer trabalhar pede as contas**”*. (MORAES, entrevista – 14/10/2008, p. 11). Nesse sentido, o presidente do STR de Goianésia destacou que a estratégia adotada por ele é a do convencimento de que os trabalhadores precisam continuar reivindicando e negociando, pois até a empresa conseguir adquirir a máquina de fato, vai continuar dependendo deles para cortar cana.

Nós começamos a passar para o trabalhador que para eles [as empresas] conseguirem trazer uma máquina não é menos de 12 meses. Nós vamos negociar hoje porque que nós temos que voltar pro trabalho, pois a máquina só vai chegar daqui a 12 meses e até lá quem vai fazer o serviço? Essa é a conduta que nós temos adotado aqui (MORAES, entrevista – 14/10/2008, p. 11).

Nesse contexto, os trabalhadores no corte manual vêm perdendo a força no confronto com o capital, pois o “poder de fogo” foi transferido aos trabalhadores qualificados, ligados ao corte mecanizado, tais como: operadores de máquinas tratoristas e motoristas que, independente de serem terceirizados (no transporte e carregamento) se encontram mais fortalecidos⁵²². Desse modo, se a máquina é o trunfo do capital contra o trabalhador no corte manual, a máquina também pode ser um trunfo dos operadores contra o capital.

Recentemente um consórcio formado pelas empresas (Branco Peres,

Alta Paulista-Usalpa, Floralco, Bioenergia do Brasil, Parapuã Agroindustrial e Rio Vermelho) da região de Dracena se recusou a efetuar reajuste salarial da categoria (tratoristas, motoristas e operadores de máquinas colheitadeiras), além de sinalizar redução do adicional noturno daquelas que trabalham no turno da noite de 40% para 35%, bem como as horas extras de 85% para 60%. Diante disso, o Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário (que representa essa categoria, segundo a CLT) decidiu intervir realizando reuniões individuais com cinco usinas da região, visando obter propostas a serem encaminhadas aos trabalhadores durante as assembléias agendadas⁵²³.

Mediante ameaça de greve por parte dos trabalhadores as unidades processadoras propuseram efetuar o reajuste com base na reposição da inflação, com índice de 5, 83%, dividido em três etapas, a saber: 1,94% retroativo a maio, 1,94% a ser pago em setembro e 1,94% em janeiro de 2010. Porém, como o sindicato não concordou, as empresas cederam em relação ao reajuste se propondo a pagar de uma só vez, no entanto as negociações continuaram em relação aos adicionais noturnos e horas extras⁵²⁴.

A mecanização se tornou uma realidade concreta na maioria das empresas agroindustriais canavieiras do estado de São Paulo e, mais recentemente nas empresas de outros estados brasileiros, tornando-se uma ameaça crescente e inevitável ao emprego de milhares de trabalhadores que não vêem alternativa ao corte de cana, tendo em vista que a maioria deles (especialmente os mais velhos) não possui formação básica e se encontra despreparada para exercer outras atividades que não a do corte de cana. Salvo aqueles que têm uma pequena propriedade (apesar da falta de políticas públicas que dêem consubstanciação a sua forma de vida e produção) e que ainda vêem nela uma maneira de continuar reproduzindo sua condição camponesa.

A perda da força dos trabalhadores no corte manual no confronto com o capital em função da máquina (como já destacamos anteriormente), coloca para eles e para os sindicatos o desafio de formular contrapartidas que possam ir além de mobilizações pela manutenção do emprego ou por melhores condições de

⁵²² Cf. Thomaz Júnior, 2002c.

⁵²³ OLIVEIRA, N. In: *Jornal Oeste Notícias – Caderno Regional*, p. 2.1 – 03 de julho de 2009.

⁵²⁴ Até o fechamento desse capítulo não tivemos mais informações acerca do desfecho das negociações.

trabalho e salários.

Entretanto, nos foi possível constatar a partir da pesquisa de campo (considerando as entrevistas com os trabalhadores e representantes dos sindicatos, as conversas informais e observações de campo) que para os sindicatos, especialmente aqueles cujos dirigentes encontram-se encastelados no imobilismo, muitas vezes nem os direitos básicos dos trabalhadores são negociados a contento.

Nesse sentido cabe destacar um trecho do depoimento de uma representante da CPT/Paraíba, quando esta faz referência ao movimento grevista dos anos 1980, ao papel desempenhado pelos sindicalistas na época e a atuação deles na atualidade.

Realmente os sindicatos foram se corrompendo de certo modo [...]. Naquele tempo das primeiras greves a gente fazia muito trabalho junto aos sindicalistas, e muita gente entrou como presidente do sindicato. Mas teve um momento que os que entraram se eternizaram dentro dos sindicatos, não houve mais renovação e a luta se acabou. Em muitos casos eles se tornaram mais aliados do latifúndio e da usina do que dos trabalhadores (Ir. MARLENE, entrevista – 18/11/2006, p. 3).

O comodismo de determinados dirigentes sindicais chega muitas vezes ao extremo de eles nem se dignarem a ir às frentes de corte, além de aceitarem “benefícios pessoais” dos empresários agroindustriais canavieiros em detrimento dos interesses coletivos dos trabalhadores.

Naquele tempo era uma organização grande mesmo em benefício dos trabalhadores. Tinha um sindicato que realmente apoiava a luta dos canavieiros, e hoje é totalmente diferente [...]. Quando os trabalhadores vão fazer greve eles não estão lá pra apoiar [...]. **Até gorjeta, dinheiro por fora os próprios donos de usina dão pra eles.** (SEVERINO, entrevista – 18/11/2006, p.1-2)⁵²⁵.

Existem dirigentes, no entanto, que apesar de defenderem os interesses dos trabalhadores, se intimidam diante da hegemonia do capital e da

⁵²⁵ Severino é membro da CPT/PB, assentado e filho de ex-cortador de cana e acompanhou de perto as mudanças desencadeadas no agronegócio canavieiro nos anos 1990 (a falência de empresas, desemprego, greves), a luta pela terra de milhares de trabalhadores desempregados e o enfraquecimento do movimento

ameaça imanente de perda de postos de trabalho em decorrência do aumento da mecanização do corte de cana, se limitando a aceitar as condições básicas propostas nos acordos coletivos.

Diante da reestruturação produtiva do capital, o sindicalismo de um modo geral, adotou uma postura neocorporativista e um posicionamento defensivo, conduzindo a perspectiva classista ao esvaziamento. Desse modo, os sindicatos (e os sindicatos que representam os trabalhadores/empregados rurais – STRs e SERs não ficam imunes a isso) se despiram de estratégias combativas e de confrontação, adotando na maioria das vezes uma postura de consentimento e/ou de “cooperação conflitiva”, demonstrando assim, a dificuldade dos mesmos em “erguer uma contra-hegemonia à lógica do capital” (ALVES, 2000, p. 276).

Já destacamos isso anteriormente, mas faz-se importante salientar novamente que nesse contexto de reestruturação produtiva, expressa por meio da automação, das novas formas de gestão e de controle da produção e do trabalho, e da mecanização da colheita da cana-de-açúcar, as formas modernizadas de extração de sobretrabalho são adotadas juntamente com as formas precarizadas. Nesse sentido Alves destaca que,

Apesar de a superexploração do trabalho ser impulsionada pela mais-valia relativa, constituída pelo novo complexo de reestruturação produtiva, ela é ainda permeada pela mais-valia absoluta, demonstrando a persistência do 'arcaico' na constituição do 'moderno'. (2000, p. 163)

Desse modo, em seu movimento de renovação e de autoafirmação o sistema metabólico do capital cria, paradoxalmente, novas formas de valorização do capital sem se desvencilhar dos velhos esquemas de acumulação.

Assim, com a mecanização do corte, a mais-valia relativa e a subsunção real do trabalho ao capital, impulsionam o ritmo e a superexploração do trabalho no corte manual, “*subordinando a mais-valia absoluta e sua ligação à subsunção formal do trabalho no capital*”. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 215).

Diríamos em acréscimo, que nesse contexto o corte mecanizado passou a ser a referência para a quantidade de cana cortada pelos trabalhadores

sindical.

no corte manual tornando as condições de trabalho cada vez mais precárias e os trabalhadores superexplorados.

Para corroborar o que ora afirmamos, cabe destacar que na década de 1980, a média de corte dos trabalhadores era de 5 a 6 toneladas de cana/homem/dia. Na década de 1990, essa média subiu para 9 a 10 toneladas/homem/dia. Atualmente, sobretudo em regiões onde as máquinas ditam o ritmo de produtividade, a maioria das empresas agroindustriais canavieiras, estabelece metas de corte manual de 12 a 18 toneladas de cana/homem/dia, especialmente no estado de São Paulo onde o índice de mecanização é maior do que nos outros estados/regiões. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Além de estabelecer de antemão elevadas metas de produção, as empresas “estimulam” os trabalhadores por meio de premiações, bonificações e até punições (conforme já destacamos anteriormente) fazendo-os criar a expectativa de ganhar muito dinheiro e poder dar uma condição de vida melhor a suas famílias e, desse modo aceitar e se submeterem às metas de produção exigidas. A maioria corta em média de 10 a 15 toneladas de cana por dia, mas encontramos vários trabalhadores (durante a pesquisa de campo) que chegam a cortar com certa regularidade 20, 24, 26, 28 toneladas de cana⁵²⁶.

A mecanização gera superexploração também quando estabelece parâmetros entre o corte manual e mecanizado, no que se refere ao modo de cortar a cana, ou seja, para maior aproveitamento da sacarose é exigido que a ponteira da cana seja bem aparada.

Tais exigências se formalizam por meio dos acordos coletivos de trabalho estabelecidos entre empresas e sindicatos, garantindo assim que as unidades processadoras tenham maior controle sobre o processo de trabalho e poder de persuasão sobre os trabalhadores, haja vista a maioria desconhecer o conteúdo dos acordos.

Nesse caso vale citar como exemplo a Cláusula Décima Sexta do Acordo Coletivo de Trabalho, do STR de Catanduva e os municípios da sua extensão de base, referente à safra 2008/2009. O mesmo estabelece que a cana seja além de cortada em cinco ruas (que é uma conquista dos trabalhadores),

⁵²⁶ Esses destaques foram feitos não só pelos trabalhadores, como também pelos dirigentes sindicais e representantes das unidades processadoras visitadas.

“despontada, amontoada ou esteirada, respeitando os usos e costumes da cana região”, (uma exigência das empresas) (ACT- Cláusula Décima Sexta - Corte de cana-de-açúcar, 2008/2009).

Essa forma de dispor a cana no eito em montes ou leiras pareceu de fato ter um cunho regional. Durante a pesquisa de campo verificamos que a disposição da mesma em montes (Foto 43) compareceu com mais freqüência no estado de Pernambuco, enquanto o sistema de leiramento é mais comum no estado de Alagoas e nos estados do Centro-Sul (Foto 44).

Contudo, vale dizer que dispor a cana em montes, na verdade se constitui uma exigência por parte das empresas que adotam esse sistema, com vistas a facilitar o recolhimento da cana pelos guinchos no momento de colocá-la nos caminhões.

**Foto 43 – Cana em montes
U. Sta Teresa/PE**



**Foto 44 – Cana em leiras
U. Pindorama/Al**



Fonte: Pesquisa de Campo – Nordeste, nov./2006

Além disso, para acompanhar o procedimento padrão executado pela máquina colheitadeira, exige-se que a cana seja cortada bem rente ao solo, fazendo com que o trabalhador tenha que efetuar uma maior curvatura do corpo, o que causa muitas vezes problemas ergonômicos como dores na coluna, por exemplo.

Vê-se, pois, que esses procedimentos exigidos pelo capital no corte de cana, somados às formas de medição, disposição, classificação e pagamento, constituem-se poderosos mecanismos de controle, de superexploração da força de trabalho e um importante trunfo nas mãos do capital, com vistas a garantir a

manutenção da extração de sobretrabalho.

Faz-se importante destacar também que o aumento da produtividade do corte exigido pelas empresas, contribuiu para a redução do trabalho feminino nos canaviais. Em décadas passadas, as mulheres tiveram grande peso no contingente de força de trabalho no corte de cana, mas atualmente com as mudanças implementadas no agronegócio canavieiro, particularmente com a adoção da mecanização da colheita, elas são as mais afetadas juntamente com os trabalhadores mais velhos, devido às exigências com os patamares médios de corte no corte. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

De todos os locais visitados durante a pesquisa de campo, só verificamos a presença de mulheres trabalhando no corte de cana no município de Rondon, no estado do Paraná (onde havia um contingente expressivo) e no município de Presidente Venceslau, no estado de São Paulo. Apesar disso, acredita-se que em todos os estados produtores de cana-de-açúcar ainda é possível encontrar mulheres desempenhando essa função, porém com menos expressividade, já que as empresas estão contratando-as para realizar outras tarefas que não a do corte de cana, tais como: plantio e limpeza dos canaviais, bituqueiras, aplicadoras de veneno e produção de mudas nos viveiros etc.

Nesse sentido, Silva (2004, p. 69) destaca que por serem consideradas *“frágeis, incapazes de garantirem os níveis de produtividade no corte de cana [...] elas foram relegadas às funções mais desvalorizadas e mais perigosas”*.

As restrições ao trabalho feminino com conotação marcadamente preconceituosa de décadas passadas, ainda persistem em empresas agroindustriais canavieiras, especialmente do Nordeste. Durante pesquisa de campo a esta região nos foi dito que algumas empresas para contratar mão-de-obra feminina estabelecem como critério a esterilização, ou seja, que a mulher tenha efetuado a ligadura das trompas para não ter mais filhos. A justificativa está no fato de que a mulher grávida aumenta os encargos sociais em função da licença maternidade (um direito adquirido por lei)⁵²⁷.

Porém, na contramão do “descarte”, apesar de territorialmente muito pontual e quantitativamente ainda restrito a um grupo seletivo, tem mulheres

⁵²⁷ Cf. Caderno de Formação, n. 2 - CPT/PE. Ver também: SILVA, 2004.

buscando oportunidade de trabalho num universo marcadamente masculino. No município de Quirinópolis (GO)⁵²⁸, e na região de Presidente Prudente, no Pontal do Paranapanema (SP)⁵²⁹, elas estão adentrando o mercado de trabalho, também como operadoras de tratores e máquinas colheitadeiras.

É fato que num futuro próximo se não a totalidade, mas pelo menos a maior parte dessa degradante e extenuante tarefa de cortar cana-de-açúcar manualmente seja extinta, deixando assim milhares de trabalhadores excluídos do processo e à deriva, descartados do mercado de trabalho. Apesar de ser uma atividade extenuante e degradante, o fato de não disporem dos meios de produção e terem somente a força de trabalho para trocar (vender), os reservará piores condições e a chaga do desemprego. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Desde que a mecanização começou a se expandir, inicialmente no estado de São Paulo e, posteriormente nos demais, que se discute em diversas instâncias (sindicatos, empresas, poder público, instituições de ensino e pesquisa e organizações não-governamentais), alternativas de inserção desse grande contingente de trabalhadores que está ficando sem emprego no corte de cana.

Há quem defenda, inclusive (trabalhadores, sindicalistas e até analistas) a manutenção desses empregos, alegando a falta de perspectiva de trabalho que não no corte de cana. O que para muitos trabalhadores é uma realidade, haja vista possuírem baixo nível de instrução.

Acredita-se que uma parte será (e já está sendo) realocada dentro do próprio setor, em funções menos valorizadas como a de bituqueiro, cortador de cana crua para o plantio, capina onde não for usado herbicida; plantio, nos locais onde este ainda não for mecanizado, irrigação, entre outras.

Já a mecanização do corte absorverá um contingente também restrito, mesmo no universo masculino, haja vista demandar trabalhadores com formação básica e qualificados profissionalmente, especialmente para a função de operador de colheitadeiras, pois estas são informatizadas, exigindo habilidades que devem ser adquiridas através de treinamentos e cursos.

No entanto, é difícil prever a inserção da maior parte desses

⁵²⁸ Informação concedida pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quirinópolis, durante pesquisa de campo realizada em setembro de 2008.

⁵²⁹ Cf. Jornal Oeste Notícias – Caderno Regional – Reportagem Especial, p. 2.2 – 2.3 – 07 de junho de

trabalhadores, seja no próprio setor canavieiro ou em outros setores econômicos, pois isso depende de políticas públicas no sentido de proporcionar instrução básica e profissionalizante, bem como de criar possibilidades de realocação desses trabalhadores em novas funções.

Diante das mutações do mundo do trabalho, da fragilidade e da postura defensiva dos sindicatos frente às investidas do capital, nos questionamos até que ponto é possível acreditar na construção de um projeto autônomo.

O desafio está em encontrar alternativas, pois é aí que reside o verdadeiro sentido de liberdade. A liberdade não está em poder vender a força de trabalho para o capital agroindustrial canavieiro no corte de cana, quando esta se constitui a única possibilidade de sobrevivência de milhares de trabalhadores. A liberdade existe à medida que novas possibilidades de sobrevivência, novas formas de trabalho que garantam a reprodução social e a dignidade humana, forem apresentadas como alternativa ao trabalho degradante, extenuante e por vezes escravizantes nos canaviais. Nesse sentido, acreditamos ser a luta pela terra e pela Reforma Agrária uma possibilidade (se não a única) de que esta perspectiva se concretize. A desterritorialização forçada, a superexploração a que são submetidos, as dificuldades das entidades de representação em contrapor-se às provocações do capital são desafios impostos pela agricultura capitalista, pelo empreendimento contraditório de dominação do capital agroindustrial canavieiro, bem como pelas políticas agrícolas e agrárias excludentes implementadas pelo Estado. As perspectivas para os trabalhadores nesse contexto é o que discutiremos a seguir.

CAPÍTULO V

OS DESAFIOS PARA O TRABALHO: REPRESENTAÇÃO E LUTA DE CLASSES

*[...] É isto que a sociedade precisa debater com profundidade:
de qual modelo agrícola precisamos no nosso país para acabar
com a pobreza, distribuir renda e garantir o desenvolvimento?
(João Pedro Stédile, 2009)⁵³⁰*

Fazer parte da construção, mesmo que lenta e gradual, de referenciais teóricos que conduzem a uma leitura geográfica do trabalho é o que nos tem permitido participar desse debate. Muito embora ainda nos deparemos com limitações teóricas que nos impossibilitam apreender e compreender a complexa trama que envolve esta temática.

Todavia, compreendendo que os dilemas e as metamorfoses do trabalho se colocam na pauta da reflexão no interior da luta de classes, procurou-se até aqui reconhecer por meio da “leitura” geográfica as marcas territoriais do trabalho, os significados, as contradições, os conteúdos e os sentidos da dominação exercida pelo capital e pelo Estado, especialmente no âmbito do agronegócio canavieiro.

Não menos importante nesse estudo foi apreender que o controle social exercido pelo capital sobre o trabalho se manifesta sob diferentes formas de exploração, coação e subordinação, sejam elas dissimuladas (metas de produção, premiações, bonificações – mediante mecanismos de superexploração, tais como o *bingo da morte*⁵³¹ – autonomia estimulada etc.) ou escancaradas (punições, ameaças, semi-escravidão etc.)

Vimos que a redução da taxa de acumulação de capital, a diminuição dos níveis de crescimento da produção e produtividade no último triênio do século

⁵³⁰ Artigo disponível no site do MST: <http://www.mst.org.br/node/7818>

XX teve como expressão fenomênica a crise estrutural do capital, com destaque para a “tendência decrescente da taxa de lucro”.

Como resposta à crise, o sistema metabólico do capital promoveu a reorganização de seu sistema ideológico e político de dominação, evidenciada nas políticas neoliberais (privatizações, redução da participação do Estado na economia, desestruturação dos direitos trabalhistas etc.), seguida por um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho. Essas mudanças, somadas à emergência de modelos mais flexíveis como o toyotista, por exemplo, promoveram o desmoronamento do mecanismo de regulação atrelado aos modelos de produção fordista e taylorista, provocando a ruptura não só do padrão de acumulação, mas também de dominação de classe pautado nos referidos modelos.

Nesse contexto houve também uma maior abertura comercial entre Estados-nações e o aumento da financeirização da economia, contribuindo assim para a mundialização do capital. Ao que se somou o incremento técnico-científico e as novas técnicas de gerenciamento e controle da força de trabalho, acentuando o caráter descentralizador, desigual e destrutivo do processo produtivo.

Todavia, há que se ressaltar que a liberdade e a volatilidade com que o capital tem circulado ultimamente, revelam seu caráter parasitário e destrutivo, sendo a mais clara expressão da crise estrutural do capital desencadeada recentemente nos Estados Unidos e que contaminou os demais países, deixando milhões de trabalhadores desempregados em todo mundo.

A expansão do modelo toyotista, a reestruturação produtiva, a inovação tecnológica (a exemplo da máquina informatizada), e a horizontalização, flexibilização e desconcentração do capital e de plantas fabris impactaram severamente o mundo do trabalho, reduzindo o proletariado industrial “estável e especializado” e fazendo emergir um contingente de trabalhadores extremamente precarizado e fragmentado (ANTUNES, 2001, p. 104).

Vale dizer, que a criação de valores no contexto acima exposto, torna imperiosa a necessidade de reduzir a dimensão variável do capital, o trabalho

⁵³¹ Cf. THOMAZ JUNIOR, 2002.

vivo, ao passo que expande a parte constante, o trabalho morto, com vistas a aumentar a produtividade do trabalho e a intensificar a extração de mais-valia numa escala temporal cada vez mais reduzida.

Diríamos em acréscimo que a redução do trabalho estável (predominante no sistema fordista/taylorista), somado ao aumento do trabalho intelectual abstrato (em decorrência das inovações tecnológicas, a exemplo da automação e da mecanização, que exige treinamento e habilidade humana para lidar com a inteligência informatizada), e a ampliação das formas precarizadas de trabalho (sob a emergência da flexibilização da produção e do trabalho) evidenciam que a lei do valor prevalece.

Há que se ressaltar, no entanto, que apesar da importância da ciência sob o viés da tecnologia (da qual deriva a constituição da máquina moderna) para o desenvolvimento do sistema metabólico do capital, esbarra numa questão de base material e de cunho estrutural, que é a relação entre capital e trabalho.

Assim, devemos considerar que a “*tecnologização da ciência*” (MÉSZÁROS, 1989, p. 133) interage com o trabalho, constituindo-se parte integrante do mecanismo de criação do valor. Porém não pode se tornar a principal força produtiva no processo de valorização do capital, haja vista favorecer a expansão e o incremento da produção de valores de troca e não o avanço qualitativo rumo a uma sociedade produtora de bens úteis.

Sob essa perspectiva a tecnologização da ciência materializada na máquina não se sobrepõe ao trabalho humano. O que ocorre é um processo interativo no qual o capital se apropria do saber intelectual do trabalhador, que acaba também transferindo à máquina parte de seu atributo cognitivo.

Assim, o *savoir faire* expropriado pelo fordismo e transferido às esferas de comando, foi re-transferida aos trabalhadores no contexto toyotista, porém com um grau de envolvimento e apropriação da subjetividade operária sem precedente e cada vez mais intensa. Desse modo, o envolvimento interativo não só aumenta o estranhamento do trabalho como “*amplia as formas modernas da reificação*”, distanciando a subjetividade operária “*do exercício de cotidianidade autêntica e autodeterminada*” (ANTUNES, 2001, p. 222).

Faz-se importante ressaltar, contudo, que esse estranhamento não está presente somente nas atividades produtivas mais intelectualizadas e

desenvolvidas com tecnologia de ponta, e onde os trabalhadores possuem uma suposta estabilidade. Ele se manifesta também e de forma mais intensa entre os trabalhadores desprovidos de direitos, que vivenciam a instabilidade e, portanto, o trabalho precarizado. Nesse caso, “*o estranhamento assume a forma de perda de sua própria unidade*”, (ANTUNES, 2001, p. 222) como trabalho e lazer, por exemplo, uma vez que esses trabalhadores são colocados à margem do mundo do trabalho, sendo restringidos no direito de vivenciar uma vida composta de algum sentido.

Vê-se, pois, que esse cenário não aponta para o fim do trabalho como medida de valor, mas para a sua metamorfose, evidenciada, por um lado, pela dimensão mais qualificada do trabalho, pautado na polivalência e na habilidade do trabalhador em lidar com máquinas informatizadas e de tecnologia cada vez mais avançada; e, por outro lado, pela intensificação e superexploração da força de trabalho e crescimento de um contingente de trabalhadores cada vez mais precarizados (terceirizados, temporários, subcontratados, *part time* etc.).

Essa metamorfose resulta numa complexa inter-relação entre trabalho vivo e trabalho morto, e outras manifestações do trabalho (produtivo/improdutivo, material/imaterial) que não cabe aqui discutir, acentuando as formas de extração da mais-valia na sua dimensão relativa e absoluta. O capital não se autovaloriza sem o trabalho humano. Ele pode até reduzir drasticamente o trabalho vivo, desempregando milhões de trabalhadores em todo mundo; ele pode, inclusive, tornar o trabalho precarizado, fragmentado, moribundo como estamos vivenciando, mas não o elimina, pois, como já afirmamos antes o trabalho humano é condição *sine qua non* para a criação do valor.

Se direcionarmos o foco de investigação para o agronegócio canavieiro, veremos que o processo de reestruturação produtiva do capital provocou também mudanças neste setor. Materializadas tanto no universo fabril, como na parte agrícola, essas mudanças se expressam, por exemplo, em novas formas de gestão e controle do processo de produção e de trabalho, na automação microeletrônica da planta fabril⁵³² e no processo de mecanização da lavoura.

⁵³² A utilização da automação microeletrônica pressupõe, entre outros fatores, a necessidade de aumentar a velocidade de processamento das informações na planta fabril, cujas operações são cada vez mais complexas, demandando mecanismos de regulação e controle, permitindo maior agilidade e produtividade

Contudo, esse processo tem apresentado maior impacto na parte agrícola, pois com a mecanização do plantio e, sobretudo do corte de cana-de-açúcar, tem-se o aumento do desemprego, da superexploração e do controle sobre os trabalhadores (conforme discutimos no capítulo IV).

Cabe dizer em acréscimo que a impetuosidade destrutiva do processo de reestruturação produtiva pautada na melhoria das técnicas e no avanço tecnológico, visando garantir a valorização do capital, de modo particular do capital agroindustrial canavieiro; tem forjado um conjunto de rearranjos espaciais e de expressões do trabalho, materializados territorialmente sob múltiplas determinações, que desafiam os trabalhadores e as entidades de representação a buscarem alternativas.

Portanto, é sob a perspectiva do desafio posto para os trabalhadores, entidades sindicais e movimentos sociais frente às investidas e os desmandos do capital agroindustrial canavieiro sobre o trabalho, expresso na fragmentação, precarização e superexploração da força de trabalho.

5.1 – Movimento Sindical e Luta de Classes no Contexto da Reestruturação Produtiva do Capital: Apontamentos Gerais...

Como vimos anteriormente, os rearranjos do capital no contexto da reestruturação produtiva, de deslocalização de unidades produtivas agroindustriais canavieiras e inovações tecnológicas afetou duramente as categorias de trabalhadores considerados estáveis, especialmente as categorias com maior participação no processo de criação de valor, como os trabalhadores qualificados e intelectualizados, inseridos nos setores com maior aporte tecnológico, a exemplo dos operários fabris. Se por um lado houve a retração do trabalho fabril, por outro houve a ampliação dos segmentos precarizados.

Instaurou-se a fragmentação da classe trabalhadora, que somada às políticas neoliberais atingiu profundamente o universo da subjetividade do trabalho, da consciência de classe e das formas de representação, fazendo o sindicalismo arrefecer e os sindicatos se colocarem em posição defensiva.

no processo produtivo.

Distanciando-se crescentemente do sindicalismo e dos movimentos sociais classistas dos anos 60/70, que propugnavam pelo controle social da produção, aderindo ao acrítico sindicalismo de participação e de negociação, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado [...] (ANTUNES, 1997, p. 35).

As ações mais globais voltadas para emancipação do trabalho e do ser humano, para a construção de alternativas para além do capital, das quais a perspectiva socialista era protagonista foram abandonadas mediante adesão ao ideário neoliberal e posição acrítica à emergência da social-democracia. Desse modo, os sindicatos se distanciaram do movimento autônomo de classe que marcou o sindicalismo nos países de capitalismo central nos anos 1960/70, especialmente da Europa, e o sindicalismo brasileiro da década de 1980.

Na Inglaterra, por exemplo, onde o ideário neoliberal se implantou e impactou primeiro, o forte movimento sindical e grevista dos anos 1960/70 foi seriamente desmantelado na década de 1980. As mudanças estruturais decorrentes da política neoliberalizante, somada ao posicionamento anti-sindical (coibição da atuação política e restrição à organização no chão de fábrica) implementada pelo governo inglês na era Thatcher (1979 - 1990) provocou um intenso quadro de dessindicalização, afetando assim, e de forma profunda, a representação dos trabalhadores.

Em decorrência disso, na década de 1990, a organização sindical na Inglaterra caiu para um terço em relação às décadas anteriores e o número de trabalhadores sindicalizados diminuiu pela metade em muitos sindicatos, provocando a retração também de paralizações e greves. Como reação a esse quadro de retração os sindicatos implementaram um processo de fusão⁵³³.

Nos EUA, a crise do sindicalismo antecedeu as políticas neoliberais e o processo de reestruturação produtiva do capital. Segundo Alves (2000, p. 93) a crise político-ideológica do sindicalismo norte-americano já havia sido determinada pelo compromisso fordista, que aprofundou a *“integração sindical à ordem capitalista”*. Dada a formação histórico-cultural dos EUA, a ideologia do mercado, bem como os valores liberais se tornaram hegemônicos, dificultando, diferentemente dos países europeus, a constituição de sindicatos ou partidos

classistas, “*de cariz socialista ou trabalhista*”. (ALVES, 2000, p. 95).

A crise do sindicalismo norte-americano iniciou precocemente, se comparada aos demais países. Na década de 1950, já apresentava redução das taxas de sindicalização, porém, foi a partir dos anos 1970 e 1980 com o processo de reestruturação produtiva e as políticas neoliberais que a crise do sindicalismo dos EUA atingiu um outro patamar.

No caso japonês cabe salientar, que um intenso processo de luta de classes, do qual os trabalhadores saíram derrotados e o capital vitorioso, possibilitou a constituição de uma nova organização social na produção, cujo modelo toyotista é o principal protagonista. Desse modo, nos permitimos considerar que a implantação do “*sindicato por empresa*”, caracterizado pelo comprometimento operário e cooperação com os anseios do capital, contribuiu para o desenvolvimento do toyotismo no Japão. (ALVES, 2000, p. 61)⁵³⁴.

Distanciados sobremaneira do sindicalismo classista, os sindicatos japoneses se tornaram institucionalmente corporativos e, do ponto de vista político-ideológico neutralizados pela ação do capital, que os envolveu e os atraiu como seus principais interlocutores em seu processo de valorização.

Faz-se importante ressaltar aqui, dois aspectos que julgamos fundamentais para a compreensão da crise que afetou o movimento sindical nos países do capitalismo central: o socioinstitucional, caracterizado pelo processo de dessindicalização e o político-ideológico, marcado pela perda da dimensão classista e pelo aumento da adoção de estratégias de cunho neocorporativos, neoliberais e voltadas para a resolução de questões setoriais, na tentativa de se ajustar à nova fase do capital.

Nesse caso, Antunes destaca que não se trata de um corporativismo estatal característico de países latinos como o Brasil, Argentina e México, mas de um corporativismo societal, atrelado a um universo categorial mais estável e impotente diante da intensificação do processo de fragmentação do trabalho. Mediante a fragmentação e heterogeneização da classe trabalhadora, a incapacidade sindical se expressa, por exemplo, na dificuldade de articular e organizar diferentes segmentos de trabalhadores (estáveis, terceirizado, precário,

⁵³³ Para mais detalhes ver: ANTUNES, 2001.

⁵³⁴ Ver também: ANTUNES, 1997.

parcial, migrantes etc.), portanto, de aglutinar forças em torno de uma mesma luta. Muitos desses segmentos de trabalhadores, inclusive, não têm sequer representação sindical, dificultando assim, qualquer perspectiva de pertencimento ou consciência de classe. (ANTUNES, 1997, p. 64).

No Brasil os sinais da reestruturação produtiva do capital começaram a se evidenciar nos anos 1980, com algumas mudanças tecnológicas e organizacionais sendo implementadas no âmbito do processo produtivo (automobilístico, por exemplo) e de serviços (bancário), mesmo que de forma menos agressiva do que nos países de capitalismo central.

Particularmente nessa década (1980) o sindicalismo brasileiro⁵³⁵ vivenciou uma fase positiva, marcada por forte intervenção do movimento sindical dos trabalhadores (rurais e urbanos) e um intenso movimento de greves setoriais e gerais, que coincidiu com a transição do regime militar para o “democrático”, portanto um período politicamente importante para a história do país.

No cenário urbano os maiores protagonistas foram especialmente os trabalhadores metalúrgicos e os bancários. Já na seara rural (apesar de muitos dos trabalhadores habitarem o espaço urbano periférico, o local de trabalho se dava no meio rural) destacaram-se os trabalhadores assalariados no corte de cana. Segundo Antunes (2001, p. 237) em 1988, cerca de 63,5 milhões de jornadas de trabalho foram paralisadas no país. No ano seguinte uma greve geral envolveu em torno de 35 milhões de trabalhadores.

Outro aspecto marcante na história do sindicalismo no Brasil, especialmente entre os anos 1980 e 1990 foi a expansão das entidades de representação de trabalhadores urbanos (assalariados médios e do funcionalismo público), rurais e patronais. No final da década de 1980 existiam ao todo no país 9.833 mil entidades sindicais. Em meados da década de 1990, esse número aumentou para 15.972, dos quais 10.779 eram sindicatos de trabalhadores urbanos.

Atualmente, segundo dados do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) existem no Brasil 8.545 sindicatos, dos quais 6.222 são urbanos, o equivalente a 72,81%, e 2.323 são rurais, correspondentes a 27,19%⁵³⁶.

⁵³⁵ Que Antunes (1997, 2001) denomina de “novo sindicalismo”.

⁵³⁶ MTE – Estatísticas. Disponível em: http://www.mte.gov.br/cnes/painel_atualizacao.asp

Foi na década de 1980 também que se deu a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Herdeira de movimentos sociais e operários dos anos 1970, a CUT foi concebida com um cariz político-ideológico mais classista. A mesma resultou da convergência da estrutura sindical do período (que deu origem ao “*novo sindicalismo*” e, do qual o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo é um dos protagonistas); bem como do movimento de oposição sindical (a exemplo do Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo/MOMSP e da Oposição Metalúrgica de Campinas/OMC), que se opunha a estrutura sindical verticalizada e subordinada ao Estado, desenvolvendo suas ações por fora da estrutura sindical que combatia. (ANTUNES, 2001, p. 238).

Esse período foi marcado também pela tentativa, mesmo que deficiente, de implantar organizações nos locais de trabalho, as denominadas comissões de fábrica; e pelo avanço no sentido de reduzir a subordinação dos sindicatos ao Estado, à medida que se tentou contrapor à contribuição sindical, à estrutura hierarquizada e fortemente corporativa que atrela os sindicatos às federações e confederações.

Cabe, então, destacar que, ao contrário do sindicalismo dos países de capitalismo central, que nesse período já apresentavam um estágio de crise socioinstitucional e político-ideológica, o sindicalismo brasileiro viveu um momento importante, apresentando um caráter marcadamente classista.

Contudo, nos anos 1990, o processo de reestruturação produtiva, as políticas neoliberais, a expansão do capital financeiro e a mundialização do capital conduziram o Brasil a uma redefinição quanto à divisão internacional do trabalho e a sua posição no cenário econômico mundial, com rebatimentos sobre o mundo do trabalho e, conseqüentemente sobre o movimento sindical. Nesse contexto, as tendências políticas, econômicas e ideológicas já sinalizadas nos anos 1980 ganharam corpo na década seguinte, fazendo com que o movimento sindical combativo arrefecesse. E, assim como nos demais países a desproletarização, desrealização, fragmentação e precarização do trabalho, colocaram os sindicatos em posição defensiva.

A criação da Força Sindical no início na década de 1990, com característica mais direitista e conservadora marcou a emergência de um novo momento do sindicalismo brasileiro. Com uma postura político-ideológica de

conformação com o novo desenho societal do capital, esse sindicalismo constituído a partir dos anos 1990, do qual a Força Sindical é protagonista, distancia-se do enfrentamento ao modelo que está posto, se aproximando cada vez mais do ideário neoliberal.

Com relação ao sindicalismo rural brasileiro, faz-se importante salientar que este se desenvolveu sob forte influencia da ala de esquerda da igreja católica, e passou por um processo de ascensão significativo desde os anos 1970. As discussões e disputas políticas desencadeadas nos anos 1960, no âmbito rural, se desenvolveram em torno das Ligas Camponesas, bem como de um conjunto de movimentos tais como as associações criadas e dirigidas pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro); a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil); a AP (Ação Popular), movimentos católicos mais radicais originários da JUC (juventude Universitária Católica); e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) no Rio Grande do Sul, entre outros, que tiveram Francisco Julião como principal liderança (MEDEIROS, 1989: 63 apud THOMAZ JÚNIOR, 1998, p. 3).

Apesar de gravitarem por fora do controle do Estado, as Ligas Camponesas colocaram em xeque a "ordem" institucional, ao mesmo tempo em que se aproveitou de todos os canais legais existentes para dar encaminhamento às suas lutas, ganhando força, sobretudo nos estados de Pernambuco e da Paraíba, onde as principais lideranças eram respectivamente, Francisco Julião e João Pedro Teixeira.

Todavia faz-se importante salientar que não cabe neste momento discutir detalhadamente a história das Ligas Camponesas nem a constituição do sindicalismo rural (tanto porque foge de nosso); mas registrar que foi nesse contexto das Ligas com ampla mobilização, visando à regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria, a conquista de direitos trabalhistas e a realização da reforma agrária, que a sindicalização dos trabalhadores rurais se constituiu. Aliás, foi essa bandeira de luta que acabou perdurando nas décadas seguintes e tornando a principal frente de combate dos camponeses e trabalhadores rurais no Brasil.

Após o golpe militar de 1964, o governo do novo regime unificou as diversas categorias (pequenos proprietários e/ou produtores, posseiros,

assalariados, entre outras) numa só forma de organização: os STRs (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais), *“como se o STR fosse um imenso “guarda-chuva”* (THOMAZ JÚNIOR, 1998, p.4), abrigando, desse modo, em um mesmo sindicato patrões e empregados rurais. Além disso, restringiu a atuação sindical através da delimitação de sua base territorial, por municípios e criou em nível estadual, as Fetags (Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura), dando origem a uma estrutura sindical corporativa hierarquizada.

Essa forma de organização foi, portanto, seguida e defendida pelas lideranças da CONTAG (Confederação Nacional da Agricultura), como sendo a única possibilidade de integração do MSTR [Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais] e de aglutinação dos sindicatos criados com atores e propostas políticas diferentes (THOMAZ JÚNIOR, 1998, p.4).

Nesse contexto os trabalhadores rurais assalariados não tinham expressividade numérica nem prioridades políticas, ficando de fora do comando de STRs, Federações e mesmo da CONTAG e, sobretudo das questões referentes aos direitos trabalhistas e campanhas salariais, sendo estas feitas geralmente pelas diretorias compostas, em sua maioria, por pequenos proprietários/produtores, *“refletindo nacionalmente a hegemonia, em ordem decrescente, dos pequenos produtores, arrendatários, parceiros e assalariados no comando diretivo do movimento sindical”*. (THOMAZ JÚNIOR, 1998, p. 5).

O autor destaca ainda que entre 1988 e 1990, aproximadamente 59% das funções de presidente dos STRs eram compostas por pequenos proprietários; outras categorias (arrendatários, parceiros, assentados etc.) ocupavam entre 23% e 25%, enquanto os trabalhadores assalariados representavam apenas 13%. Um cenário não muito diferente desse ainda é verificado atualmente. Tanto durante a pesquisa realizada no mestrado (cujo recorte fora o estado de São Paulo) como no doutorado (envolvendo outros estados e regiões) verificou-se que muitos desses sindicatos ainda têm como presidente (e também diretores e secretários) pequenos proprietários de terras, com uma agravante: sem a renovação de quadros, esses dirigentes permanecem encastelados dentro dos sindicatos há décadas, sem substituição e sem compromisso algum com a causa dos trabalhadores assalariados.

Na década de 1970, com o processo de modernização da agricultura, a

constituição dos complexos agroindustriais, a expansão das monoculturas, (de modo particular da cana-de-açúcar voltada para o Proalcool); e a implantação de inúmeros projetos (regionais) do governo, milhões de camponeses foram expropriados/expulsos de suas terras. Nas áreas canavieiras do país e, especialmente do Nordeste, milhares de camponeses foram expulsos das terras de engenhos por seus proprietários, sendo obrigados a se abrigarem nas vilas ou periferias das cidades e a trabalhar como assalariados da cana⁵³⁷.

Isso provocou um (re)ordenamento do espaço rural e redefiniu as relações de produção e de trabalho, criando novas categorias sociais e recriando as que já existiam, em consonância com às demandas geradas pelo avanço tecnológico e formas de gerenciamento, segmentando ainda mais os trabalhadores rurais.

Para suavizar os custos sociais do desenvolvimento econômico pautado nas mudanças acima apresentadas, criou-se nos anos 1980, o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária). Tal plano tinha, na verdade, o caráter de política social, sendo “adotado” pela CONTAG, que ignorou, desse modo, todo passado de luta dos anos 1960 e as propostas políticas que as diversas categorias de trabalhadores tentavam apresentar por meio das suas mobilizações.

Nesse contexto se desencadearam inúmeras greves envolvendo os sindicatos rurais, especialmente aqueles cujos trabalhadores estavam envolvidos no corte de cana, a exemplo da primeira greve geral, que teve início em 1979, no estado de Pernambuco, e que congregou todos os trabalhadores canavieiros. Entre as reivindicações dos trabalhadores nessa greve destacam-se a normatização do trabalho por tarefa e por diária, direito à previdência social (que o trabalhador rural não tinha), aumento salarial, gratificação por insalubridade etc.

Segundo Andrade, o ganho de causa concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho foi porta de entrada para a conquista de novos direitos e a formação de novas lideranças, de modo a conduzir as greves sem atentar contra os princípios da “Lei de Greve”, que dificultava os movimentos dos trabalhadores.

⁵³⁷ ANDRADE, 1994, cita, por exemplo, o caso dos foreiros, camponeses sem terra que arrendavam pequenas porções de terras de engenhos desativados para cultivar gêneros alimentícios (lavoura branca e fruticultura) para a subsistência da família e comercialização do excedente nas feiras locais. Com a expansão canavieira os proprietários dos engenhos passaram a arrendar suas terras para o cultivo de cana, expulsando assim os foreiros, que ao resistir tinham suas casas e lavouras destruídas.

Iniciando assim, *“uma luta pela conquista da cidadania”* (1994, p. 214).

No decorrer dos anos 1980 novas greves sucederam a de Pernambuco, especialmente nos estados de Minas Gerais e São Paulo, entre as quais a greve de Guariba em 1984 é maior exemplo, dada à repercussão e conquistas dos trabalhadores. Entre os direitos reivindicados na época figuram: registro do contrato de trabalho em carteira, pagamento de cana cortada por metro e não por tonelada, registro diário da cana cortada pelos trabalhadores (pirulito), instrumentos de trabalho, transporte, contrato de um ano em vez de seis meses, e complemento de salário em caso de acidente de trabalho (ANDRADE, 1994, p. 216).

A greve de Guariba foi um marco na história do sindicalismo rural dada sua importância na consolidação do movimento sindical dos trabalhadores rurais, além de servir de referencial para outros movimentos de outras categorias de trabalhadores ligados ao agronegócio canavieiro.

Foi um movimento organizado por fora da estrutura sindical vigente, tendo seus objetivos e deliberações imediatas prescindido de lideranças que emergiram dos trabalhadores e que tiveram o apoio de grupos políticos de esquerda. Mas apesar de sua importância, não foi suficiente para romper com a velha estrutura sindical.

Essas novas lideranças permaneceram nas entidades sindicais as quais se contrapunham. No entanto, as divergências político-ideológicas acabaram culminando em rupturas, no desmembramento de várias bases territoriais e, portanto, na criação de novos sindicatos, especialmente no estado de São Paulo, onde as divergências promoveram um “racha” no interior da Fetaesp⁵³⁸.

Esse “novo” sindicalismo rural se organizou na região de Ribeirão Preto com uma disputa acirrada no que se refere à direção política a ser assumida pelos trabalhadores. Élio Neves, principal representante dos anseios dos trabalhadores, assumiu publicamente sua divergência política com a direção da Fetaesp naquele momento, José de Fátima Soares, desencadeando um processo de disputa no âmbito da mesma.

⁵³⁸ Para mais detalhes ver: THOMAZ JÚNIOR, 2002; OLIVEIRA, 2003 (Dissertação de Mestrado).

Nesse contexto, colocou-se em debate a necessidade de engajar na luta não somente os trabalhadores rurais, mas também outras categorias envolvidas no processo produtivo do setor canavieiro. A aglutinação de forças foi o aspecto mais difícil, dada à lacuna organizacional existente na região. Tradicionalmente não havia participação das demais categorias em qualquer mobilização dos trabalhadores rurais.

Foi, então, que em 1989, surgiu a possibilidade de transformar os sindicatos dos trabalhadores rurais existentes em entidades que aglutinassem também os empregados rurais assalariados, tendo em vista que para as lideranças mais combativas a saída naquele momento era a busca de outra alternativa organizacional.

Em meio a essas divergências que dividiram lideranças no interior da Fetaesp, e à necessidade de se criar “novos” sindicatos onde ainda não existia, ou fortalecer os sindicatos já existentes, e retirar de cena os dirigentes sindicais descompromissados, constituiu-se um novo quadro de fracionamento corporativo dos trabalhadores rurais, com a criação da Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo) e de sindicatos para representar especificamente os trabalhadores rurais assalariados, os SERs (Sindicatos dos Empregados Rurais Assalariados).

Cabe destacar que parte da executiva da CUT Regional manifestou-se contrariamente, argumentando que a criação de uma nova federação poderia ocasionar divisão na força política dos trabalhadores, e sugeriu que a alternativa para uma nova forma de organização seria estruturar um movimento de oposição no interior da Fetaesp. No entanto, esse posicionamento não obteve respaldo político e acabou não se configurando em resistência à criação da Feraesp.

Após sua criação a Feraesp teve dificuldade para se firmar enquanto entidade de representação dos trabalhadores rurais assalariados. Não tinha o reconhecimento legal nem por parte da Fetaesp (a mesma só foi reconhecida oficialmente em 1997), nem dos empresários agroindustriais canavieiros, que se recusavam a negociar com ela ou com os sindicatos afiliados. Foi, então, que em 1990, deflagrou uma greve na qual reivindicava conquistas trabalhistas, e buscava também sua auto-afirmação política e jurídica junto aos empresários

e à própria Fetaesp.

Essa greve foi uma tentativa de demonstrar a força e a viabilidade política dos sindicatos ligados a Feraesp, frente à pressão exercida pela Fetaesp. Todavia, esbarrou no desconhecimento da nova federação e na cisão existente entre ambas (Fetaesp e Feraesp) por parte dos trabalhadores. Isso somado a falta de politização dos trabalhadores em relação à disputa entre os projetos políticos das duas federações e a intransigência dos empresários em negociar somente com a Fetaesp, conduziu o movimento ao esvaziamento.

Em 1992, a Feraesp encabeçou uma nova mobilização, pois visava paralisar todas as áreas de produção do setor canavieiro (sindicato dos químicos, dos trabalhadores nas indústrias de alimentação, dos motoristas etc.), o que ocorreu apenas de forma pontual, ou seja, em algumas cidades. Isso enfraqueceu e esvaziou o movimento, resultando no retorno dos trabalhadores aos seus postos de trabalho, que foram obrigados a aceitar as condições salariais negociadas mediante encaminhamento de pauta de reivindicações pela Fetaesp.

Mediante a dificuldade em unificar os trabalhadores assalariados da cana com as outras categorias, os sindicatos filiados a CUT sugeriram, em 1992, a criação de um “Departamento de Trabalhadores Agroindustriais”. Acreditava-se que o departamento poderia unir os vários sindicatos de trabalhadores ligados ao setor canavieiro e citrícola. A proposta não se efetivou, pois entrou em confronto com a diretriz política da Central, em nível nacional, que priorizava a organização via federações.

O fato de não ter conseguido unificar as categorias de trabalhadores da agroindústria canavieira, não significou necessariamente uma derrota para a Feraesp, pois alguns sindicatos a ela vinculados na região de Ribeirão Preto obtiveram credibilidade. Todavia, o projeto político por ela encabeçado inicialmente arrefeceu, pois, as reflexões e discussões a respeito das táticas e estratégias do capital, e os avanços obtidos pelo movimento sindical durante as mobilizações dos anos 1980, não foram suficientes para consubstanciar projetos que conduzissem os trabalhadores para o confronto com o capital agroindustrial canavieiro. Tampouco permitiu a efetivação do sindicalismo por fora dos parâmetros legais instituídos pelo Estado.

Nesse contexto surgiram novos atores sociais, a exemplo do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), colocando em questionamento as contradições inerentes ao processo de valorização do capital, bem como a estrutura organizativa oficial dos sindicatos defendida pela CONTAG. As críticas direcionadas a tal estrutura sindical e suas bases de representação apresentaram novos elementos ao debate (a luta pela terra, pela identidade camponesa, pela cidadania etc.) e fizeram com que esses movimentos tomassem rumos próprios em oposição à forma de representação e de organização dos sindicatos rurais.

O fato é que os sindicatos dos trabalhadores rurais estão cada vez mais fragilizados pelo processo de racionalização do capital no campo, pela automação microeletrônica e pela mecanização das lavouras (plantio e, sobretudo colheita), que tem acentuado o desemprego conduzindo-os, conseqüentemente, a dessindicalização e redução da arrecadação sindical.

As pesquisas têm mostrado, e esta em particular, que há de modo geral um distanciamento crescente das entidades sindicais, que representam as categorias de trabalhadores assalariados formais (rurais, químicos, condutores, alimentação), das suas respectivas bases. Tampouco possuem qualquer proposta política que agregue os trabalhadores que ficam de fora do universo do trabalho formal, e que, uma vez destituídos dessa condição, vivenciam outras expressões do conflito de classe, outras formas de inserção laboral, que lhes garantam a sobrevivência.

São essas questões, que atingem diretamente o universo do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital, que evidenciam, por um lado, o refluxo do movimento sindical e operário e, por outro, a emergência e fortalecimento dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, que nos desafiam a buscar novas compreensões.

5.2 – Desafios e Perspectivas para as Entidades de Classe dos Trabalhadores Rurais: Uma Reflexão a partir do Universo Investigado

Já vimos que as mudanças desencadeadas com o processo de reestruturação produtiva e mundialização do capital em escala planetária, provocaram a desestruturação do mundo do trabalho expressa no trabalho precário, terceirizado, temporário, informal e fragmentado, causando insegurança no tocante aos salários, níveis de empregos etc., dificultando a aglutinação de forças e, portanto, ações mais efetivas por parte das entidades de representação da classe trabalhadora, que têm adotado muitas vezes postura defensiva frente às investidas do capital.

Desse modo, nos propomos apreender os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital no campo sobre o trabalho e, particularmente, os limites que obstaculizam a “leitura” orgânica do trabalho para além da fragmentação territorial, que restringe o universo da classe trabalhadora aos rígidos limites do estranhamento das corporações sindicais e associativas.

O exercício do poder do capital ultrapassa o momento da produção e atinge a seara da reprodução da vida, a subjetividade e também as formas de organização política da classe trabalhadora, envolvendo todo o tecido social e impactando tanto as relações que se referem à atividade laborativa, como todas as esferas da vida.

Uma vez submetidos a todo tipo de trabalho para vencer os revezes da reestruturação produtiva do capital, da terceirização, da intensificação, da precarização, do desemprego etc., os trabalhadores vivenciam um contexto de (des)pertencimento de classe.

É, pois, nesse contexto, que os sindicatos vivenciam a crise tanto no plano “socioinstitucional” (redução da sindicalização da representação de classe), como no âmbito “político-ideológico”, que se caracteriza pela integração dos sindicatos à lógica mercantil, limitando a práxis sindical ao horizonte da mercadoria, procurando garantir na maioria das vezes “tão-somente melhor preço da força de trabalho”. (ALVES, 2000, p. 85).

Assim como atentamos para as especificidades intrínsecas à

organização técnico-produtiva e organizacional do capital agroindustrial canavieiro, e às tendências que sinalizam para redefinições tecnológicas e mercadológicas, bem como para uma nova configuração espaço-territorial; faz-se necessário atentar também para os desafios que se colocam para os trabalhadores e entidades sindicais ligados ao universo canavieiro.

Há que se destacar, que a existência de concepções político-ideológicas divergentes, tanto no âmbito das entidades sindicais de base como nas instancias sindicais superiores (federações), a exemplo da Fetaesp e da Feraesp, conforme já salientamos anteriormente, bem como o cenário de fragmentação corporativa e territorial, dificultam ainda mais a práxis sindical e o entendimento enquanto classe, especialmente quando há um jogo de disputas políticas e territoriais intra e intersindical, manifesta nas dissensões e nas novas formas de organização dos trabalhadores.

As divergências políticas dentro e entre a Fetaesp e a Feraesp, bem como os desentendimentos entre as lideranças dos próprios STRs e destas com os SERs abriu uma nova fissura no interior das duas federações, permitindo a criação de uma terceira federação no estado de São Paulo, a Fercana. Nesse caso a fragmentação corporativa se torna mais evidente, pois se a Feraesp surgiu de um movimento contrário a Fetaesp, passando a agregar somente trabalhadores empregados rurais assalariados, vinculados à atividade canavieira, à lavoura branca e à laranja, a Fercana foi criada para representar exclusivamente os trabalhadores empregados rurais assalariados da cana.

Para Hélio Neves, presidente da Feraesp, a Fercana criou uma categoria profissional que não existe, a dos cortadores de cana. Segundo ele todos são trabalhadores rurais e essa fragmentação só prejudica os direitos do trabalhador⁵³⁹.

Na verdade o que se percebe é que havia um jogo de interesses entre essas federações, pois a primeira não queria abrir mão da representação da

⁵³⁹ A Fercana foi criada em 2003, tendo como presidente Mauro Alves da Silva, também dissidente da Fetaesp. A mesma reunia cerca de 23 sindicatos no estado, e tentou sem sucesso obter registro no Ministério do Trabalho para representar a categoria, alegando que a Fercana era a legítima representante do cortador de cana. Na época Silva alegava ainda que a categoria, no estado de São Paulo, era composta de 350 mil trabalhadores, seguindo uma legislação específica (a lei do Plano de Assistência Social), que recebia recursos da agroindústria canavieira destinados a programas de saúde e educação dos trabalhadores e que, por conta disso deveria ter uma federação específica. Ver: OLIVEIRA, 2003.

categoria, uma vez que isso representava perda expressiva da contribuição sindical e, a segunda queria justamente o contrário, a representação dos trabalhadores no corte de cana e, conseqüentemente uma fatia da contribuição sindical.

Essa questão da contribuição também se estende aos sindicatos de base, pois muitos deles são criados visando faturar com o imposto sindical obrigatório, haja vista serem cobradas taxas de até 5% do salário do trabalhador (é o caso das contribuições confederativas, que são repassadas para as confederações nacionais, as federações estaduais e sindicatos) e da contribuição assistencial (que é recolhida como resultado das campanhas salariais).

Verificou-se por meio da pesquisa empírica que há um jogo de disputas pela incorporação de municípios inorganizados, pela manutenção ou criação de extensões de base e quem muitas das divergências políticas e disputas territoriais existentes entre os STRs e entre estes e os SERs, particularmente no estado de São Paulo, se assentam exclusivamente no interesse pela arrecadação da contribuição sindical. Disputas essas, manifestas muitas vezes através de críticas em relação à atuação de determinados dirigentes sindicais apontados como “pelegos”.

Criados com essa perspectiva, muitos sindicatos se transformaram em um negócio lucrativo, se distanciando ainda mais da política de classe, de qualquer proposta autônoma e de embate com o capital. Além do mais, essa disputa muitas vezes ocorre à revelia dos próprios trabalhadores, visto que muitos deles nem tomam conhecimento das ações e nem da presença dos sindicatos em seus locais de trabalho.

Os desafios se multiplicam diante da necessidade de ações políticas que consubstanciem o confronto com o capital e com os opositores de classe. E essas ações sindicais se mostram cada vez mais inoperantes mediante o distanciamento da luta de classes entre o conjunto das entidades de representação nas suas diversas instancias (sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais).

Todavia, faz-se importante lembrar que,

(Dissertação de Mestrado).

As disputas internas ao cenário sindical são o *termômetro* político-ideológico dessas mudanças, que nada mais expressam do que as diferentes compreensões e caminhos a serem construídos para a edificação da sociedade [...] (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 145)

Porém, não podemos nos esquecer que apesar de haver quem busque esses novos caminhos muitos dirigentes se desvirtuam, deixando os interesses particulares prevalecerem em detrimento do coletivo e de classe. E isso está presente na trajetória do sindicalismo brasileiro e, de modo particular do sindicalismo rural, marcado pelas fragmentações intracorporativas e interesses alheios aos de classe dos trabalhadores.

O apego ao cumprimento das determinações legais, e a configuração do ordenamento corporativo, onde se abarca um conjunto de trabalhadores, categorias e profissões numa mesma base ainda está muito arraigado no universo sindical e, de modo particular dos STRs que, nesse caso, não representam somente os trabalhadores rurais assalariados, (na cana-de-açúcar ou na lavoura branca), mas também pequenos proprietários rurais. Assim, a representação de duas categorias distintas, onde muitos sindicatos ainda são dirigidos por pequenos proprietários rurais, tem contribuído para que várias dessas lideranças não sejam comprometidas de fato com as demandas efetivas dos trabalhadores assalariados.

Apesar da Fetaesp e dos STRs reconhecerem o antagonismo presente nesse enquadramento, ao confrontar num mesmo sindicato patrões e empregados, defendem essa estrutura organizativa, acreditando ser possível, mesmo assim, aglutinar forças em vez de dividi-las.

Na maioria dos STRs (e até mesmo na Fetaesp), os cargos de direção ainda são exercidos por pequenos produtores, embora importantes bases sindicais (Ribeirão Preto, Campinas e Bauru, por exemplo) já estejam sob o controle de trabalhadores assalariados. De todo modo, o perfil da estrutura organizativa dos STRs não mudou, visto o caráter corporativista das divergências e disputas políticas internas à categoria, reforçadas pelo posicionamento da Fetaesp.

Todavia é importante salientar também, que dado o contexto de lutas

em que se desencadearam os propósitos da Feraesp e dos SERs, no estado de São Paulo, bem como as composições de forças e arranjos políticos locais, essas instâncias sindicais apresentam posturas, de certo modo, mais combativas e já incorporam à luta questões vivenciadas e defendidas por outros segmentos da sociedade (ONGs e Movimentos Sociais) como a Reforma Agrária, a Soberania Alimentar, e a transgenia, por exemplo.

Do ponto de vista territorial cabe destacar, que enquanto os STRs se espalham por todas as regiões canavieiras (ou não) do estado de São Paulo e dos demais estados visitados, os SERs, vinculados à Feraesp estão concentrados territorialmente na região de Ribeirão Preto.

No decorrer da pesquisa empírica tivemos a oportunidade de visitar 31 STRs (**Mapa 2**), sendo 01 em Alagoas, 08 em Goiás, 06 em Mato Grosso do Sul, 04 em Minas Gerais, 02 na Paraíba, 05 no Paraná, 01 em Pernambuco, 01 no Rio de Janeiro, e 04 em São Paulo (entre os quais um SER)⁵⁴⁰. Além de algumas federações: a Fetag/GO, a Fetape/PE, e a Fetrafe/MS.

Com relação às demais entidades sindicais (**Mapa 2**) devemos salientar que o contato que tivemos com os Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Fabricação de Açúcar e Alcool, (01 em Mato Grosso do Sul, 01 no Rio de Janeiro e 01 em São Paulo) foi muito pequeno. Isso se deve, em parte, ao fato de em alguns locais que visitamos (com exceção do estado de São Paulo) não há sindicatos de base representando essa e outras categorias. Nesse caso, quando os trabalhadores têm alguma reivindicação ou denúncia a fazer se dirigem a um sindicato dos trabalhadores rurais ou ao Ministério Público do Trabalho.

Como o nosso foco de investigação quanto às condições de trabalho e aos desafios frente às mudanças em curso no âmbito do agronegócio canavieiro, desde o início, foram os trabalhadores inseridos nas lavouras de cana (cortadores de cana, bituqueiros, operadores de máquinas e tratores, motoristas, trabalhadores da irrigação/fertirrigação, aplicadores de agrotóxicos, etc.); a análise atentará especificamente para os sindicatos que representam os trabalhadores no campo, especialmente os cortadores de cana, tendo em vista

⁵⁴⁰ No estado de São Paulo tivemos a oportunidade durante o mestrado de visitar outros sindicatos além dos acima citados, os quais também serviram de embasamento para essa discussão, além, das demais pesquisas que transcorreram no âmbito do CEGeT.

que a pesquisa se deteve mais sobre o universo desses trabalhadores e de suas entidades de representação.

Com base nas entrevistas e avaliações de campo, especialmente no tocante a atuação dos STRs, é possível afirmar que uma das fragilidades de grande parte dos sindicatos (considerando o universo investigado) se revela nessa postura defensiva em relação ao capital, limitando-se quase sempre tão-somente ao fechamento dos acordos coletivos, que favorecem em muitos casos os empresários agroindustriais canavieiros em detrimento dos trabalhadores.

Nesse sentido, como destaca Antunes, os sindicatos estão

[...] aderindo ao acrítico sindicalismo de participação e de negociação, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado [...]. Distanciam-se da ação, desenvolvida pelo sindicalismo classista e pelos movimentos sociais anticapitalistas, que visavam o controle social da produção [...]. Tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital. (1997, p. 35).

Todavia esse quadro piora quando entra em cena a postura pessoal de determinados dirigentes sindicais que, ou por fraqueza diante da pressão do capital ou por má conduta, visando interesses particulares aceitam ser subornados, corrompidos etc. Em pesquisas anteriores, as acusações contra a postura pelega e antiética de determinados dirigentes sindicais partiam de seus próprios pares como na fala desse sindicalista: *“Hoje, o trabalhador rural é uma categoria que está em pior situação por culpa do próprio movimento sindical, pois existe um peleguismo irreparável no movimento”*. (BRITO, entrevista – 29/10/2002)⁵⁴¹.

Contudo essas questões continuam presentes nos dias atuais e compareceram nas entrevistas referentes a esta pesquisa. Tanto por meio de declarações dos próprios sindicalistas, de representantes de outras entidades, ou de forma subentendida nas nossas impressões de campo.

A título de exemplo cabe aqui citar o caso envolvendo a Usina Alta Mogiana, em São Joaquim da Barra (SP), que juntamente com quatro sindicatos de trabalhadores rurais (dos municípios de São Joaquim da Barra, São José da

⁵⁴¹ Presidente do STR de Leme. Para mais detalhes ver: Oliveira, 2003. (Dissertação de Mestrado)

Bela Vista, Guar e Ipuã), em 2006 sofreu uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, por terem fechado acordos coletivos que eliminavam direitos trabalhistas. Segundo Renata Cristina Petrocino, representante⁵⁴² da Procuradoria Regional do Trabalho da 15 Região (Campinas), esse acordo impedia o descanso dos trabalhadores, bem como o recebimento de horas extras correspondentes ao período trabalhado garantidos pela CLT.

O fato é que nem todas as lideranças estão comprometidas com os trabalhadores, ao assumir a direção dos sindicatos ou conduzir as lutas. Esse compromisso parece mais evidente onde as lideranças se identificam ou são decorrentes do movimento “operário” dos anos 1980, que serviu de referência para cortadores de cana e apanhadores de laranja, entre outros.

Os casos de descompromisso, de omissão de dirigentes sindicais para com os trabalhadores que representa, e até os casos de “suposta” corrupção não se restringem ao estado de São Paulo, estão presentes em todos os locais que visitamos.

No Triângulo Mineiro, por exemplo, de acordo com o depoimento do Procurador do Ministério Público do Trabalho de Uberlândia, Dr. Fábio Lopes Fernandes, bem como do presidente do STR do município de Conquista/MG, as empresas agroindustriais canavieiras da região, especialmente as pertencentes aos grupos nordestinos, exercem forte influência sobre os dirigentes sindicais; seja através da pressão declarada, como ameaças diversas e supressão da função de dirigente, ou do não cadastramento dos trabalhadores junto ao sindicato para o recolhimento da contribuição sindical, ou ainda da coerção “amigável” exercida por meio de benefícios pessoais, entenda-se dinheiro, carros, etc.

Nesse cenário se enquadra, por exemplo, o STR de Delta, município no qual está localizada a Usina Caeté – Unidade Delta (do Grupo Carlos Lyra)⁵⁴³. Segundo informação de outros dirigentes a empresa exerce forte influência sobre este sindicato e com isso consegue fechar um dos menores acordos coletivos do

⁵⁴² Cf. Repórter Brasil. 19 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=583>

⁵⁴³ Infelizmente depois de três tentativas para visitação e realização de entrevista, nos foi negado permissão

Triângulo Mineiro.

Já o STR de Conquista, município que abriga a Usina Mendonça e boa parte da cana fornecida para a Usina Caeté/Delta, vivencia uma situação contrária à descrita acima. Segundo seu dirigente houve muita pressão por parte da Usina Mendonça e dos condôminos⁵⁴⁴, durante os acordos coletivos para fechar negociações favoráveis aos empresários em detrimento dos trabalhadores.

Contudo, sua resistência e não concordância com as condições impostas pela unidade processadora e os condôminos resultou, forçosamente, na não representação dos trabalhadores no corte de cana-de-açúcar, pois a empresa se fez valer de brechas na legislação, registrando os cortadores de cana junto ao sindicato que representa os trabalhadores da planta fabril, que possui uma sede dentro da própria empresa.

Esse fato, como destaca o Procurador do MPT de Uberlândia e o próprio presidente do STR de Conquista, contribui para que a empresa e seus fornecedores exerçam total controle sobre os trabalhadores, especialmente sobre aqueles que são migrantes e que são mantidos em alojamentos. Dificultando assim qualquer ação, seja do sindicato ou do Ministério Público.

Quando a empresa tem boa relação com o sindicato, quando às vezes o sindicato se posiciona do lado dela, ela faz a campanha do trabalhador e convence-o a recolher para o sindicato. Mas quando é um sindicato que trabalha em prol do trabalhador, que reconhece a luta do trabalhador, nos acordos coletivos e convenções e quer ganhar mais para o trabalhador. Então esse sindicato acaba perdendo verbas [**fica sem a contribuição sindical porque perde a representação dos trabalhadores**] por trabalhar bem. O poder da empresa aqui no nosso município é muito grande. E ainda faz aquela campanha do tipo: **vocês não procurem o sindicato porque ele vai explorar vocês, aquele sindicato não serve e se você teimar em ir lá vai ser dispensado**. Então os trabalhadores muitas vezes trabalham sob ameaça da empresa. E como a nossa clientela, a maioria é migrante, eles vêm subordinados à empresa e tem medo de procurar seu sindicato e sofrer punições. Então isso é o que tem acontecido aqui no município de Conquista. Infelizmente essa empresa teve dificuldade para negociar conosco. (SANTOS, entrevista – 30/11/2007, p. 4)

para fazê-las.
⁵⁴⁴ Grupos de produtores de cana-de-açúcar, que se organizam para efetuar o gerenciamento da mão-de-obra e da matéria-prima que será entregue às unidades processadoras, muito comuns no Triângulo Mineiro.

As dificuldades em estabelecer acordos nas negociações, entre o sindicato de Conquista, a Usina Mendonça e os produtores de cana (condôminos) foi prejudicada, segundo seu presidente, porque geralmente os demais sindicatos que participavam das negociações coletivas, em especial o de Delta, cediam às imposições dos empresários e acatavam o que eles propunham, enquanto o presidente do STR de Conquista/MG relutava sozinho, não concordando com o que era proposto.

O resultado foi que o referido sindicato perdeu a representação dos trabalhadores no corte de cana para a Usina Mendonça, que passou a vincular os mesmos ao Sindicato de Cultivo e Transformação de Cana-de-açúcar, com sede dentro da própria empresa. Segundo o presidente do STR, os trabalhadores foram vinculados sem saberem e assinaram a filiação junto com os contratos de trabalho.

O fato é que o STR está brigando na justiça para reaver a representação da categoria, sob a alegação de que esta está sendo exercida pelo sindicato ligado à empresa de forma ilegal. Sua reivindicação pauta-se no fundamento legal de que não pode haver duas entidades representando uma categoria na mesma base territorial. Além do que os trabalhadores ficam a mercê da empresa e dos condôminos, que exercem total domínio sobre eles, dificultando qualquer interferência externa.

O dirigente sindical do município de Conquista/MG destacou que apesar da causa já ter sido ganha em primeira instância, o processo ainda estava tramitando em Brasília. O mesmo atribuiu a ocorrência da “ilegalidade da representação” dos cortadores de cana pelo sindicato da empresa à inoperância, ou omissão do Ministério do Trabalho da Jurisdição de Uberaba que, segundo o dirigente *“infelizmente é um Ministério que atende o usineiro e não o trabalhador”*. Esta é, pois, uma instância do Ministério Público do Trabalho denunciada e mal vista por sindicatos, trabalhadores e pela Procuradoria de Uberlândia, a qual, ao contrário, foi elogiada pelos dirigentes sindicais entrevistados.

Faz-se importante destacar como um aspecto crucial na nossa análise acerca do papel e ações das entidades de representação dos trabalhadores e, no caso em questão os sindicatos dos trabalhadores rurais, o fato destes não estarem articulados entre si, no sentido de desenvolverem ações político-

estratégicas para conter a precariedade e a superexploração da força de trabalho, e/ou apresentar propostas que sinalizem para além do que está posto, especialmente nesse contexto de expansão do cultivo da cana-de-açúcar e de efetivação do corte mecanizado.

Estes são dois aspectos importantes para os quais julgamos os sindicatos ainda não estarem preparados. Quando a expansão chegou pegou a maioria dos sindicatos, e de modo particular aqueles dos municípios que não tinham tradição no cultivo de cana-de-açúcar, totalmente desarticulados e despreparados para acompanhar o processo. Conforme destacou o Procurador do MPT de Uberlândia: *“estamos todos desorganizados. Os sindicatos estão atirando cada um para um lado e o Ministério do Trabalho também [...] Agora é que estamos começando a centralizar as ações”*. (FERNANDES, entrevista – 29/11/2007, p. 08)

Ao apontar desorganização na atuação dos sindicatos, o Procurador incluiu o Ministério Público do Trabalho nesse contexto, alegando que este também não está preparado para acompanhar o processo expansionista da atividade canavieira e os desdobramentos do ponto de vista do trabalho, na dimensão que estão se apresentado. Que este é o grande desafio do momento para todas as entidades, seja de representação dos trabalhadores, seja de fiscalização e/ou atuação das barbaridades as quais os trabalhadores são submetidos sob o controle do capital.

Os limites da estrutura e organização sindical oficializada pelo Estado, as divergências político-ideológicas, os desvios de conduta de determinados dirigentes, somados ao contexto de reestruturação produtiva do capital, de inovações tecnológicas, mecanização e conseqüente desemprego e superexploração do trabalho, conduz a realização de negociações desarticuladas entre os sindicatos (apesar de haver a tentativa de articular via federação); que acabam em muitos casos atendendo aos interesses do capital e mesmo particulares dos sindicalistas, em detrimento das reais necessidades dos trabalhadores.

Um primeiro passo para promover essa organização/articulação dos sindicatos (inclusive com a renovação dos quadros de comando desses sindicatos) seria estabelecer uma política única para as negociações e acordos

coletivos, visto que esta desarticulação se expressa por meio de diferentes formas de pagamento da cana cortada para o trabalhador, bem como na variação do preço da cana-de-açúcar negociado por cada sindicato no acordo coletivo, conforme destaca o Procurador do MPT de Uberlândia: *“a federação precisa formar uma política única porque em alguns locais pagam a R\$ 3,70 a tonelada de cana, outros pagam a R\$ 2,30, outros pagam a R\$ 2,20”*. (FERNANDES, entrevista – 29/11/2007, p. 8).

Em alguns locais onde a expansão canavieira está ocorrendo, os sindicatos ainda estão tão despreparados para atender e representar os trabalhadores no corte de cana, que não há negociação específica para a categoria e adota-se o piso salarial dos trabalhadores assalariados da lavoura branca. Este é o caso, por exemplo, do STR de Santo Inácio/PR, município sede da mais recente unidade Alto Alegre, na divisa com o estado de São Paulo.

A expansão da mecanização do corte de cana aumentou a insegurança quanto ao futuro dos trabalhadores, e isso tem rebatimento direto sobre a sobrevivência dos próprios sindicatos que representam a categoria, pois apesar dos STRs representarem também pequenos proprietários/produtores e camponeses assentados, o fim do emprego no corte de cana pressupõe uma redução significativa ou o fim da contribuição para muitos desses sindicatos, dependendo do contingente de trabalhadores que contribuem e são filiados. Sindicatos sediados em municípios com grandes empresas ou que possuem mais de uma empresa e que representam até dois mil trabalhadores, diante da eminência do fim da queima da cana-de-açúcar e conseqüente mecanização do corte sofrerão uma redução expressiva da sindicalização e da arrecadação. Apesar de isto já vim ocorrendo gradativamente.

A questão da mecanização é paradoxal porque ao mesmo tempo em que se defende o fim do corte manual da cana-de-açúcar por ser este um trabalho degradante, extenuante e de caráter marcadamente embrutecedor da força humana que trabalha, a efetivação da mecanização do corte pressupõe o fim do emprego de milhares de cortadores de cana-de-açúcar no país.

Como vimos no capítulo anterior, no estado de São Paulo, por exemplo, o governo antecipou os prazos de eliminação das queimadas de cana-de-açúcar de 2021 para 2014, nos terrenos favoráveis à mecanização, aumentando o

percentual da cana colhida sem queima de 50% para 70%. Já nos terrenos com declividade acima de 12%, o prazo foi antecipado de 2031 para 2017, aumentando o percentual de cana colhida sem queima no período, de 10% para 30%⁵⁴⁵. A recomendação para as empresas/grupos que estão implantando novas unidades nas principais frentes de expansão é que estas já iniciem as operações sem a prática da queima e, portanto com a mecanização do corte.

Dados levantados pelo IEA e CATI, tendo como referência o estado de São Paulo destacam que em 2007, 40,7% da colheita de cana-de-açúcar foi mecanizada, tendo o corte manual envolvido em torno de 163.098 trabalhadores. Entre os EDRs (Escritórios de Desenvolvimento Rural) que apresentam os maiores índices de mecanização (13 ao todo) se destacam Presidente Prudente e Catanduva (no Oeste do estado), com 36,1% e 41,8% respectivamente, entre os EDRs com índices acima de 50% destacam-se Ribeirão Preto, Franca, Limeira e Orlandia. Os EDRs de Piracicaba, Itapetininga, Marília, General Salgado e Araçatuba apresentam índices inferiores a 20%.

O levantamento do IEA ressalta ainda que se a mecanização aumentar em torno de 1% a cada ano, desempregará cerca de 2.700 cortadores de cana-de-açúcar. Vê-se, pois, que os principais afetados nesse processo serão os trabalhadores migrantes responsáveis pela maior parte dessa mão-de-obra, não somente no estado de São Paulo, mas também em Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás. A saída para esses trabalhadores com a redução de postos de trabalho em São Paulo é engrossar o fluxo migratório para as outras frentes de expansão, enquanto a colheita manual não for totalmente suprimida também nestas, acirrando assim os conflitos nessas novas áreas, pois a disputa por vagas será maior.

Com a extinção por completo das queimadas, parte das vagas que ainda permanecerão serão relacionadas ao plantio, capina e corte de cana crua para plantio de mudas e/ou em áreas onde a máquina não consegue entrar. A outra parte das vagas será destinada às funções mecânicas, que requer mão-de-obra qualificada, o que já exclui um contingente expressivo de trabalhadores que

⁵⁴⁵ Cf. Jornal O Imparcial – Notícias – 16 de setembro de 2007. Disponível em: <http://oimparcial.uol.com.br/site/presidenteprudente-ver.php?codig...>

não são sequer alfabetizados⁵⁴⁶. A mão-de-obra remanescente, sem emprego nas frentes de corte de cana e em seus locais de origem ficará à mercê da própria sorte, haja vista a grande maioria não ter formação básica nem qualificação profissional para se engajar em outras atividades que exijam estes pré-requisitos.

Nesse contexto, percebe-se que os sindicatos, mesmo os mais combativos, demonstram dificuldades para implementar ações e manter posturas mais agressivas frente aos desmandos do capital. Os mesmos, inclusive, acreditam que a ameaça de redução do emprego em função do aumento da mecanização do corte de cana-de-açúcar enfraquece o movimento sindical, e atribuem a responsabilidade por essa retração ao Estado, por este não criar contrapartidas, bem como ao setor canavieiro e aos próprios sindicatos, no sentido de buscarem alternativas que incorporem os trabalhadores que ficarem desempregados; seja no mercado de trabalho formal com qualificação profissional e novas perspectivas de emprego, seja com políticas públicas, visando garantir a fixação dos trabalhadores que ainda possuem uma propriedade no campo para não terem que se submeter ao assalariamento; ou uma Reforma Agrária que garanta àqueles que foram expropriados de suas terras no passado e submetidos ao trabalho assalariado e precário, a possibilidade de acesso/retorno a terra novamente.

O fato é que esse cenário de racionalização da agricultura no campo tem vitimado os trabalhadores com o desemprego e fragilizado a sua organização/mobilização. Desse modo, as entidades de representação enfraquecidas, tentam justificar, em alguns casos, a debilidade de suas ações a partir do conseqüente esvaziamento da filiação e da arrecadação da contribuição sindical. Isso contribui, em parte, para que dirigentes sindicais, a exemplo do presidente do STR de Delta/MG, acatem as condições impostas pelos empresários agroindustriais canavieiros.

Sem a pretensão de generalizar esta avaliação, porém correndo o risco de fazê-lo, os depoimentos dos dirigentes que entrevistamos são um indicativo de que as fragilidades apresentadas pelos sindicatos que representam os

⁵⁴⁶ Segundo a Assessoria de Imprensa do governo do estado de São Paulo, 62% dos cortadores de cana não fizeram a quarta série do ensino fundamental. Jornal o Imparcial – Notícias – 16 de setembro de 2007. Disponível em: <http://oimparcial.uol.com.br/site/presidenteprudente-ver.php?codig...>

trabalhadores no corte de cana-de-açúcar, decorrem não somente do processo de reestruturação produtiva do capital, das mudanças técnico-organizacionais e dos avanços tecnológicos implementados no âmbito do agronegócio canavieiro, mas também na estrutura corporativa na qual foram constituídos.

5.2.1 – A relação capital-trabalho e a gestão diferenciada de ambos no território

O enquadramento jurídico definido pela CLT corporificou a segmentação da representação sindical e definiu a ordenação territorial, ou os limites territoriais, tanto para o trabalho como para o capital. Nesse cenário comparece a Justiça do Trabalho como instância de normatização, dando consubstanciação ao emparedamento corporativo-sindical e delimitando legalmente a atuação do trabalho no território⁵⁴⁷.

Desse modo, no âmbito do agronegócio canavieiro, a contradição inerente à relação capital-trabalho se manifesta também na realização de ambos no território, haja vista a gestão territorial de ambos ocorrer de forma diferenciada. Nesse sentido cabe dizer que enquanto o capital agroindustrial canavieiro é hegemônico sobre o processo produtivo, exercendo sua própria gestão e reconhecendo-se não nos limites municipais, mas na materialização da produção, o trabalho, na forma de identidade corporativa, esbarra nos limites da alienação legitimada pelo Estado, fragmentando-se assim em várias categorias e bases territoriais (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Diríamos em outras palavras, que a abrangência de atuação do trabalho enquanto entidade corporativa se limita às fronteiras do município, ao passo que o capital se espalha territorialmente materializando-se nas plantações de cana-de-açúcar e nas unidades processadoras⁵⁴⁸.

O trabalho, enquanto entidade corporativa sofre a alienação legitimada pelo Estado ao expressar territorialmente o fracionamento em categorias distintas (cortadores de cana, motoristas, técnicos, operadores de caldeiras etc.) conduzido

⁵⁴⁷ Para mais detalhes ver: THOMAZ JÚNIOR, 1996 e 2002.

⁵⁴⁸ *idem*.

pela divisão técnica do trabalho e pela limitação de sua base territorial (cada sindicato só pode representar oficialmente os trabalhadores pertencentes a sua base territorial, restrito aos limites municipais) em conformidade com a localização do capital materializado nas unidades agroindustriais canavieiras.

Já as unidades processadoras geralmente exercem influência sobre vários municípios em seu entorno, tendo em vista a abrangência da área cultivada com cana-de-açúcar. Assim, elas contratam trabalhadores desses municípios se ligando de alguma forma aos diversos sindicatos rurais. Vale dizer, que apesar de o capital possuir enquadramento nas mesmas normas que o trabalho, no que se refere às entidades de representação, ele não se enfraquece nem se fraciona, pois as empresas centralizam ações que ao se materializarem expressam o poder hegemônico do capital e a capacidade de autogerir sua própria territorialidade⁵⁴⁹.

A configuração do ordenamento corporativo que ainda prevalece em boa parte desses sindicatos faz com que haja um apego ao cumprimento de determinações legais; a preocupação com a perda do controle de extensões de base e mesmo da contribuição sindical, como já foi dito, pois acreditam que quanto maior a abrangência territorial maior a quantidade de trabalhadores associados e, portanto, a arrecadação. Porém, contraditoriamente, muitos se acomodam e se prendem ao imobilismo “sem ir onde o trabalho está”, limitando-se a lamentar diante das perdas.

Para alguns dirigentes o propósito de “ir ao local de trabalho”, muitas vezes “bate de frente” com o posicionamento de outros, que se apegam aos estatutos e requisitos formais de base territorial para continuarem sua função “decorativa” atrás das escrivatinhas dos sindicatos, sem acompanhar as frentes de trabalho.

Nesse contexto, criou-se um cenário de enfrentamentos políticos e disputas territoriais entre os STRs e, no caso do estado de São Paulo entre os STRs e os SERs, haja vista os mesmos marcarem presença numa mesma base territorial. Ou seja, em meio a esse embate se constitui uma dupla representação dos trabalhadores ligados ao corte da cana, expressa na dúplice territorialidade dos sindicatos nos municípios-sede ou em suas extensões de base.

⁵⁴⁹ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002; OLIVEIRA, 2003; OLIVEIRA, 2004.

Desse modo, apesar dos SERs terem uma predisposição iminente para o confronto com o capital, o conflito quase sempre está focado na disputa por território e por hegemonia política (THOMAZ JÚNIOR, 2002c, p. 285). Salvo nos casos em que os sindicalistas mais comprometidos com suas bases defendem o direito de greve e acenam com posturas mais combativas, ultrapassando os limites territoriais.

Vale dizer que do ponto de vista formal a abrangência da atuação do sindicato enquanto entidade corporativa, ainda está limitada às fronteiras do município. No entanto, frente ao espalhamento territorial do capital que se materializa nas plantações de cana por vários municípios, exigindo o deslocamento dos trabalhadores para além do limite de representação sindical, bem como a exploração dos trabalhadores submetidos aos ditames do capital, fez emergir o estabelecimento de relações solidárias entre os sindicatos para acompanhar esse processo.

Verificamos a existência dessas ações coletivas e solidárias entre entidades sindicais do estado de Goiás, uma prática que é estimulada pela própria federação, a Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás)⁵⁵⁰. Assim, quando há problemas que envolvem trabalhadores de várias bases os sindicatos se unem para buscar uma solução. Inclusive, em Goiás, apesar de formalmente prevalecer a limitação da atuação sindical a sua base territorial, a organização por pólos regionais permite (ou não) uma maior interação entre os dirigentes de várias bases (Quadro 8)⁵⁵¹.

Quadro 8 - Pólos Sindicais Regionais dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás

Pólos Regionais	Municípios	Quant. de Sind.	Sindicatos não Filiados
Norte	Campinorte, Porangatu, Mara Rosa, Minaçú, Uruaçu, São Miguel do Araguaia, Niquelândia, Campos Verdes, Mutunópolis, Formoso, Santa Terezinha	11	
Rio Vermelho	Goiás, Itapirapua, Mozarlândia, Itaberaí, Sanclerlândia, Córrego do Ouro, Heitoráí, Novo Brasil, Jussara, Britânia.	14	Uirapuru

⁵⁵⁰ A FETAEG representa os trabalhadores/trabalhadoras rurais assalariados em geral, pequenos proprietários/produtores e camponeses assentados.

⁵⁵¹ Em Minas Gerais a estrutura sindical também está “organizada” em polos regionais (ou diretorias da Fetaemg) a saber: Alto Jequitinhonha, Alto Rio Doce, Baixo/Médio Jequitinhonha, Grande BH, Leste Rio Doce, Noroeste, Norte de Minas, Rio Doce, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Vale do Mucuri e Zona da Mata.

	Americano do Brasil, Mundo Novo, Anicuns, Araguapaz		
Oeste	Nazário, São Luiz de Montes Belos, Firminópolis, Turvânia, Piranhas, Fazenda Nova, Jaupaci, Iporá, Bom Jardim, Caiapônia, Montes Claros, Doverlândia	12	
Vale do São Patrício	Ceres, Carmo do Rio Verde, Rubiataba, Goianésia, Barro Alto, Uruana, Itapuranga, Itaguarú, Jaraguá, Crixás	10	Vila Propício
Centro	Trindade, Guapó, Goianira, Hidrolândia, Bela Vista, Itauçú, Taquaral, Inhumas, Nova Veneza, Santa Rosa, Catalão, Orizona, Varjão, Caturai, Araçú, Anápolis, Pirenópolis, Petrolina, Corumbá, Silvânia, Goianópolis, Nerópolis, Bonfinópolis	23	Leopoldo de Bulhões
Sul	Morrinhos, Piracanjuba, Caldas Novas, Corumbáiba, Itumbiara, Cristalina	06	
Sudoeste	Jataí, Rio Verde, Mineiros, Caçu, Quirinópolis, Itarumã, Perolândia, Itajá	08	Paranaiguara, Montevideu do Norte, Cachoeira Alta
Rio dosBois	Santa Helena, Acreúna, Jandaia, Paraúna, Palmeiras, Edéia, Edealina, Pontalina, Joviânia, Goiatuba	10	

Fonte: FETAEG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás) – 2009.
Disponível em: <http://www.fetaeg.org.br/site.asp?secao=regionais>

Essa interação, ou talvez uma “intervenção consentida”, entre os sindicatos foi verificada, de modo particular, através de entrevista efetuada junto ao presidente do STTR de Goiatuba e do STTR de Goianésia, ambos no estado de Goiás⁵⁵². Os quais alegaram o fato de que as negociações são efetuadas em conjunto, onde participam as empresas, os sindicatos e a Fetaeg. Por isso na hora de agir frente a alguma irregularidade, um sindicato tem autonomia para auxiliar o outro que esteja com dificuldade para negociar descumprimento de acordo ou qualquer outro tipo de problema que envolva o trabalhador.

Eu acompanhei Carmo de Rio Verde, Anicuns em algumas ações. Ah, mas o que você tem a ver com os outros municípios? Tem a ver que quando a gente vai fazer nossas negociações todos os municípios vão pra Goiânia e negociam todos juntos, então todas as empresas têm que respeitar o que está escrito. A de Goianésia respeitou, **talvez porque o trabalho do sindicato é afirmativo, de cobrança**. Mas nos outros municípios não respeitaram, e nós tivemos que ir pra cima porque lá os trabalhadores estavam em situação muito triste. (MORAES, entrevista – 14/10/2008, p. 9)

Todavia, permanece a questão do compromisso, do envolvimento político e da capacidade de mediação e negociação do dirigente sindical, como de forma sutil foi apontada pelo presidente do STR de Goianésia. Ou seja, a

⁵⁵² Aliás, em Goiás a denominação dos sindicatos rurais não é STR e sim STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), dando ênfase, também a questão de gênero.

“intervenção consentida” geralmente ocorre quando um ou mais sindicatos do pólo apresenta dificuldade (ou incapacidade) para intermediar o conflito de classe.

No estado de São Paulo, que foi onde também tivemos um contato maior com os sindicatos, percebemos que este aspecto é muito mais complicado, e que a questão do “respeito” ao limite da base territorial do outro é bastante polêmica. Verificamos que a intervenção ocorre geralmente por solicitação dos próprios trabalhadores descontentes com o descumprimento, a incapacidade de ação e mesmo omissão de determinados dirigentes em relação a problemas enfrentados pelos trabalhadores (descumprimento de acordo, pagamento indevido, irregularidades nas moradias de trabalhadores migrantes, atraso ou não pagamento de acerto). Todavia, nem sempre ela ocorre com o conhecimento ou consentimento prévio do dirigente da base sindical que, via de regra não gosta.

Essa postura mais combativa, “de ir onde o trabalho está”, sem se preocupar com a extensão territorial de base ou com qualquer outra organização sindical representante da categoria na mesma base territorial, ficou mais evidente durante a pesquisa entre os SERs de Sertãozinho e de Presidente Venceslau. O presidente do SER de Sertãozinho declarou (na ocasião da entrevista)⁵⁵³ não se intimidar com o fato de ter que atender ao chamado dos trabalhadores e de enfrentar a resistência do dirigente sindical de outra base, que muitas vezes nem é vinculada a sua federação e sim a Fetaesp, pois o mais importante é o trabalhador.

O presidente do SER de Presidente Venceslau, que é vinculado a CUT, regional de Presidente Prudente partilha do mesmo posicionamento “de ir onde o trabalho está”. Desse modo, ele sempre vai onde os trabalhadores o solicitam. Ele organiza e participa de paralisações e movimentos grevistas na região de Paraguaçu Paulista, Rancharia, Presidente Prudente sem temer a reação de outros dirigentes.

Em 2008 tivemos a oportunidade de acompanhá-lo em uma dessas atuações, envolvendo trabalhadores migrantes do Ceará na Destilaria Santa Fanny no município de Regente Feijó. O mesmo foi chamado pelos trabalhadores para mediar uma situação de descumprimento do acordo em relação a

⁵⁵³ Ver OLIVEIRA, 2003 (Dissertação de Mestrado).

pagamento, irregularidade nas moradias, acompanhamento do acerto e encaminhamento deles aos seus locais de origem.

Questionado acerca do fato de está atuando numa base que, do ponto de vista formal não é sua, o dirigente ressaltou que o que move a sua ação é a demanda do trabalhador e, se esta demanda existe é por que o sindicalista da base é omissivo e não age em defesa dos trabalhadores.

No Nordeste essa perspectiva de ação coletiva foi verificada na Paraíba. A mesma foi relatada pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do município de Santa Rita. Segundo o secretário⁵⁵⁴ do sindicato, tal iniciativa decorre da necessidade dos dirigentes sindicais se unirem no sentido de se fortalecerem no embate com o capital agroindustrial canavieiro na região. O mesmo relatou que até a alguns anos atrás os sindicatos da principal região canavieira da Paraíba tinham dificuldade para adentrar a seara do capital, ou, melhor dizendo, ultrapassar as barreiras criadas pelos usineiros para impedir o acesso dos sindicatos às empresas e, portanto, a possibilidade de negociação frente às condições de exploração, as quais os trabalhadores eram submetidos.

Nós trabalhamos com dois sindicatos, Sapé e Cruz do Espírito Santo. Trabalhamos em conjunto. Mesmo trabalhando em conjunto, se o problema complicar, não tem boquinha. A história tem que ser com os três. O problema é dos três. Ai vem todos os três pra resolver em conjunto **foi o meio que nós achamos das empresas não jogar nós, como diz a história, lá pro “andar de cima”**[grifo nosso]. Se o problema era só com Sapé, ai Sapé ia lá, ou então só com Santa Rita, a empresa negava a reivindicação que o sindicato de Santa Rita fazia, não respeitava [...] A própria empresa Japungu mesmo, nós não tínhamos o direito de chegar nem no portão. (SILVA, entrevista – 16/11/2006, p.4)

Tanto os trabalhadores quanto os sindicatos, viviam sob constantes ameaças tendo o acesso às instâncias superiores das empresas barradas por capangas armados. Os sindicatos da região de Santa Rita, sozinhos não estavam conseguindo estabelecer o confronto com o poder do capital manifesto de forma opressiva/repressiva, que não reconhecia e/ou respeitava os sindicatos como entidades legítimas de representação dos trabalhadores. Um trecho do

depoimento do representante sindical de Santa Rita reforça a seguir nossa afirmação.

A união desses três sindicatos constitui-se numa estratégia interessante que se traduz na necessidade de sobrevivência daqueles que estão a sua frente, mas também de somatório de forças visando o fortalecimento da luta contra os desmandos dos usineiros. A necessidade de atender aos apelos dos trabalhadores diante da subordinação/exploração vivenciada por eles e poder atuar com mais autonomia e segurança no território do capital, ultrapassou as barreiras das vaidades pessoais, político-ideológicas e, de alguma forma, também as barreiras territoriais que limitam a atuação sindical, ganhando assim uma conotação mais solidária.

É importante ressaltar que iniciativas como estas não estão colocadas para o conjunto dos sindicatos, tampouco se traduzem em estratégias que sinalizem contraposição ou supressão da prevalência da racionalidade de um sistema que está posto. Estas se limitam em sua maioria, tão somente as reivindicações de melhores salários, condições de trabalho e equipamentos de segurança.

Existem muitos dirigentes sindicais, no entanto, que se tornaram “centros de birô⁵⁵⁵”, limitando-se a comparecer junto aos trabalhadores quando sua presença, em função de uma ocorrência/denúncia mais séria é insistentemente requisitada. Essas posturas político-organizativas e ideológicas divergentes entre os dirigentes sindicais, independem da localização territorial, ou seja, do local do Brasil em que eles estejam situados.

Mesmo em Pernambuco, onde se desencadeou o histórico de luta do movimento sindical rural dos anos 1980 se depara com a inoperância da ação sindical referenciada no distanciamento da luta de classes e, por conseguinte, de ações políticas de confronto com o capital. Sendo, pois essa bandeira defendida pelos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária e também pela Comissão Pastoral da Terra.

A pesquisa demonstrou que um contingente significativo de dirigentes

⁵⁵⁴ José Felix da Silva. Durante entrevista realizada em 16/11/2006.

⁵⁵⁵ Expressão usada pela Ir. MARLENE, da CPT/PE, durante entrevista para se referir aos sindicalistas que vivem encastelados nos sindicatos, atrás de uma escrivania sem se dignar a ir onde o trabalhador está.

sindicais está à frente dos sindicatos há 15, 20 anos. Muitos dos quais, depois de tanto tempo entregues ao imobilismo acabam se identificando como um funcionário do sindicato, cumprindo funções burocráticas sem um comprometimento maior com a luta dos trabalhadores assalariados⁵⁵⁶.

O descomprometimento para com os trabalhadores assalariados, a omissão frente às suas demandas e o imobilismo diante das investidas do capital se evidenciam nos depoimentos dos próprios trabalhadores entrevistados. Vários deles disseram não conhecer os dirigentes dos sindicatos aos quais são filiados, tampouco sabiam onde ficava a sede dos sindicatos. Outros disseram que os sindicatos nunca ou raramente aparecem nas frentes de corte. Todavia ressaltaram que muitas vezes não procuram os sindicatos por se sentirem intimidados, por medo de sofrerem retaliações ou serem demitidos.

A título de exemplo cabe destacar o depoimento de um dos trabalhadores a esse respeito. Perguntamos ao mesmo se o sindicato costumava ir ao campo e ele nos disse: *“Só se um trabalhador for chamar o sindicato, aí ele vem aqui”*. Quisemos saber ainda com que frequência o sindicato comparecia às frentes de corte e o trabalhador destacou: *“Raramente, só quando o trabalhador vai chamar mesmo. E se o trabalhador chamar está complicado na empresa. No próximo ano ele nem pense em vir pro lado de cá, que ele não tem futuro não. Então, a gente nem chama”* (RONALDO, entrevista – 22/11/2006, p. 11).

Esses trabalhadores vivenciam um misto de insatisfação e de medo. Insatisfação com as condições de trabalho as quais são submetidos, com a exploração e usurpação dos direitos previstos na legislação e nos acordos coletivos. Medo das medidas punitivas adotadas pelas empresas, quando estas descobrem que os trabalhadores solicitaram a presença do sindicato para tratar das irregularidades no processo de trabalho, medo, sobretudo da ameaça constante de demissão. Isso faz com que muitos se distanciem dos sindicatos, como denota o depoimento do trabalhador citado acima e de tantos outros entrevistados no decorrer da pesquisa, mas que não cabe aqui apresentar para não incorrer em repetições.

No norte fluminense, no Paraná, em Mato Grosso do Sul e no Triângulo

⁵⁵⁶ Este aspecto foi tratado com mais ênfase na Dissertação de Mestrado, 2003.

Mineiro, apesar da quantidade de sindicatos visitados ser pequena, a realidade sindical não difere da que investigamos nos estados do Nordeste, ou mesmo nos estados de São Paulo e Goiás. Entrevistamos dirigentes sindicais que raramente vão às frentes de corte, que desconhecem a origem e a quantidade de trabalhadores empregados e que estão de certa forma, alheios às mudanças que vem sendo implementadas nos últimos quatro anos.

Cabe destacar nesse caso, o exemplo do STR de Uberaba, o qual era dirigido, na ocasião da visita⁵⁵⁷ por uma jovem de 21 anos que o assumiu havia pouco tempo, no lugar do antigo presidente que falecera. Segundo ela não havia outra pessoa interessada e diante da falta de opção foi nomeada como presidente, contando com o apoio do presidente da Fetaemg.

Durante a entrevista a mesma alegou desconhecer quantos trabalhadores havia no corte de cana-de-açúcar no município. Também não soube informar se a Usina Uberaba contratou trabalhadores naquele ano. Destacou que em 2006, a empresa mantinha cerca de 400 trabalhadores em alojamento, no entanto, mostrou um documento em que constava o registro de apenas 49, para os quais ela efetuou a rescisão contratual. A mesma não soube explicar a origem dos demais trabalhadores, se eles eram registrados e a qual sindicatos estavam vinculados. Disse ainda que não realiza visitas rotineiras às frentes de trabalho, tampouco os trabalhadores vão até o sindicato, decorrendo daí o seu desconhecimento em relação as reais condições de trabalho no corte de cana-de-açúcar no município de Uberaba. No entanto, justificou-se alegando que está a pouco tempo à frente do sindicato e que não dispõe de automóvel para realizar as visitas.

Situação semelhante foi verificada no estado do Paraná, onde entrevistamos dirigentes sindicais que não tinham informação acerca dos trabalhadores no corte de cana-de-açúcar, em seu município. É o caso da presidente do STR de Cidade Gaúcha. Este município e os demais em seu entorno, constituem uma das principais regiões canavieiras do estado, onde a presença de trabalhadores migrantes é significativa. Todavia, a presidente do STR desconhece a presença dos mesmos, além de alegar que não vai às frentes de

⁵⁵⁷ Realizada em novembro de 2007.

corte de cana-de-açúcar. Ao ser questionada porque não realiza visitas rotineiras às frentes de trabalho, a mesma alegou que não o faz por não possuir carro nem saber dirigir.

Com base em seu depoimento percebemos que há certo despreparo político-ideológico, por parte da referida dirigente sindical para assumir o comando do sindicato de Cidade Gaúcha e, sobretudo, para enfrentar os desafios que o contexto de expansão canavieira e de migração apresenta. Assim, a função que a mesma exerce no âmbito do sindicato é meramente burocrática, limitando-se à elaboração e despacho de documentos diversos e a execução de rescisões contratuais, escondendo-se atrás da escrivãzinha sem ir de fato “onde o trabalho está”.

Em Mato Grosso do Sul também encontramos dirigentes sindicais sem qualquer reação ao processo expansionista da cana-de-açúcar, há décadas à frente do sindicato. É o caso, por exemplo, do presidente do STR de Bataguassu, que está à frente da entidade há 24 anos, bem como do presidente do STR de Brasilândia. Este último está em seu segundo mandato como presidente, mas atua junto ao sindicato há 18 anos. Durante a entrevista procurou falar mais da sua atuação junto aos trabalhadores rurais ligados ao cultivo de lavoura branca e aos pequenos proprietários do que dos trabalhadores no corte de cana-de-açúcar.

Como no município encontra-se localizada a Unidade CBAA (Grupo José Pessoa)⁵⁵⁸ que possui um histórico de exploração e precarização da força de trabalho no corte de cana-de-açúcar, particularmente do indígena, procuramos ao longo da entrevista abstrair informações a respeito (uma vez que a direção dessa unidade processadora não autorizou nossa visita) e como o sindicato tem se posicionado nesse sentido.

Apesar de ter feito referência a algumas irregularidades constatadas na Unidade CBAA, especialmente no tocante aos alojamentos, demonstrou não estar atualizado acerca das possíveis mudanças que a empresa deveria efetuar, a partir das atuações do Ministério Público, ao dizer que “achava” que as mesmas estavam sendo realizadas. Diante disso perguntamos se ele tinha ido

⁵⁵⁸ RIBEIRO, 2004, desenvolveu Dissertação de Mestrado especificamente sobre a CBAA (ex-DECASA), na qual discute sobre essa situação de precarização e superexploração da força de trabalho de trabalhadores indígenas e não-indígenas, conforme já destacamos no Capítulo IV.

recentemente aos alojamentos verificar se realmente as melhorias estavam sendo efetuadas, e o mesmo disse que na safra 2007 ainda não tinha ido até lá, somente na safra anterior (2006).

Chamou-nos a atenção o fato desse sindicato, assim como o de Conquista/MG, não possuir a representação formal dos trabalhadores assalariados do município, que trabalham no corte de cana para a unidade processadora CBAA, tendo em vista que esses foram vinculados pela própria empresa ao sindicato dos trabalhadores na fabricação de álcool. Porém, o dirigente sindical ressaltou que já havia negociado com a empresa a transferência da representação e contribuição sindical para o STR, na safra 2007, pelo menos dos trabalhadores indígenas, permanecendo a situação dos demais trabalhadores (não indígenas) ainda pendente e carecendo de nova negociação.

Apesar de tentarmos compreender as razões que levaram a empresa a vincular inicialmente os trabalhadores no corte de cana ao sindicato da fabricação de álcool em vez do STR, não obtivemos muita clareza na questão, tendo em vista o posicionamento do dirigente sindical que se mostrou evasivo, limitando-se a dar respostas genéricas. Em função disso caímos em suposições, tais como: dificuldade da empresa em dialogar e estabelecer acordos com o STR, medo ou despreparo do dirigente para enfrentar o poder da empresa, que conduz à inoperância e conseqüente descrédito do STR. A julgar pela impressão que tivemos do dirigente, ousamos crer que a última seja a razão mais provável.

E aí reforçamos o que já havíamos dito anteriormente, que a maioria dos dirigentes dos STRs das regiões canavieiras – tomando como referência os que entrevistamos - e, em especial os do Mato Grosso do Sul (entre os quais se inclui o de Brasilândia acima referido), Triângulo Mineiro e Paraná, são pequenos proprietários/produtores, que estão encastelados atrás das escrivinhas a 15, 20, ou mais anos exercendo atividades burocráticas no interior dos sindicatos (aposentadorias, rescisões contratuais, “assistência social” etc.), acomodados, omissos e desprovidos de ação política e, portanto de uma postura mais combativa e atuante junto a classe trabalhadora assalariada, que os envolva e os mobilize.

Esses dirigentes, uma vez despreparados para a construção de qualquer ação tática de confronto com o poder político, econômico e de

dominação do capital em relação ao trabalho e, portanto, inoperantes especialmente diante do cenário de expansão canavieira e de aumento da superexploração da força de trabalho, reforça o sentimento de (des)pertencimento e de (des)identidade de classe.

Não é regra, mas percebemos que a postura mais combativa e político-ideológica mais classista é mais evidente entre os dirigentes dos STRs que tem origem no trabalho assalariado e que atuam junto aos sindicatos que passaram por alguma reformulação como, por exemplo, a renovação dos quadros de comando.

No estado de São Paulo, onde o histórico de luta sindical já é conhecido, especialmente na região de Ribeirão Preto, o burocratismo, o imobilismo, e o encastelamento de muitos dirigentes sindicais ainda persistem⁵⁵⁹, em meio a ação combativa e atuante de outros, especialmente daqueles que, como já dissemos, são dirigidos por pequenos proprietários/produtores rurais, que divergem e/ou não partilham da política de classe dos trabalhadores assalariados.

No início do processo de expansão canavieira para o oeste paulista, e de modo particular para a região do Pontal do Paranapanema, havia uma preocupação com o fato de a precariedade das condições de trabalho e superexploração se acirrareem nesta porção do estado; justamente por temer que o comportamento dos dirigentes sindicais da região fosse se revelar tal qual o dos dirigentes contatados nas outras frentes de expansão aqui já apontadas.

No entanto, alguns desses sindicatos têm sido atuantes, a exemplo do SER de Presidente Venceslau, já destacado anteriormente, cujo dirigente tem participado ativamente de debates no âmbito acadêmico e de classe, no sentido de buscar parcerias ou de ampliar o diálogo acerca da condição do trabalhador assalariado no corte de cana hoje; e de pensar alternativas para além do que está posto.

O dirigente do referido sindicato tem incentivado, organizado e participado de várias paralisações e greves nos últimos anos. A título de exemplo, o mesmo acompanhou no final de 2007 e início de 2008 várias paralisações e um período de greve, desencadeada por atrasos no pagamento de salários e do 13º

⁵⁵⁹ Para mais detalhes ver: Oliveira, 2003 (Dissertação de Mestrado).

salários de trabalhadores rurais, ligados à Usina Alvorada do Oeste, no município de Santo Anastácio.

Contudo, vale dizer, que se estes sindicatos mais combativos ainda não conseguem alavancar um projeto estratégico de luta para além do modelo que está posto e fortalecer a consciência quanto ao pertencimento de classe, pelo menos estabelecem um debate e um confronto com o capital no tocante às questões pertinentes aos salários e garantia de direitos trabalhistas.

Embora sejam pontuais e ainda demandem rigor teórico nas análises, esses exemplos aqui apresentados ilustram as fragilidades do movimento sindical mediante a voracidade do capital agroindustrial canavieiro, requerendo, entre outras coisas, que os limites da estrutura e organização sindical oficializada pelo Estado sejam extrapolados e que haja inclusive a renovação/substituição dos dirigentes sindicais.

É fato que o capital exerce forte influência sobre a práxis social dos trabalhadores, que fragmenta a totalidade social do trabalho, impactando sobremaneira a dinâmica territorial da relação capital-trabalho e as demais formas de expressão da luta de classes. Porém, é fato também que a questão agrária, que envolve a soberania alimentar, a luta pela terra e pela Reforma Agrária tem ultrapassado os limites das discussões e ações dos movimentos sociais (MST, MAB, e tantos outros) e permeado o universo sindical, mesmo que de forma enviesada.

Apesar de o cotidiano de luta desses movimentos seguirem percursos diferentes, em alguns momentos e situações as ações de ambos se entrecruzam. Algumas federações (FETAEG, FERAESP, FETAEMG, FETAPE, entre outras) já admitem como bandeira de luta do MSTTR, no mínimo a democratização da terra, o que não quer dizer que a conquista da mesma deva ocorrer pela via da ocupação nos moldes praticados e defendidos pelo MST, por exemplo. Em muitos casos isso ocorreu (e ocorre) via Banco da Terra, formação de associações e aquisição de financiamentos coletivos junto a bancos para a aquisição dos lotes (alguns casos de formação de assentamentos rurais nessas condições foram relatados por dirigentes sindicais na Paraíba, em Pernambuco, no Norte Fluminense, em Goiás e em Mato Grosso do Sul), e/ou “ocupações

programadas⁵⁶⁰ e consentidas pelo INCRA para agilizar a desapropriação das áreas.

No entanto, alguns dirigentes sindicais em particular, defendem a garantia do trabalho assalariado em contraposição à luta pela terra, seja nos moldes do MST e outros movimentos sociais, seja nos moldes *contaguianos* e das federações. A exemplo do presidente do STR de Brasilândia/MS, que disse em depoimento, não ter gostado de cadastrar cerca de quatrocentas famílias para formar acampamentos e assim poderem “concorrer” a um pedaço de terra.

Eu não gostei de fazer isso, pois se todo mundo tivesse um trabalho e onde morar não precisaria disso. Mas eu fui obrigado a fazer e a lutar por isso por que não tem outra saída [...] só que o pessoal não fica nos barracos, eles fazem o barraco só pra ter vínculo, mas não ficam lá. Todo mundo tá trabalhando, como volante porque precisa sobreviver. (NORONHA, entrevista – 31/07/2007, p. 5).

Ao citar alguns exemplos de acampamentos nessas condições e de assentamentos já constituídos no município de Brasilândia e vizinhos, o dirigente salientou que em muitos casos, as parcelas são pequenas e as terras são arenosas e improdutivas, portando, inapropriadas para o cultivo de produtos alimentares, cabendo ao assentado optar pela criação de bovinos (quando tem condição de adquirir). “*Olha, você sabe que quando o trabalhador não tem nada não tem aonde se pegar, sem casa e sem emprego, tudo que der pra ele é bom, e muitos ainda são felizes porque se produzir 20% já dá para se manter*”. (NORONHA, entrevista – 31/07/2007, p. 5).

Essas federações defendem, portanto a bandeira da democratização da terra no sentido de conduzir à Reforma Agrária e a construção de um projeto que priorize a agricultura familiar como modelo alternativo de desenvolvimento rural sustentável, de modo que garanta melhoria na distribuição de renda e justiça social no campo; contrapondo-se assim ao modelo agrário adotado no Brasil, que é concentrador de terra e renda, explorador da força humana que trabalha, além de desrespeitar a legislação trabalhista e ambiental, e agravar a exclusão social

⁵⁶⁰ Nesse caso monta-se um acampamento em um local estratégico, especialmente onde se pretende que a área seja desapropriada para fins de Reforma Agrária, e os interessados acampam em forma de revezamento, ou seja, os grupos se subdividem e cada um permanece no local por um determinado

com o desemprego, a violência e expulsão dos trabalhadores do campo.

De todo modo, essas instâncias federativas tem procurado desenvolver ações que envolvam as distintas categorias que representam como os trabalhadores assalariados, os trabalhadores assentados e/ou da agricultura familiar, e que apontam para a alternativa da permanência (para os que possuem) ou da conquista da terra (para quem a perdeu ou que nunca teve, mas busca). Todavia, as ações e o caminho trilhado para a conquista da terra e da Reforma Agrária, ocorrem de acordo com os interesses e o ritmo do Estado e, portanto, sem ações mais extremadas de confronto e de ocupações, a exemplo dos movimentos sociais.

Diante do exposto nos permitimos afirmar que é possível apreender a explicitação do conflito de classe em meio a um emaranhado de acontecimentos e situações projetadas nos últimos anos no cenário nacional. Que existem projetos sociais, que apesar de expressarem interesses divergentes, sinalizam a possibilidade de mudanças. Se há por um lado, as Reformas Sindicais e Trabalhistas circunscritas às manobras do Congresso Nacional, por outro lado, amplos setores da classe trabalhadora, seja do campo ou da cidade, têm sido mobilizados através das “Marchas Nacionais”, por exemplo, que rumam a Brasília e que tem aglutinado forças dos movimentos sociais e sindicais.

São essas ações, constituídas em torno da luta pela terra e pela Reforma Agrária, que projetam o país no cenário internacional de forma positiva, influenciando, inclusive a ação de trabalhadores, dirigentes, militantes e entidades; que defendem a mesma bandeira de luta a exemplo das experiências registradas pela Via Campesina e explicitadas mundo a fora durante as versões já realizadas do FSM (Fórum Social Mundial).

Partilhamos da mesma posição de Thomaz Júnior quanto ao fato de que esta estratégia de luta possui limitações, quanto às reformas necessárias e à pretensa ruptura com a sociedade do capital (2007, p.26). Todavia, é a que tem demonstrado maior capacidade de mobilização e de aglutinação de forças de movimentos sociais e sindicais. Além de possibilitar o rompimento das barreiras da fragmentação campo-cidade, trabalhador assalariado-camponês, permitindo-

período.

nos pensar, portanto, na perspectiva de ampliação de ações que extrapolem as delimitações estabelecidas com base na divisão técnica e territorial do trabalho.

Desse modo, a luta pela Reforma Agrária, pela Soberania Alimentar, pela cidadania e tantas outras bandeiras de luta incorporadas pelos movimentos sociais e sindicais, abrem a perspectiva de catalisação de ações e de diferentes setores da sociedade, e criam a possibilidade de constituição de uma sociedade que se não for para além do capital, permita ao menos que a classe trabalhadora (trabalhadores assalariados urbanos e rurais e camponeses) encontre alternativas ao modelo excludente e explorador que está posto.

A nossa tentativa de fazer a “leitura” da luta de classes expressa no movimento sindical e nas relações entre os movimentos sociais, e suas diversas formas de organização, no embate com as estruturas hegemônicas e de controle sobre os trabalhadores com o capital e Estado; se deu até aqui no sentido de podermos apreender os significados dos projetos da sociedade que está posta e acreditar na possibilidade de emancipação através da luta de classe, travada pela classe trabalhadora, seja ela assalariada ou camponesa. Esse foi o desafio que se nos colocamos neste capítulo e, por conseguinte na tese.

5.3 – A Relação Capital - Trabalho: Resistência e Luta Pela Terra no *Território da Cana*

O estudo das redefinições tecnológicas e dos novos arranjos territoriais que se delineiam no âmbito da agronegócio canavieiro, tanto nas áreas de cultivo tradicional como nas áreas de expansão do cultivo da cana-de-açúcar, está nos revelando um movimento peculiar e contraditório, que permeia o movimento do capital e do trabalho. Um cenário de ampliação das diferentes formas de expressão do trabalho e de alargamento também de seu sentido, colocando-nos o desafio de apreender e conceituar tais realidades.

O momento aponta para a ocorrência de um conjunto de redefinições do universo do trabalho, com mudanças de funções laborativas, novas profissões, categorias sindicais, que implicam na constituição de novos espaços de sociabilidade, bem como em transformações na subjetividade e nos territórios do

trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2007a, p.25).

Nesse contexto a superexploração da força de trabalho, se revela nas formas de arregimentação e de controle, nas condições adversas com que esse trabalho se dá, na precariedade das moradias e da alimentação e na violação dos direitos humanos e trabalhistas. Além disso, o desemprego gerado no campo pelo processo de modernização/mecanização na atividade monocultora da cana-de-açúcar, ou de falência/fechamento de empresas⁵⁶¹, desafia os trabalhadores e suas entidades de representação a construir uma estratégia de luta e de resistência ao sistema metabólico do capital.

Assim, da mesma forma que se fez importante investigarmos e apreendermos as novas territorialidades, estratégias e rearranjos que se delineiam na seara do capital, particularmente do capital agroindustrial canavieiro no Brasil, bem como a subordinação e a superexploração da força de trabalho, sob o prisma da luta de classes no campo. Preocupamos-nos em apreender, também as perspectivas e alternativas que estão postas para os trabalhadores, movimentos sindicais e sociais, nesse contexto.

Pautamos-nos, portanto, aqui em apresentar alguns exemplos concretos, apesar de pontuais territorialmente, de experiências de luta pela terra presentes no contexto de reestruturação produtiva do capital e, de modo particular do capital agroindustrial canavieiro; tanto nas áreas tradicionais de cultivo da cana-de-açúcar, (Ribeirão Preto/SP e os estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco no Nordeste), como naquelas em que a atividade se expande de forma intensa, a exemplo da região Oeste do estado de São Paulo, com destaque para o Pontal do Paranapanema.

Cabe, portanto, destacar a importância de se pensar a luta pela terra e pela Reforma Agrária (e aqui nos permitimos) não somente como possibilidade de

⁵⁶¹ Entre os anos 1980 e 1990, cerca de cem usinas e destilarias fecharam no Brasil. No estado de Pernambuco, de 1989 até 1995, fecharam doze unidades produtivas (usina Aliança, usina Catende, usina Água Branca, usina Estreliana, usina Massauçu, usina Jaboatão, usina Barra, Usina Santa Tereza, usina Central Barreiros, usina Santo André, usina Treze de Maio). Em Alagoas fecharam seis usinas (usina Alegria, usina Ouricuri, usina São Simeão, usina Bititinga, usina Grande Vale, Usina Peixe). No estado da Paraíba fecharam mais sete usinas (usina Santana, usina Santa Helena e usina Santa Rita, de propriedade do Grupo Ribeiro Coutinho, que até então era considerado o mais forte do estado), além das usinas Tanques, Chuá, Santa Maria e Borborema. Nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro os números também foram bastante expressivos. No Rio de Janeiro fecharam 10 usinas e no estado de São Paulo cerca de vinte. (EID & SCOPINHO, 1999, p.80)

construção de alternativas de trabalho, de reprodução da vida, de cidadania e de (re)construção de identidades de classe; mas também de construção de territorialidades alternativas no processo de confrontação com a territorialidade dominante do sistema metabólico do capital, que aponte para mudanças efetivas na sociedade.

Vimos que as péssimas condições de vida e de trabalho a que têm sido submetidos os trabalhadores rurais, contribuíram para que os mesmos deflagrassem durante os anos 1980, inúmeras mobilizações em contraposição à opressão exercida pelo capital, a exemplo da Greve de Guariba, em 1984. Nesse contexto de mobilizações o movimento sindical rural entrou em confronto com o capital agroindustrial canavieiro, expressando o potencial de luta dos trabalhadores rurais.

Todavia, o nível e a intensidade da exploração e da dominação do capital no contexto da reestruturação produtiva e de busca de novos patamares de acumulação do capital; conduziram a um conjunto de mudanças, tais como novas formas de organização do processo de produção e de trabalho pautados nos círculos de controle de qualidade e de processos, na automação e na mecanização e, conseqüentemente no aumento da apropriação do saber e da subjetividade operária; apelando para a participação e o consentimento estimulado e coercitivo do trabalhador definido como “colaborador” da empresa e, portanto, do processo de valorização do capital.

Esse novo cenário desencadeado, especialmente no decorrer dos anos 1990 fez o movimento sindical arrefecer, tornando suas ações engessadas e limitadas à negociação de acordos coletivos que beneficiam muito mais os empresários do que os trabalhadores. Assim, a inoperância sindical em suas diversas instâncias reforçou a predominância do distanciamento da luta de classes.

Contudo, há que se ressaltar que apesar de as mobilizações dos anos 1980 não terem apontado de forma concreta para perspectivas que fossem além de reivindicações de direitos específicos das categorias envolvidas, a exemplo da luta pela terra, pela Reforma Agrária e de formação de assentamentos, indiretamente contribuíram para que houvesse uma resposta institucional nesse sentido.

Segundo Ferrante; Whitaker; Barone (2004) foi em resposta a Greve de Guariba, que a Secretaria do Estado das Relações de Trabalho implantou o “Programa Bóia-Fria”, o qual deu origem ao primeiro projeto de assentamento envolvendo trabalhadores assalariados na Fazenda Monte Alegre, no município de Motuca⁵⁶².

O Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo divulgou em 1995, que mais de 77% dos assentados que compunham os primeiros núcleos do Projeto de assentamento Monte Alegre eram assalariados rurais, ex-bóias-frias, ligados diretamente às greves que ocorreram entre 1984-1985.

Na seqüência outros núcleos de assentamento se formaram na região, sendo o segundo núcleo formado por trabalhadores rurais originários de Sertãozinho (SP). Este grupo acampou inicialmente na Fazenda Guarani no município de Pradópolis, sendo, em seguida despejado. Permaneceu às margens da rodovia entre Pradópolis e Jaboticabal por dois meses até ser transferido pelo governo estadual, também para uma área da Fazenda Monte Alegre.

Em 1986, o terceiro núcleo de assentamento composto de 18 famílias se constitui no local. Porém, este núcleo não decorreu de mobilizações diretas dos trabalhadores, mas sim da iniciativa do poder público. Houve em seguida a formação de um quarto núcleo de assentamento, que foi implantado na porção leste da Fazenda Monte Alegre e se originou de um grupo de 60 famílias de trabalhadores de Guariba.

Nos anos seguintes, dentre os trabalhadores que acamparam na área, alguns foram incorporados aos núcleos já existentes, enquanto outros foram alocados no assentamento Bela Vista do Chibarro, um projeto implantado pelo INCRA, também no município de Araraquara (FERRANTE; WHITAKER; BARONE, 2004).

Outro grupo que acampava no interior da Fazenda Monte Alegre desde 1988 conseguiu mudar a sua condição para assentados entre 1991 e 1992, dando origem ao quinto núcleo, com 32 lotes. Já na segunda metade dos anos 1990, o Projeto de Assentamento Monte Alegre foi novamente ampliado, dessa vez com a instalação do sexto núcleo composto de 88 lotes.

⁵⁶² Município situado na região de Araraquara.

Como nem todas as famílias acampadas tiveram acesso a um lote nas terras da Fazenda Monte Alegre, na mesma época, o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) instalou um núcleo isolado de assentamento no Horto Florestal de Bueno de Andrade, também no município de Araraquara, para absorver essas famílias remanescentes.

O que é importante salientar é que esses primeiros assentamentos implantados na região de Araraquara (Fazenda Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) foram frutos da ação do governo estadual por meio de uma política de formação de assentamentos, porém efetuada sob forte mobilização dos trabalhadores assalariados rurais (bóias-frias) com o apoio do STR, do INCRA e do ITESP.

O calor do momento vivenciado pelo movimento sindical rural nos anos 1980, e do conflito envolvendo o capital e o trabalho no âmbito da atividade canavieira, também desencadeou algumas ações que envolveram trabalhadores na luta pela terra e, de modo particular terras de algumas usinas. O Projeto de Assentamento Bela Vista do Chibarro, por exemplo, no município de Araraquara, foi constituído nesse contexto, nos anos 1980.

O mesmo é originário da desapropriação de terras pertencentes à Usina Tamoio, que decretou falência em 1983. A desapropriação foi reivindicada, na ocasião, por um grupo de trabalhadores liderados pelo STR de Araraquara visando o ressarcimento de dívidas trabalhistas. Na ocasião, como havia outros sindicatos defendendo interesses de outras categorias de trabalhadores (da indústria, por exemplo), o STR perdeu força na disputa e a indenização foi paga em dinheiro. É, pois em circunstâncias como esta que a fragmentação do trabalho se torna evidente ao ponto de enfraquecer as lutas de resistência.

Todavia, como o pedido de desapropriação da Usina Tamoio tinha sido enviado ao INCRA a questão foi retomada novamente no final dos anos 1980, (sob a vigência do I Plano Nacional de Reforma Agrária, implantado pelo governo de José Sarney) e, mais uma vez o STR encabeçou o movimento convocando famílias já cadastradas para ocuparem as terras da fazenda Bela Vista, forçando, desse modo, a desapropriação das terras da Usina Tamoio.

Ali se fixaram 180 famílias, as quais passaram a conviver e expressar uma grande diversidade cultural, política e de origens regionais, fato que

demarcou fortes divergências políticas no interior do assentamento (FERRANTE; WHITAKER; BARONE, 2004, p. 25.). Todavia, o maior inconveniente depois do assentamento implantado foi a “forçosa” integração do mesmo ao circuito produtivo canavieiro, revelando as contradições sociais presentes na seara desse segmento da economia, colocando para os trabalhadores e suas entidades de representação o desafio da resistência a esse estado de sujeição ao poder hegemônico do capital.

E aí recaímos na questão de que não basta distribuir a terra, são necessárias políticas públicas de modo que os assentados tenham condições de produzir, de garantir a reprodução da vida e da família e a permanência na terra. Como isso, via de regra, não é feito a contento, esses trabalhadores da terra passam a vivenciar um quadro de instabilidade, endividamento e inviabilidade econômica, que acaba conduzindo-os ao arrendamento dos lotes para o cultivo de cana, em alguns casos, como já vimos anteriormente, regulamentados pela Portaria 77/2004 do Itesp.

Noutros casos (no Nordeste, por exemplo) são eles próprios que cultivam a gramínea e fornecem para as unidades processadoras, tendo a liberdade e a autonomia de produção na terra, cerceadas em decorrência da recriação da forma de assalariamento e de subordinação ao capital.

Assim, no caso dos assentamentos acima descritos a configuração da perspectiva de efetivação do consórcio, pautou-se em vantagens que o vínculo empregatício poderia proporcionar aos assentados consorciados (um membro por família) fazendo, desse modo, o assentado retornar à sua condição anterior, de assalariado rural. (FERRANTE; WHITAKER & BARONE, 2004, p. 35).

No município de Ribeirão Preto, onde o agronegócio canavieiro tem maior expressividade no estado de São Paulo, o movimento de luta pela terra também se destacou. Os assentamentos ali constituídos decorrem da luta de trabalhadores ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a exemplo do assentamento Sepe Tiaraju⁵⁶³.

Esse assentamento está situado numa área de 797 hectares da Fazenda Santa Clara, no município de Ribeirão Preto (SP), onde anteriormente

⁵⁶³ Estivemos visitando o local em junho de 2005, durante uma aula de campo proporcionada pelo Curso de Graduação e Pós-graduação da FCT/Unesp/Presidente Prudente.

havia o domínio territorial da cana-de-açúcar. As famílias ali assentadas são protagonistas de um “modelo” de assentamento implantado em parceria com o INCRA, denominado PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável). Tal modelo é calcado no uso coletivo da terra e na agroecologia, no qual os camponeses assentados assinam um termo em que se comprometem a não utilizar agrotóxicos, ou desmatar indevidamente, preservar as espécies e criar condições para manter o equilíbrio ecológico, além de desenvolver um projeto ligado à produção orgânica, denominado de Cesta Verde⁵⁶⁴.

Faz-se importante salientar que o modelo de produção desenvolvido nesse assentamento difere, por exemplo, dos núcleos constituídos em Araraquara, onde muitos assentados permaneceram vinculados à produção de cana-de-açúcar e, conseqüentemente subordinados ao circuito produtivo agroindustrial canavieiro, bem como de outros assentamentos, que visitamos durante pesquisa de campo, onde as condições climáticas desfavoráveis (no Nordeste, principalmente), a ausência de políticas públicas e o endividamento, tornam os trabalhadores assentados vulneráveis às investidas do capital agroindustrial canavieiro, que os coopta para a seara produtiva, seja como arrendador de seu lote para a empresa agroindustrial canavieira, seja como fornecedor da matéria-prima para a unidade processadora, ou como assalariado no corte de cana-de-açúcar.

A produção é coletiva⁵⁶⁵, como forma de garantir a implantação e o funcionamento da associação dos trabalhadores, pagamento de crédito, investimento na área agroindustrial e construção de prédios voltados para a educação. Tendo como perspectiva a vinculação de todas as famílias a uma associação que organize e gerencie a produção. Desse modo, o Projeto de assentamento Sepé Tiarajú se nos apresenta como uma perspectiva, mesmo que utópica, de um “modelo” de desenvolvimento rural (sustentável), que sinaliza a possibilidade futura de desenvolvimento para determinados segmentos da sociedade, pautado no direito a terra, a cidadania, a igualdade e a qualidade de

⁵⁶⁴ Desde o final de 2006, as famílias assentadas participam do Programa de Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar - Doação Simultânea, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A Conab compra os produtos diretamente dos assentados, garantindo renda e preço justo. Cf. MST – 19 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3364>

⁵⁶⁵ Cada família recebe nove hectares de terra: três destinados ao uso individual, três à produção coletiva do

vida.

Na região Nordeste do país, a luta dos trabalhadores pela terra está atrelada à estrutura produtiva agrária altamente excludente e concentradora de terra e de renda. A história dos trabalhadores nordestinos tem vinculação com a terra e é fortemente marcada pela expropriação e pela violência no campo.

Com o desenvolvimento da atividade canavieira nordestina e sua inserção no contexto de modernização da agricultura, muitos pequenos camponeses (proprietários, posseiros, foreiros, agregados etc.) foram expropriados, expulsos de suas terras ou das terras de antigos engenhos onde produziam para dar lugar à atividade canavieira em expansão. Desterritorializados, muitos passaram a habitar as agrovilas construídas pelas usinas e ser absorvidos como trabalhadores assalariados, sufocando por décadas ou por toda uma vida a sua identidade camponesa.

Assim, obrigados a constituir uma territorialidade precária e destituídos de direitos trabalhistas, esses trabalhadores contribuíram para a construção da trajetória do sindicalismo rural nordestino e de embate com o poder hegemônico do capital. Um movimento que serviu de estímulo para vários outros desencadeados no restante do país, em especial nos estados de São Paulo e Minas Gerais e, para a conseqüente conquista de direitos (já apontados no início deste capítulo) durante os anos 1980.

Na década de 1990, o acirramento do embate com o capital ocorreu frente à crise do agronegócio canavieiro, a falência de grupos/empresas e, conseqüente perda do emprego, do salário, o não recebimento do acerto pelo tempo trabalhado e, em vários casos, a destituição da condição de moradores das agrovilas.

Foi, portanto, sob este novo contexto de desterritorialização que milhares de trabalhadores assalariados passaram a perspectivar a possibilidade de retorno a terra e de reconstituição de sua identidade camponesa. Diante da dificuldade em obter seus direitos junto às empresas agroindustriais canavieiras pela via legal, muitos desses trabalhadores se organizaram com o apoio da CPT e do próprio movimento sindical e passaram a reivindicar seus direitos.

núcleo e outros três à produção coletiva do assentamento.

Em alguns casos os direitos foram pagos em terras pertencentes às empresas agroindustriais canaveiras. Em outros, quando não houve acordo parte das terras das empresas foram desapropriadas pelo INCRA para assentar os trabalhadores. Todavia, há casos em que muitos processos continuam tramitando na justiça há mais de dez anos, sendo os resultados parciais ainda majoritariamente sem solução para os trabalhadores. “Quando a Usina fechou, prometeram pagar com três meses e já se passaram mais de 10 anos e até agora tem gente que ainda não recebeu” (SILVA, entrevista – 21/11/2006 – Caderno de Campo).

Durante o trabalho de campo realizado na zona canaveira do estado da Paraíba, conversamos com vários trabalhadores assentados e percebemos através de seus depoimentos uma trajetória de vida, de trabalho e de luta marcada pela exploração e pela opressão vivida no contexto de assalariamento nas empresas agroindustriais canaveiras.

A gente rodava até mais de 100 quilômetros, cortando cana. E aí o sofrimento era terrível, porque os trabalhadores sempre foram explorados. A Usina Santa Helena, que era uma das maiores usinas da região empregava os trabalhadores do município de Sapé [...] A gente trabalhou muito ali, fomos muito massacrados de não ter um trabalho adequado e por não ser respeitado [...] Nós fizemos várias greves e o sindicato dos trabalhadores de Sapé sempre apoiou essa luta (LIMA, entrevista – 17/11/2006, p.1).

O histórico de exploração e de sujeição aos desmandos do capital, somado ao cenário de falência, de desemprego e de eminente perda de moradia, salário e direitos adquiridos fez nascer o sentimento de luta pela terra, que culminou na desapropriação e formação de vários assentamentos nas terras, antes pertencentes ou sob domínio das empresas agroindustriais canaveiras.

Com a usina Santa Helena falida, e como nosso trabalho era no setor da cana nós ficamos aqui desempregados sem terra, sem trabalho, exatamente assim [...]. Então, como faltou prestar conta dos seus direitos aos trabalhadores, foi a partir dessa necessidade que nasceu o processo de organização desses trabalhadores pra conquistar a terra, porque era a única saída.

Mas essa saída não nasceu da base [Sapé], ela nasceu aqui no litoral, porque o litoral já tinha processo organizativo nessa linha de ocupação de terras com o apoio da CPT (LIMA, entrevista – 17/11/2006, p.2)⁵⁶⁶.

Para esses trabalhadores lutar pela terra foi, em princípio, a alternativa imediata encontrada para superar um estágio de despossessão, vivenciado por eles. A construção do sentimento de pertencimento e de defesa da conquista da terra e da Reforma Agrária como uma bandeira de luta, que pressupõe uma causa maior como a possibilidade de constituição de um modelo de desenvolvimento que conduza a uma sociedade mais justa e igualitária, foi tarefa desempenhada pouco a pouco pela CPT, que teve um papel preponderante nesse contexto, especialmente na Paraíba.

O depoimento de outro trabalhador assentado no (assentamento) Dona Helena destacou que sua família morava no município de Mamanguape e trabalhava na usina ex-Usina Santa Helena, no município de Cruz do Espírito Santo. Quando a empresa faliu e eles se viram sem receber seus direitos se deslocaram para Cruz do Espírito Santo e juntamente com outros trabalhadores e o apoio da CPT ocuparam parte das terras da unidade agroindustrial.

O que fez a gente vir pra aqui pra ver se lutava pela terra foi o fato de que meus pais trabalhavam aqui na Santa Helena, na época. A usina faliu e botaram eles pra fora, mas ela não tinha condições de pagar o tempo trabalhado. Quando os trabalhadores viram que a usina tinha falido, começaram a se unir e a discutir um meio de não perder a causa trabalhista do tempo que tinha. A gente já tendo entrosamento com a luta junto com o pessoal da CPT, veio de Mamanguape pra cá, cinco famílias. Vieram outras pessoas também de outros lugares, aí foram se juntando. Foi quando começou a luta pela terra aqui pra gente adquirir esse pedaço de terra. (REGINALDO, entrevista – 18/11/2006, p.1)

⁵⁶⁶ Na ocasião da entrevista Lima era Coordenador da Feira agroecológica, que reunia trabalhadores de vários assentamentos, inclusive o seu, assentamento Padre Higinio. A feira se realizava todas as sextas-feiras num espaço cedido pela Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa.

Cruz do Espírito Santo, município cravado na várzea paraibana, território dominado pela atividade canavieira, foi palco das lutas pela terra e de conquista de novas territorialidades com a formação de vários assentamentos, como foi o caso do assentamento “Dona Helena”. Ali se constituiu a possibilidade de rompimento do tradicional monocultivo da cana-de-açúcar e de organização da produção pautada na diversidade de culturas e no trabalho familiar.

Contudo, faz-se importante destacar, que a história de luta pela terra travada por esses trabalhadores em um território, cujo poder político e econômico dos empresários agroindustriais canavieiros é forte foi (e continua sendo) marcada por ameaças, opressão, despejos, prisões e mortes. Enquanto permaneciam acampados, foram muitas vezes forçados a saírem dos acampamentos e pegos de surpresa pelos capangas dos capitalistas, que destruíam as plantações com tratores, matavam os animais e queimavam os barracos, enfim tudo que eles já haviam conseguido construir/plantar no acampamento.

Quando tava todo mundo trabalhando, a gente já tinha uma lavoura, feijão maduro, milho já maduro no tempo de colher, porque quem vivia debaixo de lona vivia passando necessidade. Faltando uns três a quatro dias pra gente colher aquilo ali, botar na mesa do pessoal, os usineiros junto com os capangas botaram os vários tratores dentro e destruíram mais de 13 hectares de lavoura, milho, feijão [...] (REGINALDO, entrevista – 18/11/2006, p.2)

Nos estados de Alagoas, Paraíba e, sobretudo de Pernambuco, o histórico de luta dos trabalhadores pelos direitos trabalhistas e de acesso a terra, portanto, de confronto com os empresários agroindustriais canavieiros e grandes proprietários de terras; tem sido fortemente marcado pela violência, pela prisão e morte de inúmeros trabalhadores, que muitas vezes ocorre sob a conivência e participação da polícia e omissão do poder judiciário⁵⁶⁷.

Além disso, a ligação dos empresários com políticos influentes, juízes, desembargadores e altos escalões do próprio INCRA, emperra o andamento dos processos de desapropriação das terras nas instâncias estaduais, regionais e

⁵⁶⁷ Ver: RICCI, 1999.

mesmo em Brasília; bem como facilita a aplicação de ordens de despejo dos trabalhadores das áreas ocupadas, com a presença da Polícia Militar, ou de capangas dos usineiros com violência e explícito desrespeito aos direitos humanos.

Durante pesquisa documental nos arquivos da CPT/PE, encontramos vários registros de ocupações realizadas por trabalhadores envolvendo terras de engenhos da Usina Aliança. Num desses documentos, em que a própria CPT/PE faz um comunicado à imprensa local acerca da reocupação de um dos engenhos da referida usina, deixa transparecer alguns aspectos importantes a serem considerados aqui; como a ausência de pagamento dos débitos trabalhistas por parte dos usineiros e, sobretudo a morosidade com que a justiça tem tratado tanto essa questão, como os processos de desapropriação dos engenhos já considerados improdutivos pelo INCRA.

A Comissão Pastoral da Terra, que acompanha a luta dos trabalhadores rurais sem terra no estado de Pernambuco vem notificar a reocupação do engenho Belo Horizonte localizado no município de Aliança – PE, despejados no último doze de outubro por um grupo de 43 famílias de moradores daquele engenho, que vivem em situação de miséria extrema. O engenho que pertence ao complexo da usina Aliança, faz parte de um dos 22 engenhos já vistoriados pelo INCRA e considerados totalmente improdutivos. Os movimentos sociais que lutam pela terra pedem a desapropriação de toda Usina Aliança, porém os processos estão parados no INCRA **fruto da ligação entre o usineiro com os mais altos escalões do poder em Pernambuco e Brasília, o qual impede a desapropriação** [grifo nosso] [...] Os trabalhadores rurais, acompanhados da CPT, são moradores dos engenhos que têm débito trabalhista e os quais a usina não se comprometeu em pagá-lo até então, sendo totalmente arbitrário o despejo [...] (CPT/NE - Comunicado à Imprensa, 15/10/1999).

Essa façanha conseguida pelos usineiros foi abordada por vários entrevistados nos três estados nordestinos visitados, mas, sobretudo em Pernambuco e Alagoas, onde o poder dos usineiros é maior e os conflitos envolvendo a luta pela terra são mais intensos.

No estado de Pernambuco os conflitos entre trabalhadores rurais e empresas agroindustriais canavieiras, envolvem tanto empresas falidas (exemplo da Usina Aliança, no município de Aliança e Usina Catende, no município de

Catende, entre outras) como unidades que se encontram em pleno processo produtivo. É o caso, por exemplo, da Usina Santa Teresa, no município de Goiana/PE, de propriedade do Grupo João Santos. Apesar de na ocasião de nossa visita⁵⁶⁸, a empresa ter negado a ocorrência de ocupações foi possível constatar a existência dos conflitos por meio de documentos pesquisados nos arquivos da CPT/PE.

Encontramos registros referentes a ocupações de engenhos pertencentes à Usina Santa Teresa, inclusive denunciando ações violentas de capangas da empresa juntamente com policiais militares⁵⁶⁹. Num desses documentos, a CPT/PE denuncia que o Grupo João Santos faz uso de violência de forma velada, utilizando tráfico de influência nas três instâncias de poder para impedir a desapropriação das terras de cinco engenhos, considerados improdutivos, que seriam destinados para o assentamento de 370 famílias, entre as quais antigos moradores que reivindicam direitos trabalhistas.

Em 3 de março de 1999, os trabalhadores acampados iniciaram o plantio no engenho Dependência (já desapropriado em 12/97) em conjunto com os moradores para garantir o mínimo de sobrevivência e direito de cidadão: a alimentação. No dia seguinte ao plantio o grupo João Santos enviou tratores e capangas para destruir as lavouras. Revoltados, dias após os trabalhadores fizeram o replantio e, durante este, pistoleiros que estavam na área observando, fizeram ameaças que novamente destruiriam o plantio. Ameaça cumprida logo após a desocupação da área pelos trabalhadores. Uma viatura da Polícia Militar deu apoio a essa ação vergonhosa, além de, no mesmo dia, os pistoleiros ameaçarem os trabalhadores verbalmente que aguardassem “uma surpresa”. O medo domina os assentados. (CPT/NE – Recife, 15/03/1999)

Segundo representantes da CPT no estado da Paraíba⁵⁷⁰, nos anos 1990 o confronto violento com os trabalhadores era direto; atualmente os grandes proprietários de terras e empresários agroindustriais canavieiros (aos quais ainda

⁵⁶⁸ Em novembro de 2006.

⁵⁶⁹ Existem outros casos de violência envolvendo o Grupo João Santos e trabalhadores. Um desses ocorreu em 04 de novembro de 1998, quando um trabalhador rural foi morto por policiais e capangas da Usina e outros 13 ficaram feridos, durante uma manifestação grevista. (CPT/NE – **Carta Denúncia** – 15/03/1999).

⁵⁷⁰ Severino, filho de ex-cortador de cana, assentado e membro da CPT e a Ir. Marlene, que na ocasião da entrevista, novembro de 2006, era coordenadora do Centro Rural de Formação e trabalhava na orientação e formação dos trabalhadores do assentamento Dona Helena.

cabe a definição de usineiros) já se valem das brechas da lei, ou porque não dizer dos “favores políticos”, tornando morosos os processos de desapropriação das terras, com o intuito de desmobilizar e enfraquecer a luta dos trabalhadores.

Por muito tempo o grande desafio era a violência, os proprietários, através da violência combatiam os trabalhadores. Hoje em dia é mais difícil porque os proprietários aprenderam onde estão as brechas na lei e eles conseguem barrar muitas conquistas através da justiça, **e aqui na Paraíba a justiça fecha mesmo com os proprietários** [grifo nosso]. Ai só se consegue alguma coisa quando se apela pra Brasília [...]. (lr. MARLENE, entrevista - 18/11/2006, p.3)

No estado de Alagoas também verificamos casos de conflitos envolvendo trabalhadores e empresas agroindustriais canavieiras. Um exemplo a ser destacado é o dos trabalhadores que ocuparam a fazenda Flor do Bosque em novembro de 1998. A propriedade pertencia à falida Usina Bititinga, e na ocasião da ocupação encontrava-se arrendada para a Usina Santa Clotilde. Desde que ocuparam a área em 1998 até a desapropriação em julho de 2006, os trabalhadores foram despejados do acampamento várias vezes, sofreram muita pressão e ameaças de morte, tiveram as águas contaminadas e as lavouras destruídas.

Como se não bastasse, os integrantes da CPT que os apoiavam foram perseguidos, ameaçados de expulsão e processados por agir em defesa dos trabalhadores, conforme verificamos em documentos pesquisados nos arquivos da CPT/AL, e confirmados durante as entrevistas junto aos militantes que ainda atuam na área⁵⁷¹.

O conflito da Fazenda Flor do Bosque que envolve os trabalhadores, o fazendeiro, a polícia e a justiça tem nos preocupado bastante. Já houve envenenamento da lavoura dos trabalhadores e da água da cacimba utilizada pelas famílias, ameaças de morte e perseguição aos agentes da CPT que apóiam a luta das famílias sem terra. A juíza da comarca de Messias condenou em primeira instância a mim e ao coordenador da CPT, Carlos Lima, a pagar R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por prestar solidariedade aos camponeses [...] A magistrada solicitou, por ofício, que a polícia federal investigasse a vida do orientador

⁵⁷¹ E aqui vale citar como exemplo o Pe. Tiago Thorlby, da CPT/PE, que dedica sua vida a acompanhar a causa dos trabalhadores “canavieiros”.

espiritual da CPT/AL, Pe. Alexander Cauchi, ressuscitando institutos da ditadura. E recentemente, a juíza, nos deu, a mim e a toda equipe da CPT, um prazo de 15 dias para nos defender, judicialmente, de um outro processo movido pelo proprietário, além de determinar pela terceira vez a reintegração de posse. (CPT/AL, 25/07/2000)⁵⁷².

Cansados de tanta opressão e de esperar pela boa vontade dos órgãos “competentes” as 65 famílias de trabalhadores acampadas, encaminharam ao governador do estado de Alagoas uma carta, na qual solicitam, mais uma vez, a resolução da questão que ele mesmo havia prometido solucionar.

Nesses quase oito anos convivemos com seis superintendentes e dois ministros da Reforma Agrária. Todos, sem exceção, se comprometeram em desapropriar a área. **Por três vezes o imóvel foi vistoriado e classificado como “grande imóvel improdutivo”. As palavras se perderam no vento e os acordos foram quebrados.** [grifo nosso] [...] No dia 17 de abril de 2006, em audiência com vossa excelência, fomos informados que no dia 15 de maio estaria resolvido o impasse, estamos no mês de julho e pouco foi feito. Diante de tantas idas e poucas vindas, tomamos a decisão extrema de fechar a Br-101 por 30 horas, para acordar o Governo e trazer de volta para a pauta a luta das famílias de Flor do Bosque. (CPT/AL, 07/07/2006)

Apesar de a área ter sido dada como improdutivo pelo INCRA, por três vezes consecutivas, este órgão não efetuou a desapropriação da mesma. Segundo uma das militantes/integrantes da CPT/AL⁵⁷³, e do próprio documento aqui citado, foi necessário que o governo do estado interviesse comprando as terras dos usineiros e as repassasse aos trabalhadores.

Até o momento em que estivemos no assentamento, os lotes ainda não tinham sido divididos e nem havia sido efetuada a emissão de posse. Diante disso, os assentados também não obtiveram linha de crédito, nem mesmo o recurso do Pronaf, destinado à construção de moradias, tendo que residir em casas de pau-a-pique cobertas com palha de coqueiro (Foto 45).

⁵⁷² Carta do Arcebispo de Maceió, Dom Edvaldo Gonçalves Amaral, encaminhada ao então Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Julgman, em julho de 2000. Na qual Dom Edvaldo solicita a intervenção do ministro para agilizar o processo de desapropriação das terras da Fazenda Flor do Bosque e acabar com o sofrimento das famílias ali acampadas há um ano e oito meses.

Foto 45 – Vista parcial do assentamento Flor do Bosque – Messias/AL



Fonte: Pesquisa de Campo – Alagoas – novembro de 2006.

Em decorrência disso, alguns assentados estavam trabalhando como clandestinos cortando cana de fornecedores, outros trabalhando na cidade de Messias, e os demais produzindo no assentamento lavoura de subsistência (mandioca, banana e cana “caiana” para fazer caldo na cidade).

No estado de Pernambuco, conforme dados fornecidos pela CPT/PE, de 1995 a 2004, foram registrados 26 assassinatos de trabalhadores rurais, 43 casos de tortura, 429 casos de agressão física e 261 prisões de integrantes do movimento de luta pela terra, num total de 1.217 conflitos. No entanto, mesmo com todo esse histórico de conflitos envolvendo a luta pela terra no estado, somente 10 mil famílias foram assentadas até 2006, enquanto cerca de 30 mil ainda se encontrava acampada aguardando o processo desapropriação.

O descaso do poder público frente à tensão social e a demora para que os projetos de desapropriação saiam do papel, bem como a morosidade do INCRA em desapropriar as terras, refletem o fato de que os interesses dos empresários agroindustriais são salvaguardados por políticos, por representantes da lei e da ordem social e por representantes dos órgãos ligados à questão fundiária que, em solidariedade aos “donos da terra” tratam com descaso a situação dos oprimidos, punindo os trabalhadores e aqueles que os acolhem e apóiam como tem ocorrido com integrantes da CPT e dos movimentos sociais.

Vê-se, pois, que em seu movimento expansionista e, portanto, de

⁵⁷³ Lillian, durante entrevista realizada em dezembro de 2006.

valorização, o capital agroindustrial canavieiro é capaz de unificar interesses de diferentes setores e, ao mesmo tempo explicitar projetos distintos de sociedade.

No Pontal do Paranapanema, onde os conflitos envolvendo latifundiários e sem-terras têm sido intensos desde os anos 1980, verifica-se no contexto atual um processo inverso ao que ocorreu em Araraquara e Ribeirão Preto, e mesmo no Nordeste. Isto porque de certa forma, foi um movimento que ocorreu na contramão dos demais já citados, tendo em vista que a luta dos trabalhadores pela terra, nessa porção do estado de São Paulo, se consolidou no embate com os latifúndios/grileiros/pecuaristas situados, obviamente em terras devolutas e improdutivas.

Desse modo, verifica-se a existência, por um lado, de uma configuração específica de controle social, sendo exercido pela burguesia agroindustrial canavieira e os latifúndios formados em terras griladas e improdutivas; cuja aliança estabelecida entre ambos pauta-se nos expedientes da legitimação das terras devolutas e, por outro lado, dos trabalhadores, que constituem uma complexa trama de relações, incorporando tanto os camponeses que inicialmente compuseram os movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária, a exemplo do MST, no Pontal do Paranapanema, como os trabalhadores ex-assalariados rurais e urbanos. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Diríamos em acréscimo, que há um conjunto de disputas e conflitos internos aos setores do capital, que ampliam o poder de alguns ou legitimam o poder de classe de outros, expressando territorialmente materialidades diferenciadas, a exemplo do que ocorre nos demais locais já citados e no Pontal do Paranapanema, região Oeste do estado de São Paulo, onde os latifundiários ocupam parte das terras públicas e devolutas.

Essas ações conduzidas pelo processo expansionista do capital, no campo, se entrecruzam expressando, pois, as contradições contidas nas novas faces do mais recente movimento de (re)ordenamento territorial e produtivo do capital agroindustrial canavieiro, no Brasil. Contradições que se expressam também no delineamento que a questão agrária tem apresentado de forma concreta nos atos de barbárie praticados pelo capital, pelos latifundiários e pelos órgãos repressivos do Estado, a exemplo das prisões, torturas, e assassinatos de trabalhadores e lideranças; sejam no Nordeste, no Pontal do Paranapanema, ou

em qualquer outra região do país, sob os olhares parciais da justiça que favorece o capital em detrimento dos trabalhadores.

5.3.1 – Há outro caminho possível?

Discutimos até aqui os imperativos neoliberais, os padrões de acumulação pautados nos modelos flexíveis de produção e do processo de reestruturação produtiva do capital e, de modo particular do capital agroindustrial canavieiro, expresso nas formas diferenciadas de expansão territorial no país, as alianças políticas requeridas juntamente a outros setores da burguesia (proprietários de terra, ou latifundiários/grileiros) na desregulamentação do setor, no avanço tecnológico e difusão da microeletrônica, na descentralização ou realocização das plantas fabris, nas novas ações de controle e gestão da força de trabalho e no metamorfoseamento do trabalho, que se revela cada vez mais fragmentado e precário sob as formas de subcontratação, terceirização, e intensificação da superexploração.

Todavia, entendemos, e gostaríamos, de evidenciar que mesmo diante desse cenário de superexploração da força de trabalho e das fragilidades das entidades de representação dos trabalhadores e de fragmentação de sua práxis política, a conquista da terra não deve ser apreendida apenas como uma alternativa para solucionar a situação de marginalização, de miserabilidade e de desemprego vivenciada por uma parcela da sociedade, mas como resultado de uma importante luta da classe trabalhadora num processo de confronto e questionamento do poder de classe dos segmentos hegemônicos, a exemplo dos latifundiários, dos empresários agroindustriais canavieiros, de outros segmentos da burguesia e mesmo do Estado.

Acreditamos que esta é uma compreensão que ainda carece de fortalecimento, inclusive na consciência dos próprios trabalhadores, pois, para muitos deles a luta e o acesso a terra ainda figura como uma alternativa ao desemprego, ou se restringe aos sem terra (camponeses etc.). Nesse sentido, Silva (2004, p.71) destaca que na região de Ribeirão Preto, trabalhadores migrantes que não conseguiram se empregarem nas empresas agroindustriais

canavieiras ou fazendas engrossaram as fileiras do MST. Para a autora a inserção desses trabalhadores no Movimento sinaliza a possibilidade de mudanças e busca de alternativas frente ao contexto de exclusão e de precariedade o qual vivenciam.

Essa preocupação ficou evidente nos depoimentos de vários trabalhadores ex-assalariados da cana-de-açúcar e que vivenciam a experiência de viver e trabalhar na terra como camponeses assentados. A luta como perspectiva de mudança de condição de assalariado para “proprietário” e, portanto, de conquista de uma alternativa de vida e de trabalho.

A CPT estava organizando um grupo de trabalhadores pra ocupar uma dessas terras [...]. Fiquei preocupado, mas contente por participar, e ansioso, **porque na minha intenção eu tinha um grande desejo que era deixar de trabalhar pros outros** [grifo nosso]. (LIMA, entrevista – 17/11/2006, p. 2)

Mesmo que para muitos, de imediato, participar da luta e conquistar a terra esteja associado especificamente à possibilidade de garantir a sobrevivência face ao desemprego; e o retorno (para aqueles que já foram camponeses ou descendem de camponeses) ou a constituição de um modo de vida (para aqueles que não tiveram vínculos com a terra anteriormente); a organização e o engajamento na luta pela terra e pela Reforma Agrária junto aos movimentos sociais e a CPT poderão incutir-lhe elementos político-ideológicos capazes de consubstanciar a consciência da dimensão e da importância da luta, num contexto de disputa política mais geral e de embate com o capital e demais segmentos hegemônicos da burguesia.

Assim, a necessidade imposta pela condição vivida por esses trabalhadores se fortalece no sonho da conquista da terra e na herança político-ideológica deixada pelos antecessores, a exemplo das Ligas Camponesas, marco na história da luta camponesa no Brasil, ainda presente no imaginário de trabalhadores nordestinos e, de modo particular, dos trabalhadores da várzea paraibana, que acreditam ter sido capaz de no confronto com o poder do capital e dos latifundiários terem efetuado uma “revolução”, mesmo que esta tenha se configurado somente como um levante, uma investitura de revoltosos, territorialmente localizada, contra uma situação de sujeição e despossessão, sem,

contudo se constituir em mudanças estruturais para o conjunto da sociedade.

O processo de luta aqui foi a grande semente plantada e deixada por João Pedro Teixeira, das Ligas Camponesas, é como se tivesse recoberto e renascesse agora com muita força na região da várzea, e foi uma grande revolução. (LIMA, entrevista – 17/11/2006, p. 3)

Não temos dúvida de que os trabalhadores estão imprimindo uma nova territorialidade a um território antes pertencente ao grande capital canavieiro (seja na região de Araraquara, Ribeirão Preto, Zona da Mata canavieira de Alagoas, Paraíba e Pernambuco), ou para os pecuaristas/grileiros no Pontal do Paranapanema)⁵⁷⁴, confirmada na fala dos próprios trabalhadores: “[...] **aquela região da várzea que era dos grandes poderosos do latifúndio, dos usineiros, hoje passa a ser dos trabalhadores.** (LIMA, entrevista – 17/11/2006, p. 3). Porém, trata-se de uma territorialidade não menos contraditória do que a que a antecedeu.

Para entender a equação produtiva e estratégica do capital agroindustrial canavieiro, nesse cenário de conflito entre capital-trabalho e capital-capital e, conseqüentemente as disputas por território, faz-se importante que se considere entre os demais objetivos do capital, a tentativa de fragilização das ações dos trabalhadores e dos movimentos sociais, que desde os anos 1990, desenvolvem ações sistemáticas e organizadas, no âmbito da luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Nesse contexto, apesar de o aspecto econômico ser imprescindível para o capital agroindustrial canavieiro, ele estabelece alianças político-estratégicas com o Estado e com outros setores dominantes, visando consolidar seus interesses de classe; tais como a legitimação das terras devolutas e improdutivas, via decretos do governo estadual, a exemplo do que ocorre no Pontal do Paranapanema mediante o PL 578 que está tramitando na Assembléia Legislativa, e a incorporação de um aspecto não menos violento, apesar de não se caracterizar pela força física ou moral, mas pela lógica perversa inerente ao sistema metabólico do capital, que é o desmantelamento da estrutura produtiva

⁵⁷⁴ Como o mais recente e representativo trabalho concluído no âmbito do CEGET, ressaltando essa realidade no Pontal do Paranapanema, que é a Tese de Livre Docência de Thomaz Júnior, 2009.

dos assentamentos e a cooptação dos trabalhadores assentados, oriundos da luta pela terra para o circuito de cultivo de cana-de-açúcar, como ocorrido via o Programa de Integração *BB-Convir*, do Banco do Brasil, com a anuência do Itesp, por meio da Portaria 77/2004, conforme destacamos no capítulo III (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Tem-se, desse modo, o discurso e o ideário da territorialização do capital agroindustrial canavieiro, sob o aval do Estado, incorporando os trabalhadores assentados originários da luta pela terra e nas políticas públicas de assentamentos, expressando, portanto, o substrato social da hegemonia econômica do agronegócio canavieiro nessa porção do estado de São Paulo⁵⁷⁵.

O ITESP justifica seu apoio a esse processo de subordinação dos assentados ao capital agroindustrial canavieiro alegando que dessa forma está possibilitando a alocação de recursos para promover a capitalização dos assentados, além de propiciar autonomia e maior participação dos assentamentos na economia dos municípios onde estão situados. Discursos à parte, os resultados, como constados, são extremamente prejudiciais e destrutivos para os assentados. (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

O fato é que o capital se aproveita das fragilidades vivenciadas pelos trabalhadores assentados. Desse modo, a falta de apoio e de políticas públicas efetivas de estímulo à produção de alimentos, que garantam a sobrevivência da família e a viabilidade do lote; soma-se às facilidades que os empresários agroindustriais canavieiros possuem para obterem os recursos do PRONAF-D, atraindo assim os assentados para o esquema de “*barriga de aluguel*” (THOMAZ JUNIOR, 2007a, p.28), aos quais cabe viabilizar a utilização desses recursos no cultivo de cana-de-açúcar.

Esse sistema não está possibilitando a melhoria das condições de vida dos assentados, conforme prevê a portaria ITESP. Ao contrário, aumenta sua

⁵⁷⁵ Destacando que no âmbito do Grupo de Pesquisa, o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), além deste trabalho de pesquisa existem outras três (concluídas e em andamento) sobre essa temática, a saber: 1) “Agronegócio e Conflito pela Posse da Terra em São Paulo. Dinâmica Territorial da Luta de Classes no Campo e os Desafios para os Trabalhadores”, sob a coordenação do Prof. Antonio Thomaz Júnior, com financiamento Fapesp - auxílio à pesquisa; 2) ‘Modernização’ e barbárie do capital na agroindústria canavieira em São Paulo: raízes e resistências à superexploração do trabalho”, estágio não obrigatório. Samira Kalil Silveira; 3) “Expansão do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul: configuração espacial e a relação capital x trabalho”. Mestrado, José Roberto Nunes de Azevedo;

subordinação em relação à unidade processadora (conforme o exemplo da Destilaria Alcídia, do grupo ETH/Odebrecht) e ao Banco do Brasil⁵⁷⁶.

Além do mais, a obtenção dos recursos do PRONAF-D sob essas condições, acaba criando a falsa estatística de que os trabalhadores assentados são beneficiados com recursos públicos, quando na verdade quem se beneficia são os empresários agroindustriais canavieiros.

As contradições desse processo evidenciam a trama política do trabalho, cujo desenho vem sendo modificado pela voracidade do capital em suas políticas de classe, produzindo assim rupturas marcantes no Pontal do Paranapanema. Nesse sentido, como destaca Thomaz Junior,

Esse expediente é apenas um dos indicadores da situação de quase abandono dos camponeses assentados, que ficam à mercê das mal-sucedidas experiências de exploração do lote e, conseqüentemente, das colheitas frustradas, das dívidas acumuladas; da expectativa de serem dominados pelos atravessadores etc. (2007a, p. 28).

Apesar da prática do cultivo da cana-de-açúcar ser condenada pelas lideranças do MST e também pela CPT, haja vista os depoimentos daqueles que entrevistamos, tampouco conseguem controlar essa situação no âmbito dos assentamentos, seja no Pontal do Paranapanema, na várzea paraibana, na Zona da Mata pernambucana, na região de Araraquara, ou qualquer outro aqui não especificado.

O descaso e a ineficiência das políticas públicas em relação à estrutura familiar camponesa podem aqui ser exemplificados, de modo particular no Pontal do Paranapanema, no caso da unidade agroprocessadora vinculada a COCAMP, (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados do Pontal do Paranapanema) em Teodoro Sampaio. A qual dispõe de estrutura para beneficiamento de leite, processamento de polpa de frutas e armazenamento de grãos, mas que, no entanto, encontra-se inoperante há cerca de cinco anos, com todos os equipamentos e máquinas se deteriorando e demandando mais recursos para ser novamente ativada.

⁵⁷⁶ FERREIRA JUNIOR (2006), em outro momento já sinalizava os efeitos prejudiciais desse esquema de integração\subordinação para os assentados.

Acredita-se que se essa unidade processadora estivesse ativada, com projetos sustentáveis sendo dinamizados por políticas públicas voltadas para esse fim e envolvendo a produção dos assentados, possivelmente a resistência dos trabalhadores à expansão do cultivo de cana-de-açúcar e à implantação de novas unidades agroindustriais canavieiras na região seria mais qualificada.

Desse modo, mesmo que o sentimento de insatisfação, decorrente do endividamento, da frustração, do sentimento de ser enganado, das perdas reais e da falta de perspectiva de tirar algum proveito dos ganhos que o capital extraiu de seu lote, a legalização do avanço das áreas de plantio de cana-de-açúcar, está presente no cotidiano desses assentados cooptados pelo capital para o negócio canavieiro.

Os problemas relacionados ao endividamento e ausência de políticas públicas criam expectativas também nos trabalhadores assentados que estão assistindo de fora o processo de expansão canavieira, a exemplo dos trabalhadores do assentamento Aldeia, no município de Bataguassu/MS, os quais inadvertidamente têm a perspectiva de inserção nesse circuito produtivo como assalariados ou como arrendadores de seus lotes para o cultivo de cana-de-açúcar.

No Norte Fluminense também nos deparamos com realidade semelhante. O assentamento Santo Amaro Companhia, tem parte de sua área decorrente da desapropriação das terras da Usina Morangaba, que fora desativada e os assentados, até a ocasião da visita não haviam recebido qualquer recurso para a construção de moradias nem para efetuar a produção. Assim, encontramos trabalhadores, que ao se verem sem condição para produzir na terra, se obrigam a trabalhar como assalariados (terceirizados e explorados) no corte de cana-de-açúcar para garantirem a sobrevivência da família.

Cabe, portanto salientar, com base nos contatos que tivemos com a realidade dos assentamentos visitados e as conversas que efetuamos com integrantes da CPT, MST, e sindicatos, que esses assentamentos vivenciam marcantes contradições, pois ao mesmo tempo em que há luta pela posse da terra, após a conquista trava-se uma nova luta: a da sobrevivência, da busca da autonomia e da permanência no lote.

Esse processo de luta que conta normalmente com poucos recursos,

com divergências internas às organizações e os movimentos sociais, quase sem apoio dos órgãos públicos e com política agrícola excludente. Uma luta que revela o confronto entre duas lógicas, cujos contornos são nítidos. Resgatar e/ou fortalecer a tradição camponesa investindo na produção diversificada e/ou de subsistência, no respeito ao meio ambiente e fundamentado na soberania alimentar; ou ceder aos imperativos do capital, aderindo ao cultivo consorciado da cana com as usinas, ou ao arrendamento e/ou exploração da força de trabalho do assentado como assalariado rural.

Para o camponês assentado a propriedade da terra significa a possibilidade de um controle mais efetivo sobre seu processo de trabalho e a garantia de que não será expulso, expropriado, mesmo que isto ocorra apenas ideologicamente, no plano da representação de sua existência que é aparente, visto que as condições reais de independência do seu processo de trabalho são como nos vários casos aqui apresentados, subjugadas pelo capital.

O engajamento dos trabalhadores (rurais e urbanos, camponeses e assalariados) nos movimentos de luta pela terra está referenciado na possibilidade de definição do acesso a terra, no caso o assentamento, bem como na constituição de uma identidade social diferenciada, de um projeto de vida diferente daquele definido pela classe dominante⁵⁷⁷. Porém, o desafio está em subverter o modelo dominante e de caráter marcadamente manipulatório, que o capital personificado no agronegócio canavieiro impõe.

Os exemplos aqui destacados expressam a consolidação de um modelo de sociedade que privilegia a produção agroexportadora, em detrimento das pequenas unidades de exploração da terra, apresentando a participação no negócio canavieiro, como principal alternativa para os assentados continuar mantendo suas famílias nos lotes. Isto é, portanto, o que tem acontecido com assentados e assentamentos nas principais regiões produtoras e em expansão que visitamos, conforme os exemplos já destacados anteriormente⁵⁷⁸.

Desse modo, a territorialidade construída nesse processo de luta não é

⁵⁷⁷ Cf. COSTA (2006, p.188).

⁵⁷⁸ No Triângulo Mineiro, tomamos conhecimento de assentamentos (em Campo Florido, por exemplo) onde os trabalhadores assentados são fornecedores de cana-de-açúcar para a Usina Coruripe – Unidade Campo Florido, no entanto não foi possível efetuar uma visita ao mesmo durante a pesquisa de campo. Portanto, ressaltamos que essa discussão será aprofundada no Relatório Final desta pesquisa.

menos contraditória do que aquela que substitui. Pois, além das divergências internas aos grupos, do esvaziamento, muitas vezes, do princípio político-ideológico que dá sentido à coletividade, depara-se com uma série de entraves que dificultam a viabilização do assentamento, enquanto organização social e produtiva.

Há que se destacar, no entanto, que os fatores que conduzem os trabalhadores rurais/camponeses à luta pela terra são plurais e expressam todo um contexto de diferenciação a eles associados. Haja vista a realidade que verificamos na zona canavieira dos estados de Alagoas, Paraíba e, sobretudo Pernambuco, nas quais, apesar de o confronto com o capital agroindustrial canavieiro, com os latifundiários e com as várias instâncias de poder e de representação do Estado ter como fim imediato a conquista da terra, motivos e posturas político-ideológicas diferenciadas (ou divergentes) conduziram à luta e mesmo ao entrecruzamento desses sujeitos ao longo do processo.

Cabe, portanto, citar como exemplo, o fato de que a grande quantidade de terras (de engenhos) em disputa, com a falência e desativação de unidades processadoras nesses estados nordestinos, colocou, contraditoriamente, em posições opostas e/ou solidárias as diversas expressões da classe trabalhadora. Ou seja, os trabalhadores assalariados desempregados se organizaram em torno da luta pela terra como forma de garantir a moradia e a terra como forma de pagamento de direitos trabalhistas não pagos em dinheiro.

No entanto, esse movimento atraiu outros movimentos a exemplo do MST, que viu na disponibilidade de terra a possibilidade de garantir o acesso de outros segmentos de trabalhadores já engajados (ou que se uniram naquele momento) em torno dessa luta; gerando, em muitos casos, insatisfação e atritos entre os trabalhadores moradores das agrovilas e terras de engenhos e os ocupantes do MST.

Relatos de alguns trabalhadores entrevistados nas terras da usina Aliança, em Pernambuco, bem como os registros verificados em documentos da CPT/PE confirmam a existência de conflitos internos a esses grupos, e que sofreu, inclusive a interferência da Polícia e da Justiça.

Cerca de 45 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra (MST) foram despejadas ontem do Engenho Poço, pertencente à Usina Aliança, no município de Aliança. Em menos de dez dias, essa é a segunda vez que os agricultores são retirados das terras do engenho. Eles foram levados para o Engenho Passagem, onde já vivem 30 famílias, entre moradores e sem-terra [...] (CPT/PE – **Conflitos Pernambucanos**, 28/12/1999).

Esse documento mostra a existência de dois movimentos distintos em torno da mesma disputa pelo território. Assim, apesar dos motivos que os conduziram à luta serem supostamente distintos, essas diferentes expressões da classe trabalhadora tinham um fim único que era o acesso a terra.

Em outra passagem do mesmo texto, a fala da promotora de justiça que promoveu a ação de despejo, evidencia os motivos distintos que conduziram à luta pela terra, bem como as divergências em torno da disputa pelo mesmo território.

Os sem-terra se recusam a sair do engenho, mas, por decisão da justiça, as terras já pertencem aos moradores da usina". Eles receberam esses terrenos como pagamento de dívidas trabalhistas. O problema é que o MST não quer reconhecer essa decisão. (CPT/PE – Conflitos Pernambucanos, 28/12/1999)

Todavia, há que se ressaltar que apesar da natureza diferenciada das ações políticas, se constituírem um elemento definidor de identidades, configurando experiências distintas entre si, é possível identificar semelhanças, as quais possibilitam certa articulação entre os movimentos sociais no campo.

As lutas no campo são marcadas por contingências locais. No entanto, as alianças estabelecidas estrategicamente, fazem com que estas ganhem abrangência regional, nacional ou mesmo internacional. Ao alcançar esta dimensão, os movimentos incorporam outras temáticas ao debate. É, pois, nesse contexto que questões como cidadania, sustentabilidade, gênero e soberania alimentar, estão sendo integradas aos movimentos sociais no campo. Assim a defesa do acesso a terra passa a ser também a expressão de um direito mais abrangente, ligado não somente à sobrevivência, mas também à cidadania.

A luta pela terra não deve ser encarada somente como uma luta simbolicamente marcada pela oposição latifúndio-minifúndio e ideologicamente pautada no ideal revolucionário, difundido pelos partidos de esquerda dos anos

1950-60. Segundo Alentejano (1996. p. 29), a luta pela terra é “encarada como um processo amplo que deverá abarcar todo o campo brasileiro e todas as categorias de agricultores com pouca ou nenhuma terra, visando uma efetiva reconstrução da sociedade e do campo”.

Desse modo, faz-se necessário atentar para alternativas que sinalizem para além do silenciamento e do distanciamento das lutas, as quais apontam para a resistência a essas condições impostas, e para a qualificação do enfrentamento com o capital na busca de novos referências.

Acreditamos que apesar das especificidades simbólicas de cada uma das expressões da classe trabalhadora (camponeses, ex-assalariados rurais e urbanos, e aqueles que ainda se encontram atrelados às determinações do mundo proletário e de fetichização da mercadoria), existe a possibilidade de unificação de uma bandeira de luta, que pode ser pela via da luta pela terra e pela Reforma Agrária e, assim construir um projeto político-ideológico e estratégico de enfrentamento com o capital, que aponte para a constituição de um modelo de desenvolvimento e de sociedade alternativo ao que está posto. E que esta luta não seja um fenômeno localizado e restrito territorialmente, mas que possa vincular espacialmente as diferentes expressões do conflito capital – trabalho e da luta de classes. As trilhas desse caminho estão sendo traçadas...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os levantamentos efetuados em livros, revistas, jornais, *sites* etc., bem como a investigação empírica realizada durante as pesquisas de campo consubstanciaram as reflexões e discussões que compõe esta tese.

Acreditamos ter sido possível apreender o processo de reordenamento territorial e produtivo desencadeado no âmbito do setor canavieiro ancorado, entre outros fatores, na perspectiva de inserção e ampliação do etanol no mercado internacional de *commodities*, na ampliação do empoderamento da burguesia, no aumento da concentração de terra e de capital, na exploração da terra e da água e, sobretudo na intensificação do controle e exploração do trabalho.

Nesse contexto, as pesquisas de campo foram fundamentais, inclusive, para apreender e demarcar as principais estratégias do capital agroindustrial canavieiro no cenário de expansão do cultivo de cana-de-açúcar e de implantação de novas unidades agroindustriais e, sobretudo de ampliação da visibilidade da matriz energética brasileira no exterior, pautada na produção dos biocombustíveis.

Acreditamos ter conseguido compreender o papel do Estado nesse processo, seja como agente do discurso de que esse modelo de desenvolvimento pautado no agronegócio canavieiro proporcionará desenvolvimento regional/local com a geração de emprego e renda, bem como divisas para o país com o aumento das exportações; seja como fomentador e facilitador desse processo expansionista e como mediador do conflito capital-trabalho.

Pudemos apreender ainda que o processo de expansão das áreas de cana-de-açúcar, da instalação de novas unidades processadoras, da migração e/ou implantação de plantas fabris, em vários estados, sobretudo do Centro-Sul, aponta para a constituição de um novo desenho territorial do espaço agrário brasileiro, tendo em vista que a expansão do cultivo de cana-de-açúcar está ocorrendo em áreas de pastagens e de culturas que compõe a cesta básica, que estão sendo substituídas.

A pesquisa (pautada nas investigações empíricas, bem como nos

levantamentos efetuados em diversos veículos midiáticos), nos permitiu comprovar que a superexploração da força humana que trabalha, especialmente no corte de cana se expressa sob as mais diversas formas, a saber: no trabalho cansativo e penoso imposto pela exigência do estabelecimento de metas de produção; nas punições arbitrárias e coações sofridas e ameaças de perda do emprego quando da reivindicação de direitos adquiridos; nas condições subumanas (de moradia e trabalho) que a maioria dos trabalhadores migrantes é forçada a aceitar para ter um emprego; na não existência, via de regra, de uma definição prévia do preço da cana a ser cortada pelo trabalhador, que varia de acordo com o tipo de cana, impossibilitando-o de prever seus rendimentos diários; na falta de controle pelo trabalhador sobre sua produção diária, beneficiando a empresa; nas longas jornadas de trabalho, que em muitos casos escapam à fiscalização do Ministério do Trabalho e dos sindicatos; nas exigências técnicas que impõem maior esforço e dispêndio de tempo de trabalho, reduzindo assim a produtividade do trabalhador; nos descontos abusivos na folha de pagamento; na falta ou insuficiência dos equipamentos de proteção dos trabalhadores; no aliciamento ilegal e nas formas precárias e clandestinas de transporte desde os locais de origem, entre outros.

Foi-nos possível apreender ainda, que as ações e mediações guiadas pelo capital, estão impondo redefinições aos papéis sociais e políticos dos trabalhadores, mediante as constantes transformações sofridas pelo mundo do trabalho, e que qualificam a plasticidade do trabalho no atual contexto, colocando-nos o desafio de continuar a busca pelo entendimento da atualidade da classe trabalhadora no Brasil, especialmente no que se refere às relações que redefinem de forma profunda os sentidos do trabalho.

Ações que têm se constituído no bojo do processo de reestruturação produtiva do capital, na busca de novas formas de valorização e acumulação, consubstanciadas em novos mecanismos de gestão e controle do trabalho, na flexibilização da produção e do trabalho e na adoção de novas tecnologias, cujo rebatimento se expressa nas novas feições que o trabalho adquire.

Diríamos em acréscimo, que as diferentes possibilidades de controle do trabalho pelo capital evidenciam as marcas ainda presentes do taylorismo/fordismo e da emergência do toyotismo, inserindo no universo do

trabalho formal um caráter mais participativo e, disseminando a idéia de que o trabalhador é um parceiro, um “colaborador”, devendo, assim, trabalhar sob a perspectiva do grupo e da integração no local de trabalho.

Nesse contexto, é atribuído ao trabalhado um caráter de polivalência, ou de multifuncionalidade, que torna os trabalhadores mais qualificados (e reduzidos em quantidade) e aptos para exercerem atividades que exigem maior grau de especialização, portanto, preparados para se adaptar às variações de ritmo e função que se fizerem necessárias no processo de trabalho. Todavia, com rebatimentos profundos sobre a subjetividade e o universo simbólico do trabalho.

Sem esquecer também que essas ações e mediações do capital têm provocado a ampliação da fragmentação do trabalho, opondo em alguns casos, trabalhadores assalariados formais estáveis e terceirizados, temporários e eventuais (a exemplo, dos trabalhadores no ramo de metalurgia e do corte da cana-de-açúcar, no estado de São Paulo); os trabalhadores qualificados e trabalhadores não (ou menos) qualificados; ou mesmo os trabalhadores inseridos na luta pela terra e os trabalhadores assalariados formais (urbanos e rurais) envolvidos nas reivindicações por melhores salários, condições de trabalho e de vida, dentro do enquadramento da legislação trabalhista.⁵⁷⁹

Faz importante lembrar ainda a dessindicalização dos trabalhadores (urbanos e rurais), associada, sobretudo ao aumento crescente do desemprego, sem, contudo implicar em redução do número de sindicatos. Nesse contexto, a ampliação do contingente de trabalhadores desempregados, que alarga a quantidade de excluídos do mercado de trabalho formal, vinculando-os ao subemprego, acirra as fragilidades das entidades de representação de classe, manifestas, sobretudo no posicionamento defensivo de negociação e de aceitação da ordem do capital para “garantir” a manutenção do emprego.

Compreendemos, pois, que os (re)arranjos implementados pelo capital no território, por meio do negócio-agro-sucro-energético, impactam profundamente o universo do trabalho, com forte evidência na precarização das condições de trabalho, alimentação e moradia dos trabalhadores, na superexploração da força de trabalho, expressa na intensificação do ritmo, nas

⁵⁷⁹ Ver: THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.148.

elevadas metas de produção e jornadas de trabalho exaustivas etc., nas formas de trabalho análogas ao trabalho escravo; bem como no desmantelamento de comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadoras, camponesas, enfim, na desterritorialização de milhares de trabalhadores da terra.

A aproximação com o objeto investigado nos permitiu apreender no âmbito desse modelo de desenvolvimento agroexportador, referenciado no agronegócio canavieiro, e na *commoditização* de forma geral, que alimenta o sistema metabólico do capital, as alianças que se travam entre capitalistas usineiros, latifundiários e representantes do judiciário, que em nome da defesa do patrimônio privado, da concentração da riqueza e da terra, em vários casos devoluta, a exemplo do Pontal do Paranapanema, exercitam a violência, a barbárie e a injustiça contra os trabalhadores.

Cabe salientar ainda que o capital agroindustrial canavieiro está imprimindo (em várias porções do território brasileiro, e em particular no Pontal do Paranapanema), no mesmo *ser* trabalhador a situação de camponês/assentado e proletário/cortador de cana, ao inseri-los no corte da cana-de-açúcar, ou na atividade fabril; desafiando igualmente a identidade e autonomia camponesa, ao envolvê-los no circuito da produção de cana-de-açúcar, mediante o arrendamento de parte de suas terras para o plantio.

Diante, pois, dessas investidas do capital em seu projeto expansionista, e da extrema fragilização das organizações políticas dos trabalhadores, especialmente os sindicatos, a resistência à desterritorialização, à tentativa do capital e demais setores dominantes de neutralizar os camponeses e suas formas de produção e de luta, torna iminente a necessidade de resistência e de superação do “esgarçamento das relações solidárias no interior da classe trabalhadora” (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.151).

Visualiza-se, portanto, uma complexa trama de relações envolvendo a dinâmica do capital agroindustrial canavieiro nas regiões e estados investigados, que acreditamos tratar-se de uma disputa ideológica de projetos de sociedade, e não somente dos efeitos aparentes de substituição das terras de pastagens degradadas, por cana-de-açúcar, em detrimento da produção de alimentos.

Sendo assim, o desafio que se nos coloca se referencia na compreensão da atualidade da luta de classes e nas alternativas que se

apresentam para os trabalhadores (proletários, camponeses, assentados...) frente às contradições impostas pela lógica destrutiva do capital, a exemplo da luta pela terra, pela Reforma Agrária, e pela constituição de um modelo alternativo àquele que está posto. Julgamos, no entanto, que a compreensão desse processo de luta pela terra e pela Reforma Agrária, deve envolver essas diferentes expressões do trabalho (urbanos e rurais, assalariados e camponeses), possibilitando, desse modo, um rompimento com os recortes estabelecidos pela divisão social, técnica e territorial do trabalho.

Salientando-se que o significado que imprimimos à Reforma Agrária e a soberania alimentar, perpassa pela “dimensão concreta da construção da autonomia da classe trabalhadora para decidir” o que e como produzir; referenciando-se, pois, na luta pela constituição e fortalecimento de um modelo pautado no respeito e na inserção de classe, e que garanta a preservação ambiental e a produção de alimentos.

Faz-se importante, pois, esclarecer que nossa proposta de investigação não se pautou em colocar em relevo tão-somente os aspectos quantitativos do processo expansionista da cana-de-açúcar e do agronegócio canavieiro, mas, sobretudo as estratégias e expedientes do capital para garantir tal empreendimento, e o caráter de modernidade que se tenta embutir nessas práticas, considerando, pois, a pluralidade de situações, estratégias espalhadas pelo país como pudemos demonstrar.

Acreditamos que conseguimos contemplar assim, o objetivo de apreender e compreender as novas (re)configurações geográficas e espaciais, desencadeadas por esse processo expansionista do capital agroindustrial canavieiro, tanto no âmbito do próprio capital como do trabalho, sob a mediação do Estado.

Estamos certos de que a discussão em torno das mudanças de formas e significados que tem sido imposto ao trabalho nos últimos tempos, ainda requerem aprofundamento teórico-conceitual, para que não fiquemos somente no plano da apreensão do processo, e possamos qualificar o debate a partir da luta de classes e do movimento de disputa do território e de constituição de novas territorialidades, envolvendo as diferentes expressões da classe trabalhadora.

O desafio está em entender o trabalho e sua práxis social, para além das fronteiras e delimitações teóricas. Desafio já assumido por Thomaz Júnior, em suas mais recentes pesquisas e de forma particular na sua tese de livre docência (2009), como também nas discussões no âmbito do CEGeT (Centro de Estudo de Geografia do Trabalho), mas que nós, dentro dos limites temporais e “espaciais” desta tese e, mesmo de nossas limitações teóricas, não tivemos fôlego para esse momento.

Portanto, nos sentimos estimulados a dar continuidade as nossas pesquisas⁵⁸⁰ no âmbito da Geografia do Trabalho, sob a perspectiva de compreensão da disjunção das ações do trabalho fragmentado, estranhado e que vivencia um contexto de (des)identidade e (des)pertencimento de classe e, ao mesmo tempo, a possibilidade de unificação dessas ações em torno de um projeto político-ideológico que conduza à construção da luta de resistência emancipatória e, alternativo ao projeto hegemônico do sistema metabólico do capital.

A construção dos referenciais teóricos que dão consubstanciação a “leitura geográfica do trabalho” por ser lenta e gradativa, não se esgota aqui nem nas próximas pesquisas. É, pois, com essa certeza e com a consciência da importância e do desafio de continuar essa reflexão, que nos posicionamos para o debate. Que ele seja amplo e profícuo!

⁵⁸⁰ No pós-doutorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOMPANHAMENTO da Safra Brasileira – Cana-de-açúcar. **Conab**, abril de 2008. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/>> Acesso em: 15 de abril de 2008.

A EXPANSÃO DESENFREADA DA CANA-DE-AÇÚCAR muda perfil das propriedades e gera polêmica no meio rural. **Globo Rural** – 19 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.sucro-ethique.org/Os-riscos-da-expansao-da-cana>> Acesso em: 15 de janeiro de 2008.

AGRONEGÓCIO Brasileiro: Uma Oportunidade de Investimentos. **MAPA** – 08/02/2007. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/porta1/page?_pageid=33,968707&_d...>. Acesso em: 08 de fev. 2007.

ALAGOANOS viram reis da cana em Minas Gerais – **Gazeta de Alagoas/ProCana** – 09/02/2004. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?id_materia=100077> Acesso em: 20 de jan. 2007.

ÁLCOOL em abundância. **ABRAMET** Informações/Agência Fapesp – 02 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.abramet.org/informacoes/noticiasVer.asp?id=608>> . Acesso em: 03 de março de 2008.

ALENTEJANO, P. R. R. **O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90**. Cadernos do CEAS, Salvador/BA, n. 166, p. 19-35, nov./dez.. 1996.

ALPHA Consultoria Alimentar. “**A Importância de 5S aplicado nas empresas.**” Disponível em: <http://www.alphaconsultoriaalimentar.com.br/not-cias-da-alpha/a-importancia-do-5s-aplicado-nas-empresas.html>

ALVES, F. **Porque morrem os cortadores de cana?** Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/tema.asp?lang=PT&cod=23&currpage=4>>. Acesso em: 10 de jul. de 2006.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRADE, A. **Expansão sucroalcooleira ameaça índios do Mato Grosso do Sul, alerta Ministério Público**. Agência Brasil Radiobrás – 03 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/03/materia.2007-...>> Acesso

em:19 de setembro de 2007.

ANDRADE, M.C. **Modernização e pobreza:** a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora Unesp, 1994. (Biblioteca básica)

ANFAVEA – Entrevista à Imprensa. **Indústria automobilística brasileira.** Resultados positivos em janeiro. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/imprensa.html>> Acesso em: 11 de fevereiro de 2008.

ANFAVEA – Anuário 2009. **Capítulo três.** Máquinas agrícolas automotrizes produção, vendas internas e exportações. Disponível em: http://www.anfavea.com.br/anuario2009/capitulo_09_2009.pdf. Acesso em 30 de junho de 2009.

ANSELMI, R. **Ampliação da área de cana não ameaça outras culturas.** ProCana – 19/01/2007. Disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Produção>>. Acesso em: 20 de jan. de 2007.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora UNICAMP, 1997.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 4ª edição. São Paulo: Boitempo, 2001.

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. (Org.). 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 200 p.

ANTUNES, R. & SILVA, M. A. M. (Orgs.) **O avesso do trabalho.** 1ª ed., São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2004.

APTA. Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. **“O uso de maturados químicos na cana-de-açúcar”.** 08 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.apta.sp.gov.br/noticias.php?id=114> Acesso em: 23 de março de 2009.

ARAÚJO, A. M. C., **Trabalho, Cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira.** 1ªed. São Paulo: Scritta, 1997.

ÁREA de cana pode aumentar 500% em Mato Grosso do Sul. **Agrolink** – Portal do Agronegócio - 12/12/2006. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=noticia&&id...>>. Acesso em: 20 de jan. de 2007.

AVANÇO da cana-de-açúcar sobre grãos perde força. **Valor Econômico/Imagem Goiás.** Disponível em:<<http://www.imagemgoias.com/novo/index.php?id=5453&acao=lermatéria>>

Acesso em: 15 de abril de 2008.

AVANÇO da cana em Goiás preocupa. **Portal do Agronegócio** – 20/12/2006. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=noticia&i...>>. Acesso em: 20 de jan. de 2007.

AZEVEDO, J. R. N.; THOMAZ JR., A. O processo de espacialização, reestruturação produtiva e reordenação do capital canavieiro no oeste paulista. In: **3º ENCONTRO DE ESTUDOS AGRÁRIOS: “Mudanças e Permanências no Espaço. A Agricultura Brasileira em Questão”**. Departamento de Geografia/Universidade Federal do Paraná, **CD-ROM**, Curitiba, 2003. p. 113-124.

AZEVEDO, J. R.N; THOMAZ, JR. A. A agroindústria canavieira na região de Presidente Prudente na viragem do Século XXI. In: **IV FÓRUM DE CIÊNCIAS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA** - Unesp/Presidente Prudente. “Grupos de Pesquisa: Diagnóstico e Perspectivas”. **CD-ROM**. Presidente Prudente, 2003. 4p.

BALSADI, O. V. O mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar. Com Ciência – SBPC – **Revista Eletrônica de Jornal Científico**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edição=23&id=260>> Acesso em: 15 de novembro de 2007.

BALSADI, O. V.; BORIN, M. R.; GRAZIANO DA SILVA, J. & BELIK, W. **Transformações Tecnológicas e a Força de Trabalho na Agricultura Brasileira no Período 1900 e 2000** NEAD/SP. Publicado em 08//04/2002. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=272>>. Acesso em: 21 de fev.2007.

BASTOS, A. **Procurador constata irregularidades trabalhistas na situação de cortadores de cana de Goiás**. Jornal Imprensa Online/Agronegócios – 25 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.jornaldaimprensa.com/noticias.php?not_codigo=4987> Acesso em: 25 de junho de 2007.

BB – Empresarial – BB Convir. Disponível em: http://www.bb.com.br/portallbb/page100,107,2920,9,1,1,2.bb?codigoMenu=1955&codigoRet=2130&bread=1_2 Acesso em 10 de agosto de 2009.

BATISTA, F. **Equipav negocia compra de usina Everest de José Pessoa**. Gazeta Mercantil – Finanças e Mercados. Disponível em: <http://index.gazetamercantil.com.br/arquivo/2009/01/07/389/Equipav-negocia-compra-da-usina-Everest,-de-jose-pessoa.html> Acesso em 07 de janeiro de 2009.

BELIK, W; RAMOS, P; VIAN, C. E. F. **Mudanças Institucionais e Seus Impactos nas Estratégias dos Capitais do Complexo Agroindustrial Canavieiro no Centro-Sul do Brasil**. ANAIS DO XXXVI ENCONTRO NACIONAL

DA SOBER. Poços de Caldas: Economia Agrícola, agosto de 1998. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo45.htm>> Acesso em: 15/05/2007.

BERNARDES, J. A. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, E. Iná. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. Vol. 1. p. 239-270.

BESANKO, D; BRAEUTIGAM, R. R. **Microeconomia uma abordagem completa**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. 2ª edição. São Paulo Boitempo, 1999.

BIOCOMBUSTÍVEIS x alimentos. **Jornal Nacional** – 18 de abril de 2008. Disponível em: <<http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0,,AA1678797-3586-817580,00.html>> Acesso em: 18 de abril de 2008.

BISPO, Aparecido. Seminário Açúcar Ético. São Paulo, 31/05/2006. In: RODRIGUES, Délcio & ORTIZ, Lúcia. **Em direção à sustentabilidade da produção de etanol de cana de açúcar no Brasil**. Disponível em: <http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/etanol_sustentabilidade.pdf> (Dossiê). Acesso em: 21 de março de 2007.

BRASIL DE FATO – **Agrocombustíveis**: A Expansão canavieira no Brasil. 08 de fevereiro de 2008. (Versão em pdf).

BRASIL – Cana-de-açúcar: 200 mil hectares de grilagem no Maranhão. **Adital**. 17/04/08. Disponível em: <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=pt&cod=32627>. Acesso em 02/06/2009.

BURBACH, R. & FLYNN, P. **Agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BUSCA pela vanguarda – Reportagem de capa. In: Revista Alcoolbras. Edição 101, abril de 2006. Disponível em: <http://www.editoravalete.com.br/site_alcoolbras/edicoes/ed_101/ed_101.html> Acesso em: 05 de maio de 2008.

CADERNO DE FORMAÇÃO. **A OMC e os efeitos destrutivos da indústria da cana no Brasil**. Recife: CPT/PE, abril de 2006.

CAMARGO, B. **Grupo móvel resgata 64 cortadores de cana-de-açúcar em Goiás**. Açúcar Ético – 06 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.sucree-thique.org/Grupo-movel-resgata-64-cortadores>> Acesso em: 15 de novembro de 2007.

CAMARGO, B. Apesar do sucesso da cana, trabalhador continua na mesma. **Repórter Brasil**. 19 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=583>> Acesso em: 10 de abril de 2008.

CANA-DE-AÇÚCAR. **Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais** – 20/01/2007. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/index.php?option=com_co...>. Acesso em: 20 de janeiro de 2007.

CANA pode dominar lavoura. Boletim Agropecuário/**Portal do Agronegócio** – 18 janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=noticia&&i...>> Acesso em: 20 de janeiro de 2007.

CANASAT – **Mostra redução de queimadas nos canaviais paulistas**. 02 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?codnoticia=1380> Acesso em 28/05/2009

CANASAT. **Avaliação da Área de Cana Disponível para Colheita na Safra 2008/2009**. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/canasat/>

CANTO, L. C.C.; SANTOS, L. C.; GOHR, C. F. “**Implantação do sistema 5S no setor de armazenamento de uma empresa de pequeno porte do sul de Santa Catarina.**” XXVIENEGEP – Fortaleza, CE – 9 a 11 de Outubro de 2006. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGE2006_TR470319_7396.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2009.

CARDOS, R. F.; KOXAMA, S. M. **Juros e Spread Bancário no Brasil**. Apêndice A. São Paulo: DEPEP/FGV. (s.d.). Disponível em: <http://www.beb.gov.br/ftp/juros-spread2.pdf> . Acesso em: 15 de abril de 2008.

CARROS flex chegam a 2 milhões de unidades. **O Estado de S. Paulo/ProCana** – 18 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?id_materia=23331>. Acesso em: 11 de maio de 2007.

CASTRO, M. Álcool e açúcar no Triângulo. **Revista Negócios** – Especial Capa. Disponível em: <http://www.revistanegocios.com.br/ver_noticias.asp?cat=41&nt=599> Acesso em: 25 de junho de 2007.

CENTRAL JURIDICA – “**Enfiteuse**”. Disponível em: http://www.centraljuridica.com/doutrina/110/direito_civil/enfiteuse.html

CHESNAIS, F. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

CIÊNCIA Hoje Online. “**Bagaço de cana também produz álcool.**” (Por Fabíola Bezerra). 12 de Dezembro de 2007. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/107831>. Acesso em: 02/06/09

CIMI – **Mais da metade dos resgatados de condições análogas à escravidão em 2007 trabalhava no cultivo de cana...** – 07 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.sucre-ethique.org/Liberttacoes-de-trabalhadores>> Acesso em: 15 de abril de 2008.

CIMI Regional. **Mato Grosso do Sul, entidades do Poder público discutem causas da violência contra indígenas no MS.** 14/07/2006. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/dev.php?system=news&action=imprimir&id=2019&eid=325> . Acesso em 06/06/2009

CLEAVER, H. **Leitura política de O capital.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981. p.88
CO₂ vale ouro no mercado mundial. In: Revista Brasileira de Bioenergia, ano1, n.1, março de 2007, p. 39-41.

CONAB prevê aumento de 9,2% na produção de cana-de-açúcar. **MAPA – SINFAEG/SINFAÇÚCAR.** 14/09/2006.
Disponível em: <http://e-commerce.cultura.com.br/shopping/mostra_caderno.asp>. Acesso em: 21 de jan. de 2007.

CORREIO BRAZILIENSE. **Estratégias de ponta para o Brasil.** Brasília, 21 de agosto de 2001.

COSAN revê planos após nova capitalização. Disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Produção>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2008.

COSTA, S. A. O processo de luta pela terra e a construção da identidade e do modo de vida dos sem terra. In: FERRANTE, V.L.Botta. **Retratos de Assentamentos.** (Org.). Araraquara:UNIARA/NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), n.9/2004

CRÍTICAS a etanol é ação de países ricos contra Brasil, diz Lula. **Jornal O Estado de São Paulo – Economia –** 21 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/economia/not_eco160294,0.htm>. Acesso em: 21 de abril de 2008.

DCI – Comércio, Indústria & Serviços – 13 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.sucre-ethique.org/Goias-e-o-destaque-no-avanco-da>> Acesso em: 13 de junho de 2007.

DIOCESE de Barra – **Desenvolvimento acelerado para poucos:** transposição baiana. - Comissão Pastoral da Terra – CTP – BA/SE – Portal CPT/NAC.

Disponível em:
<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=2769&eid=157> Acesso em: 26 de Abril de 2009.

DIRETOR da ONU se coloca contra os biocombustíveis. *Jornal Nacional*. 14 de abril de 2008. Disponível em:
<<http://jornalnacional.globo.com/Jornalismo/JN/0,,AA1678797-3586-817580,00html>> Acesso em: 14 de abril de 2008.

DOSSIÊ: Rota da Mobilidade Humana para o Interior Paulista - 2001 – 2003.
PASTORAL DOS MIGRANTES / GUARIBA-DIOCESE DE JABOTICABAL – SP

DURÃES, Suzane. **Trabalho escravo: canavieiros são vítimas do agronegócio**. *Brasil de Fato – Brasília/DF* – 25 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/impresso/anteriores/173/nacion...>> Acesso em: 25 de junho de 2007.

DURÃES, Suzane. **As diversidades do campo**. Disponível em:
<<http://www.adital.org.br/site/busca.asp?busca=As+diversidades+do+campo&lang=PT&x=10&y=12>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2005.

E A TORCIDA DO Goiás canta em uníssono... . Edição **Jornal Cana** nº 165, Set/2007. Disponível em:
<<http://www.jornalcana.com.br/conteudo/Edicoes.asp?Edicao=165>>. Acesso em: 09 de abril de 2008.

EID, F. & NEVES, M. R. **Organização do trabalho, tecnologia e programa de qualidade total na indústria sucroalcooleira paulista**. (mimeog.) São Carlos: UFSCar, 1998.

ENERGIA RENOVÁVEL um processo sujo. **CPT/MS** (s.d)

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ESTRANGEIROS mantêm seus investimentos. *Jornal Folha de São Paulo – Caderno Dinheiro* – 20 de janeiro de 2008. Disponível em:
<<http://www.google.com/notebook/public/09750216126199455098/BDQT7SgoQ8r rBxvki>> Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

ETANOL. **Pesquisadores produzem etanol reduzindo pela metade o volume de linhaça**. *ÚNICA* 14/05/2009. Disponível em:
<http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode={AB6E90F4-82F7-4DD9-934D-06EC32146FF8}> Acesso em 02/06/2009

EUROPA critica utilização de trabalho escravo nos canaviais brasileiros para a produção de etanol. **Isindical** – 04 de janeiro de 2008. Disponível em:

<http://isindical.blogspot.com/>> Acesso em: 09 de abril de 2008.

EXPANSÃO da cana em Goiás divide opiniões. **Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás/AGROSOFT**. Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/?q=node/26289>> Acesso em: 15 de abril de 2008.

EXPANSÃO do etanol. **Inovação Unicamp** – 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.inovacao.unicamp.br/etanol/report/news-expansao_etanol080310.php> Acesso em: 15 de abril de 2008.

EXPANSÃO das usinas de álcool para região oeste paulista é viável. **Valor Econômico/Portal do Agronegócio** – 18/09/2006. Disponível em: Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=noticia&&i...>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2007.

FAMÍLIAS festejam sete anos do assentamento Sepé Tiaraju. **MST**. 19 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3364>> Acesso em: 08 de maio de 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato” **ANAIS DO X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 4860-4874.

FERRANTE, V.L.S.B; WHITAKER, D.C.A; BARONE, Luís A. Dezoito anos de assentamentos rurais: diferentes dimensões desta difícil maioria. In: FERRANTE, V.L.Botta. **Retratos de Assentamentos**. (Org.). Araraquara: UNIARA/NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), n.9/2004.

FERREIRA, E. R. **A formação da região canavieira de Araraquara**: O papel do Estado e das agroindústrias do açúcar e do álcool. (Tese de Doutorado) Unesp/Rio Claro, 1987.

FISCALIZAÇÃO. DRT acredita na existência de uma rede de aliciadores. **Diário do Nordeste – Caderno Editorial/Reportagem Coluna/Colunista**, p. 15 – PRT 7ª Região – Assessoria de Comunicação Social – 08 de julho de 2005. Disponível em: <http://www.prt7.mpt.gov.br/mpt_na_midia/2005/julho/08_07_05_DN_DRT_rede_a_licidores.htm> Acesso em: 15 de novembro de 2007.

FITTIPALDI anuncia nova usina de álcool no Mato Grosso do Sul. **Grupo Toledo Notícias** – 6/01/2007. Disponível em: <<http://www.grupotoledo.com.br/noticias/?vCod=223>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2007.

FOLHA da Região. **56% da colheita de cana é mecanizada**” – Araçatuba, 14 de abril de 2009. Disponível em: http://ethanolbrasil.blogspot.com/2009/04/56_da_colheita_de_cana_e_mecanizada.html.

FOLHA Online. **Cana ameaça sítios arqueólogos no Acre**. 31/12/2009. Disponível em: www.ambientebrasil.com.br. Acesso em 02/06/2009.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. L. F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 17ªed. 2008.

GAUDEMAR, J.P. **“Mobilidade do trabalho e acumulação do capital”**. Lisboa: Estampa. 1997.

GAZETA Mercantil. Ribeirão Preto pode crescer até 20% com cana. **Agrobusiness**, 14/08/2001. Disponível em: http://www.alcopar.org.br/clipping/ago_01/m143ago01.htm. Acesso em: 6 dez de 2004.

GAZETA Mercantil. **Cana impulsiona vendas de máquinas agrícolas**. 23 de março de 2007. Disponível em: <http://www.portaldoagronecio.com.br/conteudo.php?id=17018>. Acesso em: 25 de março de 2009.

GODOY, R. A Santelisa não vai perder; ela vai deixar de ganhar. Jornal **O Estado de São Paulo** – Caderno Negócios – pág. B18, 15 de novembro de 2008.

GOIÁS, a mais nova fronteira canavieira. **UDOP/Diversas** – 13 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.udop.com.br/geral.php?item=noticia&cod=40704&PH...> Acesso em: 13 de junho de 2007.

GM DO BRASIL LANÇA campanha publicitária da nova picape S10 Flexpower. GM do Brasil/ **ProCana**, 13/3/2007. Disponível em: http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao&secao=Lan%E7amentos&ID_Materia=25917 . Acesso em: 11 de maio de 2007

GOMEZ, N. João Lyra pede recuperação judicial. Jornal **O Estado de São Paulo** – Caderno de Economia/Agronegócios – 28 de novembro de 2008.

GONÇALVES, D.B. **Mar de cana, deserto verde? Dilemas do desenvolvimento sustentável na produção canavieira paulista**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2005.

GONÇALVES, J. S. “**Difícil liberação do mercado internacional de produtos da agricultura.**” IEA – Análises e Indicadores do Agronegócio, vol. 3, nº1, Janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/vertexto.php?codTexto=9185>

GONÇALVES, J. S.; MARTIN, N. B.; SOUZA, S. A. M. **Financiamento do agronegócio: um crédito ao futuro.** SEBRAE/MA, 2007. Disponível em: http://sebraema.com.br/agroneg/pages/pageartigo/financ_agro.htm. Acesso em: 20 de janeiro de 2007.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado.** Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1982.

Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. LEI nº 3.404, de 30 de Julho de 2007. Campo Grande/MS. Disponível em: [http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/\\$\\$Search?OpenForm&Seq=1](http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/$$Search?OpenForm&Seq=1)

GOVERNO negocia com EU certificação do etanol. **Jornal Cana/O Estado de São Paulo** – 24 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao...> Acesso em: 24 de janeiro de 2008.

GRAZIANO NETO, F. **Geografia e ecologia: Crítica da modernidade agrícola.** São Paulo: Brasiliense. 1985. (Primeiros Vôos)

GRAZIANO DA SILVA J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GRAZIANO DA SILVA J. *et al.* **Política para o setor sucroalcooleiro frente à crise: uma proposta alternativa para o estado de São Paulo.** Campinas: Unicamp/PT, 1999.

GREENDENE investe em usina de açúcar e álcool. **O Estado de São Paulo/ProCana** – 15 de julho de 2005. Disponível em: http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?id_materia=17371. Acesso em: 20 de jan de 2007.

GREGORY, D. ; MARTIN R.; SMITH, G. (orgs.) **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social.** Trad. M. Isaack. Rio de Janeiro Jorge Zahar Ed., 1996

GUANZIROLI, C. E. **Agronegócio no Brasil: Perspectivas e limitações.** Niterói. RJ. : UFF – Faculdade de Economia – Texto para discussão. 186. Abril de 2006. Disponível em: http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD186.pdf Acesso em: de 19 de janeiro de 2009.

GUIMARÃES, T. “**Queima de cana-de-açúcar pode causar câncer em cortadores.**” Folha Online – Caderno Cotidiano, 28 de abril de 2005. Disponível em <http://www.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u108437.shtml> Acesso em 31/05/2009.

HAESBHERT, R. “**Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão.**” IN CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. E. da; CORREA, R. L. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2001.

HAESBHERT, R. **O mito da desterritorialização:** Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBHERT, R. **Territórios Alternativos.** 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 186 p.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** Tradução de Adail Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola. 2ª edição, 2005.

HIRATA, H. Novos modelos de produção, qualidade e produtividade. **DIEESE:** Seminários e Eventos, n. 1, 1994.

HOBSBAWM, E. J. **Mundos do Trabalho.** São Paulo: Paz e Terra. 2ª edição, 1988. (Oficinas de História)

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1986.

ÍNDICE de mecanização na colheita de cana-de-açúcar no estado de São Paulo e nas regiões produtoras paulistas – junho de 2007. In: **IEA – Análises e Indicadores do Agronegócio**, vol.3, n.3, março de 2008. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=9240>> Acesso em: 10 de maio de 2008.

INOVAÇÃO Unicamp. **Principal especialista em Obtenção de etanol a partir de resíduos de cana diz quais são as vantagens do Brasil e como mantê-las.** Entrevista com: Carlos Rossell, Consultor da Dedini S/ª Publicada em 24 de julho de 2006. Disponível em <http://www.inovacao.unicamp.br/reportentre-rossell.shtml>. Acesso em 02/06/09

JORNAL Cana – Cana Rápidas. **Governo não retomará programa de**

equalização. Agosto de 2007. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/pdf/164/canarapidas.pdf> Acesso em: 20 de abril de 2009.

JORNAL Cana – **Pesquisa & Desenvolvimento.** Dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/pdf/180/%5Cpesqdesen>.

JORNAL Cana. “**Cana avança em São Paulo e já ocupa 31% das fazendas da região.**” DC1 23/04/2009. Disponível em: http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=producao&secao=cana-clipping&ID_Materia=34490

JORNAL Cana. **Mercado de Açúcar líquido deverá se expandir.** Mercados & Cotações – p.12, Março de 2008. (Por Mônica Magalhães). Acesso em: 15 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/pdf/171/%5cmerccot.pdf>

JORNAL Cana – Setor em Destaque. **Região de Araçatuba é 2ª de S. Paulo com mais cana.** Fev. 2009, p. 77. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/pdf/182/setoremdest.pdf>

JORNAL Extra Alagoas – Caderno Política. 14 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.extraalagoas.com.br/noticia.kfm?noticia=75043498canal=333> Acesso em: 20 de fevereiro de 2009.

JORNAL Folha de São Paulo. “**BB dá perdão bilionário para usineiros.**” 14 de janeiro de 2007. (por Leonardo Souza – Sucursal de Brasília). Disponível em <http://www.eagora.org.br/arquivo/BB-d-perdo-bilionario-para-usineiros/> Acesso em 20 de fevereiro e 2009

JORNAL O Estado de São Paulo. **Cana invade os pastos e expulsa os rebanhos.** 15 de abril de 2009.

JORNAL O Estado de São Paulo. **A Santelisa não vai perder, ela vai deixar de ganhar.** – Cad. De Economia/Negócios (Entrevista com Cícero Junqueira Franco – Diretor da Santelisa Vale). P. B18. 01 de novembro de 2009.

JORNAL O Estado de São Paulo. **Um setor cheio de dívida e de dólares...** Caderno de Economia – p.B13 – 15 de março e 2009-06-21

JORNAL O Correio News. Itarumã – **GO terá usina da Mitsui e da Petrobrás.** 03 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.correionews.com.br/index.php?news=627> Acesso em: 07 de março de 2009.

JORNAL PARANA – Da Equipe de Reportagem. **Indústria refaz projeção e espera vender muito mais: tanto os produtos de grãos quanto os de cana-de-açúcar prevêem comprar mais maquinário.** 2007 Disponível em: http://www.jornalparana.com.br/ver_edicao.php?id=1420&tipo=79 Acesso em: 15

de julho de 2009.

KURTZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LANGOWSKI, Eleutério. **Queima da cana. Uma prática usada e abusada.** / CREA 8107-D/PR (Eng. Florestal) Disponível em: <http://www.apronac.org.br/QUEIMADACANA.pdf> Acesso 29/05/2009

LAVRATTI, E. **Agronegócio: a nova roupagem para o velho latifúndio.** (mimeog). São Paulo, 12 de set. 2004. Não paginado.

LEI que disciplina implantação de usinas no MS é sancionada. **Agora MS** – Ler Notícias – 31 de julho de 2007. Disponível em: <<http://www.agorams.com.br/index.php?ver=ler&id=107275>> Acesso em: 19 de setembro de 2007.

LEI quer limitar plantio de cana em 10% da área destinada à agricultura. In: **Jornal Cana** – Produção, Dados & Notícias., março/2007.

LESSA, S. Reprodução e Ontologia em Lukács.. **Revista Transformação**. Marília/Unesp, Vol.17 p. 63-80, 1994. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?q=LESSA,+Centralidade+do+Trabalho+na+Ontologia+de+Lukács&hl=pt-BR&client=firefox-a&rls=org.mozilla:pt-BR:official&hs=WUG&um=1&j> (Versão em PDF). Acesso em 12/06/2009.

LINEAR Clipping. “**Kaiowa Guarani serão despejados para beira da estrada.**” 25 de maio de 2009. Disponível em http://www.linearclipping.com.br/funai/detalhe_noticia.asp?cd_sistema=458codnot=743536

LOBATO, E.; SOARES P. **Álcool frustra investidores e produtores.** Jornal Folha de São Paulo – Caderno Dinheiro – 20 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.google.com/notebook/public/09750216126199455098/BDQT7SgoQ8rrBxvki>> Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

LOBATO, E.; SOARES P. **Exportações de álcool têm queda de 14%.** Jornal Folha de São Paulo – Caderno Dinheiro – 20 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.google.com/notebook/public/09750216126199455098/BDQT7SgoQ8rrBxvki>> Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

LOBATO, E.; SOARES P. **Usina prevê fusões e avanço estrangeiro.** Jornal Folha de São Paulo – Caderno Dinheiro – 20 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.google.com/notebook/public/09750216126199455098/BDQT7SgoQ8rrBxvki>> Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

LOBATO, E.; SOARES, P. **Governo diz que não há necessidade de intervenção mais firme no setor.** Jornal Folha de São Paulo – Caderno Dinheiro

– 20 de janeiro de 2008. Disponível em:
<<http://www.google.com/notebook/public/09750216126199455098/BDQT7SgoQ8rRbXvki>> Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

LOPES, S. F.; RIBEIRO, H. Mapeamento de internações hospitalares por problemas respiratórios e possíveis associações á exposição humanas aos produtos da queima da palha da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. IN: **Revista Brasileira de Epidemiologia**, vol. 9, nº 2, São Paulo junho de 2006. ISSN 1415-790X. Disponível em: http://www.scielo.php?pid=51415-790X20060002008&script=sci_arttext&tIng= Acesso em 29/05/2009

LULA: por que países ricos sobretaxam etanol e não petróleo? – Economia Internacional – BBC Brasil/Invertia – 20 de abril de 2008. Disponível em: <http://br.invertia.com/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200804201941_BBB_76874443> Acesso em: 20 de abril de 2008.

MACHADO, C. **Cortadores de cana se tornam ‘máquinas humanas’ na região.** Jornal Oeste Notícias – Reportagem Especial/Local, pág 1-3, 17 de dezembro de 2006.

MAGALHÃES, J. G. **A “cidade-dormitório” de Palmares Paulista: a senzala moderna.** Disponível em: <<http://www.pastoraldomigrante.org.br/artigo14.html> >. Acesso em 02 de abr. de 2007.

MAGALHÃES, Mônica. **Centro-Oeste atrai empresários do setor sucroalcooleiro.** ProCana – 24/01/2003. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/notícia.asp?id_materia=3759>. Acesso em: 20 de jan. de 2007.

MAGOSSO, E. **Cosan é a nova dona da Nova América.** Jornal O Estado de São Paulo – Cad. Negócios, p. B13. 14 de março de 2009.

MAPA das Áreas para Conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. – 2006. Ministério do Meio Ambiente/MMA. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=72&idMenu=3812>_ Acesso 01/06/2009

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência.** São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

MANDEL, E. **A Crise do Capital – Os Fatos e sua Interpretação Marxista.** São Paulo: Ensaio 1990.

MARX, K. **O Capital:** Livro I; Capítulo VI (inédito). São Paulo: Ed. Ciências Humanas Ltda, 1978.

MARX, K. **O Capital:** Ed. Resumida . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MELLI, P. C. **Desemprego nos EUA atinge 8,5%** - Jornal O Estado de São Paulo. Caderno de Economia e Negócios – P B1 – 04 de abril de 2009.

MERLIN, D. **Usinas terão que cadastrar alojamentos.** Jornal O Imparcial – Caderno Regional/Policial – 4B, 23 de janeiro de 2008.

MENDONÇA, M.R. **A Urdidura Espacial do Capital e do Trabalho no Cerrado do Sudeste**

Goiano. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, M. Rodrigues & MESQUITA, H. A. **O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re)existências.** Catalão/GO: UFG. (Mimeo.) 2008.

MENEGAT, M. **O olho da barbárie.** São Paulo: Expressão Popular. 1ª edição, 2006. (Coleção Trabalho e Emancipação)

MENEGUELLO, L.A. **O setor sucroalcooleiro e a utilização da biomassa da cana-de-açúcar como fonte alternativa de energia.** Araraquara: 2006. 101p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro Universitário de Araraquara - UNIARA, Araraquara, 2006.

MENEZES, M. A. de. **“Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: Um estudo de família de camponeses – Migrantes.”** Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDU UFPB, 2002

MESZÁROS, I. **Beyond Capital**, London, Merlin Press. 1995.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital: Rumo a uma teoria da transição.** Trad. De P.C. Castanheira; S. Lessa. Campinas. Boitempo, 2002.

MÉSZAROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** Trad. A. Cotrim, V. Cotrim; São Paulo: Boitempo, 2007.

MIGRANTES vivem em condições de trabalho escravo em São Paulo, denuncia jornal britânico. **AFP/Internacional** – Rio de Janeiro – 09 de março de 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2007/03/09/ult34u176127.jhtm>> Acesso em: 15 de novembro de 2007.

MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - **Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio/Balança Comercial do Agronegócio** – Dezembro/2006. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/>>.

MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego – Estatísticas – Disponível em: http://www.mte.gov.br/cnes/painel_atualizacoes.asp#.

MISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Energia Renovável em Processo sujo**. <thomazjrgeo@stetnet.com.br> . Mensagem recebida em: 12 de abril de 2007.

MONTENEGRO GOMEZ, J. **Questão Agrária e Desenvolvimento Rural: O Controle social do Estado no meio rural** IN: THOMAZ JUNIOR, A. (Org.). Geografia e Trabalho no século XXI. Projeto. Editora Centelha: Ceget/FCT/Unesp, Presidente Prudente. 2004, p. 41-69.

MONTENEGRO GOMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: Narrativas Escalares Sobre Desenvolvimento Territorial Rural**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MORAES, A. F.D. & FIGUEIREDO, M. G. **Migração espontânea de trabalhadores no setor sucroalcooleiro**. Piracicaba: ESALQ, 2008 (Relatório de Pesquisa)

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. 5ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1998.

MUSSOLINI, C. **Safra deve aumentar 35% em 2008, conforme EDRs**. Jornal Oeste Notícias – Caderno Agroeste – p. 2.2, 15 de abril de 2008.

NASCIMENTO, Diana. **A cana fez o mundo “redescobrir” o Brasil**. IdeaOnline/IDEANEWS – Matérias/Conjuntura. Disponível em: <<http://www.ideaonline.com.br/ideanews.asp?cod=46&sec=8>> Aceso em: 17 de janeiro de 2008.

NASCIMENTO, C. A. O. **Concentração e centralização de capitais na agroindústria brasileira na década de 1990: O caso do setor sucroalcooleiro**. UFSCAR, São Carlos, 2001. Dissertação (Mestrado).

NETTO, A. **No Leste Europeu, crise ameaça governos** – Jornal O Estado de São Paulo. p. B6. 01 de março de 2009

NEVES, M. F. **A década do agronegócio**. Sucesso brasileiro não resulta de terras e mão-de-obra baratas, como pensavam estrangeiros. In: Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO. Ed. 16 de janeiro de 2004.

NEVES, M. F. **Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo**. Cadernos do XII Encontro Nacional do MST. São Paulo: MST, 2004.

NORMA regulamentadora de segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura – **NR 31**(Portaria n.º 86, de 03/03/05 - **DOU** de 04/03/05).

NOTÁRIO, B. **Audiência estabelece mudanças em usina**. Jornal O Imparcial – Caderno Regional – 7B, 13 de março de 2007.

NOVAES, J.R. & ALVES, F. (Orgs) Exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto – SP. In: **No Eito da Cana**. Rio de Janeiro: FERAESP/UfisCar/UFRJ, 2003.

NOGUEIRA, M. P. Cana, leite, citros, boi...Quem herdará a terra? – **Scot Consultoria/ReHagro – Publicações** – 18 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.rehagro.com.br/siterehagro/publicacao.do?cdnoticia=1498>> Acesso em: 24 de julho de 2007.

NUNES, O. Com 3 novas usinas, cana rouba terreno da pecuária no Noroeste. **Gazeta do Povo Online/Caminhos do Campo RPC TV** – 13 de julho de 2006. Disponível em: <http://caminhos_do_campo.ondarpc.com.br/geral/conteudo.phtml?id...> Acesso em: 12 de junho de 2007.

OCUPAÇÕES. **Jornal do Comércio**, Recife, 28 de dez. 1999 In: ARQUIVOS DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – Conflitos Pernambucanos.

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental?. In: **Trabalho & Sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Vol.I, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

OLIVEIRA, A. **Território e Mercado de trabalho: Discursos e Teorias**. São Paulo: Edit. Unesp, 2006.

OLIVEIRA, A. M. S. **A queima da cana-de-açúcar na usina Nova América (Tarumã/SP)**: gestão ambiental e relações de trabalho. 1999. 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia de Bacharelado). Faculdade de Ciências e

Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1999.

OLIVEIRA, A. M. S. **A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e intensificação do corte mecanizado:** gestão do trabalho e certificação ambiental. 2003. 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

OLIVEIRA, A. M. S. A reestruturação produtiva do capital na agroindústria canavieira paulista e os desdobramentos para o trabalho. In: THOMAZ JUNIOR, A. **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2004. Vol. 1. p. 70-104.

OLIVEIRA, A. M. S. As Mudanças no Mundo do Trabalho e Movimento Sindical no Brasil (uma breve reflexão). **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.01, n.06, 2005.

OLIVEIRA, A. M. S.; THOMAZ JÚNIOR, A. Os “novos” referenciais tecnológicos e ambientais na agroindústria canavieira e os reflexos para o capital e para o trabalho. In: **IV FÓRUM DE CIÊNCIAS**. Departamento de Geografia da FCT/Unesp, CD-ROM, Presidente Prudente, 2003. 5p.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **3º ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**. Rio de Janeiro. Cadernos, 1980, p. 6-64.

OLIVEIRA, A. U. **Barbárie e modernidade:** o agronegócio e as transformações no campo. CPT Nacional, Goiânia, 2003, p.15.

OLIVEIRA, E. **Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, F. **Crise Financeira?** Vermelho Online – Economia. 04 de abril de 2009. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=53757> . Acesso em: 10 de abril de 2009.

OLIVEIRA, N. **Cana é destaque no Estado de São Paulo**. Jornal Oeste Notícias – Caderno Regional – pág. 1 e 2-2, 02 de janeiro de 2007.

OLIVEIRA, N. **Sindicato dos Condutores Propõe greve em usinas**. Jornal Oeste Notícias – Caderno Regional, p.2.1, 03 de julho de 2009.

ORGANISTA, J, H, C. **O debate sobre a Centralidade do trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2006. 184 p. (Coleção Trabalho e Emancipação).

ORNAGHI, Tiago. **Mecanização engorda fileira de sem – terra**. Agência Folha – Acreúna/GO, 12 de set. 2004. Paginação irregular.

OMETTO, A. R.; MANGABEIRA, J. A. C.; HOTT, M. C. **Mapeamento de potenciais de impactos ambientais da queima de cana-de-açúcar no Brasil**. ANAIS XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia: Brasil. 16 21 Abril de 2005; INPE, p. 2297_2299. Disponível em: http://www.cnpm.embrapa.br/publica/download/newsdownload/artigos_resumos.

ONAGA, M. **Cosan compra Esso no Brasil**. Portal Exame. 24 de abril de 2008. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/negocios/m0157792.html>> Acesso em: 05 de maio de 2008.

PEIXOTO, A; FRANCO GARCIA, M. “As Novas Territorialidades da Reforma Agrária na Paraíba: O Assentamento Rural Dona Helena.” **Pegada**. Presidente Prudente, vol.7, n°2, 2006.

PORTAL Exame. **Santelisa e Dreyfus fecham acordo e formam companhia de 3 bilhões de reais**. 06 de abril de 2009 (Por Cristiane Mano e Cristiane Correa). Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/carreira/santelisa-dreyfus-fecham-acordo-formam-companhia-3-bilhoes-reais-433297.html> Acesso em: 12/04/09
PORTO, G. **Usina é a nova vítima de derivativos**. Jornal O Estado de São Paulo -Caderno de Economia – Pág. B5, 17 de outubro de 2008.

PORTO, G. **Venda da Santelisa entra na reta final**. Jornal O Estado de São Paulo: Cad de Economia/Negócios, p. B13. 13 de março de 2009.

POWER, Petróleo, Eletricidade e Energias Alternativas. **Fusões a vista entre sucroalcooleiras**. Publicidade. 15 de Outubro de 2008. Disponível em: <http://www.power.inf.br/pt/?p=2105>

PRESSÃO sobre o preço dos alimentos. **Globo Rural** – 20 de abril de 2008. Disponível em: <http://globoruraltv.globo.com/TVGlobo/Jornalismo/Telejornais/globorural/CDA/tvg_cmp_glob...>. Acesso em: 20 de abril de 2008.

PRODUÇÃO de cana no país crescerá 55% em seis anos. **Folha Online/Portal do Agronegócio** –03/11/2006.Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=texto&&idT=814>>. Acesso em: 20 de jan. de 2007.

PROGRAMA de Agricultura e Meio Ambiente WWF Brasil. “**Análise da expansão do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil**.” Maio de 2008. Disponível em:

http://homologa.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/saibamais/artigos/impactosAmbientais/rel_cana_wwf.pdf. Acesso em 25 de maio de 2009.

PYL, B. “**Grupo José Pessoa é envolvido em 3º Caso de Trabalho Escravo.**” Pastoral do Migrante. 26 de junho de 2009. Disponível em: <http://pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com-content&view=article&id=827:grupo-jose-pessoa-e-envolvido-em-30-caso-de-trabalho-escravo&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=54>

RAMOS, Pedro. **Os Impactos da exportação da lavoura canavieira na estrutura fundiária e as manifestações de sua concentração no Brasil.** Projeto Programa de Pesquisa em Políticas Públicas. Workshop sobre impactos da Evolução do Setor Sucroalcooleiro. Campinas: Unicamp/ Instituto de Economia. 16 de maio de 2008. (versão em PDF). Disponível em: http://www.apta.se.gov.br/cana/anexos/position_paper_sessao2_pedro.pdf

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS – “**Direitos humanos e a indústria da cana**”. SP: Abril de 2008 – Disponível em: http://www.boell.latinoamerica.org/download_pt/paper_dh_e_a_industria_da_cana_rv.pdf . Acesso em: 27 de março de 2009.

RELATORIA NACIONAL PARA O DIREITO HUMANO AO TRABALHO. **Relatório para apuração de violações de direitos humanos de trabalhadores (as) canavieiros (as).** Projeto Relatores Nacionais em DhESC/Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais. Ribeirão Preto/SP: ONU-PNUD/UNV - PGR/MPF, out. 2005. 36 p.

RELATÓRIO Final da CPI da Queima da Palha de Cana-de-Açúcar. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – **Comissão Parlamentar de Inquérito** – CPI, 25 de julho de 2008.

REPORTER BRASIL. **O Brasil dos Agrocombustíveis** – Cana 2008. Disponível em: www.agrocombustiveis.com.br Acesso em 20 de janeiro de 2009.

REVISTA AGROBRASIL – Notícias do Agronegócio/ Cana-de-açúcar. “**Governo quer proibir a expansão no Amazonas e no Pará**”. 19 de setembro de 2008. Disponível em <http://revistaagrobrasil.com.br/site/noticiasintegra.php?idnoticia=529039>

REVISTA ALCOOL Brás. “**Gargalo no meio do caminho.**” Reportagem de capa. Edição 101, abril de 2006. Disponível em: http://www.editoravalete.com.br/site_alcoolbras/edicoes/ed_101/ed_101_a.html

REVISTA CANAVIEIROS – **Entrevista.** Março de 2009 (Versão em PDF) Disponível em: <http://www.revistacanavieiros.com.br/revistacanavieiros.php>

REUNIÃO discute implantação de usinas de álcool em Minas. **Grupo**

Cultivar/Portal do Agronegócio/Safras & Mercado/Notícia – 30 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=noticia&i...> Acesso em: 13 de junho de 2007.

RIBEIRO, J. C. Uma questão de escala. A escalada da escravidão local como resposta à geografia econômica mundial. In: THOMAZ JÚNIOR, A. **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha 2007. Vol. 3. p.107-153

RIBEIRO, J. C. O espaço do capital – camaleão. Dimensões do complexo metabólico-mimetizado do capitalismo monopolista. In: THOMAZ JÚNIOR, A. **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2004. Vol. 1. p. 105-151.

ROBERTO, C. Crise Pode Afetar as Metas do Protocolo Ambiental. **IDEA Online Especial**. Disponível em: <http://www.ideaonline.com.br/idea/ver.asp?id=1358>

RODRIGUES cobra mais ação do governo para o mercado de álcool. **Jornal Folha de São Paulo** – Caderno Dinheiro/Entrevista – 20 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.google.com/notebook/public/09750216126199455098/BDQT7SgoQ8r rBxvki> Acesso em: 20 de janeiro de 2008.

RODRIGUES, D. & ORTIZ, L. **Em direção à sustentabilidade da produção de etanol de cana de açúcar no Brasil**. (Dossiê) Disponível em: http://www.vitaecivilis.org.br/anexos/etanol_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 21 de mar. de 2007.

RODRIGUES, E. B. & SAAB, O. J. G. A. Avaliação técnico-econômica da colheita manual e mecanizada da cana-de-açúcar (*saccharum ssp*) na região de Bandeirantes. PR. **Seminário de Ciências Agrárias**, Londrina/PR., v.28, nº4, p. 581-588, out./dez 2007.

ROMERO, D. – **Marx e a técnica: um estudos dos manuscritos de 1861-1863**. S. Paulo: Expressão Popular, 2005. 248p.

ROLLI, C. Cosan Faz Compromisso Sobre Salário. **Pastoral do Migrante**. 26 de junho de 2009. Disponível em: http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=831:cosan-faz-compromisso-sobre-salario-&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=54

RICCI, R. **Terra de Ninguém**: representação sindical rural no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

SADER, Emir. Desequilíbrios Estruturais do Capitalismo Atual. **Brasil de Fato**. Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/desequilivrios_e_struturais_do_capitalismo_atual. Acesso em: 09/04/2009

SAFATLE, A. & PARDINI, F. **Grãos na balança:** a pujaça do Agribusiness é só uma parte da história. Falta contabilizar os prejuízos ambientais. CARTA CAPITAL, Set./2004. Disponível em: <http://cartacapital.terra.com.br/site/capa_secoes.php?id_secao=7>. Acesso em: 04 de set. de 2004.

SALVADOR, F. **Governo vai socorrer usinas de álcool com R\$ 2,5 bilhões.** Jornal O Estado de São Paulo. Caderno de Economia/Negócios – p.B14. 06 de março de 2009

SALVADOR, F. **Municípios barram o avanço dos canaviais.** Jornal O Estado de São Paulo – Caderno de Economia/Agronegócios – B10, 17 de dezembro de 2006.

SANTA TERESA: Concluído relatório sobre conflito - Polícia indícia 13 pessoas por morte de canavieiro. **Jornal do Comércio**, Recife, 1999. In: ARQUIVOS DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA– Conflitos Pernambucanos.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-126.

SANTOS, J. V. Tavares. **Colonos do vinho:** estudos sobre subordinação do trabalho camponês ao capital. Ed. Hucitec: São Paulo. 2ª edição, 1984.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** Globalização e meio técnico-científico informacional. S. Paulo: Hucitec, 1997.

SCOLESE, E; IGLESIAS, S. Usinas assinam acordo sobre corte de cana. In: **Pastoral do Migrante**. 26 de junho de 2009. Disponível em: http://www.pastoraldomigrante.com.br/ondex.php?option=com_content&view=article&id=829:usinas=assinam-acordosobre-corte-de-cana&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=54

SCOPINHO, R. A. A pedagogia empresarial de controle do trabalho e saúde do trabalhador: o caso de uma usina-destilaria da região de Ribeirão Preto. São Carlos, 1995, 246p. Dissertação de Mestrado. In: EID, Farid (Coord.). **Reestruturação produtiva, política industrial e contratação coletiva nos anos 90: as propostas dos trabalhadores da agroindústria da cana-de-açúcar.** São Carlos, dez. 1999. (Projeto de Pesquisa e Formação Sindical)

SEM TERRA são despejados de engenho. **Jornal do Comércio**, Recife, 28 de dez. 1999. In: ARQUIVOS DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – Conflitos Pernambucanos.

SETOR sucroalcooleiro vive rápida expansão. **Valor Online/ProCana** - em 11/12/2006. Disponível em:

<http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?id_materia=24724>. Acesso em: 20 de jan. de 2007.

SILVA, I. C. A. da. **“A mobilidade do Trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva: estudo das tendências migratórias em Santo André.”** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/ USP, São Paulo. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia. 2008, p. 163 Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde_10102008-162333/. Acesso em: 06/06/09

SILVA, E. A. **A nova ordem no mundo do trabalho agroindustrial:** reflexões sobre as transformações na organização do trabalho na agroindústria sucroalcooleira da macrorregião de Ribeirão Preto e suas conseqüências sociais. 1999. 236 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

SILVA, E. **Região de PP deve ter 5 novas usinas até 2011.** Jornal O Imparcial – Caderno Cidades – 6B, 05 de março de 2008.

SILVA, M. A. M. “Se eu pudesse eu quebraria todas as máquinas”. In: ANTUNES, R. & SILVA, M. A. M. **O avesso do Trabalho.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 1ª edição, 2004, p.111-141.

SIMÕES, A. **Usinas demonstram interesse pela região.** Jornal O Imparcial – Caderno Regional – 6B, 18 de janeiro de 2006.

SILVA, M. A. M. **A morte ronda os canaviais paulistas.** In: REVISTA REFORMA AGRÁRIA, vol. 33- nº 2. São Paulo: ABRA - ago/dez 2006.

SILVA, S. S. **Reestruturação produtiva, crise econômica e os rumos do sindicalismo no Brasil.** Brasília: Fundação Milton Campos/ Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 2001. 127p.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. **Migrantes Temporários: Fim dos Narradores?** NEHU/USP, nº 1, 2000.

SILVEIRA, E. **“O fogo da Discórdia”.** Jornal da Unesp, nº.18, p. 8-9, Outubro de 1997.

SILVEIRA, L. **Estrangeiros compram mais participação acionária na Cosan.** DCI – Agronegócios – p. B4 - Porto de Santos - 13 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.portodesantos.com/cgi-local/imprensa/mostrar.pl?1855>> Acesso em: 22 de janeiro de 2008.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

SIMÕES, A. **Migração temporária: fenômeno só será evitado com reforma agrária**. Diário do Nordeste – Caderno Editorial/Reportagem – Coluna/Colunista, p. 14 – PRT 7ª Região – Assessoria de Comunicação Social – 11 de julho de 2005. Disponível em: <http://www.prt7.mpt.gov.br/mpt_na_midia/2005/julho/11_07_05_DN-migracao temporaria> Acesso em: 15 de novembro de 2007.

SIMÕES, A. **Elas no Comando**. Jornal Oeste Notícias – Caderno Regional. Reportagem Especial, p.2.2 – 2.3. 07 de junho de 2009.

SITUAÇÃO sobre Flor do Bosque é revelada hoje. **Jornal Tribuna de Alagoas**. Caderno Cidades. Maceió, 08 de jan. 2002. In: ARQUIVOS DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/AI.

SINDICATO MERCOSUL – Mercosul/Notícias – Brasil Sindical. **Representação de cortadores de cana é alvo de disputa entre federações**. 24 de fevereiro de 2003 (Reportagem Local). Disponível em: <http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=6634>

STEDILE, J. P. – **É Preciso um Novo Modelo Agrícola**. MST – Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/7818>

SOUZA, M. J. L. de. **“O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.”** (Org. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R.L.): Geografia. Conceitos e Temas, 2001.

SOUZA, Z.J.; AZEVEDO, P. F. **Geração de energia elétrica excedente no setor sucroalcooleiro**: um estudo a partir das usinas paulistas. In: Revista de Economia e Sociologia Rural, vol.44, n.2. Brasília, junho/2006.

SOUZA, N. **Sem Fronteira**: expansão da cana-de-açúcar ultrapassa os limites de São Paulo e avança pelo centro-sul. Jornal O Estado de São Paulo – Caderno Agrícola, págs. 6-7, 21 de fevereiro de 2007.

STETTER, E. A. A trajetória da cana no assentamento Monte Alegre. In: FERRANTE, V.L.Botta. **Retratos de Assentamentos**. (Org.). Araraquara: UNIARA/NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), n.9/2004.

SWEEZY, P. M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista: Princípios de economia política Marxista**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

TAMAMAR, Gisele. **Rocha quer regularizar áreas acima de 500 ha**. Jornal O Imparcial -**Caderno regional** - 04 de março de 2007. Disponível em:

<<http://200.213164.130/site/nossaregiao-ver.php?codigo=2741>>. Acesso em: 04 de mar. de 2007.

TAVARES, P. C. C. “**O bagaço de cana como alternativa Energética**”. Fator Ambiental – Portal Sustentabilidade. 07 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.fatorambiental.com.br/portal/index.php/tag/cana-de-acucar/> Acesso em: 18 de abril de 2009.

TAVARES, J. F. “**O usocapião e a inexibilidade tributária**”. UEPB – Univ. Est. Da Paraíba. (SD). Disponível em: www.jfrn.gov.br/docs/doutrina76.doc Acesso em: 20 de março de 2009.

TEMPO de vida útil de um cortador de cana hoje é de 12 anos. **Portal do Mundo do Trabalho/CUT** Brasil – 04 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/site/start.php?inford=9673&sid=22>> Acesso em: 19 de setembro de 2007.

TERMO de Ajustamento de Conduta – nº2/2009. **Ministério Público Federal** – Usina Álcool Verde/ Procuradoria da República do Acre. Disponível em: <http://www.prac.pf.gov.br/atos-do-mpf/tac/TACalcoolverde.pdf>. Acesso em: 30/05/2009

TETTI, L. **Perspectivas dos mercados tradicionais dos produtos da cana-de-açúcar**. São Paulo: UNICA, novembro/2005 (Apresentação em Power Point)

THOMAZ JÚNIOR, A. **A Territorialização do Monopólio**: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.

THOMAZ JÚNIOR, A. “Dinâmica Geográfica de Trabalho no séc. XXI” (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos) Departamento de Geografia do Trabalho. Unesp/Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, SP. 2009 (Vol. 1, 2 e 3).

THOMAZ JÚNIOR, A. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira. **Informações Econômicas**. São Paulo: IEA, v. 30, n.4, abr., 2000, 20 p.

THOMAZ JÚNIOR, A. **A Câmara Setorial Paulista Sucroalcooleira em Questão**: a relação capital-trabalho e os desafios para o movimento sindical. Relatório de Pesquisa (Auxílio à Pesquisa-FAPESP). Presidente Prudente, 2001, 252 p. (mimeogr.)

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, A. O Novo Ambiente Institucional na Agroindústria Canavieira Paulista e a Luta pela Terra. Uma Peleja para a Classe Trabalhadora. In: MORETTI, E. C.; CALIXTO, M. J. M. **Geografia e Produção Regional: Sociedade e Ambiente**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003a, vol. 1. p. 215-253.

THOMAZ JÚNIOR, A. "O Sindicalismo Rural no Brasil, no Rastro dos Antecedentes. In.: Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales, Universidade de Barcelona, Espanha [ISSN 1138.9788] nº 15, 15 de enero de 1998.

THOMAZ JÚNIOR, A. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. **Revista Candeia**, Goiânia: IFAS, v. 4, n. 6, 2003b.

THOMAZ JÚNIOR, A. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, n.37, jan/jun., 2004a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. **Pegada**, Presidente Prudente, v.5, nºs 1 e 2, 2004b.

THOMAZ JÚNIOR, A. "Leitura" Geográfica da Práxis Social do Trabalho. **Abalar**, Santiago de Compostela, n.5, 2005.

THOMAZ JÚNIOR, A. Leitura geográfica e gestão política na sociedade de classes. In: Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre: AGB, n. 24. Edição Especial do XVII Encontro Estadual dos Professores de Geografia, Ijuí, 1997, p.31-42, 1998.

THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se Operário! Limite e Perspectivas para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR., A.; CARVALHAL, M. D., **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Vol. II. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais**. Presidente Prudente 2007a, (mimeografado), 42 p.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira)**. Presidente Prudente 2007b, (mimeografado).

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. **Anais**. Porto Alegre, 2007c.

TOLEDO, M. **Estado prevê 'mar verde' de cana em 2015**. Da Folha de Ribeirão - 02 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.pastoraldomigrante.org.br/>> Acesso em: 17 de janeiro de 2008.

TOMAZELA, J. M. **Usinas não sabem o que fazer com a cana**. Jornal O Estado de São Paulo. Caderno de Economia p.B7 08 de dezembro de 2008.

VANTI, P. **Queima da palha da cana tem queda**. Jornal O Imparcial – Caderno Cidades – 5B, 11 de março de 2008.

TORRES, J. S. **Avaliação da safra 2005/2006 no estado de Alagoas**. In: XXII SIMPÓSIO DA AGROINDÚSTRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR DE ALAGOAS. Maceió: SINDAÇÚCAR – AL/Empat., agosto de 2006. 46p.

TORQUATO, S. A. **Cana-de-açúcar para indústria. O quanto vai precisar crescer**. IN: IEA – Análises e Indicadores do Agronegócio. Vol. 1, nº 10, outubro 2006. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/out/vertexto.php?codtexto=7448>

UDOP – **Ações da Cosan acumulam alta**. 07 de abril de 2009. (Por Eduardo Magossi). Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1051185> Acesso em: 11/04/2009

UDOP –TV UDOP – 07 de outubro de 2009. Disponível em: http://www.udop.com.br/index.php?nome_flv=24_879_mt&codigo=743&pg=16&codigo_canal=campo_busca=&titulo=crise%20financeira%20mundial%20n%E3%20a%20cosan,%20diz%20Rubens%20Ometto Acesso em: 20 de janeiro 2009.

UMUARAMA Ilustrado – Cidades/Trabalhistas. “**Usina Bonin atrasa salários e sofre ações**”. 14 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.ilustrado.com.br/arquivo/141108/pagina10.pdf>

USINAS do Nordeste se “nacionalizam”. **Valor Online/Procana** – 25/09/2006. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?id_materia=23891>. Acesso em: 20 de jan. de 2007.

USINA de bioenergia investe R\$ 408 mil em unidade no Estado. **Minas Online/Governo de Minas do Estado de Minas Gerais** – 26 de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.mg.gov.br/portalmg/do/noticias;jsessionid=9C9B996C>> Acesso em: 23 de julho de 2007.

USP Online – **Celulose do bagaço de cana pode aumentar produção de**

etanol – Ciências, 26 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www4.usp.br/index.php/ciencias/14202>

VALOR (Econômico) Online. **Cosan adquire Usina do J. Pessoa e prevê expansão.** São Paulo, 15 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/uolnot/valor/2008/02/15/ult1913u83707.jhtml> Acesso em 04/04/2009

VASAPOLLO, L. **Por uma política de classe:** Uma interpretação marxista do mundo globalizado. São Paulo: Expressão Popular. Tradução de Juliana Coli. 1ª edição, 2007.

VÁZQUEZ, S. A. **Filosofia da Práxis.** 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

VIAN, C. E. F. **Expansão e diversificação do complexo agroindustrial no Centro-Sul do Brasil - 1980/1996.** São Carlos - S. Paulo: DEP/UFSCar (Dissertação de Mestrado), 1997.

VIAN, C. E. F. **Agroindústria canavieira: estratégias competitivas e modernização.** Campinas, SP: Editora Átomo, 2003.

VIAN, C.E. F; LIMA, R.A.S.; FERREIRA FILHO, J.B. **Estudo de impacto econômico (Eis) para o complexo agroindustrial canavieiro paulista:** desafios e agenda de pesquisa. In: Revista de Economia Agrícola. São Paulo, vol.54, n.2, p.5-26, jul/dez. 2007.

VIDAL, M. F; SANTOS, J.A. N; SANTOS, M. A. dos. **Setor sucroalcooleiro no Nordeste brasileiro:** estruturação da cadeia produtiva, produção e mercado. ANAIS DO XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL/SOBER. Fortaleza/CE, 23 a 27 de julho de 2006.

WWF BRASIL – **Análise da expansão do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil. (Programa de Agricultura e Meio Ambiente).** Maio de 2008. Disponível em: http://homologa.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/saibamais/artigos/impactosambientais/rel_canawwf.pdf . Acesso em: 24/03/2009

WELCH, C. “Agribusiness: uma breve história do modelo norteamericano”. In: **O agronegócio nas Américas:** O mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. **ANAIS DO X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 4860-4874.

Referências de Entrevistas:

ADÃO ROCHA. **Secretaria da Comunicação do Município de Montividiu/GO.** Out./2008. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2009.

ALEXANDRE **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST – Recife/PE.** Nov./2006. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2007.

AVELAR DE MORAES MACEDO **Secretaria da Indústria e Comércio de Rio Verde/GO.** Out./2008. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2009.

CÍCERO ÁVILA DE LIMA **Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul.** Jun./2007. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2008.

DIRSON JOSÉ DOS SANTOS **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conquista/MG.** Nov./2007. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2008.

EUGÊNIO ESPOSITO NETO **Usina Coruripe/Iturama.** Nov./2007. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2008.

FÁBIO LOPES FERNANDES. **Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região - Ofício de Uberlândia.** Nov./2007. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2008.

FERNANDO CESAR CALSONI. **Usina Boa Vista - Quirinópolis/GO.** Set./2008. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2009.

GENIVAL COSTA **Usina Triunfo – Boca da Mata/AI.** Nov./2006. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2007.

GERDRIANO CORRÊA NOGUEIRA. **Usina Bom Sucesso (Grupo Farias)-Goiatuba/GO.** Out./2008. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2009.

HÉLIO CORREA DE MORAES **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goianésia/GO.** Out./2008. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2009.

IR. MARLENE. **Assentamento Dona Helena: Centro Rural de Formação.**

Nov./2006. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2007.

JOSÉ ALBERTO **Energética Santa Helena – N. Andradina/MS.** Ago./2007. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2008.

JOSÉ CORREIA BARRETO **Usina Coruripe (Grupo TW) – Coruripe/AL.** Nov./2006. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2007.

JOSÉ FÉLIX DA SILVA. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rita/PB.** Nov./2006. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2007.

JOSÉ JOÃO DA SILVA. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape/PB.** Nov./2006. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2007.

JOSÉ LEITE DE NORONHA **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasilândia/MS.** Jul./2007. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2008.

JOSÉ LUIZ BERNARDES. **Usina Vale do Ivaí.** Nov./2007. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2008.

JOSÉ MARCOS ALVES JÚNIOR. **Trabalhador no corte de cana: usina Vale do Paranaíba/MG.** Nov./2007. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2008.

JOSÉ RONALDO; JOSÉ PETRÔNIO & RAFAEL. **Trabalhadores no corte de cana: usina Santa Teresa/PE.** Nov./2006. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2007.

JOSÉ TAVARES DA SILVA **Morador da Vila Aliança – ex- trabalhador da Usina Aliança.** Nov./2006. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2007.

LUIZ HENRIQUE AZEVEDO. **Usina Vale do Paranaíba.** Nov./2007. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2008.

MÁRIO JORGE P. S. AGUIAR **Usina Trapiche – Sirinhém/PE.** Nov./2006. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2007.

MARIO SÉRGIO OLIVEIRA SANTOS. **Usina Vale do Ivaí.** Nov./2007. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição

Miemeog.). Janeiro 2008.

MAUCIR PAULLETTI. **Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no estado de Mato Grosso do Sul.** Jun./2007. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2008.

REGINALDO. **Assentamento Dona Helena.** Nov./2006. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2007.

SANDOVAL ALVES DE BRITO. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Leme.** Out./2002. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M. S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.)

SÉRGIO CAETANO. **Usina Santa Teresa/PE.** Nov./2006. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2007.

WILSON R. GONÇALVES **SEPROTUR- Sec. de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo/MS.** Jun./2007. Entrevistador: OLIVEIRA, A. M.S. Presidente Prudente/FCT/UNESP (Transcrição Miemeog.). Janeiro 2008.

Sites Consultados:

<http://www.portalunica.com.br>
<http://www.agricultura.gov.br/>
<http://www.mte.gov.br/>
<http://www.portaldoagronegocio.com.br>
<http://www.jornalcana.com.br>
<http://www.iea.sp.gov.br/>
<http://www.udop.com.br>
<http://www.cepea.esalq.usp.br>
<http://www.cptpe.org.br>
<http://www.proxima.agr.br>
<http://www.abag.com.br>
<http://www.pastoraldomigrante.org.br>
<http://www.desenvolvimento.mg.gov.br>
<http://www.adital.com.br>
<http://www.ibge.gov.br>
<http://e-commerce.cultura.com.br>
<http://www.anteag.org.br>
<http://www.folha.uol.com.br/>
www.estadao.com.br/
http://www.sucre-ethique.org/?lang=pt_br
oimparcial.uol.com.br/
<http://www.oestenoticias.com.br/>

<http://www.ideanews.com.br/>
<http://www.ideaonline.com.br/idea/>
<http://www.revistanegocios.com.br/>
<http://www.agrosoft.org.br/>
<http://www.imagemgoias.com/>
<http://globoruraltv.globo.com/TVGlobo/>
<http://jornalnacional.globo.com/>
<http://br.invertia.com/>
<http://www.inovacao.unicamp.br/>
<http://www.agorams.com.br/>
<http://www.rehagro.com.br/>
<http://www.mg.gov.br/>
<http://www.caminhosdocampo.ondarpc.com.br/>
<http://isindical.blogspot.com/>
<http://www.jornaldaimprensa.com/>
<http://www.reporterbrasil.org.br/>
<http://www.agrolink.com.br/>
<http://www.portodesantos.com/>
<http://www.abramet.org/>
<http://www.anfavea.com.br>
<http://www.cut.org.br/>
<http://www.adital.com.br/>
<http://www.cptnac.com.br/>
<http://www.brasildefato.com.br/>

ANEXOS

**Universo dos Trabalhadores Entrevistados por
Estado/Município/Empresas Visitadas no Brasil - 2006 a 2008**

ANEXO 1

Tabela 14 - Universo de Trabalhadores Entrevistados por Estado/Município/Empresa no Brasil - Alagoas

Estado/Município de origem	Estado de Destino	Município onde mora	Município onde trabalha	Nome	Empresa	Função	Nº
Alagoas	Alagoas	Boca da Mata	Boca da Mata	Berto dos Santos	Triunfo Agroindustrial S/A	Cortador de cana	1
Alagoas	Alagoas	Boca da Mata	Boca da Mata	Geraldo	Triunfo Agroindustrial S/A	Cabo de Turma	2
Alagoas	Alagoas	Boca da Mata	Boca da Mata	Genauro	Triunfo Agroindustrial S/A	Motorista de Colhedeira	3
Alagoas	Alagoas	Coruripe/Pindorama	Coruripe/Pindorama	Adeildo	Coop. de Colon. Agrop. e Industrial Pindorama Ltda – Usina Pindorama	Cortador de cana	4
Alagoas	Alagoas	Coruripe/Pindorama	Coruripe/Pindorama	José	Coop. de Colon. Agrop. e Industrial Pindorama Ltda – Usina Pindorama	Cortador de cana	5
Alagoas	Alagoas	Comunidade Esperança/Messias	Comunidade Esperança/Messias	José dos Santos Ferreira	Usina Utinga Leão	Cortador de cana	6
Alagoas	Alagoas	Comunidade Esperança/Messias	Comunidade Esperança/Messias	Edvan	Usina Utinga Leão	Operador de máquina	7
Alagoas	Alagoas	Messias	Messias	Aurelina Santos de Oliveira	Conjunto Habitacional/famílias despejadas da Comunidade Esperança - Usina Utinga Leão	Funcionária da Creche	8
Alagoas	Alagoas	Água Branca	Rio Largo	Reginaldo	Usina Santa Clotilde S/A	Cortador de cana	9
Alagoas	Alagoas	Água Branca	Rio Largo	Marcio	Usina Santa Clotilde S/A	Cortador de cana	10
Alagoas	Alagoas	Água Branca	Rio Largo	João	Usina Santa Clotilde S/A	Cortador de cana	11
Alagoas	Alagoas	Água Branca	Rio Largo	Pedro	Usina Santa Clotilde S/A	Cortador de cana	12
Alagoas	Alagoas	Coruripe/Pindorama	Coruripe/Pindorama	Valdecir	Coop. de Colon. Agrop. e Industrial Pindorama Ltda – Usina Pindorama (Associação de mulheres)	Recicladora de papel e bagaço de cana	13
Alagoas	Alagoas	Comunidade Esperança/Messias	Comunidade Esperança/Messias	Antonio Pimentel	Assentamento Flor do Bosque	Assentado	14

ANEXO 2

Tabela 15 - Universo de Trabalhadores Entrevistados por Estados/Municípios/Empresas no Brasil - Paraíba

Estado/Município de origem	Estado de Destino	Município onde mora	Município onde trabalha	Nome	Empresa	Função	Nº
Paraíba	Paraíba	Santa Rita	Santa Rita	NI*	Companhia São João Usina	Cortador de cana	1
Paraíba	Paraíba	Santa Rita	Santa Rita	NI	Companhia São João Usina	Cortador de cana	2
Paraíba	Paraíba	Santa Rita	Santa Rita	NI	Companhia São João Usina	Cortador de cana	3
Paraíba	Paraíba	Santa Rita	Santa Rita	NI	Companhia São João Usina	Cortador de cana	4
Paraíba	Paraíba	Santa Rita	Santa Rita	NI	Companhia São João Usina	Cortador de cana	5
Paraíba	Paraíba	Pindabaú	Mamanguape	Marcos	Usina Monte Alegre S/A	Transporte de adubo	6
Paraíba	Paraíba	Mamanguape	Mamanguape/Vila da Usina	NI	Usina Monte Alegre S/A	Operador de Caldeira	7
Paraíba	Paraíba	Santa Rita	Mamanguape/Vila da Usina	Severino	Usina Monte Alegre S/A	Operador de Ponte Rolante	8
Paraíba	Paraíba	Mamanguape	Mamanguape/Vila da Usina (morador)	Severino (Maria do Socorro/espósa)	Usina Monte Alegre S/A	Serralheiro mecânico	9
Paraíba	Paraíba	Mamanguape	Mamanguape/Vila da Usina (moradora)	(Maria do Socorro/espósa de Severino)	Usina Monte Alegre S/A	Dona de casa	10
Paraíba	Paraíba	Mamanguape	Mamanguape	Félix	Usina Monte Alegre S/A	Técnico de Seg. Trabalho	11
Paraíba	Paraíba	Santa Rita	Santa Rita	Antonio Toscano	Japungu Agroindustrial S/A	Cortador de cana (afastado por problemas de saúde)	12
Paraíba	Paraíba	Santa Rita	Santa Rita -Vila de moradores e ex-trabalhadores da Usina Santa Rita (falida)	João Batista Toscano	Japungu Agroindustrial S/A	Cortador de cana	13
Paraíba	Paraíba	Santa Rita	Santa Rita -Vila de morad. e ex-trab. da Usina Santa Rita (falida)	Antonio Miguel	Japungu Agroindustrial S/A	Cortador de cana	14
Paraíba	Paraíba	Sapé	Sapé	Luiz Amaro	Assentamento Padre	Assentado e	15

* Não Identificado.

				de Lima (Luizinho)	Higino (terras da Usina Santa Helena - falida)	Coordenador da feira agroecológica	
Paraíba	Paraíba	João Pessoa	João Pessoa	Flávio	Comissão Pastoral da Terra (CPT) – assistência técnica	Técnico Agrícola	16
Paraíba	Paraíba	Sapé	Sapé	Maria José	Assentamento Padre Higino	Assentada (vende produtos de higiene na feira agroecológica)	17
Paraíba	Paraíba	Cruz do Espírito Santo	Cruz do Espírito Santo	Severino	Assentamento Dona Helena	Assentado – org. da feira agroecológica- membro da CPT	18
Paraíba	Paraíba	Cruz do Espírito Santo	Cruz do Espírito Santo	Reginaldo	Assentamento Dona Helena	Assentado	19
Paraíba	Paraíba	Sapé	Cruz do Espírito Santo	Aginaldo	Centro Rural de Formação	Assentado membro da CPT	20

ANEXO 3

Tabela 16 - Universo de Trabalhadores Entrevistados por Estados/Municípios/Empresas no Brasil - Paraná

Estado/Município de Origem	Estado de Destino	Município onde mora	Município onde trabalha	Nome	Empresa	Função	Nº
Paraná	Paraná	Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	José Barbosa	USACIGA – Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Tratorista	1
Paraná	Paraná	Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	João	USACIGA – Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Bituqueiro	2
Paraná	Paraná	Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	José Aparecido Rodrigues	USACIGA – Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Tratorista	3
Paraná	Paraná	Santo Antonio do Caiuá	Rondon	Antonio Ferreira dos Santos	Usina São Thomé S/A – Unidade Rondon	Cortador de cana	4
Paraná	Paraná	Santo Antonio do Caiuá	Santo Antonio do Caiuá	Clésio Aparecido	-	Pequeno proprietário rural/Morador na cidade	5
Alagoas	Paraná	Cidade Gaúcha	Umuarama	Manoel Francisco da Silva	Usina Bonin Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Cortador de cana	6
Pernambuco	Paraná	Cidade Gaúcha	Umuarama	Arnaldo	Usina Bonin Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Cortador de cana	7
Pernambuco	Paraná	Cidade Gaúcha	Umuarama	José Luiz da Silva	Usina Bonin Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Cortador de cana	8
Pernambuco (Bom Conselho)	Paraná	Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	Lucimauro Félix da Silva	USACIGA – Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Cortador de cana	9
Alagoas (Arapiraca)	Paraná	Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	Wasingthon	USACIGA – Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Cortador de cana	10
Paraná	Paraná	Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	Carlito	USACIGA – Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Encarregado da Frente de corte	11
Paraná	Paraná	Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	Ailton	USACIGA – Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Fiscal de Turma	12
Pernambuco (Bom Conselho)	Paraná	Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	Wellington	USACIGA – Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Cortador de cana	13
Pernambuco (Bom Conselho)	Paraná	Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	Ivaldo	USACIGA – Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Cortador de cana	14
Paraná	Paraná	Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	Ezequiel	USACIGA – Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Operador de trator	15
Paraná	Paraná	Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	Marciano	USACIGA – Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Operador colhedeira	16
Paraná	Paraná	Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	Vanderlei	USACIGA – Açúcar, Álcool e Energia Elétrica Ltda	Operador de trator	17

Paraná	Paraná	Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	Osmar	USACIGA – Açúcar, Alcool e Energia Elétrica Ltda	Operador trator	de	18
Paraná	Paraná	Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	Célio Cavalcante	USACIGA – Açúcar, Alcool e Energia Elétrica Ltda	Operador trator	de	19
Paraná	Paraná	Terra Rica	Rondon	Elisângela	USACIGA – Açúcar, Alcool e Energia Elétrica Ltda	Cortador Cana	de	20
Paraná	Paraná	Terra Rica	Rondon	Nalva	USACIGA – Açúcar, Alcool e Energia Elétrica Ltda	Cortador Cana	de	21
Paraná	Paraná	Terra Rica	Rondon	Nerezilda (D. Preta)	USACIGA – Açúcar, Alcool e Energia Elétrica Ltda	Cortador Cana	de	22
Paraná	Paraná	Amaporã	Rondon	Nilton	USACIGA – Açúcar, Alcool e Energia Elétrica Ltda	Cortador Cana	de	23
Paraná	Paraná	Terra Rica	Rondon	Isaiás	USACIGA – Açúcar, Alcool e Energia Elétrica Ltda	Fiscal de Turma	de	24

ANEXO 4

Tabela 17 - Universo de Trabalhadores Entrevistados por Estados/Municípios/Empresas no Brasil - Pernambuco

Estado/Município de Origem	Estado de Destino	Município onde mora	Município onde trabalha	Nome	Empresa	Função	Nº
Pernambuco	Pernambuco	Aliança	Aliança	José Tavares da Silva	Agrovila extinta Aliança da Usina	Trabalhador rural (ex trab. Da usina)	1
Pernambuco	Pernambuco	Aliança	Aliança	Luiz	Agrovila extinta Aliança da Usina	Trabalhador rural (ex trab. Da usina)	2
Pernambuco	Pernambuco	Goiana	Goiana	Justino Cirilo	Cia Industrial Goiana Agro de	Auditor decampo	3
Pernambuco	Pernambuco	Goiana	Goiana	Alberes	Cia Industrial Goiana Agro de	Técnico agrícola	4
Pernambuco	Pernambuco	Goiana	Goiana	Gildo	Cia Industrial Goiana Agro de	Auditor de campo	5
Pernambuco	Pernambuco	Goiana	Goiana	José Ronaldo	Cia Industrial Goiana Agro de	Cortador de cana	6
Pernambuco	Pernambuco	Goiana	Goiana	José Petrônio	Cia Industrial Goiana Agro de	Cortador de cana	7
Pernambuco	Pernambuco	Sirinhaém	Sirinhaém	Ednaldo	Usina Trapiche S/A	Cortador de cana	8
Pernambuco	Pernambuco	Sirinhaém	Sirinhaém	Ricardo	Usina Trapiche S/A	Técnico de Seg. do Trabalho	9
Pernambuco	Pernambuco	Catende	Catende	Elenildo	Usina Catende Harmonia	Ex cortador de cana/coord.Projeto cana de morador	10
Pernambuco	Pernambuco	Catende	Catende	Risadalvo José da Silva	Usina Catende Harmonia	Coord. Cooperativa Harmonia	11
Pernambuco	Pernambuco	Catende	Catende	Edilene	Usina Catende Harmonia	Coord.Projeto APUAMA	12
Pernambuco	Pernambuco	Catende	Catende	Cícero Juvêncio Silva	Usina Catende Harmonia	Administrador de Engenho	13
Pernambuco	Pernambuco	Catende	Catende	Manoel	Usina Catende Harmonia	Cortador de cana/morador plantador de cana	14
Pernambuco	Pernambuco	Catende	Catende	Cicero	Usina Catende Harmonia	Cortador de cana/morador plantador de cana	15
Pernambuco	Pernambuco	Catende	Catende	José Antonio	Usina Catende Harmonia	Cortador de cana/morador plantador de cana	16
Pernambuco	Pernambuco	Catende	Catende	João	Usina Catende Harmonia	Cortador de cana/morador plantador de cana	17
Pernambuco	Pernambuco	Lagoa Itaenga	Lagoa Itaenga	Renato	Usina S/A Petribú	Bituqueiro	18
Pernambuco	Pernambuco	Lagoa Itaenga	Lagoa Itaenga	Vidal	Usina S/A Petribú	"Cabo Agrícola"	19

ANEXO 5

Tabela 18 - Universo de Trabalhadores Entrevistados por Estados/Municípios/Empresas no Brasil – Mato Grosso do Sul

Estado/Município de Origem	Estado de Destino	Município onde mora	Município onde trabalha	Nome	Empresa	Função	Nº
Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul	Bataguassú	Bataguassú	José Vieira dos Santos	Assentamento Aldeia	Assentado	1
Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul	Bataguassú	Bataguassú	Arlindo Vieira dos Santos	Assentamento Aldeia	Pres. da Associação dos assentados	2
Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul	Bataguassú	Bataguassú	Reinaldo José dos Santos	Assentamento Aldeia	Assentado	3
Pernambuco/Ipupi	Mato Grosso do Sul	Deodápolis	Deodápolis	Roberto	Usina Eldorado Ltda	Cortador de cana	4
Maranhão/Anajatuba	Mato Grosso do Sul	Deodápolis	Deodápolis	NI	Usina Eldorado Ltda	Cortador de cana	5
Maranhão/Anajatuba	Mato Grosso do Sul	Deodápolis	Deodápolis	NI	Usina Eldorado Ltda	Cortador de cana	6
Maranhão/Anajatuba	Mato Grosso do Sul	Deodápolis	Deodápolis	Júnior	Usina Eldorado Ltda	Cortador de cana	7

ANEXO 6

Tabela 19 - Universo de Trabalhadores Entrevistados por Estados/Municípios/Empresas no Brasil – Minas Gerais

Estado/Município de Origem	Estado de Destino	Município onde mora	Município onde trabalha	Nome	Empresa	Função	Nº
Alagoas/Teotônio Vilela	Minas Gerais	Delta/MG	Igarapava/SP	José Aláísio dos Santos	Cosan S/A Indústria e Comércio (Usina Junqueira)	Operador de máquina	1
Alagoas/Porto Real do Colégio	Minas Gerais	Delta/MG	Delta/MG	Carlito	Usina Caeté S/A- Unidade Delta	Cortador de cana	2
Maranhão/Bacabal	Minas Gerais	Delta/MG	Delta/MG	Raimundo	Usina Caeté S/A- Unidade Delta	Cortador de cana	3
Maranhão	Minas Gerais	Delta/MG	Delta/MG	João*	Usina Caeté S/A- Unidade Delta	Cortador de cana	4
Maranhão	Minas Gerais	Delta /MG	Delta /MG	Raimundo *	Usina Caeté S/A- Unidade Volta Grande	Cortador de cana	5
Maranhão	Minas Gerais	Delta /MG	Delta/MG	José*	Usina Caeté S/A- Unidade Volta Grande	Cortador de cana	6
Sergipe	Minas Gerais	Capinópolis /MG	Capinópolis/ MG	José Marcos Alves Júnior	Laginha Agro IndustrialS/A-Vale do Paranaíba	Cortador de cana	7
Alagoas/São José daTapera	Minas Gerais	Capinópolis /MG	Capinópolis/ MG	Salvador	Laginha Agro IndustrialS/A-Vale do Paranaíba	Cortador de cana	8
Alagoas/São José daTapera	Minas Gerais	Capinópolis /MG	Capinópolis/ MG	Miguel da Silva Santos	Laginha Agro IndustrialS/A-Vale do Paranaíba	Cortador de cana	9
Alagoas/São José daTapera	Minas Gerais	Capinópolis /MG	Capinópolis/ MG	Naílson	Laginha Agro IndustrialS/A-Vale do Paranaíba	Cortador de cana	10
Minas Gerais	Minas Gerais	Itapagipe	Itapagipe	Sabrina	Usina Açúcar e Alcool Itapegipe Ltda	Assistente Administrativo	11
Goiás	Minas Gerais	Itapagipe	Itapagipe	Fernanda	Usina Açúcar e Alcool Itapegipe Ltda	Técnica de Segurança	12
Minas Gerais	Minas Gerais	Capinópolis	Capinópolis		Acampamento "Santa Marta"	Acampado	13
Minas Gerais	Minas Gerais	Capinópolis	Capinópolis		Acampamento "Santa Marta"	Acampado	14

ANEXO 7

Tabela 20 - Universo de Trabalhadores Entrevistados por Estados/Municípios/Empresas no Brasil - Goiás

Estado/Município de Origem	Estado de Destino	Município onde mora	Município onde trabalha	Nome	Empresa	Função	Nº
Maranhão/São Francisco	Goiás	Goiatuba/GO	Goiatuba/GO	Pedro Júnior Andrade Barbosa	Goiasa Goiatuba Álcool Ltda	Cortador de cana	1
Maranhão/São Francisco	Goiás	Goiatuba/GO	Goiatuba/GO	Pedro Barbosa	Goiasa Goiatuba Álcool Ltda	Cortador de cana	2
Maranhão/São Francisco	Goiás	Goiatuba/GO	Goiatuba/GO	Francimar Ribeiro da Silva	Goiasa Goiatuba Álcool Ltda	Cortador de cana	3
Maranhão/São Francisco	Goiás	Goiatuba/GO	Goiatuba/GO	Everaldo da Silva Santana	Goiasa Goiatuba Álcool Ltda	Cortador de cana	4
Maranhão/São Francisco	Goiás	Goiatuba/GO	Goiatuba/GO	Josué da Silva Santana	Goiasa Goiatuba Álcool Ltda	Cortador de cana	5
Maranhão/São Francisco	Goiás	Goiatuba/GO	Goiatuba/GO	José Rodrigues da Silveira	Goiasa Goiatuba Álcool Ltda	Cortador de cana	6
Pernambuco*	Goiás	Joviânia/GO	Goiatuba/GO	Heleno Belo da Silva	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda - Unidade Bom Sucesso (Empreiteira ODS)	Soldador	7
Maranhão*	Goiás	Joviânia/GO	Goiatuba/GO	Francisco de Assis Nasc. Pinto	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda - Unidade Bom Sucesso (Empreiteira ODS)	Soldador	8
Mato Grosso/Araguaína	Goiás	Joviânia/GO	Goiatuba/GO	Vilmar Almeida dos Santos	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda - Unidade Bom Sucesso (Empreiteira ODS)	Montador/Auxiliar de produção	9
Maranhão/Santa Rita	Goiás	Joviânia/GO	Vicentinópolis/GO	Senilson	Usina Caçú	Cortador de cana	10
Pernambuco	Goiás	Joviânia/GO	Vicentinópolis/GO	Cleto Hélio da Silva	Usina Caçú	Cortador de cana	11
Piauí/São Raimundo Nonato	Goiás	Joviânia/GO	Vicentinópolis/GO	Francisco Pereira da Silva	Usina Caçú	Cortador de cana	12
Alagoas/Senador Ruy Palmeira	Goiás	Joviânia/GO	Vicentinópolis/GO	Ronilson	Usina Caçú	Cortador de cana	13
Maranhão/Santa Rita	Goiás	Joviânia/GO	Vicentinópolis/GO	NI	Usina Caçú	Cortador de cana	14
Piauí/União	Goiás	Joviânia/GO	Vicentinópolis/GO	Raimundo da Costa	Usina Caçú	Cortador de cana	15
Maranhão/São Domingos	Goiás	Joviânia/GO	Vicentinópolis/GO	Regivaldo Barbosa de Souza	Usina Caçú	Cortador de cana	16

Maranhão/São Domingos	Goiás	Joviânia/GO	Vicentinópolis/GO	Iris	Usina Caçú		Cortador de cana	17
Maranhão/São Domingos	Goiás	Joviânia/GO	Vicentinópolis/GO	Antonio	Usina Caçú		Cortador de cana	18
Maranhão/São Domingos	Goiás	Joviânia/GO	Vicentinópolis/GO	Magno Rodrigues da Silva	Usina Caçú		Cortador de cana	19
Maranhão/São Domingos	Goiás	Joviânia/GO	Vicentinópolis/GO	Miguel Francisco do Nascimento	Usina Caçú		Cortador de cana	20
Goiás/Bom Jesus	Goiás	Bom Jesus	Bom Jesus	Antonio Ferreira de Lima	-		Sorveteiro	21
Goiás/Bom Jesus	Goiás	Bom Jesus	Itumbiara	Ismael de Araújo Belchior	Usina Panorama S/A - (Unidade II Vale do Verdão)		Evaporador	22
Goiás/Rio Verde	Goiás	Rio Verde	Rio Verde	Fabiola Silva Pereira	Usina RioVerde		Auxiliar Administrativa	23
Maranhão/Aideias Altas	Goiás	Montividiu	Montividiu	Antonio Mario Melo de Almeida	Usina Serra do Caiapó S/A		Auxiliar do Carro Pipa	24
Ceará/Quixeramobim	Goiás	Montividiu	Montividiu	Josimar	Usina Serra do Caiapó S/A		Auxiliar de irrigação	25
Paraíba/Santa Luzia	Goiás	Montividiu	Montividiu	Josué	Usina Serra do Caiapó S/A		Auxiliar de irrigação	26
Minas Gerais/Januará	Goiás	Montividiu	Montividiu	Fábio	Usina Serra do Caiapó S/A		Auxiliar de mecânica	27
Mato Grosso/	Goiás	Montividiu	Montividiu	Márcio	Usina Serra do Caiapó S/A		Jardinagem	28
Maranhão/Aideias Altas	Goiás	Montividiu	Montividiu	Lindomar Gomes Pereira	Usina Serra do Caiapó S/A		Cortador de cana	29
Bahia/Guanambi	Goiás	Rio Verde	Montividiu (alój. durante semana)	NI	Usina Serra do Caiapó S/A		Pedreiro	30
Goiás/Montividiu	Goiás	Montividiu	Montividiu	OrlandoBatista de Paula	Usina Serra do Caiapó S/A		Zelador/Segurança do alojamento	31
Maranhão/Caxias	Goiás	Carmo de Rio Verde/GO	Carmo de Rio Verde/GO	Elivelton Lira Aguiar	CRV Ltda	Industrial	Cortador de cana	32
Piauí/Raimundo Nonato	Goiás	Carmo de Rio Verde/GO	Carmo de Rio Verde/GO	Valdir dos Santos Silva	CRV Ltda	Industrial	Cortador de cana	33
Minas Gerais/Brasília de Minas	Goiás	Carmo de Rio Verde/GO	Carmo de Rio Verde/GO	Sérgio Gonçalves	CRV Ltda	Industrial	Cortador de cana	35
Minas Gerais/Brasília de Minas	Goiás	Carmo de Rio Verde/GO	Carmo de Rio Verde/GO	Washington Gonçalves Caetano	CRV Ltda	Industrial	Cortador de cana	36
Goiás/Carmo de Rio Verde	Goiás	Carmo de Rio Verde/GO	Carmo de Rio Verde/GO	Guilherme	CRV Ltda	Industrial	Fiscal turma	37
Maranhão/Caxias	Goiás	Carmo de Rio Verde/GO	Carmo de Rio Verde/GO	José Natal dos Santos	CRV Ltda	Industrial	Cortador de cana	38
Pernambuco/Ipubi	Goiás	Serranópolis	Serranópolis	Raimundo Nonato de Souza	Energética Serranópolis Ltda		Cortador de cana	39

Pernambuco /Ipubi	Goiás	Serranópolis	Serranópolis	José Carlos de Araújo	Energética Serranópolis Ltda	Cortador de cana	40
Piauí/São Raimundo Nonato	Goiás	Jataí	Jataí	Arcindino Rodrigues da Silva	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina COSAN- Unidade Jataí	Carpinteiro	41
Goiás/Goiânia	Goiás	Jataí	Jataí	NI	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina COSAN- Unidade Jataí	Carpinteiro	42
Maranhão/B arão de Grajaú	Goiás	Jataí	Jataí	Leno	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina COSAN- Unidade Jataí	Carpinteiro	43
Goiás/Niquelândia	Goiás	Jataí	Jataí	Cleidiomar Silva de Souza	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina COSAN- Unidade Jataí	Carpinteiro	44
Goiás/Anápolis	Goiás	Jataí	Jataí	Jean	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina COSAN- Unidade Jataí	Carpinteiro	45
Goiás/Goiânia	Goiás	Jataí	Jataí	João Neves Alves	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina COSAN- Unidade Jataí	Carpinteiro	46
Goiás/Goiânia	Goiás	Jataí	Jataí	Valdivino	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina COSAN- Unidade Jataí	Carpinteiro	47
Maranhão/São Raimundo da Mangabeira	Goiás	Jataí	Jataí	Manoel	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina COSAN- Unidade Jataí	Carpinteiro	48
Goiás/Goiânia	Goiás	Jataí	Jataí	Renato	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina COSAN- Unidade Jataí	Carpinteiro	49
Goiás/Anápolis	Goiás	Jataí	Jataí	Edmar	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina COSAN- Unidade Jataí	Carpinteiro	50
Goiás/Anápolis	Goiás	Jataí	Jataí	Célio	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina	Carpinteiro	51

					COSAN- Unidade Jataí		
Goiás/Anápolis	Goiás	Jataí	Jataí	Antonio	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina COSAN- Unidade Jataí	- Carpinteiro	52
Goiás/Goiânia	Goiás	Jataí	Jataí	Elano	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina COSAN- Unidade Jataí	- Ajudante de Carpinteiro	53
Tocantins	Goiás	Jataí	Jataí	José Ribeiro Cardoso	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina COSAN- Unidade Jataí	- Carpinteiro	54
Minas Gerais/Varjão	Goiás	Jataí	Jataí	Domingos	ENGEFOR Construtora contratada para a obra da Usina COSAN- Unidade Jataí	- Carpinteiro	55

ANEXO 8

Tabela 21 - Universo de Trabalhadores Entrevistados por Estados/Municípios/Empresas no Brasil – São Paulo

Estado/Município de Origem	Estado de Destino	Município onde mora	Município onde trabalha	Nome	Empresa	Função	Nº
São Paulo	São Paulo	Pres. Venceslau	Santo Anastácio	Jamerson	Usina Alvorada do Oeste Ltda	Cortador de cana	1
São Paulo	São Paulo	Pres. Venceslau	Santo Anastácio	José Carlos	Usina Alvorada do Oeste Ltda	Cortador de cana	2
São Paulo (Alagoano há vários anos em SP)	São Paulo	Santo Anastácio	Santo Anastácio	Sebastião	Usina Alvorada do Oeste Ltda	Cortador de cana	3
Ceará/Aurora	São Paulo	Santo Anastácio	Santo Anastácio	José Barbosa	Usina Alvorada do Oeste Ltda	Cortador decana	4
Ceará/Aurora	São Paulo	Santo Anastácio	Santo Anastácio	Francisco	Usina Alvorada do Oeste Ltda	Cortador decana	5
Ceará/Pedra Branca	São Paulo	Santo Anastácio	Santo Anastácio	Raimundo	Usina Alvorada do Oeste Ltda	Cortador de cana	6
Ceará/Pedra Branca	São Paulo	Santo Anastácio	Santo Anastácio	Antonio Alves Fernandes	Usina Alvorada do Oeste Ltda	Cortador de cana	7
Bahia/Igaporã	São Paulo	Palmares Paulista	Paraíso	Gilmar Xavier da Cunha	Antonio Ruette Agroindustrial Ltda	Cortador de cana	8
Bahia/Igaporã	São Paulo	Palmares Paulista	Palmares Paulista	Genivaldo Dourado de Jesus	Fornecedor de cana p/ a Usina Catanduva	Cortador de cana	9
Bahia/Igaporã	São Paulo	Palmares Paulista	Paraíso	Arivaldo Dourado de Jesus	Antonio Ruette Agroindustrial Ltda	Cortador de cana	10
Bahia/Igaporã	São Paulo	Palmares Paulista	Paraíso	Gilberto Oliveira	Antonio Ruette Agroindustrial Ltda	Cortador de cana	11
Bahia/Irecê	São Paulo	Palmares Paulista	Paraíso	Robeilson Viana da Silva	Antonio Ruette Agroindustrial Ltda	Cortador de cana	12
Paraíba/Mangá	São Paulo	Palmares Paulista	Paraíso	Fábio Nogueira Rodrigues	Antonio Ruette Agroindustrial Ltda	Cortador de cana	13
Paraíba/Mangá	São Paulo	Palmares Paulista	Paraíso	Juarez Vicente Ferreira	Antonio Ruette Agroindustrial Ltda	Cortador de cana	14
Paraíba/Mangá	São Paulo	Palmares Paulista	Paraíso	Rivonaldo Ferreira Campos	Antonio Ruette Agroindustrial Ltda	Cortador decana	15
Maranhão/Timbiras	São Paulo	Guariba	Araraquara	Naldo da Silva Mourão	Usina Maringá Indústria e Comércio Ltda	Cortador de cana	16
Maranhão/Timbiras	São Paulo	Guariba	Araraquara	Cleitton	Usina Maringá Indústria e Comércio Ltda	Cortador de cana	17
Maranhão/Chapadinha	São Paulo	Guariba	Araraquara	Antonio Celino Juvenal	Usina Maringá Indústria e Comércio Ltda	Cortador de cana	18
Maranhão/Chapadinha	São Paulo	Guariba	Araraquara	Ricardo	Usina Maringá	Cortador	19

apadinha					Indústria e Comércio Ltda	de cana	
Ceará/Pedra Branca	São Paulo	Rejente Feijó	Rejente Feijó	Beto	Destilaria Santa Fanny Ltda	Cortador de cana	20
Ceará/Pedra Branca	São Paulo	Rejente Feijó	Rejente Feijó	Antonio Murilo	Destilaria Santa Fanny Ltda	Cortador de cana	20
São Paulo	São Paulo	Narandiba	Narandiba	Paulo	Cocal Comércio e Indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda	Motorista	21
São Paulo	São Paulo	Narandiba	Narandiba	Fábio	Cocal Comércio e Indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda	Ajudante de Motorista	22

ANEXO 9

Tabela 22 - Universo de Trabalhadores Entrevistados por Estados/Municípios/Empresas no Brasil – Rio de Janeiro

Estado/Município de Origem	Estado de Destino	Município onde mora	Município onde trabalha	Nome	Empresa	Função	Nº
Bahia/Feira de Santana	Minas Gerais	Campos dos Goytacazes/Santa Cruz	Santa Cruz	Edcarlos	CBAA (José Pessoa)	Cortador de cana	1
Alagoas/	Minas Gerais	Campos dos Goytacazes/Santa Cruz	Santa Cruz	Nailson	CBAA (José Pessoa)	Cortador de cana	2
Rio de Janeiro/Santa Cruz	Minas Gerais	Campos dos Goytacazes/Santa Cruz	Santa Cruz	Hélio	Fornecedor	Cortador de cana	3
Minas Gerais/	Minas Gerais	Campos dos Goytacazes/Santa Cruz	Santa Cruz	Patrício	CBAA (José Pessoa)	Cortador de cana	4
Minas Gerais/Jaíba	Minas Gerais	Campos dos Goytacazes/Santa Cruz	Santa Cruz	José L. De Jesus	CBAA (José Pessoa)	Fiscal de Turma	5
Pernambuco	Minas Gerais	Campos dos Goytacazes/Santa Cruz	Santa Cruz	Valdir	CBAA (José Pessoa)	Cortador de cana	6